República Democrática de Timor-Leste

Orçamento Geral do Estado 2009

e

Plano do Estado para 2009

1 Janeiro a 31 Dezembro de 2009

Preparado e Revisado pelo Ministério das Finanças

Apresentação do Orçamento Geral do Estado ao Parlamento Nacional de Timor-Leste

Dili, 13 Janeiro 2009

Índice

Índice 2

Parte 1 Discurso do Primeiro-Ministro 6

14 de Janeiro de 2009 Parte 2 Sumário Executivo 19

Parte 2 Sumário Executivo 20

Orçamento de Fontes Combinadas 20

A Economia 21

Orçamento Geral do Estado Para Timor-Leste 24

Despesas de Capital 27

Parte 3 – Desenvolvimento dos Distritos 30

Introdução 30

Díli 32

Baucau 39

Aileu 46

Ainaro 52

Bobonaro 58

Ermera 64

Lautem 70

Liquiçá 77

Manatuto 83

Manufahi 89

Oecusse 95

Covalima 101

Viqueque 107

Parte 4 – Situação em termos de Géneros e Cultura 112

Igualdade 112

Cultura 112

Parte 5 – Panorama Económico 113

Economia Internacional 113

Economia Regional 114
Economia Doméstica (PIB Não Petrolífero) 115
Inflação 116
Pobreza 118
Fundo Petrolífero 118
Parte 6 – Receitas 120
Total das Receitas 120
Receitas Petrolíferas 120
Fundo Petrolífero 122
Receitas Petrolíferas, Riqueza e Rendimentos Sustentáveis 124
Revisão da Metodologia 125
Receitas Domésticas 130
Parte 7 Despesas 132
Introdução 132
Financiamento de Parceiros de Desenvolvimento 138
Salários, Vencimentos e outros Subsídios 144
Bens e Serviços 145
Capital Menor 146
Pagamentos de Transferências Públicas 147
Capital de Desenvolvimento 148
Presidente da República 151
Parlamento Nacional 160
Gabinete do Primeiro-Ministro 168
Secretaria de Estado do Conselho de Ministros 176
Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto 183
Secretaria de Estado dos Recursos Naturais 191
Secretaria de Estado para a Política Energética 197
Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego 203
Secretaria de Estado da Promoção da Igualdade 212
Comissão da Função Pública 219

Ministério da Defesa e da Segurança (Consolidado) 222
Ministério da Defesa e da Segurança 223
Secretaria de Estado da Defesa 226
FALINTIL – FDTL 231
Secretaria de Estado da Segurança 234
PNTL 244
Ministério dos Negócios Estrangeiros 248
Ministério das Finanças 274
Ministério das Finanças – Todo o Governo 280
Ministério da Justiça 282
Ministério da Saúde 289
Ministério da Educação 302
Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território 327
Ministério da Economia e Desenvolvimento 335
Ministério da Solidariedade Social 357
Ministério das Infra-estruturas 374
Ministério do Turismo, Comércio e Indústria 382
Ministério da Agricultura e Pescas 388
Tribunais 402
Procurador-Geral 407
Provedor de Direitos Humanos e Justiça 415
Serviço Público de Difusão de Timor-Leste (SPDTL) 419
Comissão Nacional de Eleições 425
Comissão Anti-Corrupção 428
Electricidade de Timor-Leste 433
Administração dos Portos de Timor-Leste (incluindo Berlin-Nakroma) 438
Aviação Civil (ANATL) 442
Instituto de Gestão de Equipamento 446
Anexo 1 Despesas Incluindo as Agências Autónomas 449
Anexo 2 Despesas Excluindo as Agências Autónomas 450

Anexo 3 - Dotações 451

Anexo 4 – Plano de Capital e Desenvolvimento 2009-2012 473

Anexo 5 – Perfil de Funcionários 490

Funcionários da Função Pública 490

Funcionários fora do regime da Função Pública 506

Funcionários da Agências Autónomas 509

Nomeações Políticas 509

Anexo 6 – Tabelas Salariais 511

Anexo 7 – Lei do Orçamento 514

Anexo 8 – Subsídios das Agências Autónomas 523

Anexo 9 – Carta ao Parlamento Sobre a Decisão para Exceder o Rendimento Sustentável 524

Anexo 10 – Rendimento Sustentável 527

Annexo 11 Requisitos para as transferências do Fundo Petrolífero 532

Anexo 12 - Relatório Do Auditor o Cálculo do Rendimento Sustentável Estimado para o Fundo de Petróleo de Timor-Leste 534

Annexo 13 - Guia do Utilizador 536

DISCURSO DE SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO KAY RALA XANANA GUSMÃO POR OCASIÃO DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE LEI DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA 2009

PARLAMENTO NACIONAL

14 DE JANEIRO DE 2009

Sua Excelência Senhor Presidente do Parlamento Nacional Distintos Deputados Distintos Membros do Governo Senhoras e Senhores,

Estamos hoje nesta "Casa Magna" para apresentar o Orçamento e o Plano de Estado para 2009, e, para, perante este Parlamento Nacional, esclarecer e debater todas as questões que nos forem colocadas, num espírito verdadeiramente democrático e responsável, cumprindo ainda o nosso dever institucional de tornar esta proposta o mais conforme possível com as necessidades e prioridades nacionais.

O Orçamento Geral de Estado para 2009 responde às necessidades urgentes do País:
acelerar processos administrativos e legais conducentes à reconstrução nacional e à redução da pobreza, acelerar o crescimento económico e acelerar o desenvolvimento nacional!

Neste sentido, o orçamento para 2009:

É um orçamento que possibilita a tomada de decisões fundamentais para o desenvolvimento de infra-estruturas básicas em todos os sectores de desenvolvimento;
É um orçamento que privilegia a implementação de políticas de desenvolvimento regional, de forma a reduzir a pobreza nas áreas rurais e a distribuir recursos numa óptica de maior equilíbrio regional;
É um orçamento que investe no capital humano nacional em todas as suas dimensões: investimento na educação e formação profissional, no combate ao desemprego e na maior protecção do poder de compra das famílias, na continuação das medidas de justiça social para os grupos mais vulneráveis e, consequentemente, no reforço da coesão social.

Sua Excelência Senhor Presidente do Parlamento Nacional Distintos
Deputados
Os tempos de hoje estão marcados por acontecimentos internacionais inquietantes do ponto de vista económico e financeiro, decorrentes da crise internacional que tem vindo a afectar, sobretudo, as principais economias

mundiais. As previsões para o crescimento da economia mundial estão a ser revistas em baixa, prevendo o FMI que o crescimento global para 2009 seja de cerca de 2.2%.

Os países em vias de desenvolvimento não registaram perdas tão grandes no sector financeiro, porém estão ainda a sentir as consequências de créditos mais apertados e de uma menor procura das suas exportações. Este panorama global, sombrio e incerto, está ainda a contribuir para pressões inflacionárias, como aconteceu com o surto nos preços de alimentos e combustíveis nos últimos anos, que disparou a inflação para níveis que não se viam há uma década.

Este impacto fez-se sentir especialmente em países em vias de desenvolvimento e Timor-Leste não foi excepção. No entanto, com a **introdução do Fundo de Estabilização Económica** na revisão orçamental de 2008, conseguimos suavizar o impacto da inflação importada sobre bens de consumo essenciais, tais como o arroz, permitindo que o preço pago pelo consumidor timorense não aumentasse na mesma medida que o preço do arroz vendido nos mercados internacionais.

Esta medida, fundamental para a estabilidade do Povo, tem que ser interpretada de forma muito clara e responsável por todos os actores políticos deste País, sobretudo por aqueles que persistem em usar as situações de crise, com potenciais consequências dramáticas para a nossa população, para fazer política muito pouco responsável, para desacreditar este Governo e para defender interesses exclusivamente partidários.

Senhoras e Senhores,

O Fundo de Estabilização Económica cumpriu o seu objectivo! Evitou distúrbios e manifestações populares como assistimos em outros países. Evitou a insegurança alimentar e regularizou os preços do arroz, do cimento e de outros bens, só pelo simples facto de demonstrar que este Governo não iria permitir que alguns comerciantes mais oportunistas pudessem aproveitar a inflação especulativa para aumentar os preços no nosso País. A existência do Fundo neutralizou as más práticas no nosso mercado!
Este instrumento de monitorização da pressão dos preços, mais do que um mecanismo que preveniu uma situação de crise, na altura com contornos imprevisíveis, cumpriu a sua missão de estabilização. E, como prometido, dos 240 milhões aprovados por este Parlamento Nacional, usámos apenas o montante necessário para regularizar o mercado, empregando de forma sensata e prudente os dinheiros públicos.

Este é mais um sinal deste Governo em como o Povo pode confiar na nossa governação. Usámos apenas 29 milhões deste Fundo, retornando o restante para os cofres do Estado – esta é a prova de que **este Governo usa o rigor e a disciplina orçamental, esta é a prova de que a nossa prioridade é proteger os timorenses, as suas famílias e as suas empresas.**

Sua Excelência Senhor Presidente do Parlamento Distintos
Deputados

Apesar da crise internacional, a economia timorense está preparada para continuar a crescer. O nosso plano para 2009 assenta numa política de maximização das despesas reprodutivas e produtoras de emprego, capitalizando as políticas que têm vindo a ser implementadas desde que este Governo tomou posse.

Começámos, passo a passo, a construir fundações sólidas para o crescimento gradual da economia que se quer resistente. Se compararmos este processo ao processo de construção de uma casa, todos concordarão comigo que se as fundações desta não forem sólidas, qualquer chuva ou vento mais forte rapidamente deitarão abaixo esta construção.

O desenvolvimento da economia obriga a um processo de construção semelhante e, por isso, o ano de 2008 foi caracterizado por reformas fundamentais em sectores que estão na base do sucesso do crescimento económico. Passo a passo, temos vindo a construir o caminho para incluir Timor-Leste no ranking dos países que são designados de economias emergentes. A saber:

Em primeiro lugar, **garantimos a estabilidade política e social**, incluindo a resolução de problemas de segurança nacional e introduzindo uma reforma profunda no sector da defesa e da segurança. A segurança e o desenvolvimento económico estão interligados, porque só com paz, tranquilidade e confiança no seio das populações, há condições para desenvolver as actividades necessárias ao crescimento económico, social e político do País.

Em segundo lugar, efectuámos uma **série de reformas nas operações administrativas do Governo e na sua Função Pública**, porque esta é uma componente fundamental da economia formal. Para conduzir o crescimento económico é indispensável que haja capacidade técnica e competência administrativa, ou, por outras palavras: produtividade, profissionalismo, integridade e eficiência na Administração Pública. O expoente máximo desta realização do Governo concretiza-se na criação da Comissão da Função Pública que iniciará funções este ano.

Em terceiro lugar, aprovámos e submetemos ao Parlamento Nacional a **legislação para a criação da Comissão Anti-Corrupção**, que terá um papel fundamental na melhoria da boa governação, que é um capital estratégico para a mobilização correcta dos recursos nacionais em prol do crescimento económico.

Em quarto lugar, **produzimos uma série de documentos legislativos**, estruturantes para o desenvolvimento da sociedade timorense, dos quais salientamos: a Lei de Bases da Educação; a Lei do Regime Tributário; um pacote de Convenções no âmbito da CPLP na área da justiça e no âmbito da língua; a Lei

de Protecção de Bases de Testemunhas; a Lei das Artes Marciais; a Lei da Autorização em Matéria Penal; o Estatuto dos Defensores Públicos; bem como os regimes de adopção; a tutela de menores; o exercício de poder paternal; e, principalmente importante na área da Justiça, a proposta de lei de Código Civil já em discussão no Conselho de Ministros.

Também já em discussão, em Conselho de Ministros, e a ser enviado muito brevemente para o Parlamento, temos a nova Lei do Investimento e o pacote da descentralização, que inclui uma proposta de lei da divisão administrativa e territorial, a proposta de lei do Governo Local e a proposta de lei Eleitoral Municipal.

Em quinto lugar, **aumentámos o investimento do sector público**, financiando novas construções, melhorias em serviços públicos e programas de transferências públicas, políticas essas que aumentaram o poder de compra da população e que, indirectamente, beneficiaram também o sector privado, e criámos ainda cerca de 31 mil empregos, a tempo inteiro, em 2008.

Em sexto lugar, **iniciámos o processo de pagamento de pensões a veteranos, idosos, órfãos e outros grupos mais vulneráveis da nossa sociedade**, aspecto que contribui em muito para reduzir a pobreza e garantir a estabilidade nacional.

Em sétimo lugar, **aumentámos os níveis de produção agrícola de algumas colheitas importantes**, duplicando o valor da exportação do café e aumentando em 21% a produção do arroz em resultado do aumento da área cultivada e de outras medidas tomadas pelo Governo para fomentar a produção agrícola.

Em oitavo lugar, melhorámos os processos e **sistemas de gestão financeira e aumentámos em muito a taxa de execução orçamental**! O total orçamentado para o ano de 2008, já incluindo o rectificativo, foi de 548.3 milhões, excluindo Fundo de Estabilização Económica. Deste valor, já foram pagos 365.1 milhões.

Temos ainda que considerar os 29 milhões de execução do Fundo de Estabilização Económica e os 69.5 milhões das verbas transitadas, os chamados carry overs, o que faz um total de 463.6 milhões que foram injectados na economia.

Distintos Deputados,

Estes números falam por si! O nosso Governo, no seu primeiro ano inteiro de trabalho, em 2008, num processo de reformas e a resolver inúmeros problemas sociais, **conseguiu aumentar a capacidade de execução orçamental em 257%, comparando com a melhor execução do passado, de 180 milhões em dinheiro, no ano fiscal de 2006/7.**

Em nono lugar, **efectuamos uma reforma financeira para actuar de acordo com a Lei e respeitando as**

melhores práticas de gestão das finanças públicas. Assim, a partir de 1 de Janeiro de 2009, nenhuma instituição do Estado estará autorizada a transportar fundos a partir de dotações de anos anteriores. Apenas durante este ano, para efeitos de ajustamento e adaptação a esta nova prática, será permitido o pagamento até 28 de Fevereiro de projectos de capital de desenvolvimento e capital menor.
Esta reforma irá melhorar as ligações entre o Orçamento do Estado e a actividade económica concreta, sendo mais transparente e permitindo uma melhor análise da actividade económica e uma melhor abordagem em relação ao planeamento de actividades.

Estes são apenas alguns dos exemplos que nos dão confiança para frisar que, **este Governo tem, de facto, obra feita**!

E sublinho, esta obra foi feita em condições especialmente adversas, num ano em que grande parte das energias deste executivo foram gastas a resolver problemas herdados, num ano em que sofremos um atentado gravíssimo à nossa soberania nacional, num ano em que condicionantes económicas externas ao País, ameaçaram novamente a nossa estabilidade.

E para aqueles que ainda assim não estão convencidos, basta que circulem por Díli e pelo País e que verifiquem "com os seus próprios olhos", a nova dinâmica que as ruas, o comércio, os lares, as escolas e as Universidades, ganharam nos últimos tempos. Reparem nos jovens, componente fundamental da nossa sociedade, e desmintam, se conseguirem, que estes estão mais unidos e coesos!

Senhor Presidente do Parlamento Nacional Distintos Deputados Senhoras e Senhores,

Estamos a assistir a uma mudança! A uma mudança de atitudes e comportamentos, a uma mudança de mentalidades e a uma mudança de prioridades: os timorenses querem a estabilidade e o desenvolvimento nacional e todos estão dispostos a contribuir para isso.

Umas das razões que motivaram a população a exigir esta mudança, prende-se com o facto de os timorenses sentirem na pele que, ano após ano, estavam a ficar mais pobres. Todos nós já suspeitávamos desta realidade, mas o recente trabalho produzido pelo Banco Mundial e pelo Ministério das Finanças, sobre o índice da pobreza nacional em Timor-Leste, veio confirmar que estamos mais pobres do que estávamos à 5 anos atrás.

Entre os anos de 2001 e o de 2007 a proporção de timorenses que vivem na pobreza aumentou de 36,3% para 49,9% da população total, o que significa que cerca de mais de 200 mil pessoas foram atiradas para abaixo da linha da pobreza, aumentando o número de pobres para 500 mil.

Este triste legado que os anteriores Governos nos deixaram, deve-se à falta de aplicação de medidas concretas

para o desenvolvimento económico. Os Governos anteriores simplesmente falharam em gerir a economia e falharam em providenciar oportunidades para
o nosso Povo.

Assim, este Governo tem o dever moral de alterar a situação de pobreza em que encontrou o País. Um País onde metade da população timorense vive com menos de 88 cêntimos por dia, sendo que destes, metade são crianças, sofrendo de fome e má nutrição, **exige um Governo que trabalhe "de dia e de noite" para alterar esta situação**!

E isto, Distintos Deputados, é o que este Governo tem vindo a fazer. Por isso, peço àqueles que tiveram responsabilidades sobre esta situação em que deixaram o País, que, pelo menos agora, demonstrem o mínimo de respeito pelo trabalho dos outros! A bem dos pobres, a bem da democracia, a bem do País!

Entre 2002 e 2006 houve um crescimento negativo, ao mesmo tempo que as receitas do petróleo têm vindo a aumentar. Já em 2007, segundo o FMI houve um crescimento de 8%, estimando este organismo que em 2008 o crescimento tenha sido de 10%.

Já o disse muitas vezes e repito novamente: temos que investir fortemente no crescimento económico e temos que rever a actual estratégia do Fundo do Petróleo, para que as suas receitas satisfaçam as necessidades da nossa população, para erradicar a fome e diminuir a pobreza e também para melhorar os sistemas de educação e saúde.

A política orçamental para 2009 está concebida para dar mais um passo na construção das nossas fundações que permitirão o crescimento económico, ou seja, o desenvolvimento de infra-estruturas básicas, porque sem estas não há desenvolvimento dos sectores produtivos, não há aumento da competitividade do País, não há aumento das receitas não-petrolíferas que nos libertem da dependência das nossas riquezas naturais para financiar o Orçamento de Estado.
Com este orçamento para 2009, queremos atingir um crescimento real até 10%. Mas não queremos ficar por aqui, temos visão e temos estratégia para crescer ainda mais e este é
o momento certo para a tomada de decisões neste sentido.

Senhor Presidente do Parlamento Nacional Distintos Deputados Senhoras e Senhores,

O total das despesas do Estado de Timor-Leste para 2009 está estimado em **$680.873 milhões**, estando as receitas totais não petrolíferas estimadas em **91.1 milhões**. O défice fiscal é assim de **589.828 milhões**, que terá que ser coberto com verbas do Fundo do Petróleo.

Sendo que o rendimento sustentável está estimado em **407.8 milhões**, o Governo propõe-se a levantar um

montante que excede o Rendimento Sustentável do Fundo Petrolífero em
181.2 milhões, para fazer face ao défice fiscal.

Distintos Deputados, o Governo, tal como vós, reconhece a extrema importância do Fundo de Petróleo, fonte de riqueza para as nossas futuras gerações. Mas, reconhece também que o nosso País não pode estar eternamente dependente deste Fundo para financiar as despesas públicas, antes pelo contrário, estamos avisados de que a única forma de superar uma economia estagnada, absolutamente dependente do sector petrolífero, é investir noutros produtos, viáveis de serem exportados, para equilibrar assim a nossa balança de pagamentos, ou seja, aumentar as nossas exportações face às importações.

No entanto, isto não acontece sem investimento público! Não irá acontecer sem que haja audácia e visão para investir imediatamente em áreas potenciais de desenvolvimento económico, nomeadamente nas infra-estruturas, na agricultura e pescas, no turismo, na educação e na formação profissional.

Isto é o que o nosso instrumento de política financeira vos propõe, cabe-vos a cada um de vós analisar atentamente este documento e, em consciência, decidir se querem avançar com medidas arrojadas para o País que levarão à mudança e ao crescimento gradual da nossa economia ou se, pelo contrário, preferem contar, ano após ano, com as receitas petrolíferas (as mesmas que são para os nossos filhos e netos) para alimentar o Orçamento de Estado.

Para contribuir para esta reflexão chamo ainda a atenção para o seguinte:

Primeiro, já demonstrámos aqui a melhoria histórica da nossa taxa de execução orçamental, que é sem dúvida um factor de confiança para decidir pelo caminho do desenvolvimento;

Segundo, apesar de se ter gasto relativamente muito em 2008, os activos do Fundo Petrolífero passaram de cerca de 1.6 mil milhões de dólares em Agosto de 2007 para 4.2 mil milhões em Dezembro de 2008, prevendo-se que o Fundo continue a aumentar gradualmente a médio prazo e que no final do ano de 2009 o valor previsto seja de 5.4 mil milhões.

Apesar de o preço diário do petróleo ter vindo a descer, tendo em conta a volatilidade dos preços do petróleo, este orçamento foi calculado, como sempre, segundo pressupostos prudentes e reflectindo as melhores práticas internacionais. Para o período de 2009 a 2013 os cálculos da riqueza petrolífera e dos rendimentos sustentáveis, baseiam-se num preço fixo nominal do petróleo de 60 usd/por barril, portanto, 10 usd/por barril inferior aos preços usados na Bolsa Mercantil de Nova Iorque para o período de Dezembro de 2008 a Dezembro de 2013.

Esta abordagem deve constituir garantia suficiente contra a sobrestimação das receitas futuras, em conformidade

com os requisitos de prudência da Lei do Fundo Petrolífero.

Terceiro, neste momento existe apenas um campo em funcionamento na Área de Desenvolvimento Petrolífero Conjunto, o campo Bayu-Undan, estando este ainda na fase inicial de produção e que irá gerar receitas, no mínimo, até 2023, sendo o cálculo destas receitas baseado no cenário baixo de produção. Mas, o cálculo da riqueza petrolífera pressupõe também as receitas futuras esperadas a partir de recursos petrolíferos que ainda estão no leito do Mar de Timor.

Têm sido descobertos novas e potenciais fontes na Área Conjunta e na área a pouca distância do mar de Timor-Leste. O Kitan, que foi recentemente descoberto, foi declarado ser viável em termos comerciais pela empresa ENI, e é esperado que arranque em 2010 - as receitas deste campo poderão brevemente ser incluídas no cálculo da Riqueza Petrolífera, aumentando assim ainda mais o saldo estimado do Fundo Petrolífero. Por outro lado, relativamente ao campo Greater Sunrise, o Governo está a considerar seriamente a opção de trazer a pipeline e a planta de Gás Liquefeito para Timor-Leste, e uma vez que isto aconteça, os rendimentos adicionais das operações fluirão para o Fundo Petrolífero.

Esta é uma realidade a ter em conta quando se faz propaganda negativa contra o Governo, procurando fazer passar a falsa ideia que estamos a hipotecar os recursos das futuras gerações. Felizmente, tendo em conta que fomos abençoados com toda esta riqueza, estamos a ser bastante prudentes na utilização dos nossos recursos, exemplo disto é que só no ano de 2008 a riqueza do Fundo aumentou em 1 bilião do que aquilo que estava previsto e este montante não é gasto.

Quarto, o detalhe dos Planos de Acção Anuais contidos neste orçamento, demonstra claramente as actividades a que o Governo se propõe, a ponderação das prioridades principais do País e a forma como o Plano para 2009 é elaborado de forma integrada de desenvolvimento, incluindo investimento nos sectores produtivos, sem excluir questões fundamentais da nossa sociedade, como a igualdade do género, a inclusão social – especialmente dos jovens - e o combate às assimetrias regionais.

Destaco ainda que já elaborámos o Relatório do Estado da Nação e começámos a preparar o Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional.

Sei que não cumprimos os timings desejados pelos Distintos Deputados, mas têm que compreender que um plano desta natureza, num País em que são tantas as prioridades, não se improvisa! Este Plano tem que ser coerente e devidamente ponderado, analisando detalhadamente todos os factores para que a sua implementação seja uma realidade e não apenas o cumprimento de um requisito, ou seja, não é nossa intenção vir aqui mostrar um "documento bonito" mas despejado de conteúdo, é nossa intenção, sim, apresentar um documento que faça

a diferença para o País e isso significa que seja executável!

Em quinto e último lugar, gostaria ainda de sublinhar que o levantamento extra do Fundo Petrolífero é claramente justificado por interesses de longo prazo para Timor-Leste e para os seus cidadãos. Estamos a investir nos nossos sectores agrícolas e rurais, a desenvolver a base dos nossos recursos humanos, a estabelecer sistemas de funcionamento que encorajem o desenvolvimento do sector privado e a desenvolver um plano integrado de infra-estruturas (que estão entre as mais pobres do mundo) que incluem a provisão a médio prazo de electricidade para todo o País, a melhoria das telecomunicações, e o desenvolvimento dos nossos portos, aeroportos, estradas, sistemas de esgotos e distribuição de água potável.

Sem estas infra-estruturas, qualquer política de desenvolvimento agrícola, industrial e empresarial, não irá ter sucesso. Mais, a educação e a saúde não serão providenciadas como o Povo pediu na Visão 2020, sem que tenham o suporte de infra-estruturas adequadas ao seu desenvolvimento.

Claro que se este Governo, ao tomar posse, tivesse já encontrado um Plano de Desenvolvimento de Infra-estruturas pronto a ser implementado e se tivesse encontrado um sistema mínimo de infra-estruturas básicas estabelecidas no País, não precisaria agora de estar aqui a justificar esta necessidade de usar as nossas riquezas naturais para este projecto estrutural para a nossa Nação. É ainda sabido por todos que o investimento público em infra-estruturas tem-se revelado, em todos os países do mundo, como um importante motor de crescimento e de criação de emprego. É um investimento caro, mas é um investimento comprovadamente rentável para as futuras gerações.

Infelizmente não foi isso que encontrámos, e não pretendemos ficar de braços cruzados à espera que as infra-estruturas, o sector agrícola e o capital humano, se desenvolvam pelos constantes auxílios da comunidade internacional, ou, em última instância, por milagre.

Timor-Leste é um País soberano e tem soberania para utilizar os seus recursos, desde que seja de forma equilibrada e prudente. Não é outra coisa se não isto que estamos a fazer!

Senhor Presidente do Parlamento Nacional Distintos Deputados Senhoras e Senhores,

A apresentação do Orçamento Geral do Estado contempla um orçamento de fontes combinadas que resultou da articulação com os Parceiros de Desenvolvimento na obtenção desta informação e, pela primeira vez, contempla ainda, informação distrito a distrito das verbas que irão ser investidas para cada um deles.

Destaco desde já, que, fora de Díli, o Governo estima investir cerca de:

28 milhões para pensões para os Combatentes da Libertação Nacional, para idosos e grupos vulneráveis;

26 milhões para pagamentos de salários a funcionários;
50.5 milhões em novos projectos identificados especificamente nos distritos;
3.14 milhões em administração local e a sucos;
3.34 milhões em concessões escolares (incluindo refeições escolares) para beneficiar os alunos; e
1.7 milhões em outras concessões para as áreas das artes, desporto e energia alternativa;

Estas são medidas para combater a pobreza nas áreas rurais, que incluem um maior apoio às iniciativas agrícolas através de mais e melhores infra-estruturas, sementes, fertilizantes e equipamentos para o aumento da produtividade. Esta política surge na sequência de medidas já implementadas no ano de 2008, como é o caso da descentralização de serviços para agricultores, materializada na constituição de 8 Centros Regionais e na absoluta prioridade de compra dos seus stocks pelo Governo, em detrimento da importação de bens.

Vamos ainda, a nível distrital, implementar 3 Centros Regionais de Educação para providenciar serviços educacionais descentralizados, implementar 5 novos Gabinetes Regionais de Formação Profissional e Emprego, 8 Gabinetes de Notariado para providenciar serviços de registo civil, novas iniciativas de Serviços de Saúde Integrados, a construção de novas Maternidades, 3 Centros de Saúde Comunitários e 14 novos Postos de Saúde e alojamento. Medidas estas, que estão associadas ao processo de estabelecimento do Governo Local, através do estabelecimento de Assembleias Municipais, eleitas ao nível distrital.

Finalmente, a nossa política integrada de combate às desigualdades regionais, prevê a continuação do apoio a mais de 39 Cooperativas, a criação de 10 Centros de Informações Rurais e a construção de 26 minimercados pelo País, assim como desenvolver um programa de microfinanças, que contribuirá com funções de banca e crédito fora de Díli, para sustentar o crescimento dentro e fora do sector agrícola.

Com todos estes projectos prevê-se a criação de mais de 26 mil postos de trabalho!

Senhoras e senhores,

O investimento público em capital humano é uma condição fundamental para o desenvolvimento nacional. Assim, para além de acções transversais, de capacitação institucional, em todo o Governo, o orçamento de 2009 considera a atribuição de concessões públicas de cerca de 2 milhões para actividades especificamente vocacionadas para os jovens, no âmbito da Secretaria de Estado da Juventude e Desporto, e a atribuição de Bolsas de Estudo a timorenses para estudos na área dos recursos naturais, no valor de 1 milhão.

No âmbito da Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego, iremos iniciar 4 novos programas de transferências no valor de $2.55 milhões, ao longo de quatro anos, que incluem o Programa de Trabalho Temporário e que irão empregar e qualificar cerca de 6.900 jovens (50% mulheres), apoiar o Centro Nacional de Formação Profissional de Tíbar e outros Centros Profissionais e formar cerca de 3.000 pessoas em língua

coreana, para que estes possam aceder ao mercado de trabalho no estrangeiro.

Na área da educação, a implementação da Lei de Bases da Educação, associada à construção e reabilitação de escolas e universidades e à capacitação de professores em várias áreas, irá contribuir para constituir uma força de trabalho mais preparada e qualificada para intervir positivamente no processo de desenvolvimento do País.

Outros sectores fundamentais para o desenvolvimento nacional vão ser alvos de programas de formação e capacitação profissional, directamente através de investimento público ou através de parcerias internacionais, como as áreas do turismo, do comércio, da indústria, das empresas, do sector primário e também nos sectores da segurança e da justiça. Relativamente ao sector da justiça, sublinho que no ano de 2009 se vai dar início à capacitação da polícia em investigação criminal e ao processo de formação de quadros timorenses para a constituição de uma Câmara de Contas, passo fundamental para a fiscalização da legalidade das despesas públicas e do julgamento das contas do Estado, de acordo com a Constituição da República.

Finalmente, porque consideramos que investir no capital humano é, em primeiro lugar, investir naqueles que são o motor de arranque da economia, vamos dar a partir de 2009 especial importância aos funcionários públicos, aqueles que gerem e administram o investimento público.

Isto concretiza-se através da Comissão da Função Pública já aqui referida, mas também através de programas de formação e capacitação institucional e, não menos importante, através de reformas nos seus vencimentos, que irão contribuir para uma maior motivação, maior empenho, mas também maior responsabilidade.

Os servidores públicos que são responsáveis pela prestação de serviços públicos a toda a população, são assim chamados a desempenharem com mais eficácia e profissionalismo as suas funções.

O aumento dos salários e vencimentos, que passam de um total de 58.9 milhões em 2008 para 93.1 milhões em 2009, segundo a implementação de novos Regimes de Carreiras, é uma medida que tem por base não só beneficiar estes funcionários pelo seu mérito, mas também beneficiar, por consequência, todos os cidadãos de Timor-Leste.

Ressalvo, porém, a responsabilidade para que estão desafiados. Os empregados no sector público, agora recompensados pelos seus préstimos à Nação, enquanto administrativos ou gestores, enquanto agentes da segurança e da defesa, enquanto titulares de cargos públicos, enquanto profissionais de saúde, enquanto professores – são responsáveis pela melhoria das condições de vida de todos os timorenses, e disso devem ter consciência, dignificando a sua profissão!

Senhoras e senhores,

O ano de 2009 será o da decisão relativamente a projectos de infra-estruturas, com a elaboração de um plano de desenvolvimento e implementação de projectos que englobe estradas, pontes, portos, aeroportos, barragens, electricidade e saneamento básico.

A provisão de electricidade estável e regular, será essencial para desenvolver a indústria e para melhorar as vidas dos timorenses.

Timor-Leste irá construir duas centrais eléctricas, sendo os calendários para a conclusão das instalações de geração de electricidade faseados, prevendo-se que até finais de 2009 todos os distritos tenham electricidade, 24 horas por dia, e que até finais de 2010, isto seja alargado a todos os sub-distritos.

Adicionalmente serão construídas dez estações transformadoras no País, mais concretamente em Díli, Baucau, Liquiçá, Manatuto, LosPalos, Viqueque, Same, Maliana, Suai e Bobonaro. Um total de 630 quilómetros de linhas aéreas de transmissão possibilitará também uma distribuição nacional.

Este projecto irá, para além de permitir o desenvolvimento de muitos outros sectores criadores de emprego, por si só criar mais de 20 mil postos de trabalho já em 2009.

Este projecto da electricidade não será um projecto isolado, mas sim, faz parte de uma estratégia mais alargada que será apresentada durante o ano de 2009 e que integrará não só o levantamento e estudos de viabilidade para a implementação de projectos, como também o seu processo de socialização e o estabelecimento de mecanismos financeiros, técnicos e legais, para o arranque dos considerados mais prioritários.

Finalmente, temos ainda orçamentado neste documento, relativamente a infra-estruturas,
118.334 milhões, que iniciam uma fase de construção de estradas e pontes, infra-estruturas aéreas e portuárias, projectos de abastecimento de água, as já referidas escolas, instalações de saúde, instalações agrícolas, instalações municipais, armazéns e silos para a segurança alimentar, a aquisição de barcos patrulha para a segurança marítima e a melhoria dos postos de segurança na fronteira, entre outros projectos.

Senhoras e Senhores, Este ano é marcado pela celebração do 10º aniversário do Referendo, onde os timorenses votaram pela Soberania e Independência Nacional! Dez anos é o tempo que, em média, os países com uma história idêntica à nossa, levam a sair de uma situação de pós-conflito.

Se conseguirmos, agora, colocar o País no caminho certo, com estabilidade e unidade nacional, rumo ao desenvolvimento, podemos afastar-nos definitivamente de um cenário sombrio de conflito e pobreza.

Isto só se consegue com políticas estratégicas, que conciliem necessidades imediatas com as de médio a longo

prazo. Isto só se consegue com o trabalho e a vontade de todos os timorenses.

Agradecemos por isso todos os contributos construtivos dos Distintos Deputados para fazer desta proposta de Plano e Orçamento para 2009, um ponto de viragem de combate à pobreza, nas suas mais diversas variantes, e colocar Timor-Leste no caminho do desenvolvimento sustentável.

Conto com a vossa dedicação, colaboração e energia para atingir este grande DESAFIO NACIONAL!

Muito obrigado!

Kay Rala Xanana Gusmão

14 de Janeiro de 2009

Parte 2 Sumário Executivo

Orçamento de Fontes Combinadas

O orçamento de fontes combinadas para 2009 é estimado em $902 milhões, este é composto de $681m de despesas do Estado, e de $221m de despesas pelos parceiros de desenvolvimento de Timor-Leste. Os fundos dos parceiros de desenvolvimento excluem os custos dos serviços da segurança fornecidas pela Força Internacional de Estabilização (ISF) e pela polícia das Nações Unidas (UNPOL). Os quadros 2.1 e 2.2 apresentam um sumário do orçamento de fontes combinadas para o período de transição 2008 a 2012.

Quadro 2.1

Orçamento de Fontes Combinadas 2008 até 2012 ($m)

	2008 Estimativa	2009 Orçamento	2010 Projecção	2011 Projecção	2012 Projecção	Total 4 Anos
Receitas	**242**	**312**	**177**	**143**	**138**	**770**
Receitas Domésticas	51	84	45	52	60	240
Apoio Directo ao Orçamento	-	-	-	-	-	-
Receitas Agências Autónomas	7	7	9	13	36	65
Financiamento Confirmado dos Parceiros	184	221	123	79	42	465
Despesas	**564**	**902**	**793**	**674**	**524**	**2,893**
Recorrente	494	679	544	502	491	2,215
Fundos Orçamento do Estado	*327*	*476*	*430*	*434*	*452*	*1,792*
Fundos dos Parceiros de Desenvolvimento	*167*	*203*	*113*	*68*	*39*	*423*
Capital	70	223	250	171	33	677
Fundos Orçamento do Estado	*53*	*205*	*240*	*161*	*29*	*636*
Fundos dos Parceiros de Desenvolvimento	*17*	*18*	*9*	*11*	*3*	*42*
Fianciamento						
Transferências do Fundo Petrolífero	396	589	-	-	-	589
Conta do Tesouro	74	(1)	-	-	-	(1)

Quadro 2.2

Financiamento do Orçamento de Fontes Combinadas 2008 to 2012 ($m)

	2008 Estimativa	2009 Orçamento	2010 Projecção	2011 Projecção	2012 Projecção	Total 4 Anos
Total das Receitas	2,569	1,344	1,314	1,492	1,466	5,617
Total das Despesas	380	681	671	595	482	1,441
Saldo Fiscal	2,189	663	644	897	984	4,176
Saldo Fiscal Não Petrolífero	(392)	(625)	(616)	(531)	(403)	(2,176)
Financiamento dos Parceiros Confirmados	184	221	123	79	42	465
Total Despesas Fontes Combinadas	564	902	793	674	524	1,905

Durante o período 2009 até 2012, um total de $465 milhões será fornecido a título de fontes externas para apoiar o Governo e as suas actividades.

No Orçamento de Estado para 2009, pela primeira vez foi providenciada informação sobre os projectos dos parceiros de desenvolvimento com parcerias não governamentais com maior detalhe dentro do sector. Durante o período compreendido entre 2009 e 2012 fundos adicionais de $39.5 milhões serão dados para ONG's e actividades não governamentais, destinadas a ajuda humanitária, apoio à imprensa e iniciativas da sociedade civil. Esses projectos estão discriminados no capítulo referente a cada instituição dentro de cada Ministério. A informação sobre esses projectos dá uma visão geral sectorial. Este financiamento não está incluído no Orçamento de fontes combinadas.

A Economia

A economia doméstica timorense está preparada para continuar a crescer, não obstante as condições difíceis noutros pontos do mundo. Através de melhorias na execução orçamental os gastos do sector público continuarão a providenciar um forte estímulo para a procura geral. Para lá disto, à medida que a composição das despesas do sector público mudam para o desenvolvimento tão necessário das infra-estruturas, cada dólar de gastos públicos terá um impacto maior, com a criação de mais empregos e a atracção de investimentos e actividades complementares privados. Em face da dimensão e da composição do orçamento, é esperado que o PIB não petrolífero continue a crescer até 10% em termos reais durante 2009. Isto segue-se a uma taxa estimada de crescimento de 8% em 2007, altura em que a economia recuperava da crise de 2006.

O aumento da despesa do sector público financiou novas construções, melhorou os serviços públicos e programas de transferências que aumentou o poder de compra da população. Indirectamente, aumentando a procura, os gastos do sector público também ajudaram a suportar um forte crescimento no sector privado. Há fortes indícios de que os investidores foram estimulados pela melhoria do ambiente de segurança. Para o futuro, o programa de reforma introduzido em meados de 2008, que reduziu impostos directos e indirectos e direitos de importação, deve fornecer incentivos adicionais para o crescimento futuro do sector privado.

O sector agrícola beneficiou de condições climáticas favoráveis e de um aumento na área sob cultivo e colheita. Em resultado disto, os níveis de produção aumentaram acentuadamente em relação a algumas colheitas importantes. As exportações de café nos primeiros nove meses de 2008 chegaram quase às 14,000 toneladas, o dobro do verificado em anos anteriores. A produção de arroz durante a estação de 2007-08 aumentou 21% em relação ao ano anterior. O aumento na produção resultou na sua maioria do aumento da área cultivada. Em 2007-08 foram cultivados 40.577 hectares, obtendo-se uma produção de 67 mil toneladas de arroz com casca, sendo que em 2006-07 haviam sido cultivados 31,386 hectares, obtendo-se uma produção de 55 toneladas de arroz com casca. São esperados mais aumentos na produção em 2009, altura em que medidas tomadas pelo Governo em 2008 para fomentar a actividade agrícola, como por exemplo centros regionais agrícolas e melhor mecanização, começam a ser utilizadas e resultam no aumento da produtividade.

Os preços ao consumidor aumentaram 9.1% no ano até Setembro de 2008, mais do dobro do aumento no período de 2004 a 2006, mas ainda assim inferior ao pico de mais de 10% em Junho de 2008. A maior parte do aumento na inflação ao longo dos últimos dois anos pode ser atribuída a preços mais elevados de alimentos e combustíveis, os quais têm vindo a afectar países em todo o mundo.

A elevada inflação doméstica tem sido um problema, porém parece estar agora a descer. O preço do arroz e de outros produtos entretanto desceu nos mercados internacionais, o que deve ajudar a moderar as pressões inflacionárias para o futuro. Para além disto, os consumidores timorenses irão beneficiar a curto prazo da recente valorização do USD contra as moedas das nações que exportam para Timor-Leste. Até 2007, Timor-Leste ainda não havia registado progressos no alívio da pobreza e na concretização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs). O Estudo sobre Níveis de Vida em Timor-Leste (ENVTL), conduzido pela Direcção Nacional de Estatística e pelo Banco Mundial, mostra que aproximadamente 50% da população vivem abaixo da linha da pobreza. Isto representa um aumento significativo a partir dos 36% de população que se estimava viverem abaixo da linha da pobreza em 2001.

O ENVTL considera que o aumento da pobreza se ficou a dever na totalidade a um decréscimo no consumo médio per capita, de $42 por mês para $31 por mês (uma redução de 26%).

No cômputo geral, as conclusões do ENVTL apontam claramente para um mau desempenho do crescimento económico como o principal factor justificativo do aumento da pobreza a nível nacional entre 2001 e 2007. Todavia,

com o aumento das despesas do Governo em 2007, o PIB não petrolífero e em particular o consumo nacional aumentaram significativamente, o que deverá permitir o começo da redução dos níveis de pobreza.

Receitas, Rendimento Sustentável e Fundo Petrolífero

É esperado que 2008 vai ser um ano muito bom em termos do total de receitas, em face de um aumento inesperado nas receitas petrolíferas derivado do aumento do preço do petróleo. Dada a grande queda no preço do petróleo, é esperado que o total das receitas em 2009 vão declinar por $1,257 milhões a partir das estimativas de cobrança de receitas em 2008. É esperado que o total das receitas petrolíferas caia de um total estimado de $2,510 milhões em 2008 para $1,253 milhões em 2009. As receitas não petrolíferas deverão aumentar de um total estimado de $59 milhões em 2008 para $96 milhões em 2009.

Quadro 2.3

Receitas Totais 2008 to 2012 ($m)

	2008 Estimativa	2009 Orçamento	2010 Projecção	2011 Projecção	2012 Projecção	Total 4 Anos
Receitas Total	**2,569**	**1,344**	**1,314**	**1,492**	**1,466**	**5,617**
Receitas Petrolíferas	2,510	1,253	1,260	1,428	1,388	**5,329**
Receitas Domésticas	36	49	34	41	48	**172**
Taxas de Utilização	11	31	7	7	8	**54**
Juros	4	4	4	4	4	**14**
Agências Autónomas	7	7	9	13	19	**48**
Apoio Directo ao Orçamento	-	-	-	-	-	**-**

Quadro 2.4

Rendimento Sustentável do Fundo Petrolífero 2007 até 2012 ($m)

	2008 Estimativa	2009 Orçamento	2010 Projecção	2011 Projecção	2012 Projecção
Rendimento Sustentavel	396	408	401	401	400
Levantamentos Actuais do Fundo Petrolifero	396	589	401	401	400
Requiramento de Caiza do Defice	392	625	616	531	403

Quadro 2.5

Saldo Estimados do Fundo Petrolífero 2008 até 2012 ($m)

	2007 Actual	2008 Estimativa	2009 Orçamento	2010 Projecção	2011 Projecção	2012 Projecção
Saldo de Abertura	**1,394**	**2,086**	**4,215**	**4,876**	**5,733**	**6,758**
Receitas Petrolíferas	640	2,361	1,163	1,103	1,243	1,173
Juros	33	149	90	157	185	215
Alteracao no Valor do Fundo	60	15	-	-	-	-
Taxa de Gerência de ABP	1	1	2	2	2	2
Levantamentos	40	396	589	401	401	400
Saldo ao Fim do Ano Fiscal	**2,086**	**4,215**	**4,876**	**5,733**	**6,758**	**7,743**

Orçamento Geral do Estado Para Timor-Leste

O Governo está a dar os primeiros passos no que se que pretende ser um programa de 15-20 anos de obras públicas principais que, de um modo ou de outro, toca nas vidas de todo o povo, trazendo melhores oportunidades económicas, melhores comunicações e melhor bem-estar para todos.

O Governo irá igualmente concentrar-se em outras questões cruciais para o desenvolvimento do país. Incluindo:

- Melhorar a qualidade de vida para os Timorenses que vivem nas áreas rurais;
- Aumentar as oportunidades de emprego para todo os Timorenses; e
- Melhorar as infra-estruturas principais do país.

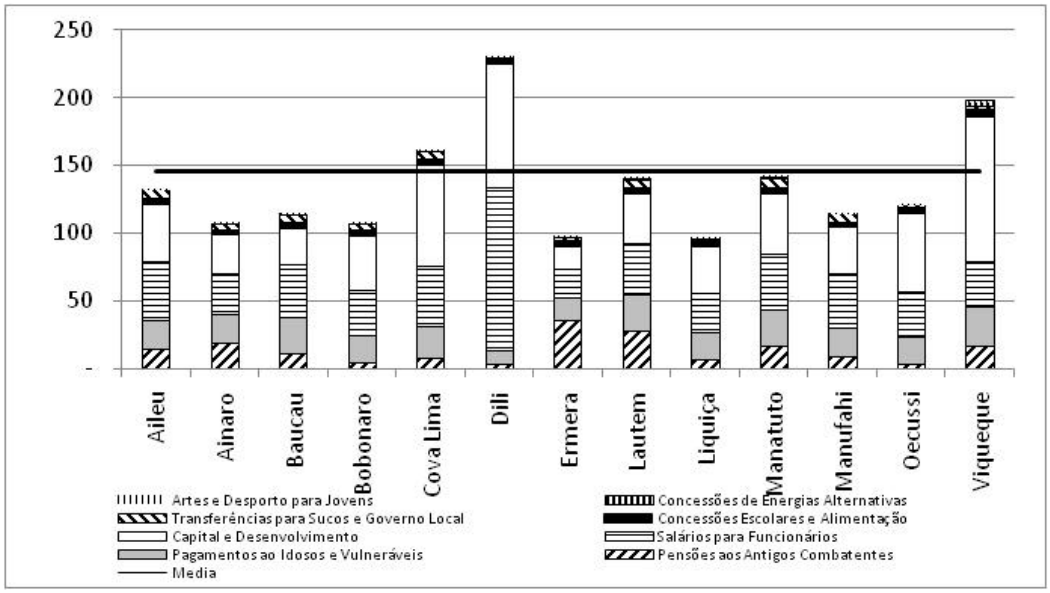
É a primeira vez que o Governo informa no Orçamento de 2009 o impacto orçamental das suas actividades por cada distrito. Fora de Díli o Governo estima que vai:

- pagar $28.1 milhões em pensões, subsídios aos idosos e vulneráveis, e combatentes da libertação nacional;
- pagar aproximadamente $25.7 milhões em salários aos funcionários;
- investir aproximadamente $50.5 milhões nos projectos novos identificados especificamente nos distritos; e
- providenciar aproximadamente $6.9 em concessões públicas.

Gráfico 2.1 mostra a distribuição de despesas do Governo por distrito numa base *per capita*.

Gráfico 2.1

Despesas do Governo nos Distritos em Base per Capita



Quadro 2.6

Orçamento do Estado Figuras Agregadas 2008 to 2012 ($m)

	2008 Estimativa	2009 Orçamento	2010 Projecção	2011 Projecção	2012 Projecção	Total 4 Anos
Total das Despesas	**380**	**681**	**664**	**588**	**475**	**2,408**
Salários e Vencimentos	52	94	95	**98**	101	**387**
Bens e Serviços	176	247	224	**229**	235	**935**
Capital Menor	19	38	31	**24**	25	**118**
Transferências	81	96	81	**83**	92	**352**
Juros sobre Dividas Publicas	-	-	-	**-**	-	**-**
Capital Desenvolvimento	53	205	234	**154**	23	**616**

Salários

Reformas consideráveis com implicações nos Salários e Vencimentos no sector público foram finalizados em 2008. Este facto tem um impacto salarial de $93 milhões no orçamento em 2009. As reformas incluem:

- implementação do novo regime de carreiras para a função pública;
- introdução de uma gestão a nível superior e médio na estrutura da função pública;
- implementação do um novo sistema de remuneração para as forças da defesa e de segurança;
- reforma dos salários para titulares;
- introdução de abonos para profissionais de saúde;
- Nova classificação dos abonos incluídos anteriormente em bens e serviços para ajudas de custo de vida para os diplomatas (nota - este aumento nos salários é compensado por uma diminuição de igual montante na categoria de bens e serviços);
- pagamento dos professores de escolas não governamentais;
- introdução de instituições novas; e
- funcionários adicionais nos ministérios e instituições existentes.

Bens e Serviços

Um total de $248 milhões foi orçamentado para bens e serviços. Os artigos principais no orçamento dos bens e serviços incluem:

- segurança alimentar ao longo prazo;
- combustível para subsidiar a produção de electricidade;
- custos associados com as operações da PNTL e das F-FDTL;
- custos associados com os materiais e outros consumíveis escolares;
- pagamentos de impostos;
- pagamentos para profissionais de saúde cubanos; e
- custos operacionais do Estado.

Transferências Públicas

O governo vai fazer $96 milhões em pagamentos de transferências públicas durante 2009. Estes incluem concessões públicas em $63 milhões para finalizar os pagamentos aos IDP's e $33 milhões para pensões e subsidios aos:

- ex-titulares e ex-membros do Governo;
- idosos e vulneráveis;

- combatentes da libertação nacional.

Despesas de Capital

2008 marcou o início de um período de estabilização e reforma das instituições públicas, 2009 marca o início de um período em que Timor-Leste começará a investir nas infra-estruturas necessárias para assegurar a futura prosperidade da nação.

Presentemente Timor-Leste carece de infra-estruturas básicas em todos os sectores. A rede rodoviária é deficiente e inadequada, não existe suficiente água para consumo humano e agricultura, não existe um adequado saneamento básico, as comunicações aéreas e terrestres estão subdesenvolvidas, as telecomunicações são caras e não cobrem o país e a electricidade continua a ser um sonho distante para muitos timorenses enquanto muitos outros carecem de fornecimento de electricidade intermitente e incerto.

A electricidade é considerada um elemento essencial do desenvolvimento nacional, de uma melhor qualidade de vida e melhores serviços públicos. Por este motivo, o Governo escolheu um projecto principal para desenvolver a electricidade como o projecto para o ano das infra-estruturas. No último trimestre de 2008, o Governo assinou um contrato com um consórcio para construir facilidades eléctricas para produção e distribuição de electricidade, uma costa norte e uma no sul, e uma linha de transmissão de alta voltagem que serve todos os distritos excepto o Oecussi. Esta rede nacional será ligada às comunidades principais, a começar com os centros urbanos principais que já têm um sistema de distribuição instalado.

Quadro 2.7

Orçamento Geral do Estado 2008 até 2012 ($m)

	2008 Estimativa	2009 Orçamento	2010 Projecção	2011 Projecção	2012 Projecção	Total 4 Anos
Subsector Estado						
Receitas	**2,561.8**	**1,337.3**	**1,305.1**	**1,479.4**	**1,447.1**	**5,568.9**
Receitas Petrolíferas	2,510.4	1,253.1	1,260.2	1,427.8	1,387.5	5,328.6
Impostos e Direitos	2,336.7	1,138.0	1,074.4	1,219.3	1,149.2	4,580.9
Juros do Fundo Petrolífero	148.9	90.1	156.9	184.8	214.6	646.3
Outras Receitas Petrolíferas	24.8	25.0	28.9	23.7	23.8	101.4
Receitas Domesticas	51.4	84.2	44.9	51.6	59.5	240.3
Impostos Directos	15.4	11.1	13.0	15.4	18.2	57.6
Impostos Indirectos	21.0	38.2	21.4	25.3	29.8	114.7
Taxas de Utilizacao e Outras Receitas	11.1	31.5	6.9	7.5	8.0	53.9
Juros	4.0	3.5	3.5	3.5	3.5	14.0
Apoio Orçamental	-	-	-	-	-	-
Despesas Operacionais	**207.2**	**337.6**	**308.2**	**309.7**	**319.0**	**1,274.5**
Salários e Vencimentos	50.3	92.1	93.3	96.3	99.2	381.0
Bens e Serviços	139.5	209.5	187.2	192.2	197.9	786.8
Capital Menor	17.4	36.0	27.6	21.1	22.0	106.7
Juros das Dividas Públicas	-	-	-	-	-	-
Transferências Públicas	**81.1**	**96.4**	**80.7**	**83.3**	**91.6**	**351.9**
Concessões Públicas ás Organizações e Individuais	59.5	63.0	36.2	28.9	32.1	160.1
Segurança Social e Pensões	21.6	33.4	44.5	54.4	59.5	191.8
Capital e Desenvolvimento	**45.8**	**196.1**	**232.6**	**154.1**	**22.6**	**605.4**
Infra-estraturas e Desenvolvimento Físico	45.8	196.1	232.6	154.1	22.6	605.4
Acções ou Compra de Instrumentos Financeiros	-	-	-	-	-	-
Subsídios para Agências Autônomas	**39.0**	**43.8**	**39.9**	**35.2**	**29.7**	**148.7**
Subsídios Operacionais	32.0	34.6	32.2	28.7	23.0	118.4
Investimento de Capital e Desenvolvimento	6.9	9.2	7.7	6.6	6.7	30.2
Saldo Orçamental Subsector Estado	**2,315.6**	**663.3**	**643.8**	**897.2**	**984.1**	**3,188.4**
Subsector - Agências Autônomas	-	-	-	-	-	-
Receitas	**46.1**	**50.7**	**49.1**	**48.0**	**48.5**	**196.3**
Transferências do Subsector Estado	39.0	43.8	39.9	35.2	29.7	148.7
Receitas das Agências Autônomas	7.1	6.9	9.2	12.8	18.8	47.7
Despesas Operacionais	**39.1**	**41.5**	**41.4**	**41.4**	**41.8**	**166.1**
Salários e Vencimentos	1.3	1.7	1.7	1.5	1.6	6.4
Bens e Serviços	36.3	37.7	36.8	36.9	37.0	148.4
Capital Menor	1.6	2.1	3.0	3.0	3.2	11.2
Juros de Dividas Públicas	-	-	-	-	-	-
Capital e Desenvolvimento	**6.9**	**9.2**	**7.7**	**6.6**	**6.7**	**30.2**
Saldo Orçamental Subsector Agências Autônom	**(0.0)**	**-**	**(0.0)**	**(0.0)**	**-**	**(0.0)**

Quadro 2.8

Fluxo de Caixa Estimado para o Estado 2008 até 2012 ($m)

	2008 Estimativa	2009 Orçamento	2010 Projecção	2011 Projecção	2012 Projecção
Saldo de Caixa no Inicio do Ano					
Saldo da Conta do Tesouro	180.9	178.2	135.1	125.9	113.1
Saldo das Agências Autónomos	27.6	34.7	41.6	50.8	63.5
Total Saldo de Caixa no Inicio do Ano	**208.5**	**212.9**	**176.7**	**176.7**	**176.7**
Entradas de Caixa durante do Ano					
Receitas Não Petrolíferas (Excluindo Agências Autónomas	51.4	84.2	44.9	51.6	59.5
Receitas Excluindo Agências Autónomas	7.1	6.9	9.2	12.8	18.8
Levantamentos Sustentáveis do Fundo Petrolífero	396.0	407.8	400.8	400.6	400.4
Levantamentos Extraordinários do Fundo Petrolífero	-	181.2	-	-	-
Emprestimos	-	-	-	-	-
Fontes não confirmadas	-	-	215.6	130.0	3.0
Total de Entradas de Caixa durante o Ano	**454.5**	**680.0**	**670.5**	**595.0**	**481.7**
Saídas de Caixa durante o Ano	0	**-**	0	0	0
Depesas de Anos Anteriores	70.0	35.4	-	-	-
Despesas relatives do Ano Corrente	380.1	680.9	670.5	595.0	481.7
Total de Saídas de Caixa durante do Ano	**450.1**	**716.3**	**670.5**	**595.0**	**481.7**
Balanço de Caixa no Fim do Ano					
Saldo da Conta do Tesouro	178.2	135.1	125.9	113.1	94.3
Saldo das Agências Autónomos	34.7	41.6	50.8	63.5	82.3
Saldo Total no Fim do Ano	**212.9**	**176.7**	**176.7**	**176.7**	**176.7**

Quadro 2.9

Financiamento do Orçamento do Estado 2008 até 2012 ($m)

	2007 Actual	2008 Estimativa	2009 Orçamento	2010 Projecção	2011 Projecção	2012 Projecção	Total 4 Anos
Receitas Petrolíferas	**707.2**	**2,561.8**	**1,337.3**	**1,305.1**	**1,479.4**	**1,447.1**	**5,616.5**
Receitas Não Petrolíferas	**40.9**	**58.5**	**91.0**	**54.1**	**64.4**	**78.3**	**287.9**
Despesas (Incluindo Verbas Transitadas	**-**	**450.1**	**716.3**	**670.5**	**595.0**	**481.7**	**1,440.6**
Saldo Fiscal	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Saldo Fiscal Todo o Estado	707.2	2,111.7	621.0	634.6	884.4	965.3	3,105.3
Saldo Fiscal Todo o Estado - Não petrolífero	40.9	(391.6)	(625.2)	(616.4)	(530.6)	(403.4)	(2,175.7)
Financiamento Necessario	(40.9)	391.6	625.2	616.4	530.6	403.4	2,175.7
Financiamento atraves do Fundo Petrolífero	(40.9)	396.0	589.0	-	-	-	
Financiamento atraves de emprestimos	-	-	-	-	-	-	
Financiamento atraves do saldo de caixa	-	(4.4)	36.2	-	-	-	
Posição Financieira do Estado	-	-	-	-	-	-	
Obrigações de Anos Anteriores (Jan)	46.3	118.8	36.7	-	-	-	
Saldo de Caixa no fim do Ano	-	212.9	176.7	176.7	176.7	176.7	

Parte 3 – Desenvolvimento dos Distritos

Introdução

Pela primeira vez, mais concretamente no Orçamento de Estado para 2009, o Governo publicou informações sobre o impacto orçamental das suas actividades por Distrito. Os resumos de distrito publicados contêm um breve panorama do distrito, bem como um mapa do distrito e uma estimativa do dinheiro que aí se espera gastar.

Tipos de Despesas nos Distritos

O perfil mostra as despesas directas que podem ser identificadas para cada distrito, as quais estão divididas em salários e vencimentos pagos a empregados do Estado, bem como pagamentos de transferências feitos a grupos como concessões públicas ou a indivíduos como subsídios / pensões ou pagamentos de segurança social.

As estimativas sobre salários e vencimentos baseiam-se no número de funcionários actualmente empregados no distrito e no novo salário que irão receber no seu regime de carreira. As estimativas não incluem montantes para postos de direcção nem pagamentos de horas extraordinárias ou sanções.

As estimativas sobre pagamentos de pensões e subsídios foram realizadas em conjunto com o Ministério da Solidariedade Social. Estes pagamentos baseiam-se num número pressuposto de beneficiários das pensões para Antigos Combatentes na Luta pela Libertação, bem como de subsídios para cidadãos idosos e vulneráveis.

Os pagamentos de subsídios a idosos são feitos a cidadãos timorenses residentes em Timor-Leste com idade igual ou superior a 60 anos. Os pagamentos a inválidos (vulneráveis) são feitos a cidadãos timorenses residentes em Timor-Leste, com mais de 18 anos, e que devido a alguma condição mental ou física estão impossibilitados de fazer parte da população activa.

O Ministério da Administração Estatal fornece dois tipos de concessões públicas aos distritos, nomeadamente pagamentos contínuos aos Sucos e os novos pagamentos que irão formar a base para blocos de concessões do governo central para o governo local. Os pagamentos aos Sucos consistem em duas componentes. Em primeiro lugar há pagamentos de incentivos de $35 por mês feitos ao Chefe de Suco e de $25 por mês a cada membro de Conselho de Suco. Em segundo lugar há um pagamento ao Suco relativo à administração de aldeias. Cada Suco recebe fundos de acordo com a fórmula mensal constante da Quadro 3.1.

Quadro 3.1

Pagamentos Mensais a Sucos referentes à Administração de Aldeias

1 a 4 Aldeias	$83
4 a 9 Aldeias	$93
10 a 14 Aldeias	$103
>15 Aldeias	$113

O Ministério da Educação fornecerá dois tipos de concessões públicas às escolas em todos os distritos. Em primeiro lugar, o Ministério fornece $2.500 milhões em concessões directamente à escola, para trabalhos menores de manutenção e fornecimentos menores, tais como giz ou papel. Em segundo lugar o Governo, em conjunto com o Programa Mundial de Alimentação (PMA), fornece $1.500 milhões em concessões para o programa de refeições escolares.

A Secretaria de Estado da Política Energética fornecerá concessões no valor total de $0.829 milhões para comunidades em vários distritos, relativamente a actividades que visem dotar as comunidades com fontes alternativas de energia, incluindo energia solar, Biogás, agroenergia e energia hidroeléctrica.

A Secretaria de Estado da Juventude e Desporto vai gastar concessões no valor total de $0.444 milhões para comunidades em vários distritos, relativamente a acções desportivas para os jovens da nação.

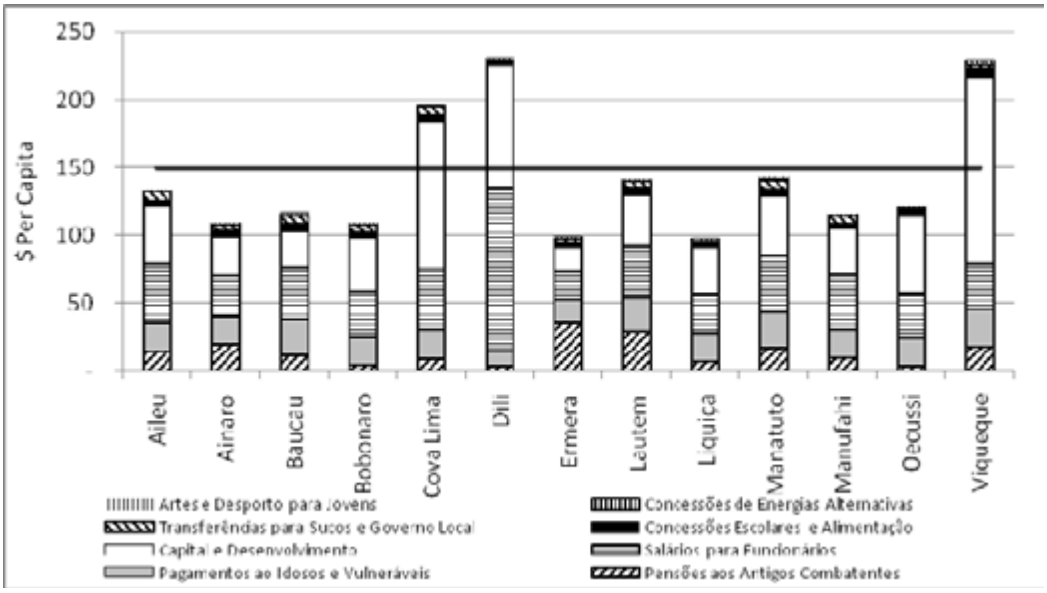
Fora de Díli, o governo estima que irá:

- gastar $28,1 milhões em subsídios e pensões para cidadãos idosos e vulneráveis, bem como a antigos combatentes na luta pela libertação;
- gastar aproximadamente $25.7 milhões em pagamentos a empregados;
- investir aproximadamente $50.5 milhões em novos projectos identificados especificamente nos distritos; e
- gastar aproximadamente $6.9 milhões em concessões públicas a sucos e escolas primárias nos distritos fora de Díli.

O Gráfico 4.1 ilustra a distribuição por distrito dos gastos do Governo, numa base *per capita*.

Gráficas 3.1

Despesas do Governo Distrital numa Base per Capita



Díli

O Distrito de Díli tem uma área de 372 km². Aquando do censo de 2004 havia uma população de 181,997 pessoas. O Distrito de Díli está situado ao longo da costa norte da ilha de Timor-Leste, a aproximadamente 60 quilómetros da fronteira com Timor Ocidental. Em termos geográficos o distrito é variado. Para lá de estradas costeiras e praias, o distrito estende-se para o sul em terrenos montanhosos acidentados. O Distrito de Díli inclui também a ilha de Ataúro, localizada aproximadamente a 30 quilómetros a norte da costa da cidade de Díli, que é a capital do país. O Distrito de Díli está delimitado pelo Distrito de Aileu a sul, pelo Distrito de Liquiçá a oeste pelo Distrito de Manatuto a leste.

O Distrito de Díli engloba seis sub-distritos, os quais são apresentados no quadro 3.2 juntamente com os respectivos sucos.

Quadro 3.2

Sub-Distritos e Sucos de Dili

Ataúro	Cristo Rei	Dom Aleixol	Metinaro	Nain Feto	Vera Cruz
Beloi	Bidau Santana	Bairro Pite	Duyung	Bidau Lecidere	Caicoli
Biqueli	Balibar	Kampung Alor	Sabuli	Akadiru-Hun	Dare
Macadade	Becora	Comoro		Santa Cruz	Lahane Ocidental
Maquili	Meti Aut	Fatuhada		Lahane Oriental	Mascarinhas
Vila	Kamea			Bemori	Vila Verde
	Kulu Hun			Gricenfor	Colmera
	Hera				Motael

O Distrito de Díli Contém aproximadamente 142 quilómetros de rede rodoviária, composta por 66 quilómetros de Estradas Nacionais e por 20 quilómetros de Estadas Secundárias.

Dili – Gastos do Governo em 2009

Em 2009 o Governo irá:

- gastar $0.569 milhões em pensões para antigos combatentes na luta pela libertação e mais de 1.821 milhões em subsídios para cidadãos idosos e vulneráveis no distrito;
- investir $14.450 milhões em projectos de capital e desenvolvimento especificamente em Díli;
- empregar mais de 10,200 pessoas com $21.170 milhões em salários.

Gráfico 3.2

Despesas do Governo Directo no Distrito de Dili 2009

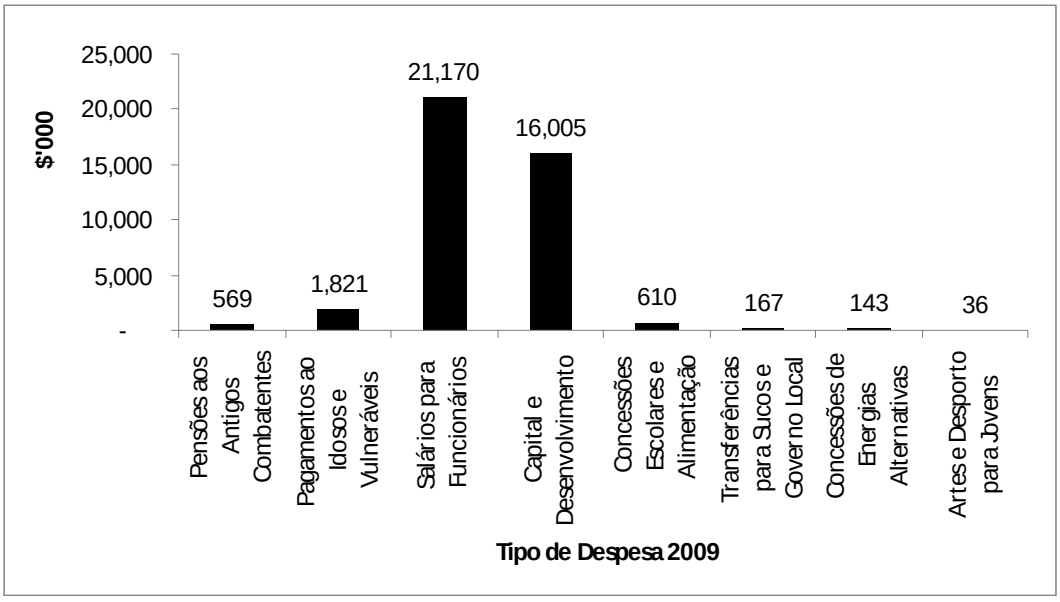
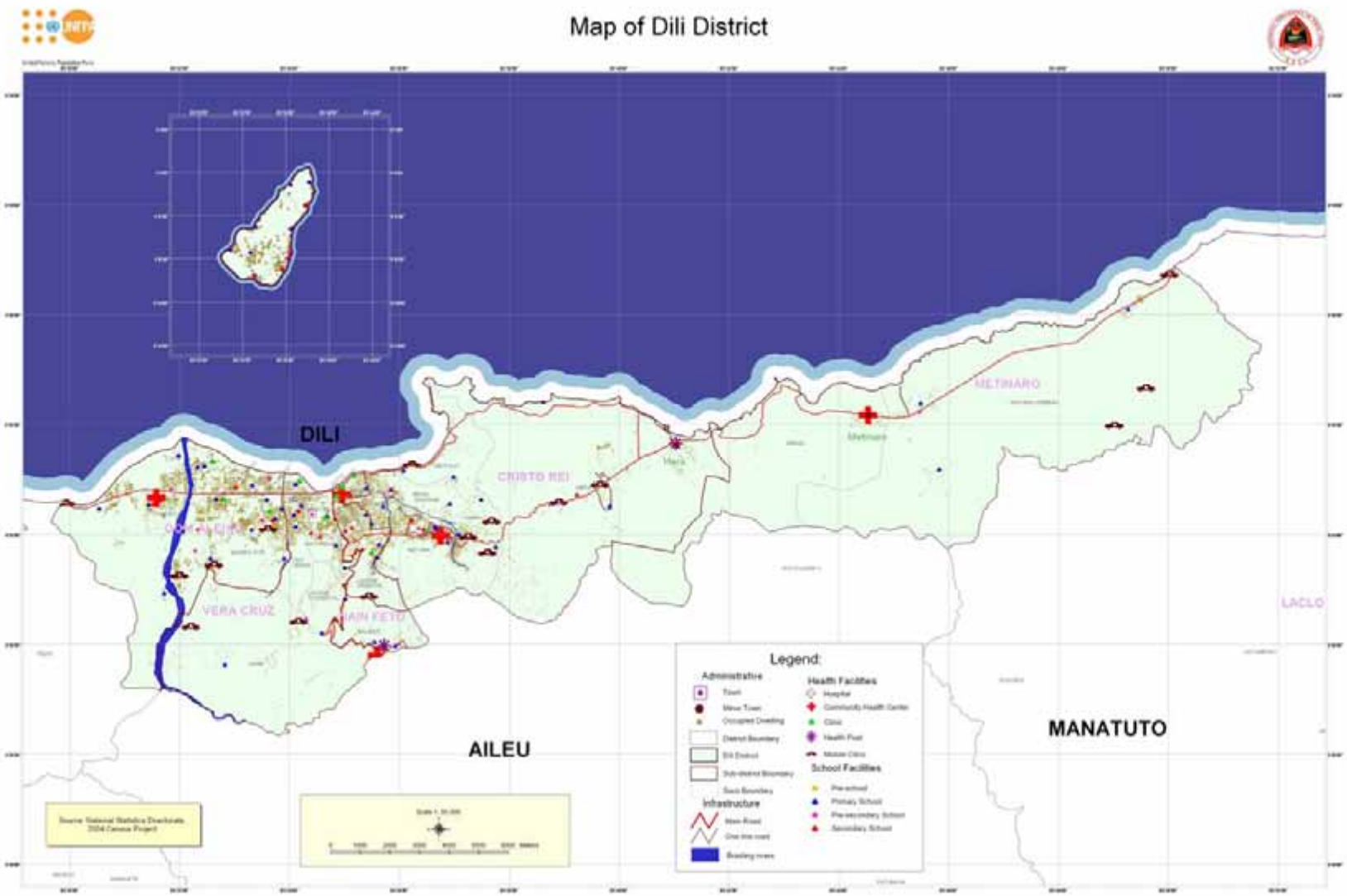


Figura 3.1 Mapa do Distrito de Dili



Perfil de Funcionários e Serviços do Governo

Existem actualmente 10,205 funcionários do Estado a trabalhar no Distrito de Díli e incluem:

- 610 Polícias;
- 1,179 Professores do Ensino Primário;
- 731 Professores do Ensino Secundário;
- 45 Médicos Locais (incluindo especialistas) e um adicional 83 doutores Cubanos;
- 375 Enfermeiros e Parteiras.

Concessões Escolares

O Ministério da Educação fornecerá um total de $0.610 milhões em concessões públicas gerais para escolas no Distrito de Díli. O Distrito de Díli receberá um total de $0.988 milhões em concessões para o programa de refeições escolares, dos quais $0.183 milhões serão financiados pelo Estado e $0.805 milhões pelo Programa Mundial de Alimentação. Isto beneficiará aproximadamente 23,400 estudantes da escola primária no distrito de Díli.

Concessões relativas a Arte e Desporto para a Juventude

A Secretaria de Estado da Juventude e Desporto vai gastar um total de $0.036 milhões em concessões públicas para organizações comunitárias no Distrito de Díli, para promover actividades entre os jovens que envolvam artes e desporto.

Concessões da Administração Estatal

O Ministério da Administração Estatal fornecerá uma concessão ao Distrito de Díli totalizando $0.167 milhões para a continuação de pagamentos a sucos e a vencimentos de membros dos Conselhos de Sucos no Distrito de Díli.

Concessões para Energias Alternativas

A Secretaria de Estado da Política Energética fornecerá concessões num total de $0.143 milhões para comunidades no Distrito de Díli para actividades da energia solar.

Perfil de Subsídios para Cidadãos Idosos e Vulneráveis

Em 2008 o Ministério da Solidariedade Social identificou um total de 7,586 pessoas elegíveis para receberem subsídios com base em idade avançada ou invalidez no Distrito de Díli. Deste total, 6,705 eram idosos e 881 eram inválidos. Usando estes números como base para 2009, o Governo irá pagar subsídios no valor de $1.820 milhões no Distrito de Díli.

Combatentes na Luta pela Libertação

Existem actualmente 418 combatentes conhecidos no Distrito de Díli. Destes, um total de 6 concluiu os requisitos necessários para receberem as suas pensões. Outros 137 deverão concluir esses requisitos durante 2009. É esperado que os restantes 275 o façam durante 2010 e 2011.

O Ministério das Finanças prevê pagamentos a esses antigos combatentes num total de $0.569 milhões em 2009, o que irá abranger os pagamentos retroactivos referentes aos 12 meses de 2008 e os pagamentos normais para 2009.

Quadro 3.3

Perfil do Capital de Desenvolvimento para 2009 a 2012

	2009	2010	2011	2012	Total
F-FDTL – Armeiro de Metinaro	730	-	-	-	730
Controlo de Cheias e Obras de Mitigação -(Comoro River - - Dili)	100	-	-	-	100
Manutenção Periódica de Estradas Nacionais (Dili 15 km A01/A02/A03)	1,500	-	-	-	1,500
Construção de uma Sede para o Ministério da Solidariedade Social	-	400	444	-	844
Jardim e Pavimentos na Sede	-	-	-	-	-
Posto de Carros Funerários	30	-	-	-	30
Construção de Vedação - Ministério da Solidariedade Social	75	-	-	-	75
Reparar o Sistema de Saneamento no Escritório em Díli	-	-	-	-	-
Posto de Segurança sede de Díli	20	-	-	-	20
Nova Instalação para a Sede do Secretariado de Juventude e Desporto	500	500	-	-	1,000
Construção de Novas Instalações para Municipalidades – Díli	500	750	500	-	1,750
Reabilitação do Auditório na radiodifusão Público	500	-	-	-	500
Construção de Posto de Saúde em Nain Feto	35	4	-	-	39
Vedação no Campo de Metinaro	450	50	-	-	500
Construção de uma Unidade de logísticas das Forças em Metinaro	135	15	-	-	150
Garagem para Reparações Militares em Metinaro	135	15	-	-	150
Construção da Sede para a Comissão do Nacional das eleições	750	1,250	500	-	2,500
Reabilitação do Centro da Promoção (Marcado Lama)	-	500	500	-	1,000
Reabilitação do Mercado de Fornecimento em Hera para vendedores locais	-	450	50	-	500
Segunda Fase de Obras na Areia Branca	300	-	-	-	300
Construção de um Parque Comunal de Recreação em Taci Tolu	-	500	1,300	200	2,000
Reabilitação da Gabinete para a Inspecção do Jogos	-	90	10	-	100
Reabilitação de Estradas Rurais (Díli)	200	300	300	300	1,100
Novo Sede para o Ministério da Justiça	-	1,500	1,500	1,000	4,000
Segunda Fase do Complexo para Reciclagem de Óleos Usados	300	-	-	-	300
Nova Instalação para a Sede do Notariado	750	750	-	-	1,500
Construção de uma Clínica na Academia de Polícia	35	-	-	-	35
Estabelecimento de um Mercado Para Animais Vivos em Comoro	113	12	-	-	125
Estabelecimento de Facilidades Para Talhos em Comoro	45	5	-	-	50
Nova Construção Escola Primária 660 Ailelehun Dili	-	130	39	-	169
Reabilitação Escola Primária 638 Farol	-	125	37	-	162
Reabilitação SDN Maloa/ Escola Primária 773 Amigo de Jesus	-	100	30	-	130
Nova Construção Escola Primária 678 Nº02 Metinaro (Manleu)	-	140	42	-	182
Nova Construção Escola Primária 657 Ailok	-	170	51	-	221

	2009	2010	2011	2012	Total
Nova Construção Escola Primária 670 Camea Raihun	-	130	-	-	130
Nova Construção Escola Primária 630 Ailok Laran/Maloa	-	130	-	-	130
Nova Construção Escola Primária 651 Tuanalaran	200	60	-	-	260
Reabilitação Escritório Dir. Nacional de Edu de Adultos e Não Formal	-	200	60	-	260
Continuação Reabilitação Escritório do ME Vila Verde	-	-	-	-	-
Nova Construção do Armazém do ME	-	250	60	-	310
Nova Construção do Escritório Prefabricado no adjacente do ME	-	-	-	-	-
Reabilitação Faculdade de Engenheira de UNTL Hera	500	150	-	-	650
Consultores de Arquitectura e design para Reabilitação das Instalações no recinto da Faculdade de Engenheira de UNTL Hera	-	200	60	-	260
Consultores de Arquitectura e design para Nova Construção das Instalações de UNTL Faculdade de Agricultura em Hera	300	90	-	-	390
Reabilitação de Centros de Sucos - Acadiru Hun	7	-	-	-	7
Reabilitação de Centros de Sucos - Vila Verde	7	-	-	-	7
Reabilitação de Centros de Sucos - Bairro Pite	7	-	-	-	7
Reabilitação de Centros de Sucos - Santa Cruz	7	-	-	-	7
Construção de uma Garagem Para os Novos Carros	81	9	-	-	90
Reabilitação do Cano Para Fornecimento da Água em Cristo Rei	40	-	-	-	40
Reabilitação da Linhagem para Fornecimento de Água entre Becussi e Dili	-	-	-	-	-
Substituição do Cabo Subterrâneo no Porto	50	-	-	-	50
O Reforço do terreno recuperado e os armazéns para bens perigosos no Porto de Díli	2,610	290	-	-	2,900
Construção de um plano Inclinado na baía de Tibar Conjuntamente com o Governo de Alemanha	1,000	1,000	-	-	2,000
Finalização da Ponte em Bemos	51	-	-	-	51
Reabilitação de Estradas Urbanas, Passeios e Drenagem (Díli)	400	1,500	1,500	1,500	4,900
Segunda Fase da Reabilitação da Residência Oficial do Presidente do Parlamento	375		-	-	375
Finalização das Obras na Novo Complexo Presidencial	500	-	-	-	500
Melhorar Fornecimento de água em Díli (Fundos Contrapartidas com BAD)	250	-	-	-	250
Vedação e Jardim no Novo Sede de Terras e Propriedades	327	33	-	-	360
Programa de Reabilitação do Edifício em Comoro	200	-	-	-	200
Programa de Renovar o Terreno em Comoro	200	-	-	-	200
Reparos Principais de Geradores em Comoro	1,500	-	-	-	1,500
Reparos de Emergências para Geradores em Comoro	300	-	-	-	300
Manutenção de estradas entre distritos - Díli/Liquiça/Ermera	220	-	-	-	220
Construção de Mini Mercado – Manleuana	20	-	-	-	20
Construção de uma residência para o Vice-primeiro-ministro 1	300	-	-	-	300
Construção de uma residência para o Vice-primeiro-ministro 2	300	-	-	-	300

	2009	2010	2011	2012	Total
Construção de uma casa tradicional e Jardim no Ministério de Agricultura em Comoro	300	-	-	-	300
Construção de um Escritório para o armazenamento de Informação do Ministério da Agricultura	180	-	-	-	180
Instalação de electricidade no Ministério de Agricultura em Comoro	100	-	-	-	100
Instalação de Água no Ministério de Agricultura em Comoro	70	-	-	-	70
Total de Projectos Especificamente para Díli	**17,605**	**11,798**	**6,983**	**3,000**	**39,386**

Baucau

O Distrito de Baucau tem uma área de 1.494 km². Aquando do censo de 2004 havia uma população de 106,225 pessoas. O Distrito de Baucau situa-se 129 quilómetros a leste de Díli e serve como porta de entrada para os distritos vizinhos de Lautem, Viqueque e Manatuto. A cidade de Baucau, situada cerca de 512 metros acima do nível do mar, desfruta de uma temperatura mais moderada que o resto do distrito.

Os idiomas locais falados em Baucau incluem makkasae para a maioria, waim'ua nas aldeias de Baho, Caibada, Bucoli e Vemasse Fo'ho, midiki em Venilale e naueti em Baguia. Baucau foi a segunda cidade em Timor-Leste a ser construída pelos portugueses, tendo-se desenvolvido gradualmente como centro administrativo e porto comercial. Os portugueses construíram muitos dos edifícios na parte velha de Baucau.

O Distrito de Baucau engloba seis sub-distritos, os quais são apresentados no quadro 3.4 juntamente com os respectivos sucos.

Quadro 3.4

Sub-Distritos e Sucos de Baucau

Baguia	Baucau	Laga	Quelicai	Vemasse	Venilale
Afaloicai	Bahú	Atelari	Abafala	Caicua	Bado-Ho'o
Alaua-Craik	Bucoli	Libagua	Abo	Loilubo	Bahamori
Alaua-Leten	Buibau	Nunira	Afaçá	Ossoala	Fatulia
Defa-Uassi	Buruma	Saelari	Baguia	Ostico	Uailaha
Hae-Coni	Caibada Uaimua	Sagadate	Bualale	Uaigae	Uai-Oli
Larisula	Gariuai	Samalari	Guruçá	Uatu-Lari	Uatu-Haco
Lavateri	Samalari	Soba	Lacoliu	Vemasse	Uma Analu
Osso-Huna	Seiçal	Tequinaumata	Laisorulai de baixo		Uma-Anaico
Samalari	Tirilolo		Laisorulai de cima		
Uacala	Triloka		Lelalai		
	Uailili		Letemumo		
			Macalaco		
			Maluro		
			Namanei		
			Uaitame		

O Distrito de Baucau contém aproximadamente 172 quilómetros de rede rodoviária, composta por 117 quilómetros de Estradas Nacionais e por 55 quilómetros de Estadas Distritais.

Baucau – Gastos do Governo em 2009

Em 2009 o Governo irá:

- Gastar $1.145 milhões em pensões para antigos combatentes na luta pela libertação e mais de $2.706 milhões em subsídios para cidadãos idosos e vulneráveis no distrito de Baucau;
- Investir $2.673 milhões em projectos de capital e desenvolvimento especificamente em Baucau; e
- Empregar mais de 1,850 pessoas com $3.800 milhões em salários.

Gráfico 3.3

Despesas directas do Governo no Distrito de Baucau 2009

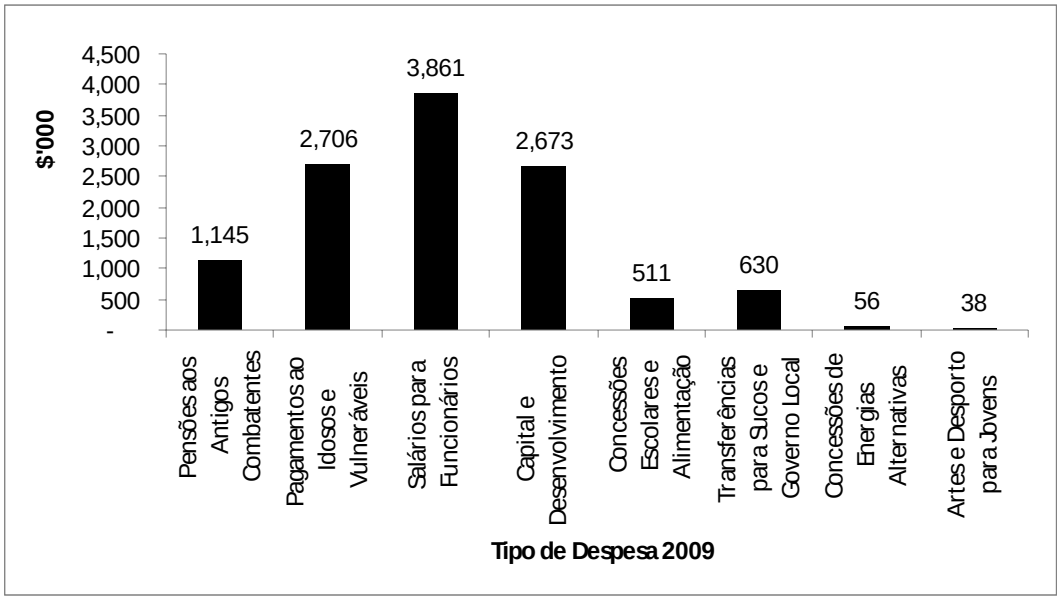


Figura 3.2 Mapa do Distrito de Baucau

Perfil de Funcionários e Serviços do Governo

Existem actualmente 1,844 funcionários do Estado a trabalhar no Distrito de Baucau e incluem:

- 231 Polícias;
- 811 Professores do Ensino Primário;
- 215 Professores do Ensino Secundário;
- 7 Médicos Locais (incluindo especialistas) e um adicional de 25 doutores Cubanos;
- 208 Enfermeiros e Parteiras.

Concessões Escolares

O Ministério da Educação fornecerá um total de $0.511 milhões em concessões públicas gerais para escolas no Distrito de Baucau. O Distrito de Baucau receberá um total de $0.935 milhões em concessões para o programa de refeições escolares, dos quais $0.173 milhões serão financiados pelo Estado e $0.762 milhões pelo Programa Mundial de Alimentação. Isto beneficiará aproximadamente 22,200 estudantes da escola primária no distrito de Baucau.

Concessões relativas a Arte e Desporto para a Juventude

A Secretaria de Estado da Juventude e Desporto vai gastar um total de $0.038 milhões em concessões públicas para organizações comunitárias no Distrito de Baucau para promover actividades entre os jovens que envolvam artes e desporto.

Concessões da Administração Estatal

O Ministério da Administração Estatal fornecerá duas concessões ao Distrito de Baucau, totalizando $0,630 milhões. A primeira concessão, no valor de $0,264 milhões, destina-se a pagamentos contínuos a sucos e a vencimentos de membros dos Conselhos de Suco, enquanto a segunda, no valor de $0,289 milhões, é referente ao início do Programa de Governo Local. Os fundos para o programa de Desenvolvimento do Governo Local serão usados como base para blocos de concessões no futuro, relativamente à provisão de serviços municipais.

Concessões para Energias Alternativas

A Secretaria de Estado da Política Energética fornecerá concessões num total de $0.056 milhões para comunidades no Distrito de Baucau isto consiste em $0.013 milhões para actividades de Biogás e $0.042 milhões para actividades de agro energia.

Perfil de Subsídios para Cidadãos Idosos e Vulneráveis

Em 2008 o Ministério da Solidariedade Social identificou um total de 11,273 pessoas elegíveis para receberem subsídios com base em idade avançada ou invalidez no Distrito de Baucau. Deste total, 10,030 eram idosos e 1,243 eram inválidos. Usando estes números como base para 2009, o Governo irá pagar subsídios no valor de $2.705 milhões no Distrito de Baucau.

Combatentes na Luta pela Libertação

Existem actualmente 1.603 combatentes conhecidos no Distrito de Baucau. Destes, um total de 82 concluiu os requisitos necessários para receberem as suas pensões. Outros 206 deverão concluir esses requisitos durante 2009. É esperado que os restantes 1,315 o façam durante 2010 e 2011.

O Ministério das Finanças prevê pagamentos a esses antigos combatentes num total de $1,115 milhões em 2009, o que irá abranger os pagamentos retroactivos referentes aos 12 meses de 2008 e os pagamentos normais para 2009.

Quadro 3.5

Perfil do Capital de Desenvolvimento para 2009 a 2012

Título do Projecto	2009	2010	2011	2012	Total
Segurança para escritórios de distrito do Procuradoria -Geral - Baucau	50	-	-	-	**50**
Construção de uma Sede Regional em Baucau	51	-	-	-	**51**
Construção de um armazém Regional em Baucau	108	12	-	-	**120**
Construção de Salão para Reuniões no Centro Regional em Baucau	-	-	-	-	**-**
Reabilitação de Vedação no Centro Regional Baucau	-	-	-	-	**-**
Gabinete Regional para o Secretariado de Estado em Baucau	108	12	-	-	**120**
Construção de uma clínica de Maternidade em Laga	86	9	-	-	**95**
Construção de Posto de Saúde em Saelari (Laga)	81	9	-	-	**90**
Manutenção do Antigo Mercado Municipal em Baucau	-	-	250	-	**250**
Controlo de Cheias e Obras de Mitigação- (Seical River - - Baucau)	100	-	-	-	**100**
Reabilitação de Estradas Rurais (Baucau)	200	300	300	300	**1,100**
Reabilitação da Residência dos Defensores Públicos em Baucau	130	13	-	-	**143**
Reabilitação de um Centro de Treino para a Academia de Polícia em Baucau	110	-	-	-	**110**
Reconstrução da Residência do Instrutor da Polícia	32	-	-	-	**32**
Reabilitação - Gabinete de Agricultura em Baucau	45	5	45	5	**100**
Reabilitação 2 Edif Escola Primária 381 Samaguia	120	36	-	-	**156**
Reabilitação 2 Edif Escola Primária 358 Buruma	-	120	36	-	**156**
Reabilitação 1 Edif Escola Primária 342 Audere	70	21	-	-	**91**
Nova Construção 2 Edif Escola Primária 391 Culo Guia/Gurusa	-	200	60	-	**260**
Nova Construção 2 Edif Escola Primária 400 SDN Namanei	-	200	60	-	**260**
Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária 876 Binagari Vemasse	-	300	90	-	**390**
Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária 343 Osso-Huna	225	67	-	-	**292**
Nova Construção do Escritório Prefabricado	50	-	-	-	**50**

Título do Projecto	2009	2010	2011	2012	Total
ME Reg I Baucau					
Nova Construção do Armazém do ME Reg I Baucau	-	250	60	-	**310**
Construção de Novas Instalações para Municipalidades - Baucau	500	750	500	-	**1,750**
Reabilitação de Centros de Sucos – Letemumo	7	-	-	-	**7**
Reabilitação de Estradas Urbanas, Passeios e Denagem (Baucau)	-	-	750	-	**750**
Estabelecimento do Gabinete do Notário Distrital em Baucau	200	20	-	-	**220**
Manutenção de estradas entre distritos - Baucau/Los Palos/Viqueque	220	-	-	-	**220**
Construção de Mini Mercado - Seical	20	-	-	-	**20**
Construção de Mini Mercado - Ulusu	20	-	-	-	**20**
Construção de Mini Mercado - Loco-Loco	20	-	-	-	**20**
Construção de Mini Mercado -Uairoko	20	-	-	-	**20**
Apoio Para uma Fábrica de sal - Laga	100	-	-	-	**100**
Total de Projectos Especificamente para Baucau	**2,673**	**2,324**	**2,151**	**305**	**7,453**

Aileu

O Distrito de Aileu tem uma área de 729 km². Aquando do censo de 2004 tinha uma população de 39,648 pessoas. O Distrito de Aileu está localizado nas terras altas a sul de Díli. A topografia de Aileu é montanhosa, havendo pontos que vão dos 350 aos 1500 metros acima do nível do mar. A cidade principal, Aileu, está situada na bacia do Rio Mantane, a uma altitude de 913 metros e uma distância de 47 km por estrada em relação a Díli.

Aileu é linguisticamente muito homogéneo, sendo o idioma predominante o mambae. O único outro idioma indígena, o galoli, é falado apenas no canto nordeste do distrito, perto de Manatuto. O distrito tem supostamente duas zonas agro climáticas: montanhas e terras altas. Estas zonas estão representadas através dos sub-distritos. Os agricultores locais dividem o ano em quatro estações distintas, nomeadamente a estação das chuvas, que vai de meados de Outubro a Abril, a estação fria em Maio e Junho, a estação ventosa em Julho e Agosto, e a estação seca de meados de Agosto a meados de Outubro.

O Distrito de Aileu engloba quatro sub-distritos, os quais são apresentados no quadro 3.6 juntamente com os respectivos sucos.

Quadro 3.6

Sub-Distritos e Sucos de Aileu

Aileu Kota	Laulara	Liquidoe	Remexio
Aisirimou	Fatisi	Acubilitoho	Acumau
Bandudatu	Kotolau	Bereleu	Fadabloko
Fahiria	Madabeno	Betulau	Fahisoi
Fatubosa	Talitu	Fahisoi	Faturasa
Hoholau	Tohumeta	Fautrilau	Hautuho
Lahae		Manukasa	Liurai
Lausi		Namoleso	Maumeta
Liurai			Tulatakeu
Malere			
Saboria			
Seloi Kraik			

O Distrito de Aileu tem aproximadamente 70 quilómetros de rede rodoviária, composta por 38 quilómetros de Estradas Nacionais e por 32quilómetros de Estadas Secundárias.

Aileu – Gastos do Governo em 2009

Em 2009 o Governo irá:

- Gastar $0.525 milhões em pensões para os Combatentes na Luta pela Libertação e $0.810 milhões em subsídios para cidadãos idosos e vulneráveis no distrito de Aileu;
- Investir $1.624 milhões em projectos de capital e desenvolvimento especificamente em Aileu; e
- Empregar mais de 800 pessoas, gastando $1.650 milhões em salários.

Gráfico 3.4

Despesas Directas do Governo no Distrito de Aileu 2009

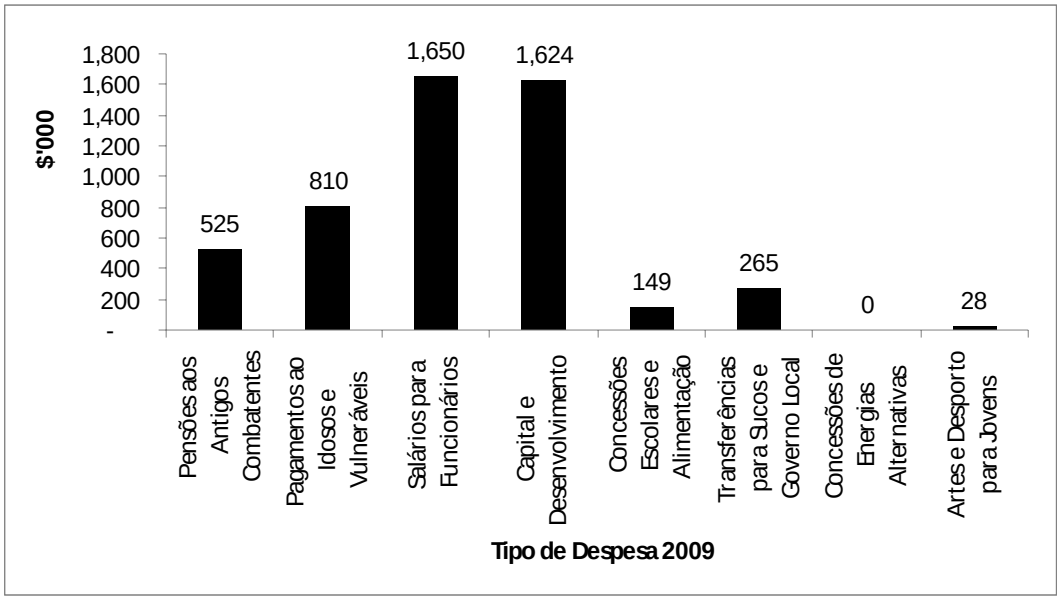
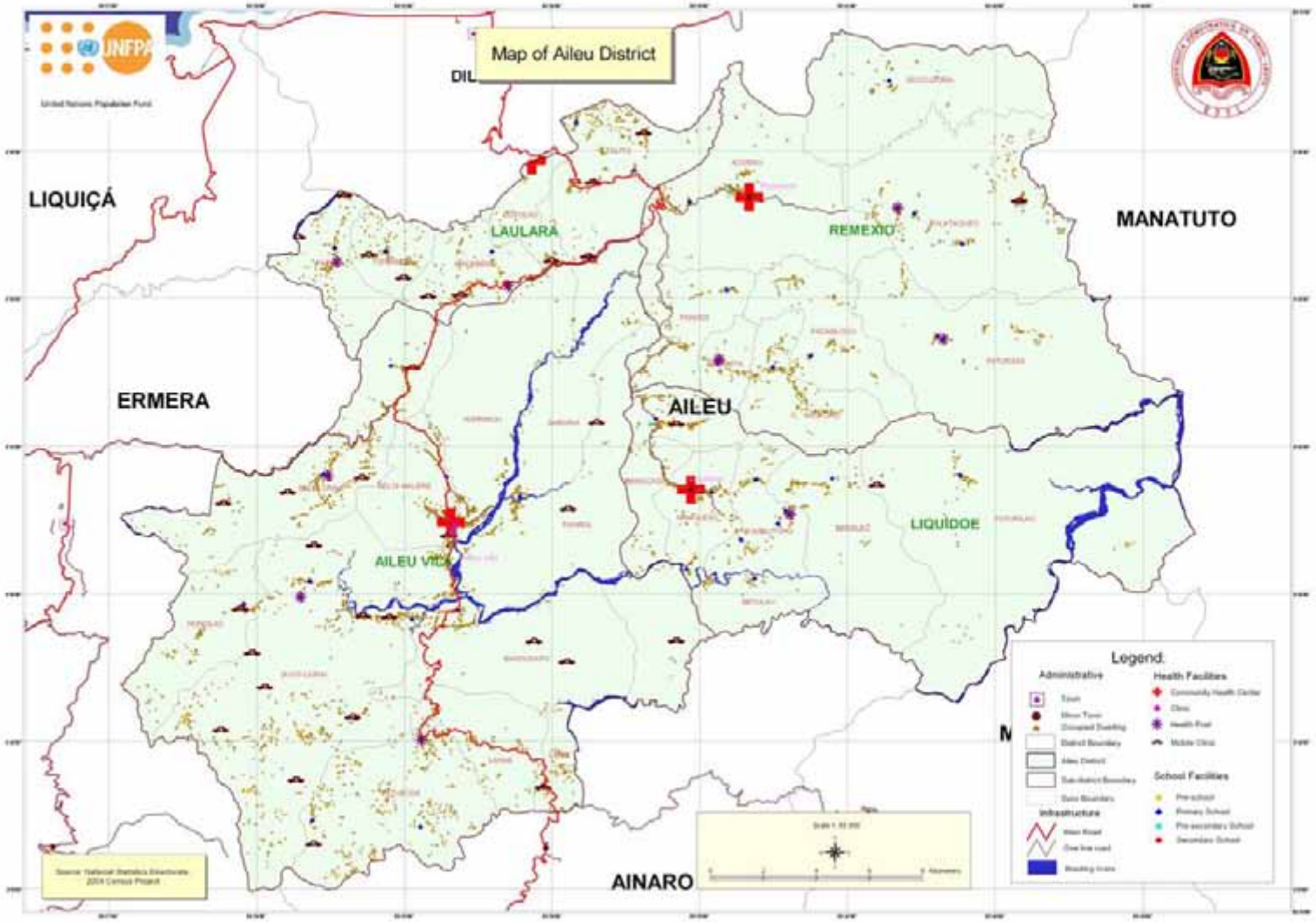


Figura 3.3 Mapa do Distrito de Aileu



Perfil de Funcionários e Serviços do Governo

Existem actualmente 794 funcionários do Estado a trabalhar no Distrito de Aileu, e incluem:

- 91 Polícias;
- 296 Professores do Ensino Primário;
- 102 Professores do Ensino Secundário;
- 35 Enfermeiros e Parteiras e um adicional de 21 doutores Cubanos.

Concessões Escolares

O Ministério da Educação fornecerá um total de $0.149 milhões em concessões públicas gerais para escolas no Distrito de Aileu. O Distrito de Aileu receberá um total de $0.394 milhões em concessões para o programa de refeições escolares, dos quais $0.073 milhões serão financiados pelo Estado e $0.321 milhões pelo Programa Mundial de Alimentação. Isto beneficiará aproximadamente 9,350 estudantes da escola primária no distrito de Aileu.

Concessões relativas a Arte e Desporto para a Juventude

A Secretaria de Estado da Juventude e Desporto vai gastar um total de $0.028 milhões em concessões públicas para organizações comunitárias no Distrito de Aileu que promovam actividades entre os jovens que envolvam artes e desporto.

Concessões da Administração Estatal

O Ministério da Administração Estatal fornecerá duas concessões ao Distrito de Aileu, totalizando $0.265 milhões. A primeira concessão, no valor de $0.135 milhões, destina-se a pagamentos contínuos a sucos e a vencimentos de membros dos Conselhos de Suco, enquanto a segunda, no valor de $0.130 milhões, é referente ao início do Programa de Governo Local. Os fundos para o programa de Desenvolvimento do Governo Local serão usados como base para blocos de concessões no futuro, relativamente à provisão de serviços municipais.

Perfil de Subsídios para Cidadãos Idosos e Vulneráveis

Em 2008 o Ministério da Solidariedade Social identificou um total de 3,374 elegíveis para receberem subsídios com base em idade avançada ou invalidez no Distrito de Aileu. Deste total, 2,425 eram idosos e 949 eram inválidos. Usando estes números como base para 2009, o Governo irá pagar subsídios no valor de $0.810 milhões no Distrito de Aileu.

Combatentes na Luta pela Libertação

Existem actualmente 1,077 combatentes conhecidos no Distrito de Aileu. Destes, um total de 5 concluiu os requisitos necessários para receberem as suas pensões. Outros 133 deverão concluir esses requisitos durante 2009. É esperado que os restantes 869 o façam durante 2010 e 2011.

O Ministério das Finanças prevê pagamentos a esses antigos combatentes num total de $0.525 milhões em 2009, o que irá abranger os pagamentos retroactivos referentes aos 12 meses de 2008 e os pagamentos normais para 2009.

Quadro 3.7

Perfil do Capital de Desenvolvimento para 2009 a 2012

	2009	2010	2011	2012	Total
Construção de uma clínica de Maternidade em Aileu Vila	81	9	-	-	90

	2009	2010	2011	2012	Total
Reabilitação do Mercado de Fornecimento em Laulara para vendedores locais	-	450	50	-	500
Reabilitação de Estradas Rurais (Aileu)	200	300	300	300	1,100
Nova Construção e Reabilitação Escola Primária 481Hoho Lau	170	51	-	-	221
Nova Construção Escola Primária 500 Bereleu	200	60	-	-	260
Nova Construção e Reabilitação Escola Primária 486 Liquitura	170	51	-	-	221
Nova Construção Escola Primária 496 Namolesso	-	200	60	-	260
Nova Construção Escola Primária 512 Suco Liu Rai	-	120	36	-	156
Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária 484 Sucu Liurai	225	67	-	-	292
Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária 501 Bereleu Leubutu	-	225	67	-	292
Nova Construção ES Malere	300	90	-	-	390
Construção de Novas Instalações para Municipalidades - Aileu	-	500	750	500	1,750
Reabilitação de Centros de Sucos - Fahira	7	-	-	-	7
Reabilitação de Centros de Sucos - Seloi Malare	7	-	-	-	7
Reabilitação de Centros de Sucos - Saboria	7	-	-	-	7
Reabilitação de Centros de Sucos - Lauci	7	-	-	-	7
Instalação do Sistema Gravidade para Fornecimento de água (Urlelto-Faturberlihu- Manufahi)	30	-	-	-	30
Reabilitação de Estradas Urbanas, Passeios e Denagem (Aileu)	-	400	-	500	900
Estabelecimento do Gabinete do Notário Distrital em Aileu	200	20	-	-	220
Construção de Mini Mercado - Fahisoi	20	-	-	-	20
Total de Projectos Específicos para Aileu	**1,624**	**2,543**	**1,263**	**1,300**	**6,730**

Ainaro

O Distrito de Ainaro tem uma área de 797 km². Aquando do censo de 2004 tinha uma população de 55,381 pessoas. O Distrito de Ainaro está localizado na parte sudoeste do país, estando delimitado a oeste pelos distritos de Covalima, Bobonaro e Ermera, a norte por Aileu e a leste por Manufahi. A costa do Mar de Timor (Tassi Feto) delimita o distrito a sul.

O distrito combina vários aspectos topográficos e condições climáticas e de solo contrastantes. A região central e a região norte são dominadas por uma série de cordilheiras montanhosas altas – Suro-lau, Manlau, Cablake. A norte, no sub-distrito de Hatobuilico, o Monte Ramelau (2.963 metros) forma o pico mais alto do país. Estas zonas elevadas constituem a torre de água de Timor e estão entre as áreas potencialmente mais ricas e mais diversas em termos agrícolas do país, sendo adequadas para pasto, pesca em terra e criação de lenha e gado. O espectacular cenário montanhoso panorâmico desta área tem também grande potencial em termos turísticos. Na parte sul do distrito e na costa o terreno transforma-se em terra baixa – começando gradualmente a parecer-se com savana.

O Distrito de Ainaro engloba quatro sub-distritos, os quais são apresentados no quadro 3.8 juntamente com os respectivos sucos.

Quadro 3.8

Sub-Distritos e Sucos de Ainaro

Ainaro	**Hatu Builico**	**Hatu Udo**	**Maubisse**
Ainaro	Mauchiga	Beikala	Aituto
Cassa	Mulo	Leolima	Edi
Manutassi	Nunu Mogue		Fatubessi
Mau-Nunu			Horiauic
Mau-Ulo			Liurai
Soro			Manelobas
Suro-Craic			Manetu
			Maubisse
			Maulau

Ainaro contém aproximadamente 149 quilómetros de rede rodoviária, composta por 65 quilómetros de Estradas Nacionais e por 84 quilómetros de estradas secundárias

Ainaro – Gastos do Governo em 2009

Em 2009 o Governo irá:

- Gastar $0.999 milhões em pensões para antigos combatentes na luta pela libertação e mais de $1.088 milhões em subsídios para cidadãos idosos e vulneráveis no distrito de Ainaro;
- Investir $1.489 milhões em projectos de capital e desenvolvimento especificamente em Ainaro; e
- Empregar mais de 770 pessoas pagando $1.600 milhões em salários.

Gráfico 3.5

Despesas do Governo Directo no Distrito de Ainaro 2009

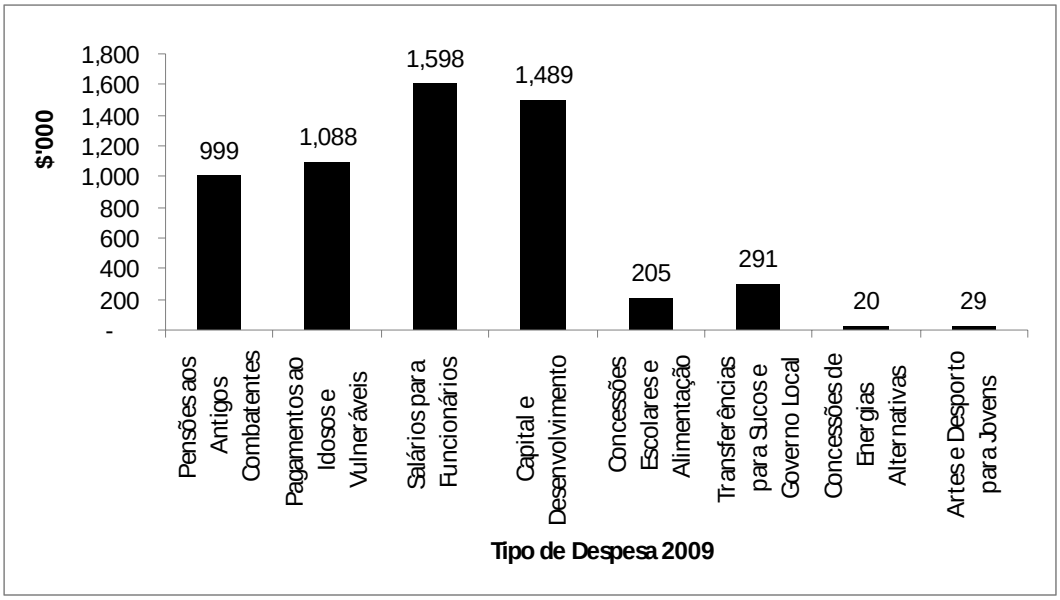
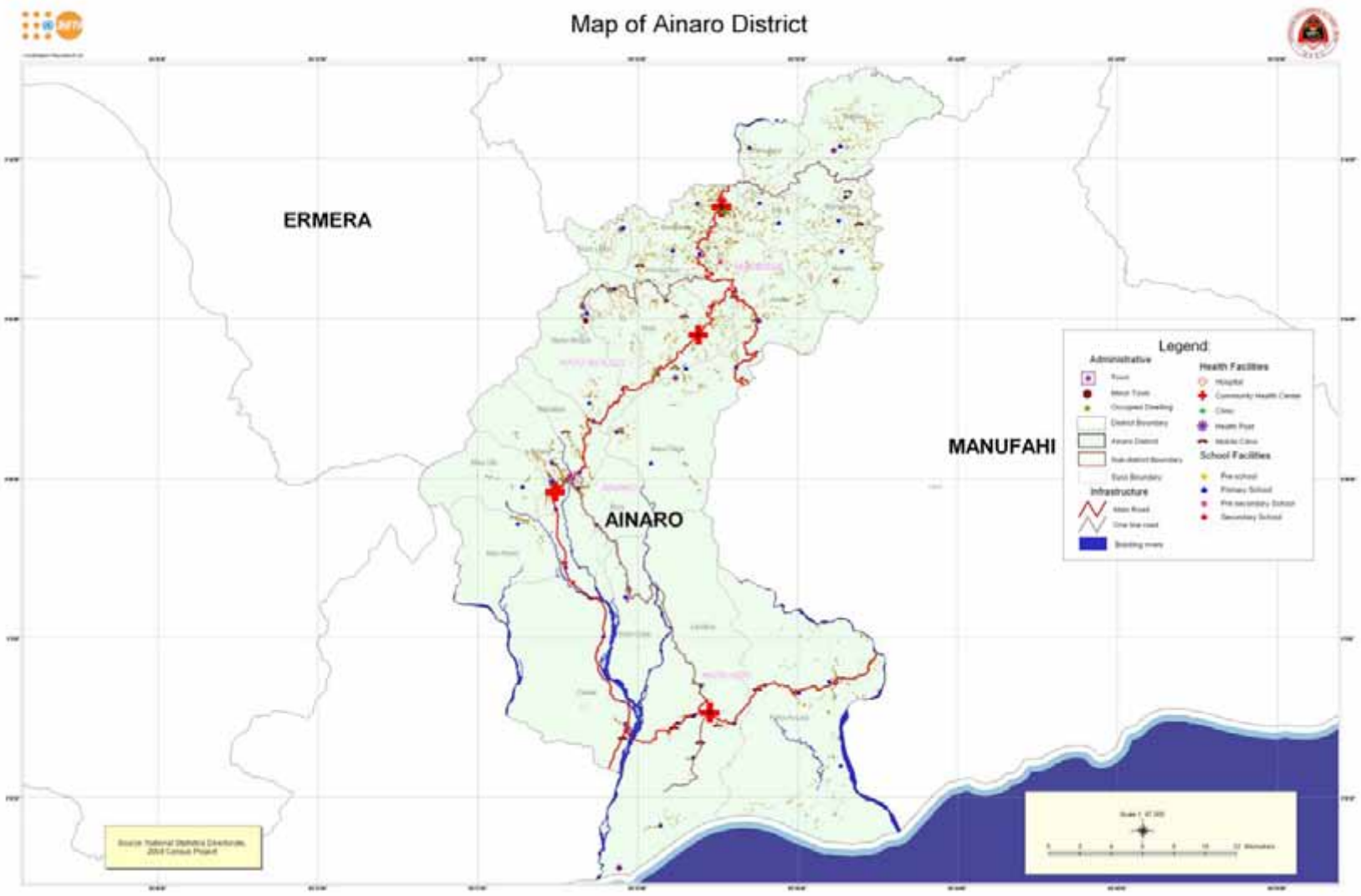


Figura 3.4 Mapa do Distrito de Ainaro



Perfil de Funcionários e Serviços do Governo

Existem actualmente 772 funcionários do Estado a trabalhar no Distrito de Ainaro, e incluem:

- 109 Polícias;
- 366 Professores do Ensino Primário;
- 47 Professores do Ensino Secundário;
- 2 Médicos Locais (incluindo especialistas) e um adicional de 21 doutores Cubanos;
- 50 Enfermeiros e Parteiras.

Concessões Escolares

O Ministério da Educação vai gastar um total de $0.205 milhões em concessões públicas gerais para escolas no Distrito de Ainaro. O Distrito de Ainaro receberá um total de $0.523 milhões em concessões para o programa de refeições escolares, dos quais $0.097 milhões serão financiados pelo Estado e $0.426 milhões pelo Programa Mundial de Alimentação. Isto beneficiará aproximadamente 12,400 estudantes da escola primária no distrito de Ainaro.

Concessões relativas a Arte e Desporto para a Juventude

A Secretaria de Estado da Juventude e Desporto vai gastar um total de $0.029 milhões em concessões públicas para organizações comunitárias no Distrito de Ainaro para promover actividades entre os jovens que envolvam artes e desporto.

Concessões da Administração Estatal

O Ministério da Administração Estatal fornecerá duas concessões ao Distrito de Baucau, totalizando $0.291 milhões. A primeira concessão, no valor de $0.104 milhões, destina-se a pagamentos contínuos a sucos e a vencimentos de membros dos Conselhos de Suco, enquanto a segunda, no valor de $0.187 milhões, é referente ao início do Programa de Governo Local. Os fundos para o programa de Desenvolvimento do Governo Local serão usados como base para blocos de concessões no futuro, relativamente à provisão de serviços municipais.

Concessões para Energias Alternativas

A Secretaria de Estado da Política Energética fornecerá concessões num total de $0.020 milhões para comunidades no Distrito de Ainaro para actividades de Agro energia.

Perfil de Subsídios para Cidadãos Idosos e Vulneráveis

Em 2008 o Ministério da Solidariedade Social identificou um total de 4,534 pessoas elegíveis para receberem subsídios com base em idade avançada ou invalidez no Distrito de Ainaro. Deste total, 3,733 eram idosos e 801 eram inválidos. Usando estes números como base para 2009, o Governo irá pagar subsídios no valor de $1.088 milhões no Distrito de Ainaro.

Combatentes na Luta pela Libertação

Existem actualmente 1,117 combatentes conhecidos no Distrito de Ainaro. Destes, um total de 47 concluiu os requisitos necessários para receberem as suas pensões. Outros 223 deverão concluir esses requisitos durante 2009. É esperado que os restantes 847 o façam durante 2010 e 2011.

O Ministério das Finanças prevê pagamentos a esses antigos combatentes num total de $0.999 milhões em 2009, o

que irá abranger os pagamentos retroactivos referentes aos 12 meses de 2008 e os pagamentos normais para 2009.

Quadro 3.9

Perfil do Capital de Desenvolvimento para 2009 a 2012

Titulo do Projecto	2009	2010	2011	2012	Total
Manutenção do Cemitério de Ainaro que Comemora os Massacrados de 1945	-	-	50	-	**50**
Reabilitação da Armazém Maubisse	180	20	-	-	**200**
Reabilitação de Estradas Rurais (Ainaro)	200	300	300	300	**1,100**
Construção - Viveiros para Árvores de Sombre Para as Plantas de Café	224	26	-	-	**250**
Nova Construção Escola Primária 041 Mau-Nuno	200	60	-	-	**260**
Nova Construção e Reabilitação Escola Primária 255 Luro Leolima	-	120	36	-	**156**
Nova Construção Escola Primária 829 Aituto/Fleza (Flexa)	180	54	-	-	**234**
Nova Construção Escola Primária 051 Uma Forma	-	225	-	-	**225**
Reabilitação Escola Primária 050 Dare	75	22	-	-	**97**
Reabilitação Escola Primária 066 Manumera	-	75	22	-	**97**
Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária 049 Cassa	-	300	90	-	**390**
Nova Construção Escola de Ensino Básico SMP926 Hato-Bulico	-	300	90	-	**390**
Nova Construção do Escritório Prefabricado ME Reg III Maubessi	100	-	-	-	**100**
Nova Construção do Armazém do ME Reg III Maubessi	-	250	-	-	**250**
Construção de Novas Instalações para Municipalidades – Ainaro	-	500	750	500	**1,750**
Construção do Instituto de Desenvolvimento e Apoio Empresarial em Ainaro	-	-	105	11	**116**
Nova Construção EB EP252 2 Beicala	130	39	-	-	**169**
Estabelecimento do Gabinete do Notário Distrital em Ainaro	200	20	-	-	**220**
Reabilitação de Estradas Urbanas, Passeios e Drenagem (Ainaro)	-	400	-	500	**900**
Total de Projectos Especificamente para Ainaro	**1,489**	**2,711**	**1,443**	**1,311**	**6,954**

Bobonaro

O Distrito de Bobonaro tem uma área de 1,368 km². Aquando do censo de 2004 tinha uma população de 88,342 pessoas. O Distrito de Bobonaro está delimitado a norte por Liquiçá, a sul pelos distritos de Covalima e Ainaro, e a leste pelos distritos de Ermera e Ainaro. O Distrito de Bobonaro forma uma parte considerável da fronteira com a Indonésia a oeste.

O distrito vai desde planaltos baixos na costa até ao pico mais alto, o Monte Tapo. As planícies baixas do distrito estão localizadas na área a noroeste, existindo campos de arroz em Marobo, bem como nas margens do Rio Nunura.

O Distrito de Bobonaro tem uma área de 746 km². Aquando do censo de 2004 tinha uma população de 52.818 pessoas, dividida por 21,165 famílias. O Distrito de Ermera está delimitado por Liquiçá ao norte, Bobonaro ao sudoeste, Ainaro ao sudeste e Aileu ao nordeste. O clima do distrito é caracterizado por duas estações: chuvosa (de Outubro até Maio) e seca. Dado que Ermera é uma região montanhosa, o clima é temperado.

O Distrito de Bobonaro engloba seis sub-distritos, os quais são apresentados no quadro 3.10 juntamente com os respectivos sucos.

Quadro 3.10

Sub-Distritos e Sucos de Bobonaro

Atabae	**Balibo**	**Bobonaro**	**Cailaco**	**Lolotoe**	**Maliana**
Aidabaleten	Balibo Kota	Ai-Assa	Atudara	Deudet	Holsa
Atabai	Batugade	Atu Aben	Daudo	Gildapil	Lahomea
Hataz	Cová	Bobonaro	Goulolo	Guda	Odamau
Rairobo	Leohitu	Carabau	Guenolai	Lebos	Rai Fun
	Leolima	Colimau	Manapa	Lontas	Ritabou
	Sanirin	Cota Bo'ot	Miligo	Lupai	Saburai
		Ilatalaun	Purogoa	Opa	Tapo Memo
		Leber	Raiheu		
		Lour			
		Lourba			
		Malilait			
		Maliubu			
		Molop			
		Oe-Leu			
		Sibuni			
		Soi Leco			
		Tapo			
		Tebabui			

O Distrito de Bobonaro tem aproximadamente 142 quilómetros de rede rodoviária, composta por 125 quilómetros de Estradas Nacionais e por 27 quilómetros de estradas secundárias.

Bobonaro – Gastos do Governo em 2009

Em 2009 o Governo irá:

- Gastar $0.317 milhões em pensões para antigos combatentes na luta pela libertação e mais de $1.724 milhões em subsídios para cidadãos idosos e vulneráveis no distrito;
- Investir $3.378 milhões em projectos de capital e desenvolvimento; e
- Empregar mais de 1,330 pessoas, gastando $2.350 milhões em salários.

Gráfico 3.6

Despesas Directas do Governo no Distrito de Bobonaro 2009

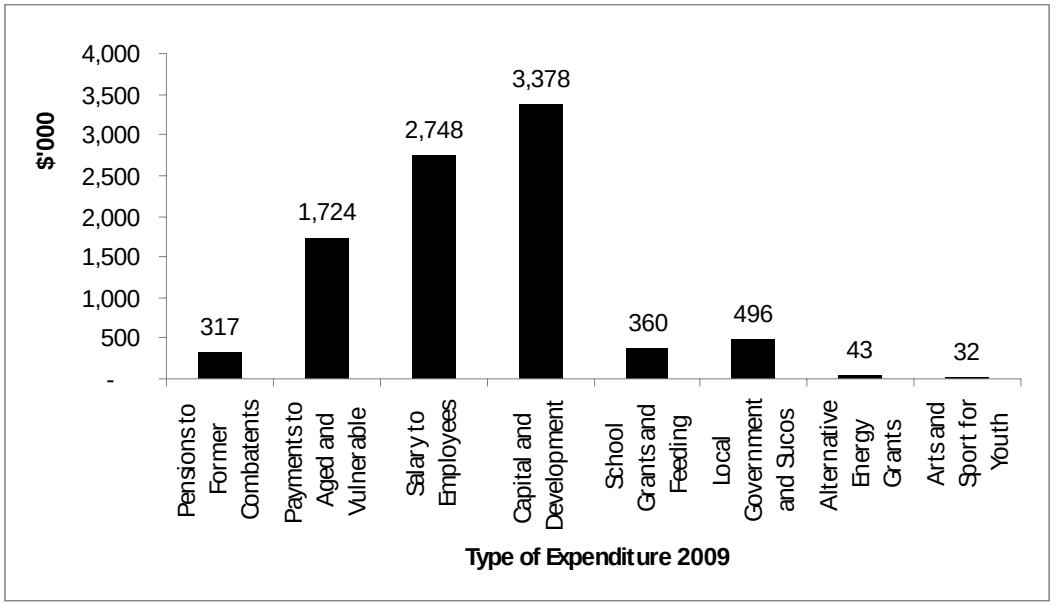


Figura 3.5 Mapa do Distrito de Bobonaro

Perfil de Funcionários e Serviços do Governo

Existem actualmente 1,333 funcionários do Estado a trabalhar no Distrito de Bobonaro, e incluem:

- 132 Polícias;
- 585 Professores do Ensino Primário;
- 101 Professores do Ensino Secundário;
- 2 Médicos Locais (incluindo especialistas) e um adicional 15 doutores Cubanos;
- 67 Enfermeiros e Parteiras.

Concessões Escolares

O Ministério da Educação fornecerá um total de $0.360 milhões em concessões públicas gerais para escolas no Distrito de Bobonaro. O Distrito de Bobonaro receberá um total de $0.821milhões em concessões para o programa de refeições escolares, dos quais $0.699 milhões serão financiados pelo Estado e $0.152 milhões pelo Programa Mundial de Alimentação. Isto beneficiará aproximadamente 19,500 estudantes da escola primária no distrito de Bobonaro.

Concessões relativas a Arte e Desporto para a Juventude

A Secretaria de Estado da Juventude e Desporto vai gastar um total de $0.032 milhões em concessões públicas para organizações comunitárias no Distrito de Bobonaro que promovam actividades entre os jovens que envolvam artes e desporto.

Concessões da Administração Estatal

O Ministério da Administração Estatal fornecerá duas concessões ao Distrito de Bobonaro, totalizando $0.496 milhões. A primeira concessão, no valor de $0.207 milhões, destina-se a pagamentos contínuos a sucos e a vencimentos de membros dos Conselhos de Suco, enquanto a segunda, no valor de $0.289 milhões, é referente ao início do Programa de Governo Local. Os fundos para o programa de Desenvolvimento do Governo Local serão usados como base para blocos de concessões no futuro, relativamente à provisão de serviços municipais.

Concessões para Energias Alternativas

A Secretaria de Estado da Política Energética fornecerá concessões num total de $0.043 milhões para comunidades no Distrito de Bobonaro para actividades de agroenergia.

Perfil de Subsídios para Cidadãos Idosos e Vulneráveis

Em 2008 o Ministério da Solidariedade Social identificou um total de 7,185 elegíveis para receberem subsídios com base em idade avançada ou invalidez no Distrito de Bobonaro. Deste total, 7,021 eram idosos e 164 eram inválidos. Usando estes números como base para 2009, o Governo irá pagar subsídios no valor de $1.724 milhões no Distrito de Bobonaro.

Combatentes na Luta pela Libertação

Existem actualmente 1,289 combatentes conhecidos no Distrito de Bobonaro. Destes, um total de 11 concluiu os requisitos necessários para receberem as suas pensões. Outros 77 deverão concluir esses requisitos durante 2009. É esperado que os restantes 1,201 o façam durante 2010 e 2011.

O Ministério das Finanças prevê pagamentos a esses antigos combatentes num total de $0.317 milhões em 2009, o

que irá abranger os pagamentos retroactivos referentes aos 12 meses de 2008 e os pagamentos normais para 2009.

Quadro 3.11

Perfil do Capital de Desenvolvimento para 2009 a 2012

Titulo do Projecto	2009	2010	2011	2012	Total
Construção de Vedação – Maliana	35	-	-	-	35
Gabinete Regional para a Secretaria de Estado em Maliana	108	12	-	-	120
Construção de Posto de Saúde em Nunodoi Atabae	72	8	-	-	80
Construção de Posto de Saúde em Lebos Lolotoe	90	10	-	-	100
Reabilitação do Armazém Maliana	180	20	-	-	200
Reabilitação de Estradas Rurais (Bobonaro)	200	300	300	300	1,100
Posto de Segurança na Fronteira – Tunu Bibi	-	250	450	-	700
Posto de Segurança na Fronteira - Batugade	750	750	-	-	1,500
Reabilitação do Centro de Treinamento em Atabae – Bobonaro	23	-	-	-	23
Reabilitação - Gabinete de Agricultura em Bobonaro	-	45	5	-	50
Nova Construção e Reabilitação Escola Primárias Rairobo Bobonaro	-	230	69	-	299
Nova Construção e Rehabilitação Escola Primária 1025 Balibo Bobonaro	-	200	60	-	260
Nova Construção Escola Primária 951 Leohitu	-	200	60	-	260
Nova Construção e Reabilitação Escola Primária 0522 Baugade (Badugade)	-	180	54	-	234
Reabilitação Escola Primária 587 "São José" Odomau	180	54	-	-	234
Nova Construção Escola Primária 521 Dirokren	-	120	36	-	156
Nova Construção e Reabilitação Escola Primária 5434 Carabau Aca Suri	-	200	60	-	260
Nova Construção Escola Primária 543 de Agosto Atuaben	90	27	-	-	117
Nova Construção Escola Primária 575 Gildapil	130	39	-	-	169
Nova Construção Escola Primária 584 P 25 de Abril (Saburai)	-	90	27	-	117
Nova Construção Escola Primária 523 Palaka	180	54	-	-	234
Nova Construção Escola Primária 558 Bilimau	120	120	-	-	240
Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária S2163 Lolotoe	-	260	-	-	260
Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária 581Tunubibi	300	90	-	-	390
Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária S2077 Biadila	-	300	90	-	390
Nova Construção do Escritório Prefabricado ME Reg IV Maliana	-	100	-	-	100
Nova Construção do Armazém do ME Reg IV Maliana	-	250	60	-	310
Construção de Novas Instalações para Municipalidades – Bobonaro	500	750	500	-	1,750
Reabilitação de Estradas Urbanas, Passeios e Drenagem (Bobonaro)	-	-	750	-	750
Manutenção de estradas entre distritos - Maliana/Suai/Ainaro	220	-	-	-	220
Construção de Mini Mercado - Manapa	20	-	-	-	20
Total de Projectos Especificamente para Bobonaro	**3,198**	**4,659**	**2,521**	**300**	**10,678**

Ermera

Perfil Distrital

O Distrito de Ermera tem uma área de 746 km². Aquando do censo de 2004 tinha uma população de 107,557 pessoas. O Distrito de Ermera está delimitado por Liquiçá ao norte, Bobonaro ao sudoeste, Ainaro ao sudeste e Aileu ao nordeste. O clima do distrito é caracterizado por duas estações: chuvosa (de Outubro até Maio) e seca. Dado que Ermera é uma região montanhosa, o clima é temperado.

O Distrito de Ermera engloba cinco sub-distritos, os quais são apresentados no quadro 3.12 juntamente com os respectivos sucos.

Quadro 3.12

Sub-Distritos e Sucos de Ermera

Atsabe	Ermera	Hatulia	Letefoho	Railaco
Atara	Estado	Ailelo	Dukurai	Fatuquero
Baboe Kraik	Humboe	Asulau/Sare	Eraulo	Lihu
Baboe Leten	Lauala	Fatubalu	Goulolo	Matata
Batu Manu	Liguimea	Fatubessi	Hatugau	Oeleso
Laklo	Mertutu	Hatulia	Katrai Kraik	Railaco Kraik
Lasaun	Poetete	Kailete Leotela	Katrai Leten	Railako Leten
Laubonu	Ponilala	Leimea Kraik	Lauana	Samaleten
Leimea Leten	Raimerhei	Leimea Sarinbala	Letefoho	Taraso
Malabe	Riheu	Lisabat		Tokoluli
Obulo	Talimoro	Manusea		
Paramin		Mauabu		
Tiarlelo		Samara		
		Uruhau		

O Distrito de Ermera tem aproximadamente 170 quilómetros de rede rodoviária, composta por 152 quilómetros de Estradas Nacionais e por 18 quilómetros de Estadas Secundárias.

Ermera – Gastos do Governo em 2009

Em 2009 o Governo irá:

- Gastar $3.670 milhões em pensões para antigos combatentes na luta pela libertação e mais de $1.676 milhões em subsídios para cidadãos idosos e vulneráveis no distrito;
- Investir $1.783 milhões em projectos de capital e desenvolvimento especificamente em Ermera; e
- Empregar mais de 1,080 pessoas, gastando $2.190 milhões em salários.

Gráfico 3.7

Despesas Directas do Governo no Distrito de Ermera 2009

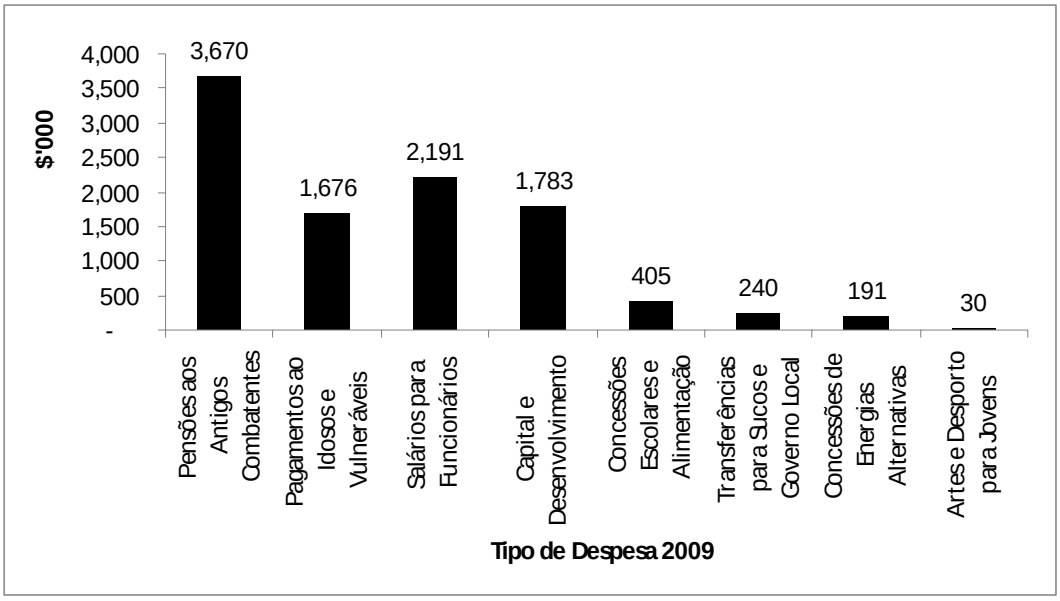
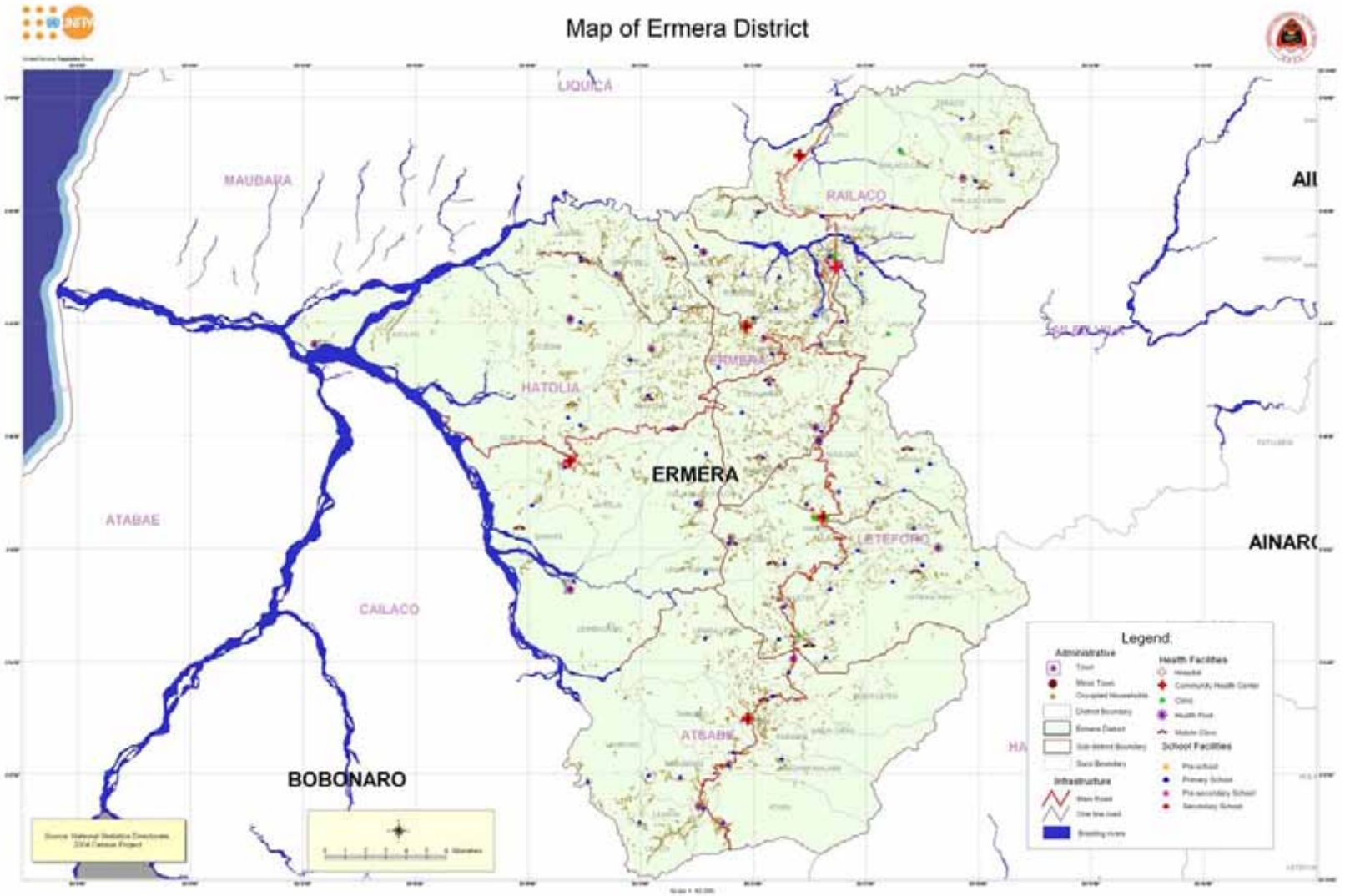


Figura 3.6 Mapa do Distrito de Ermera



Perfil de Funcionários e Serviços do Governo

Existem actualmente 1,083 funcionários do Estado a trabalhar no Distrito de Ermera, estes incluem:

- 131 Polícias;
- 158 Professores do Ensino Primário;
- 95 Professores do Ensino Secundário;
- 63 Enfermeiros e Parteiras e um adicional de 15 doutores Cubanos.

Concessões Escolares

O Ministério da Educação fornecerá um total de $0.405 milhões em concessões públicas gerais para escolas no Distrito de Ermera. O Distrito de Ermera receberá um total de $0.963 milhões em concessões para o programa de refeições escolares, dos quais $0.178 milhões serão financiados pelo Estado e $0.785 milhões pelo Programa Mundial de Alimentação. Isto beneficiará aproximadamente 22,800 estudantes da escola primária no distrito de Ermera.

Concessões relativas a Arte e Desporto para a Juventude

A Secretaria de Estado da Juventude e Desporto vai gastar um total de $0.030 milhões em concessões públicas para organizações comunitárias no Distrito de Ermera que promovam actividades entre os jovens que envolvam artes e desporto.

Concessões da Administração Estatal

O Ministério da Administração Estatal fornecerá uma concessão ao Distrito de Ermera totalizando $0.240 milhões para a continuação de pagamentos a sucos e a vencimentos de membros dos Conselhos de Suco no Distrito de Ermera.

Concessões para Energias Alternativas

A Secretaria de Estado da Política Energética fornecerá concessões num total de $0.191 milhões para comunidades no Distrito de Ermera, isto consiste de $0.073 milhões para actividades da energia solar, $0.093 milhões para actividades de Biogás e $0.025 milhões para actividades de agro energia.

Perfil de Subsídios para Cidadãos Idosos e Vulneráveis

Em 2008 o Ministério da Solidariedade Social identificou um total de 6,984 pessoas elegíveis para receberem subsídios com base em idade avançada ou invalidez no Distrito de Ermera. Deste total, 6,017 eram idosos e 967 eram inválidos. Usando estes números como base para 2009, o Governo irá pagar subsídios no valor de $1.676 milhões no Distrito de Ermera.

Combatentes na Luta pela Libertação

Existem actualmente 1,254 combatentes conhecidos no Distrito de Ermera. Destes, um total de 6 concluiu os requisitos necessários para receberem as suas pensões. Outros 90 deverão concluir esses requisitos durante 2009. É esperado que os restantes 1,158 o façam durante 2010 e 2011.

O Ministério das Finanças prevê pagamentos a esses antigos combatentes num total de $0.367 milhões em 2009, o que irá abranger os pagamentos retroactivos referentes aos 12 meses de 2008 e os pagamentos normais para 2009.

Quadro 3.12

Perfil do Capital de Desenvolvimento para 2009 a 2012

	2009	2010	2011	2012	Total
Gabinete Regional para a Secretaria de Estado em Ermera	108	12	-	-	120
Construção de uma clínica de Maternidade em Koliati Gleno	72	8	-	-	80
Reabilitação de Estradas Rurais (Ermera)	200	300	300	300	1,100
Reabilitação - Gabinete de Agricultura em Ermera	-	45	5	-	50
Nova Construção e Reabilitação Escola Primária 199 Mirtuto	130	39	-	-	169
Nova Construção Escola Primária 182 Malabe	130	39	-	-	169
Nova Construção Escola Primária 232 Hatugau	200	60	-	-	260
Nova Construção Escola Primária 244 Matata	200	60	-	-	260
Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária S706 Railaco Vila	-	300	90	-	390
Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária 178 Lação	-	300	90	-	390
Construção de Novas Instalações para Municipalidades – Ermera	-	500	750	500	1,750
Reabilitação de Centros de Sucos - Matata	7	-	-	-	7
Reabilitação de Centros de Sucos - Deleco	7	-	-	-	7
Reabilitação de Centros de Sucos - Lacao	7	-	-	-	7
Construção do Instituto de Desenvolvimento e Apoio Empresarial em Ermera	-	90	10	-	100
Construção de um Posto de Saúde em Hatolia Manulete	81	9	-	-	90
Nova Construção EP208 Atulia Vila	-	200	60	-	260
Nova Construção EB EP220 Tata	200	60	-	-	260
Reabilitação de Centros de Sucos - Aculau	7	-	-	-	7
Reabilitação de Centros de Sucos - Hatolia	7	-	-	-	7
Reabilitação de Centros de Sucos - Fatubolu	7	-	-	-	7
Estabelecimento do Gabinete do Notário Distrital em Ermera	200	20	-	-	220
Reabilitação de Estradas Urbanas, Passeios e Drenagem (Ermera)	200	-	400	-	600
Construção de Mini Mercado – Lauana	20	-	-	-	20
Total de Projectos Especificamente para Ermera	**1,783**	**2,042**	**1,705**	**800**	**6,330**

Lautem

O Distrito de Lautem tem uma área de 1,702 km². Aquando do censo de 2004 tinha uma população de 59,241 pessoas. O Distrito de Lautem está localizado no extremo oriental da ilha de Timor, a aproximadamente 215 quilómetros por estrada da capital Díli. Está delimitado a norte e a leste pelo Mar Wetar; a sul pelo Mar de Timor; a sudeste pelo Distrito de Viqueque; e a nordeste pelo Distrito de Baucau.

O Distrito de Lautem possui as mesmas características geológicas e geográficas que grande parte de Timor-Leste, sendo que a parte central do distrito apresenta montanhas e colinas que se estendem para sudoeste e nordeste, da costa sul à costa norte. O ponto mais elevado do distrito é o Monte Legumaw, no sub-distrito de Luro, com uma elevação de 1,297 metros.

As montanhas e colinas estão rodeadas ao longo da costa sul por pântanos, terraços e planícies ondulantes; no lado norte há terraços e planícies ondulantes; a leste do distrito encontra-se o planalto de Fuiloro, que vai descendo de altitude em direcção a sul, passando de 700 para 500 metros. O planalto vai descendo até ao grande Lago de Ira Lalaro, que abrange aproximadamente 2200 hectares.

No geral, 20 a 30% de Lautem são terras onduladas, 30 a 35% são terras altas e 35% são montanhas. O distrito tem predominantemente solos baixos e férteis, ideais para o cultivo e onde se pratica uma agricultura tradicional.

O Distrito de Lautem engloba cinco sub-distritos, os quais são apresentados no quadro 3.13 juntamente com os respectivos sucos.

Quadro 3.13

Sub-Distritos e Sucos de Lautem

Suco Name	Lautém	Lospalos	**Luro**	**Tutuala**
Ailebere	Baduro	Bauro	Afabubu	Mehara
Cainliu	Com	Cacaven	Baricafa	Tutuala
Fuat	Daudere	Fuiloro	Cotamuto	
Iliomar I	Eukisi	Home	Lakawa	
Iliomar II	Ililai	Leuro	Luro	
Tirilolo	Maina I	Loré I	Wairoke	
	Maina II	Loré II		
	Pairara	Muapitine		
	Parlamento	Raça		
	Serelau	Souro		

O Distrito de Lautem tem aproximadamente 229 quilómetros de rede rodoviária, composta por 93 quilómetros de estradas nacionais e 136 quilómetros de estradas secundárias.

Lautem – Gastos do Governo em 2009

Em 2009 o Governo irá:

- Gastar $1.563 milhões em pensões para antigos combatentes na luta pela libertação e mais de $1.469 milhões em pensões para idosos e inválidos no distrito;
- Investir $2.147 milhões em projectos de capital e desenvolvimento especificamente em Lautem; e
- Empregar mais de 1,020 pessoas, pagando $2.150 milhões em salários.

Gráfico 3.8

Despesas Directas do Governo no Distrito de Lautem 2009`

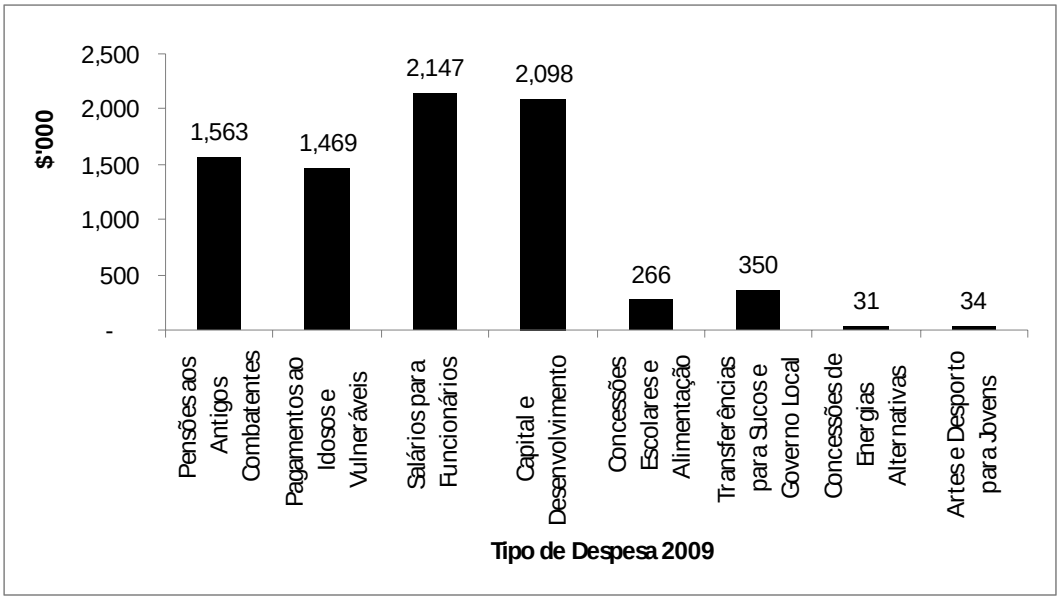
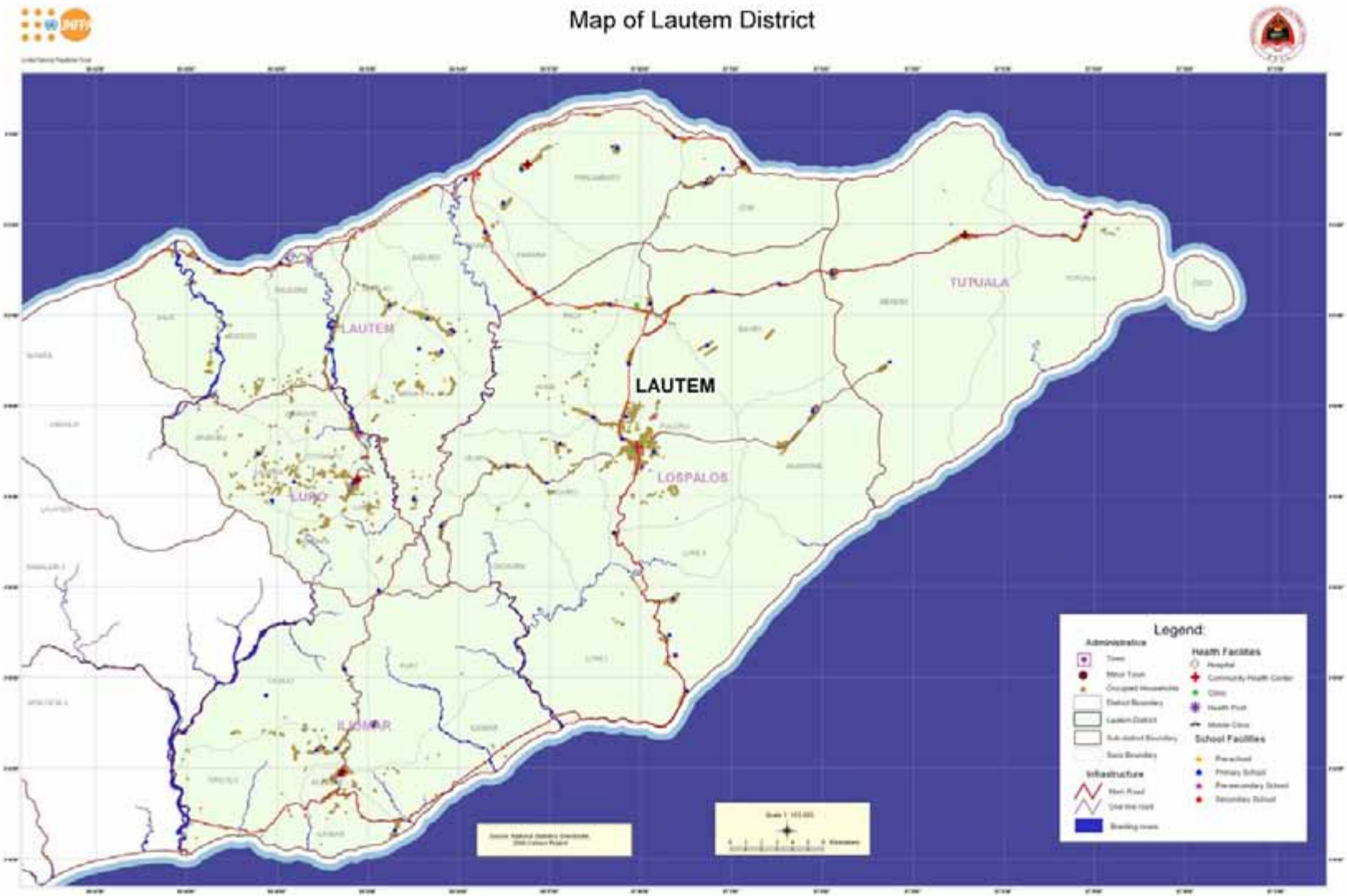


Figura 3.7 Mapa do Distrito de Lautem



Perfil de Funcionários e Serviços do Governo

Existem actualmente 1,026 funcionários do Estado a trabalhar no Distrito de Lautem que inclui:

- 152 Polícias;
- 511 Professores do Ensino Primário;
- 129 Professores do Ensino Secundário;
- 36 Enfermeiros e Parteiras e um adicional de 11 doutores Cubanos.

Concessões Escolares

O Ministério da Educação fornecerá um total de $0.266 milhões em concessões públicas gerais para escolas no Distrito de Lautem. O Distrito de Lautem receberá um total de $0.586 milhões em concessões para o programa de refeições escolares, dos quais $0.108 milhões serão financiados pelo Estado e $0.478 milhões pelo Programa Mundial de Alimentação. Isto beneficiará aproximadamente 13,900 estudantes da escola primária no distrito de Lautem.

Concessões relativas a Arte e Desporto para a Juventude

A Secretaria de Estado da Juventude e Desporto vai gastar um total de $0.034 milhões em concessões públicas para organizações comunitárias no Distrito de Lautem que promovam actividades entre os jovens que envolvam artes e desporto.

Concessões da Administração Estatal

O Ministério da Administração Estatal fornecerá duas concessões ao Distrito de Baucau, totalizando $0.350 milhões. A primeira concessão, no valor de $0.148 milhões, destina-se a pagamentos contínuos a sucos e a vencimentos de membros dos Conselhos de Suco, enquanto a segunda, no valor de $0.202 milhões, é referente ao início do Programa de Governo Local. Os fundos para o programa de Desenvolvimento do Governo Local serão usados como base para blocos de concessões no futuro, relativamente à provisão de serviços municipais.

Concessões para Energias Alternativas

A Secretaria de Estado da Política Energética fornecerá concessões num total de $0.031 milhões para comunidades no Distrito de Lautem isto consiste de $0.011 milhões para actividades da energia solar e $0.020 milhões para actividades de agroenergia.

Perfil de Subsídios para Cidadãos Idosos e Vulneráveis

Em 2008 o Ministério da Solidariedade Social identificou um total de 6,122 pessoas elegíveis para receberem subsídios com base em idade avançada ou invalidez no Distrito de Lautem. Deste total, 5,525 eram idosos e 597 eram inválidos. Usando estes números como base para 2009, o Governo irá pagar subsídios no valor de $1.469 milhões no Distrito de Lautem.

Combatentes na Luta pela Libertação

Existem actualmente 1,242 combatentes conhecidos no Distrito de Lautem. Destes, um total de 138 concluiu os requisitos necessários para receberem as suas pensões. Outros 249 deverão concluir esses requisitos durante 2009. É esperado que os restantes 855 o façam durante 2010 e 2011.

O Ministério das Finanças prevê pagamentos a esses antigos combatentes num total de $1.563 milhões em 2009, o

que irá abranger os pagamentos retroactivos referentes aos 12 meses de 2008 e os pagamentos normais para 2009.

Quadro 3.14

Perfil do Capital de Desenvolvimento para 2009 a 2012

	2009	2010	2011	2012	Total
Construção de Posto de Saúde em Luro, Lacava	85	10	-	-	95
Construção de uma clínica de Maternidade em Luro, Vairoque	90	10	-	-	100
Reabilitação de Estradas Rurais (Lautem)	200	300	300	300	1,100
Construção do Instituto do Desenvolvimento Empresarial e Apoio em Lospalos	-	90	10	-	100
Reabilitação Escola Primária 455 P 01 Lospalos Lautem	-	220	66	-	286
Nova Construção 2 Edif Escola Primária 441 Ilalai/Laivai	80	24	-	-	104
Reabilitação 3 Edif Escola Primária 456 02 Lospalos	-	250	75	-	325
Reabilitação 3 Edif Escola Primária 436 01 Moro	-	170	51	-	221
Nova Construção 2 Edif Escola Primária 431 10 Baduru	-	200	60	-	260
Nova Construção e Reabilitação 1 Edf Escola Primária 884 C Assalaino	-	180	54	-	234
Nova Construção e Reabilitação da Escola Primária 427 01 Iliomar	-	200	60	-	260
Nova Construção Escola Primária 463 15 Chai Lore I	-	180	54	-	234
Nova Construção e Reabilitação a Escola Primária 457 03 Lospalos	-	200	60	-	260
Nova Construção Escola Primária 422 02 Tirilolo	-	130	39	-	169
Nova Construção Escola Primária 430 Ira-Ara	130	90	-	-	220
Nova Construção JI+Escola Primária 443 Pairara	-	130	90	-	220
Nova Construção Escola Primária 885 Wairoque	-	117	-	-	117
Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária 251 Lulira	120	36	-	-	156
Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária S796 C Fuiloro	-	150	45	-	195
Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária 439 Com	-	300	90	-	390
Nova Construção ES345 Nino Coni Santana Lospalos	130	39	-	-	169
Reabilitação ES Técnico Profissional de Lospalos (Ex ES 01 Lospalos)	400	120	-	-	520
Construção de Novas Instalações para Municipalidades – Lautem	-	-	500	750	1,250
Reabilitação de Centros de Sucos - Serelau	7	-	-	-	7
Reabilitação de Centros de Sucos - Maina I	7	-	-	-	7
Reabilitação de Centros de Sucos - Mehara	7	-	-	-	7
Consultores de Arquitectura e design para Nova Construção das Instalações de Novas Politécnicas em Lospalos e Covalima	300	90	-	-	390
Instalação de Electricidade na Planta de Tratamento de Água (Lautem)	30	-	-	-	30
Instalação do Sistema de Fornecimento de Água (Moru - Lautem - Lospalos)	-	-	-	-	0
Nova Construção EB EPS794 Mehara	225	67	-	-	292
Reabilitação de Centros de Sucos - Mehara	7	-	-	-	7
Estabelecimento do Gabinete do Notário Distrital em Lautem	200	20	-	-	220
Construção de Mini Mercado – Tutuala	20	-	-	-	20

	2009	2010	2011	2012	Total
Construção de Mini Mercado – Tutuala	20	-	-	-	20
Construção de Mini Mercado – Pairara	20	-	-	-	20
Construção de Mini Mercado – Iraler	20	-	-	-	20
Total de Projectos Especificamente para Lautem	**1,643**	**1,489**	**824**	**750**	**4,706**

Liquiçá

O Distrito de Liquiçá tem uma área de 543 km². Aquando do censo de 2004 tinha uma população de 57,978 pessoas. O Distrito de Liquiçá está situado 35 km a oeste de Díli e possui três sub-distritos (Liquiçá, Bazartete e Maubara), sendo composto por 23 aldeias.

A maior parte da população de Liquiçá fala os seus próprios idiomas (tokodede ou mambae) e tétum. O distrito tem solos predominantemente baixos e férteis, ideais para o cultivo e onde se pratica uma agricultura tradicional, bem como uma planície costeira e uma transição bastante abrupta para as áreas montanhosas, as quais envolvem encostas muito íngremes e são frágeis em termos ambientais.

O Distrito de Liquiça engloba três sub-distritos, os quais são apresentados no quadro 3.15 juntamente com os respectivos sucos.

Quadro 3.15

Sub-Distritos e Sucos de Liquiça

Bazartate	Liquiça	Maubara
Fahilebo	Asumano	Guguleur
Fatumasi	Darulete	Guico
Lauhata	Dato	Lisadilia
Leorema	Hatukesi	Maubaralisa
Maumeta	Leotela	Vatuboro
Metagou	Loidahar	Vatuvou
Motaulun	Lukulai	VaviquinIa
Tibar		
Ulmera		

O Distrito de Liquiçá tem aproximadamente 172 quilómetros de rede rodoviária, composta por 130 quilómetros de Estradas Nacionais e por 42 quilómetros de Estadas Secundárias.

Liquiçá – Gastos do Governo em 2009

Em 2009 o Governo irá:

- Gastar $0.351 milhões em pensões para antigos combatentes na luta pela libertação e mais de $1.122 milhões em subsídios para cidadãos idosos e vulneráveis no distrito.
- Investir $1.867 milhões em projectos de capital e desenvolvimento especificamente em Liquiçá; e
- Empregar mais de 770 pessoas, gastando $1.600 milhões em salários.

Gráfico 3.9

Despesas Directas do Governo no Distrito de Liquiça 2009

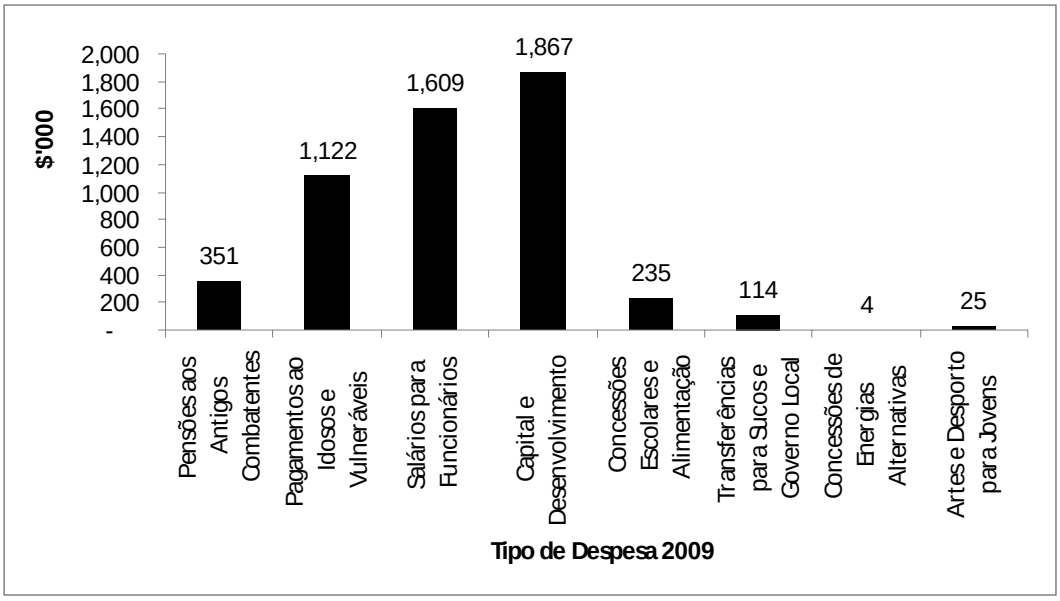
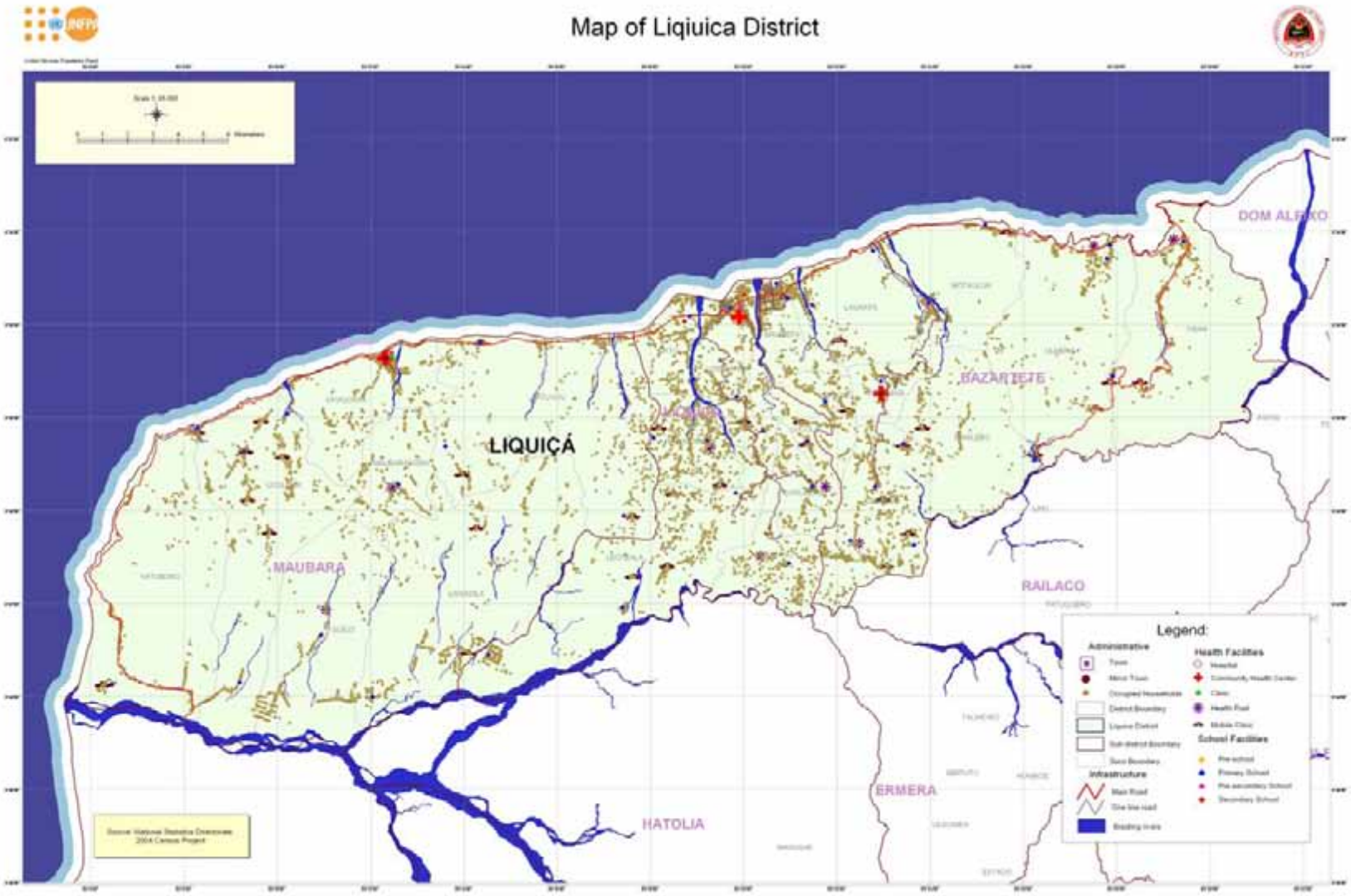


Figura 3.8 Mapa do Distrito de Liquiça



Perfil de Funcionários e Serviços do Governo

Existem actualmente 773 funcionários do Estado a trabalhar no Distrito de Liquiça, e incluem:

- 98 Polícias;
- 405 Professores do Ensino Primário;
- 79 Professores do Ensino Secundário;
- 52 Enfermeiros e Parteiras e um adicional de 12 doutores Cubanos.

Concessões Escolares

O Ministério da Educação fornecerá um total de $0.235 milhões em concessões públicas gerais para escolas no Distrito de Liquiçá. O Distrito de Liquiçá receberá um total de $0.550 milhões em concessões para o programa de refeições escolares, dos quais $0.102 milhões serão financiados pelo Estado e $0.448 milhões pelo Programa Mundial de Alimentação. Isto beneficiará aproximadamente 13,050 estudantes da escola primária no distrito de Liquiça.

Concessões relativas a Arte e Desporto para a Juventude

A Secretaria de Estado da Juventude e Desporto vai gastar um total de $0.025 milhões em concessões públicas para organizações comunitárias no Distrito de Liquiçá para promover actividades entre os jovens que envolvam artes e desporto.

Concessões da Administração Estatal

O Ministério da Administração Estatal fornecerá uma concessão ao Distrito de Liquiçá totalizando $0.114 milhões para a continuação de pagamentos a sucos e a vencimentos de membros dos Conselhos de Suco no Distrito de Liquiça.

Concessões para Energias Alternativas

A Secretaria de Estado da Política Energética fornecerá concessões num total de $0.004 milhões para comunidades no Distrito de Liquiçá para actividades de Biogás.

Perfil de Subsídios para Cidadãos Idosos e Vulneráveis

Em 2008 o Ministério da Solidariedade Social identificou um total de 4,676 pessoas elegíveis para receberem subsídios com base em idade avançada ou invalidez no Distrito de Liquiçá. Deste total, 3,649 eram idosos e 1,027 eram inválidos. Usando estes números como base para 2009, o Governo irá pagar subsídios no valor de $1.122 milhões no Distrito de Liquiçá.

Combatentes na Luta pela Libertação

Existem actualmente 1,170 combatentes conhecidos no Distrito de Liquiçá. Destes, um total de 11 concluiu os requisitos necessários para receberem as suas pensões. Outros 92 deverão concluir esses requisitos durante 2009. É esperado que os restantes 1,067 o façam durante 2010 e 2011.

O Ministério das Finanças prevê pagamentos a esses antigos combatentes num total de $0.406 milhões em 2009, o que irá abranger os pagamentos retroactivos referentes aos 12 meses de 2008 e os pagamentos normais para 2009.

Quadro 3.16

Perfil do Capital de Desenvolvimento para 2009 a 2012

	2009	2010	2011	2012	Total

	2009	2010	2011	2012	Total
Construção de Posto de Saúde em Maubara Maubara Lisa	81	9	-	-	90
Construção de Posto de Saúde em Liquiça, Leotela	81	9	-	-	90
Reabilitação do Mercado de Fornecimento em Taibessi para vendedores locais	450	50	-	-	500
Manutenção do Antigo Edifício de Administração em Bazartete	-	-	50	-	50
Controlo de Cheias e Obras de Mitigação -(Lauhata River I - - Liquiça)	100	-	-	-	100
Controlo de Cheias e Obras de Mitigação -(Laclo Loa River I - - Liquiça)	100	-	-	-	100
Controlo de Cheias e Obras de Mitigação -(Maumeta River I - - Liquiça)	100	-	-	-	100
Reabilitação de Estradas Rurais (Liquiça)	200	300	300	300	1,100
Reabilitação - Gabinete de Agricultura em Liquiça	-	45	5	-	50
Nova Construção e Reabilitação Escola Primária 027 06 Darulete	-	180	54	-	234
Nova Construção Escola Primária 040 Siamodo Lisadila	130	39	-	-	169
Nova Construção Escola Primária 023 Faulara	130	39	-	-	169
Reabilitação Escola Primária 022 Laclolema	-	75	22	-	97
Reabilitação Escola Primária 815 Ediri Raeme	-	75	22	-	97
Nova Construção Escola Primária 035 Vatuvou	-	200	60	-	260
Nova Construção Escola Primária 005 Metagou	-	135	-	-	135
Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária S2009 Maubara (Escola Primária S P Filial Loes)	225	67	-	-	292
Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária 027 Darulete	-	300	90	-	390
Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária 017 Kassait	-	300	90	-	390
Construção de Novas Instalações para Municipalidades - Liquiça	-	-	500	750	1,250
Construção do Instituto de Desenvolvimento e Apoio Empresarial em Liquiça	-	-	105	11	116
Construção do Instituto de Desenvolvimento e Apoio Empresarial em Aileu	-	-	105	11	116
Reabilitação da Rede de Distribuição de Água (Maudemo - Maumeta - Liquiça)	50	-	-	-	50
Controlo de Cheias e Obras de Mitigação (Ribeira Loes - Maubara)	200	-	-	-	200
Reabilitação de Estradas Urbanas, Passeios e Drenagem (Liquiça)	-	400	-	500	900
Reabilitação do Mini Mercado - Loes	20	-	-	-	20
Total de Projectos Especificamente para Liquiça	**1,867**	**2,223**	**1,403**	**1,572**	**7,065**

Manatuto

O Distrito de Manatuto tem uma área de 1,706 km². Aquando do censo de 2004 tinha uma população de 39,015 pessoas. O Distrito de Manatuto está delimitado pelos estreitos de Wetar a norte, pelo Mar de Timor a sul, pelos distritos de Baucau e Viqueque a leste e pelos distritos de Díli, Aileu e Same a oeste.

O clima no distrito é tropical, com pluviosidade e uma estação molhada que divergem entre as regiões norte e sul.

O Distrito de Manatuto engloba seis sub-distritos, os quais são apresentados no quadro 3.17 juntamente com os respectivos sucos.

Quadro 3.17

Sub-Distritos e Sucos de Manatuto

Barique/Natarbora	Laclo	Laclubar	Laleia	Manatuto	Soibada
Aubeon	Hohorai	Batara	Cairui	Ailili	Fatumakerek
Barique	Laku Mesak	Fatumakerek	Hatularan	Aiteas	Leohat
Fatuwaqui	Umakaduak	Funar	Lifau	Cribas	Manlala
Manehat	Umanaruk	Manelima		Iliheu	Maunfahe
Umaboku		Orlalan		Maabat	Samoro
		Sananain		Sau	

O Distrito de Manatuto tem aproximadamente 288 quilómetros de rede rodoviária, composta por 184 quilómetros de estradas nacionais e 104 quilómetros de Estadas Secundárias.

Manatuto – Gastos do Governo em 2009

Em 2009 o Governo irá:

- Gastos $0.607 milhões em pensões para antigos combatentes na luta pela libertação e mais de $0.980 milhões em subsídios para cidadãos idosos e vulneráveis no distrito.
- Investir $1.639 milhões em projectos de capital e desenvolvimento especificamente em Manatuto; e
- Empregar mais de 730 pessoas, gastando $1.530 milhões em salários.

Gráfico 3.10

Despesas Directas do Governo no Distrito de Manatuto 2009

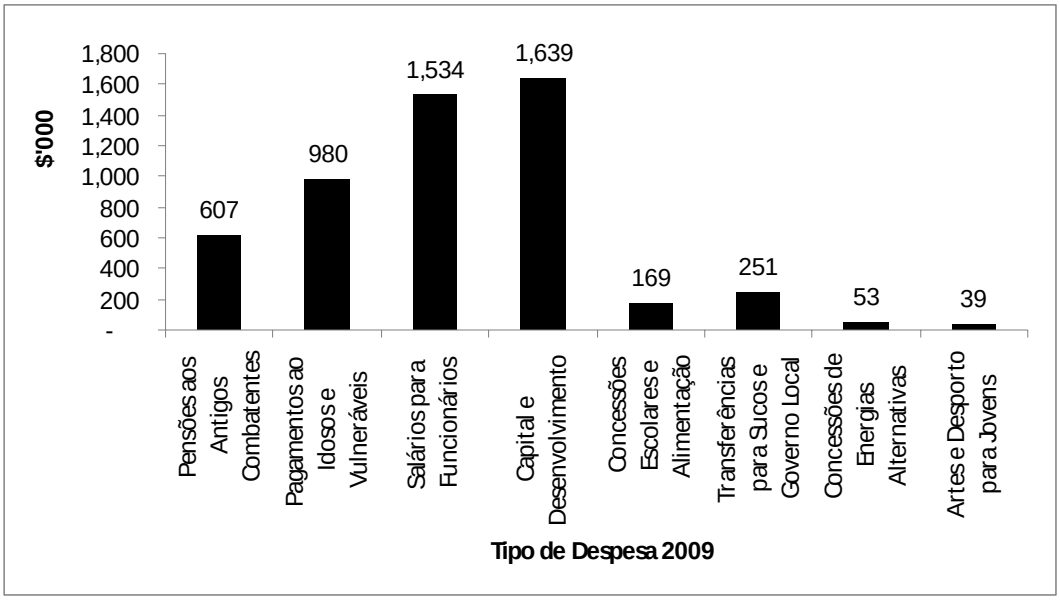


Figura 3.9 Mapa do Distrito de Manatuto

Perfil de Funcionários e Serviços do Governo

Existem actualmente 735 funcionários do Estado a trabalhar no Distrito de Manatuto e incluem:

- 107 Polícias;
- 298 Professores do Ensino Primário;
- 47 Professores do Ensino Secundário;
- 91 Enfermeiros e Parteiras e um adicional de 8 doutores Cubanos.

Concessões Escolares

O Ministério da Educação fornecerá um total de $0.169 milhões em concessões públicas gerais para escolas no Distrito de Manatuto. O Distrito de Manatuto receberá um total de $0.358 em subvenções para o Programa de alimentação escolar, $0.066 milhões serão financiados pelo Estado e $0.292 milhões pelo Programa Mundial de Alimentação. Isto beneficiará aproximadamente 8,500 estudantes da escola primária no distrito de Manatuto.

Concessões relativas a Arte e Desporto para a Juventude

A Secretaria de Estado da Juventude e Desporto vai gastar um total de $0.039 milhões em concessões públicas para organizações comunitárias no Distrito de Manatuto que promovam actividades entre os jovens que envolvam artes e desporto.

Concessões da Administração Estatal

O Ministério da Administração Estatal fornecerá duas concessões ao Distrito de Manatuto, totalizando $0.251 milhões. A primeira concessão, no valor de $0.116 milhões, destina-se a pagamentos contínuos a sucos e a vencimentos de membros dos Conselhos de Suco, enquanto a segunda, no valor de $0.135 milhões, é referente ao início do Programa de Governo Local. Os fundos para o programa de Desenvolvimento do Governo Local serão usados como base para blocos de concessões no futuro, relativamente à provisão de serviços municipais.

Concessões para Energias Alternativas

A Secretaria de Estado da Política Energética fornecerá concessões num total de $0.053 milhões para comunidades no Distrito de Manatuto, isto consiste de $0.015 milhões para actividades da energia solar, $0.020 milhões para actividades de Biogás e 0.018 milhões para actividades de agroenergia.

Perfil de Subsídios para Cidadãos Idosos e Vulneráveis

Em 2008 o Ministério da Solidariedade Social identificou um total de 4,085 pessoas elegíveis para receberem subsídios com base em idade avançada ou invalidez no Distrito de Manatuto. Deste total, 3,218 eram idosos e 867 eram inválidos. Usando estes números como base para 2009, o Governo irá pagar subsídios no valor de $0.980 milhões no Distrito de Manatuto.

Combatentes na Luta pela Libertação

Existem actualmente 753 combatentes conhecidos no Distrito de Manatuto. Destes, um total de 4 concluiu os requisitos necessários para receberem as suas pensões. Outros 158 deverão concluir esses requisitos durante 2009. É esperado que os restantes 591 o façam durante 2010 e 2011.

O Ministério das Finanças prevê pagamentos a esses antigos combatentes num total de $0.634 milhões em 2009, o que irá abranger os pagamentos retroactivos referentes aos 12 meses de 2008 e os pagamentos normais para 2009.

Quadro 3.18

Perfil do Capital de Desenvolvimento para 2009 a 2012

	2009	2010	2011	2012	Total
Construção de Posto de Saúde em Laclo Hatukonan	126	14	-	-	140
Construção de Posto de Saúde em Laclubar Lei	81	9	-	-	90
Controlo de Cheias e Obras de Mitigação -(Laclo River - - Manatuto)	100	-	-	-	100
Reabilitação de Estradas Rurais (Manatuto)	200	300	300	300	1,100
Reabilitação - Gabinete de Agricultura em Manatuto	-	-	45	5	50
Nova Construção 1 Edif. Escola Primária 593 Uma Boco 1, Barique	90	27	-	-	117
Reabilitação 2 Edif. Escola Primária 906 Pualaka 30, Laclubar	-	160	48	-	208
Reabilitação 2 Edif. Escola Primária 600 Labubu, Laclo	-	80	24	-	104
Nova Construção 1 Edif Escola Primária 610 Beboro, Laleia	-	110	33	-	143
Nova Construção 2 Edif Escola Primária 599 Hatu Ermera, Laclo	200	60	-	-	260
Nova Construção 1 Edif Escola Primária 594 N.S. Manehat 32 (N.S. Graça)	-	120	36	-	156
Nova Construção 1 Edif Escola Primária 613 Obrato 17	120	36	-	-	156
Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária 598 Behau Fatumetak	-	300	90	-	390
Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária S683 Natarbora	-	260	78	-	338
Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária Lifau Laleia	300	90	90	-	480
Construção de Novas Instalações para Municipalidades – Manatuto	-	-	500	750	1,250
Reabilitação de Centros de Sucos - Liheu	7	-	-	-	7
Reabilitação de Centros de Sucos - Cribas	7	-	-	-	7
Reabilitação de Centros de Sucos - Orlala	7	-	-	-	7
Reabilitação de Centros de Sucos - Lacumesac	7	-	-	-	7
Reabilitação de Centros de Sucos - Uma Narac	7	-	-	-	7
Reabilitação de Centros de Sucos - Abat Oan	7	-	-	-	7
Reabilitação do Cano de Transmissão (Zona Campo Base - Aiteas- Manatuto Vila)	40	-	-	-	40
Estabelecimento do Gabinete do Notário Distrital em Manatuto	200	20	-	-	220
Reabilitação de Estradas Urbanas, Passeios e Drenagem (Manatuto)	-	400	-	500	900
Construção de Mini Mercado – Cairui	20	-	-	-	20
Construção de Mini Mercado – Cribas	20	-	-	-	20
Apoio para uma Fábrica de Etanol - Laclubar	100	-	-	-	100
Construção de Mini Mercado - Be Heda	-	20	-	-	20
Total de Projectos Especificamente para Manatuto	**1,639**	**1,983**	**1,244**	**1,555**	**6,114**

Manufahi

O Distrito de Manufahi tem uma área de 1.325 km². Aquando do censo de 2004 tinha uma população de 47,568 pessoas. O Distrito de Manufahi está localizado na parte centro/sul do país, estando delimitado pelo Mar de Timor a sul, por Ainaro a oeste, por Aileu a norte e por Manatuto a leste.

O distrito é montanhoso no norte, tendo vastas planícies costeiras a sul propícias para o cultivo de arroz molhado. O distrito possui rios constantes. Manufahi é um distrito agrícola rural, em que pequenos agricultores desenvolvem uma agricultura tradicional, cultivando no geral arroz não irrigado, milho, mandioca, feijões e tubérculos. A norte cultiva-se café, enquanto no sul se cultivam cocos.

O Distrito de Manufahi engloba quatro sub-distritos, os quais são apresentados no quadro 3.19 juntamente com os respectivos sucos.

Quadro 3.19

Sub-Distritos e Sucos de Manufahi

Alas	Fatuberliu	Same	Turiscai
Aituha	Bubususu	Babulu	Aitenua
Dotik	Fatukahi	Betano	Beremana
Malagidan	Kaikasa	Daisula	Fatukalo
Taitudal	Klakuk	Gratu	Foholau
Uma Berloik	Talinehar	Holarua	Kaimauk
		Letefoho	Lesuata
		Rotutu	Liurai
		Tutuluro	Manumera
			Matorek
			Mindelo
			Orana

O Distrito de Manufahi tem 142 km de estradas em mau estado que consiste em 61 quilómetros de Estradas Nacionais e 81 km de Estadas Secundárias.

Manufahi – Gastos do Governo em 2009

Em 2009 o Governo irá:

- Gastos $0.401 milhões para Antigos Combatentes da Luta pela Libertação e $0.965 milhões em subsídios para cidadãos idosos e inválidos no distrito .
- Investir $1.548 milhões em projectos de capital e desenvolvimento especificamente em Manufahi; e
- Empregar mais de 870 pessoas, pagando $1.810 milhões em salários.

Gráfico 3.11

Despesas Directas do Governo no Distrito de Manufahi 2009

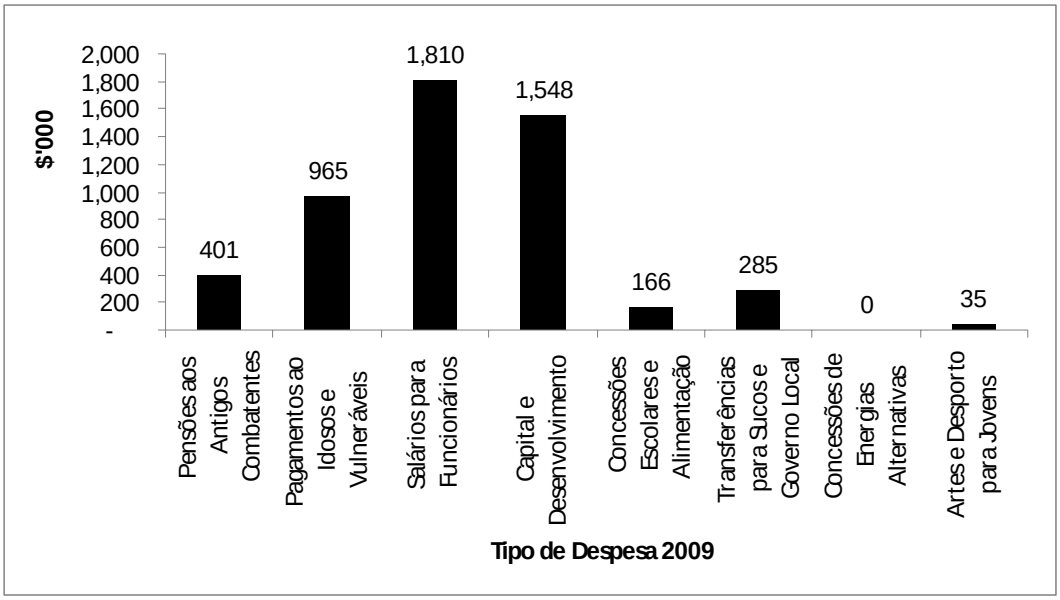
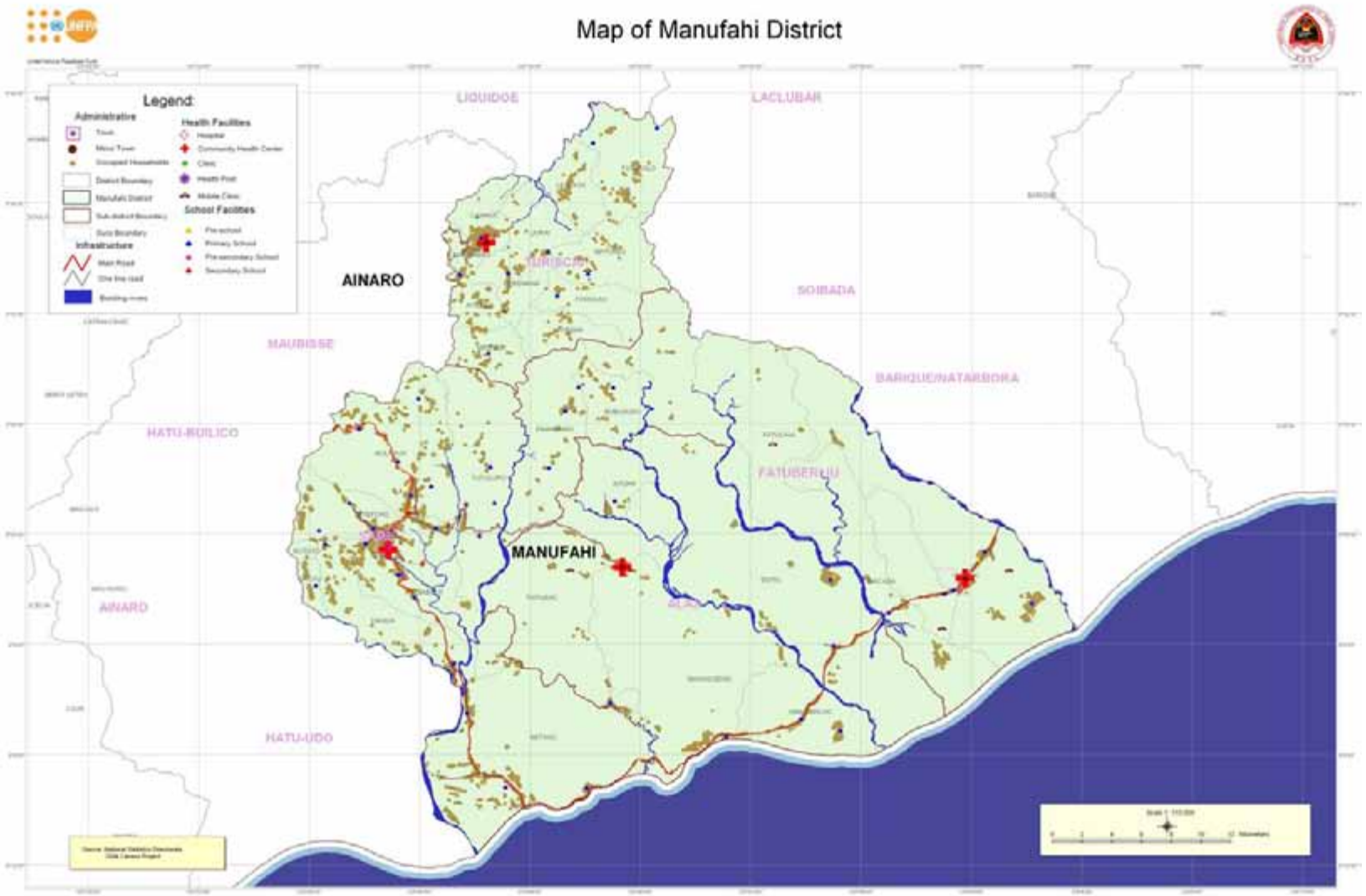


Figura 3.10 Mapa do Distrito de Manufahi



Perfil de Funcionários e Serviços do Governo

Existem actualmente 867 funcionários do Estado a trabalhar no Distrito de Manufahi e incluem:

- 108 Polícias;
- 669 Professores do Ensino Primário;
- 143 Professores do Ensino Secundário;
- 64 Enfermeiros e Parteiras e um adicional de 9 doutores Cubanos.

Concessões Escolares

O Ministério da Educação fornecerá um total de $0.166 milhões em concessões públicas gerais para escolas no Distrito de Manufahi. O Distrito de Manufahi receberá um total de $0.407 milhões em concessões para o programa de refeições escolares, dos quais $0.075 milhões serão financiados pelo Estado e $0.332 milhões pelo Programa Mundial de Alimentação. Isto beneficiará aproximadamente 9,650 estudantes da escola primária no distrito de Manufahi.

Concessões relativas a Arte e Desporto para a Juventude

A Secretaria de Estado da Juventude e Desporto vai gastar um total de $0.041 milhões em concessões públicas para organizações comunitárias no Distrito de Manufahi Que promovam actividades entre os jovens que envolvam artes e desporto.

Concessões da Administração Estatal

O Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território vai pagar duas subvenções ao distrito de Manufahi totalizando $0.285 milhões. Isto compreende $0.130 milhões para continuar os pagamentos aos sucos e subsídios para os membros do Conselho de Suco $0.155 milhões para o início do Programa de Governo Local. Fundos para o início do Programa do Governo Local que serão usados como base para futuras subvenções para serviços municipais.

Perfil de Subsídios para Cidadãos Idosos e Vulneráveis

Em 2008 o Ministério da Solidariedade Social identificou um total de 4,020 pessoas elegíveis para receberem subsídios com base em idade avançada ou invalidez no Distrito de Manufahi. Deste total, 2,989 eram idosos e 1,031 eram inválidos. Usando estes números como base para 2009, o Governo irá pagar subsídios no valor de $0.965 milhões no Distrito de Manufahi.

Combatentes na Luta pela Libertação

Existem actualmente 759 combatentes conhecidos no Distrito de Manufahi. Destes, um total de 20 concluiu os requisitos necessários para receberem as suas pensões. Outros 91 deverão concluir esses requisitos durante 2009. É esperado que os restantes 648 o façam durante 2010 e 2011.

O Ministério das Finanças prevê pagamentos a esses antigos combatentes num total de $0.401 milhões em 2009, o que irá abranger os pagamentos retroactivos referentes aos 12 meses de 2008 e os pagamentos normais para 2009.

Quadro 3.20

Perfil do Capital de Desenvolvimento para 2009 a 2012

	2009	2010	2011	2012	Total
Construção de Posto de Saúde em Fahinehan	81	9	-	-	90

	2009	2010	2011	2012	Total
Construção de Posto de Saúde em Turiscai	163	18	-	-	181
Construção de Residências para Médicos em Turiscai	45	5	-	-	50
Controlo de Cheias e Obras de Mitigação -(Sehen II Rio - Same)	100	-	-	-	100
Reabilitação de Estradas Rurais (Manufahi)	200	300	300	300	1,100
Reabilitação Escola Primária 053 Manumera	-	75	22	-	97
Nova Construção Escola Primária 270 Caicassa/Weulun	90	27	-	-	117
Nova Construção Escola Primária 289 Fatuco	200	60	-	-	260
Nova Construção Escola Primária 069 Foholau/Tarabula Orama	120	36	-	-	156
Nova Construção Escola Primária 071 Liurai	-	120	36	-	156
Nova Construção Escola Primária 266 Colocau	-	110	33	-	143
Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária 301 Raifusa	225	67	-	-	292
Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária 264 Dotic	-	300	90	-	390
Construção de Novas Instalações para Municipalidades – Manufahi	-	-	500	750	1,250
Reabilitação de Centros de Sucos - Letefoho	7	-	-	-	7
Reabilitação de Centros de Sucos - Betano	7	-	-	-	7
Construção do Instituto de Desenvolvimento e Apoio Empresarial em Same	-	90	10	-	100
Instalação do Sistema Solar para Fornecimento de água (Faturberlihu- Manufahi)	75	-	-	-	75
Reabilitação do Cano de distribuição (Hat-Airam-Letefoho-Mesma-Manufahi)	75	-	-	-	75
Finalização da Ponte em Carau Ulun	100	-	-	-	100
Reabilitação de Estradas Urbanas, Passeios e Drenagem (Manufahi)	-	400	-	500	900
Construção de Mini Mercado – Orana	20	-	-	-	20
Construção de Mini Mercado - Fahinehan	20	-	-	-	20
Construção de Mini Mercado - Kasabau	20	-	-	-	20
Total de Projectos Especificamente para Manatuto	**1,548**	**1,617**	**991**	**1,550**	**5,706**

Oecusse

O Distrito de Oecussi tem uma área de 815 km². Aquando do censo de 2004 tinha uma população de 60,687 pessoas. O Distrito de Oecussi é um enclave, localizado 80 km a oeste de Timor-Leste e rodeado pelo Timor Ocidental Indonésio, na costa norte da ilha de Timor. Compõe 15% do território de Timor-Leste.

O vale do Rio Tono domina Oecussi, com a maior parte dos arrozais a serem irrigados pelo Tono e pelos seus afluentes. As áreas mais prósperas do enclave, nomeadamente Padiae e a cidade de Oecussi, devem grande parte da sua riqueza à proximidade do Rio Tono. A grande maioria da população do enclave reside ao longo das margens do Tono.

O Distrito de Oecussi engloba quatro sub-distritos, os quais são apresentados no quadro 3.21 juntamente com os respectivos sucos.

Quadro 3.21

Sub-Distritos e Sucos de Oecusse

Nitibe	Oesilo	Pante Makassar	Passabe
Banafi	Bobometo	Bobocasae	Abani
Bebe Ufe	Usitakeno	Costa	Malelat
Lela Ufe	Usitasae	Cunha	
Suni Ufe		Lalisuk	
Usi Taco		Lifau	
		Naimeco	
		Nipane	
		Taiboco	

O Distrito de Oecusse tem aproximadamente 142 quilómetros de rede rodoviária, composta por 88 quilómetros de Estradas Nacionais e por 54 quilómetros de Estadas Secundárias.

Oecusse – Gastos do Governo em 2009

Em 2009 o Governo irá:

- Gastar $0.196 milhões em pensões para antigos combatentes na luta pela libertação e mais de $1.160 milhões em subsídios para cidadãos idosos e vulneráveis no distrito.
- Investir $3.278 milhões em capital de desenvolvimento e;
- Empregar mais de 930 pessoas, gastando $1.920 milhões em salários.

Gráfico 3.12

Despesas Directas do Governo no Distrito de Oecusse 2009

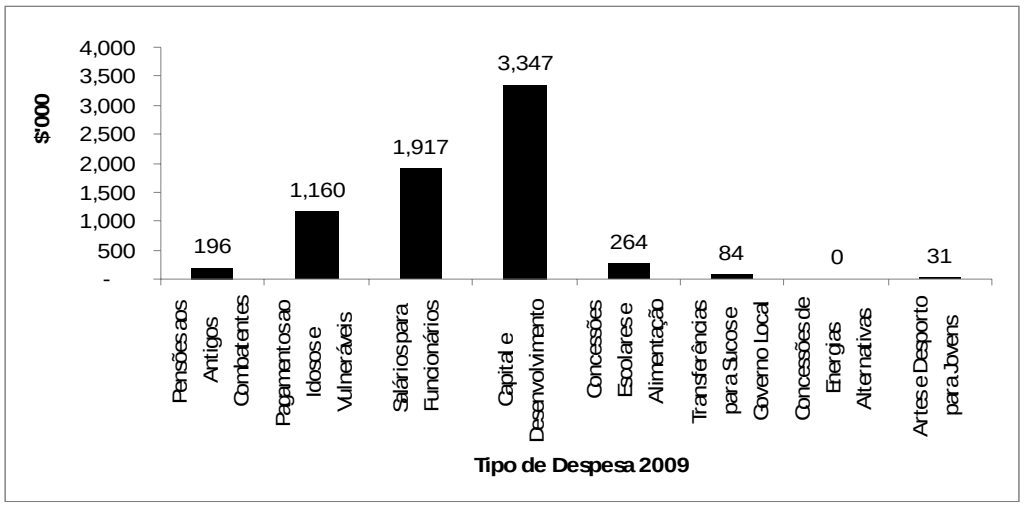

$'000
4,000
3,500
3,000
2,500
2,000
1,500
1,000
500
-
196
1,160
1,917
3,347
264
84
0
31
Pensões aos Antigos Combatentes
Pagamentos ao Idoso e Vulneráveis
Salários para Funcionários
Capital e Desenvolvimento
Concessões Escolares e Alimentação
Transferências para Sucos e Governo Local
Concessões de Energias Alternativas
Artes e Desporto para Jovens
Tipo de Despesa 2009

Figura 3.11 Mapa do Distrito de Oecussi

Perfil de Funcionários e Serviços do Governo

Existem actualmente 932 funcionários do Estado a trabalhar no Distrito de Oecusse, e incluem:

- 118 Polícias;
- 352 Professores do Ensino Primário;
- 62 Professores do Ensino Secundário;
- 2 Médicos Locais (incluindo especialistas) e um adicional de 8 doutores Cubanos;
- 51 Enfermeiros e Parteiras.

Concessões Escolares

O Ministério da Educação fornecerá um total de $0.264 milhões em concessões públicas gerais para escolas no Distrito de Oecussi. O Distrito de Oecussi receberá um total de $0.433 milhões em concessões para o programa de refeições escolares, dos quais $0.080 milhões serão financiados pelo Estado e $0.353 milhões pelo Programa Mundial de Alimentação. Isto beneficiará aproximadamente 10,250 estudantes da escola primária no distrito de Oecusse.

Concessões relativas a Arte e Desporto para a Juventude

A Secretaria de Estado da Juventude e Desporto vai gastar um total de $0.035 milhões em concessões públicas para organizações comunitárias no Distrito de Díli Que promovam actividades entre os jovens que envolvam artes e desporto.

Concessões da Administração Estatal

O Ministério da Administração Estatal fornecerá uma concessão ao Distrito de Oecusse totalizando $0.084 milhões para a continuação de pagamentos a sucos e a vencimentos de membros dos Conselhos de Suco no Distrito de Oecusse.

Perfil de Subsídios para Cidadãos Idosos e Vulneráveis

Em 2008 o Ministério da Solidariedade Social identificou um total de 4,833 pessoas elegíveis para receberem subsídios com base em idade avançada ou invalidez no Distrito de Oecussi. Deste total, 4,080 eram idosos e 753 eram inválidos. Usando estes números como base para 2009, o Governo irá pagar subsídios no valor de $1.159 milhões no Distrito de Oecussi.

Combatentes na Luta pela Libertação

Existem actualmente 122 combatentes conhecidos no Distrito de Oecusse. Nenhum deles tem concluído os requisitos necessários para receberem as suas pensões. Inicialmente 51 deverão concluir esses requisitos durante 2009. É esperado que os restantes 71 o façam durante 2010 e 2011.

O Ministério das Finanças prevê pagamentos a esses antigos combatentes num total de $0.196 milhões em 2009, o que irá abranger os pagamentos retroactivos referentes aos 12 meses de 2008 e os pagamentos normais para 2009.

Quadro 3.22

Perfil do Capital de Desenvolvimento para 2009 a 2012

	2009	2010	2011	2012	Total
Segurança para escritórios de distrito do Procuradoria-geral – Oecussi	40	-	-	-	40

	2009	2010	2011	2012	Total
Acomodação para a Funcionários da Procuradoria-geral Oecussi	75	75	-	-	150
Construção de um armazém Regional em Oecussi	108	12	-	-	120
Construção de um Dormitório no Centro Regional em Oecusse	-	-	-	-	-
Construção de Vedação – Oecusse	-	-	-	-	-
Gabinete Regional para o Secretariado de Estado em Oecusse	108	12	-	-	120
Construção de Posto de Saúde em Pante Makassar, Lalisuk	90	10	-	-	100
Construção do Centro de Saúde em Passabe	86	9	-	-	95
Construção de um Escritório em Oecussi	90	10	-	-	100
Reabilitação da Armazém Oecusse	180	20	-	-	200
Reabilitação de Estradas Urbanas, Passeios e Drenagem (Oecusse)	-	400	-	500	900
Reabilitação de Estradas Rurais (Oecusse/Ambeno)	200	300	300	300	1,100
Posto de Segurança na Fronteira - Passabe	-	300	-	-	300
Posto de Segurança na Fronteira - Sakato	300	300	-	-	600
Posto de Segurança na Fronteira - Oessilo	300	300	-	-	600
Reabilitação da Residência dos Defensores Públicos em Oecusse	130	13	-	-	143
Nova Construção Escola Primária 863 Ban-Afi Manat	180	54	-	-	234
Nova Construção Escola Primária 867 Binibu Pune	-	90	27	-	117
Nova Construção Escola Primária 313 Lalehan Cutete	110	33	-	-	143
Nova Construção Escola Primária 1057 Bobolo´a	-	200	60	-	260
Nova Construção Escola Primária 332 Bobmanat/Tumin	110	33	-	-	143
Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária 333 Tulaica Ainmat	-	150	45	-	195
Nova Construção Escola de Ensino Básico SMPN860 Bocnana	-	300	90	-	390
Nova Construção do Escritório Prefabricado ME Reg do Reg Autónoma Oecusse	-	100	-	-	100
Nova Construção do Armazém do ME Reg do Reg Autónoma Oecusse	200	60	-	-	260
Construção de Novas Instalações para Municipalidades – Oecusse	500	750	500	-	1,750
Instalação do Sistema de Fornecimento de Água (Costa - Pante Makassar - Oecusse)	60	-	-	-	60
Estabelecimento do Gabinete do Notário Distrital em Oecusse	200	20	-	-	220
Manutenção de estradas entre distritos - Oecusse	220	-	-	-	220
Construção de Mini Mercado – Nibin	20	-	-	-	20
Construção de Mini Mercado - Mahaka	20	-	-	-	20
Construção de Mini Mercado – Dirmuni	20	-	-	-	20
Total de Projectos Especificamente para Oecusse	**3,347**	**3,551**	**1,022**	**800**	**8,720**

Covalima

Perfil Distrital

O Distrito de Covalima tem uma área de 1.226 km². Aquando do censo de 2004 tinha uma população de 55,714 pessoas.

O Distrito de Covalima engloba seis sub-distritos, os quais são apresentados no quadro 3.23 juntamente com os respectivos sucos.

Quadro 3.23

Sub-Distritos e Sucos de Covalima

Fatululik	Fohoren .	Mape/Zumulai .	Maucatar	Suai	Tilomar	Fatumea .
Fatululik	Dato Rua	Beco II	Belecasac	Beco I	Foholulik	Belulik
Taroman	Dato Tolu	Fatuleto	Holpilat	Debus	Lalawa	Fatumea
Beluluik Leten	Fohoren	Lepo	Matai	Kamenasa	Maudemu	Nanu
	Lactos	Lour	Ogues	Labarat		
	Dato Rua	Mape		Suai		
		Raimeia				
		Harecai				
		Zulo				

O Distrito de Covalima tem aproximadamente 171 quilómetros de rede rodoviária, composta por 122 quilómetros de Estradas Nacionais e por 49 quilómetros de Estadas Secundárias.

Covalima – Gastos do Governo em 2009

Em 2009 o Governo irá:

- Gastar $0.434 milhões em pensões para antigos combatentes na luta pela libertação e mais de $1.214 milhões em subsídios para cidadãos idosos e vulneráveis no distrito.
- Investir $4.183 milhões em capital de desenvolvimento especialmente para Covalima; e
- Empregar mais de 1,150 pessoas, gastando $2.350 milhões em salários.

Gráfico 3.13

Despesas Directas do Governo no Distrito de Covalima 2009

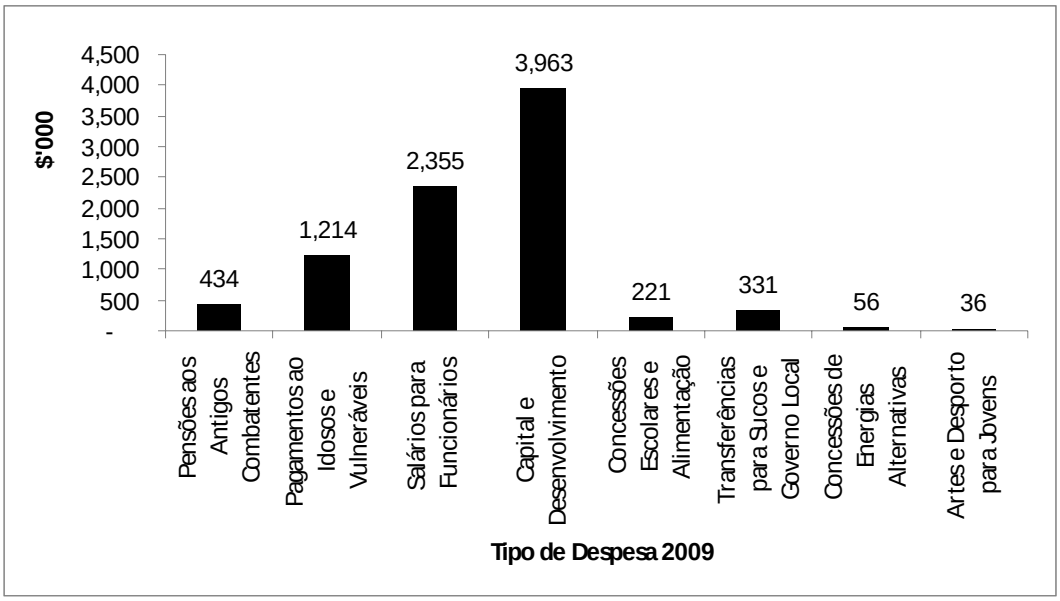
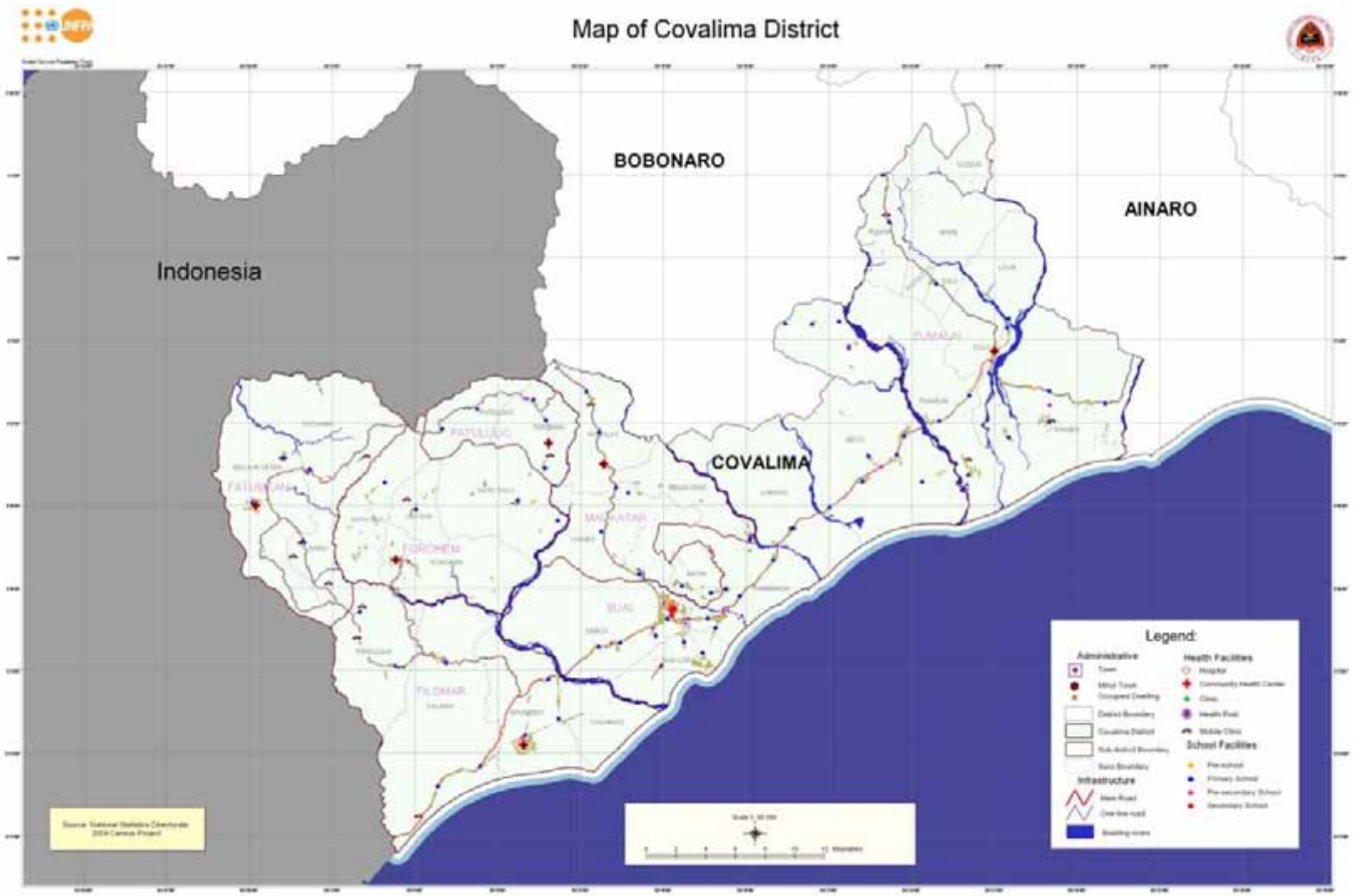


Figura 3.12 Mapa do Distrito de Covalima



Perfil de Funcionários e Serviços do Governo

Existem actualmente 1,145 funcionários do Estado a trabalhar no Distrito de Covalima e incluem:

- 132 Polícias;
- 493 Professores do Ensino Primário;
- 102 Professores do Ensino Secundário;
- 2 Médicos Locais (incluindo especialistas) e um adicional de 19 doutores Cubanos;
- 86 Enfermeiros e Parteiras.

Concessões Escolares

O Ministério da Educação fornecerá um total de $0.221 milhões em concessões públicas gerais para escolas no Distrito de Covalima. O Distrito de Covalima receberá um total de $0.462 milhões em concessões para o programa de refeições escolares, dos quais $0.085 milhões serão financiados pelo Estado e $0.377 milhões pelo Programa Mundial de Alimentação. Isto beneficiará aproximadamente 10,950 estudantes da escola primária no distrito de Covalima.

Concessões relativas a Arte e Desporto para a Juventude

A Secretaria de Estado da Juventude e Desporto vai gastar um total de $0.036 milhões em concessões públicas para organizações comunitárias no Distrito de Covalima Que promovam actividades entre os jovens que envolvam artes e desporto.

Concessões da Administração Estatal

O Ministério da Administração Estatal fornecerá duas concessões ao Distrito de Covalima, totalizando $0.285 milhões. A primeira concessão, no valor de $0.135 milhões, destina-se a pagamentos contínuos a sucos e a vencimentos de membros dos Conselhos de Suco, enquanto a segunda, no valor de $0.196 milhões, é referente ao início do Programa de Governo Local. Os fundos para o programa de Desenvolvimento do Governo Local serão usados como base para blocos de concessões no futuro, relativamente à provisão de serviços municipais.

Concessões para Energias Alternativas

A Secretaria de Estado da Política Energética fornecerá concessões num total de $0.056 milhões para comunidades no Distrito de Covalima em que $0.030 milhões são para actividades da energia solar e $0.026 milhões para actividades de Biogás.

Perfil de Subsídios para Cidadãos Idosos e Vulneráveis

Em 2008 o Ministério da Solidariedade Social identificou um total de 7,686 pessoas elegíveis para receberem subsídios com base em idade avançada ou invalidez no Distrito de Covalima. Deste total, 6,912 eram idosos e 774 eram inválidos. Usando estes números como base para 2009, o Governo irá pagar subsídios no valor de $1.159 milhões no Distrito de Viqueque.

Combatentes na Luta pela Libertação

Existem actualmente 710 combatentes conhecidos no Distrito de Covalima. Destes, um total de 2 concluiu os requisitos necessários para receberem as suas pensões. Outros 112 deverão concluir esses requisitos durante 2009. É esperado que os restantes 596 o façam durante 2010 e 2011.

O Ministério das Finanças prevê pagamentos a esses antigos combatentes num total de $0.434 milhões em 2009, o que irá abranger os pagamentos retroactivos referentes aos 12 meses de 2008 e os pagamentos normais para 2009.

Quadro 3.24

Perfil do Capital de Desenvolvimento para 2009 a 2012

Titulo do Projecto	2009	2010	2011	2012	Total
Acomodação para a Funcionários da Procuradoria-geral Suai	118	32	-	-	150
Segurança para escritórios de distrito do Procuradoria-geral – Suai	40	-	-	-	40
Acomodação para a Funcionários da Procuradoria-geral Suai	75	75	-	-	150
Gabinete Regional para o Secretariado de Estado em Suai	108	12	-	-	120
Mercado da Fronteira em Suai	180	20	-	-	200
Reabilitação de Estradas Urbanas, Passeios e Drenagem (Covalima)	300	-	500	5	805
Controlo de Cheias e Obras de Mitigação -(Lomea River - - Suai)	100	-	-	-	100
Controlo de Cheias e Obras de Mitigação -(Mola River - - Suai)	100	-	-	-	100
Reabilitação de Estradas Rurais (Covalima)	200	300	300	300	1,100
Posto de Segurança na Fronteira - Salele	600	600	-	-	1,200
Reabilitação da Residência dos Defensores Públicos em Suai	130	13	-	-	143
Reabilitação - Gabinete de Agricultura em Covalima	45	5	-	-	50
Nova Construção e Reabilitação Escola Primária 146 Ogues Covalima	-	200	60	-	260
Reabilitação Escola Primária 842 Aioan/Nikir Covalima	-	190	57	-	247
Nova Construção e Reabilitação Jl+Escola Primária 832 Lela	-	200	60	-	260
Nova Construção Escola Primária 143 Hare Cain	90	27	-	-	117
Nova Construção Escola Primária 164 Sanfuc Camanassa	180	54	-	-	234
Nova Construção e Reabilitação Escola Primária 160 Has Caduac Ladi	-	280	84	-	364
Nova Construção Escola Primária 128 Macous	130	39	-	-	169
Nova Construção Escola Primária 142 Dais	120	36	-	-	156
Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária 171 Tilomar	-	225	67	-	292
Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária S833 Maucatar	-	120	36	-	156
Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária 129 Taroman	200	60	-	-	260
Reabilitação ES Técnico Profissional de Suai	400	120	-	-	520
Consultor de Arquitectura edesign para Nova Construção das Instalações de Novas Politécnicas em Lospalos e Covalima	300	90	-	-	390
Construção de Novas Instalações para Municipalidades – Covalima	-	500	750	500	1,750
Reabilitação de Centros de Sucos - Suco Matai	7	-	-	-	7
Instalação de uma Rede de Distribuição nova (Bairro Crey-Vila - Covalima)	40	-	-	-	40
Melhorar Estradas Seleccionadas (Rampa para a Ponte Mola - A02 3 km) Contrapartida com o Japão	300	-	-	-	300
Estabelecimento do Gabinete do Notário Distrital em Covalima	200	20	-	-	220

Titulo do Projecto	2009	2010	2011	2012	Total
Total de Projectos Especificamente para Covalima	**3,963**	**3,218**	**1,914**	**805**	**9,900**

Viqueque

O Distrito de Viqueque tem uma área de 1.781 km². Aquando do censo de 2004 tinha uma população de 70,002 pessoas. O Distrito de Viqueque está situado na parte sudeste de Timor-Leste.

O Distrito de Viqueque engloba cinco sub-distritos, os quais são apresentados no quadro 3.25 juntamente com os respectivos sucos.

Quadro 3.25

Sub-Distritos e Sucos de Viqueque

Lacluta	Ossu	Viqueque	Watu-Carbau	Watu-lari
Ahic	Builale	Bahalarauain	Afaloicai	Babulo
Dilor	Liaruca	Bibileo	Bahatata	Macadique
Laline	Loi-Huno	Caraubalu	Irabin de baixo	Matohoi
Uma Tolu	Nahareca	Fatu Dere	Irabin de cima	Uaitame
	Ossorua	Luca	Loi - Ulu	Vessoru
	Ossu de Cima	Maluru	Uani Uma	
	Uabubo	Uaimori		
	Uaguia	Uma Qui'ic		
	Uaibobo	Uma Uain Craic		
		Uma Uain Leten		

O Distrito de Viqueque tem 206 quilómetros de rede rodoviária, composta por 124 quilómetros de Estradas Nacionais e por 82 quilómetros de Estadas Secundárias.

Viqueque – Gastos do Governo em 2009

Em 2009 o Governo irá:

- Gastar $1.112 milhões em pensões para antigos combatentes na luta pela libertação e mais de $1.845 milhões em subsídios para cidadãos idosos e vulneráveis no distrito.
- Investir $6.981 milhões em capital de desenvolvimento especificamente para Viqueque; e
- Empregar mais de 1,150 pessoas, gastando $2.200 milhões em salários.

Gráfico 3.14

Despesas Directos do Governo no Distrito de Viqueque 2009

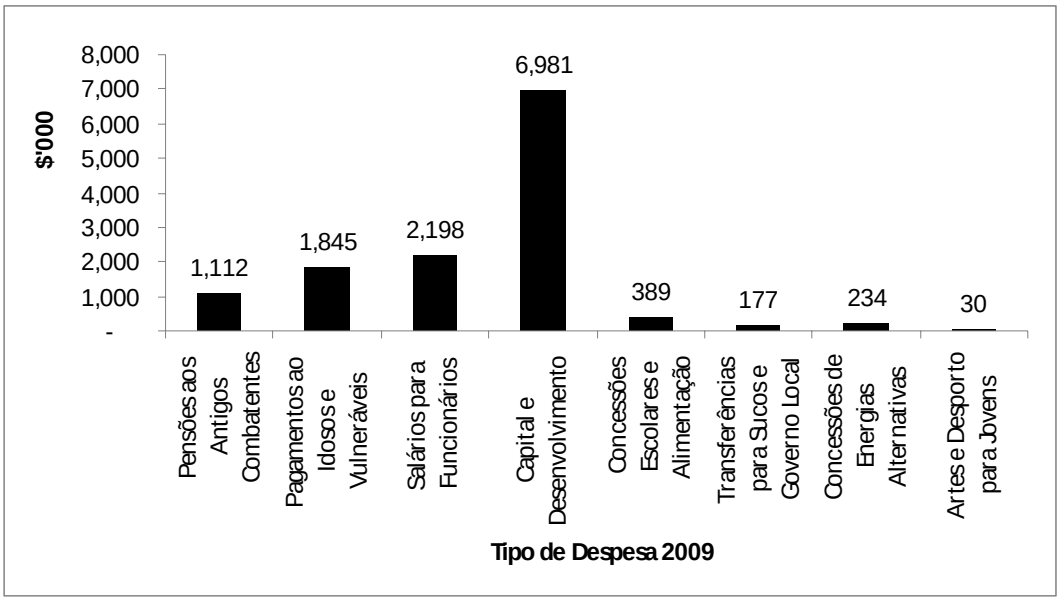
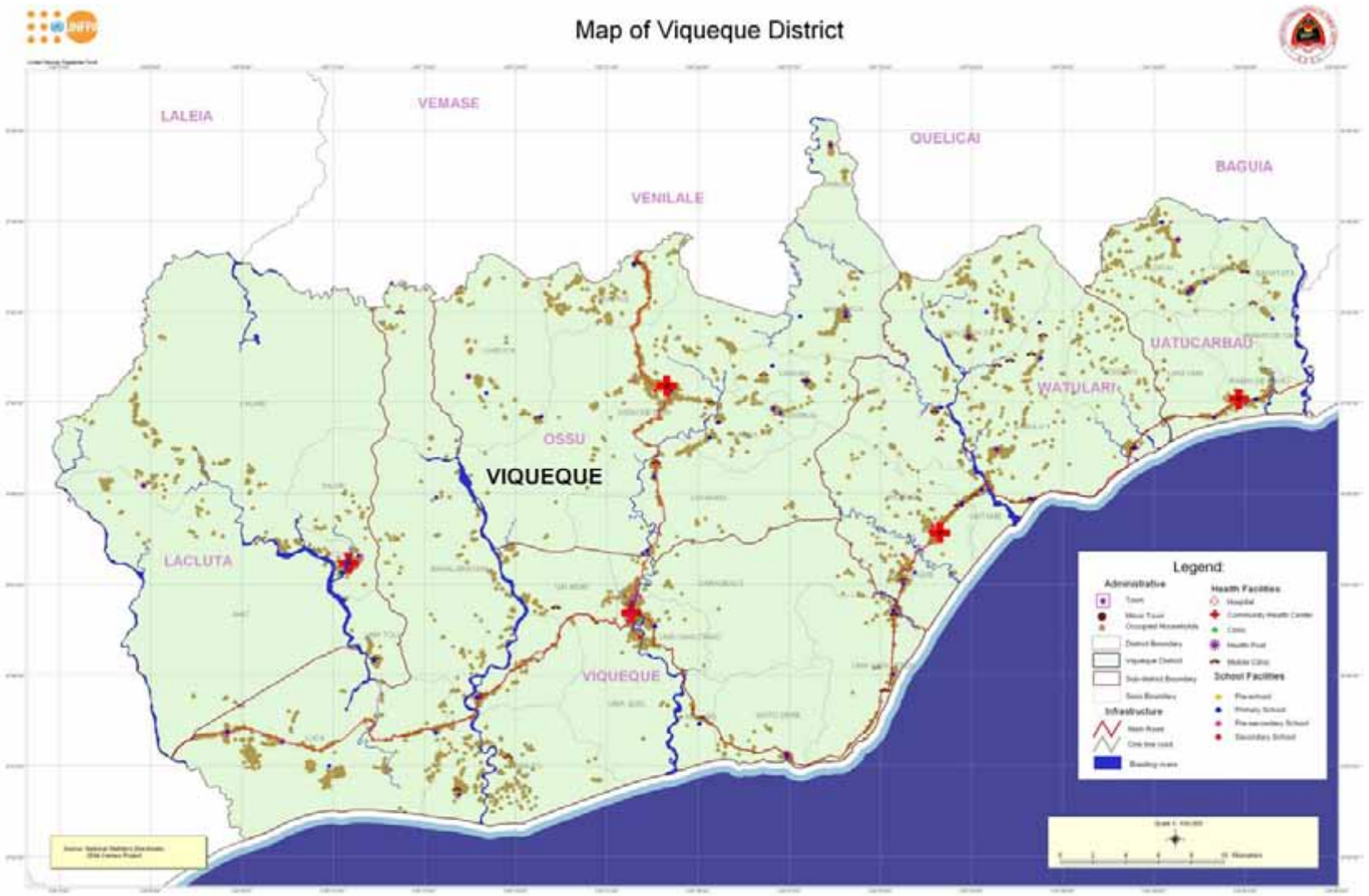


Figura 3.13 Mapa do Distrito de Viqueque



Perfil de Funcionários e Serviços do Governo

Existem actualmente 1,146 funcionários do Estado a trabalhar no Distrito de Viqueque, e incluem:

- 143 Polícias;
- 587 Professores do Ensino Primário;
- 164 Professores do Ensino Secundário;
- 85 Enfermeiros e Parteiras e um adicional de 8 doutores Cubanos.

Concessões Escolares

O Ministério da Educação fornecerá um total de $0.389 milhões em concessões públicas gerais para escolas no Distrito de Viqueque. O Distrito de Viqueque receberá um total de $0.696 milhões em concessões para o programa de refeições escolares, dos quais $0.568 milhões serão financiados pelo Estado e $0.129 milhões pelo Programa Mundial de Alimentação. Isto beneficiará aproximadamente 16,500 estudantes da escola primária no distrito de Viqueque.

Concessões relativas a Arte e Desporto para a Juventude

A Secretaria de Estado da Juventude e Desporto vai gastar um total de $0.030 milhões em concessões públicas para organizações comunitárias no Distrito de Viqueque Que promovam actividades entre os jovens que envolvam artes e desporto.

Concessões da Administração Estatal

O Ministério da Administração Estatal fornecerá uma concessão ao Distrito de Viqueque totalizando $0.177 milhões para a continuação de pagamentos a sucos e a vencimentos de membros dos Conselhos de Suco no Distrito de Viqueque.

Concessões para Energias Alternativas

A Secretaria de Estado da Política Energética fornecerá concessões num total de $0.234 milhões para comunidades no Distrito de Viqueque, que consiste de $0.143 para actividades da energia solar, $0.006 milhões para actividades de Biogás e $0.075 milhões para actividades de agroenergia e $0.011 para um esquema de mini hidroeléctrica.

Perfil de Subsídios para Cidadãos Idosos e Vulneráveis

Em 2008 o Ministério da Solidariedade Social identificou um total de 7,686 pessoas elegíveis para receberem subsídios com base em idade avançada ou invalidez no Distrito de Viqueque. Deste total, 6,912 eram idosos e 774 eram inválidos. Usando estes números como base para 2009, o Governo irá pagar subsídios no valor de $1.844 milhões no Distrito de Viqueque.

Combatentes na Luta pela Libertação

Existem actualmente 1,134 combatentes conhecidos no Distrito de Viqueque. Destes, um total de 106 concluiu os requisitos necessários para receberem as suas pensões. Outros 194 deverão concluir esses requisitos durante 2009. É esperado que os restantes 834 o façam durante 2010 e 2011.

O Ministério das Finanças prevê pagamentos a esses antigos combatentes num total de $1.112 milhões em 2009, o que irá abranger os pagamentos retroactivos referentes aos 12 meses de 2008 e os pagamentos normais para 2009.

Quadro 3.26

Perfil do Capital de Desenvolvimento para 2009 a 2012

	2009	2010	2011	2012	Total
Construção de uma clínica de Maternidade em Viqueque	90	10	-	-	100
Obras de Drenagem e Vedação para o Centro de Saúde em Viqueque	135	15	-	-	150
Reabilitação de Estradas Urbanas, Passeios e Drenagem (Viqueque)	-	400	-	500	900
Recolha das Fossas de Gás em Aliambata (Segunda Fase Contrapartida com o Banco Mundial)	746	-	-	-	746
Reabilitação - Gabinete de Agricultura em Viqueque	-	45	5	-	50
Continuação da Infra-estrutura Principais de irrigação em Bebui	4,805	1,261	-	-	6,066
Nova Construção Escola Primária 088 Uabubo	200	60	-	-	260
Reabilitação Escola Primária 5325 Assalaitula/Ossu	-	175	-	-	175
Nova Construção Escola Primária 100 Nunomalau	90	27	-	-	117
Nova Construção Escola Primária 085 Ossolequimeta	-	160	48	-	208
Nova Construção Escola Primária 5499 Uetali	130	39	-	-	169
Nova Construção Escola Primária 082 Builale	80	24	-	-	104
Nova Construção Escola Primária 113 Bibileo	-	200	60	-	260
Nova Construção Escola Primária 108 Afloicai/Afoloicai	-	117	-	-	117
Nova Construção Escola Primária 106 Hau Oli	-	140	42	-	182
Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária 119 Uelolo	230	69	-	-	299
Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária 104 Macadiqui	-	225	67	-	292
Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária S5319 Uato Carbau	-	300	90	-	390
Construção de Novas Instalações para Municipalidades - Viqueque	-	500	750	500	1,750
Construção do Instituto de Desenvolvimento e Apoio Empresarial em Viqueque	-	90	10	-	100
Instalação do Sistema de Fornecimento de Água (Viqueque Vila - Viqueque)	-	-	-	-	-
Extensão de um Cano de Distribuição (Beloe e Olobai - Viqueque Vila)	75	-	-	-	75
Reabilitação de Estradas Rurais (Viqueque)	200	300	300	300	1,100
Reabilitação de Estradas Urbanas, Passeios e Drenagem (Viqueque)	-	400	-	500	900
Finalização da Ponte em Welolo	120	-	-	-	120
Construção de Mini Mercado - Lequidiga	20	-	-	-	20
Construção de Mini Mercado - Afailocai	20	-	-	-	20
Construção de Mini Mercado - Liasidi	20	-	-	-	20
Construção de Mini Mercado - Samarogo	20	-	-	-	20
Total de Projectos Especificamente para Viqueque	**6,981**	**4,557**	**1,372**	**1,800**	**14,710**

Parte 4 – Situação em termos de Géneros e Cultura

Igualdade

Em 2009 o Governo continuará a incidir no desenvolvimento de uma política integrada para mulheres, que inclua entre outras coisas questões do género, desenvolvimento cultural, oportunidades para mulheres e combate ao analfabetismo das mulheres.

As questões de género devem ser consideradas como parte de todas as políticas destinadas à criação de emprego, educação, desporto, formação vocacional e desenvolvimento do sector empresarial O Governo continuará a promover a criação de mecanismos que irão encorajar a participação de mulheres em actividades económicas e políticas, bem como abordar questões de violência doméstica e violência com base no género.

A Secretaria de Estado para a Promoção da Igualdade continuará a ter um papel de destaque nesta área durante o ano de 2009, em particular através da Abordagem Integrada de Géneros (AIG), que continua a procurar promover a igualdade entre os géneros e alterar a forma de pensar relativamente a questões dos géneros no Governo e na sociedade em geral. Isto inclui o desenvolvimento de formação e educação em género para funcionários públicos. Mais informação sobre estas actividades, podem ser encontradas no resumo relativo à Secretaria de Estado para a Igualdade, na Parte 7, Despesas.

Em resultado desta incidência, o Governo pretende iniciar uma abordagem de género para a formulação dos Planos Anuais de Acção e do Orçamento para 2009. Será pedido aos Grupos Sectoriais de Trabalho que considerem o impacto do género no desenvolvimento de políticas, prestação de serviços e programas de sensibilização das comunidades. À medida que a formação e a consciência se desenvolvem com o tempo, pretende-se que a igualdade entre os géneros tenha reflexo nos Planos Anuais de Acção e nos indicadores de desempenho dos Ministérios, como parte da documentação orçamental.

Os princípios da igualdade entre os géneros aplicam-se no geral à promoção de igualdade para todos os grupos desfavorecidos (incluindo idosos e pessoas em situação vulnerável), o que é benéfico para a comunidade no seu todo. O Governo continuará a incidir nestes grupos em 2009, levando-os em conta aquando da formulação de políticas.

Cultura

Timor-Leste continua a ser uma sociedade com fortes bases tradicionais, apesar de séculos de colonização e ocupação. Os timorenses têm orgulho e são muito ligados à sua cultura tradicional, com uma associação especial à sua terra.

À medida que Timor-Leste se desenvolve economicamente é importante que estas questões culturais sejam respeitadas, para benefício da comunidade como um todo e de modo a garantir a boa vontade dos cidadãos com direitos sobre terras.

Estas actividades envolvem custos para o Governo, em especial quando estão envolvidos projectos ou actividades significativos. Estes custos são porém importantes para se conseguir o apoio do público e um sentimento de pertença relativamente a iniciativas do Governo concebidas para o benefício da nação como um todo. O Governo continuará a respeitar e a valorizar a cultura timorense, e terá em conta as questões culturais na formulação de políticas e de orçamentos.

Parte 5 – Panorama Económico

Economia Internacional

O crescimento económico mundial começou a decrescer, após vários anos de forte crescimento. Uma crise no crédito, com início em meados de 2007, após o colapso de parte do mercado de hipotecas residenciais dos EUA, espalhou-se pelo sistema financeiro internacional. O funcionamento normal dos bancos sofreu graves perturbações, muitas empresas têm tido dificuldades em obter crédito e os preços de todas as aplicações, excepto as mais seguras, caíram acentuadamente durante 2008. Isto começou a ter impacto sobre a actividade económica em geral. Algumas das economias mais avançadas estão agora em recessão, ou perto de o virem a estar. As economias emergentes e em vias de desenvolvimento têm mantido taxas de crescimento mais elevadas, porém estão também a dar sinais de abrandamento. No cômputo geral as condições são extremamente voláteis, com os mercados a enfrentarem um dos períodos mais difíceis desde há décadas.

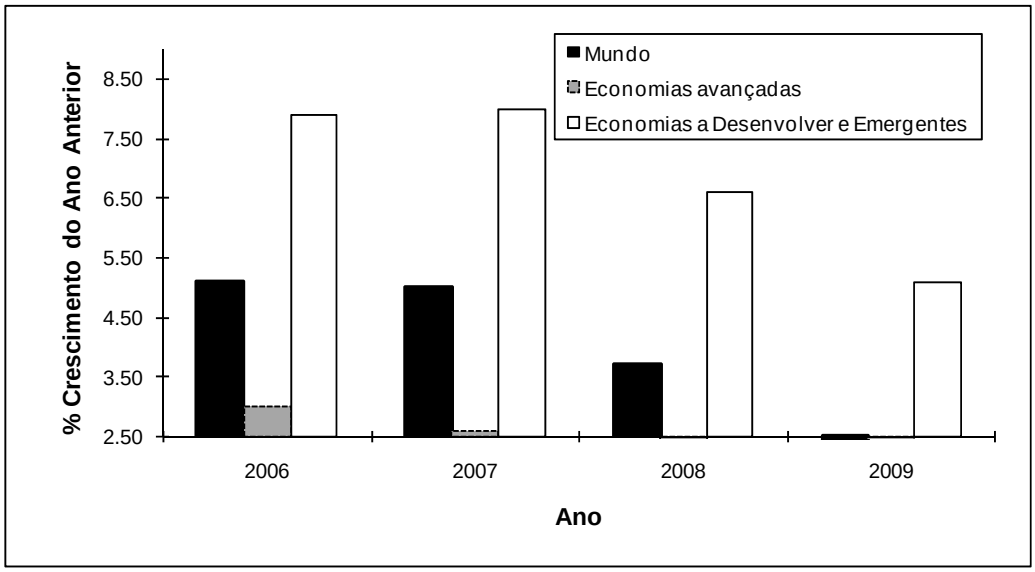
É esperado que a economia mundial continue fraca durante pelo menos mais um ano, antes de voltar a melhorar em 2010. Numa actualização do seu Panorama Económico Mundial (PEM) em Novembro de 2008, o Fundo Monetário Internacional (FMI) reviu em baixa a sua projecção de crescimento global para 2009, passando para os 2.2%, o crescimento mais lento desde 2001. A liderar o declínio estão as economias avançadas, projectando-se que contraiam até 0.3% em 2009. Os países em vias de desenvolvimento não registaram perdas tão grandes no sector financeiro, porém estão ainda a sentir as consequências de créditos mais apertados e de uma menor procura das suas exportações. O FMI espera que o crescimento nas economias emergentes e em vias de desenvolvimento desça para 5.1% em 2009, com a China e a Índia a continuarem a apresentar os melhores resultados. A Gráfico 5.1 apresenta as alterações ao crescimento global desde 2006.

Todavia o panorama é excepcionalmente incerto, sendo que os resultados podem muito bem ser piores do que o previsto. O FMI salienta que os riscos apontam para uma tendência de declínio no crescimento global se pode revelar mais aprofundado e mais acentuado do que no seu cenário base. Existe uma preocupação muito grande em relação à solvência de instituições financeiras de grande dimensão em mercados maduros, muitas das quais estão sujeitas a uma enorme pressão e cuja falha pode ter consequências graves para o sistema financeiro global. Num esforço para evitar um maior desgaste, as autoridades dos EUA e da Europa tomaram medidas extraordinárias para estabilizar os mercados, incluindo o uso de fundos públicos para re-capitalizar bancos. Em resultado disto as condições de crédito melhoraram um pouco em finais de Outubro de 2008. Não obstante, os mercados continuam com problemas, e não é certo que o pior da crise financeira tenha já passado.

O panorama global sombrio está a contribuir para a pressão inflacionária. Em resultado da elevada procura por parte de economias emergentes em rápido crescimento, um surto nos preços de alimentos e combustíveis nos últimos anos disparou a inflação para níveis que não se viam há uma década. O impacto fez-se sentir especialmente em países em vias de desenvolvimento e em Timor-Leste, onde os alimentos têm um peso elevado no cabaz de consumo. Todavia, desde meados de Julho os preços das matérias-primas desceram de forma muito acentuada, à medida que as expectativas de crescimento da procura foram sendo reduzidas. Os preços do petróleo estão novamente ao nível que apresentavam em princípios de 2007, tendo caído mais de metade em relação ao seu ponto mais elevado em Julho de 2008, sendo que o preço de metais e produtos agrícolas está também a descer. Embora a inflação permaneça alta em muitos países, estas reduções estão a começar a fazer descer os preços ao consumidor.

Gráfico 5.1

Crescimento de Resultados Globais: 2006-2009



Economia Regional

De uma perspectiva regional, as economias dos países vizinhos de Timor-Leste estão-se a sair relativamente bem. Pensa-se que a Indonésia vá atingir um crescimento robusto de 5,5% no PIB real em 2009, valor este inferior ao de 2008 mas ainda assim superior ao seu desempenho médio desde 2000. A Austrália e Singapura, os dois maiores parceiros comerciais a seguir à Indonésia, deverão abrandar, porém o crescimento de ambos continuará acima do total das economias avançadas. Em linha com a tendência global, todos estes países registam também um decréscimo na inflação. A Quadro 5.1 mostra as alterações projectadas do FMI no PIB real e nos preços ao consumidor dos principais parceiros comerciais de Timor-Leste.

Quadro 5.1

Indicadores Económicos Seleccionados de Parceiros Comerciais de Timor-Leste[1]

	Crescimento PIB Real		Inflação	
	2008	2009	2008	2009
ASEAN-5	5.4	4.2	9.6	7.2
China	9.7	8.5	6.4	4.3
Austrália	2.5	2.2	4.6	3.6
Indonésia	6.1	5.5	9.8	8.8
Singapura	3.6	3.4	6.5	3.3
Vietnam	6.3	5.5	24.0	15.0

[1]FMI – Panorama Económico Global (Outubro de 2008). As percentagens anuais do PIB a preços constantes constituem alterações de ano a ano; o ano base é específico por país. Os dados da inflação são as médias para o ano. O ASEAN 5 é composto pela Indonésia, Malásia, Filipinas, Vietname e Tailândia.

Em Timor-Leste o impacto da crise financeira é sobretudo indirecto. O Fundo Petrolífero é de longe a maior aplicação financeira do País, e está inteiramente em títulos do tesouro dos EUA, uma das poucas classes de aplicações que aumentaram de valor nos últimos meses e que têm revelado imunidade às descidas causadas pela crise financeira. Para além disto existem poucas ligações aos mercados financeiros internacionais, sendo que as condições de crédito locais têm permanecido em grande medida insensíveis ao recente tumulto financeiro.

O aspecto mais significativo dos recentes desenvolvimentos para Timor-Leste tem sido a descida dos preços do petróleo, o que reduz o valor da principal fonte de rendimentos do Estado. Em face da diminuição na procura global, as exportações não petrolíferas tais como o café também podem sofrer, porém a escala da produção é muito inferior à do petróleo e gás. Ainda assim, os desenvolvimentos recentes trouxeram também benefícios para Timor-Leste, dado que a redução dos preços de matérias-primas e o fortalecimento do dólar americano ajudarão a reduzir o custo das importações para Timor-Leste.

Economia Doméstica (PIB Não Petrolífero)

A economia doméstica timorense está preparada para continuar a crescer, não obstante as condições difíceis noutros pontos do mundo. Através de melhorias na execução orçamental os gastos do sector público continuarão a providenciar um forte estímulo para a procura geral. Para lá disto, à medida que a composição das despesas do sector público mudam para o desenvolvimento tão necessário das infra-estruturas, cada dólar de gastos públicos terá um impacto maior, com a criação de mais empregos e a atracção de investimentos e actividades complementares privados. Em face da dimensão e da composição do orçamento, é esperado que o PIB não petrolífero continue a crescer até 10% em termos reais durante 2009. Isto segue-se a uma taxa estimada de crescimento de 8% em 2007, altura em que a economia se recuperava da crise de 2006.

O total das despesas de dinheiro do sector público para 2008 deverá rondar os $450 milhões. Isto engloba despesas concretas de dotações para 2008 ($380 milhões) e a extinção de obrigações de anos anteriores ($70 milhões). Compara-se com um total de despesas de $212.7 milhões em 2007 e representa o nível mais alto de despesas anuais por parte do sector público desde a restauração da independência. O aumento nos gastos do sector público fez uma contribuição significativa para o crescimento económico desde 2007, sendo esperado que isto continue em 2009. Adicionalmente, os gastos dos parceiros de desenvolvimento (excluindo as forças de segurança internacionais e a UNPOL) em Timor-Leste em 2009 deverão aumentar até 17%, passando de $189.5 milhões (em 2008) para aproximadamente $221 milhões.

O aumento nas despesas do sector público financiou novas construções, melhorias em serviços públicos e programas de transferência que aumentaram o poder de compra da população. Indirectamente, ao aumentar a procura, as despesas do sector público ajudaram também um forte crescimento no sector privado. Existem fortes sinais oficiosos de investidores estimulados pela melhoria do ambiente de segurança. Para o futuro, o programa de reforma de meados de 2008, que reduziu impostos directos e indirectos e direitos de importação, deve fornecer incentivos adicionais para o crescimento futuro do sector privado.

O sector agrícola beneficiou de condições climáticas favoráveis e de um aumento na área sob cultivo e colheita. Em resultado disto, os níveis de produção aumentaram acentuadamente em relação a algumas colheitas importantes. As exportações de café nos primeiros nove meses de 2008 chegaram quase às 14,000 toneladas, o dobro do verificado em anos anteriores. A produção de arroz durante a estação de 2007-08 aumentou 21% em relação ao ano anterior. O aumento na produção resultou na sua maioria do aumento da área cultivada. Em 2007-08 foram cultivados 40.577 hectares, obtendo-se uma produção de 67 mil toneladas de arroz com casca, sendo que em 2006-07 haviam sido cultivados 31,386 hectares, obtendo-se uma produção de 55 mil toneladas de arroz com casca. São esperados mais

aumentos na produção em 2009, altura em que medidas tomadas pelo Governo em 2008 para fomentar a actividade agrícola, como por exemplo centros Regionais agrícolas e melhor mecanização, começam a ser utilizadas e resultam no aumento da produtividade.

A principal adversidade para Timor-Leste em virtude da crise global continuada tem sido a queda dos preços do crude, descendo de mais de $140 por barril, em meados de Julho, para cerca de $60 por barril em meados de Novembro de 2008. Os preços mais baixos do petróleo, a persistirem, irão reduzir as receitas petrolíferas do País e por conseguinte a margem de manobra para gastos do sector público. Para lá disto, os tumultos financeiros e uma economia global em abrandamento podem dificultar as perspectivas no que toca a atrair investimento externo para Timor-Leste, podendo também levar a um maior apertar das condições do crédito local. Não obstante, dado que dispõe de recursos amplos no Fundo Petrolífero, Timor-Leste está em boa posição para suportar a tempestade, sendo que no próximo ano se irá recolher os benefícios de despesas efectuadas pelo sector público para compensar o impacto negativo da situação internacional.

Inflação

Os preços ao consumidor aumentaram 9.1% no ano até Setembro de 2008, mais do dobro do aumento no período de 2004 a 2006, mas ainda assim inferior ao pico de mais de 10% em Junho de 2008. A maior parte do aumento na inflação ao longo dos últimos dois anos pode ser atribuída a preços mais elevados de alimentos e combustíveis, os quais têm vindo a afectar países em todo o mundo. O Gráfico 5.2 apresenta a tendência da inflação anual em Timor-Leste. A introdução do Fundo de Estabilização Económica (FEE) na revisão orçamental de 2008 veio suavizar o impacto da inflação importada sobre bens de consumo essenciais, tais como o arroz. O Gráfico 5.3 ilustra de forma clara o impacto do FEE. Em 2008 o preço pago pelo consumidor timorense não aumentou na mesma medida que o arroz vendido nos mercados mundiais.

Gráfico 5.2

IPC para Timor-Leste

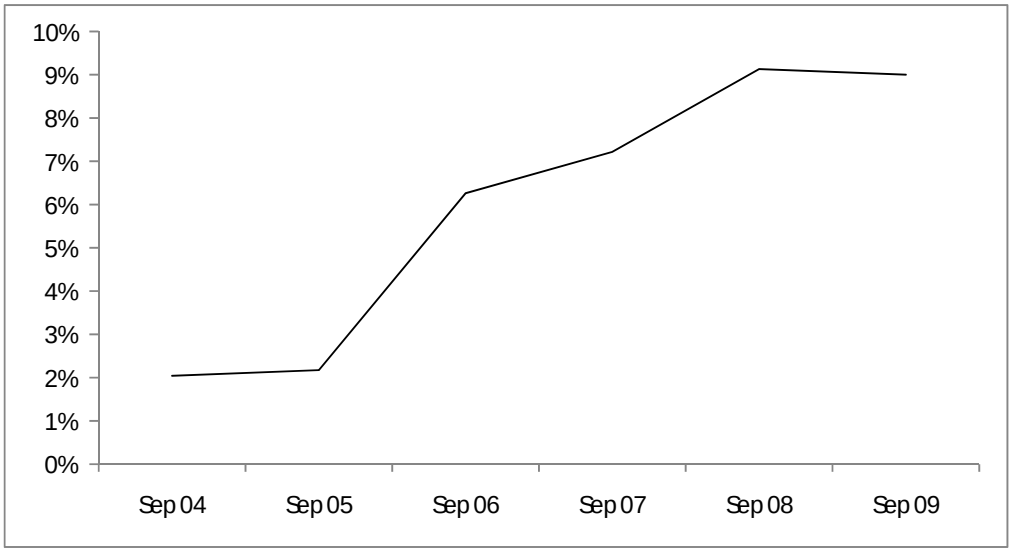
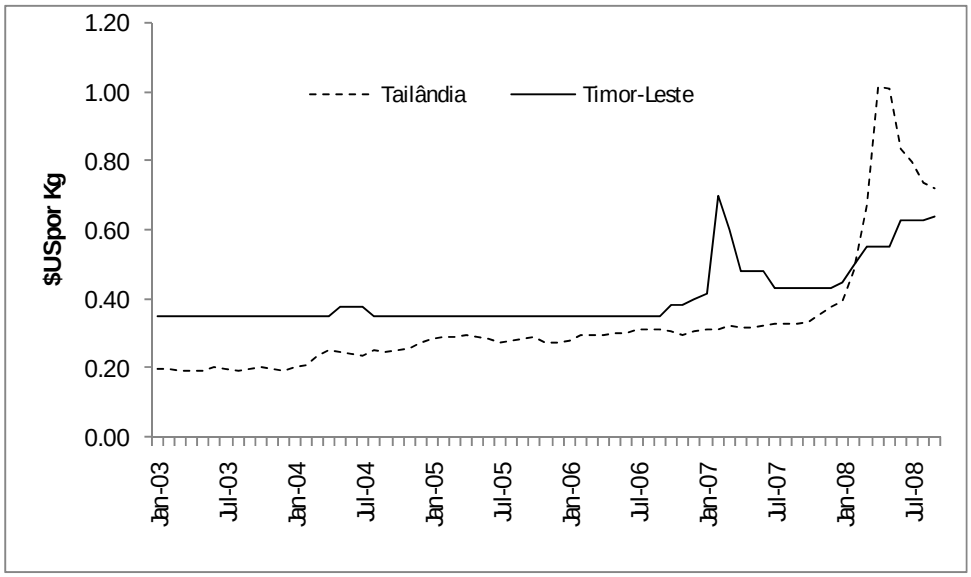


Gráfico 5.3

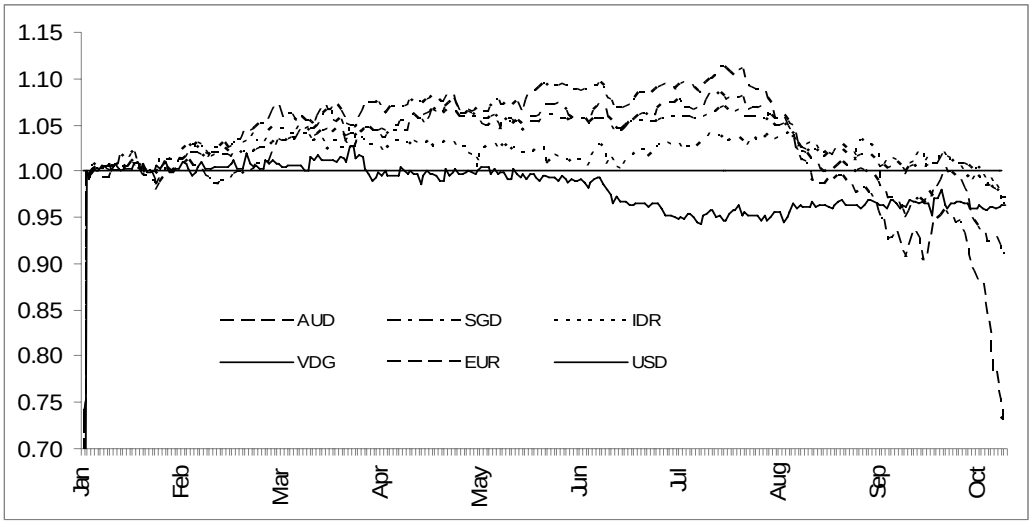
Preços do Arroz em $US por kg em Timor-Leste, de Janeiro de 2003 a Agosto de 2008[2]



A elevada inflação doméstica tem sido um problema, porém parece estar agora a descer. O preço do arroz e de outros produtos desceu entretanto nos mercados internacionais, o que deve ajudar a moderar as pressões inflacionárias para o futuro. Para lá disto, os consumidores timorenses irão beneficiar a curto prazo da recente valorização do USD contra as moedas das nações que exportam para Timor-Leste. O Gráfico 5.4 ilustra a alteração do USD contra as moedas dos principais parceiros comerciais de Timor-Leste durante 2008 (a apreciação do USD relativamente a uma determinada moeda é representada por um movimento descendente da linha correspondente a essa moeda). Adicionalmente, a aprovação da reforma fiscal em 2008 veio baixar o custo base para os retalhistas, o que se reflecte agora nos preços das vendas. Por fim, estão a ser feitos grandes investimentos a médio prazo em infra-estruturas essenciais, com vista a melhorar a produtividade da nação, bem como esforços no sentido de melhorar o ambiente empresarial. Estes dois factores deverão ajudar a reduzir a inflação nos próximos tempos.

Gráfico 5.4

USD contra as Moedas dos Principais Parceiros Comerciais de Timor-Leste



[2] Nota: A Tailândia usa as séries para 5 por cento de arroz branqueado (das Estatísticas de Preços de Produtos do FMI), enquanto Timor-Leste usa o preço médio de retalho em Díli (segundo as estatísticas do IPC).

Pobreza

Até 2007, Timor-Leste ainda não havia registado progressos no alívio da pobreza e na concretização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs). O Estudo sobre Níveis de Vida em Timor-Leste (ENVTL), conduzido pela Direcção Nacional de Estatística e pelo Banco Mundial, mostra que aproximadamente 50% da população vivem abaixo da linha da pobreza ($0.88 por pessoa ao dia ou $26.68 per capita por mês, a preços de 2007). Isto representa um aumento significativo a partir dos 36% de população que se estimava viverem abaixo da linha da pobreza em 2001. O aumento da pobreza urbana (de 25% a 45%) foi superior ao aumento na pobreza rural (de 40% a 52%). Por região, a pobreza aumentou significativamente no centro (de 41% para 58%) e no oeste (de 37% para 55%). No leste a pobreza também aumentou, mas menos que no centro e no oeste.

O ENVTL considera que o aumento na pobreza se ficou a dever na totalidade a um decréscimo no consumo médio *per capita*, de $42 por mês para $31 por mês (uma redução de 26%). Este decréscimo no consumo foi mais acentuado nas áreas urbanas (39%). Em termos de regiões, o centro registou o maior decréscimo no consumo (32%), sendo que o menor decréscimo foi registado no leste (16%). Este queda significativa no consumo pode ser explicada pela estagnação relativa da economia não petrolífera. Em termos per capita, estima-se que o PIB real não petrolífero tenha diminuído 12% durante o período referido, embora as receitas petrolíferas de Timor-Leste tenham vindo a aumentar.

No cômputo geral, as conclusões do ENVTL apontam claramente para um mau desempenho do crescimento económico como o principal factor justificativo do aumento da pobreza a nível nacional entre 2001 e 2007. Todavia, com o aumento das despesas do Governo em 2007, o PIB não petrolífero e em particular o consumo nacional aumentarem significativamente, o que deverá permitir o começo da redução dos níveis de pobreza.

Fundo Petrolífero

As receitas petrolíferas em 2008 estão estimadas em $2.5 mil milhões, sendo esperado que desçam para 1.3 mil milhões em 2009 (uma queda de cerca de 50%). Esta redução substancial é causada por uma descida dos preços e do volume comparativamente com 2008. A produção petrolífera do campo do Bayu Undan atingiu o seu pico em 2008, sendo esperado que desça gradualmente nos próximos anos.

O saldo do Fundo Petrolífero aumentou significativamente em 2008 devido a preços do petróleo elevados, tendo o nível mais alto sido registado em Julho de 2008 ($145 por barril). Contudo o preço do petróleo desceu mais de 50% recentemente, situando-se entre os $55 e os $65 por barril à altura da elaboração deste documento. A média diária do preço do petróleo segundo a West Texas Intermediate (WTI) para o período entre 1 de Janeiro e 31 de Outubro de 2008 foi de $110 por barril. A média estimada do preço do petróleo em 2008 no geral é de $103 por barril. A média diária do preço do petróleo em 2006 e 2007 foi de $66 e $72 por barril, respectivamente. O preço do petróleo tem sido mais volátil recentemente, estando as projecções futuras do preço do petróleo também associadas a uma maior incerteza.

O saldo de abertura do Fundo era de $2.1 mil milhões em 1 de Janeiro de 2008, tendo aumentado para $3.7 mil milhões em 30 de Setembro de 2008. Até finais de 2008 é esperado que o saldo seja de aproximadamente $4.2 mil milhões. Prevê-se que o Fundo vá aumentar gradualmente a médio prazo. As previsões actuais colocam o valor total do Fundo em $4.9 mil milhões até ao final de 2009 e em $7.7 mil milhões até ao final de 2012.

Antes da Revisão Semestral do Orçamento em 2008, a Riqueza Petrolífera era ligeiramente superior ao valor estimado. Isto foi causado por aumentos esperados nas receitas das vendas de GNL em virtude de renegociações de contratos de GNL, preços do petróleo mais elevados, menos levantamentos a partir do Fundo Petrolífero em 2008 e

uma menor taxa de desconto. Por outro lado, os custos de produção no campo do Bayu Undan aumentaram, sendo que a projecção do preço do petróleo para 2009 e anos seguintes é inferior à constante da Revisão Semestral do Orçamento em 2008. O total da Riqueza Petrolífera numa base de Valor Actual Líquido está estimado em $13.6 mil milhões em 1 de Janeiro de 2009. Este valor é superior em $387 milhões ao valor apresentado na Revisão Semestral do Orçamento. Assim sendo, os rendimentos sustentáveis aumentaram de $396 milhões por ano para $408 milhões por ano em 2009.

No que diz respeito aos rendimentos sustentáveis estimados, o Ministério das Finanças usou pressupostos prudentes. Não obstante isto, não deve ser posta de parte a possibilidade de os preços caírem abaixo dos valores usados nos cálculos da Riqueza Petrolífera e dos Rendimentos Sustentáveis Estimados.

Parte 6 – Receitas

Total das Receitas

O total das receitas em 2009 está estimado em $1.35 mil milhões, e é composto por:

- receitas petrolíferas (incluindo juros do fundo petrolífero)
- impostos domésticos;
- taxas e pagamentos de utilização;
- juros recebidos a partir de saldos financeiros do Estado;
- taxas cobradas pelas instituições autónomas.

É esperado que 2008 vai ser um ano muito bom em termos do total de receitas, em face de um aumento inesperado nas receitas petrolíferas derivado do aumento do preço do petróleo. Dada a grande queda no preço do petróleo, é esperado que o total das receitas em 2009 vá declinar em $1.21 mil milhões a partir das estimativas de cobrança de receitas em 2008. É esperado que o total das receitas petrolíferas caia de um total estimado de $2.51 mil milhões em 2008 para $1.25 mil milhões em 2009. As receitas não petrolíferas deverão aumentar de um total estimado de $59 milhões em 2008 para $90 milhões em 2009.

Quadro 6.1

Total das Receitas de 2007 a 2012 ($m)

	2008 Estimativa	2009 Orçamento	2010 Projecção	2011 Projecção	2012 Projecção	Total 4 Anos
Receitas Total	**2,569**	**1,344**	**1,314**	**1,492**	**1,466**	**5,617**
Receitas Petrolíferas	2,510	1,253	1,260	1,428	1,388	**5,329**
Receitas Domésticas	36	49	34	41	48	**172**
Taxas de Utilização	11	31	7	7	8	**54**
Juros	4	4	4	4	4	**14**
Agências Autónomas	7	7	9	13	19	**48**
Apoio Directo ao Orçamento	-	-	-	-	-	**-**

Receitas Petrolíferas

De presente existe apenas um campo em funcionamento na Área de Desenvolvimento Petrolífero Conjunto (ADPC), nomeadamente o Bayu-Undan. Este campo está ainda na fase inicial de produção. É esperado que continue a gerar receitas para o Estado de Timor-Leste até 2023.

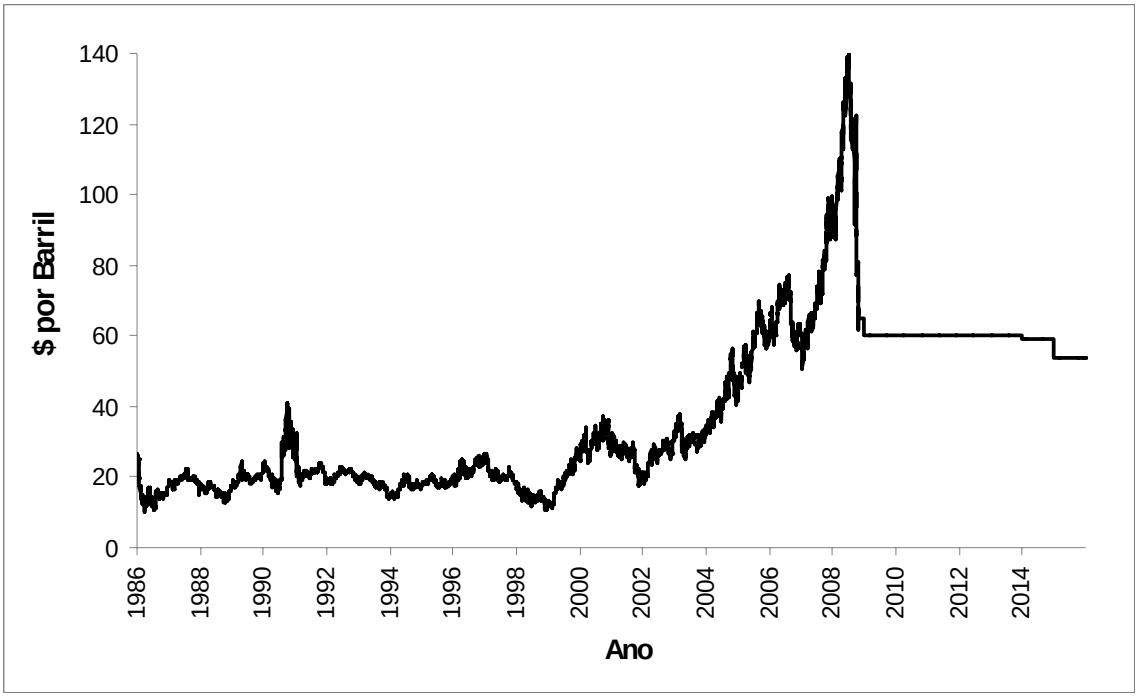
A produção concreta em 2007 foi de 58.2 milhões de barris de equivalentes a petróleo, sendo que é esperado que a produção em 2008 seja de 64.3 milhões de barris de equivalentes a petróleo. Espera-se que o pico da produção ocorra em 2008. A Quadro 6.6 apresenta os calendários de produção estimada mais recentes. Uma vez que o Bayu-Undan é o único campo actualmente em funcionamento, o volume de produção baseia-se no Cenário Baixo de Produção do Operador, de modo a levar em conta o risco significativo relacionado com o sector do petróleo. O Cenário Baixo de Produção é semelhante às projecções constantes do Orçamento para 2008 e da Revisão Orçamental de 2008.

Os calendários de produção serão revistos quando os planos de desenvolvimento de outros campos forem aprovados e quando as decisões finais sobre investimento forem tomadas. A estimativa dos fluxos de receitas orçamentais será então revista em conformidade. O Gráfico 6.1 mostra o preço nominal histórico do petróleo. A linha

tracejada ilustra a projecção do preço do petróleo usada no cálculo da Riqueza Petrolífera e dos Rendimentos Sustentáveis Estimados para o Ano Fiscal de 2009.

Gráfico 6.1

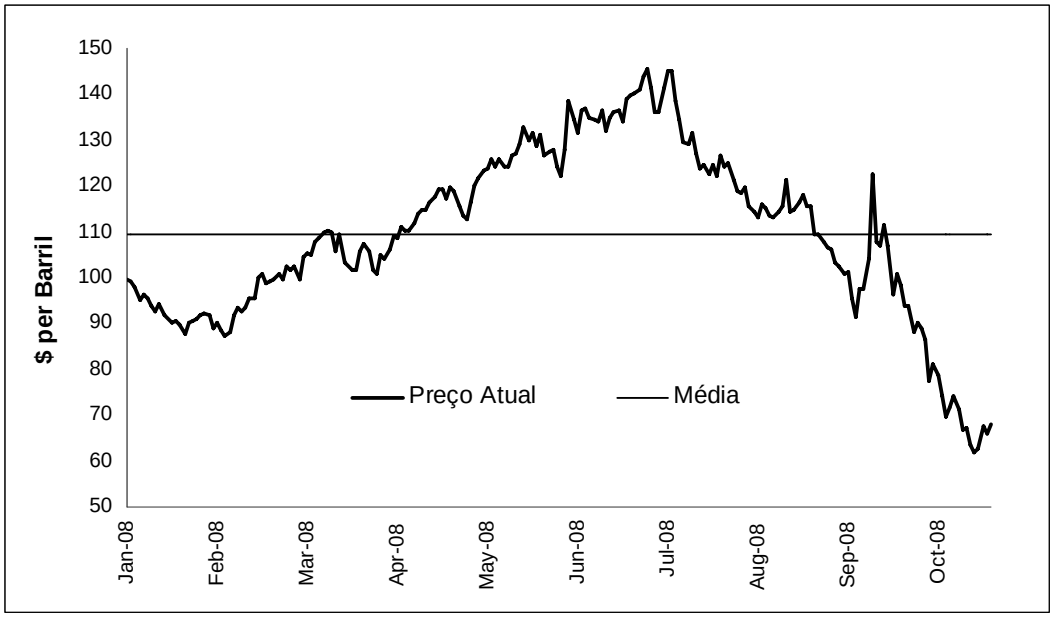
Alterações Históricas no Preço Mundial do Petróleo, com base na WTI ($ por Barril)



O preço diário médio do petróleo segundo a West Texas Intermediate (WTI) relativamente ao período de 1 de Janeiro a 31 de Outubro de 2008 foi de $110 por barril. O preço diário médio do petróleo em 2006 e 2007 foi $66 e $72 por barril, respectivamente. O preço diário do petróleo atingiu o seu pico em Julho de 2008, situando-se nos $145 por barril, mas desde então tem vindo a descer, situando-se abaixo dos $60 por barril à altura da elaboração deste documento. Isto corresponde a um declínio de mais de 50%. A maior volatilidade dos preços do petróleo vem aumentar a incerteza sobre o nível do preço do petróleo no futuro. O Gráfico 6.2 ilustra a volatilidade do preço do petróleo durante 2008.

Gráfico 6.2

Alterações no Preço Mundial do Petróleo, com base na WTI ($ por Barril) em 2008



Fundo Petrolífero

Estima-se que as receitas petrolíferas em 2008, excluindo o retorno dos investimentos do Fundo Petrolífero, sejam de $2,361 milhões. A previsão assenta numa combinação das receitas concretas recebidas no Fundo Petrolífero até finais de Outubro, mais uma previsão para os meses restantes de 2008. A previsão de receitas para 2009 é de $1,163 milhões. Esta redução substancial deve-se à redução nos preços e no volume, comparativamente a 2008.

O retorno total dos investimentos do Fundo Petrolífero em 2008 está estimado em $164.2 milhões, dos quais cerca de $148.9 milhões serão na forma de pagamentos de juros, sendo $15.3 milhões a alteração no valor do Fundo. O retorno líquido de 1 de Janeiro a 30 de Setembro de 2008 foi de $93.8 milhões. O Quadro 6.2 mostra as receitas petrolíferas e os juros depositados no Fundo Petrolífero.

Quadro 6.2

Receitas Petrolíferas Estimadas de 2007 a 2012 ($m)

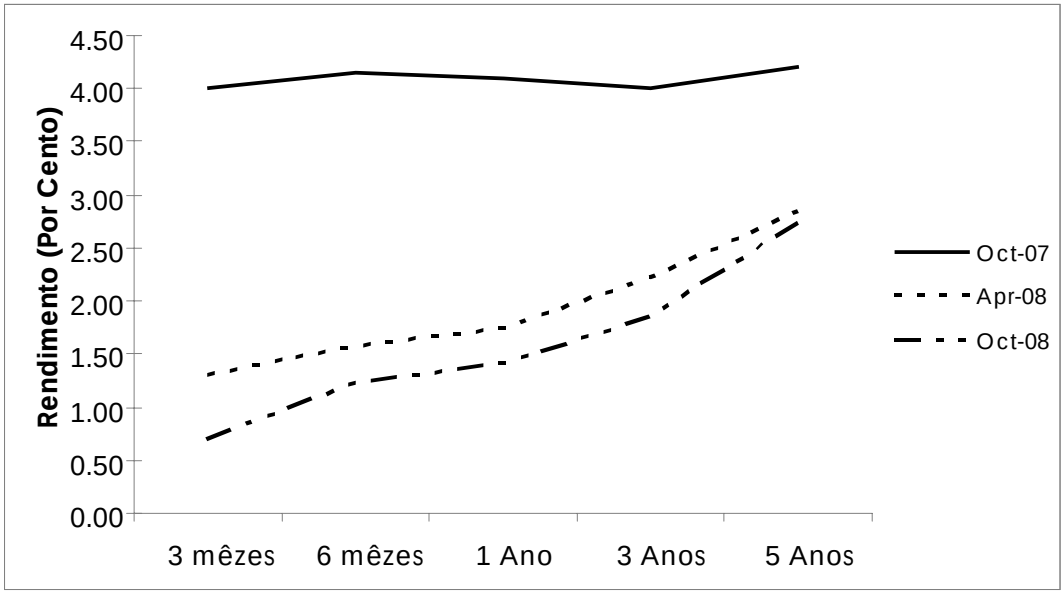
	2008 Estimativa	2009 Orçamento	2010 Projecção	2011 Projecção	2012 Projecção	Total 4 Anos
Total das Receitas Petrolíferas	**2,510**	**1,253**	**1,260**	**1,428**	**1,388**	**5,329**
Direitos	171	106	94	95	89	384
Impostos sobre Lucros	1,239	635	530	658	630	2,454
Impostos Sobre o Rendimento	378	179	233	201	186	799
Impostos Sobre Lucros Adicionais	549	218	218	265	244	945
Impostos Sobre Valor Acrescentado	6	6	8	5	5	25
Impostos sobre Vencimentos	5	5	5	5	5	20
Pagamentos do Oleoduto	5	5	5	5	5	21
Outros Pagamentos	0	0	0	0	0	1
Retenções na Fonte de Impostos	8	8	11	8	8	34
Juros do Fundo Petrolífero	149	90	157	185	215	664

O retorno anual para os 12 meses até Setembro de 2009 relativamente a investimentos do Fundo Petrolífero foi de 6.3%. 2008 registou uma crise financeira global. As taxas de juro nos EUA caíram durante 2007 e 2008, o que elevou os preços das obrigações e por conseguinte o valor das aplicações do Fundo Petrolífero. Em resultado disto os títulos

do Governo dos EUA têm sido um porto seguro para investimentos durante este último ano de mercados extremamente turbulentos. Isto conduziu a retornos relativamente elevados para o Fundo Petrolífero de Timor-Leste. O retorno dos investimentos desde a criação do Fundo foi de 5.2 %. O Gráfico 6.3 apresenta as alterações recentes na curva de rendimento dos Títulos do Tesouro dos EUA a 0-5 anos.

Gráfico 6.3

Curvas de rendimento dos Títulos do Tesouro dos EUA a 0-5 anos[3]



O saldo do Fundo Petrolífero em 30 de Setembro de 2008 era de $3,738.4 milhões. Isto representa um aumento de $1,652.2 milhões durante ao ano fiscal. Até finais de 2008, o saldo deverá ser de $4,215 milhões, após um levantamento total a partir do Fundo Petrolífero de $396 milhões em 2008, em oposição ao valor inicialmente estimado de $3,116 no Orçamento para 2008. O levantamento equivale às Receitas Sustentáveis Estimadas para 2008. O Fundo deverá aumentar gradualmente a médio prazo. A previsão actual, apresentada no quadro 6.3, coloca o valor total do Fundo em $4,876 milhões até finais de 2009 e em $7,743 milhões até finais de 2012.

Quadro 6.3

Estimativas das Poupanças do Fundo Petrolífero de 2007 a 2012 ($m)

	2007 Actual	2008 Estimativa	2009 Orçamento	2010 Projecção	2011 Projecção	2012 Projecção
Saldo de Abertura	**1,394**	**2,086**	**4,215**	**4,876**	**5,733**	**6,758**
Receitas Petrolíferas	640	2,361	1,163	1,103	1,243	1,173
Juros	33	149	90	157	185	215
Alteracao no Valor do Fundo	60	15	-	-	-	-
Taxa de Gerência de ABP	1	1	2	2	2	2
Levantamentos	40	396	589	401	401	400
Saldo ao Fim do Ano Fiscal	**2,086**	**4,215**	**4,876**	**5,733**	**6,758**	**7,743**

[3] Fonte: Reserva Federal (http://www.federalreserve.gov)

Receitas Petrolíferas, Riqueza e Rendimentos Sustentáveis

O total da Riqueza Petrolífera, que engloba o saldo do Fundo mais o actual valor líquido de receitas petrolíferas futuras, está estimado em $13,595 milhões em 1 de Janeiro de 2008. A Riqueza Petrolífera estimada aumentou $3,784 milhões e $392 milhões, comparativamente com os cálculos respectivamente do Orçamento para 2008 e da Revisão Semestral de 2008.

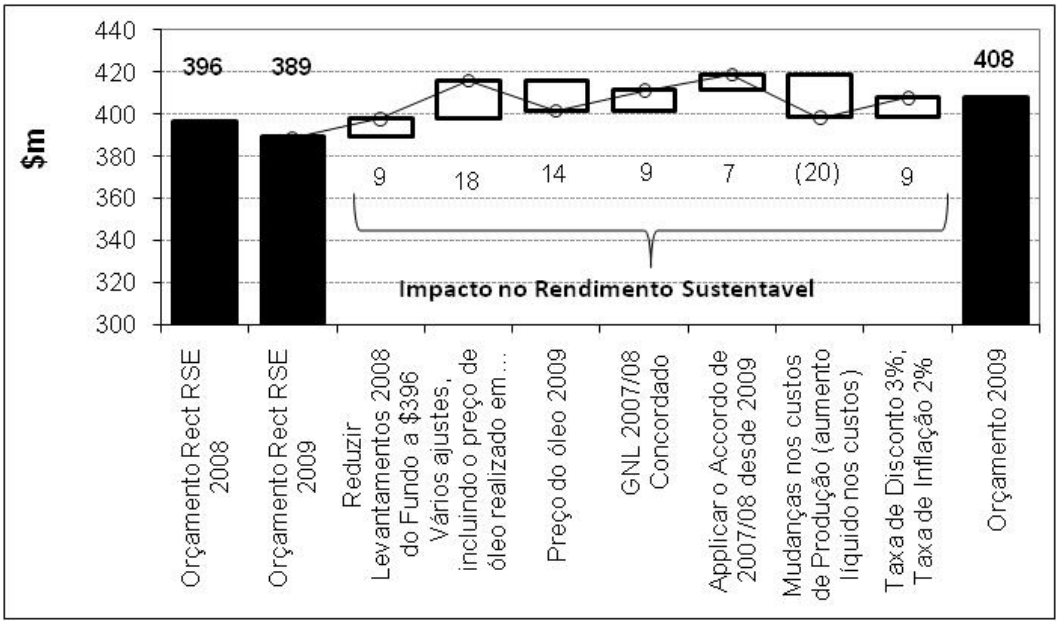
Vários factores afectaram o cálculo da Riqueza Petrolífera, a qual tem vindo a aumentar desde a revisão semestral do orçamento de 2008. Estes factores incluem:

- alterações aos pressupostos subjacentes à renegociação do contrato entre o Operador do Bayu-Undan (ConocoPhillips) e o Comprador de Gás Natural Liquefeito (GNL) (Tokyo Gas / Tokyo Electrics), as quais resultaram em receitas superiores às esperadas;
- aumento dos custos operacionais e de capital associados com o projecto do Bayu-Undan, como resultado de aumentos de custos globais na indústria do petróleo; e
- a projecção do preço do petróleo para 2009 e anos seguintes é inferior à da Revisão Semestral de 2008, resultando em receitas inferiores às esperadas, redução esta que no entanto é compensada pelo preço do petróleo superior ao esperado em 2008 e por uma redução na taxa de desconto e outros ajustes técnicos menores.

O Gráfico 6.4 ilustra a magnitude dos vários factores que afectam os Rendimentos Sustentáveis Estimados.

Gráfico 6.4

Alterações nos Rendimentos Sustentáveis Estimados (da RS de 2008 ao Orçamento para 2009)



De acordo com a Lei do Fundo Petrolífero os Rendimentos Sustentáveis Estimados (RSE) serão 3% da Riqueza Petrolífera. Deste modo, os Rendimentos Sustentáveis Estimados para o Ano Fiscal de 2009 estão estimados em $408 milhões, conforme indicado no quadro 6.4. Isto representa um aumento de $114 milhões e $12 milhões, em comparação respectivamente com os RSE indicados no Orçamento para 2008 e na Revisão Semestral de 2008.

Quadro 6.4

Rendimentos Sustentáveis Estimados em 1 de Janeiro de 2009 ($m)

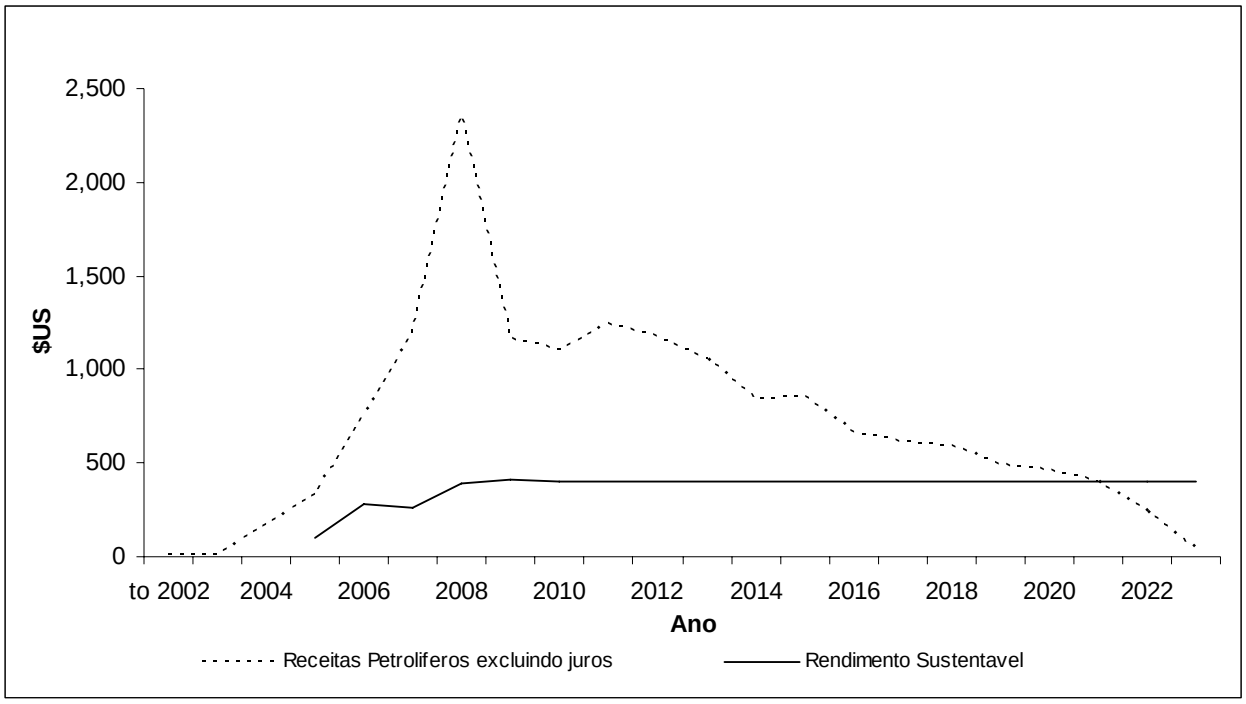
Saldo do Fundo Petrolífero	4,215
+ Valor Atual Líquido dos Futoros Rendimentos	9,379
Total de Riqueza Petrolífera (PW)	13,595
Rendimento Sustentavel Estimado (PWx3%)	407.8

As estimativas dos preços futuros do petróleo utilizadas no cálculo da riqueza petrolífera total são inferiores aos preços de mercado actuais. Deve ser notado, porém, que os cálculos assentam em preços significativamente mais elevados que os que se verificavam há poucos anos, e que os preços do petróleo têm demonstrado uma volatilidade considerável ao longo dos tempos.

O Gráfico 6.5 e o Quadro 6.5 ilustram o nível a longo prazo dos Rendimentos Sustentáveis Estimados e das receitas petrolíferas a receber até 2023, bem como os levantamentos a partir do Fundo Petrolífero entre 2007 e 2012.

Gráfico 6.5

Receitas Petrolíferas e Rendimentos Sustentáveis de Timor-Leste entre 2002 e 2023 (preços nominais)



Quadro 6.5

Rendimentos Sustentáveis do Fundo Petrolífero entre 2007 e 2012 ($m)

	2008 Estimativa	2009 Orçamento	2010 Projecção	2011 Projecção	2012 Projecção
Rendimento Sustentavel	396	408	401	401	400
Levantamentos Actuais do Fundo Petrolifero	396	589	401	401	400
Requiramento de Caiza do Defice	392	625	616	531	403

Revisão da Metodologia

Os RSE são, de acordo com a Lei do Fundo Petrolífero, o montante máximo que pode ser dotado a partir do Fundo Financeiro num determinado ano fiscal de forma a deixar recursos suficientes para dotar um valor real igual em anos

subsequentes. Isto significa que os RSE são um parâmetro que indica o nível sustentável de levantamentos a partir do Fundo Petrolífero que não reduzam o valor real da riqueza petrolífera total de Timor-Leste a longo prazo.

A Lei do Fundo Petrolífero requer que todos os pressupostos subjacentes ao cálculo dos RSE sejam prudentes, que reflictam a melhor prática internacional e que sejam assentes em padrões reconhecidos a nível internacional. Uma vez que o cálculo da riqueza petrolífera inclui receitas futuras esperadas a partir de recursos petrolíferos ainda no leito do Mar de Timor, é necessário fazer projecções de produção e preços futuros, e as receitas têm de ser descontadas segundo preços de 2008.

As previsões para o futuro de Timor-Leste são boas. O campo de Bayu-Udan continua a produzir como projectado, e as descobertas novas e potenciais foram identificadas no JPDA e na área a pouca distância do mar do soberano de Timor-Leste. O Kitan que foi recentemente descoberto foi declarado ser viável em termos comerciais, pela ENI, e é esperado que arranque em 2010.

Na verdade, Timor-Leste espera receber o primeiro plano de desenvolvimento do Kitan algures em Março / Abril do próximo ano. Assim que o Plano for aprovado pela Comissão Conjunta e que a ENI tome a sua decisão final sobre investimento, as receitas desse campo poderão ser incluídas no cálculo da Riqueza Petrolífera, aumentando assim ainda mais o saldo estimado do Fundo Petrolífero.

No campo de Greater Sunrise o Governo está a levar a cabo seriamente a opção de trazer a *pipeline* e a planta de GNL para Timor-Leste. Uma vez que isto seja realizado os rendimentos adicionais das operações fluirão ao fundo petrolífero.

Princípios de descontos

A Lei do Fundo Petrolífero estipula que a taxa de desconto, utilizada para o cálculo do valor actual do fluxo financeiro futuro do sector petrolífero, seja a média do rendimento nominal de um título do tesouro dos EUA ao longo dos anos em que são esperadas receitas do Fundo Petrolífero. Aquando da elaboração deste documento, isto equivalia a uma taxa de desconto de 3.0%, que é o valor usado nos presentes cálculos.

Projecções de produção

O rendimento dos títulos do tesouro dos EUA pode ser considerado isento de riscos. O uso de uma taxa de juro isenta de riscos aquando do cálculo do valor actual de receitas futuras tem implicações para os pressupostos usados aquando da estimativa do fluxo financeiro. Deve existir uma probabilidade substancial de o fluxo financeiro se materializar. O operador, ConocoPhillips, forneceu três cenários de produção, produção “alta”, “esperada” e “baixa”, com base em diferentes pressupostos do total dos recursos petrolíferos existentes no Bayu Undan. O Orçamento de Estado prevê a produção com base na estimativa “baixa” do operador, a qual reflecte uma probabilidade de 90% de os níveis de produção previstos serem concretizados. Considera-se que isto está de acordo com os requisitos de prudência da Lei do Fundo Petrolífero.

Pressupostos sobre o preço do petróleo

Anteriormente a metodologia para projectar preços do petróleo no futuro era baseada no “Cenário de Preço Baixo” da previsão de preços de crude importado da Administração de Informações de Energia (AIE) do Governo dos EUA. De modo a obter o preço da West Texas Intermediate (WTI), que é a referência de preços do petróleo usada como base para o cálculo, os preços do petróleo da AIE foram ajustados segundo o diferencial esperado entre estes dois preços de referência, bem como de acordo com a inflação. As previsões da AIE foram incluídas no Panorama Anual de

Energia da organização, que normalmente é emitido em Fevereiro de cada ano. Contudo, devido a uma alteração legislativa nos Estados Unidos em finais de 2007, a última edição do Panorama Anual de Energia sofreu um atraso e só foi lançada em Junho de 2008.

A actual crise internacional e a recessão económica em muitos países e regiões do mundo levaram a uma alteração substancial no panorama económico mundial. Isto teve um grande impacto nos mercados de energia, afectando a oferta e procura actuais e futuras de produtos petrolíferos. A magnitude desta alteração nas condições de mercado é visível no declínio de mais de 50 por cento nos preços internacionais do petróleo desde meados de Julho de 2008.

O mais recente Panorama Anual de Energia da AIE foi emitido numa altura em que os preços do petróleo estavam mais altos que nunca. O uso desta estimativa conforme se fazia antes daria uma projecção de preço na WTI em 2009 mais de $10 por barril acima da actual cotação à vista. A projecção do preço do petróleo para 2010 e 2011 teria também excedido a actual cotação à vista. Não se pode considerar que esta projecção cumpra com os requisitos de prudência constantes na Lei do Fundo Petrolífero.

Em face do actual tumulto nos mercados e da ausência de uma estimativa “baixa” actualizada de preços de petróleo futuros por parte de uma instituição de renome, o Ministério das Finanças chegou à conclusão que a abordagem mais apropriada consiste em pressupor um preço baixo fixo para o petróleo a curto prazo, retendo as projecções da AIE somente a longo prazo. Pressupõe-se que os aspectos fundamentais a longo prazo no mercado do petróleo não se tenham alterado de modo significativo.

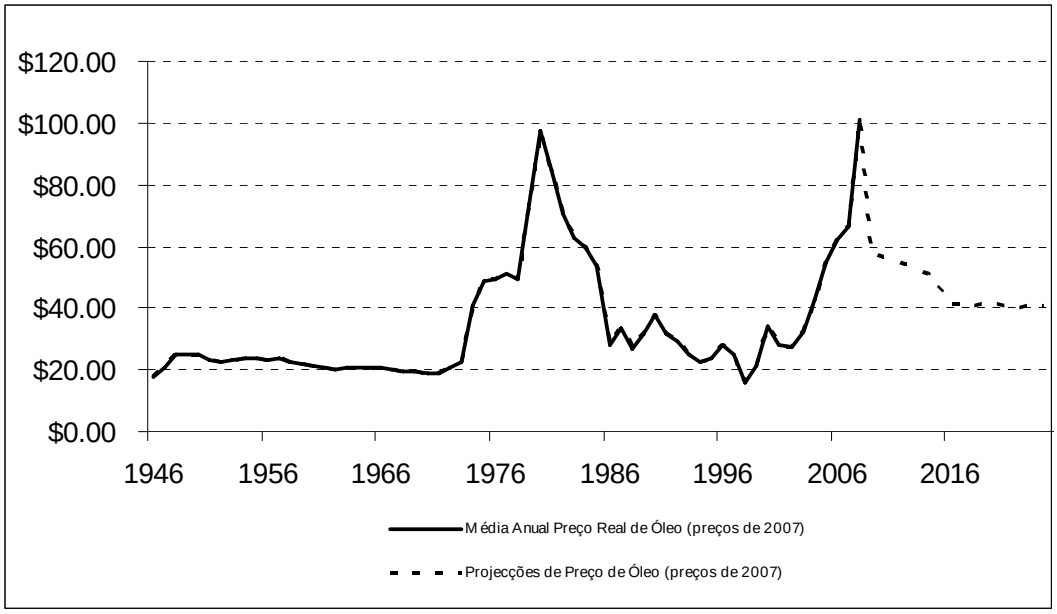
Os cálculos da Riqueza Petrolífera e dos RSE baseiam-se num preço fixo nominal do petróleo para o período de 2009 a 2013 de $60 por barril. Para o período seguinte de 2014 a 2023, as projecções assentam na previsão da AIE, a qual desce gradualmente em termos reais como resultado do aumento da capacidade de produção de energia a nível mundial.

O preço projectado para o petróleo entre 2009 e 2013 é $10 por barril inferior ao preço médio dos futuros para Dezembro de 2008 a Dezembro de 2013 usado na Bolsa Mercantil de Nova Iorque (NYMEX) aquando da elaboração deste documento. Esta abordagem deve assim constituir garantia suficiente contra a sobrestimação das receitas futuras, em conformidade com os requisitos de prudência da Lei do Fundo Petrolífero.

Não obstante isto, não deve ser posta de parte a possibilidade de os preços do petróleo caírem para baixo dos pressupostos de preços usados nos cálculos da Riqueza Petrolífera e dos Rendimentos Sustentáveis Estimados. O Gráfico 6.6 mostra os preços históricos e projectados do petróleo em termos reais (preços de 2007).

Gráfico 6.6

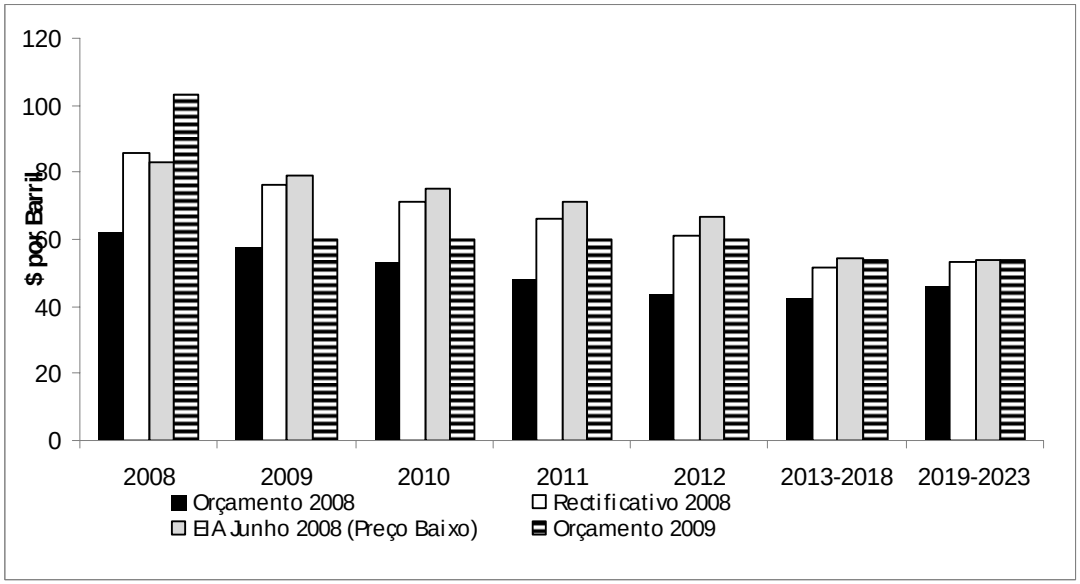
Preços do Petróleo Históricos e Projectados em Termos Reais (Preços de 2007)



O Gráfico 6.7. contém uma comparação entre projecções de preços do petróleo no Orçamento para 2008, Revisão Semestral do Orçamento de 2008, Orçamento para 2009 e resultantes da aplicação do mais recente Panorama Anual de Energia da AIE.

Gráfico 6.7

Comparações entre os preços do petróleo



Pressupostos de preços do GNL

Existem vários produtos petrolíferos (condensado, Gás Petrolífero Liquefeito (GPL) e Gás Natural Liquefeito (GNL)) que vêm do projecto do Bayu-Undan. O diferencial histórico entre o preço de referência da WTI e os preços dos vários produtos tem sido usado para prever os preços dos produtos.

O preço do GNL no contrato entre a Darwin GNL e compradores de GNL está sujeito a renegociação até 1 de Janeiro de 2009. É esperado que o preço contratado do GNL aumente comparativamente ao preço actual. É também esperado que haja um ajuste em alta dos preços cobrados sob o contrato em 2007 e 2008.

Todavia as negociações não estão concluídas, sendo que o resultado final permanece altamente incerto. O resultado esperado das negociações para 2007-08 é usado como base para o preço futuro do GNL. Mesmo aplicando-se pressupostos prudentes, o resultado final das negociações pode ser inferior ou superior ao pressuposto actual usado para estimar os RSE.

Quadro 6.6

Cálculos de Rendimentos Sustentáveis – Pressupostos de Preços de Petróleo ($ por Barril), Estimativa de Produção e Receitas entre 2002 e 2023

	Preço médio de Óleo WTI	Produção de Óleo	Total de Recitas Petrolíferas Discontados (Factor de 3.0%)	Total de Recitas Petrolíferas Não Discontados
	$/Barril	Equivale milhões de Barris	$ milhões	$ milhões
Total		**913**		**15,793**
Total desde 1 Jan 08		**688**	**9,379**	**10,952**
to 2002	0	0		15
2003	0	0		10
2004	44	17		169
2005	54	29		335
2006	65	57		752
2007	72	58		1,198
2008	103	64	0	2,361
2009	60	57	1,146	1,163
2010	60	59	1,055	1,103
2011	60	59	1,154	1,243
2012	60	56	1,058	1,173
2013	60	56	924	1,055
2014	59	52	718	845
2015	54	52	707	857
2016	49	50	535	668
2017	50	47	479	616
2018	51	45	446	591
2019	52	43	359	489
2020	53	40	332	466
2021	53	38	277	400
2022	54	35	161	239
2023	56	0	29	44

Sensibilidade

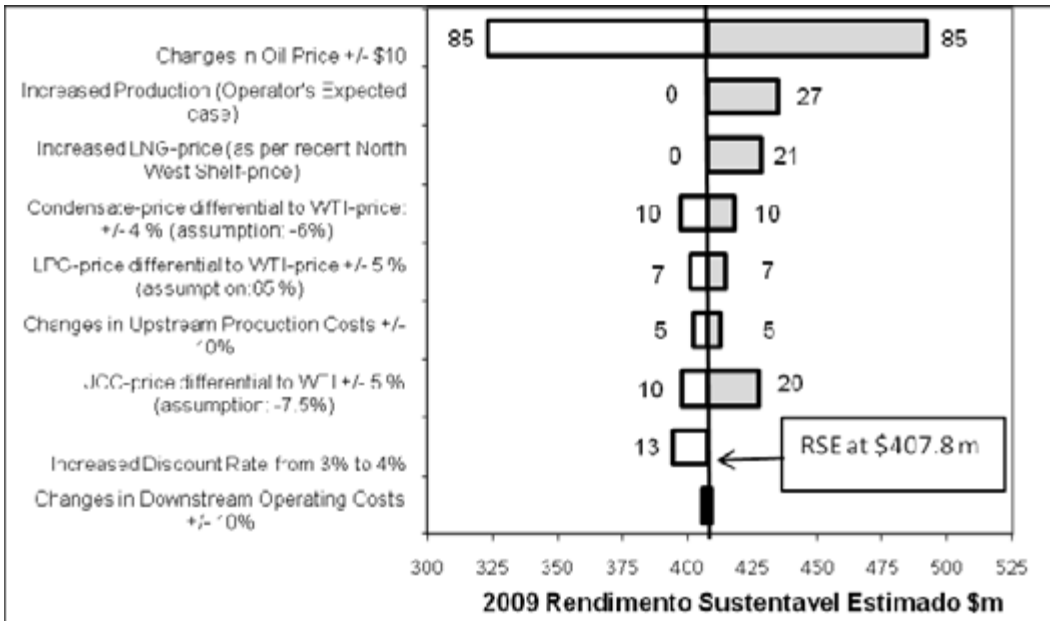
Qualquer previsão de receitas petrolíferas contém diversos riscos e incertezas. O pressuposto mais sensível diz respeito ao preço do petróleo, dado que a previsão das receitas petrolíferas muda substancialmente mesmo com uma alteração pequena nos preços do petróleo pressupostos.

Outras incertezas com impacto em qualquer previsão de receitas petrolíferas incluem o volume de contrato e os termos de estabelecimento de preço de GNL, preços de cotação à vista de condensado e GPL relativamente a preços do petróleo, custos operacionais e resultados das negociações em curso relativas ao preço futuro do GNL. O Ministério das Finanças procurou adoptar pressupostos prudentes em todos os casos.

O Gráfico 6.7 mostra a sensibilidade dos Rendimentos Sustentáveis Estimados relativamente a alterações nas variáveis mais relevantes.

Gráfico 6.8

Análise da Sensibilidade – Rendimentos Sustentáveis Estimados ($m)



Receitas Domésticas

As receitas domésticas são compostas por:

- Impostos Directos e Indirectos;
- Receitas não fiscais (incluindo dividendos e juros); e
- Taxas de instituições auto-financiadas.

É esperado que as receitas domésticas aumentem $37.6 em 2009, como resultado de:

- Maior crescimento económico a produzir mais contribuintes de impostos; e
- Aumentos na venda da arroz em 2009 que vai ser importado pelo Governo; e
- Grande aumento nos direitos e no imposto sobre vendas a pagar pelo Governo relativamente a importações referentes ao projecto de geração de electricidade.

Quadro 6.7

Impostos Domésticos de 2007 a 2011 ($m)

	2008 Estimativa	2009 Orçamento	2010 Projecção	2011 Projecção	2012 Projecção	Total 4 Anos
Impostos	**36.3**	**49.2**	**34.5**	**40.7**	**48.0**	**172.4**
Impostos Directos	**15.4**	**11.1**	**13.0**	**15.4**	**18.2**	**57.6**
Imposto sobre Rendimento e Lucros	11.1	7.8	9.2	10.8	12.7	40.4
Impostos sobre Rendimento de Individuais	4.3	3.3	3.9	4.6	5.4	17.2
Impostos Indirectos	**21.0**	**38.2**	**21.4**	**25.3**	**29.8**	**114.7**
Impostos sobre Vendas	3.7	3.1	3.7	4.3	5.1	16.2
Impostos Especiais de Consumo	8.7	18.1	9.6	11.3	13.3	52.3
Direitos de Importação	4.5	13.6	4.3	5.1	6.0	29.0
Imposto sobre Serviços	4.1	3.3	3.9	4.6	5.4	17.2

Quadro 6.8

Taxas de Utilização, Pagamentos e Outras Receitas de 2006-07 a 2011 ($m)

	2008 Estimativa	2009 Orçamento	2010 Projecção	2011 Projecção	2012 Projecção	Total 4 Anos
Total	**11.1**	**31.5**	**6.9**	**7.5**	**8.0**	**53.3**
Registo de Empresas	0.1	0.3	0.3	0.4	0.4	1.5
Correios	0.0	0.1	0.1	0.1	0.1	0.4
Taxas de Terrenos e Propriedades	0.1	2.0	2.1	2.3	2.4	8.7
Taxas de Água e Saneamento	-	0.1	0.1	0.1	0.1	0.3
Propinas da Universidade Nacional	-	0.5	0.5	0.5	0.6	2.0
Taxas Sobre Registo de Veiculos	0.1	0.2	0.2	0.2	0.2	0.2
Taxas Sobre Inspecção de Veiculos	0.1	0.2	0.2	0.2	0.2	0.8
Taxas de Carta ce Conduçao	0.1	0.2	0.2	0.3	0.3	1.0
Outras Taxas Transportais	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.1
Passaportes e Identidade	0.1	0.5	0.5	0.6	0.6	2.1
Vistos	0.4	1.0	1.1	1.2	1.3	4.7
Receitas Hospitalares	0.0	0.1	0.1	0.1	0.1	0.3
Dividendos, Lucros e Ganhos	-	1.1	1.2	1.3	1.4	4.9
Taxas Extracção de Minerais	0.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.1
Rádio e Televisão	-	0.1	0.1	0.1	0.1	0.2
Tribunais	-	0.0	0.0	0.0	0.0	0.1
Receitas de Documentos sobre Concursos	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.1
Vendas de Arroz	10.0	25.0	-	-	-	25.0
Outros	0.0	0.2	0.2	0.2	0.2	0.7

Quadro 6.9

Receitas de Instituições Autónomas entre 2006-07 e 2011 ($m)

	2008 Estimativa	2009 Orçamento	2010 Projecção	2011 Projecção	2012 Projecção	Total 4 Anos
Total	**7.1**	**6.9**	**9.2**	**12.8**	**18.8**	**47.7**
Administração Aeroportos e Navegação Aérea TL	0.6	0.7	0.7	0.7	**0.8**	**2.9**
Autoridade Portuária de Timor-Leste	1.4	0.9	1.4	2.1	**3.2**	**7.7**
Electricidade de Timor-Leste	5.1	5.2	7.1	9.9	**14.9**	**37.1**
Instituto de Gestão de Equipamentos	0.0	0.0	0.0	0.0	**0.0**	**0.0**

Parte 7 Despesas

Introdução

Reformas de 2008 e Concretizações

Durante 2008 as actividades do 4.º Governo Constitucional incidiram na reforma das operações administrativas do Governo. Tem havido e continuará a haver uma incidência específica na reforma das operações da função pública timorense. Sendo um componente importante da economia formal, a reforma do sector público continuará a ser um dos principais factores para o crescimento económico. Em 2008 o Governo deu passos rumo ao desenvolvimento de um sector público mais efectivo e eficiente. As iniciativas políticas assentaram em quatro componentes fundamentais:

- obtenção de uma função pública livre de interferências políticas;
- estabelecimento de processos e mecanismos para responder à incidência da corrupção;
- melhoria da gestão de remunerações e desempenho de funcionários públicos; e
- reforma do quadro orçamental e financeiro do Governo.

Obtenção de uma Função Pública Livre de Interferências Políticas

O Conselho de Ministros aprovou a legislação que irá estabelecer a Comissão da Função Pública (CFP) de Timor-Leste. O Governo pretende tornar a CFP uma autoridade estatutária independente. A CFP deverá garantir que:

- o emprego na função pública é baseado no mérito e imparcial em termos políticos;
- a função pública presta serviços de qualidade ao Estado e ao povo de Timor-Leste;
- a função pública é eficiente e efectiva;
- os empregados são tratados de forma justa e razoável; e
- são desenvolvidos valores e liderança fortes por toda a função pública.

Conseguir uma função pública apolítica e com base no mérito, que tenha os padrões profissionais mais elevados, irá contribuir de grande modo para o bem-estar da nação, por via de maiores níveis de prestação de serviços, bem como para a prosperidade da nação, uma vez que os recursos serão usados de forma mais eficiente e efectiva.

A CFP irá também fornecer pareceres ao Governo a respeito da eficiência e efectividade da administração pública e da gestão e desenvolvimento de recursos humanos.

Estabelecimento de processos e mecanismos para responder à incidência da corrupção;

O Conselho de Ministros aprovou legislação que foi entretanto submetida ao Parlamento Nacional, estabelecendo uma Comissão Anti-Corrupção (CAC), a qual será um órgão independente estabelecido por Estatuto do Parlamento e reportando ao Parlamento Nacional. A CAC garantirá que Timor-Leste possui uma instituição eficiente e efectiva concentrada exclusivamente na questão da corrupção. A CAC terá um papel central na melhoria da boa governação em Timor-Leste, trabalhando em colaboração com outras instituições de integridade. A Comissão Anti-Corrupção estará mandatada para:

- conduzir investigações a alegados actos de corrupção;
- apresentar provas ao Procurador-Geral para a acusação de casos de corrupção;

- levar a cabo campanhas educacionais no país;
- fornecer pareceres a todas as instituições públicas sobre formas de evitar a corrupção; e
- iniciar a recuperação de activos a fim de recuperar proveitos de corrupção.

A CAC terá fortes poderes de investigação. Terá direito a aceder a documentos e edifícios, bem como poder obrigar pessoas a responder a respeito de alegações de corrupção. Em conjunto com o Procurador-Geral e com a aprovação de um Tribunal, a CAC poderá também ter poderes para:

- congelar contas bancárias;
- congelar activos;
- impedir suspeitos de se ausentarem de Timor-Leste; e
- interceptar e registar comunicações electrónicas, incluindo monitorização de conversações telefónicas e de correio electrónico.

O Comissário da CAC será indicado por maioria de três quartos dos Deputados do Parlamento Nacional, com o Presidente da República a fazer a respectiva nomeação final.

Para ser elegível o Comissário terá de ser uma pessoa de integridade comprovada e reconhecida pelo seu elevado nível de independência e imparcialidade.

Melhoria da remuneração dos funcionários públicos

No dia 1 de Janeiro de 2009 o Governo de Timor-Leste irá inaugurar uma estrutura de carreira completamente nova dentro da função pública. Esta vem substituir os sete escalões introduzidos pela UNTAET em Julho de 2000, os quais permaneceram inalterados durante mais de oito anos, sem ajustes dos salários base. A nova estrutura de carreira foi resultado de vários anos de concepção e consulta.

A estrutura de carreira faz uma distinção clara entre duas correntes – profissional e administrativa. A corrente profissional contém sete escalões correspondentes aos sete níveis da estrutura anterior. A introdução de uma corrente administrativa está relacionada com as responsabilidades adicionais assumidas por gestores, responsabilidades estas que podem ir de pequenas equipas a direcções e ministérios. Isto irá ajudar a atrair pessoal adequado para assumir responsabilidades administrativas e apoiar o desenvolvimento da capacidade de gestão dentro da função pública.

A nova estrutura de carreira introduz também uma estrutura de carreira acrescida referente a escalões, com base no desempenho. Ao permitir avanços horizontais e verticais, a estrutura de carreira recompensará o desempenho e a produtividade no mesmo escalão.

Um aspecto essencial da nova estrutura de carreira é a avaliação do desempenho como apoio ao desenvolvimento de carreira, concepção de cargos e formação adicional. Esta será a primeira vez que a função pública assume uma abordagem metódica à questão da gestão do desempenho, o que irá por sua vez contribuir para o desenvolvimento de uma função pública de qualidade.

O recrutamento e promoções sob a nova estrutura de carreira irão depender das qualificações académicas e da experiência. Para avançar para lá de um determinado ponto os funcionários terão de ter qualificações acima do secundário, o que constitui um incentivo para o prosseguimento dos estudos.

Em resultado das suas correntes profissional e administrativa, dos incentivos de desempenho e da gestão, a nova estrutura de carreira irá fomentar um serviço público produtivo e de desempenho elevado para aconselhar o Governo e implementar os seus programas.

Em 2008 o Governo também finalizou os detalhes e os esquemas de remuneração para o novo Regime da Função Pública, bem como os esquemas de remuneração para outros trabalhadores do sector público, incluindo:

- profissionais de saúde;
- membros da Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL)
- membros das FALINTIL – Forças de Timor-Leste (F-FDTL); e
- esquemas de remuneração para titulares de cargos públicos.
- Em 2009 o Governo continuará a reformar e a melhorar os esquemas de remuneração para:
- participantes no sector judicial, incluindo juízes, procuradores e defensores públicos; e
- empregados da Universidade Nacional de Timor-Leste (UNTL).

Reforma do quadro orçamental e financeiro do Governo

Outra reforma financeira importante conseguida em 2008 prende-se com o esforço continuado na redução do transporte de fundos a partir de anos anteriores. Até ao final de Outubro de 2008, o Governo tinha finalizado ou encerrado obrigações no valor de $67 milhões, transportadas a partir de orçamentos anteriores, chegando até ao orçamento para 2003-04.

O Governo irá passar a funcionar apenas segundo o método de caixa, deixando de transportar fundos a partir de orçamentos de anos anteriores que fiquem por gastar. Esta reforma irá melhorar as ligações entre o Orçamento do Estado e a actividade económica concreta, permitindo uma melhor análise da actividade económica e uma melhor abordagem em relação ao planeamento de actividades que não possam ser finalizadas em 12 meses. Isto dá-se em especial no caso de projectos de grande magnitude que o Governo realiza em benefício de Timor-Leste.

A partir de 1 de Janeiro de 2009, nenhuma instituição do Estado estará autorizada a transportar fundos a partir de dotações de anos anteriores. Os passivos pendentes que não tenham sido pagos até 31 de Dezembro de 2008, ou no caso do capital de desenvolvimento e capital menor (somente durante este ano) até 28 de Fevereiro de 2009, terão de ser financiados a partir de uma dotação no Orçamento para 2009. O Orçamento de Timor-Leste será agora executado segundo o método de caixa. Não serão transportados para 2010 quaisquer compromissos ou obrigações.

Como resultado desta reforma financeira alguns itens de capital e desenvolvimento de 2008 e de anos anteriores serão alvo de novas dotações. Estas são actividades que claramente não estarão concluídas e prontas a serem pagas até 28 de Fevereiro de 2008.

Prioridades para 2009

Assim como 2008 marcou o início de um período de estabilização e reforma das instituições públicas, também 2009 marca o início de um período em que Timor-Leste começará a investir nas infra-estruturas necessárias para garantir a prosperidade futura da nação.

De presente Timor-Leste carece de infra-estruturas básicas em todos os sectores. As estradas são impróprias e estão em muito mau estado, a água para consumo humano e para a agricultura é muitas vezes insuficiente, é raro haver saneamento fiável, as comunicações, por ar e mar, não estão bem servidas, as telecomunicações são problemáticas

e dispendiosas, e a electricidade permanece um sonho longínquo para muitos timorenses, enquanto os restantes sofrem com um fornecimento intermitente e de pouca confiança.

A electricidade é vista como um elemento essencial para o desenvolvimento nacional, para a melhoria da qualidade de vida e para a melhoria dos serviços públicos. Por esta razão o Governo escolheu um grande desenvolvimento da electricidade como a figura de proa do Ano das Infra-estruturas. No último trimestre de 2008 o Governo assinou um contrato com um consórcio para a construção de instalações importantes de geração de electricidade, uma na Costa Norte e outra no Sul, bem como uma linha de transmissão de alta voltagem que servirá todos os distritos excepto Oecussi. Com o tempo, esta rede nacional será ligada à maior parte das comunidades mais representativas, começando pelos principais centros urbanos, onde já existe um sistema de distribuição.

O contrato para esta empreitada abrange o período de 2008 a 2011, porém é esperado que esta actividade esteja essencialmente concluída em princípios de 2010.

No que diz respeito às telecomunicações, o Governo está determinado em introduzir concorrência no mercado doméstico e internacional, sendo esperado que isto assegure melhores serviços e preços mais baixos em todo o país.

Estes são os primeiros passos no que o Governo pretende que seja um programa de 15 a 20 anos de obras públicas essenciais, que de um modo ou outro irão mudar as vidas de todos, possibilitando mais oportunidades económicas, melhores comunicações e um maior bem-estar para todos.

O Governo irá também incidir em várias outras questões vitais para o desenvolvimento do País, incluindo:

- melhoria da qualidade de vida dos timorenses em zonas rurais da nação;
- aumento das oportunidades de emprego para todos os timorenses; e
- melhoria das infra-estruturas base da nação.

Melhoria da Qualidade de Vida dos Timorenses em Zonas Rurais da Nação

A principal incidência da pobreza em Timor-Leste ocorre nas zonas rurais da Nação. Muitos timorenses vivem em zonas rurais da nação, com baixos níveis de rendimentos e com um acesso reduzido a serviços.

O Governo pretende melhorar a qualidade de vida de todos os timorenses, e irá incidir na redução da pobreza e na melhoria da qualidade de vida de todos os timorenses que residem em zonas rurais. O Governo irá levar a cabo várias iniciativas políticas que irão aumentar o poder de compra dos timorenses nas zonas rurais, e por conseguinte a sua qualidade de vida. Estas iniciativas políticas incluem:

- aumento das oportunidades económicas e de emprego;
- forte investimento em áreas rurais;
- melhoria da prestação de serviços, em especial no que se refere à saúde e à educação; e
- provisão de uma rede de segurança social para pessoas idosas e pessoas em situação vulnerável.

Aumento das Oportunidades Económicas e de Emprego

O Governo continuará a melhorar as condições económicas de forma a permitir a criação de postos de trabalho. O Governo irá investir $205.4 milhões em iniciativas de infra-estruturas nacionais, bem como em medidas específicas que irão injectar dinheiro nas comunidades dos distritos. A provisão de funções de banca e crédito fora de Díli será também útil para a continuação da provisão dos ingredientes básicos para o crescimento dentro e fora do sector agrícola.

O Governo já preparou o quadro político para uma lei transitória sobre terras, destinada a determinar a primeira pertença de terras em Timor-Leste. A provisão de um quadro para resolver disputas sobre terras irá melhorar a estabilidade nas comunidades e ajudar a evitar conflitos futuros sobre terras. A formalização de direitos de propriedade contribuirá para o desenvolvimento económico ao providenciar um ambiente mais sólido para o investimento do sector privado.

As iniciativas agrícolas girarão em torno da provisão de infra-estruturas aos agricultores, a fim de aumentar a sua produtividade. Em 2009, o Governo continuará a apoiar agricultores nos seus esforços, ao reduzir os seus riscos económicos. O Governo continuará a providenciar meios importantes, tais como sementes e fertilizantes e acesso a equipamento, bem como a comprar os stocks em excesso a um preço que dê aos agricultores alguma certeza em relação ao seu investimento.

O Ministério da Economia e Desenvolvimento continuará a prestar apoio a mais de 39 cooperativas em Timor-Leste, a construir mais de 26 minimercados e a desenvolver o FMITL de modo a prestar uma maior gama de serviços em todo o território.

Uma prioridade importante no orçamento para 2009 e nas estimativas futuras prende-se com programas que continuem as actividades estabelecidas em 2008 para a criação de oportunidades de emprego para os timorenses. Isto continuará de várias formas através de maiores níveis de financiamento para:

- reabilitação de estradas rurais nos distritos;
- maiores níveis de formação profissional;
- capital e desenvolvimento adicionais; e
- assistência agrícola.

Forte Investimento em Zonas Rurais

O Governo continuará a investir em áreas fora de Díli. A Parte 3 apresenta mais detalhes sobre os tipos de actividades a serem realizadas nos distritos. O Governo conduzirá as seguintes actividades fora de Díli:

- Pagar $25.618 milhões em salários a pessoas fora de Díli;
- Pagar $28.078 milhões em pensões a beneficiários fora de Díli;
- Pagar $3.14 milhões em administração local e a sucos fora de Díli;
- Providenciar $3.34 milhões em concessões escolares (incluindo refeições escolares), beneficiando alunos fora de Díli;
- Providenciar $1.7 milhões em outras concessões para as áreas das artes, desporto e energia alternativa fora de Díli; e
- Investir $32.39 milhões em projectos de capital especificamente fora de Díli.

Melhoria da Prestação de Serviços

O Governo irá também procurar melhorar a provisão de mais serviços de saúde e educação às populações de áreas rurais e remotas de duas formas. A primeira será a continuação do estabelecimento de instalações físicas nessas

áreas, necessárias para a prestação dos serviços. A segunda será a remuneração a um nível superior das pessoas no sector público que prestam esses serviços, de forma a garantir que permanecem ao serviço do Estado.

Em 2008 o Governo começou a descentralizar serviços agrícolas para os distritos. As principais iniciativas revolveram em torno do estabelecimento de oito centros Regionais de gestão agrícola para dar resposta às necessidades dos agricultores nos distritos.

Em 2009 o Governo continuará a descentralizar a gestão e prestação de serviços base fora de Díli, por via do estabelecimento de:

- 3 Centros de Educação Regionais para providenciar serviços educacionais descentralizados; e
- 8 Gabinetes de Notariado Distritais para providenciar serviços de registo civil, entre 2009 e 2011.

O Governo irá também iniciar o processo de estabelecimento do sector do governo local. O Governo Local em Timor-Leste será estabelecido através de assembleias municipais eleitas ao nível de distrito.

Provisão de uma Rede de Segurança Social

O Governo deseja claramente garantir que todos os timorenses beneficiem da riqueza natural da nação. A médio prazo a maior parte da riqueza natural da nação será investida no desenvolvimento nacional. Este é um objectivo político fundamental do Governo.

O Governo deseja também garantir que aqueles que contribuíram para a libertação nacional e aqueles que são idosos e se encontram em situação vulnerável, não continuem a viver na miséria e a não beneficiarem do desenvolvimento do País. O Governo identificou diversos beneficiários que requerem uma rede de segurança para poderem ter uma melhor qualidade de vida. Serão pagas pensões regulares a estas pessoas, em todos os distritos da nação.

Estes antigos combatentes e suas famílias, que sacrificaram oportunidades para libertar a nação, terão também os seus esforços reconhecidos. Foram estabelecidas por Lei várias pensões, tendo sido iniciados pagamentos em 2008. Em 2009 estes pagamentos serão regularizados, dando assim um sentimento de conforto e estabilidade aos cidadãos mais vulneráveis da sociedade timorense.

Estes programas, que irão redistribuir uma pequena proporção da riqueza de Timor-Leste, possibilitarão o aumento do poder de compra nas áreas rurais. O aumento do poder de compra permitirá às pessoas mais pobres começarem a trabalhar para saírem da armadilha da pobreza, ao poderem comprar os bens essenciais de que precisam.

Para lá disto o Governo continua concentrado na melhoria dos recursos humanos da Nação. Serão fornecidas bolsas de estudo a cidadãos timorenses, permitindo-lhes estudar em Timor-Leste e no estrangeiro. Em última instância, isto contribuirá para o aumento de capital humano da nação.

Tendências de Despesa do Orçamento do Estado

O total das despesas do Estado de Timor-Leste em 2009 está estimado em $680.3 milhões, reflectindo uma diminuição de $108 milhões (13.7%) no total das dotações para 2008. As dotações em 2008 incluíram $240 milhões para o FEE, um fundo criado para uso de emergência em caso de uma quebra continuada dos mercados, ao contrário do resto do orçamento que assenta em afectações de fundos contra actividades planeadas. Excluindo o FEE de 2008 ficamos com um retrato mais claro da composição estrutural do orçamento. Com base nisto as despesas aumentarão $132 milhões (24%).

As Tabelas 7.1 a 7.3 fornecem detalhes sobre as despesas por categorias durante o período de 2007 a 2012. O total dos gastos de dinheiro para 2008 está estimado em $380.

Quadro 7.1[4]

Valores Agregados do Orçamento para Todo o Estado entre 2008 e 2012 ($m)

	2008 Estimativa	2009 Orçamento	2010 Projecção	2011 Projecção	2012 Projecção	Total 4 Anos
Total das Despesas	**380**	**681**	**664**	**588**	**475**	**2,408**
Salários e Vencimentos	52	93	95	**98**	101	**387**
Bens e Serviços	176	248	224	**229**	235	**936**
Capital Menor	19	38	31	**24**	25	**118**
Transferências	81	96	81	**83**	92	**352**
Juros sobre Dividas Publicas	-	-	-	**-**	-	**-**
Capital Desenvolvimento	53	205	234	**154**	23	**616**

Quadro 7.2

Valores Agregados das Instituições Estatais Autónomas entre 2008 e 2012 ($m)

	2008 Estimativa	2009 Orçamento	2010 Projecção	2011 Projecção	2012 Projecção	Total 4 Anos
Total das Despesas	**13**	**20**	**13**	**11**	**12**	**56**
Salários e Vencimentos	1	2	2	**2**	2	**6**
Bens e Serviços	3	7	7	**7**	7	**27**
Capital Menor	2	2	3	**3**	3	**11**
Transfarências Publicas	0	0	0	**0**	0	**-**
Juros sobre Dividas Publicas	0	0	0	**0**	0	**-**
Capital Desenvolvimento	7	9	1	**0**	0	**11**

Quadro 7.3

Valores Agregados do Orçamento do Estado Excluindo Instituições Autónomas entre 2008 e 2012 ($m)

	2008 Estimativa	2009 Orçamento	2010 Projecção	2011 Projecção	2012 Projecção	Total 4 Anos
Total das Despesas	**367**	**661**	**651**	**577**	**463**	**2,353**
Salários e Vencimentos	50	91	93	**96**	99	**380**
Bens e Serviços	172	241	217	**222**	228	**909**
Capital Menor	17	36	28	**21**	22	**107**
Transfarências	81	96	81	**83**	92	**352**
Juros sobre Dividas Publicas	0	0	0	**0**	0	**-**
Capital Desenvolvimento	46	196	233	**154**	23	**605**

Financiamento de Parceiros de Desenvolvimento

Cálculo do Orçamento de Fontes Combinadas

De acordo com os requisitos da Lei de Gestão Orçamental e Financeira 2001/13, o Orçamento do Estado de Timor-Leste é preparado numa base de fontes combinadas, incluindo financiamento do Governo e financiamento externo.

As informações sobre financiamento externo foram determinadas através de consulta estreita com parceiros de desenvolvimento de Timor-Leste a respeito das suas actividades actuais e aprovadas. A consulta teve lugar durante o período de Maio a Outubro de 2008. O financiamento de desenvolvimento envolve, por norma, actividades realizadas em cooperação com Ministérios do Governo, e não através de apoio directo ao orçamento. Caso um projecto ocorra em coordenação com um Ministério do Governo ou cumpra uma função essencial de uma actividade ministerial, é definido como fazendo parte do orçamento de fontes combinadas. Estes projectos estão indicados no capítulo Ministério de cada ministério, e os seus fundos são incluídos no orçamento de fontes combinadas. Ao longo do

[4] 2007 foi um orçamento com seis meses, 2008 é uma estimativa das despesas de dinheiro em 2008 e não reflecte as dotações orçamentais. As projecções de despesas para 2010 e 2011 são apenas estimativas das actuais iniciativas políticas.

período de 2009 a 2012 será fornecido um total de $465 milhões para apoiar o sector do Governo e as suas actividades essenciais.

No Orçamento para 2009 são pela primeira vez prestadas informações sobre outros projectos de Parceiros de Desenvolvimento com uma parceria não governamental ou um foco mais geral no sector. Ao longo do período de 2009 a 2012 serão providenciados fundos adicionais de $39.5 milhões a ONGs e actividades não governamentais abrangendo áreas tais como assistência humanitária, apoio aos meios de comunicação social e iniciativas da sociedade civil. As informações sobre estes projectos são fornecidas para um entendimento sectorial mais amplo – o financiamento não é incluído nos totais de financiamento de fontes combinadas.

Existem também alguns projectos de Parceiros de Desenvolvimento que não puderam ser atribuídos a um Ministério ou a um sector. Aqui incluem-se projectos cujos acordos de parceria estão ainda a ser negociados e projectos que abrangem áreas fora da alçada do Estado. Isto equivale a $10.1 milhões, ou 2.2 por cento dos fundos externos de orçamento de fontes combinadas. Estes projectos não são apresentados neste documento orçamental.

Implementação de assistência internacional em Timor-Leste – as implicações da Declaração de Paris e da Agenda de Acção de Accra

O Terceiro Fórum de Alto Nível sobre Efectividade da Assistência em Accra, realizado em Setembro de 2008, endossou uma Agenda de Acção para a reforma da provisão de assistência e para a melhoria da efectividade da assistência de desenvolvimento. O Acordo de Accra parte dos princípios da Declaração de Paris relativamente aos princípios essenciais da efectividade da assistência – sentimento de pertença, harmonização, alinhamento, resultados e responsabilização mútua.

Os principais pontos da Agenda de Acção incluem:

- Previsibilidade – os países parceiros de desenvolvimento fornecem informações sobre a sua assistência planeada para os 3 a 5 anos seguintes
- Sistemas de País – utilização dos sistemas de países parceiros para prestação de assistência
- Condicionalidade – incidência nos objectivos de desenvolvimento de países parceiros em vez de em condições prescritivas; e
- Liberalização da assistência – os países em vias de desenvolvimento deverão poder comprar bens e serviços a partir das fontes que ofereçam a melhor qualidade ao mais baixo preço

O 4.º Governo Constitucional está empenhado nos princípios da Declaração de Paris e do Acordo de Accra. O Governo estabeleceu um novo programa de Prioridades Nacionais (Março de 2008) e está em vias de desenvolver as Prioridades Nacionais para 2009. Foram estabelecidos seis novos grupos temáticos de trabalho para supervisionar a coordenação interministerial e dos parceiros de desenvolvimento, com incidência na concretização das Prioridades Nacionais em acção. Este processo assegura um quadro efectivo para a geração de acção e resultados coordenados. O Governo está também a alargar a coordenação e harmonização, trabalhando de perto com parceiros de desenvolvimento para assegurar informações claras e precisas no orçamento de fontes combinadas.

Como parte da Agenda de Acção de Accra, Timor-Leste voluntariou-se para ser um dos cinco países piloto nos quais o sucesso dos “Compromissos e Princípios Políticos para Bom Envolvimento Internacional em Estados e Situações Frágeis” pode ser monitorizado. A primeira reunião dos cinco países piloto, Timor-Leste, República Democrática do Congo, Afeganistão, Serra Leoa e República Centro-Africana, será organizada pela França em Dezembro de 2008.

Orientações Futuras para a Coordenação de Parceiros de Desenvolvimento

Outra das iniciativas do Governo inclui o estabelecimento de uma Secretaria de Efectividade da Assistência dentro do Ministério das Finanças. A Secretaria de Efectividade da Assistência é responsável pela optimização da assistência oficial ao desenvolvimento por parte dos parceiros, por via de actividades de harmonização, do evitar de duplicação e do alinhamento de actividades com as prioridades nacionais do Governo. Isto inclui a gestão de fluxos de assistência para Timor-Leste, a recolha de dados sobre finanças e resultados de toda a assistência oficial ao desenvolvimento, incluindo assistência técnica e fora do orçamento, resultados planeados e concretos e indicadores da Declaração de Paris.

Em 2009 a Unidade de Efectividade da Assistência dará apoio a ministérios operacionais sobre como usar dados de assistência para uma melhor tomada de decisões e para um melhor planeamento orçamental. A Secretaria de Efectividade da Assistência irá também trabalhar de perto com todos os ministérios e parceiros de desenvolvimento na concretização dos objectivos de efectividade da assistência.

Tendências de Despesa das Fontes Combinadas

Em 2009 os parceiros de desenvolvimento fornecerão ao sector do Governo um total de $221.1 milhões. Isto representa 24.5 por cento do orçamento de fontes combinadas e um aumento global no apoio dos parceiros de desenvolvimento de $37.3 milhões ou 20.3 por cento entre 2008 e 2009.

Este aumento deve-se sobretudo aos aumentos significativos no Ministério das Infra-estruturas ($18.5 milhões, 99 por cento) e na PNTL ($14.0 milhões, 121.4%). Estes programas reflectem as novas oportunidades de investimento e desenvolvimento físico possíveis no actual cenário de estabilidade nacional – e a importância de manter este cenário. São também evidentes aumentos significativos no Ministério da Economia e Desenvolvimento ($5.3 milhões, 212 por cento) e no Ministério das Finanças ($3.6 milhões, 23.8%), reflectindo a maior prioridade dada ao crescimento económico e à reforma do sector público. Esta incidência é consistente com o plano do Governo para reduzir a pobreza através de um forte crescimento económico – liderado por um programa significativo de infra-estruturas e orientado por reformas e incentivos para o sector público e sector privado.

Pode também ser visto que o financiamento de parceiros de desenvolvimento será reduzido significativamente a partir de 2010 – diminuindo em $98.4 milhões (44.5 por cento) entre 2009 e 2010, $44.1 milhões (36 por cento) entre 2010 e 2011 e $36.5 milhões (46.4 por cento) entre 2011 e 2012. Isto reflecte uma falta de informações sobre projectos confirmados a médio prazo e não a falta de apoio ou compromisso da comunidade internacional. Todavia a ausência de informações sobre expectativas de financiamento a médio prazo limita a capacidade do Governo para conduzir análises de planeamento e macroeconomia a médio prazo numa base consolidada.

A Quadro 7.5 apresenta um resumo dos fundos externos por Ministério. Esta informação é desenvolvida nos resumos de capítulo de Ministérios, onde é dada uma lista completa de financiamento de fontes combinadas por parceiro de desenvolvimento e projecto. Os resumos de capítulo incluem também uma lista de projectos de parceiros de desenvolvimento realizados com parceiros de ONGs ou como parte de actividades sectoriais mais amplas, a fim de fornecer informações de fundo e contextos – os fundos não são incluídos no total de Fontes Combinadas.

Quadro 7.4

Orçamento de Desembolsos Esperados de Parceiros de Desenvolvimento entre 2009 e 2012 ($'000)

	Recurrent				Capital				Total			
	2009	2010	2011	2012	2009	2010	2011	2012	2009	2010	2011	2012
									-	-	-	-
Presidente da República	2,061	-	-	-	-	-	-	-	2,061	-	-	-
Parlamento Nacional	2,097	-	-	-	-	-	-	-	2,097	-	-	-
Primeiro Ministro e Presidência do Conselho de Ministros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Secretaria de Estado do Conselho de Ministros	82	-	-	-	-	-	-	-	82	-	-	-
Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto	785	675	450	300	-	-	-	-	785	675	450	300
Secretaria de Estado dos Recursos Naturais	3,818	3,845	2,182	727	-	-	-	-	3,818	3,845	2,182	727
Secretaria de Estado para a Política Energética	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Secretaria de Estado Formação Profissional e Emprego	4,233	929	736	62	2,344	933	736	62	6,577	1,862	1,472	124
Secretaria de Estado da Promoção Igualdade	773	591	500	300	-	-	-	-	773	591	500	300
Comissão para a Função Publica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ministério da Defesa e Segurança (Consolidado)	35,832	24,520	10,887	11,683	276	267	-	-	36,108	24,787	10,887	11,683
Ministério da Defesa e Segurança	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Secretaria de Estado da Defesa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FALINTIL - Forças de Defesa de Timor-Leste	8,303	9,028	10,798	11,683	267	267	-	-	8,570	9,295	10,798	11,683
Secretaria de Estado da Seguranca	1,958	177	89	-	9	-	-	-	1,967	177	89	-
PNTL	25,571	15,315	-	-	-	-	-	-	25,571	15,315	-	-
Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação	465	300	300	-	-	-	-	-	465	300	300	-
Ministério das Finanças	18,752	13,907	5,013	400	-	-	-	-	18,752	13,907	5,013	400
Dotações para todo o Governo - Administrado pelo Ministério das	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ministério da Justiça	10,649	5,361	5,930	4,072	173	66	-	-	10,822	5,427	5,930	4,072
Ministério da Saúde	20,759	13,618	8,550	2,848	840	190	280	98	21,599	13,808	8,830	2,946
Ministério da Educação	27,761	8,550	3,671	3,308	345	-	-	-	28,106	8,550	3,671	3,308
Ministério da Administração Estatal e Ord.Território	13,886	9,556	8,133	7,523	-	-	-	-	13,886	9,556	8,133	7,523
Ministério da Economia e do Desenvolvimento	7,837	2,184	255	-	-	-	-	-	7,837	2,184	255	-
Ministério da Solidariedade Social	8,934	573	-	-	353	-	-	-	9,287	573	-	-
Ministério das Infra-Estruturas	26,370	15,811	13,316	3,514	10,931	5,512	7,333	2,782	37,301	21,323	20,649	6,296
Ministério do Turismo, Comércio e Indústria	222	-	-	-	-	-	-	-	222	-	-	-
Ministério da Agricultura e Pescas	16,849	12,872	7,873	4,094	2,839	2,435	2,435	332	19,688	15,307	10,308	4,426
Tribunais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Procuradoria-Geral da República	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provedoria de Direitos Humanos e Justiça	420	-	-	-	-	-	-	-	420	-	-	-
Serviço Público de Radiodifusão de Timor-Leste	446	-	-	-	-	-	-	-	446	-	-	-
Comissão Nacional das Eleições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comissão Contre Corrupção	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Sub Sector Estado	203,033	113,292	67,796	38,831	18,099	9,403	10,784	3,274	221,132	122,695	78,580	42,105
Electricidade de Timor-Leste	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
APORTIL Agência Auto Financiada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração de Aeroportos e Navegação Aérea de Timor Leste	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instituto Público de Gestão de Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Agências Autónomos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Sector Publico	203,033	113,292	67,796	38,831	18,099	9,403	10,784	3,274	221,132	122,695	78,580	42,105

Quadro 7.5

Orçamento de Fontes Combinadas por Ministério em 2009 ($000)

	Orçamento do Estado			Financiamento dos Parceiros			Total		
	Corrente	Capital	Total	Corrente	Capital	Total	Corrente	Capital	Total
Presidente da República	5,033	500	5,533	2,061	-	2,061	7,094	500	7,594
Parlamento Nacional	9,208	375	9,583	2,097	-	2,097	11,305	375	11,680
Primeiro Ministro e Presidência do Conselho de Ministros	12,348	895	13,243	-	-	-	12,348	895	13,243
Secretaria de Estado do Conselho de Ministros	2,940	35	2,975	82	-	82	3,022	35	3,057
Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto	2,893	1,453	4,346	785	-	785	3,678	1,453	5,131
Secretaria de Estado dos Recursos Naturais	3,490	-	3,490	3,818	-	3,818	7,308	-	7,308
Secretaria de Estado para a Política Energética	3,187	-	3,187	-	-	-	3,187	-	3,187
Secretaria de Estado Formação Profissional e Emprego	4,107	570	4,677	4,233	2,344	6,577	8,340	2,914	11,254
Secretaria de Estado da Promoção Igualdade	582	-	582	773	-	773	1,355	-	1,355
Comissão para a Função Publica	954	-	954	-	-	-	954	-	954
Ministério da Defesa e Segurança (Consolidado)	40,744	24,841	65,585	35,832	276	36,108	76,576	25,117	101,693
Ministério da Defesa e Segurança	2,090	-	2,090	-	-	-	2,090	-	2,090
Secretaria de Estado da Defesa	1,187	-	1,187	-	-	-	1,187	-	1,187
FALINTIL - Forças de Defesa de Timor-Leste	11,903	22,850	34,753	8,303	267	8,570	20,206	23,117	43,323
Secretaria de Estado da Seguranca	5,079	-	5,079	1,958	9	1,967	7,037	9	7,046
PNTL	20,485	1,991	22,476	25,571	-	25,571	46,056	1,991	48,047
Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação	11,326	-	11,326	465	-	465	11,791	-	11,791
Ministério das Finanças	8,972	-	8,972	18,752	-	18,752	27,724	-	27,724
Dotações para todo o Governo - Administrado pelo Ministério	80,069	1,950	82,019	-	-	-	80,069	1,950	82,019
Ministério da Justiça	7,426	5,358	12,784	10,649	173	10,822	18,075	5,531	23,606
Ministério da Saúde	25,414	7,479	32,893	20,759	840	21,599	46,173	8,319	54,492
Ministério da Educação	49,775	12,795	62,570	27,761	345	28,106	77,536	13,140	90,676
Ministério da Administração Estatal e Ord.Território	14,555	2,396	16,951	13,886	-	13,886	28,441	2,396	30,837
Ministério da Economia e do Desenvolvimento	4,374	881	5,255	7,837	-	7,837	12,211	881	13,092
Ministério da Solidariedade Social	72,296	2,227	74,523	8,934	353	9,287	81,230	2,580	83,810
Ministério das Infra-Estruturas	12,388	117,261	129,649	26,370	10,931	37,301	38,758	128,192	166,950
Ministério do Turismo, Comércio e Indústria	51,981	9,027	61,008	222	-	222	52,203	9,027	61,230
Ministério da Agricultura e Pescas	27,503	6,411	33,914	16,849	2,839	19,688	44,352	9,250	53,602
Tribunais	2,214	-	2,214	-	-	-	2,214	-	2,214
Procuradoria-Geral da República	3,031	438	3,469	-	-	-	3,031	438	3,469
Provedoria de Direitos Humanos e Justiça	869	-	869	420	-	420	1,289	-	1,289
Serviço Público de Radiodifusão de Timor-Leste	3,435	500	3,935	446	-	446	3,881	500	4,381
Comissão Nacional das Eleições	2,943	750	3,693	-	-	-	2,943	750	3,693
Comissão Contre Corrupção	928	-	928	-	-	-	928	-	928
Total Sub Sector Estado	464,985	196,142	661,127	203,033	18,099	221,132	668,018	214,241	882,259
Electricidade de Timor-Leste	5,490	5,509	10,999	-	-	-	5,490	5,509	10,999
APORTIL Agência Auto Financiada	2,273	3,660	5,933	-	-	-	2,273	3,660	5,933
Administração de Aeroportos e Navegação Aérea de Timor I	1,012	60	1,072	-	-	-	1,012	60	1,072
Instituto Público de Gestão de Equipamentos	1,742	-	1,742	-	-	-	1,742	-	1,742
Total Agências Autónomos	**10,517**	**9,229**	**5,677**	**446**	**-**	**446**	**5,623**	**500**	**6,123**
Total Sector Publico	**475,502**	**205,371**	**680,873**	**203,033**	**18,099**	**221,132**	**678,535**	**223,470**	**902,005**

Quadro 7.6

Total das Afectações do Orçamento Geral do Estado por Ministério em 2009 ($000)

Orgão de Estado	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Capital Menor	Transfarências Publicas	Despesas Recorrentes	Capital Desenvolvimento	Despesas Total
Presidente da República	420	3,780	833	-	5,033	500	5,533
Parlamento Nacional	2,866	5,525	817	-	9,208	375	9,583
Primeiro Ministro e Presidência do Conselho de Ministros	1,138	4,628	582	6,000	12,348	895	13,243
Secretaria de Estado do Conselho de Ministros	243	2,157	540	-	2,940	35	2,975
Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto	397	552	108	1,836	2,893	1,453	4,346
Secretaria de Estado dos Recursos Naturais	249	2,125	116	1,000	3,490	-	3,490
Secretaria de Estado para a Política Energética	142	941	151	1,953	3,187	-	3,187
Secretaria de Estado Formação Profissional e Emprego	657	769	131	2,550	4,107	570	4,677
Secretaria de Estado da Promoção Igualdade	212	282	38	50	582	-	582
Comissão para a Função Publica	235	484	235	-	954	-	954
Ministério da Defesa e Segurança (Consolidado)	18,491	18,554	3,699	-	40,744	24,841	65,585
Ministério da Defesa e Segurança	-	90	2,000	-	2,090	-	2,090
Secretaria de Estado da Defesa	194	864	129	-	1,187	-	1,187
FALINTIL - Forças de Defesa de Timor-Leste	3,438	7,740	725	-	11,903	22,850	34,753
Secretaria de Estado da Seguranca	2,379	2,700	-	-	5,079	-	5,079
PNTL	12,480	7,160	845	-	20,485	1,991	22,476
Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação	5,153	4,845	328	1,000	11,326	-	11,326
Ministério das Finanças	2,914	5,426	632	-	8,972	-	8,972
Dotações para todo o Governo - Administrado pelo Ministério	-	76,589	2,180	1,300	80,069	1,950	82,019
Ministério da Justiça	2,033	4,955	438	-	7,426	5,358	12,784
Ministério da Saúde	8,189	16,240	985	-	25,414	7,479	32,893
Ministério da Educação	32,313	10,683	2,779	4,000	49,775	12,795	62,570
Ministério da Administração Estatal e Ord.Território	2,921	7,157	446	4,031	14,555	2,396	16,951
Ministério da Economia e do Desenvolvimento	1,198	1,620	56	1,500	4,374	881	5,255
Ministério da Solidariedade Social	1,284	1,800	167	69,045	72,296	2,227	74,523
Ministério das Infra-Estruturas	2,987	7,713	1,688	-	12,388	117,261	129,649
Ministério do Turismo, Comércio e Indústria	807	50,950	124	100	51,981	9,027	61,008
Ministério da Agricultura e Pescas	4,305	6,270	15,928	1,000	27,503	6,411	33,914
Tribunais	590	1,286	338	-	2,214	-	2,214
Procuradoria-Geral da República	772	1,572	687	-	3,031	438	3,469
Provedoria de Direitos Humanos e Justiça	284	517	68	-	869	-	869
Serviço Público de Radiodifusão de Timor-Leste	508	1,746	1,181	-	3,435	500	3,935
Comissão Nacional das Eleições	548	1,094	301	1,000	2,943	750	3,693
Comissão Contre Corrupção	257	260	411	-	928	-	928
Total Sub Sector Estado	**92,113**	**240,520**	**35,987**	**96,365**	**464,985**	**196,142**	**661,127**
Electricidade de Timor-Leste	854	2,985	1,651	-	5,490	5,509	10,999
APORTIL Agência Auto Financiada	156	1,980	137	-	2,273	3,660	5,933
Administração de Aeroportos e Navegação Aérea de Timor L	355	427	230	-	1,012	60	1,072
Instituto Público de Gestão de Equipamentos	344	1,350	48	-	1,742	-	1,742
Total Agências Autónomos	**1,709**	**6,742**	**2,066**	**-**	**10,517**	**9,229**	**19,746**
Total Sector Publico	**93,822**	**247,262**	**38,053**	**96,365**	**475,502**	**205,371**	**680,873**

Salários, Vencimentos e outros Subsídios

Em 2008 foram concluídas reformas importantes com implicações para os salários e vencimentos do sector público. Isto resultou num aumento no total de despesas com salários para o Estado de Timor-Leste, passando de $58.9 milhões em 2008 para $93.1 milhões em 2009. As reformas incluem:

- implementação do novo regime de carreira para funcionários públicos (delineado mais em baixo);
- introdução de gestores superiores e intermédios na estrutura da função pública;
- implementação de novo sistema de remuneração para as forças de defesa e segurança (delineado mais em baixo);
- reforma de salários de titulares de cargos públicos (delineada mais em baixo);
- introdução de subsídios para profissionais de saúde (delineado mais em baixo);
- Reclassificação dos subsídios anteriormente incluídos sob bens e serviços, bem como diárias no estrangeiro para diplomatas (nota – este aumento nos salários é compensado por um decréscimo na categoria de bens e serviços);
- pagamento de professores em escolas não governamentais;
- introdução de novas instituições; e
- pessoal adicional empregado nos Ministérios e Instituições existentes.

Taxas de remuneração para todos os empregados do sector público contidas no Anexo 6.

Regime da Função Pública

No dia 1 de Janeiro de 2009 o Governo de Timor-Leste irá inaugurar uma estrutura de carreira completamente nova na função pública. Esta nova estrutura vem substituir a introduzida pela UNTAET em Julho de 2000, que se manteve inalterada durante mais de oito anos sem ajuste de salários base. A nova estrutura de carreira foi resultado de vários anos de concepção e consulta.

A estrutura de carreira faz uma distinção clara entre duas correntes – profissional e administrativa. A corrente profissional contém sete escalões correspondentes aos sete níveis da estrutura anterior. A introdução de uma corrente administrativa está relacionada com as responsabilidades adicionais assumidas por gestores, responsabilidades estas que podem ir de pequenas equipas a direcções e ministérios. Isto irá ajudar a atrair pessoal adequado para assumir responsabilidades administrativas e apoiar o desenvolvimento da capacidade de gestão dentro da função pública.

A nova estrutura de carreira introduz também uma estrutura de carreira acrescida referente a escalões, com base no desempenho. Ao permitir avanços horizontais e verticais, a estrutura de carreira recompensará o desempenho e a produtividade no mesmo escalão.

Um aspecto essencial da nova estrutura de carreira é a avaliação do desempenho como apoio ao desenvolvimento de carreira, concepção de cargos e formação adicional. Esta será a primeira vez que a função pública assume uma abordagem metódica à questão da gestão do desempenho, o que irá por sua vez contribuir para o desenvolvimento de uma função pública de qualidade.

O recrutamento e promoções sob a nova estrutura de carreira irão depender das qualificações académicas e da experiência. Para avançar para lá de um determinado ponto os funcionários terão de ter qualificações acima do secundário, o que constitui um incentivo para o prosseguimento dos estudos.

Em resultado das suas correntes profissional e administrativa, dos incentivos de desempenho e da gestão, a nova estrutura de carreira irá fomentar um serviço público produtivo e de desempenho elevado para aconselhar o Governo e implementar os seus programas.

Remuneração das F-FDTL e da PNTL

Uma das principais prioridades do 4.º Governo Constitucional foi a reforma e reestruturação das forças de defesa e segurança. De início as alterações foram legisladas no Decreto-Lei 01/2008 de 15 de Fevereiro, o qual deu passos iniciais para a reestruturação das forças de defesa e segurança. O decreto levou em conta as condições especiais sob as quais estas forças funcionam, sendo que os subsídios suplementares irão procurar compensar as condições adversas que os elementos nessas instituições sofrem, bem como os grandes esforços que são obrigados a fazer.

Subsequentemente o Governo está agora a finalizar o esquema de estrutura e remuneração das F-FDTL e da PNTL. Em princípios de 2009 serão finalizados decretos-lei relativos a ambos os serviços.

A partir de 1 de Janeiro os membros das F-FDTL e da PNTL terão uma remuneração mensal (após formação inicial aquando da recruta) de $205 por mês, composta por um salário base de $170 e um subsídio de serviço de segurança de $35.

Remuneração de Titulares de Cargos Públicos

Foi feita uma provisão para pagamento e subsídios acrescidos a titulares de cargos eleitos e membros de Governo, de acordo com a proposta acordada entre o Presidente da República, o Presidente do Parlamento Nacional e o Primeiro-Ministro quanto a um estatuto que regule as relatividades de salários e subsídios de titulares de cargos eleitos e membros nomeados do Executivo.

Remuneração de Profissionais de Saúde

O Ministério da Saúde introduziu remunerações adicionais para profissionais de saúde. A introdução das remunerações adicionais destina-se a complementar os vencimentos de profissionais de saúde de acordo com o seu grau de responsabilidade e com os seus conhecimentos práticos, bem como a promover a melhoria do desempenho e da satisfação dos utentes. As remunerações adicionais serão providenciadas a médicos, profissionais de saúde e assistentes de saúde.

Em 2009 o Governo irá trabalhar no sentido de finalizar as estruturas de remuneração e carreira, para:

- Empregados da Universidade Nacional; e
- Juízes, procuradores e defensores públicos.

Bens e Serviços

O total de bens e serviços cresceu $207.4 milhões em 2008 (excluindo os $240 milhões do Fundo de Estabilização económica) para $248.0 milhões em 2009. Os principais itens no orçamento de bens e serviços incluem:

- Segurança Alimentar a Longo Prazo;
- Combustível para subsidiar a geração de electricidade;
- Pagamento de impostos em nome do Governo;
- Pagamentos a Profissionais de Saúde.

Segurança Alimentar a Longo Prazo;

O Ministério do Turismo Comércio e Indústria vai gerir fundos para aquisição de arroz ao estrangeiro e compra de produtos agrícolas locais. Ambas as categorias de produtos serão utilizadas para que se crie uma base de stock para a segurança alimentar e assim fazer-se face às necessidades do País. As compras de arroz vão completar as ordens de compra feitas em 2008 e serão utilizadas para dar atendimento a necessidades imediatas. A compra de produtos locais é parte da estratégia do Governo a longo prazo que consiste em criar auto-suficiência nacional através do estímulo de produção e aumento do nível da actividade económica nas áreas rurais.

Combustível para Subsidiar a Geração de Electricidade

O Governo tem uma dotação central para a compra de combustível. Este combustível destina-se a subsidiar as operações da EDTL, cujas receitas são insuficientes para cobrir o custo total das suas operações. Esta dotação será usada para comprar combustível para fornecer electricidade em Díli e nos Distritos.

Pagamento de impostos em nome do Governo

Nos termos da Lei Tributária, o Governo deve pagar impostos sobre a aquisição de todos os bens e serviços, este princípio não tem sido aplicado de uma forma uniforme, o que complica tanto a colecta de impostos como a administração alfandegária. Embora o pagamento de impostos vá aumentar, o custo das operações de compra Governamental terão uma contrapartida de receitas, o que resulta numa situação fiscal neutra. O Governo só vai providenciar fundos para este período de transição para cobrir os custos com as alterações dos contratos que não incluíam previsão de pagamento de taxas.

Pagamentos a Profissionais de Saúde

De presente existem 842 médicos cubanos a prestarem serviços especializados e gerais no País. O Governo de Timor-Leste paga o alojamento e alimentação destes profissionais.

Capital Menor

O Governo continuará a renovar anualmente a sua frota de carros e motorizadas. É essencial que o Governo disponha de veículos em boas condições para poder prestar serviços às pessoas nas comunidades, particularmente em áreas rurais e remotas.

Em 2008 o Governo iniciou este processo com a compra de 50 veículos para uso do Governo. No período de 2009 a 2012, o Governo irá comprar pelo menos 50 veículos motores padrão e 200 motorizadas padrão.

Isto incluirá veículos especializados, tais como:

- Veículos pesados;
- Veículos agrícolas, por exemplo tractores;
- Veículos militares;
- Veículos policiais; e
- Ambulâncias

Durante este período o Governo começará também a alienar parte da sua frota. O Governo alienará veículos mais antigos que sejam dispendiosos de manter e que não sejam eficazes no que diz respeito a ajudar o Governo na prestação de serviços ao povo.

A médio prazo esta política permitirá ao Governo controlar os custos com a manutenção e combustível de veículos motores.

A distribuição da frota entre Ministérios e Secretarias de Estado será baseada nos requisitos de serviço. O uso de carros do Governo será baseado na recente política sobre uso de veículos motores, acordada pelo Governo em 2008.

O Governo continuará a comprar computadores e computadores portáteis a nível central, distribuindo-os então pelos Ministérios. Esta medida garantirá consistência em termos de marcas e software. Isto permitirá ao Governo ter um perfil de hardware mais consistente, possibilitando reparações mais fáceis e abordagens mais consistentes em termos de formatação, controlo de vírus e aplicações de software.

Pagamentos de Transferências Públicas

Os pagamentos de transferências públicas são divididos em duas categorias: concessões públicas e pagamentos de benefícios pessoais.

As concessões públicas dizem respeito a pagamentos feitos pelo Estado a grupos organizados da sociedade civil. As concessões públicas são diferentes daquelas que são feitas sob bens e serviços. Sob a categoria de concessões públicas, o Estado concede uma verba para ajudar um grupo de pessoas a atingirem um certo objectivo, ao invés de comprar directamente um bem ou um serviço.

Pagamentos de benefícios pessoais são pagamentos de direitos a indivíduos, que podem ter a forma de uma pensão ou de um benefício de segurança social. Estes direitos são normalmente estipulados por lei.

Pensões

De presente existem três formas de pagamentos de benefícios pessoais previstas em Timor-Leste, nomeadamente:

- Subsídios para pessoas idosas e pessoas em situação vulnerável;
- Pensões para antigos titulares de cargos públicos; e
- Pensões para combatentes na luta pela libertação.

Quadro 7.7

Pagamentos de Benefícios Pessoais entre 2008 e 2012 ($m)

	2008 Estimativa	2009 Orçamento	2009 Projecção	2011 Projecção	2012 Projecção	Total 4 Anos
Pensões para Combatentes na Luta Pela Libertação	4	15	26	35	40	116
Subsídios aos Idosos e Vulneráveis	17	17	17	18	18	69
Pensões para Ex-Titulares e Membros do Governo	1	2	2	2	2	7
Total Pension Payments	22	33	44	54	59	192

Concessões Públicas

O Governo irá gastar mais de $62 milhões com concessões públicas em 2009. O Governo espera que este valor seja reduzido em 2010, à medida que se conclui o impacto dos programas para fazer regressar os deslocados internos aos seus lares.

Isto é mostrado no quadro 7.8, segundo a qual as concessões públicas em 2010 regressam a um nível perto dos 42.6 milhões.

Os resumos dos Ministérios individuais contêm mais detalhes sobre concessões públicas. Para lá disto, a Parte 3 – Perfil dos Distritos, fornece detalhes sobre concessões públicas por distrito.

Quadro 7.8

Concessões Públicas por Órgão entre 2009 e 2012 ($'000)

	2009 Orçamento	2010 Projeção	2011 Projeção	2012 Projeção	Total 4 Anos
Presidente da República	-	-	-	-	-
Parlamento Nacional	-	-	-	-	-
Primeiro Ministro e Presidência do Conselho de Ministros	6,000	6,000	6,000	6,000	24,000
Secretaria de Estado do Conselho de Ministros	-	-	-	-	-
Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto	1,836	1,883	1,929	1,978	7,626
Secretaria de Estado dos Recursos Naturais	1,000	1,500	1,500	2,000	6,000
Secretaria de Estado para a Política Energética	1,953	-	-	-	1,953
Secretaria de Estado Formação Profissional e Emprego	2,550	4,250	4,250	4,350	15,400
Secretaria de Estado da Promoção Igualdade	50	50	50	50	200
Comissão Para Funcão Publica	-	-	-	-	-
Ministério da Defesa e Segurança (Consolidado)	-	-	-	-	-
Ministério da Defesa e Segurança	-	-	-	-	-
Secretaria de Estado da Defesa	-	-	-	-	-
FALINTIL - Forças de Defesa de Timor-Leste	-	-	-	-	-
Secretaria de Estado da Seguranca	-	-	-	-	-
PNTL	-	-	-	-	-
Ministério dos Negócios Estrangeiros	1,000	-	-	-	1,000
Ministério das Finanças	-	-	-	-	-
Dotações para todo o Governo	-	-	-	-	-
Ministério da Justiça	-	-	-	-	-
Ministério da Saúde	-	-	-	-	-
Ministério da Educação	4,000	6,500	10,600	10,600	31,700
Ministério da Administração Estatal e Ord.Território	4,031	5,836	5,872	5,908	21,646
Ministério da Economia e do Desenvolvimento	1,500	1,080	1,080	780	4,440
Ministério da Solidariedade Social	37,340	14,426	4,784	5,110	61,660
Ministério das Infra-Estruturas	-	-	-	-	-
Ministério do Turismo, Comércio e Indústria	100	150	200	250	700
Ministério da Agricultura e Pescas	1,000	1,000	1,000	1,000	4,000
Tribunais	-	-	-	-	-
Procuradoria-Geral da República	-	-	-	-	-
Provedoria de Direitos Humanos e Justiça	-	-	-	-	-
Serviço Público de Radiodifusão de Timor-Leste	-	-	-	-	-
Comissão Nacional das Eleições	1,000	1,000	1,000	1,000	4,000
Comissão Contre Corrupção	-	-	-	-	-
Total	**63,360**	**43,675**	**38,265**	**39,026**	**184,325**

Capital de Desenvolvimento

O Governo anunciou que 2009 será o ano das infra-estruturas. De presente o plano de capital (contido no Anexo 4) mostra que o Governo pretende investir mais de $615.9 milhões no período entre 2009 e 2012. A principal actividade durante este período, com um custo de $365 milhões, refere-se ao programa para garantir um fornecimento de electricidade estável e fiável por todo o país. A provisão de electricidade estável e regular será essencial para desenvolver a indústria e para melhorar as vidas dos timorenses.

Timor-Leste irá construir duas centrais eléctricas, uma no norte do país e uma no sul. A central eléctrica a norte será localizada em Manatuto e terá uma capacidade de 120 MW, enquanto a central eléctrica a sul será localizada em Same e terá uma capacidade de 60 MW. Os calendários para a conclusão das instalações de Geração são faseados,

prevendo-se que em finais de 2009 esteja pronta uma capacidade de geração de 90 MW, com o restante a ficar pronto até finais de 2010.

Adicionalmente serão construídas dez estações transformadoras no País, mais concretamente em Díli, Baucau, Liquiçá, Manatuto, LosPalos, Viqueque, Same, Maliana, Suai e Bobonaro. Um total de 630 quilómetros de linhas aéreas de transmissão possibilitará também uma distribuição nacional. A actual central eléctrica de Díli será usada como reserva para garantir um fornecimento de electricidade a médio prazo.

O Governo irá também investir:

- $12 milhões em 103 escolas em 2009 e $14.8 milhões em 81 escolas em 2010;
- $16.2 milhões em estradas e pontes em 2009 e $11.1 milhões em 2010;
- $7.4 milhões em 62 instalações de saúde em 2009;
- $2.4 milhões em serviços de notariado nos distritos;
- $1.5 milhões no estabelecimento de instalações municipais em 2009 e $3.2 milhões em 2010;
- $5.6 milhões em projectos de melhoria da produtividade agrícola;
- $8.1 milhões em projectos de melhoria do ar e infra-estrutura portuária.
- $1.4 milhões em projectos de abastecimento de água;
- $21.3 milhões para a aquisição de barcos patrulha para a segurança marítima;
- $7.6 milhões para a construção de armazéns e silos para a segurança alimentar e distribuição Regional;
- $1.9 milhões para melhoria dos postos de segurança na fronteira.

Como resultado da reforma financeira para fechar obrigações pendentes de projectos dotados em anos anteriores até 28 de Fevereiro de 2009, existem alguns projectos que não serão capazes de concluir o pagamento de todas as actividades antes desta data. Uma vez que o financiamento a partir do orçamento anterior caducará e os fundos voltarão à conta do Tesouro, estes projectos irão requerer uma nova dotação de fundos para continuarem actividades ou finalizar pagamentos em 2009. Nos casos em que os projectos já arrancaram não será necessário voltar a dotar o orçamento original, bastando apenas os fundos para concluir o trabalho e / ou efectuar o pagamento de retenção final. O montante total das novas dotações no orçamento para 2009 é de $30.5 milhões em pagamentos de projectos, com $26.7 milhões em 2009 e $3.7 milhões em 2010.

As actividades de capital do Governo estão resumidas na tabela abaixo. Os detalhes desta lista são providenciados na secção referente a cada Ministério e no Anexo IV – Plano de Capital.

Quadro 7.9

Total Capital and Development by Ministry 2008 to 2012 ($,000)

	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Presidente da República	500	-	-	-	500
Parlamento Nacional	375	-	-	-	375
Gabinete do Primeiro Ministro	936	-	-	-	936
Secretaria de Estado do Conselho de Ministros	35	-	-	-	35
Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto	1,453	600	-	-	2,053
Secretaria de Estado Formação Profissional e Emprego	570	60	-	-	630
Ministério da Defesa e Segurança (Consolidado)	24,841	4,580	-	-	29,421
FALINTIL - FDTL	22,850	4,080	-	-	26,930
PNTL	1,991	500	-	-	2,491
Ministério dos Negócios Estrangeiros	-	430	-	-	430
Ministério das Finanças - Dotações para todo o Governo	1,950	2,500	450	-	4,900
Ministério da Justiça	5,358	3,482	1,500	1,000	11,340
Ministério da Saúde	7,479	2,452	-	-	9,931
Ministério da Educação	12,795	19,488	4,397	-	36,680
Ministério da Administração Estatal e Ord.Territóri	2,396	5,500	7,750	5,500	21,146
Ministério da Economia e do Desenvolvimento	881	389	355	33	1,658
Ministério da Solidariedade Social	2,227	424	444	-	3,095
Ministério das Infra-Estruturas	117,183	179,100	136,300	15,905	448,488
Ministério do Turismo, Comércio e Indústria	9,027	10,650	2,260	200	22,137
Ministério da Agricultura e Pescas	6,411	1,494	110	10	8,025
Procuradoria-Geral da República	438	182	-	-	620
Serviço Público de Radiodifusão de Timor-Leste	500	-	-	-	500
Comissão Nacional das Eleições	750	1,250	500	-	2,500
Total Sub Sector Estado	196,105	232,581	154,066	22,648	605,400
Administração de Aeroportos e Navegação Aérea de Timor Leste	60	-	-	-	60
Autoridade Portuaria de Timor-Leste	3,660	1,290	-	-	4,950
Electricidade de Timor-Leste	5,509	-	-	-	5,509
Total Agências Autónomos	**9,229**	**1,290**	**-**	**-**	**10,519**
Total de Capital de Desenvolvimento	**205,334**	**233,871**	**154,066**	**22,648**	**615,919**

Presidente da República

Os papéis e competências do Presidente da República estão delineados nos Artigos 85.º, 86.º e 87.º da Constituição da República Democrática de Timor-Leste, incluindo:

- Promulgar estatutos e ordenar a publicação de resoluções por parte do Parlamento Nacional;
- Nomear o Governo e o Primeiro-Ministro e outros titulares de cargos públicos;
- Exercer competências inerentes às funções de Comandante Supremo das Forças de Defesa; e
- Nomear e exonerar embaixadores, e receber cartas credenciais e acreditar representantes diplomáticos estrangeiros.

Quadro 7.10

Orçamento Geral do Estado ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	228	420	480	515	545	1,960
Bens e Serviços	3,859	3,780	5,051	5,727	6,193	20,751
Capital Minor	891	833	228	971	651	2,683
Transferências Públicas		-				-
Total Despesas Recorrentes	4,978	5,033	5,759	7,213	7,389	25,394
Crescimento ao Ano Anterior		1.1%	14.4%	25.2%	2.4%	46.8%
Total Capital Desenvolvimento		500	-	-	-	500
Crescimento ao Ano Anterior		-	-100.0%			-100.0%
Total Orçamento Geral do Estado	**4,978**	**5,533**	**5,759**	**7,213**	**7,389**	**25,894**
Crescimento ao Ano Anterior		11.1%	4.1%	25.2%	2.4%	33.5%

O total do financiamento estatal para o Gabinete do Presidente em 2009 será de $5.533 milhões, o que representa um aumento de 11.1 por cento desde 2008, a maior parte do qual se deve à finalização dos trabalhos no novo complexo presidencial. O financiamento recorrente é de $5.033 milhões, um aumento de 1.1 por cento desde 2008. O financiamento de salários irá aumentar $0.192 milhões, chegando aos $0.420 milhões, em parte como resultado do novo regime de carreira e do pagamento de horas extraordinárias, porém isto será compensado por reduções nos bens e serviços e capital menor. Os fundos de capital menor serão usados para equipamentos essenciais referentes ao Palácio Presidencial.

Quadro 7.11

Fundos confirmados a partir de outras fontes para a Presidência da República ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	1,336	2,061	-	-	-	2,061
Despesas Capital	-	-	-	-	-	-
Total Fundos Confirmados de Outros Fontes	1,336	2,061	-	-	-	2,061
Crescimento ao Ano Anterior		*54.3%*	*-100.0%*			*-100.0%*

Quadro 7.12

Orçamento de Fontes Combinadas para Presidência da República ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Fontes Combinadas						
Despesas Recorrentes	6,314	7,094	5,759	7,213	7,389	27,455
Crescimento ao Ano Anterior		12.4%	-18.8%	25.2%	2.4%	4.2%
Despesas Capital	-	500	-	-	-	500
Crescimento ao Ano Anterior			-100.0%			-100.0%
Total Fontes Combinadas	**6,314**	**7,594**	**5,759**	**7,213**	**7,389**	**27,955**
Crescimento ao Ano Anterior		20%	-24.2%	25.2%	2.4%	-2.7%

Quadro 7.13

Projectos de Capital de Desenvolvimento ($000)

Status	Projecto	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Novo	Finalização das Obras na Novo Complexo Presidencial	500	-	-	-	500
Total	**Presidente da República**	**500**	**-**	**-**	**-**	**500**

Pessoal

Quadro 7.14
Perfil de Funcionários

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Total Permanente	15	10	11	13	10	7	1	67
Total Temporario	8	1	2	1	2	3	3	20
Total Apontamento Politica	0	0	0	0	0	0	0	0
Total Funcionario	**23**	**11**	**13**	**14**	**12**	**10**	**4**	**87**

Quadro 7.15
Perfil de Gestão

Director Geral	1
Director Nacional	3
Director Distrital	-
Chefe Departemento	11
Chefe Secção	-
Total	**15**

Em 2009 o perfil de pessoal aprovado para o Gabinete do Presidente incluirá 67 funcionários permanentes, 20 funcionários temporários e nenhuma nomeação política. Este perfil inclui 15 posições de gestão. Mantém-se em curso o recrutamento de 18 posições permanentes e 13 posições temporárias, de modo a preencher a totalidade do perfil de pessoal do Gabinete do Presidente. Sob o novo regime de carreira a estrutura de gestão forma 17 por cento do total da força laboral aprovada.

Actividades de Fontes Combinadas

Quadro 7.16
Actividades administradas com o Governo ($000)

Projecto ou Programa	Doador	Agência Implementadora	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Presidência (estudo geológico e construção)	China	Ministério do Comércio, China	969	969	0	0	0	969
Assessor para a juventude	Noruega	Gabinete do Presidente	8	0	0	0	0	0
Apoio Institucional ao Gabinete do Presidente	Portugal	MNE, IPAD	159	161	0	0	0	161
Apoio à Presidência	PNUD	PNUD	200	931	0	0	0	931
	TOTAL	**0**	**1,336**	**2,061**	**0**	**0**	**0**	**2,061**

O levantamento geológico e a construção são relativos ao Palácio Presidencial. O apoio ao Gabinete do Presidente diz respeito ao apoio técnico no seio do gabinete.

Plano Anual de Acção

Programa	Metas	Objectivo	Resultado esperado
I. Actividades do Presidente da República			
Presidências Abertas (trimestral)	Entrar em contacto com a população de Timor-Leste. Conhecer as suas realidades, necessidades, sugestões e propostas. Promover a unidade nacional e a busca de consensos políticos em torno dos temas propostos para cada Presidência Aberta.	Visitas a 6 distritos de Timor-Leste ao longo do ano	Criar e/ou consolidar bases para garantir a continuidade no desenvolvimento das actividades da Presidência ao longo do mandato do Presidente da República.
Seminários Internacionais com o Alto Patrocínio do Presidente da República	Realização de Seminários de Internacionais para enriquecimento da sociedade de Timor-Leste. Promover um amplo consenso sobre os temas abordados.	Realização de Seminários com convidados Nacionais e Internacionais sobre temas de interesse para Timor-Leste.	Criar e/ou consolidar bases para garantir a continuidade no desenvolvimento das actividades da Presidência ao longo do mandato do Presidente da República.
Relações Internacionais, Relações Diplomáticas	Criação e desenvolvimento de boas Relações Diplomáticas com os países parceiros de Timor-Leste.	Deslocações Internacionais do Presidente da República Visitas de Altos dignitários a Timor-Leste.	Criar e/ou consolidar bases para garantir a continuidade no desenvolvimento das actividades da Presidência ao longo do mandato do Presidente da República.
Cerimónias oferecidas pelo Presidente da República	Dignificar a sociedade de Timor-Leste com Cerimónias dedicadas a distintas instituições e pessoas singulares e colectivas.	Cerimónias Oficiais, Títulos Honoríficos e Condecorações	Criar e/ou consolidar bases para garantir a continuidade no desenvolvimento das actividades da Presidência ao longo do mandato do Presidente da República.
Programa	Metas	Objectivo	Resultado esperado
Reuniões de Conselho de Estado (mensal)	O Conselho de Estado estar em condições de poder aconselhar o Presidente da República, assim como estar capacitado para se pronunciar sobre assuntos abrangidos pelas suas competências.	Reunir todos os Conselheiros do Conselho de Estado todos os meses como órgão de consulta do Presidente da República.	Criar e/ou consolidar bases para garantir a continuidade no desenvolvimento das actividades da Presidência ao longo do mandato do Presidente da República.
Reuniões de Conselho Superior de Defesa e Segurança (trimestral)	O Conselho Superior de Defesa e Segurança estar em condições de aconselhar o Presidente da República em matéria de defesa e segurança, assim como analisar e pronunciar-se sobre assuntos abrangidos pelas suas competências	Reunir todos os Conselheiros do Conselho de Defesa e Segurança cada três meses como órgão consultivo do Presidente da República.	Criar e/ou consolidar bases para garantir a continuidade no desenvolvimento das actividades da Presidência ao longo do mandato do Presidente da República.
Reuniões de Alto	Para tomadas de decisão, discussão e	Reunião do Presidente da	Criar e/ou consolidar bases para garantir a continuidade no

Nível para a Reforma e Desenvolvimento do Sector da Segurança (RDSS) (trimestral)	aprovação de propostas sobre a reforma e desenvolvimento do sector da segurança.	República com o Presidente do Parlamento Nacional e o Primeiro Ministro cada três meses para discutir questões relacionadas com o Sector da Segurança em Timor-Leste.	desenvolvimento das actividades da Presidência ao longo do mandato do Presidente da República.
Actividades de Agenda do Presidente Gabinete do Presidente da República	Garantir as actividades oficiais do Presidente da República interna e internacionalmente, assegurando a sua segurança pessoal, assim como o apoio e acompanhamento protocolar e de comunicação social.	Gestão de todas Actividades do Presidente da República	Criar e/ou consolidar bases para garantir a continuidade no desenvolvimento das actividades da Presidência ao longo do mandato do Presidente da República.
Programa	Metas	Objectivo	Resultado esperado
II. Assessoria Geral			
Assessoria para os Assuntos Políticos e Parlamentares	Recolha, análise e apresentação de informação e documentação relativa aos trabalhos do Parlamento Nacional, do Governo e da administração do Estado. Responder às solicitações do Presidente da República em questões de política interna e externa. Responder às solicitações do Presidente da República relativamente a questões de reconciliação nacional, no sentido da manutenção da paz e estabilidade em Timor-Leste	Apoiar o Presidente da República na consulta e informação de natureza política. Apoiar o Presidente da República no exercício das suas funções de garante da unidade do Estado.	Criar e/ou consolidar bases para garantir a continuidade no desenvolvimento das actividades da Presidência ao longo do mandato do Presidente da República.
Assessoria para as Relações Internacionais	Planeamento de deslocações Internacionais do Presidente da República. Planeamento de Visitas de Altos Dignitários a Timor-Leste. Apoio nas relações oficiais com outros Estados e Organizações Internacionais em Timor-Leste.	Apoiar o Presidente da República no âmbito das suas competências na Diplomacia e Relações Internacionais.	Criar e/ou consolidar bases para garantir a continuidade no desenvolvimento das actividades da Presidência ao longo do mandato do Presidente da República
Assessoria para os Assuntos Jurídicos e Constitucionais	Responder às solicitações do Presidente da República relativamente às questões jurídicas e constitucionais (promulgação de diplomas legislativos, resoluções do Parlamento Nacional, etc.)	Apoiar o Presidente da República no exercício das suas funções constitucionais na área legislativa, jurídica, constitucional.	Criar e/ou consolidar bases para garantir a continuidade no desenvolvimento das actividades da Presidência ao longo do mandato do Presidente da República.
Programa	Metas	Objectivo	Resultado esperado

Assessoria para a Sociedade Civil, Assuntos Económicos, Sociais e Culturais	Responder às solicitações do Presidente da República relativamente a questões como o bem-estar social, a economia, a cultura, o ordenamento do território, o ambiente, a saúde, as infra-estruturas, a educação e o desporto, tal como outros assuntos relevantes às competências constitucionais e à plataforma política do Presidente da República.	Apoiar o Presidente da República no exercício das suas funções de garante da unidade do Estado, em assuntos locais e Regionais nas áreas económica, social e cultural.	Criar e/ou consolidar bases para garantir a continuidade no desenvolvimento das actividades da Presidência ao longo do mandato do Presidente da República.
Assessoria Militar	Assessorar o Presidente da República da República em questões de Defesa e Segurança.	Apoiar o Presidente da República no exercício das suas funções enquanto Comandante Supremo das Forças Armadas de Timor-Leste	Criar e/ou consolidar bases para garantir a continuidade no desenvolvimento das actividades da Presidência ao longo do mandato do Presidente da República
Reforma e Desenvolvimento do Sector da Segurança	Liderar o processo de RDSS em articulação com as instituições da RDTL e as N.U. Responder às solicitações do Presidente da República relativamente a questões relacionadas com a R.D.S.S.	Apoiar o Presidente nas suas funções de membro do Comité de Alto Nível para a Reforma e Desenvolvimento do Sector da Segurança	Criar e/ou consolidar bases para garantir a continuidade no desenvolvimento das actividades da Presidência ao longo do mandato do Presidente da República
III. Serviços de Administração			
Direcção Administrativa	Garantir o bom funcionamento dos Serviços, Direcções e Departamentos da Presidência da República.	Garantir o apoio técnico, administrativo, financeiro, patrimonial, informativo e documental da Presidência da República.	Criar e/ou consolidar bases para garantir a continuidade no desenvolvimento das actividades da Presidência ao longo do mandato do Presidente da República.
Programa	Metas	Objectivo	Resultado esperado
Departamento de Finanças	Assegurar a resposta às necessidades da Presidência da República em matéria administrativa e financeira.	Assegurar os procedimentos Administrativos e financeiros adequados à organização e funcionamento da Presidência da República.	Criar e/ou consolidar bases para garantir a continuidade no desenvolvimento das actividades da Presidência ao longo do mandato do Presidente da República.
Departamento de Logística, Aquisições e Património	Assegurar a manutenção, aquisição de materiais, inventariação de bens e de património da Presidência da República. Assegurar a manutenção e bom funcionamento da Residência Oficial do Presidente da República.	Assegurar a administração, aquisição e conservação de bens e de património afecto à Presidência da República.	Criar e/ou consolidar bases para garantir a continuidade no desenvolvimento das actividades da Presidência ao longo do mandato do Presidente da República.
Departamento de Recursos Humanos	Garantir o bom funcionamento e a gestão de recursos humanos: formação, processos de avaliação, recrutamentos e	Assegurar a gestão de recursos humanos e a situação funcional do pessoal afecto à Presidência das	Criar e/ou consolidar bases para garantir a continuidade no desenvolvimento das actividades da Presidência ao longo do mandato

	contratações do pessoal da Presidência da República.	República	do Presidente da República.
Centro de Documentação, Informação e Arquivo	Assegurar o arquivo geral de todos os serviços da Presidência da República Criar um centro de documentação para consulta de funcionários da Presidência da República.	Assegurar a organização da documentação e arquivo.	Criar e/ou consolidar bases para garantir a continuidade no desenvolvimento das actividades da Presidência ao longo do mandato do Presidente da República.
Secção de Informática – IT	Concepção e manutenção de rede informática e bases de dados. Aquisição e actualização de material e programas informáticos.	Assegurar a gestão, manutenção e desenvolvimento das capacidades informáticas na Presidência da República.	Criar e/ou consolidar bases para garantir a continuidade no desenvolvimento das actividades da Presidência ao longo do mandato do Presidente da República.
PROGRAMAS	**METAS/GOALS**	**OBJECTIVOS**	**RESULTADO ESPERADO**
1. Assistência técnica ao Parlamento Nacional	1. Para assegurar ao Parlamento Nacional a viabilidade de informação, recursos técnicos e o auxílio para executar satisfatoriamente as recomendações dos relatórios de CAVR e CVA.	a) Para fornecer instituições segundo as exigências da Comissão A. b) Para facilitar grupos de trabalho para desenvolver o papel de conceptualizar o esboço da Legislação para opções no Parlamento sobre a nova Instituição. c) Dar submissão e sugestão necessárias e adicionais ao Parlamento para continuarem a aperfeiçoar o conceito da Legislação. d) Para fornecer sugestão detalhada à Comissão A sobre outras recomendações mais relevantes. e) facilitar consultas nacionais sobre o programa no Parlamento e outros departamentos, governamentais, comunidade ou partes de interesse – chave. f) Para fundar nova Instituição (no segundo semestre de 2009).	a) Reuniões regulares realizadas e relatório de progresso regulares sobre a implementação das recomendações de CAVR dadas ao Parlamento. b) Legislação sobre a Instituição nova ecretada pelo Parlamento. c) Legislação sobre o programa de reparações decreto pelo Parlamento. d) Uso do relatório de CAVR no sistema de Educação aprovado pelo Parlamento. e) As consultas gerais da comunidade concluídas por membros do comité A e por outros membros. f) O orçamento aprovado para a nova Instituição e seus elementos essenciais já preparados para o início em 2010.
2. Programa De Educação	2. Para assegurar o acesso à CAVR e ao CTF relatar para as interessadas partes chaves a fim de utilizar lições instruídas da história dos Timorenses.	a) Para obter fundos para o financiamento e a perícia para permitir o Ministério da Educação de desenvolver o currículo e recursos do professor baseados no material de CAVR na CVA.	a). 1000 cópias do capítulo da história em Chega impresso e distribuído aos professores. O pedido de financiamento submeteu-se ao módulo de história Internacional do

		b) Para ajudar à sociedade Timorense a aprender do nosso passado com a conduta de excursões guiadas da exposição e do Comarca de Chega. c) Para produzir um programa educacional semenal. d) Para aprofundar a compreensão dos Timorenses sobre o passado e da sociedade entre as Instituições Internacionais baseadas em Dili Timor Leste e no Estrangeiro. e) Para continuar a distribuir e socializar o material produziu em 2008. f) Para apresentar os CAVR relatam ao Governo e aos povos de Portugal. g) Para publicar uma edição portuguesa do relatório de CAVR para a distribuição em todo o Timor Leste e nos países de CPLP. h) Publicação de uma edição em inglês do relatório de CAVR para países que falam inglês.	doador e o piloto do nível da High School terminado. b). 50 excursões guiadas da exposição de Comarca e de Chega terminaram. c) 21 programas de rádio feitos e sua transmissão. d) 15 excursões focalizadas para Timor Oriental basearam as organizações internacionais terminadas. e) 29 centros de comunidade em todos os Distritos receberam o pacote de produtos novos de CAVR. f) O relatório de CAVR apresentou em três cidades em Portugal. g) As negociações terminaram com Português – editor da língua. i) As negociações terminaram com editora Inglesa.
3. Programa de Centro Documentação.	3. Programa do Centro Documentação: a) Para promover e facilitar o uso da comunidade da Biblioteca de CAVR, do Internet e das facilidades de pesquisa. b) Para assegurar a sustentabilidade a longo prazo do Centro de Documentação facilitando ao staff selecionado oportunidade para o seu desenvolvimento profissional. c) Para continuar a suportar os arquivos de CAVR e a colocação de arquivos concordados fora - numa Instituição segura e acessível.	a) Publicar actividades, serviçose a presença na Comarca. b) Identificar oportunidades no professional em Timor Leste, Indonesia ou outros sítios através do ***internship,*** registo no curso ou treinamento através de visitas de peritos em estudo. c) Continuar a fazer a digitalização aos arquivos ou cópias recebidas das secções para a Biblioteca Inglesa em Londres. d) Continuar a pesquisa sobre a Comarca no tempo de Portugal, Indonesia e Timor Leste para efeitos de publicação.	a) A tevê e o rádio têm os avisos da transmissão e o material relativo à promoção indicados no aeroporto e nos hotéis. b) Três cursos commpletos da equipa de funcionários no inglês e na documentação intensivas. c) Apoio completo de ***off – shore*** d) O documento original detalhado da pesquisa sobre a Comarca já terminado, também disponível no Web site e na Biblioteca. e) O material arquivístico a ser adicionado de duas fontes novas. f) A Biblioteca com 100 novos títulos. g) Muitos produtos da CAVR já incluindos nos

	d) Para terminar e tomar disponível a história detalhada da Comarca de Balide. e) Para desenvolver mais os arquivos de CAVR baseados em Chega! e recomendações da CVA. f) Para aumentar a colecção da biblioteca. g) Para continuar a alvejada distribuição de recursos de CAVR. h) Para realçar a gerência.	e) Para busca de material do arquivo de 1974 – 1999 em formato original ou fotocopiado. f) Busca ou oferta de livros (em diversas línguas), fotografia e outros materiais de Biblioteca. g) Continuar as actividades da Livraria. h) Participação na associação professional em Timor Leste e no Estrangeiro e estabelecer ligações com iguais centros noutros paises. i) Monitorização e fazer a Introdução sobre a lei do Arquivo. i) Garantia de segurança para Tais arquivos.	livros à venda através da Livraria. h) O Centro de Documentação como membro de ICA, Associação de Biblioteca de Timor Leste na rede de serviço memorial dos Direitos Humanos. i) Legislação sobre o arquivo do Parlamento. j) Sobre a segurança haverê revisão trimestral, limpeza trimestral das câmaras de ar condicionado, instalação de humidilier para estabilizar a humidade, faz-se arevisão trimestral para garantir o arquivo livre de insecticida e problema ambiental.
4. A manutenção, o desenvolvimento e o uso pela comunidade da local Comarca de Balide como herança**.**	a) Para fornecer Instituições e outras entradas segundo as exigências da Comissão A. b) Para facilitar grupos de trabalho para desenvolver um papel das opções para o Parlamento numa legislação nova da instituição e de esboço. c) Para facilitar a Assembleia com sugestões adicionais ao Parlamento num programa de aperfeiçoamento da legislação esboçada. d) Para fornecer entrada detalhada à Comissão A em suas outras recomendações e legislação de esboço relacionada. e) Para facilitar um programa de consultas nacionais para o Parlamento com Departamentos Governamentais, comunidade e outras partes interessadas chaves. f) Para estabelecer a instituição nova (no segundo semestre de 2009).	a) Para reparar e desenvolver o edifício, quintal e outras facilidades necessárias; b) Motivar outras organizações de igual compromisso, projecto e valorizar o treinamento, forum, seminário, envolvendo também hóspedes oradores e de filmagem.	a) Nova pintura na parte externa e interna do edificio. O cerco perimetral está completo, reparação do modelo do jardim, pela frente, estabelicimento de uma cafetaria para visitantes, sistema WC já está reparado, também o sistema telefónico. Internet. Internet funciona bem. b) Renovação de acordo com três organizações utilizadores do edificio da CAVR. Reunião regular com outros funcionários na Comarca.

Parlamento Nacional

Conforme definido na Constituição da República, o Parlamento Nacional é o órgão legislativo mais elevado da República, o órgão de representação política e o órgão que supervisiona a governação. As responsabilidades do Parlamento Nacional incluem:

- elaboração ou aprovação de legislação em resposta às prioridades nacionais;
- representação pluralista das aspirações polícias e sociais da sociedade timorense; e
- contribuição para a elaboração das políticas nacionais mais relevantes para o desenvolvimento do sistema democrático e de governação, da economia, da gestão dos recursos naturais, da cultura, da sociedade e da consolidação da unidade nacional, bem como para garantir uma governação transparente e responsável.

Quadro 7.17

Orçamento Geral do Estado ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	668	2,866	2,033	2,033	2,033	8,965
Bens e Serviços	4,471	5,525	6,343	6,659	7,204	25,731
Capital Minor	3,086	817	7,073	750	795	9,435
Transferências Públicas	-	-	-	-	-	-
Total Despesas Recorrentes	8,225	9,208	15,449	9,442	10,032	44,131
Crescimento ao Ano Interior		12.0%	67.8%	-38.9%	6.2%	8.9%
Total Capital Desenvolvimento	501	375	-	-	-	375
Crescimento ao Ano Interior		-25.1%	-100.0%	#DIV/0!	#DIV/0!	-100.0%
Total Orçamento Geral do Estado	**8,726**	**9,583**	**15,449**	**9,442**	**10,032**	**44,506**
Crescimento ao Ano Interior		9.8%	61.2%	-38.9%	6.2%	4.7%

O financiamento estatal em 2009 para o Parlamento Nacional será de $9.583 milhões, o que representa um aumento de 9.8 por cento em relação a 2008. O financiamento recorrente em 2009 é de $9.208 milhões, o que constitui um aumento de 12 por cento relativamente a 2008. O financiamento para salários aumentará de $0.668 milhões para $2.866 milhões devido ao recrutamento de funcionários adicionais e ao aumento dos salários dos parlamentares. A despesa com bens e serviços irá aumentar em resultado dos custos acrescidos com deslocações ao estrangeiro, bem como para permitir ao Parlamento contratar especialistas técnicos nacionais e internacionais para ajudarem as Comissões Parlamentares e prestarem serviços de secretariado adicionais. O capital menor sofrerá uma redução, dado que já foram comprados veículos e equipamentos em 2008.

Quadro 7.18

Fundos confirmados a partir de outras fontes ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	3,055	2,097	-	-	-	2,097
Despesas Capital	-	-	-	-	-	-
Total Fundos Confirmados de Outros Fontes	3,055	2,097	-	-	-	2,097

Quadro 7.19

Orçamento de Fontes Combinadas ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Fontes Combinadas						
Despesas Recorrentes	11,280	11,305	15,449	9,442	10,032	46,228
Crescimento ao Ano Interior		0.2%	36.7%	-38.9%	6.2%	-11.3%
Despesas Capital	501	375	-	-	-	375
Crescimento ao Ano Interior		-25.1%	-100.0%			-100.0%
Total Fontes Combinadas	**11,781**	**11,680**	**15,449**	**9,442**	**10,032**	**46,603**
Crescimento ao Ano Interior		-1%	32.3%	-38.9%	6.2%	-14.1%

Quadro 7.20

Projectos de Capital de Desenvolvimento ($000)

Status	Projecto	2009	2010	2011	2012	Total
Novo	Reabilitação da residência oficial do presidente do parlamento (segunda fase)	375		-	-	375
Total	**Parlamento Nacional**	**375**	**-**	**-**	**-**	**375**

Pessoal

Quadro 7.21

Perfil de Funcionários

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Total Permanente	22	25	22	16	17	26	-	128
Total Temporario	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Apontamento Politica	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Funcionario	**22**	**25**	**22**	**16**	**17**	**26**	**-**	**128**

Quadro 7.22

Perfil de Gestão

Director Geral	3
Director Nacional	-
Director Distrital	-
Chefe Departemento	-
Chefe Secção	-
Total	**3**

Em 2009 o perfil de pessoal aprovado para o Parlamento Nacional Presidente incluirá 128 funcionários permanentes, e nenhuma nomeação política. Este perfil inclui 3 posições de gestão. Mantém-se em curso o recrutamento de 12 posições permanete, de modo a preencher a totalidade do perfil de pessoal do Parlamento Nacional. Sob o novo regime de carreira a estrutura de gestão forma 2.3 por cento do total da força laboral aprovada.

Actividades de Fontes Combinadas

Quadro 7.23

Actividades administradas com o Governo ($000)

Projecto ou Programa	Doador	Agência Implementadora	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Liderança e comunicações	Austrália	Banco Mundial	478	221	0	0	0	221
Mulheres em posições de liderança e tomada de decisões	Austrália	Banco Mundial	177	89	0	0	0	89
Projecto parlamentar	PNUD (SIDA, Austrália, Noruega, Itália)	PNUD	2,400	1,787	0	0	0	1,787
Total			**3,055**	**2,097**	**0**	**0**	**0**	**2,097**

O Projecto de Fortalecimento do Parlamento, iniciado em 2003, foi prolongado por mais um ano, com um financiamento total de $6.5 milhões entre 2006 e 2008. Este projecto incide na capacitação institucional nas áreas estratégicas da gestão financeira, apoio legislativo, representação democrática, promoção da igualdade entre os géneros e desenvolvimento institucional do secretariado. O projecto será revisto em 2009, havendo a possibilidade de ser prolongado por mais 3 anos.

Plano Anual de Acção

Programa/Nome da Divisão	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/ Indicador de Desempenho
Parlamento Nacional- DEPUTADOS	• O Parlamento Nacional assegurará o cumprimento efectivo e adequado da sua função legislativa, de representação e fiscalização política da acção do Governo, contribuindo para o bom funcionamento da democracia e estabilidade social do País. • O Parlamento viabilizará o sistema multipartidário e o diálogo político sobre as ideias e projectos de sociedade. • O Parlamento interpretará de modo fiel o papel de instância de representação do povo e dos seus interesses	• Aprovar legislação relevante, bem elaborada e em tempo oportuno; • Contribuir para a consolidação de um sistema multipartidário e democrático através de um diálogo produtivo; • Servir de contra-poder à Presidência e ao Governo; • Estabelecer e manter uma comunicação e diálogo adequado, útil e eficaz entre as vários poderes do Estado, a fim de assegurar o respeito pela Constituição e pelas leis, a transparência na administração pública e a independência e imparcialidade do poder judiciário; • Manter-se aberto à sociedade e às suas organizações, promovendo a acessibilidade e a transparência do PN; • Preparar um plano estratégico para o desenvolvimento institucional do PN; • Prover o PN com os necessários recursos financeiros e humanos e de meios técnicos; • Implementar a nova Lei de Organização e Funcionamento da Administração Parlamentar (LOFAP); • Promover a melhoria das infraestruturas e instalações do PN, através do número de salas de trabalho, de reunião e formação. Iniciar a construção da nova sede do PN; • Aumentar a capacitação de Deputados e funcionários.	• O Parlamento tem capacidade para elaborar e aprovar legislação da sua própria competência e que reflictem as soluções para • as aspirações nacionais, de acordo com a as metas do desenvolvimento nacional; • O Parlamento tem melhores relações e cooperação com o Governo e outros órgãos do Estado; • O Parlamento fiscaliza efectivamente o Governo; • Excelente interacção entre os Deputados e o povo; • O Parlamento é acessível ao povo e reflecte as suas aspirações. O PN é transparente no que diz respeito às suas actividades e funcionamento; • O PN tem objectivos claros de desenvolvimento institucional e conduz as suas acções de acordo com uma estratégia de desenvolvimento pré-definida; • O Parlamento terá orçamento e os recursos financeiros suficientes e geridos de forma autónoma e prudente; • O PN tem uma melhor administração e funcionamento do Serviço Parlamentar; • O Parlamento tem instalações e infra-estruturas apropriadas para funcionar efectivamente; • Os Deputados, as Comissões e os funcionários têm melhor capacidade e competência para desempenhar as suas funções.

Gabinete do Presidente do Parlamento Nacional	• Representar condignamente o Parlamento Nacional a nível interno e externo; • Assegurar a coordenação e direcção eficaz e eficiente do Parlamento e do funcionamento dos seus órgãos; • Garantir a boa gestão administrativa, financeira, patrimonial e de recursos humanos do Parlamento Nacional, no uso das suas funções de Presidente do Conselho de Administração. • Promover, juntamente com a Mesa, a revisão do Regimento do PN. • Promover, juntamente com a Mesa, a revisão do sistema das comissões parlamentares permanentes. • Rever o regime de apoio às bancadas, de modo a melhorar o sistema ora em uso, de carácter transitório.	• Recrutar staff capacitado a dar resposta às necessidades de melhores serviços de apoio aso Presidente. • Melhorar os serviços de apoio ao Presidente do Parlamento, através de introdução de procedimentos e práticas adequadas. • Garantir a instalação e o funcionamento do Conselho de Administração, com vista a promover a melhoria dos mecanismos de decisão das medidas de gestão e acompanhamento da sua execução. • Assegurar, em geral, a implementação da nova Lei de Organização e Funcionamento da Administração Parlamentar (LOFAP).	• Gabinete do Presidente instituido e dotado de meios humanos, de acordo com a nova LOFAP. • Melhor coordenação e a comunicação entre o Presidente e os demais órgãos do PN e o Secretariado-Geral • Melhor capacidade de planeamento, decisão e execução dos assuntos parlamentares sob a responsabilidade do Presidente. • Implementação da LOFAP iniciada: órgãos instalados; cargos de chefia e direcção preenchidos; regulamentos de funcionamento adoptados; outras medidas de execução iniciadas.
Mesa do Parlamento Nacional	• Dotar os membros da Mesa do PN de pessoal de apoio, nos termos da LOFAP, de modo a poderem melhorar o seu desempenho no cumprimento das suas responsabilidades e competência regimentais. • Promover, juntamente com o Presidente, a revisão do Regimento do PN. • Promover, juntamente com o Presidente, a revisão do sistema das comissões parlamentares permanentes.	• Mesa do PN exerça mais efectiva e eficientemente a suas competências regimentais. • Mesa do PN assegure melhor planeamento (agenda e calendários), organização e funcionamento das sessões do Plenário e das Comissões. • Assegurar o registo, a transcrição e/ou a produção escrita dos sumários e actas das sessões do Plenário e das Comissões. • Melhorar a efectividade do funcionamento das sessões plenárias e das comissões, como resultado da revisão do regimento e do sistema das comissões	• Melhor comunicação e relação entre a Mesa e as Divisões da Direcção de Apoio Parlamentar, criada pela nova LOFAP. • Melhor planeamento, organização e funcionamento das sessões plenárias e das Comissões. • Melhor sistema de produção e publicação dos registos das sessões do Plenário e das Comissões. • As sessões plenárias e as comissões funcionam com maior frequência e normalidade
Deputados	• Os Deputados desempenham cabal e satisfatoriamente as suas funções e responsabilidades constitucionais e legais e beneficiam dos direitos e das prerrogativas associados às mesmas.	• Assegurar a participação plena e eficiente dos Deputados nas suas tarefas e responsabilidades enquanto membros do Parlamento Nacional. • Assegurar melhores condições e meios de trabalho aos Deputados; • Preparar e executar acções de capacitação já planeadas para 2009, nas áreas de anti-corrupção, e reconciliação e paz. • Elaborar e aprovar um Código de Ética para os deputados. • Assegurar um maior acesso a meios de informática e tecnologia de informação. • Dotar os Deputados de serviços especializados de informação e pesquisa	• Os deputados cumprem o seu papel e as suas resposabilidades de modo satisfatório; • Os deputados contribuem de modo decisivo para o desempenho positivo e responsável do Parlamento Nacional; • Os deputados beneficiam de serviços de apoio de informação e pesquisa e melhoram a sua intervenção em matéria de legislação e fiscalização do Governo.

Comissões Parlamentares Especializadas Permanentes	• Fortalecer as Comissões, através da adopção de planos de actividade e orçamentos próprios, para melhor cumprirem as suas competências em ordem a melhorar o seu desempenho em matéria de apreciação e exame das iniciativas legislativas, fiscalização da governação, aprovação e fiscalização da execução do orçamento. • Melhorar a compreensão, por parte dos membros das comissões, das políticas públicas e políticas legislativas das suas respectivas áreas de jurisdição. • Promover uma melhor compreensão do papel das comissões, organização e funcionamento, no desempenho das suas diferentes competências e poderes regimentais (legislação, fiscalização, participação do publico e da sociedade civil, organização de audiências públicas, visitas ao terreno, etc)	• Contribuir para a aprovação das leis em tempo oportuno e com qualidade. • Realizar efectiva fiscalização da acção do Governo, para garantir transparência e responsabilidade; • Exercer efectiva e eficiente supervisão e controle da execução das despesas públicas. • Melhorar a comunicação e a cooperação institucional com os demais órgãos do Estado em ordem a assegurar o desempenho efectivo das suas competências. • Funcionar como um dos canais de comunicação entre o PN e a sociedade civil e canal para viabilizar a contribuição da mesma na feitura das leis e debates das políticas públicas. • Garantir meios de transporte para as viagens aos distritos. • Melhorar a qualidade dos serviços prestados pelos funcionários de apoio às comissões; • Melhorar a execução dos planos de acção anual e orçamento das comissões	• Um melhor e mais efectivo funcionamento das Comissões especializadas Permanentes, nas suas funções legislativa, de fiscalização do Governo e controle da execução do Plano e do Orçamento do Estado; • Participação melhorada e mais visível da sociedade civil nas audiências públicas, seminários e conferências sobre iniciativas legislativas e nas discussões sobre o acompanhamento das actividades do Governo e outros órgãos do Estado (PGR, Provedoria).
Bancadas Parlamentares	• Rever o regime de apoio às bancadas, de modo a melhorar o sistema ora em uso, de carácter transitório • Melhorar as condições mínimas de apoio às bancadas, através da revisão do regime actual, transitório, de modo a permitir que as Bancadas Parlamentares cumprem satisfatoriamente o seu papel numa democracia parlamentar e multipartidária.	• Permitir que as Bancadas Parlamentares melhorem o seu desempenho no cumprimento do seu papel e exerçam mais efectivamente os seus poderes constitucionais, legais e regimentares, nomeadamente os de representação política, de participação nas actividades do PN (arts 14º, 26º, 49º, 52º do Regimento), de iniciativa legislativa (art 97º CR) e discussão e aprovação das leis e fiscalização da produção legislativa pelo Governo (art 98º da CR).	• As Bancadas Parlamentares estão dotadas de recursos humanos e outras condições mínimas de trabalho e dempenham melhor o seu papel constitucional e regimental.

Secretariado-Geral	• Melhorar: (a) o perfil, qualidade e motivação dos recursos humanos vis-a-vis às necessidades do Parlamento Nacional e investir na sua formação; (b) os sistemas e procedimentos, a organização e estrutura, a atitute e a ética profissionais; (c) os meios e as formas de comunicação com a sociedade e de educação cívica sobre a democracia parlamentar e o Parlamento Nacional; (d) os serviços de biblioteca, informação e pesquisa/análise prestados aos Deputados e Comissões; e) a qualidade e a eficiência dos meios e da tecnologia de comunicação e informação; • Por forma a elevar consideravelmente a qualidade e prontidão dos serviços prestados aos Deputados e Comissões. • Implementar a nova Lei de Organização e Funcionamento da Administração Parlamentar (LOFAP) • Iniciar a elaboração de um Plano Estratégico do Secretariado-Geral em consonância com o Plano Estratégico do Parlamento Nacional.	<u>(a) Recursos Humanos e Formação</u>: os principais objectivos são: •Preparar o novo quadro de pessoal, carreira e salários. •Desenvolver a estrutura dos cargos e descrição de tarefas e responsabilidades do pessoal do Serviço Parlamentar. •Desenvolver e iniciar a implementação um Plano de Formação e Aperfeiçoamento para todos os funcionários. •Elaborar e implementar um programa de avaliação de desempenho do pessoal e desenvolvimento individual de capacidades. <u>(b) Sistemas e Procedimentos, Organização e Estrutura</u> •Reforçar e assegurar a efectiva implementação do sistema de coordenação e supervisão do desempenho dos Serviços e execução dos seus Planos de Acção; •Propor ao Conselho de Administração os regulamentos de execução da nova LOFAP, nomeadamente sobre competência das Divisões, relacionamento e coordenação entre os serviços do Secretariado-Geral. •Preparar e propôr um processo de elaboração, aprovação e monitorização da execução do plano e do orçamento do PN; <u>(c) Comunicação com a Sociedade e Educação Cívica</u> •Elaborar e propor de uma estratégia de comunicação para o Parlamento Nacional (Outreach Strategy) •Produção de brochuras, posters, jogos educativos para utilização pelas escolas e comunidades; •Publicação nos jornais locais de informação semanal sobre a actividade do PN; •Concepção e execução de acções de formação para jornalistas acreditados junto ao PN; •Prosseguir no desenvolvimento de uma rede de informação radiofónica em parceria com as rádios comunitárias; <u>(d) Biblioteca, Informação e Pesquisa</u> •Acompanhar e apoiar a implementação do Projecto da Biblioteca e Pesquisa, promovido pela HDAC (House Democracy Assistance Committee, US Congress) e The Asia Foundation •Acompanhar e apoiar a implementação do Projecto do Gabinete de Serviços Técnicos de Pesquisa, promovido em conjunto com UNDP •Iniciar a concepção de um boletim de informação do PN e do jornal oficial do PN; <u>(e) Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC)</u> •Diagnosticar necessidades e implementar um programa de desenvolvimento de curto prazo (1 ano), que inclui a substituição de material obsoleto, reforço de infraestruturas de TI, melhorar a autonomia e qualidade de acesso à internet, assegurar que o PN usufrui dos padrões básicos de acesso e uso de internet; •Produzir um plano de desenvolvimento do sector da TIC do PN de médio prazo (3/4 anos) •Melhorar o acesso por parte dos Deputados à Tecnologia da Informação e Comunicação. •Os equipamentos previstos em **capital Menor** destinam-se a: 1) Equipamento Informático: a) Introduzir tecnologia *wireless*, poupando em cabos e	• Um Secretariado-Geral melhor organizado e estruturado, dotado de quadros com perfil, qualificação e formação adequada às profissões e funções parlamentares, • Um Secretariado-Geral dotado de, sistemas e procedimentos, que lhe permitam desempenhar a contento as suas funções de prestação de apoio e serviço técnico, eficaz, em tempo oportuno e com qualidade aceitável, às actividades dos Deputados e Comissões. • Iniciada a implementação da nova Lei de Organização e Funcionamento da Administração Parlamentar (LOFAP), através da implantação das suas unidades orgânicas e adoção dos regulamentos necessários. • Preparação do Plano estratégico do Secretariado-Geral iniciado. • Plano Anual de Actividades 2009 proposto e implementado. • Iniciar a preparação dos planos anuais de actividades das Divisões e das Direcções.

Novo Edifício do Parlamento Nacional	• Um edifício novo do PN dotado de todos os requisitos e qualidades adequadas às exigências de sede de um órgão legislativo nacional, considerando todas as suas necessidades estéticas funcionais, tecnológicas, de palco de representação política, de debate de ideias, de espaço aberto ao povo, bem como de edifício de referência arquitectónica e de representação simbólica do orgulho nacional nos valores de uma sociedade democrática.	• Finalizar os estudos e a concepção arquitectónica; • Realizar estudos topográficos e geológicos no local designado para a construção • Preparar estudos financeiros • Preparar cadernos de encargo; • Lançar concursos.	• Desenho arquitectónico concluído e apresentado ao Plenário; • Estudos topografico, geológico e financeiro conccluídos • Cadernos de encargos preparados; • Concursos lançados e candidatos seleccionados.
Conselho Consultivo do Fundo Petrolífero (CCFP)	• Desenvolver capacidades internas, recursos, sistemas e procedimentos de gestão; • Desenvolver o conhecimento e a participação da sociedade civil e do público em geral; • Fortalecer a capacidade de realização de estudos e formulação de pareceres	<u>Desenvolvimentosd de Capacidades Internas</u> • Melhorar os conhecimentos do CCFP sobre o processo orçamental; • Ampliar os conhecimentos sobre experiências externas e realização de visitas de estudo a alguns países • Dotar o Secretariado de apropriados recursos humanos e materiais; • Implementar sistemas e procedimentos de administração e gestão financeira e outros; <u>Participação da Sociedade Civil e do Público</u> • Elevar o nível de conhecimento e de participação da sociedade civil e do público; • Realizar eventos de divulgação, informação e educação, através de reuniões, seminários, programas de TV e rádios, e workshops por todo o país; <u>Fortalecer a Capacidade de Assessoria</u> • Criar confiança por parte do PN e das suas Comissões dos estudos e opiniões do CCFP; • Desenvolver um sistema de avaliação de desempenho do Fundo Petrolífero; • Criar e implementar mecanismos de trocas de informação e contactos formais com diversas instituições pertinentes.	• Um CCFP melhor organizado e gerido, com recursos humanos apropriados e sistemas de gestão adequados; • Uma sociedade civil e público mais informados sobre as questões relacionadas com o Fundo Petrolífero e sua aplicação, e com maior capacidade de participação • Os membros do CCFP têm uma visão mais ampla e apurada do seu papel e estão dotados de melhor capacidade para formular opiniões e prestar melhor assessoria ao PN.

Gabinete do Primeiro-Ministro

O Primeiro-Ministro tem as suas próprias competências e outras que lhe são delegadas pela Constituição e pela lei, incluindo:

- liderar o Governo e presidir ao Conselho de Ministros;
- dirigir e orientar a política global do Governo e a acção governativa; e
- representar o Governo e o Conselho de Ministros nas suas relações com o Presidente da República e o Parlamento Nacional;

Quadro 7.24
Orçamento Geral do Estado ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	495	1,138	1,145	1,195	1,235	4,713
Bens e Serviços	2,396	4,628	4,784	4,992	5,056	19,460
Capital Minor	251	582	432	384	430	1,828
Transferências Públicas	48,000	6,000	-	-	-	6,000
Total Despesas Recorrentes	51,142	12,348	6,361	6,571	6,721	32,001
Crescimento ao Ano Interior		-75.9%	-48.5%	3.3%	2.3%	-45.6%
Total Capital Desenvolvimento	544	895	-	-	-	895
Crescimento ao Ano Interior		64.5%	-100.0%	#DIV/0!	#DIV/0!	-100.0%
Total Orçamento Geral do Estado	**51,686**	**13,243**	**6,361**	**6,571**	**6,721**	**32,896**
Crescimento ao Ano Interior		-74.4%	-52.0%	3.3%	2.3%	-49.2%

O financiamento total do Estado para o Gabinete do Primeiro-Ministro em 2009 será de $13.243 milhões, uma diminuição de 74.4 por cento desde 2008. O financiamento recorrente em 2009 será de $12.348 milhões, o que representa uma diminuição de 75.9 por cento relativamente a 2008.

A principal alteração no financiamento em 2009 prende-se com as concessões públicas administradas pelo Gabinete do Primeiro-Ministro, as quais irão diminuir $42.000 milhões no Orçamento do Estado para 2008, reflectindo o movimento do financiamento relativo aos deslocados internos para o Ministério da Solidariedade Social. Os salários aumentaram como resultado do novo regime de carreira, aumentos de pessoal e aumentos salariais para os Ministros. Os Bens e serviços aumentaram como resultado da política do Governo referente a assessores nacionais e internacionais. O capital menor abrange a compra de computadores. O capital e desenvolvimento destina-se à reabilitação da residência oficial do Primeiro-Ministro

Quadro 7.25

Fundos confirmados a partir de outras fontes para o Gabinete do Primeiro-Ministro ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	90	-	-	-	-	-
Despesas Capital	-	-	-	-	-	-
Total Fundos Confirmados de Outros Fo	90	-	-	-	-	-
Crescimento ao Ano Interior		*-100.0%*	*#DIV/0!*	*#DIV/0!*	*#DIV/0!*	*#DIV/0!*

Quadro 7.26

Orçamento de Fontes Combinadas para o Gabinete do Primeiro-Ministro ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Fontes Combinadas						
Despesas Recorrentes	51,232	12,348	6,361	6,571	6,721	32,001
Crescimento ao Ano Interior		-75.9%	-48.5%	3.3%	2.3%	-45.6%
Despesas Capital	544	895	-	-	-	895
Crescimento ao Ano Interior		64.5%	-100.0%	#DIV/0!	#DIV/0!	-100.0%
Total Fontes Combinadas	**51,776**	**13,243**	**6,361**	**6,571**	**6,721**	**32,896**
Crescimento ao Ano Interior		-74%	-52.0%	3.3%	2.3%	-49.2%

Quadro 7.27

Projectos de Capital de Desenvolvimento para o Gabinete do Primeiro-Ministro ($000)

Status	Projecto	2009	2010	2011	2012	Total
Novo	Construção de uma residência para o Vice Primeiro Ministro I	300	-	-	-	**300**
Novo	Construção de uma residência para o Vice Primeiro Ministro II	300	-	-	-	**300**
Reorçamentado	Obras de Reabilitação no Complexo de GPA	203	-	-	-	**203**
Reorçamentado	Construção da Estátua do Papa João Paulo II	92	-	-	-	**92**
Total	**Gabinete do Primeiro-Ministro**	**895**	**-**	**-**	**-**	**895**

Pessoal

Quadro 7.28

Perfil de Funcionários

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Total Permanente	3	7	33	36	26	14	2	121
Total Temporario	6	24	19	14	9	1	-	73
Total Apontamento Politica	-	3	-	3	6	6	3	21
Total Funcionario	**9**	**34**	**52**	**53**	**41**	**21**	**5**	**215**

Quadro 7.29

Perfil de Gestão

Director Geral	3
Director Nacional	5
Director Distrital	1
Chefe Departemento	12
Chefe Secção	17
Total	**38**

Em 2009 o perfil de pessoal aprovado para o Gabinete do Primeiro-Ministro incluirá 121 funcionários permanentes, 73 funcionários temporários e 21 nomeações políticas. Este perfil inclui 38 posições de gestão. Mantém-se em curso o recrutamento de 74 posições permanentes e 20 posições temporárias, de modo a preencher a totalidade do perfil de pessoal do Gabinete do Primeiro-Ministro. Sob o novo regime de carreira e sob a lei orgânica do Ministério, a estrutura de gestão forma 17.9 por cento do total da força laboral aprovada.

Actividades de Fontes Combinadas

Quadro 7.30

Actividades administradas com o Governo ($000)

Projecto ou Programa	Doador	Agência Implementadora	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Apoio institucional ao Gabinete do Primeiro-Ministro e ao Presidente	Portugal	Instituto Português do Desenvolvimento	81	0	0	0	0	0
Construção Institucio0l do Inspector-Geral (IDF)	Banco Mundial	Gabinete do Inspector-Geral	9	0	0	0	0	0
Doador			**90**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**

Não há actividades confirmadas de parceiros de desenvolvimento para 2009 ou no médio prazo.

Concessões Públicas

Assistência para Sociedade Civil

O Gabinete do Primeiro-Ministro irá administrar um programa de concessões públicas em 2009, com o intuito de prestar assistência directa a grupos da sociedade civil. Este programa foi iniciado pela primeira vez no Orçamento de Transição de 2007 e foi continuado no Orçamento para 2008, reconhecendo assim a importância dos serviços sociais prestados por organizações da sociedade civil por todo o País. Em 2009 o financiamento anual para este programa de concessões públicas aumentará de $5.0 milhões para $6.0 milhões, mantendo-se neste nível ao longo do período futuro estimado. Estes fundos irão apoiar organizações da sociedade civil na sua provisão de serviços essenciais, como sejam de educação, saúde e cuidados de emergência.

Quadro 7.31

Concessões Públicas 2008 até 2012 ($000)

	2009 Orçamento	2010 Projeção	2011 Projeção	2012 Projeção	Total 4 Anos
Gabinete do Primerio Ministro					
Assistência a Sociedade civil	6,000	6,000	6,000	6,000	**24,000**
Total	**6,000**	**6,000**	**6,000**	**6,000**	**24,000**

Plano Anual de Acção Gabinete do Primeiro Ministro

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
Unidade de Planeamento e Investimento Estratégico			
Implementação do Quadro Estratégico de Desenvolvimento Nacional (QEDN)	Coordenação, avaliação e monitorização da implementação dos projectos estratégicos definidos para responder às prioridades nacionais, determinados no QEDN, pelos quais todo o Governo será responsável, em coordenação interministerial.	Melhorar as condições de vida do Povo de Timor-Leste, de acordo com os compromissos e necessidades contidas na Visão 2020; nos Planos de Desenvolvimento Nacional e no Programa do IV Governo Constitucional, assegurando a definição e implementação de investimentos estratégicos para reduzir os obstáculos do desenvolvimento nacional.	• Criação de uma Unidade de Coordenação de Políticas e Implementação (UCPI), para assegurar que o Primeiro-Ministro e o Conselho de Ministros dispõem de toda a informação de que precisam para cumprir os compromissos do QEDN, incluindo a monitorização, identificação das barreiras e recomendações para acelerar a implementação dos programas – *A implementar até 31 de Janeiro*; • Criação de 12 Equipas de Apoio à Implementação nos Distritos (EAID), para garantir a coordenação e monitorização entre a UCPI e os distritos de forma a medir os progressos e os problemas na provisão de programas prioritários identificados, informando também todos os cidadãos dos respectivos distritos – *6 Unidades constituídas a 30 de Março em 6 distritos e as restantes 6 Unidades a 30 de Junho*.
Planeamento das Actividades do Governo	Melhorar a capacidade de planeamento e de coordenação entre o Programa do Governo e outros Planos de Desenvolvimento Nacional desenvolvidos pelo Governo e os Planos de Acção Anuais.	Eficácia e eficiência na coordenação das funções de planeamento do Governo de forma a: cumprir as prioridades definidas pelo Governo; melhor alocar as verbas no Orçamento Geral do Estado; melhorar a execução orçamental e melhorar a prestação de serviços à população – que no seu todo contribui para o desenvolvimento nacional sustentável.	• Coordenação, monitorização e análise dos Planos de Acção Anuais Sectoriais de forma a garantir a sua qualidade e concordância com as prioridades nacionais; • Entrega dos Planos de Acção Anuais nos prazos determinados para a submissão e alocação de verba para o Orçamento Geral do Estado.
	Melhorar a coordenação entre as prioridades definidas pelo Governo e as contribuições dos Parceiros de Desenvolvimento, em cooperação com a "Unidade de Eficácia da Ajuda" (Ministério das Finanças) e outras entidades relevantes.	Garantir o alinhamento de vontades e de apoio a Timor-Leste pelos Parceiros de Desenvolvimento, de acordo com as prioridades que o Governo definiu de forma a garantir uma adequada coordenação, essencial para garantir a eficácia da Ajuda ao desenvolvimento de Timor-Leste.	• Garantia que os Planos de Acção Anuais reflectem os projectos em cooperação bilateral e multilateral e respectivas fontes de contrapartida.
Produção dos Relatórios do Governo	Apresentação de relatórios de progresso do Governo ao Parlamento Nacional e sua disseminação pela população, através de um mecanismo de coordenação para a apresentação de relatórios sectoriais de progresso.	A fim de garantir uma melhor monitorização e avaliação da implementação das actividades programadas, medindo progressos e corrigindo lacunas, irão ser produzidos e divulgados relatórios de actividades do Governo.	• Produção de Relatórios trimestrais das actividades desenvolvidas pelo Governo a apresentar ao Parlamento Nacional e à população em geral; • Produção de Relatórios Anuais das actividades desenvolvidas pelo Governo a apresentar ao Parlamento Nacional, aos outros Órgãos de Soberania e à população em geral.
Direcção Geral – Serviços Corporativos do Gabinete do Primeiro-Ministro			
Serviços de administração/gestão do Gabinete do Primeiro Ministro	Providenciar apoio técnico, administrativo/ financeiro, logístico,	Garantir o bom funcionamento dos programas/actividades do Gabinete do	• Coordenação e apoio, de forma eficaz e eficiente, disponibilizados para todos os serviços de apoio directo

	patrimonial e de gestão documental e arquivo, assim como gestão de recursos humanos ao Gabinete do Primeiro-Ministro.	Primeiro-Ministro, segundo as prioridades definidas.	ao Primeiro-Ministro e aos respectivos departamentos e secções existentes no Gabinete do Primeiro-Ministro.
Secretariado de Apoio Directo ao Primeiro-Ministro			
Reestruturação e consolidação do Secretariado de Apoio do Primeiro-Ministro	Providenciar apoio e aconselhamento directo ao Primeiro-Ministro, de forma eficiente, efectiva, funcional e atempada.	Reestruturação da estrutura do Gabinete de Apoio directo, desenvolvendo mecanismos de coordenação e incorporando algumas unidades já existentes no Gabinete do PM, no Secretariado de Apoio Directo, para mais eficiência e suporte ao Primeiro-Ministro no cumprimento do seu mandato.	• Estabelecida uma estrutura funcional; • Unidade de Protocolo integrada no Secretariado de Apoio – Janeiro 09; • Recrutamento de 2 técnicos administrativo – Janeiro 09; • Manual de procedimentos produzido e formação sobre o mesmo - até Abril de 2009; • Realização de acções de formação – 4 vezes por ano; • Necessidades do Primeiro-Ministro, enquanto Chefe de Governo, colmatadas.
Providenciar apoio às visitas internas e internacionais do Primeiro-Ministro, de acordo com as necessidades de desenvolvimento nacional	Providenciar apoio protocolar, logístico e de segurança ao Primeiro-Ministro nas suas viagens oficiais	Garantir a existência de recursos e a preparação adequada das visitas – incluindo os procedimentos protocolares - para que as visitas oficias, no País e internacionais, sejam produtivas e de acordo com as necessidades nacionais.	• Visitas internacionais realizadas com sucesso (previsão de 15 países visitados); • Visitas aos distritos realizadas com sucesso (previsão de 25 visitas nacionais); • Procedimentos protocolares implementados e funcionários de protocolo treinados.
Coordenação entre o Gabinete do Primeiro-Ministro e os outros departamentos do Governo e órgãos do Estado, assim como outras agências não governamentais e agências internacionais	Eficiente e efectiva comunicação entre o Gabinete do Primeiro-Ministro e todos os outros órgãos do Governo e do Estado, e outras agências nacionais e internacionais.	Apoiar o Primeiro-Ministro na sua missão de Chefe de Governo, Presidente do Conselho de Ministros, dirigente da política nacional do Governo, assim como para o cumprimento da sua competência de informar o Presidente da República sobre os assuntos relativos à política interna e externa do Governo e outras funções atribuídas pela Constituição e pela Lei.	• Procedimentos instalados para os mecanismos de coordenação e comunicação entre todos os órgãos do Estado; • Funcionários e assessores recrutados e formados para apoiar e aconselhar o Primeiro-Ministro sobre as várias pastas governamentais; • Gestão da agenda (diária, mensal e anual) do Primeiro-Ministro; • Traduções de qualidade produzidas; • Relatórios e outras comunicações oficiais produzidos para serem distribuídos pelas instituições relevantes.
Assessoria Para a Comunicação Social			
Gerir, produzir, disseminar e arquivar informação relevante, através dos órgãos de Comunicação Social	Garantir mecanismos adequados de comunicação entre o Gabinete do Primeiro-Ministro e a Comunicação Social, com a dupla finalidade de informar a população das actividades do Gabinete do Primeiro-Ministro e providenciar informação ao Gabinete sobre a actualidade nacional e internacional.	Promover à população em geral informação relevante sobre as actividades do Primeiro-Ministro e do seu Gabinete, assim como informar Primeiro-Ministro e o seu Gabinete sobre as notícias relevantes a nível nacional e internacional.	• Divulgação dos comunicados, discursos e publicações oficiais do Primeiro-Ministro por todos os órgãos de comunicação social; • Distribuição diária da resenha das notícias publicadas, nacionais e internacionais, no Gabinete do Primeiro-Ministro; • Compilação e Arquivo de notícias relevantes; • Registo e arquivo audiovisual das actividades do Primeiro-Ministro; • Publicação de um boletim informativo (2 vezes por ano); • Alimentação do *website* do Governo, sobre as actividades do Primeiro-Ministro; • Criação do “Centro de Imprensa” para articulação com

			os jornalistas; • Funcionários da Assessoria para a Comunicação Social formados em línguas e tecnologias de informação (edição de texto e fotografias, áudio e vídeo) no Centro de Formação em Relações Públicas (no âmbito da SECM).
Assessoria Para a Sociedade Civil			
Parcerias entre o Governo e a Sociedade Civil para o desenvolvimento nacional	Desenvolver políticas, mecanismos, estratégias e metodologias para a consolidação de Parcerias entre o Governo e a Sociedade Civil.	Identificar os tipos, características e áreas de trabalho das organizações e instituições que compõem a Sociedade Civil em Timor-Leste, para o desenvolvimento de parcerias, incluindo as visões e missões das várias Organizações da Sociedade Civil nos vários sectores de desenvolvimento nacional.	• Encontro/"mesa redonda" para discussão sobre o conceito da Sociedade Civil em Timor-Leste - Janeiro; • Desenvolvimento de critérios para a classificação das Organizações da Sociedade Civil em Timor-Leste – até Abril de 2009; • Classificação das organizações da Sociedade Civil em Timor-Leste – até Julho de 2009; • Estabelecimento de uma base de dados com toda a informação relevante sobre as organizações da Sociedade Civil, concluída no final do ano.
	Fortalecer a capacidade institucional da Sociedade Civil	Identificar as formas e métodos de parceria já existentes entre as instituições do Estado e a Sociedade Civil e realização de estudos sobre as melhores práticas do Estado para fortalecer a intervenção da Sociedade Civil nos problemas nacionais.	• Consulta alargada para a identificação das necessidades; • Programas actuais identificados e formas de apoio para o fortalecimento institucional; • Identificação dos recursos disponíveis entre as organizações.
	Atribuir recursos e estabelecer programas de apoio para a consolidação da Sociedade Civil.	Garantir uma maior participação da Sociedade Civil no processo de desenvolvimento nacional, enquanto verdadeiros parceiros do Governo.	• Levantamento dos recursos necessários ao desenvolvimento da Sociedade Civil; • Apoiar na concessão dos recursos necessários ao desenvolvimento da Soc. Civil; • Estabelecimento de programas para o fortalecimento institucional;
Política sobre "Fundos para a Sociedade Civil"	Elaboração, aprovação e disseminação de uma "Política para a Atribuição de Fundos" para a Sociedade Civil.	Pesquisa, estudo e produção de modalidades para o Governo assistir as organizações/instituições da Sociedade Civil a implementarem projectos que contribuam para o desenvolvimento nacional.	• Elaboração de uma Política sobre "Fundos para a Sociedade Civil" – até final de Janeiro; • Aprovação da Política em Conselho de Ministros – Fevereiro; • Disseminação da Política entre os órgãos do Governo - Fevereiro; • Disseminação da Política entre a sociedade civil e a população em geral – Fevereiro;
Gestão da Atribuição de Fundos para a Sociedade Civil	Atribuição de fundos a projectos apresentados pelas organizações/instituições da Sociedade Civil.	Solicitar, receber e avaliar propostas que após análise e selecção, serão atribuídos fundos para a implementação de projectos com relevância nacional, com respectivo acompanhamento e monitorização.	• Solicitação, recepção e verificação de propostas – Jan/Jun; • Análise e selecção das propostas apresentadas – Jan/Jun; • Anúncio das propostas apresentadas – Fev/Jul; • Atribuição dos fundos – Fev/Jul; • Monitorização, acompanhamento, avaliação e reporte sobre a implementação dos projectos – durante todo o ano.
Diálogo entre o Governo e a Sociedade Civil	Estabelecimento de mecanismos de Diálogo frequente entre o Governo e a	Promover consulta alargada com a Sociedade Civil sobre temas de interesse nacional, de	• Realização de reuniões regulares com a sociedade civil;

	Sociedade Civil.	acordo com as melhores práticas estudadas para o efeito, de forma a garantir a participação activa da Sociedade Civil nas iniciativas do Governo e vice-versa.	• Estabelecimento de mecanismos de partilha de informação sobre as iniciativas do Governo e as da Sociedade Civil; • Publicação dos relatórios com os resultados dos encontros de diálogo.
Assessoria Para o Sector Privado, Pequenas e Médias Empresas			
Articulação com o Sector Privado, Pequenas e Médias Empresas	Desenvolvimento de mecanismos de comunicação e diálogo com o sector privado, no sentido de desenvolvimento económico do País, como verdadeiros parceiros do Governo.	Facilitar o desenvolvimento do sector privado, as pequenas e medias empresas, quer no que respeita a uma maior capacitação, quer no acesso aos serviços financeiros e mercados, através de mecanismos e procedimentos adequados.	• Encontros mensais com o sector privado; • Coordenação interministerial para dar resposta às necessidades, dúvidas e aspirações do Sector Privado.
Gabinete da Inspecção-Geral			
Inspecções	Inspeccionar as actividades do Governo realizadas nos Distritos.	Prevenir e garantir a observância das regras e padrões do Governo em suas actividades.	• 12 Inspecções realizadas nos distritos e Sub-Distritos; • 12 Relatórios de Inspecção.
Investigações	Investigar as reclamações sobre os actos na Administração Pública.	Melhorar/promover a transparência e responsabilidade na Administração Pública.	• 16 Actividades de investigação realizadas nas instituições da administração pública; • 16 Relatórios de investigação.
Auditoria	Verificar e analisar as legalidades das receitas e despesas públicas.	Melhorar/promover a transparência e responsabilidade na Administração Pública e assegurar a utilização apropriada dos recursos públicos.	• 4 Direcções de órgãos do Estado terão as suas contas auditadas; • 4 Relatórios de auditoria.
Prevenção e Educação	Prevenir actos de má gestão, irregularidades e corrupção através de actividades de disseminação e educação.	Aumentar o conhecimento e consciencialização dos funcionários públicos sobre as regras e procedimentos administrativos.	• 8 Actividades de disseminação realizadas ao nível nacional e distrital; • Relatórios de eventos de disseminação.
Formação de Recursos Humanos	Aumentar a capacidade dos funcionários do Gabinete do Inspector-Geral.	Aumentar a capacidade e profissionalismo do pessoal no desempenho das suas funções.	• 2 funcionários aceites no curso de mestrado na Indonésia (viagem realizada); • Seminário/Workshop sobre estratégia de combate à corrupção em Singapura /Indonésia, frequentado por 2 funcionários (viagem realizada); • Formação sobre auditoria na Malásia frequentado por 2 funcionários (viagem realizada); • Formação dos funcionários técnicos no GIG continuada – relatórios de formação produzidos.
Fortalecimento da capacidade institucional do Gabinete do Inspector-Geral	Aumentar a capacidade do Gabinete em desempenhar a sua missão.	Aumentar o quadro de pessoal e as estações de trabalho e um veículo necessários para a execução das suas funções.	• 18 funcionários recrutados, com respectivas estações de trabalho e um veículo.
Gabinete do Vice-Primeiro-Ministro			
Funcionamento do Gabinete do Vice Primeiro-Ministro –que coordena o Governo na ausência do Chefe do Governo	Apoiar directamente o Vice-Primeiro-Ministro no desempenho das suas funções.	Pessoal de apoio directo contratado e formado para um serviço de apoio mais eficiente e célere ao Vice-Primeiro-Ministro.	• 100% do pessoal necessário recrutado e formado e Gabinete funcional.
Coordenação com o Ministério da Solidariedade Social para a área dos Assuntos Sociais e coordenação interministerial no caso de desastres naturais	Coordenação interministerial adequada para supervisão e monitorização dos assuntos sociais e humanitários.	Assistir no desenvolvimento dos assuntos sociais e humanitários de forma transversal para o benefício de todas as comunidades, especialmente dos grupos mais vulneráveis.	• Realização de reuniões mensais com os Ministérios relevantes para a área dos Assuntos Sociais e questões humanitárias; • Relatórios mensais com os assuntos que têm que ser solucionados;

			• Divulgação dos problemas averiguados e solucionados.
Fiscalização das actividades nos Distritos e Sub-Distritos	Estabelecer contactos e assistir às necessidades sobretudo nas comunidades mais isoladas em cooperação com o Ministério da Administração Estatal e outros relevantes.	Responder às necessidades e aspirações do Povo, através de mecanismos eficazes de coordenação e cooperação.	• Assistir e fiscalizar as actividades nos distritos e Sub-Distritos; • Estabelecer contactos com as Comunidades nas áreas remotas.
Serviço Nacional de Inteligência			
Estruturação do SNI	Estabelecimento de um Gabinete funcional para o desempenho da missão do SNI.	Organizar um espaço físico adequado à missão a ser desempenhada pelo SNI, com um Director-Geral nomeado e restantes funcionários recrutados, mediante as suas orientações.	• Director-Geral nomeado e em funções; • Instalações e equipamento estruturados e a funcionar; • Funcionários recrutados.
Programa de Formação e Capacitação	Definição e implementação de uma estratégia de formação e capacitação dos técnicos que irão trabalhar no SNI, recorrendo se necessário a apoio externo de formação de países com a devida experiência nesta matéria.	Técnicos do SNI formados em recolha, análise e produção de informação que contribuam para a salvaguarda da independência nacional, bem como de outros interesses de segurança nacional, contribuindo para a prevenção de crises.	• Funcionários formados e capacitados; • Realização de Workshops e Seminários a nível nacional e no estrangeiro.
Procedimentos, Regulamentos e Planos de Actividades	Produção de um conjunto de documentos de apoio ao funcionamento interno do SNI, nomeadamente estratégias e procedimentos, assim como um plano de apoio externo.	SNI a funcionar com padrões de qualidade e usando as melhores práticas praticadas internacionalmente, de forma a ser um Serviço competente e de confiança para o Estado	• Estratégia e calendarização de actividades definidas; • Procedimentos e outros regulamentos internos definidos; • Plano de apoio externo definido.

Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

A Secretaria de Estado do Conselho de Ministros presta apoio judicial e consulta ao Conselho de Ministros e ao Primeiro-Ministro, incluindo coordenação dos procedimentos legislativos do Governo, prestação de apoio técnico e administrativo ao Conselho de Ministros, coordenação da implementação das decisões do Conselho de Ministros e garantia da publicação da legislação do Governo na gazeta oficial, o Jornal da República.

Quadro 7.32

Orçamento Geral do Estado para a Secretaria de Estado do Conselho de Ministros ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	137	243	243	243	243	972
Bens e Serviços	1,616	2,157	2,162	2,168	2,173	8,660
Capital Minor	126	540	540	540	540	2,160
Transferências Públicas	-	-	-	-	-	-
Total Despesas Recorrentes	1,879	2,940	2,945	2,951	2,956	11,792
Crescimento ao Ano Anterior		56.5%	0.2%	0.2%	0.2%	0.5%
Total Capital Desenvolvimento	300	35	-	-	-	35
Crescimento ao Ano Anterior		-88.3%	-100.0%			-100.0%
Total Orçamento Geral do Estado	**2,179**	**2,975**	**2,945**	**2,951**	**2,956**	**11,827**
Crescimento ao Ano Anterior		36.5%	-1.0%	0.2%	0.2%	-0.6%

O financiamento total do Estado para a Secretaria de Estado do Conselho de Ministros em 2009 será de $2.975 milhões, o que representa um aumento de 36.5 por cento em relação a 2008. O financiamento recorrente em 2009 será de $2.940 milhões, um aumento de 56.5 por cento desde 2008

O aumento verifica-se nas áreas de bens e serviços e capital menor. A categoria de Bens e Serviços aumentou devido à necessidade de melhorar os serviços técnicos, subsídios governamentais, despesas com a média e estabelecimento de um clube de imprensa (press club) para melhorar as comunicações do Governo. Verificou-se também um aumento na categoria de salários e vencimentos devido à implementação do Regime de Carreiras. No orçamento rectificativo de 2008, foi proposta a criação de uma Secretaria de Estado cuja responsabilidade seria de ligação com o Parlamento Nacional. Foi, subsequentemente, decido retirar vantagem da sinergia já existente na Secretaria de Estado do Conselho de Ministros que passará também a assumir responsabilidade de ligação com o Parlamento Nacional a partir de 2009. Este facto também contribui para o aumento que se verifica nas despesas com os funcionários e equipamento de escritório. Devido ao alargamento das competências da Secretaria de Estado foram transferidos alguns funcionários do Ministério da Administração Estatal para trabalharem nas áreas relacionadas com a média (rádio).

Quadro 7.33

Fundos confirmados a partir de outras fontes para a Secretaria de Estado do Conselho de Ministros ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	82	82	-	-	-	82
Despesas Capital	-	-	-	-	-	-
Total Fundos Confirmados de Outros Fontes	82	82	-	-	-	82
Crescimento ao Ano Interior		*0.0%*	*-100.0%*			*-100.0%*

Quadro 7.34

Orçamento de Fontes Combinadas para a Secretaria de Estado do Conselho de Ministros ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Fontes Combinadas						
Despesas Recorrentes	1,961	3,022	2,945	2,951	2,956	11,874
Crescimento ao Ano Interior		54.1%	-2.5%	0.2%	0.2%	-2.2%
Despesas Capital	300	35	-	-	-	35
Crescimento ao Ano Interior		-88.3%	-100.0%			-100.0%
Total Fontes Combinadas	**2,261**	**3,057**	**2,945**	**2,951**	**2,956**	**11,909**
Crescimento ao Ano Interior		35%	-3.7%	0.2%	0.2%	-3.3%

Quadro 7.35

Projectos de Capital de Desenvolvimento para a Secretaria de Estado do Conselho de Ministros ($000)

Status	Projecto	2009	2010	2011	2012	Total
Reorçamentado	Reabilitação de Residências para Membros do Governo	14	-	-	-	14
Reorçamentado	Reabilitação do Escritório da Anterior Secretaria de Estado para a Região 1	14	-	-	-	14
Reorçamentado	Reabilitação da residência para o Secretário de Estado	7	-	-	-	7
Total	**Secretaria de Estado do Conselho de Ministros**	**35**	**-**	**-**	**-**	**35**

Pessoal

Quadro 7.36

Perfil de Funcionários para a Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Total Permanente	-	3	4	7	10	3	1	**28**
Total Temporario	4	4	3	6	1	1	-	**19**
Total Apontamento Politica	-	1	1	1	-	2	1	**6**
Total Funcionario	**4**	**8**	**8**	**14**	**11**	**6**	**2**	**53**

Quadro 7.37

Perfil de Gestão

Director Geral	1
Director Nacional	2
Director Distrital	-
Chefe Departemento	3
Chefe Secção	-
Total	**6**

Em 2009 o perfil de pessoal aprovado para a Secretaria de Estado do Conselho de Ministros incluirá 28 funcionários permanentes, 19 funcionários temporários e 6 nomeações políticas. Este perfil inclui 6 posições de gestão. Mantém-se em curso o recrutamento de 11 posições permanentes e 2 posições temporárias, de modo a preencher a totalidade do perfil de pessoal da Secretaria de Estado do Conselho de Ministros. Sob o novo regime de carreira e sob a lei orgânica, a estrutura de gestão forma 11 por cento do total da força laboral aprovada.

Actividades de Fontes Combinadas

Quadro 7.38

Actividades Administradas pela Secretaria de Estado do Conselho de Ministros ($000)

Projecto ou Programa	Doador	Agência Implementadora	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Apoio institucional à Secretaria de Estado do Conselho de Ministros	Portugal	Instituto Português do Desenvolvimento	82	82	0	0	0	82
	Total		**82**	**82**	**0**	**0**	**0**	**82**

O financiamento dos parceiros de desenvolvimento é através de um programa institucional de Portugal que será completado em 2009. Não existem outras actividades confirmadas para o médio prazo. Os parceiros de desenvolvimento não financiam quaisquer actividades nesta área fora do Governo.

Plano Anual de Acção

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
Apoio ao Conselho de Ministros e Assistência Administrativa à SECM	Prestar Apoio técnico-administrativo ao Conselho de Ministros; Coordenar a implementação das decisões do Conselho de Ministros; Assegurar a publicação da legislação do Governo no Jornal da República; Representar o Conselho de Ministros e o Primeiro-Ministro, quando este assim decida, nas comissões especialmente criadas; e Garantir o cumprimento das regras e procedimentos do Conselho de Ministros.	Garantir a eficiência do apoio às reuniões do CdM e das actividades administrativas da SECM, garantindo a eficácia das suas funções e consolidação da imagem e comunicação do Governo - normalização do aspecto gráfico dos documentos e outros elementos emanados das estruturas do Estado (por motivos de segurança e credibilização dos documentos oficiais, dificultando ao máximo qualquer usurpação ou uso indevido dos mesmos).	• Qualidade, celeridade e produtividade das reuniões do Conselho de Ministros; • Número de reuniões do Conselho de Ministros (previsão 60 reuniões) e número de diplomas e projectos aprovados (previsão 300 diplomas discutidos); • Qualidade dos trabalhos produzidos e ausência de queixas quanto à falta de qualidade, celeridade e eficiência global da SECM; • Eficácia da comunicação, simplificação e estandardização de todos os suportes de trabalho.
Arquivo e Documentação	Assegurar o armazenamento e manutenção dos documentos originais dos projectos e diplomas legislativos, aprovados em Conselho de Ministros, assim como dos documentos áudio das reuniões do Conselho de Ministros dos Governos anteriores; e dos documentos que sejam testemunhas do trabalho desenvolvido ou que tenha tomado parte a Secretaria de Estado do Conselho de Ministros.	Estruturação, gestão e conservação do embrião que no futuro fará parte do património documental de Timor-Leste – iniciação da primeira fase de uma Biblioteca Jurídica.	• Memória institucional do Estado de Timor-Leste salvaguardada, para a população em geral e gerações vindouras; • Previsão de documentos tratados e arquivados 10.000 – uma vez que não existe um sistema de arquivo operacional actualmente, passarão pelo sistema de manutenção e inseridos no sistema de arquivo, todos os documentos na posse da SECM desde o I Governo Constitucional.
Tradução e Serviços Linguísticos	Traduzir ou acompanhar a tradução de diplomas legais ou outros documentos necessários à acção do Conselho de Ministros ou do Primeiro-Ministro; Dar apoio directo na tradução e preparação de documentos que são disseminados pela sociedade civil e instituições; Desenvolver uma base de dados terminológica nas áreas técnica e jurídica; Iniciar a padronização do tétum técnico e jurídico utilizado no Governo.	Tradução dos documentos submetidos ao Conselho de Ministros por todos os intervenientes no processo; Assistir tecnicamente a apresentação dos documentos para as línguas oficiais de acordo com a Constituição; Compreensão e alcance dos documentos disseminados pelos diferentes quadrantes da sociedade, Membros do Governo, Sociedade Civil, ONG's, Instituições e Comunidade Religiosa;	• Aumento da Celeridade e eficácia das reuniões do Conselho de Ministros; • Constitucionalidade dos documentos oficiais; • População informada, desenvolvimento de massa crítica e participativa no processo político nacional; • Concordância terminológica a nível governamental; • Previsão de documentos traduzidos 500.

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
		Garantir o desenvolvimento terminológico da língua tétum.	
Disseminação de Informação	Recolher e disseminar informações do programa e actividades do Governo.	Percepção por parte da sociedade do trabalho desenvolvido pelo Governo nas diferentes áreas e no seu todo, enquanto órgão receptor de opiniões e sugestões dos diferentes intervenientes da sociedade civil.	• População em geral e mais particularmente; jornalistas, organizações não governamentais e estudantes; • Número de pedidos de informação e número de visitas e pedidos de informação da Direcção de Disseminação de Informação.
Centro de Formação em Relações Públicas	Providenciar cursos e o apoio personalizado aos formandos para maior colaboração e cooperação com os parceiros dentro e fora dos Ministérios, em Díli e nos Distritos e assistir na elaboração de material de comunicação escrita e oral em tétum para a comunicação social e para as comunidades residentes nas áreas rurais - contratação de um perito especializado em consciencialização sobre a comunicação social e formação na área.	Continuação dos cursos para Técnicos de Comunicação nos Ministérios e Secretarias de Estado e implementação de acções de especialização em comunicação social para os Membros do Governo.	• Número de formandos que frequentem dos cursos vs número de técnicos formados no final dos cursos - previsão de formandos 20; • Número de Membros do Governo que participem nas acções de especialização – previsão de 49 Membros do Governo.
Protocolo com o *Press Club*	Publicação semanal de uma página, da responsabilidade do Governo - de notícias relativas à actividade governamental – e distribuição de exemplares dos Jornais abrangidos pelo protocolo: Suara Timor Lorosae, Jornal Nacional Diário, Jornal Nacional Semanário e Tempo Semanal, por todo o País.	Trata-se de uma medida que pretende permitir que a população residente em Díli e nos demais Distritos tenha acesso à informação em geral, particularmente, às actividades do Executivo, ao mesmo tempo que se contribui para o apoio e desenvolvimento financeiros da Imprensa.	• População em geral, entidades envolvidas nos projectos e Governo mais informados; • Imprensa com a compra fixa de uma percentagem da sua tiragem assegurada; • Número de jornais distribuídos e número de Distritos com acesso aos jornais; • Jornais distribuídos.
Programa de Rádio e Televisão	Programas com uma duração de 20 a 25 minutos em que a: Primeira parte: noticiário síntese da actividade governativa; Segunda parte: entrevista pré-gravada a um Membros do Governo ou responsáveis por entidades ou institutos governamentais. Terceira parte: respostas e perguntas dos ouvintes.	Divulgar as actividades e projectos do Governo através de programas, rádio e televisão, promovendo-se ao mesmo tempo a realização de programas modernos, dinâmicos e interactivos, em que os ouvintes e telespectadores serão convidados a apresentar questões que o Governo se comprometerá a responder.	• A população em geral beneficiará deste projecto, particularmente as pessoas que não saibam ler. • Número de ouvintes e telespectadores. • Como serão programas interactivos (as pessoas poderão telefonar e colocar questões), o número de chamadas telefónicas será um indicador – previsão de 48 programas.

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
Boletim Informativo	Publicação regular, de leitura rápida e fácil.	Divulgar as actividades e projectos do Governo através do Boletim Informativo.	• Número de boletins produzidos e distribuídos e número de Distritos, Sub-Distritos, Aldeias e Sucos que recebem o mesmo - previsão de 24 boletins;
Desenvolvimento e Apoio à Comunicação Social	Desenvolvimento de uma política e elaboração de projectos de regulamentação necessários na área de comunicação social. Dinamizar a criação de um Instituto de Formação de Jornalistas. Preparar um sistema de incentivos do Estado à comunicação social.	Elaborar e aprovar a Política Nacional para a Comunicação Social. Regulamentar a legislação aprovada pelo Parlamento Nacional na área da comunicação social. Apoiar, por meio de cedência de terrenos, concessão de subsídios ou mediação de acordos de cooperação com entidades estrangeiras, a criação de um Instituto privado de Formação de Jornalistas que garanta a transmissão de conhecimentos técnicos, linguísticos, de cultura geral e de deontologia profissional. Fomentar a evolução geral dos meios de comunicação social públicos e privados, através de incentivos à resolução dos problemas identificados por meio de uma recolha de dados organizada pela SECM.	• Consolidar a orientação do IV Governo Constitucional em matéria de comunicação social, em consonância com o Programa do Governo; • Assegurar uma regulamentação clara, célere e consensual da legislação aprovada pelo Parlamento Nacional na área da comunicação social, nomeadamente em matéria de direitos e deveres dos jornalistas e respectiva acreditação; • Recursos humanos qualificados e formados, vocacionados para o exercício da profissão jornalística; • Índices positivos de desempenho quer na defesa das línguas oficiais, o acesso à informação pelas populações, a modernização do equipamento e a formação em práticas de boa gestão empresarial.
Publicações	Publicações de apoio ao trabalho legislativo e aos projectos desenvolvidos pela Secretaria de Estado no âmbito da comunicação social e efectuar a compilação de legislação indonésia, enquanto legislação subsidiariamente aplicável, e distribui-la pelos agentes aplicadores do Direito.	Fomentar o conhecimento, da sociedade civil, dos projectos e competências dos diferentes Ministérios e Secretarias de Estado e esclarecer os agentes aplicadores do Direito sobre a legislação subsidiariamente aplicável.	• População informada e participativa e com igualdade de oportunidade de participar nos projectos e acções desenvolvidas e implementadas pelo Governo. • Número de compilações impressas e número de livros distribuídos – previsão de 5 publicações.
Apoio Jurídico e Processo Legislativo	Coordenar o procedimento legislativo no seio do Governo, assegurando a coerência e a harmonia jurídica dos actos legislativos aprovados em Conselho de Ministros, incluindo: a análise e preparação de diplomas legais e regulamentares, em coordenação com os Ministérios proponentes; assegurar os serviços de	Garantir a apresentação dos documentos para as línguas oficiais de acordo com a Constituição. Simplificação e adaptação dos diplomas apresentados à realidade nacional de modo a que os diplomas sejam compreendidos pelos diferentes	• Produção de diplomas legislativos harmonizados, em concordância com a realidade nacional e de aplicação mais fácil.

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
	contencioso da Presidência do Conselho de Ministros; responder, em colaboração com o Ministério da tutela, aos processos de fiscalização da constitucionalidade e da ilegalidade.	quadrantes da sociedade e a sua aplicação e/ou implementação seja agilizada. Estimular uma maior coordenação e interacção entre todos os juristas que trabalham sobre a tutela do Governo.	
Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
Serviços de administração/gestão da Secretaria de Estado	Providenciar apoio técnico, administrativo/ financeiro, logístico, patrimonial e de gestão documental e arquivo, assim como gestão de recursos humanos ao Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares.	Garantir o bom funcionamento dos programas/actividades da Secretaria de Estado, segundo as prioridades definidas.	• Coordenação e apoio, de forma eficaz e eficiente, disponibilizados para todos os serviços da Secretaria de Estado.
Consolidação do Secretariado de Apoio	Providenciar apoio e aconselhamento directo ao Secretário de Estado, de forma eficiente, efectiva, funcional e atempada.	Consolidação da estrutura da Secretaria de Estado, desenvolvendo mecanismos de coordenação quer a nível da SE quer entre esta e os outros Membros do Governo.	• Estabelecida uma estrutura funcional; • Procedimentos instalados e mecanismos de coordenação definidos; • Recrutamento e capacitação dos funcionários de acordo com o perfil aprovado;
Acompanhamento reforço das Relações Institucionais com o Parlamento Nacional	Eficiente e efectiva comunicação com o Parlamento Nacional e respectivas Bancadas, através da SE Assuntos Parlamentares, em cooperação com a SE Conselho de Ministros.	Reforçar a ligação e a cooperação entre o Parlamento Nacional e o Governo.	• Acompanhamento das Sessões Plenárias do Parlamento Nacional; • Canal de Comunicação entre o Governo e o Parlamento Nacional e respectivas Bancadas, estabelecido; • Governo representado sempre que assim for solicitado pelo Parlamento Nacional, nomeadamente nas Comissões; • Resposta mais atempada e eficiente às solicitações do PN, através de mecanismos mais eficientes de coordenação entre os dois Órgãos de Soberania.

Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto

A Secretaria de Estado da Juventude e Desporto tem por missão conceber, executar, coordenar e avaliar políticas definidas e aprovadas pelo Conselho de Ministros para as áreas da promoção do bem-estar e desenvolvimento dos jovens, educação física e desporto.

Panorama de Recursos para a Secretaria de Estado da Juventude e Desporto

Quadro 7.39

Orçamento Geral do Estado para a Secretaria de Estado da Juventude e Desporto ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	247	397	380	387	397	1,561
Bens e Serviços	790	552	561	579	590	2,282
Capital Minor	3	108	111	113	116	448
Transferências Públicas	1,950	1,836	1,882	1,929	1,977	7,624
Total Despesas Recorrentes	2,990	2,893	2,934	3,008	3,080	11,915
Crescimento ao Ano Anterior		-3.2%	1.4%	2.5%	2.4%	6.5%
Total Capital Desenvolvimento	300	1,453	600	-	-	2,053
Crescimento ao Ano Anterior		384.3%	-58.7%	-100.0%		-100.0%
Total Orçamento Geral do Estado	**3,290**	**4,346**	**3,534**	**3,008**	**3,080**	**13,968**
Crescimento ao Ano Anterior		32.1%	-18.7%	-14.9%	2.4%	-29.1%

O financiamento total para a Secretaria de Estado da Juventude e Desporto é de $4.346 milhões, o que representa um aumento de 32.1% em relação a 2008. O financiamento recorrente em 2009 é de $2.893 milhões, um decréscimo de 3.2% desde 2008

O financiamento para salários aumentará de $0.247 milhões para $0.397 milhões, em grande parte como resultado do novo regime de carreira. A principal diferença prende-se com o capital e desenvolvimento, que aumentou de modo a cobrir a construção de 13 campos de jogo e gabinetes. A redução nos bens e serviços deve-se a despesas operacionais e outros serviços diversos. O capital menor aumentou de forma a cobrir equipamento informático e mobiliário de escritório.

Quadro 7.40

Fundos confirmados a partir de outras fontes para a Secretaria de Estado da Juventude e Desporto ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	956	785	675	450	300	2,210
Despesas Capital	-	-	-	-	-	-
Total Fundos Confirmados de Outros Fontes	956	785	675	450	300	2,210
Crescimento ao Ano Interior		*-17.9%*	*-14.0%*	*-33.3%*	*-33.3%*	*-61.8%*

Quadro 7.41

Orçamento de Fontes Combinadas para a Secretaria de Estado da Juventude e Desporto ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Fontes Combinadas						
Despesas Recorrentes	3,946	3,678	3,609	3,458	3,380	14,125
Crescimento ao Ano Anterior		-6.8%	-1.9%	-4.2%	-2.3%	-8.1%
Despesas Capital	300	1,453	600	-	-	2,053
Crescimento ao Ano Anterior		384.3%	-58.7%	-100.0%		-100.0%
Total Fontes Combinadas	**4,246**	**5,131**	**4,209**	**3,458**	**3,380**	**16,178**
Crescimento ao Ano Anterior		21%	-18.0%	-17.8%	-2.3%	-34.1%

Quadro 7.42

Projectos de Capital

Status	Projecto	2009	2010	2011	2012	Total
Novo	Nova Instalação para a Sede do Secretariado de Juventude e Desporto	500	500	-	-	1,000
Novo	Construção de 13 Campos de Basquetebol e de Voleibol	900	100	-	-	1,000
Reorçamentado	Construção do Centro de Juventude (Same)	26	-	-	-	26
Reorçamentado	Construção de Instalações de Desporto (Pante Makasar)	19	-	-	-	19
Reorçamentado	Construção de Instalações de Desporto	8	-	-	-	8
Total	**Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto**	**1,453**	**600**	**-**	**-**	**2,053**

Pessoal para a Secretaria de Estado da Juventude e Desporto

Quadro 7.43

Perfil de Funcionários

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Total Permanente	-	-	5	22	4	4	-	35
Total Temporario	3	22	27	15	6	1	1	75
Total Apontamento Politica	-	1	1	1	-	2	1	6
Total Funcionario	**3**	**23**	**33**	**38**	**10**	**7**	**2**	**116**

Quadro 7.44

Perfil de Gestão

Director Geral	1
Director Nacional	6
Director Distrital	-
Chefe Departemento	23
Chefe Secção	-
Total	**30**

Em 2009 o perfil de pessoal aprovado para a Secretaria de Estado da Juventude e Desporto incluirá 35 funcionários permanentes, 75 funcionários temporários e 6 nomeações políticas. Este perfil inclui 30 posições de gestão. A Secretaria

de Estado tem o seu perfil de pessoal preenchido na totalidade. Sob o novo regime de carreira e sob a lei orgânica do Ministério, a estrutura de gestão forma 26 por cento do total da força laboral aprovada.

Actividades de Fontes Combinadas

Quadro 7.45

Actividades administradas com o Governo ($000)

Projecto ou Programa	PD	Instituição Implementadora.	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Fundo de Gestão de Conflitos	Alemanha	GTZ	0	75	675	450	300	1500
Adolescentes e Participação	UNICEF	SE da Juventude e Desporto, ME	956	710	0	0	0	710
Total			**956**	**785**	**675**	**450**	**300**	**2,210**

Em cooperação com a UNICEF, através dos Adolescentes e Participação, a Secretaria de Estado desenvolveu um estudo sobre centros de jovens em Timor-Leste e sobre a situação institucional da Secretaria de Estado da Juventude e Desporto. Serão dados mais passos no sentido de autonomizar os centros de jovens e criar um parlamento de jovens em 2009.

Programas de desenvolvimento da juventude e do desporto estão ainda a ser efectuadas directamente com ONG's de acordo com o quadro seguinte:

Quadro 7.46

Actividades administradas fora do Governo ($000)

Projecto ou Programa	PD	Instituição Implementadora	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Apoio através de ONGs								
Conferência de Jovens	Noruega	Bibi Bulak	336	0	0	0	0	0
Jovens pela Paz e Reconciliação em Timor-Leste (Y4A)	EUA	Mercy Corps	200	200	0	0	0	0
TOTAL			**536**	**200**	**0**	**0**	**0**	**200**

Concessões Públicas Administradas pela Secretaria de Estado da Juventude e Desporto

A Secretaria de Estado da Juventude e Desporto irá administrar 5 programas de transferência, com um valor total de $1.836 milhões em 2009. Estes incluem:

- Fundo de Desenvolvimento do Desporto entre os Jovens
- Fundo de Desenvolvimento das Artes entre os Jovens
- Actividades desportivas para os jovens a nível de distrito
- Actividades desportivas para os jovens a nível Regional

- Actividades desportivas para os jovens a nível nacional
- Apoio a organizações desportivas
- Parlamento dos Jovens
- Assistência a programas de criatividade para jovens

Fundo de Desenvolvimento do Desporto para a Juventude

O Fundo de Desenvolvimento do Desporto para a Juventude foi iniciado em 2008 com o intuito de encorajar os jovens a praticarem desporto. O desporto continua a ter um papel significativo nas vidas dos jovens em Timor-Leste, dando oportunidades em termos de melhoria da forma física, diversão, amizade e sentimento de pertença. O desporto também dá aos jovens timorenses capacidades de liderança e trabalho de equipa, melhorando a sua capacidade para trabalhar de perto com outros na concretização de objectivos. Líderes com estas características serão excelentes modelos para o futuro.

O Fundo de Desenvolvimento do Desporto entre os Jovens fornecerá concessões a ONGs e associações desportivas para as ajudar a organizar actividades desportivas entre jovens em todo o País. Inicialmente estava previsto que este projecto durasse dois anos, mas em face do elevado nível de apoio que obteve este fundo será agora prolongado por quatro anos, continuando a prestar um financiamento de $0.500m por ano. O dinheiro estará ligado à concretização de objectivos específicos.

Fundo de Desenvolvimento das Artes para a Juventude

O Fundo de Desenvolvimento das Artes para a Juventude foi iniciado em 2008 com o intuito de apoiar o desenvolvimento continuado da expressão artística, cultural e musical timorense. O programa é uma iniciativa a longo prazo. O financiamento em 2009 será de 0.15 milhões, aumentando ao longo dos próximos quatro anos de modo a resultar num total de $0.642 milhões. 2009 assistirá à continuação deste programa, de modo a permitir ao Fundo de Desenvolvimento das Artes entre os Jovens dar aos jovens oportunidades para desenvolverem formas de expressão positivas através da arte.

Serão fornecidas concessões a ONGs timorenses que prestam actualmente serviços de apoio a jovens artistas e músicos. Serão providenciadas concessões de $1.200 milhões ao longo de quatro anos, ligadas a objectivos específicos.

Actividades desportivas para os jovens para eventos regionais e nacionais

Este programa foi iniciado na revisão semestral do orçamento de 2008, tendo fornecido $0.5 milhões para a organização de actividades desportivas a nível de distrito, bem como para prestar assistência a jovens timorenses a fim de poderem competir em eventos desportivos a nível Regional e nacional. Isto faz parte do compromisso do Governo em assegurar que o desenvolvimento não incide apenas em Díli. Este programa dá oportunidades a todos os Timorenses para desenvolverem novas capacidades e representarem os seus distritos em eventos regionais e nacionais.

O programa será continuado nas estimativas futuras de 2009 a 2012, com um financiamento de $0.54 milhões em 2009, que aumentará no futuro de modo a providenciar um total de $2.243 milhões no período indicado. Estes fundos são discriminados a nível de distrito, regional e nacional.

Apoio a organizações desportivas

Este programa foi iniciado na revisão semestral do orçamento de 2008, tendo fornecido $0.5 milhões para ajudar organizações desportivas a administrar e organizar eventos desportivos em Timor-Leste. Este é um componente essencial do compromisso do Governo em fornecer oportunidades relativas a desporto para os jovens. O programa será continuado nas estimativas futuras de 2009 a 2012, com um financiamento de $0.296 milhões em 2009, que aumentará no futuro de modo a providenciar um total de $1.229 milhões no período indicado.

Parlamento dos Jovens

Este programa foi iniciado na revisão semestral do orçamento de 2008, tendo fornecido $0.25 milhões para preparar organizações de jovens e escolas para elegerem os seus representantes a nível de distrito e sub-distrito, de modo a expô-los ao funcionamento de uma democracia parlamentar durante as férias parlamentares. Em 2008 foi preparado um documento de conceito, sendo que em 2009 dever-se-á concluir um quadro legal e um mecanismo de operação, que irão estabelecer os princípios de selecção de membros, critérios e formação. O Parlamento dos Jovens terá início em 2009 e prolongar-se-á pelo futuro. Este programa irá tornar-se uma actividade corrente, com custos de $0.624 milhões no período estimado de 2009 a 2012.

Assistência a programas de criatividade para jovens

Este programa foi iniciado na revisão semestral do orçamento de 2008, tendo fornecido $0.15 milhões para apoiar iniciativas criativas de jovens. Este programa irá tornar-se uma actividade corrente, com custos de $0.83 milhões no período estimado de 2009 a 2012. Os fundos serão afectados para o apoio de iniciativas de jovens e para actividades relativas ao Dia Nacional da Juventude, a 12 de Novembro, bem como para preparar uma base de dados sobre diferentes grupos e organizações de jovens que realizem actividades nos 13 distritos.

Quadro 7.47

Concessões Públicas Administradas pela Secretaria de Estado da Juventude e Desporto ($000)

	2009 Orçamento	2010 Projeção	2011 Projeção	2012 Projeção	Total 4 Anos
Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto					
Fundo para Desenvolvimento de Desportos Juveneis	500	513	525	538	**2.076**
Fundo o Para Desenvolver Artes Juveneis	150	154	158	162	**624**
Atividades Desportistas para Jovens ao Nivel Distrital	294	302	309	317	**1.222**
Atividades Desportistas para Jovens ao Nivel Regional	100	103	105	108	**416**
Atividades Desportistas para Jovens ao Nivel Internacional	146	149	153	157	**605**
Apoio para Organizações de Desporto	296	303	311	319	**1.229**
Parlamento Juvenil	150	154	158	162	**624**
Assistência a programas de criatividade para Jovens	200	205	210	215	**830**
Total	**1.836**	**1.883**	**1.929**	**1.978**	**4.926**

Plano Anual de Acção

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
Direcção de Administração e Finanças			
Reajustamento e funcionamento da Direcção	Boa gestão institucional e eficiência no trabalho, incluindo sistema de aprovisionamento transparente e eficiente e formação dos funcionários.	Criação de um sistema de gestão interno para um funcionamento mais efectivo e maior capacidade e eficiência dos funcionários e serviços.	• Funcionários profissionais e de acordo com os procedimentos estabelecidos; • Aprovisionamento e compras eficientes e transparentes; • 10 funcionários em cada trimestre recebem formação.
Direcção da Política de Desenvolvimento			
Coordenação e cooperação institucional	Desenvolver programa intersectorial da juventude	Intervenção efectiva para resolver problemas e necessidades junto da juventude, minimizando a duplicação de serviços.	• Encontros regulares de 3 em 3 meses; • Implementação de programas envolvendo as diversas instituições.
Institucionalização de Fundos Nacionais para a Juventude	Desenvolvimento de um sistema de apoio à Juventude	Promover o desenvolvimento social e económico da juventude e comunidades locais e promover a participação activa da juventude no desenvolvimento local.	• Formação de um órgão administrador para o Fundo Nacional da Juventude com critérios estabelecidos de utilização; • Estabelecimento da gestão dos Fundos; • Facilitar a cooperação da juventude no desenvolvimento.
Política do Desporto	Desenvolver a orientação básica para o desporto nacional.	Promover o desenvolvimento profissional, desporto de alta competição, desporto educacional e desporto comunitário.	• Política de Desporto aprovada; • Estabelecimento de estruturas públicas e privadas.
Enquadramento Legal do desporto e Associações Juvenis	Estabelecimento do quadro legal da juventude e funcionamento do desporto	Regulamentar o funcionamento das organizações da juventude e desporto e utilidade pública do desporto	• Promulgação da Lei de Bases do Desporto; • Promulgação da Utilidade Pública; • Promulgação do diploma de Associações de Juventude.
Parlamento Juvenil	Enquadramento legal do funcionamento do Parlamento dos Jovens	Funcionamento das actividades do Parlamento Juvenil	• Promulgação da Lei de Bases do Parlamento Juvenil; • Edificação da Estrutura; • Envolvimento de 130 jovens de ambos os sexos em debates no problema da juventude.
Comissão Reguladora das Artes Marciais	Desenvolvimento da prática saudável das Artes Marciais	Funcionamento das actividades das artes marciais de acordo com o regulamentado.	• Ensino, aprendizagem e prática das artes marciais; • Abertura de centros, clubes ou escolas destinadas à prática de artes marciais; • Exibições públicas das actividades praticadas nesta modalidade.

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
Direcção Nacional da Juventude			
Sistema de dados sobre as Organizações de Juventude	Produção de uma Base de Dados de Organizações de Juventude.	Obtenção da quantidade e do tipo de organizações de juventude existentes em Timor-Leste, com as devidas referências ao papel que exercem no desenvolvimento da juventude.	• Sistema de Base de Dados estabelecido; • Caracterização da quantidade e tipo de Organizações de Juventude.
Formação em Cidadania	Prestação de conhecimentos à juventude em termos de deveres e direitos de cidadania.	Consciencialização da juventude das suas responsabilidades, direitos e deveres em 4 Centros de Juventude.	• Participação activa no desenvolvimento comunitário; • 250 Jovens com acesso ao conhecimento básico nas áreas da cidadania.
Promoção do voluntariado Juvenil	Promover o voluntariado juvenil, sobretudo em actividades comunitárias, através de apoio a iniciativas dos jovens.	Promoção do espírito voluntarista e de solidariedade, privilegiando as áreas de saneamento básico, preservação do ambiente e do património cultural e construção de infra-estruturas culturais e recreativas em Centros Comunitários.	• Iniciativas de apoio, dos Distritos aos Sub-Distritos.
Promoção do ambiente e saúde ambiental e alfabetização	Coordenação interministerial nas áreas referidas.	Cooperação para o desenvolvimento, nas áreas referidas, da juventude.	• Encontros regulares com os Ministérios relevantes; • Acordo e cooperação entre as partes para o desenvolvimento dos mesmos interesses.
Intercâmbio Juvenil	Acção conjunta entre a juventude a nível mundial.	Consolidar as relações entre os jovens, quer a nível nacional quer internacional, promovendo a cooperação internacional para projectos de intercâmbio	• Intercâmbio nacional e internacional realizado com a Austrália, Cuba e Indonésia.
Direcção Nacional da Educação Física e Desporto			
Capacitação de recursos humanos nas Federações Desportivas	Aumentar as capacidades das Federações e as suas responsabilidades para uma melhor gestão das federações e associações.	Elevar a capacidade de gestão institucional e financeira e fortalecer a cooperação internacional – para fomentar o desporto como prática saudável (física e social).	• Dirigentes das federações de desporto formados nas áreas de gestão e liderança; • Melhoria da gestão interna das federações; • Realização de 1 Conferência Nacional de Desporto em Díli.
Apoio às actividades desportivas internacionais	Participação de Timor-Leste nos eventos desportivos internacionais.	Promover as prestações desportivas dos atletas e assegurar a representação de Timor-Leste nos eventos internacionais.	• Participação de 5 modalidades nos eventos internacionais; • Participação em 3 eventos internacionais.
Apoio às actividades desportivas nacionais	Realização de eventos desportivos nacionais, promovendo a capacitação e preparação dos atletas.	Preparar e capacitar atletas para a participação em eventos desportivos, promovendo, por outro lado, uma melhor gestão e organização de eventos.	• 2 eventos desportivos realizados em todo o território; • Aumento do número de participantes em práticas desportivas; • Implementação dos eventos com sucesso

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
			e apresentação dos respectivos relatórios.
Festival de Desporto Escolar	Qualificar atletas através da promoção de festivais.	Capacitação de qualidades atléticas nos jovens e promover relações de harmonia entre a juventude, atletas e escolas, contribuindo também para a promoção de lazer entre os jovens e estudantes.	• Aumento do número de atletas na área do desporto escolar;
Direcção Nacional da Comunicação			
Comunicação e Publicações	Elevar a capacidade de comunicação para a disseminação de informação sobre as actividades da SEJD	Conhecimento público das actividades da SEJD para a promoção da participação da juventude nas actividades.	• Publicação mensal do "Lian Foin Sae"; • Programa de rádio nos Distritos em cooperação com a SECM.
Direcção de Arte e Cultura			
Formação e Promoção da Arte Tradicional Timorense	Desenvolver o conhecimento e competências dos jovens na área de artes tradicionais.	Promover a participação dos jovens em actividades relacionadas com as artes tradicionais de forma aumentar a "ocupação juvenil" ao mesmo tempo que se preserva a cultura nacional.	• Formação de 13 grupos em artes tradicionais (1 em cada distrito); • Apresentação de 2 Eventos de Artes Tradicionais no Estrangeiro; • Formação e capacitação a 250 jovens nas áreas de artes tradicionais.

Secretaria de Estado dos Recursos Naturais

A Secretaria de Estado dos Recursos Naturais é o principal órgão do Governo responsável pelos recursos minerais e naturais, incluindo petróleo e gás, bem como pelas actividades das indústrias mineira, petrolífera e química. O financiamento e as actividades planeados para a Secretaria de Estado em 2009 são indicados de seguida.

Panorama de Recursos para a Secretaria de Estado dos Recursos Naturais

Quadro 7.48

Orçamento Geral do Estado para a Secretaria de Estado dos Recursos Naturais ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	133	249	250	280	300	1,079
Bens e Serviços	2,784	2,125	2,200	2,300	2,400	9,025
Capital Minor	373	116	130	140	150	536
Transferências Públicas	-	1,000	1,500	1,500	2,000	6,000
Total Despesas Recorrentes	3,290	3,490	4,080	4,220	4,850	16,640
Crescimento ao Ano Interior		6.1%	16.9%	3.4%	14.9%	39.0%
Total Capital Desenvolvimento	1,249	-	-	-	-	-
Crescimento ao Ano Interior		-100.0%	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Total Orçamento Geral do Estado	**4,539**	**3,490**	**4,080**	**4,220**	**4,850**	**16,640**
Crescimento ao Ano Interior		-23.1%	16.9%	3.4%	14.9%	39.0%

O financiamento total para a Secretaria de Estado dos Recursos Naturais será de $3.490 milhões em 2009, uma diminuição de 23.1 por cento em relação ao orçamento do estado para 2008 no valor de $4.539 milhões. Esta diminuição deve-se a uma diminuição em capital de desenvolvimento para 2009, na sequência da conclusão do estabelecimento da Autoridade Nacional do Petróleo e da injecção de capital para o Consórcio de estudo da pipeline em 2008. O financiamento recorrente será de $3.490 milhões em 2009, um aumento de 6.1 por cento desde 2008. A principal diferença prende-se com um aumento nos pagamentos de transferências para bolsas de estudo sobre recursos naturais, compensado por diminuições nos bens e serviços e capital.

Quadro 7.49

Fundos confirmados a partir de outras fontes ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	2,847	3,818	3,845	2,182	727	10,572
Despesas Capital	-	-	-	-	-	-
Total Fundos Confirmados de Outros Fontes	2,847	3,818	3,845	2,182	727	10,572
Crescimento ao Ano Interior		*34.1%*	*0.7%*	*-43.3%*	*-66.7%*	*-81.0%*

Quadro 7.50

Orçamento de Fontes Combinadas para a Secretaria de Estado dos Recursos Naturais ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Fontes Combinadas						
Despesas Recorrentes	6,137	7,308	7,925	6,402	5,577	27,212
Crescimento ao Ano Interior		19.1%	8.4%	-19.2%	-12.9%	-23.7%
Despesas Capital	1,249	-	-	-	-	-
Crescimento ao Ano Interior		-100.0%	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Total Fontes Combinadas	**7,386**	**7,308**	**7,925**	**6,402**	**5,577**	**27,212**
Crescimento ao Ano Interior		-1%	8.4%	-19.2%	-12.9%	-23.7%

Pessoal para a Secretaria de Estado dos Recursos Naturais

Quadro 7.51

Perfil de Funcionários

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Total Permanente	-	1	3	7	4	3	-	18
Total Temporario	5	6	9	12	5	2	-	39
Total Apontamento Politica	-	1	1	1	-	2	1	6
Total Funcionario	**5**	**8**	**13**	**20**	**9**	**7**	**1**	**63**

Quadro 7.52

Perfil de Gestão

Director Geral	**1**
Director Nacional	**3**
Director Distrital	**-**
Chefe Departemento	**1**
Chefe Secção	**2**
Total	**7**

Em 2009 o perfil de pessoal aprovado para a Secretaria de Estado dos Recursos Naturais incluirá 18 funcionários permanentes, 39 funcionários temporários e 6 nomeações políticas. Este perfil inclui 7 posições de Gestão. A Secretaria de Estado dos Recursos Naturais tem o seu perfil de pessoal totalmente preenchido. Sob o novo regime de carreira e sob a lei orgânica do Ministério, a estrutura de gestão forma 11 por cento do total da força laboral aprovada.

Actividades de Fontes Combinadas

Quadro 7.53

Actividades administradas com o Governo ($000)

Projecto ou Programa	PD	Instituição Implement.	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Cooperação no Sector Petrolífero	Noruega	DPN	1,300	0	0	0	0	0
Petróleo para Desenvolvimento	Noruega	SE dos Recursos	1,495	3,818	3,845	2,182	727	10,572

Projecto ou Programa	PD	Instituição Implement.	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
		Naturais, Noruega						
Gestão Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais de Timor-Leste	PNUD	PNUD	52	0	0	0	0	0
	TOTAL		**2,847**	**3,818**	**3,845**	**2,182**	**727**	**10,572**

Em 2009 as actividades da Secretaria de Estado dos Recursos Naturais serão apoiadas por um programa único da Noruega referente à gestão dos recursos petrolíferos do petróleo, com o valor de $3.818 milhões. Este programa continua a médio prazo – fornecendo financiamento até 2012. Não existem quaisquer outros programas confirmados de parceiros de desenvolvimento a trabalhar na Secretaria de Estado durante este período.

De presente não existem quaisquer programas de parceiros de desenvolvimento prestados com ONGs ou grupos comunitários neste sector entre 2009 e 2012.

Concessões Públicas Administradas pela Secretaria de Estado dos Recursos Naturais

A Secretaria de Estado dos Recursos Naturais irá administrar um programa de transferência, num total de $1 milhão em 2009.

Bolsas de Estudo sobre Recursos Naturais

Este programa é uma nova iniciativa que visa fornecer bolsas de estudo a timorenses para concluírem estudos universitários avançados em vários aspectos do sector do petróleo e do gás, tais como a geologia, os recursos naturais, a economia e a gestão financeira. Esta formação faz parte do programa de recursos humanos do Governo para estabelecer as bases de um forte sector de petróleo e gás em Timor-Leste, de modo a assegurar o crescimento e a prosperidade nacionais. Pelo menos 100 alunos serão enviados para a Indonésia e para a Austrália em 2009. Estes números aumentarão no futuro. Em 2009 será fornecido um financiamento de $1 milhão, o qual aumentará para $1.5 milhões em 2010 e 2011 e para $2 milhões em 2012.

Quadro 7.54

Concessões Públicas Administradas pela Secretaria de Estado dos Recursos Naturais (000)

Secretaria de Estado dos Recursos Naturais	2009 Orçamento	2010 Projeção	2011 Projeção	2012 Projeção	Total 4 Anos
Bolsas de Estudo	1,000	1,500	1,500	2,000	**6,000**
Total	**1,000**	**1,500**	**1,500**	**2,000**	**6,000**

Plano Anual de Acção

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
Gabinete de Apoio do Secretário de Estado dos Recursos Naturais			
Apoio de Serviços à Administração do Gabinete	Apoio efectivo na área de administração – correspondência e comunicação – ao Secretariado de Estado	O Secretário de Estado é totalmente apoiado para a melhor decisão e execução das políticas e programas.	• Melhor funcionamento do Gabinete para melhor apoiar o Secretariado de Estado e contribuir para o desenvolvimento nacional.
Recrutamento adicional (temporário) de funcionários para preenchimento das posições existentes no Gabinete	Estabelecimento de uma equipa completa no Gabinete para apoiar os serviços do Secretariado.	Assegurar o número de funcionários suficientes para melhor execução de programas e funções.	• 100% das vagas para funcionários temporários preenchidas em meados de 2009.
Serviços de Coordenação e informação com os directores	Monitorização contínua dos serviços de comunicação a todas as direcções da Secretaria de Estado para actualização constante da política dos serviços e técnicas a implementar.	Melhorar o controlo e conhecimento do Secretário de Estado sobre a implementação da política e decisão pelas direcções.	• Todas as decisões importantes são do conhecimento do Secretário de Estado
Direcção Nacional de Administração e Finanças			
Recursos Humanos	Desenvolvimento de Recursos Humanos no sector do Petróleo, Geologia, Contabilidade e Língua Inglesa.	Gerir e administrar com profissionalismos a riqueza (recursos naturais) de Timor-Leste	• Bolsas de estudo atribuídas aos estudantes finalistas da escola secundária (IPA) para 25 bolsas na Austrália e continuar com o apoio de 4 bolsas na Indonésia; • Funcionários da SERN formados nas áreas de administração, finanças e língua inglesa.
Comunicação	Informação pública sobre a política do Governo relativamente à área de recursos naturais.	Informar o público sobre os processos de desenvolvimento nos sectores de petróleo, gás e minerais de Timor-Leste, através da realização de Seminários, Workshops e Informação Pública e distribuição de folhetos e brochuras.	• 60% da população informada sobre o processo de desenvolvimento dos recursos naturais em Timor-Leste (prevê-se que em 2010 chegue aos 100%)
Tecnologias da Informação	Criar e assegurar a manutenção dos planos da informação sobre a tecnologia da SERN.	Criação de informação e tecnologia relevantes em cada Direcção da SERN para responder aos problemas técnicos que venham a surgir.	• 80% dos funcionários da SERN têm acesso a equipamentos modernos e eficientes.
Logística	Atender e apoiar as Direcções da SERN quer em termos de equipamentos, quer de mobiliários e materiais de escritório.	Satisfazer todos os pedidos das Direcções para a criação de um bom ambiente de trabalho.	• 80% de suporte logístico.
Direcção Nacional de Geologia e Mineral			
Desenvolvimento de Recursos	Todos os funcionários têm acesso a	Aumento de competências de 80% dos	• Funcionários formados na área de exploração

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
Humanos	formação específica.	funcionários, de acordo com os seus Termos de Referência.	mineral; • Inspector formado na área de minerais; • Funcionários (oficiais das finanças) formados em gestão e finanças;
Desenvolvimento institucional	Preenchimento das lacunas institucionais e aquisição de bens para o funcionamento do Laboratório de Geologia na Inspecção de Minerais nos Distritos.	Maior autoridade da DNGM para a implementação do seu mandato quer em termos de recursos humanos quer físicos.	• Geólogos e inspectores recrutados para as áreas minerais; • Equipamentos e viaturas adequadas para a operacionalidade da Direcção.
Desenvolvimento do Sector Mineral	Garantir o desenvolvimento do sector mineral através da identificação de matérias-primas fundamentais e realização de estudos de viabilidade.	Obtenção de dados sobre materiais de construção e identificação das potências mineiras em cada distrito, assim como monitorizar as actividades extractivas para ver se obedecem aos regulamentos em vigor.	• Perspectivas de desenvolvimento do sector identificadas em 4 distritos; • Matérias-primas (nomeadamente cimento) identificadas para dar mais confiança aos investidores; • Actividades extractivas monitorizadas e de acordos com os regulamentos; • Actividades extractivas inspeccionadas e recolha de materiais de construção de acordo com as taxas regulamentadas.
Direcção Nacional de Política dos Recursos Naturais			
Reforma Institucional	Apoio à Autoridade Nacional de Petróleo (ANP) e estabelecimento da Companhia Nacional do Petróleo (NOC) e Instituto de Petróleo e Geologia (IPG).	Enquadramento institucional forte para um trabalho mais eficiente, transparente e responsável no sector de gestão de recursos naturais.	• Implementação da reforma que poderá vir a completar-se em 2009-2010;
Reforma Legal	Preparação legal e revisão de leis sobre as actividades petrolíferas para a Lei de Optimização do Petróleo, a Lei de Esgoto do Petróleo e a Lei dos Minerais.	Encorajamento das empresas petrolíferas internacionais e nacionais para usar produtos locais e dar prioridade aos timorenses no trabalho para beneficiar a economia de Timor-Leste.	• Implementação da reforma que poderá vir a completar-se em 2009-2010;
Desenvolvimento da Base de Abastecimento no Suai	Estabelecimento da base de Abastecimento de materiais e equipamentos da área de Petróleo, no Suai.	Suportar as actividades de exploração de produção do Mar de Timor e assim reduzir a dependência de abastecimento da Austrália	• Implementação da reforma que poderá vir a completar-se em 2009-2010.
Assistir o Ministério da Educação no estabelecimento da Escola Politécnica de Petróleo em Suai	Estabelecimento da Escola Politécnica de Petróleo.	Preparações de recursos humanos a nível técnico, para no futuro, trabalharem nas indústrias do Petróleo.	• Suporte ao Ministério da Educação para o estabelecimento da Escola Politécnica.
Desenvolver a política petrolífera para maior benefício para Timor-Leste	Continuação das actividades de monitorização, dentro e fora do País, para melhor suportar a eficiência e a efectividade da Política do Petróleo.	Estabelecer e criar uma política relevante no sector do petróleo para maior supervisionamento das actividades petrolíferas.	• Documento produzido sobre a Política Petrolífera
Desenvolver a politica mineral no	Continuação da monitorização das	Estabelecer e criar politicas relevantes no	• Documento produzido sobre a Política Mineral.

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
fornecimento de maiores benefícios a Timor-Leste	actividades de extracção mineira, incluindo a extracção de areias e pedras, no melhor apoio à politica da exploração de minerais.	sector mineral, incluindo regulamentação e supervisionamento das actividades mineiras.	
Direcção Nacional de Planeamento dos Recursos Naturais			
Desenvolvimento dos Recursos Humanos e Institucional	Estabelecer um plano integrado sobre o desenvolvimento dos Recursos Humanos e Institucional em áreas petrolíferas e minerais, incluindo um plano de formação e preparação de recursos humanos necessários para o estabelecimento do Instituto de Petróleo e Geologia, bem como, NOC.	Para obter um plano integrado e completo no sector de petróleo e mineral, para melhor implementação dos programas pelas Direcções.	• O desenvolvimento poderá vir a completar-se em 2009-2010.
TASK FORCE para o Pipeline e Central LNG	Estudo e pesquisa sobre a opção de Timor-Leste ser a base para o pipeline e Central LNG do Gás Greater Sunrise, para assegurar maiores benefícios para o País, sobretudo criar emprego e oportunidades de desenvolvimento de outros negócios.	Pesquisar e identificar dados técnicos e comerciais, bem como, informações sobre os benefícios socioeconómicos, para considerações e negociações com o Woodside e outras partes interessadas sobre o desenvolvimento do Campo de Gás Greater Sunrise.	• As negociações sobre Pipeline e LNG Plant são apoiadas totalmente pela Direcção.
Modelo da Transparência de Timor-Leste (MTTL)	Apoia e reforça o modelo da Transparência de Timor-Leste (MTTL) e apoia o Secretariado de EITI	Acesso de informação ao público sobre o desenvolvimento do sector de petróleo e mineral em Timor-Leste, incluindo depósitos e gastos de dinheiro.	• Maior parte do público tem conhecimento dos programas da SERN e aprecia-os.

Secretaria de Estado para a Política Energética

A Secretaria de Estado da Política Energética é o principal órgão do Governo responsável pela concepção, execução, coordenação e avaliação da política energética. O financiamento e as actividades planeados para a Secretaria de Estado em 2009 são indicados de seguida.

Quadro 7.55

Orçamento Geral do Estado para a Secretaria de Estado da Política Energética ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	81	142	139	156	175	612
Bens e Serviços	1,185	941	1,082	1,244	1,431	4,698
Capital Minor	-	151	173	198	228	750
Transferências Públicas	911	1,953	2,246	2,583	2,970	9,752
Total Despesas Recorrentes	2,177	3,187	3,640	4,181	4,804	15,812
Crescimento ao Ano Anterior		46.4%	14.2%	14.9%	14.9%	50.7%
Total Capital Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Crescimento ao Ano Anterior						
Total Orçamento Geral do Estado	**2,177**	**3,187**	**3,640**	**4,181**	**4,804**	**15,812**
Crescimento ao Ano Anterior		46.4%	14.2%	14.9%	14.9%	50.7%

O financiamento estatal total para a Secretaria de Estado da Política Energética em 2009 será de $3.187 milhões, um aumento de 46.4 por cento em relação ao orçamento do estado para 2008, no valor de $2.177 milhões. Não existe componente de capital e desenvolvimento neste orçamento. A principal razão para esta alteração prende-se com um aumento nos programas de transferência, a fim de cobrir actividades tais como a implementação de programas de biogás e agroenergia, reabilitação de uma míni central hidroeléctrica e instalação de painéis solares em áreas rurais. Estes programas são estabelecidos com maior detalhe neste capítulo. Existe também um pequeno aumento nos Salários e Vencimentos devido à implementação do novo regime de carreira.

Quadro 7.56

Fundos confirmados a partir de outras fontes ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	-	-	-	-	-	-
Despesas Capital						-
Total Fundos Confirmados de Outros Fontes	-	-	-	-	-	-
Crescimento ao Ano Anterior						

A Secretaria de Estado da Política Energética não tem qualquer financiamento confirmado a partir de parceiros de desenvolvimento ou outras fontes externas em 2009 ou nas estimativas futuras.

Quadro 7.57
Orçamento de Fontes Combinadas para a Secretaria de Estado da Política Energética ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Years
Fontes Combinadas						
Despesas Recorrentes	2,177	3,187	3,640	4,181	4,804	15,812
Crescimento ao Ano Anterior		46.4%	14.2%	14.9%	14.9%	50.7%
Despesas Capital	-	-	-	-	-	-
Crescimento ao Ano Anterior						
Total do Orçamento de Fontes combinadas	**2,177**	**3,187**	**3,640**	**4,181**	**4,804**	**15,812**
Crescimento ao Ano Anterior		46.4%	14.2%	14.9%	14.9%	50.7%

Pessoal

Quadro 7.58

Perfil de Funcionários

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Total Permanente	1	-	5	3	5	3	1	18
Total Temporario	-	1	1	2	3	-	-	7
Total Apontamento Politica	-	1	1	1	-	2	1	6
Total Funcionario	**1**	**2**	**7**	**6**	**8**	**5**	**2**	**31**

Quadro 7.59

Perfil de Gestão

Director Geral	1
Director Nacional	3
Director Distrital	-
Chefe Departemento	4
Chefe Secção	-
Total	**8**

Em 2009 o perfil de pessoal aprovado para a Secretaria de Estado da Política Energética incluirá 18 funcionários permanentes, 7 funcionários temporários e 6 nomeações políticas. Este perfil inclui 8 posições de gestão. Mantém-se em curso o recrutamento de 17 posições permanentes, de modo a preencher a totalidade do perfil de pessoal da Secretaria de Estado da Política Energética. Sob o novo regime de carreira e sob a lei orgânica do Ministério, a estrutura de gestão forma 26 por cento do total da força laboral aprovada.

Actividades de Fontes Combinadas

A Secretaria de Estado da Política Energética não tem financiamento confirmado de parceiros de desenvolvimento ou de outras fontes externas em 2009 e nas estimativas futuras, não existindo quaisquer actividades confirmadas de parceiros de desenvolvimento nesta área fora do Governo.

Concessões Públicas Administradas pela Secretaria de Estado da Política Energética

A Secretaria de Estado da Política Energética irá administrar 5 programas de transferência, num valor total de $1.953 milhões em 2009. Estes programas irão apoiar a investigação e implementação de fontes de energia alternativas capazes de fornecer energia ao povo de Timor-Leste, em particular nos distritos. Estas incluem:

- Implementação de um Programa de Biogás em sucos seleccionados
- Implementação de um programa de Agroenergia
- Construção de uma míni central hidroeléctrica em Loihuna
- Pagamento da segunda fase de instalação de painéis solares em sucos seleccionados

- Instalação de painéis solares em sucos rurais

Implementação de um Programa de Biogás em sucos seleccionados

Este financiamento será utilizado para implementar um programa de biogás nos Sucos de Ponilala (Ermera), Loihuno (Viqueque) e Waguia (Viqueque). Em cada suco serão preparados sistemas de processamento de biogás e será prestada formação sobre como recolher os materiais naturais necessários para gerar metano e processá-los em combustível de acordo com as necessidades comunitárias. Os sistemas de biogás podem gerar electricidade durante até 25 anos. Para este efeito haverá um financiamento de $0.2 milhões em 2009.

Programa de Agroenergia

O programa irá assisitir a comunidade para usar materiais agrícolas para a criação de combustíveis de biodiesel. Através da recliclagem de desperdícios agrícolas, as comunidades poderão gerar combustível para usar nos tractores e geradores, reduzindo assim os desperdícios e diminuindo as despesas, reutilizando os mesmos e aumentando e diminuindo a dependência das populações.

Esxte programa será implementado em 12 distritos em 2009, Viqueque, Manatuto, Maliana, Suai, Ermera, Liquiça, Baucau, Lospalos, Same, Aileu, Dili e o Oecussi.

Este programa irá implementar o sistema agro-energia e oferecer treino em como utilizar tais produtos para a produção de biogás.Sistemas e treino também serão implementados para a produção de petróleo e combustíveis minerais.O financiamento de $0.2 milhões será fornecido para este programa em 2009.

Construção de míni central hidroeléctrica em Loihuna

Será reabilitada uma míni central hidroeléctrica em Loihuna para que a comunidade local possa satisfazer as suas necessidades em termos de electricidade. Será prestada formação a respeito do uso do sistema e dos seus requisitos de manutenção, de modo que este possa ser utilizado para fornecer electricidade no futuro. Para este efeito haverá um financiamento único de $0.079 milhões em 2009.

Pagamento da instalação de painéis solares em sucos seleccionados

Este financiamento irá cobrir a segunda fase da instalação de painéis solares nos seguintes sucos: Uibobo (Baucau), Uaguia (Baucau), Nahareka (Viqueque), Lisapat (Ermera) e Saburai (Bobonaro). O orçamento para 2008 atribuiu um financiamento inicial de $0.27 milhões, porém a análise das propostas submetidas revelou uma procura maior do que era possível satisfazer com o financiamento disponível. Estas áreas não têm acesso a electricidade gerada pelo Governo, sendo que o biogás e a agroenergia não são opções viáveis em virtude da falta de água. Em 2009 haverá um financiamento adicional de $1.12 milhões para a conclusão da instalação de painéis solares nestas áreas.

Instalação de painéis solares em sucos rurais seleccionados

Este financiamento será usado para a instalação de painéis solares nas seguintes áreas rurais: Suco Aiasa (Bobonaro), Suco Ilomara (Lautem), Suco Laco Mesak (Manatuto), Suco Ponilala (Ermera) e Suco Cai-Cai (Vermasse). Os grupos

comunitários nestas áreas apresentaram propostas ao Governo relativamente ao uso de painéis solares nos respectivos sucos. Estes sucos são classificados como rurais e remotos, precisando de apoio para desenvolverem um fornecimento de electricidade. Para este efeito serão fornecidos $0.354 milhões em 2009.

Quadro 7.61

Concessões Públicas para a Secretaria de Estado da Política Energética ($000)

	2009 Orçamento	2010 Projeção	2011 Projeção	2012 Projeção	Total 4 Anos
Secretaria de Estado para a Política Energética					
Implementação de um Programa Biogas em Sucos Selecionadas	200				
Programa Agro Energia	200				
Construção de uma planta de hidrogas em Loihuna	79				
Pagamentos para Panelas Solares em Sucos Selecionadas	1,120				
Investigação de Panelas Solares em Sucos Selecionadas	354				
Total	**1,953**	**-**	**-**	**-**	**-**

Plano Anual de Acção

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
Estudos e levantamentos de dados	Levantamento de dados e estabelecimento de uma base de dados sobre diversas fontes de energias alternativas e renováveis.	Elaboração da Política Energética Nacional (após a conclusão da consulta alargada já iniciada) e definição de uma estratégia energética nacional, fixando a matriz energética e definindo a geografia energética do País.	• Caracterização Energética do País; • Projectos concretos desenhados a serem explorados por fases;
Quadro legal	Conclusão do Draft da Lei Nacional de Bases de Energia.	Regularização do sector energético.	• Lei de Bases aprovada e regulamentos concluídos.
Centrais Eléctricas a Biogás	Implementação dos programas de Biogás para sucos pré-seleccionados.	Fornecimento de energia e electricidade para famílias nas áreas rurais.	• Construção de centrais/digestores de 10m3–200m3; • Instalação de 500 unidades de 10m3; • Instalação de 2 unidades de 100m3; • Instalação de 1 unidade de 200m3.
Indústria de Gás Popular	Estabelecimento de uma Central de Biogás com a capacidade de 100-200m3	Produção de Biogás e engarrafamento de Biogás para cozinhar.	• Entrada no mercado nacional, faseadamente, como alternativa ao petróleo e ao LPG.
Central Eléctrica a Biomassa	Construção de uma central de biomassa de 5-10 MW	Tratamento de lixos urbanos e agrícolas e produção de energia eléctrica.	• Uma central de 1-2MW instalada na Lixeira de Tíbar ou Ermera
Refinaria de Biocombustíveis e Central Eléctrica Piloto de 300 kw – 1 MW	Extensão do programa de agroenergia e instalação de uma central experimental de refinaria de produção de 100 – 500 litros por dia	Alternativa ao uso de gasóleo nas centrais eléctricas rurais e transportes públicos.	• Introdução de biocombustíveis no mercado nacional; • Central eléctrica de 1 MW construída no distrito de Same – implementação do MOU com Jacobsen Electro.
Mini-Hidricas	Construção da Mini-Hidrica de Loihuno e Maununo	Electricidade nas zonas rurais	Instalação de 1000 unidades.
Brigada de Técnicos	Estabelecimento de um grupo técnico embrional para a constituição de uma unidade de engenharia.	Recrutamento e formação de técnicos na área de construção de Biogás.	5 a 10 técnicos formados para apoiar a construção de digestores de Biogás, instalação de linhas de distribuição nas áreas rurais.
Indústria de Digestores e fogões a Biogás	Formação de timorenses na área da produção de fogões de Biogás.	Produção de fogões para distribuição a famílias que beneficiam de Biogás	100 a 200 fogões produzidos.
Condutas de Gás – *Gás Seep*	Mensuração de depósitos de gás nos locais já pré-identificados	Exploração para a produção de centrais eléctricas.	Iniciação da construção em Pualaka.
Programa Hidroeléctrica de Laclo	Estudo das capacidades	Produção de electricidade	Estabelecimento de parcerias para a execução deste programa;
Programa Bioetanol	Incentivo de cultivo do milho e mandioca.	Produção de biocombustíveis para alternativa à gasolina e ao querosene.	• Introdução no mercado; • Estabelecimento de parcerias.
Indústria de fertilizantes	Aproveitamento dos produtos dos digestores para a produção de fertilizantes.	Utilização para fins agrícolas e para geração de receitas.	• Centrais de fertilizantes estabelecidas nos centros de Biogás; • Parceria com o Ministério da Agricultura estabelecida para o escoamento dos produtos.

Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego

A Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego é responsável pela concepção, execução, coordenação e avaliação das políticas definidas e aprovadas pelo Conselho de Ministros nas áreas do trabalho, formação profissional e emprego, sob a orientação do Primeiro-Ministro.

Panorama de Recursos para a Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego

Quadro 7.61

Orçamento Geral do Estado ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	323	657	781	761	781	2,980
Bens e Serviços	706	769	1,567	1,654	1,739	5,729
Capital Minor	122	131	128	68	68	395
Transferências Públicas	5,129	2,550	4,250	5,000	5,100	16,900
Total Despesas Recorrentes	6,280	4,107	6,726	7,483	7,688	26,004
Crescimento ao Ano Interior		-34.6%	63.8%	11.3%	2.7%	87.2%
Total Capital Desenvolvimento	300	570	60	-	-	630
Crescimento ao Ano Interior		90.0%	-89.5%	-100.0%	#DIV/0!	-100.0%
Total Orçamento Geral do Estado	**6,580**	**4,677**	**6,786**	**7,483**	**7,688**	**26,634**
Crescimento ao Ano Interior		-28.9%	45.1%	10.3%	2.7%	64.4%

O financiamento total do Estado para a Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego em 2009 será de $4.677 milhões, o que representa uma diminuição de 28.9 por cento em relação a 2008. O financiamento recorrente em 2009 será de $4.107 milhões, uma redução de 34.6 por cento desde 2008. A principal diminuição em 2009 prende-se com os pagamentos de transferências, que passarão de $5.129 milhões, em concessões públicas em 2008, para $2.550 milhões. Os salários e vencimentos irão aumentar devido à implementação do novo regime de carreiras e ao recrutamento de 58 novos funcionários. Há ainda um aumento em capital de desenvolvimento para a construção de 5 novos gabinetes regionais.

Quadro 7.62

Fundos confirmados a partir de outras fontes ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	4,347	4,233	929	736	62	5,960
Despesas Capital	2,378	2,344	933	736	62	4,075
Total Fundos Confirmados de Outros Fontes	6,725	6,577	1,862	1,472	124	10,035
Crescimento ao Ano Interior		*-2.2%*	*-71.7%*	*-20.9%*	*-91.6%*	*-98.1%*

Quadro 7.63

Orçamento de Fontes Combinadas ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Fontes Combinadas						
Despesas Recorrentes	10,627	8,340	7,655	8,219	7,750	31,964
Crescimento ao Ano Interior		-21.5%	-8.2%	7.4%	-5.7%	-7.1%
Despesas Capital	2,678	2,914	993	736	62	4,705
Crescimento ao Ano Interior		8.8%	-65.9%	-25.9%	-91.6%	-97.9%
Total Fontes Combinadas	**13,305**	**11,254**	**8,648**	**8,955**	**7,812**	**36,669**
Crescimento ao Ano Interior		-15%	-23.2%	3.5%	-12.8%	-30.6%

Quadro 7.64

Projectos de Capital de Desenvolvimento ($000)

Status	Projecto	2009	2010	2011	2012	Total
Novo	Gabinete Regional para a Secretaria de Estado em Baucau	108	12	-	-	120
Novo	Gabinete Regional para a Secretaria de Estado em Maliana	108	12	-	-	120
Novo	Gabinete Regional para a Secretaria de Estado em Oecusse	108	12	-	-	120
Novo	Gabinete Regional para a Secretaria de Estado em Ermera	108	12	-	-	120
Novo	Gabinete Regional para a Secretaria de Estado em Same	108	12	-	-	120
Reorçamentado	Reabilitação de um Centro Formação Para Trabalhadores no Estrangeiro em Becora	30	-	-	-	30
Total	**Secretaria de Estado Formação Profissional e Emprego**	**570**	**60**	**-**	**-**	**630**

Pessoal

Quadro 7.65

Perfil de Funcionários

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Total Permanente	-	-	17	16	8	5	-	**46**
Total Temporario	13	13	103	18	5	1	-	**153**
Total Apontamento Politica	-	1	1	1	-	2	1	**6**
Total Funcionario	**13**	**14**	**121**	**35**	**13**	**8**	**1**	**205**

Quadro 7.66

Perfil de Gestão

Director Geral	-
Director Nacional	6
Director Distrital	-
Chefe Departemento	23
Chefe Secção	-
Total	**29**

Em 2009 o perfil de pessoal aprovado para a Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego incluirá 46 funcionários permanentes, 153 funcionários temporários e 6 nomeações políticas. Este perfil inclui 29 posições de gestão. Mantém-se em curso o recrutamento de 58 posições temporárias, de modo a preencher a totalidade do perfil de pessoal da Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego. Sob o novo regime de carreira e sob a lei orgânica do Ministério, a estrutura de gestão forma 14.1 por cento do total da força laboral aprovada.

Actividades de Fontes Combinadas

Quadro 7.67

Actividades administradas com o Governo ($000)

Projecto ou Programa	PD	Instituição Implement.	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Formação Profissional e promoção social em Timor-Leste (Brasil) I	Brasil	ABC	434	0	0	0	0	0
Centro Nacional de Emprego e Formação Profissional de Tibar	Portugal	Centro Nacional Emprego e Formação Profissional	1,389	2,490	0	0	0	2490
Projecto de Melhoria da Gestão da Migração em (EMM)	OIM (Dep. de Imigração e Cidadania da Austrália)	OIM	802	163	0	0	0	163
STAGE (Formação em Qualificações para Obtenção de Emprego Proveitoso)	OIT (CE, PNUD)	OIT	1,468	458	0	0	0	458
Projecto de Sistema de Informações sobre o Mercado de Trabalho	OIT (Irish Aid)	OIT	130	0	0	0	0	0
YEP (Promoção do Emprego entre os Jovens)	OIT (AusAID)	OIT	1,198	1,848	1,854	1,471	124	5,297
TIM-Obras (Apoio à Execução do Orçamento de Investimento para o Desenvolvimento de Infra-estruturas Rurais e Geração de Emprego)	OIT (Noruega)	OIT	873	1,618	8	0	0	1,626
WISE (Mulheres Empregadas por Conta Própria)	PNUD/OIT	PNUD	431	0	0	0	0	0
Total			**6,725**	**6,577**	**1,862**	**1,471**	**124**	**10,034**

As actividades financiadas por parceiros de desenvolvimento administradas com o Governo contribuem para o trabalho da Secretaria de Estado ao procurarem desenvolver oportunidades de emprego através do desenvolvimento de qualificações ou pela facilitação da abertura de oportunidades de emprego e geração de rendimentos a pessoas prontas a entrar no mercado de trabalho. Exemplos de desenvolvimento de qualificações incluem Formação Profissional – Brasil, Tibar e STAGE. Exemplos de abertura de oportunidades de emprego incluem Aumento da Migração e Informações sobre o Mercado de Trabalho. Todos os programas têm uma forte incidência distrital. A TIM-Obras, visa melhorar os modos de vida e a estabilidade social nos distritos. O YEP é um programa nacional que pretende melhorar a capacidade dos jovens para arranjarem emprego, bem como aumentar as respectivas oportunidades de emprego. Os programas da OIT e da Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego foram integrados no Projecto de Emprego dos Jovens (YEP) na área da formação profissional, criação de emprego e emprego por conta própria, tendo sido confirmados por um período de 4 anos, com um valor de $5.297 milhões.

Quadro 7.68

Actividades administradas fora do Governo ($000)

Projecto ou Programa	PD	Instituição Implement.	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Apoio através de ONGs								
Aumento das oportunidades de emprego para a população rural e urbana	Espanha	JTM-Salesianos	1,555	1,555	1,555	0	0	3,110
Geração de rendimentos para 300 mulheres	Espanha	FUNDESO-Timor Aid	603	0	0	0	0	0
Prepara Ami ba Servisu	EUA	Centro de Desenvolv. do Ensino	1,667	1,667	1,667	0	0	0
Total			**3,825**	**3,222**	**3,222**	**0**	**0**	**3,110**

Concessões Públicas Administradas pela Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego

A Secretaria de Estado da Formação Profissional irá administrar quatro programas de transferência em 2009, com um valor de $2.55 milhões ao longo de quatro anos. Estes programas são os seguintes:

- Programa de Trabalho Temporário;
- Apoio ao Centro Nacional de Formação Profissional de Tibar;
- Formação em Língua Coreana; e
- Assistência à Formação Prestada no Dom Bosco, SENAI e outros centros de formação.

Programa de Trabalho Temporário

Este programa irá financiar programas de trabalho com uso intensivo de mão-de-obra em vinte e seis sub-distritos em cinco distritos em Timor-Leste. Isto irá ajudar até 6,900 jovens (cinquenta por cento dos quais serão mulheres). Cada participante poderá trabalhar sessenta dias para aprender novas qualificações. Serão fornecidos equipamentos ligeiros, tais como ferramentas manuais, com a qualidade técnica a ser mantida através da participação de engenheiros na transferência de qualificações e na monitorização do programa. O programa irá coordenar com chefes de suco e com administradores de Distrito, Sub-Distrito e aldeia, de modo a ajudar com a monitorização e coordenação nos distritos. O programa irá prestar benefícios consideráveis aos distritos por via do uso de muitas pessoas e recursos naturais, assegurando trabalho de qualidade e desenvolvimento economias locais.

Apoio ao Centro Nacional de Formação Profissional de Tibar

O Governo continuará a fornecer $0.150 milhões, por ano, para apoiar o funcionamento do Centro Nacional de Emprego e Formação Profissional de Tibar.

Formação em Língua Coreana

O Governo contratou o Centro Coreano de Língua e Cultura para a provisão de formação em língua coreana para 3,000 pessoas. O financiamento irá cobrir os custos com professores de coreano, materiais de aprendizagem e outros meios. O programa irá aumentar no futuro, em virtude do alargamento do número de alunos a receberem formação. Estão também em curso planos para prestar formação nos distritos.

Assistência a centros de formação

O Governo continuará a prestar apoio a instituições de formação, de modo a garantir a provisão de formação profissional de elevada qualidade ao povo de Timor-Leste. Em 2009 haverá um financiamento de $0.4 milhões, aumentando para $1.0 milhão em 2010, 2011 e 2012. Isto reflecte a elevada prioridade atribuída à melhoria das qualificações e da experiência da mão-de-obra timorense. Em 2009 o Governo irá prestar apoio a 12 instituições através de Timor-Leste, com o intuito de providenciar formação em áreas tais como construção, carpintaria, manutenção de máquinas, informática e inglês. Estas instituições incluem:

- Centro de Formação e Recursos de Aileu;
- Centro SENAI Becora, Centro de Formação em Informática e Kusturaa Madelaena Morena – Fuiluru,
- Centro de Formação Maestra Dicampagna Ermera
- Centro St Maria Ratu Rosario (CRSMRR) Bobonaro;
- Centro de Formação Profissional de Maliana;
- Centro de Formação Aitila de Vaso;
- Centro de Formação Visaun Cristaun Same no Ainaro;
- Centro de Formação Rai laku (ETIC);
- Roman Luan Atauro;
- FUPTILO Lospalos; e
- Centro de Formação e Apoio a Formadores.

Quadro 7.69

Concessões Públicas para a Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego ($000)

	2009 Orçamento	2010 Projeção	2011 Projeção	2012 Projeção	Total 4 Anos
Secretaria de Estado Formação Profissional e Emprego					
Programa para Emprego Temporário	1,025	2,000	2,000	2,000	**7,025**
CEFP Tibar	150	250	250	350	**1,000**
Fromação na Lingua Koreana	975	1,000	1,000	1,000	**3,975**
Apoio para Centros de Formação	400	1,000	1,000	1,000	**3,400**
Total	**2,550**	**4,250**	**4,250**	**4,350**	**15,400**

Plano Anual de Acção

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
Gabinete do Secretário de Estado da Formação Profissional e Emprego			
Expansão e Consolidação dos Programas da Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego	Fortalecimento dos programas definidos no Programa do IV Governo Constitucional.	Propor a política e elaborar os projectos de regulamentação, nas áreas de trabalho, formação profissional e emprego; Definir e executar as medidas de promoção de emprego e combate ao desemprego; Promoção da igualdade de género no Mercado de Trabalho; Coordenação Interministerial na área do trabalho, emprego e formação profissional; Promoção de parcerias através da participação em Encontros e Conferências nacionais e internacionais relativas às áreas afectas à SEFOPE.	• O Gabinete assegura a coordenação e monitorização da generalidade dos programas da SEFOPE; • 4.000 Oportunidades de emprego e auto-emprego criadas; • Emprego temporário para 35.000 trabalhadores envolvidos em Programas de Mão de Obra Intensiva; • 35.000 Desempregados com acesso a serviços de emprego e orientação profissional; • 7.000 Timorenses com acesso a acções de Formação Profissional, Formação Empresarial e Programas de Transição Escola-Emprego; • Serviços operacionalizados nas áreas de trabalho, formação profissional e emprego.
Direcção Nacional de Administração e Finanças			
Capacitação e reforço institucional da SEFOPE	Melhoria dos serviços oferecidos pela SEFOPE à população de Timor-Leste.	Reforço dos recursos humanos e expansão da cobertura dos serviços da Secretaria.	• 58 Funcionários recrutados; • Formação interna de quadros de gestão, liderança e prestação de serviços; • Serviços da SEFOPE disponíveis nos Distritos de Díli, Baucau, Ermera, Bobonaro, Manufahi e Oecusse.
Fundo de Emprego e Formação Profissional – FEFOP			
Operacionalizar o FEFOP	FEFOP operacionalizado em conformidade com a legislação aprovada.	Apoiar e financiar os programas de Formação e Emprego da SEFOPE.	• Conselho Administrativo estabelecido; • Secretariado operacional; • Regras de Implementação dos programas definidos e socializados; • Pelo menos 40 programais financiados e monitorizados.
Direcção Nacional da Formação Profissional			
Reforço institucional dos fornecedores de Formação Profissional	Formação profissional de qualidade implementada por uma rede de fornecedores de formação certificados.	Melhorar a qualidade de formação profissional oferecida nacionalmente.	• Pelo menos 20 fornecedores de formação profissional apoiados através do FEFOP; • Pelo menos 20 formadores apoiados com bolsas de estudo; • Pelos menos 25 gestores e coordenadores participaram em cursos de formação de formadores

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
			e avaliação de formação.
Programa de formação profissional e formação em situação real de trabalho	Oportunidades de formação profissional e formação em situações real de trabalho criadas e disponíveis para homens e mulheres de Timor-Leste.	Criar oportunidade de formação profissional e formação em situação real de trabalho.	• Pelo menos 500 formados em cursos de formação profissional; • Pelo menos 100 participantes em acções de formação em situação real de trabalho pelo período de 6 meses.
Programa de Transição Escola-Emprego	Programa de Transição Escola-Emprego implementado.	Facilitar a colocação em emprego dos jovens participantes em acções de formação e ensino técnico secundário.	• Pelo menos 250 jovens estudantes participam em programas de experiência profissional apoiadas pelo FEFOP; • Pelo menos 250 jovens estudantes apoiados com estágios profissionais através do FEFOP.
Instituto Nacional de Desenvolvimento Mão-de-obra – INDMO			
Operacionalizar o funcionamento do INDMO	Funcionamento efectivo do INDMO em articulação com os parceiros relevantes dentro do Sistema de Educação Técnica e Formação Profissional.	Funcionamento efectivo e eficiente do INDMO.	• Secretariado e Comissão Executiva operacionais; • Pelo menos 4 Subcomissões criadas.
Estabelecimento de padrões de competência para a Formação Profissional	Padrões nacionais de competência para formação profissional definidos de acordo com padrões internacionais.	Definir e aprovar os padrões de competências para os sectores prioritários identificados.	• Padrões de competência aprovados para pelo menos 4 sectores produtivos.
Estabelecimento do Sistema de Certificação dos fornecedores e avaliadores da Formação Profissional	Sistema de Certificação estabelecido.	Certificar os fornecedores e avaliadores da formação profissional em conformidade com os critérios estabelecidos.	• Pelo menos 10 fornecedores de formação profissional certificados; • Pelo menos 20 avaliadores da Formação Profissional certificados.
Definição do Quadro Nacional de Qualificações	Quadro Nacional de qualificações definido e em coordenação com o Ministério da Educação	Definir o Quadro Nacional de Qualificações.	• Quadro Nacional de Qualificações elaborado, discutido e acordado como Ministério da Educação.
Direcção Nacional de Emprego			
Política Nacional de Emprego	Criação de Emprego e redução de pobreza.	Política e Estratégia de Emprego adoptadas.	• Política e Estratégia de Emprego submetida para aprovação em Conselho de Ministros.
Desenvolvimento dos serviços dos Centros de Emprego e Orientação Profissional	População com acesso a melhores serviços de emprego	Extensão dos serviços de atendimento nos Centros de emprego e centros de desenvolvimento de carreiras para os clientes.	• Pelo menos 6 centros de emprego estabelecidos e operacionais; • Pelo menos 35.000 clientes atendidos pelos Serviços de Emprego.
Promoção de Oportunidade de Emprego para trabalhadores timorenses no exterior	Oportunidades de emprego criadas no exterior.	Promover oportunidades de emprego no exterior.	• Pelo menos 1.000 trabalhadores contratados para trabalho no exterior.

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
Desenvolvimento e Implementação de programas de promoção de Auto-emprego	Auto-emprego criado pelos beneficiários do programa.	Formação empresarial aos jovens que participam nas formações técnicas nos centros de formação.	• 500 graduados dos centros de Formação Profissional.
		Formação empresarial aos clientes das instituições de micro finanças.	• 3.000 clientes das Instituições de Micro Finanças formados
		Implementação de programas de apoio à criação de pequenos negócios e actividades geradoras de rendimento	• Pelo menos 3.000 pequenos negócios criados através do Programa.
	Promoção do Empreendedorismo para estudantes das escolas técnicas secundárias.	Sensibilização empresarial aos estudantes das escolas técnicas e escolas agrícolas	• 2.500 estudantes das escolas secundárias técnicas e agrícolas.
Desenvolvimento de Programas e Projectos de Uso de Mão-de-obra Intensiva	Oportunidades de emprego temporário criadas para os grupos mais vulneráveis	Criação de oportunidades de emprego temporário.	• Pelo menos 35.000 beneficiários com acesso a emprego temporário, com duração máxima de 4 meses.
Estabelecimento do Sistema de Informação do Mercado de Trabalho (SIMU)	Sistema de informação do Mercado de trabalho estabelecido	Recolher, analisar e disseminar informação do Mercado do Trabalho	• Boletim de Informação do Mercado de Trabalho publicado trimestralmente.
Direcção Nacional da Relação de Trabalho			
Reforço das Relações Industriais	Socialização da legislação do trabalho e harmonização das relações entre empregados e empregadores e suas respectivas organizações	Promover a harmonização das relações industriais	• 13 Seminários com composição tripartida, um em cada Distrito, realizados para esclarecimentos de legislação de trabalho; • Pelo menos 5.000 pessoas, incluindo empresários e trabalhadores, recebem informação sobre a legislação do Trabalho; • Sistema de registo das disputas de Trabalho estabelecido, de forma a assegurar a transparência dos serviços de mediação; • Sindicatos e organizações de empregadores, devidamente registados, convidados para participar nos seminários tripartidos distritais; • 4 Seminários direccionados para os Sindicatos e Organizações de Empregadores.
Direcção Nacional da Inspecção do Trabalho			
Desenvolvimento dos Serviços da Inspecção do Trabalho	Aplicação da legislação do trabalho fiscalizada.	Sistema dos Serviços de Inspecção do Trabalho operacional a nível nacional.	• Inspecção regular às empresas e locais de trabalho nos 13 Distritos; • Normas de Higiene, Saúde e Segurança no trabalho disseminadas nos 13 Distritos; • Pelo menos 600 empresas ou locais de trabalho inspeccionados;

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
			• Estatutos da Função da Inspecção do Trabalho elaborados e submetidos para apreciação do Governo. • Resultados da Inspecção do trabalho comunicados à autoridade competente.
Secretariado de Apoio ao Conselho Nacional do Trabalho			
Operacionalizar o Conselho Nacional do Trabalho	Conselho Nacional do Trabalho operacionalizado em conformidade com a legislação.	Promover o Diálogo Social e harmonia nas Relações do Trabalho.	• Conselho Nacional do Trabalho, elabora o esboço da Política Nacional e submete para apreciação do Governo; • A Comissão da Relação do Trabalho realiza pelo menos 10 reuniões mensais para análise e decisão das disputas apresentadas à Arbitragem; • Comissão Nacional do Salário Mínimo elabora a proposta de legislação para fixação do salário mínimo e submete para apreciação do Governo.
Gabinete de Assistência Jurídica – GAJ			
Estabelecimento do Gabinete da Assistência Jurídica	Gabinete de Assistência Jurídica operacionalizado.	Estabelecer o Gabinete de Assistência Jurídica para apoiar os serviços da SEFOPE nos assuntos legais.	• Pelo menos 2 diplomas legais elaborados e submetidos para apreciação; • Pelo menos 4 seminários Regiãoais realizados para socialização da legislação afecta à SEFOPE; • Arquivo jurídico da SEFOPE organizado e registado; • SEFOPE informada sobre eventos de natureza jurídica.

Secretaria de Estado da Promoção da Igualdade

A Secretaria de Estado da Promoção da Igualdade é o principal órgão do Governo para a promoção e protecção da igualdade entre os géneros. O seu financiamento e as suas actividades para 2009 são apresentados de seguida.

Quadro 7.70

Orçamento Geral do Estado ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	94	212	195	195	195	797
Bens e Serviços	193	282	737	784	794	2,597
Capital Minor	84	38	58	63	71	230
Transferências Públicas	50	50	50	50	50	200
Total Despesas Recorrentes	421	582	1,040	1,092	1,110	3,824
Crescimento ao Ano Anterior		38.2%	78.7%	5.0%	1.6%	90.7%
Total Capital Desenvolvimento						-
Crescimento ao Ano Anterior						
Total Orçamento Geral do Estado	**421**	**582**	**1,040**	**1,092**	**1,110**	**3,824**
Crescimento ao Ano Anterior		38.2%	78.7%	5.0%	1.6%	90.7%

O financiamento estatal para a Secretaria de Estado da Promoção da Igualdade em 2009 é de $0.582 milhões, um aumento de 38.2 por cento em relação ao orçamento de 2008 de $0.421 milhões. Isto deve-se a um aumento nos Salários e Vencimentos, resultante da implementação do novo regime de carreira e da necessidade de cobrir os custos do recrutamento realizado em 2008. Os Bens e Serviços também aumentaram, de modo a comprar equipamento adicional para os novos funcionários.

Quadro 7.71

Fundos confirmados a partir de outras fontes ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	2,072	773	591	500	300	2,164
Despesas Capital	-	-	-	-	-	-
Total Fundos Confirmados de Outros Fontes	2,072	773	591	500	300	2,164
Crescimento ao Ano Interior		*-62.7%*	*-23.5%*	*-15.4%*	*-40.0%*	*-61.2%*

As actividades da Secretaria de Estado para a Promoção da Igualdade são apoiadas por programas de parceiros de desenvolvimento neste sector.

Quadro 7.72

Orçamento de Fontes Combinadas para a Secretaria de Estado da Igualdade ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Fontes Combinadas						
Despesas Recorrentes	2,493	1,355	1,625	1,592	1,410	5,988
Crescimento ao Ano Anterior		-45.6%	19.9%	-2.0%	-11.4%	4.1%
Despesas Capital	-	-	-	-	-	-
Crescimento ao Ano Anterior						
Total Fontes Combinadas	**2,493**	**1,355**	**1,625**	**1,592**	**1,410**	**5,988**
Crescimento ao Ano Anterior		-46%	19.9%	-2.0%	-11.4%	4.1%

Pessoal

Quadro 7.73

Perfil de Funcionários

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Total Permanente	-	2	2	8	7	2	1	**22**
Total Temporario	1	5	7	5	1	1	-	**20**
Total Apontamento Politica	-	1	1	1	-	2	1	**6**
Total Funcionario	**1**	**8**	**10**	**14**	**8**	**5**	**2**	**48**

Quadro 7.74

Perfil de Gestão

Director Geral	1
Director Nacional	3
Director Distrital	-
Chefe Departemento	9
Chefe Secção	-
Total	**13**

Em 2009 a Secretaria de Estado da Promoção da Igualdade aprovou um Perfil de Funcionários de 22 funcionários permanentes, 20 funcionários temporários e 6 nomeações políticas. Os funcionários permanentes incluem 13 posições de gestão, conforme descrito acima. Em 2008 foi iniciado um processo de recrutamento com o intuito de preencher a totalidade destas posições em 2009. A estrutura de gestão forma 37.1 por cento do total da força laboral aprovada.

Actividades de Fontes Combinadas

Quadro 7.75

Actividades administradas com o Governo ($000)

Projecto ou Programa	PD	Instituição Implementadora.	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Apoio à SEPI	Noruega	SE para a Pro-moção da Igual-dade	91	273	91	0	0	364
Apoio à igualdade de género e aos direitos	Espanha	PNUD-UNIFEM	0	0	0	0	0	0

Projecto ou Programa	PD	Instituição Implementadora.	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
das mulheres na construção nacional de TL								
Fortalecimento da Capacidade Nacional para Abordar a Violência com Base no Género	UNFPA (Irish Aid, Espanha, fundo ODM)	SE para a Pro-moção da Igual-dade	541	500	500	500	300	1,800
SEAP CEDAW	UNIFEM (Canadá)	UNIFEM	94	0	0	0	0	0
Programa integrado para mulheres na política e em posições de tomada de decisões (PIMPTD)	UNIFEM (AusAID, Irlanda, Noruega, Fundo de Demo-cracia da ONU)	UNIFEM	730	0	0	0	0	0
Apoio ao Envolvimento das Mulheres na Construção de Paz e na Prevenção de Violência Sexual: Abordagens Lideradas pela Comunidade (VBGS)	UNIFEM (Reino Unido)	UNIFEM	217	0	0	0	0	0
Apoio à Uniformização de Género (GAD)	UNIFEM (Irlanda)	UNIFEM	120	0	0	0	0	0
Apoio à Igualdade de Género e aos Direitos das Mulheres na Construção Nacional de Timor-Leste (ODMs)	UNIFEM (Espanha)	UNIFEM	279	0	0	0	0	0
	Total		**2,072**	**773**	**591**	**500**	**300**	**2,164**

Em 2009 as actividades da Secretaria de Estado da Promoção da Igualdade serão apoiadas por programas de parceiros de desenvolvimento avaliados em $0.773 milhões. Após a conclusão de vários projectos em 2008, este financiamento é providenciado por dois programas – um programa norueguês que apoia as actividades da Secretaria de Estado e um programa da UNFPA que visa abordar a questão da violência com base no género. Somente este segundo programa continua a médio prazo, prolongando-se até 2012.

Os parceiros de desenvolvimento também prestam programas nesta área fora do Governo.

Quadro 7.76

Actividades administradas fora do Governo ($000)

Projecto ou Programa	PD	Instituição Implementadora	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Apoio através de ONGs								
Mulheres pela Paz	Noruega	Funda-ção Alola	209	0	0	0	0	0
Congresso Nacional de Mulheres	Noruega	REDEFETO	64	0	0	0	0	0
Apoio à Autonomização de Mulheres	Noruega	FOKUPERS	273	182	91	0	0	273
TOTAL			546	182	91	0	0	273

Os parceiros de desenvolvimento estão também a trabalhar directamente com ONGs e com a comunidade no sentido de ministrarem programas neste sector. No seguimento da conclusão de vários projectos em 2008, o financiamento nesta área é agora prestado por um programa – um programa norueguês que apoia a autonomização económica das mulheres e que se irá prolongar até 2010. De presente não existem programas confirmados de parceiros de desenvolvimento com ONGs ou com a comunidade para lá de 2010.

Concessões Públicas Administradas pela Secretaria de Estado para a Igualdade de Género

Concessões a Grupos de Mulheres

Este programa foi iniciado na Revisão Semestral do Orçamento de 2008. O programa será continuado no orçamento de 2009 como actividade corrente com fundos de $0.050 milhões fornecidos a cada ano para apoiar e equipar grupos de mulheres por todo o País. A Secretaria de Estado da Igualdade de Género irá analisar as propostas e ordená-las por prioridade de acordo com as suas necessidades.

Quadro 7.77

Concessões Públicas Administradas pela Secretaria de Estado para a Igualdade de Género ($000)

	2009 Orçamento	2010 Projeção	2011 Projeção	2012 Projeção	Total 4 Anos
Secretaria de Estado da Promoção Igualdade					
Apoio para Grupos de Mulheres	50	50	50	50	**200**
Total	**50**	**50**	**50**	**50**	**200**

Plano Anual de Acção

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
Análise e Desenvolvimento de Políticas Sensíveis ao Género	Implementação de uma Política de Abordagem Integrada de Género, garantindo que a perspectiva de género seja integrada no desenvolvimento de políticas através da execução de análise das políticas existentes e providenciando assistência à formulação de novas políticas; Assegurar que a SEPI dispõe de dados correctos e actualizados sobre a igualdade do género.	Aprofundar os conhecimentos sobre a igualdade de género no território nacional; Melhorar a advocacia para atingir melhores resultados para a igualdade de género; Melhorar a recolha de dados por desagregação de sexo; Consolidar a posição da SEPI enquanto agência de informação sobre a igualdade de género.	• 4 Documentos Políticos produzidos e disseminados; • Desenvolvimento e publicação de uma pesquisa com vista a capacitar a mulher numa área considerada prioritária; • Política AIG aprovada; • Estratégia para implementação de orçamento sensível ao género; • 100% das propostas políticas são analisadas sob a perspectiva de género.
Planeamento, Monitorização e Avaliação do Género	Os PAA e orçamentos de todos os Ministérios e Secretarias de Estado são sensíveis ao género; Garantir o compromisso e obrigações de TL enquanto Estado parte em eventos nacionais e internacionais sobre o género; e garantir a continuação do processo de redacção dos relatórios periódicos da CEDAW.	Implementar a política do género, com rigor, em todos os Ministérios, Secretarias de Estado e instituições governamentais; Promover a igualdade do género como causa nacional; Assegurar a apresentação do Relatório inicial da CEDAW pelo Governo da RDTL no Comité da CEDAW; Disseminar as informações do relatório da CEDAW pela sociedade civil, governo e comunicação social; Encorajar o Estado na implementação da CEDAW em TL e apresentação dos relatórios periódicos.	• Produção do Relatório anual de Progresso da Abordagem Integrada de Género; • 100% dos organismos estatais adoptam a abordagem integrada de género e todos os PAA e orçamento do Estado são sensíveis ao género; • Apresentação do relatório da CEDAW pelo Governo no Comité em Genebra; • Consolidação do trabalho efectuado pelo Grupo de Trabalho da CEDAW; • Estratégias e planos para preparação do Relatório Periódico definidos.
Análise e Propostas de Legislação Sensível ao Género	Garantir a análise de políticas e de projectos legislativos do ponto de vista legal sob uma perspectiva de igualdade de Género.	Analisar, sob o ponto de vista jurídico, as propostas de diplomas legais e de políticas de acordo com os princípios de igualdade de género; Avaliar as necessidades para a criação de um mecanismo que garanta a análise de género de toda a legislação produzida.	• Capacitação da SEPI na área legal; • Mecanismo de análise de género de todos os projectos de lei e políticas, criado; • 65% dos diplomas legislativos analisados com base na questão do género.
Ligação e Mecanismos de Consulta e Coordenação	Consolidar e desenvolver os PFG (Pontos Focais do Género) através do estabelecimento de mecanismos de ligação e coordenação ao nível do Governo central e	Reuniões regulares entre a SEPI e os PFG; Consolidar os grupos de trabalho de coordenação e de consultas com as organizações de mulheres: governo central	• Troca de informações eficaz e abordagem concertada para a promoção da igualdade; • Realização de 12 encontros anuais

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
	Distritos; Promover o diálogo e colaboração entre os diversos quadrantes da sociedade para a promoção da igualdade do género.	e local, doadores, agências das Nações Unidas, ONG's nacionais e internacionais, e grupo das Mulheres Parlamentares; Introduzir e reforçar a abordagem integrada de género no Governo Local.	com os PFG interministeriais; • Realização de 4 encontros anuais com ONG's, PFG distritais e parceiros; • Realização de 1 Seminário de formação para os PFG; • Realização de 2 encontros com os administradores de distrito.
Formação em Género	Aumentar o conhecimento dos PFG sobre a abordagem integrada de género e levar a cabo acções de formação de formadores em género; Acções de formação em género dirigidas aos funcionários públicos.	Formação em género para todos os funcionários públicos através do INAP; Elaboração de manuais, módulos e currículos na área da promoção da igualdade de género; Promover a igualdade de género, CEDAW, a não-violência baseada no género e direitos humanos da mulher.	• 100% dos PFG capacitados e aptos a desempenhar as suas funções nos diversos Ministérios e Secretarias de Estado; • Desenvolvimento do módulo de formação em género para os funcionários públicos e existência de formadores do INAP aptos a levar a cabo as acções de formação; • Avaliação das necessidades de formação em género em várias instituições do Estado.
Promoção de uma Cultura de Igualdade	Desenvolvimento de campanhas, produção e publicação de materiais normativos com vista à sensibilização e promoção de uma mentalidade de igualdade de género, bem como promover o trabalho e actividades realizadas pela SEPI.	Realização da Campanha Anual; Produção de materiais informativos sobre o papel da mulher no desenvolvimento da Nação; Continuação do programa de rádio sobre igualdade de género em estreita parceria com TLMDC e Rádio Timor-Leste; Melhoria da publicação do Boletim "TA'ES".	• Realização da Campanha Anual a nível nacional; • Materiais informativos sobre os Ministérios prioritários: MS, ME, MAP, MJ e MED, terminados e disponíveis; • Programa de rádio de periodicidade semanal realizado; • 4 Boletins informativos (trimestrais) produzidos; • 12 Encontros distritais realizados; • 6 "*Fact-Sheets*" publicados; • Atribuído Prémio, a um jornal, rádio ou televisão no Dia Internacional do Dia Nacional da Mulher. • 2 Sessões de formação dirigidas aos meios de comunicação realizadas.
Capacitação de Recursos Humanos da SEPI e Desenvolvimento Institucional	Optimizar os recursos humanos da SEPI criando condições para a melhoria do seu desempenho profissional através da implementação de um sistema de gestão de recursos humanos, de oportunidades de	Recrutamento de funcionários adicionais para completar a nova estrutura da SEPI; Implementação do sistema de avaliação de desempenho a todos os funcionários nacionais e internacionais;	• 100% Funcionários contratados no final de Março de 2009; • 100% Funcionários da SEPI avaliados; • 5 Funcionários da SEPI frequentam

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
	formação e de assistência no desenvolvimento de processos de acompanhamento e avaliação de actividades e projectos da SEPI; Formação dos funcionários da SEPI nas línguas, português e inglês.	Desenvolvimento de sistemas de planeamento e gestão de actividades, projectos e orçamentos; Desenvolver contactos com instituições ou entidades privadas para a realização de cursos em inglês e informática; Recrutamento de especialista em informática para a formação dos funcionários.	acções formação a nível nacional; • 1 Funcionário frequenta acções de formação a nível internacional; • Centro de Recursos da SEPI reequipado e pronto a dar assistência ao público; • 2 Retiros realizados; • 1 Actividade de *team-building* realizada; • Funcionários da SEPI a frequentarem cursos de inglês e informática.

Comissão da Função Pública

A Comissão da Função Pública é uma instituição a ser criada durante 2009. As actividades desta comissão vão dar continuidade à antiga Direcção Nacional da Função Pública. A Comissão vai ser liderada por cinco comissários nomeados pelo Parlamente e serão independentes do Governo. A Comissão irá ser apoiado por um secretariado de 46 pessoas. A Comissão centra-se em 2009, no seguinte:

- Nomeação dos cinco comissários;
- Estabelecimento de um secretariado de apoio;
- Desenvolvimento das linhas gerais do mandato da comissão incluindo actividades como o desenvolvimento de políticas administrativas, regulamentos e procedimentos relativos ao funcionalismo público;
- Continuar o desenvolvimento dos sistemas de avaliação do desempenho dos funcionários públicos e do código de conduta;
- Investigação da gestão dos recursos humanos e dos sistemas e procedimentos de recrutamento;
- Identificação e recrutamento de peritos externos que serão necessários à Comissão no estabelecimento das políticas referidas anteriormente.

O financiamento e as actividades da Comissão:

Tabela 7.78

Orçamento Geral do Estado para a Comissão da Função Pública ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	-	235	235	235	235	940
Bens e Serviços	-	484	496	507	523	2,010
Capital Minor	-	235	22	22	22	301
Transferências Públicas	-	-	-	-	-	-
Total Despesas Recorrentes	-	954	753	764	780	3,251
Crescimento ao Ano Anterior			-21.1%	1.5%	2.1%	-18.2%
Total Capital Desenvolvimento						-
Crescimento ao Ano Anterior						
Total Orçamento Geral do Estado	**-**	**954**	**753**	**764**	**780**	**3,251**
Crescimento ao Ano Anterior			-21.1%	1.5%	2.1%	-18.2%

Tabela 7.79

Fundos confirmados de outras fontes para a Comissão da Função Pública ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	-	-	-	-	-	-
Despesas Capital	-	-	-	-	-	-
Total Fundos Confirmados de Outros Fontes	-	-	-	-	-	-
Crescimento ao Ano Anterior						

Tabela 7.80

Orçamento de fontes combinadas para a Comissão da Função Pública ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Fontes Combinadas						
Despesas Recorrentes	-	954	753	764	780	3,251
Crescimento ao Ano Anterior			-21.1%	1.5%	2.1%	-18.2%
Despesas Capital	-	-	-	-	-	-
Crescimento ao Ano Anterior						
Total Fontes Combinadas	**-**	**954**	**753**	**764**	**780**	**3,251**
Crescimento ao Ano Anterior			-21.1%	1.5%	2.1%	-18.2%

Perfil de pessoal

Tabela 7.81

Perfil de pessoal Comissão da Função Pública

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Total Permanente	2	3	9	7	7	12	1	**41**
Total Temporario	1	-	3	-	1	-	-	**5**
Total Apontamento Politica	-	-	-	-	-	-	-	**-**
Total Funcionario	**3**	**3**	**12**	**7**	**8**	**12**	**1**	**46**

Tabela 7.82

Perfil dos Cargos de Chefia da Comissão da Função Pública

Director Geral	1
Director Nacional	5
Director Distrital	-
Chefe Departemento	3
Chefe Secção	-
Total	**9**

A Comissão da Função Publica têm um quadro de pessoal aprovado de 46, destes 41 são funcionários permanentes e 5 são temporários. Neste total, estão incluídas 9 posições de gestão como se identifica na tabela acima. As posições dos Comissários são definidos pela Lei. A Comissão irá procurar preencher todas as posições durante 2009.

Actividades de Fontes Combinadas

Neste momento ainda não estão confirmados quaisquer financiamentos de outras fontes. Esta Comissão irá trabalhar com os Parceiros de Desenvolvimento que trabalham nesta área – por exemplo, nos projectos relacionados com a capacitação do sector público que actualmente decorre no Ministério da Administração Estatal.

Plano Anual de Acção

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
Estabelecimento da Comissão da Função Pública	Recrutar e formar os funcionários da Comissão, estabelecer o quadro regulador, assim como as instalações físicas e actividades calendarizadas.	Programa efectivo de funcionamento da Comissão da Função Pública operacional, com procedimentos administrativos implementados.	• Estrutura da Comissão da Função Pública implementada; • Actividades Calendarizadas; • Procedimentos administrativos implementados. (previsão: até 30 de Junho)
Políticas, Regulamentos e Procedimentos Administrativos estabelecidos, relativamente à Função Pública	Revisão das políticas, leis, regulamentos e procedimentos administrativos para elaboração e apresentação de recomendações ao Parlamento e a outros Órgãos relevantes.	Promover a alta qualidade profissional dos funcionários públicos do Estado, assim como promover uma Função Pública imparcial, íntegra e baseada no mérito.	• Políticas, leis, regulamentos e procedimentos administrativos revistos – em 12 meses; • Produção e divulgação de recomendações.
Avaliação de Desempenho dos Funcionários da Administração Pública e Código de Ética	Critérios e directivas e programas de formação implementados de avaliação dos funcionários públicos a nível dos Ministérios, assim como guias de ética e conduta para os funcionários.	Desenvolver uma estratégia de desenvolvimento de critérios, directivas e um código de conduta para a avaliação do desempenho dos Funcionários Públicos, em consulta com as entidades relevantes, para melhoria de desempenho e para atribuição de tratamento justo aos funcionários públicos.	• Critérios e directivas estabelecidos; • Código de conduta estabelecido; • Funcionários-chave treinados em avaliação de desempenho; • Primeiro avaliação do desempenho dos funcionários da administração pública realizada (final de Junho).
Processos Disciplinares dos funcionários da Administração Pública	Processo disciplinar regulado e instituído.	Aprovação de regras e procedimentos para o processo disciplinar para um funcionalismo público mais profissional.	• Processos disciplinares realizados em obediência às regras definidas.
Disseminação dos Regulamentos e Procedimentos relativos à Função Pública	Funcionários e agentes da administração conhecedores dos regulamentos da Função Pública para maior eficácia e eficiência, observando a legislação e outros regulamentos e procedimentos em vigor.	Acções de disseminação e capacitação executadas para que os funcionários públicos prestem serviços de qualidade a toda a população, reduzindo o número de irregularidades.	• Funcionários públicos conscientes dos regulamentos e procedimentos administrativos da Função Pública.
Sistema de Gestão do Recursos Humanos	Sistema de gestão de recursos humanos da Função Pública implementado – PMIS (Sistema de informação para gestão de pessoal)	Organização e actualização os ficheiros individuais dos funcionários públicos dos órgãos do Estado contribuindo, entre outros aspectos, para uma melhor fiscalização.	• Sistema de Gestão de Recursos Humanos implementado.
Sistema de Aposentação	Sistema de aposentação e pensão de sobrevivência regulamentado, em consulta com os órgãos relevantes.	Aprovação de Leis e Decretos do Sistema de Aposentação e Pensões de Sobrevivência, em coordenação com as entidades competentes	• Recomendação sobre o Sistema de pensões produzido.
Processo de Recrutamento e Nomeação	Processo de recrutamento supervisionado pela Comissão da Função Pública.	Processo de recrutamento a nível nacional, observando os critérios definidos para o desenvolvimento de uma Função Pública mais profissional, eficiente e inovadora.	• Todos os recrutamentos e nomeações supervisionados pela Comissão da Função Pública.
Formação e Capacitação	Implementação de uma estratégia de capacitação e formação da Função Pública.	Garantir formação adequada ao desenvolvimento dos funcionários públicos para a melhor prestação de serviços à população.	• Programa para a formação e capacitação de funcionários públicos estabelecida.
Cartão de Identificação electrónico para os funcionários públicos	Novo tipo de cartão emitido para pelo menos 75% do total dos funcionários públicos	Emissão de cartões electrónicos de identificação para os funcionários públicos.	• Novo cartão emitido para 75% dos funcionários da administração pública.

Ministério da Defesa e da Segurança (Consolidado)

O financiamento consolidado do Ministério da Defesa e da Segurança inclui o Gabinete do Ministro da Defesa e da Segurança, a Secretaria de Estado da Defesa, as Falintil-FDTL, a Secretaria de Estado da Segurança e a PNTL. O financiamento e actividades para estes órgãos estão indicados em baixo.

O Ministério da Defesa e Segurança é responsável pelo desenvolvimento da política de defesa nacional em sintonia com a visão e objectivos do Estado da RDTL e da Constituição. As funções deste Ministério estão divididas pelos serviços e organismos do mesmo, o qual inclui o Gabinete do Ministro da Defesa e da Segurança, o Secretário de Estado da Defesa, as FALINTL-FDTL e o Secretário de Estado da Segurança da PNTL.

O Gabinete do Ministro da Defesa e da Segurança gere actividades centralizadas como a compra de equipamentos.

Em relação à Defesa, a Secretaria de Estado da Defesa é responsável pelo desenvolvimento da política nacional da defesa enquanto as FALINTIL-FDTL pela defesa militar da RDTL.

Em relação à segurança o Secretário de Estado da Segurança é responsável pela política Nacional da Segurança, também tendo por competência a gestão da segurança civil como por exemplo a resposta em caso de catástrofes, migração e bombeiros.

A PNTL é responsável pela segurança das pessoas e da propriedade de acordo com a lei.

As actividades específicas e o financiamento de cada um destes organismos são os que se encontram descritos no Capitulo referente ao Ministério.

Ministério da Defesa e da Segurança

O Ministério da Defesa e da Segurança é responsável pelo desenvolvimento da política nacional de defesa em conformidade com a visão e objectivos do Estado da República Democrática de Timor-Leste e com a Constituição da República Democrática de Timor-Leste. O financiamento para o Ministério da Defesa e da Segurança é apresentado de seguida.

Quadro 7.83

Orçamento Geral do Estado ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	-	-	-	-	-	-
Bens e Serviços	600	90	-	-	-	90
Capital Minor	2,600	2,000	-	-	-	2,000
Transferências Públicas	-	-	-	-	-	-
Total Despesas Recorrentes	3,200	2,090	-	-	-	2,090
Crescimento ao Ano Anterior		-34.7%	-100.0%			-100.0%
Total Capital Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Crescimento ao Ano Anterior						
Total Orçamento Geral do Estado	**3,200**	**2,090**	**-**	**-**	**-**	**2,090**
Crescimento ao Ano Anterior		-34.7%	-100.0%			-100.0%

O financiamento estatal para o Ministério da Defesa e da Segurança em 2009 é de $2.090 milhões, uma redução de 34.7 por cento a partir do orçamento de estado para 2008 de $3.2 milhões. Isto deve-se a uma redução em compras de equipamentos. Este financiamento irá ser usado para instalar um sistema integrado de comunicação que vai permitir a todos os membros da defesa e da segurança (incluindo F-FDTL, PNTL, Bombeiros e outros serviços de emergência), comunicar numa rede única independente durante situações de emergência. Esta actividade estava planeada para 2008 mas foi adiada devido à necessidade de coordenação entre as diferentes instituições.

Quadro 7.84

Fundos confirmados a partir de outras fontes ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						-
Despesas Capital						-
Total Fundos Confirmados de Outros Fontes	-	-	-	-	-	-
Crescimento ao Ano Anterior						

De presente as actividades do Ministério da Defesa e da Segurança não são apoiadas por programas financiados por outras fontes.

Quadro 7.85
Orçamento de Fontes Combinadas para o Ministério da Defesa e da Segurança ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Fontes Combinadas						
Despesas Recorrentes	3,200	2,090	-	-	-	2,090
Crescimento ao Ano Anterior		-34.7%	-100.0%			-100.0%
Despesas Capital	-	-	-	-	-	-
Crescimento ao Ano Anterior						
Total Fontes Combinadas	**3,200**	**2,090**	**-**	**-**	**-**	**2,090**
Crescimento ao Ano Anterior		-35%	-100.0%			-100.0%

Pessoal

Quadro 7.86
Perfil de Funcionários

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Total Permanente	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Temporario	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Apontamento Politica	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Funcionario	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**

Quadro 7.87
Perfil de Gestão

Director Geral	-
Director Nacional	-
Director Distrital	-
Chefe Departemento	-
Chefe Secção	-
Total	**-**

O Ministério da Defesa e da Segurança não dispõe de um Perfil de Funcionários aprovado, uma vez que as suas actividades são realizadas por funcionários do Gabinete do Primeiro-Ministro.

Actividades de Fontes Combinadas

Os programas de parceiros de desenvolvimento na área da segurança e da defesa estão atribuídos às estruturas relevantes do Ministério da Defesa e da Segurança – as Falintil-FDTL ou a PNTL. As actividades de parceiros de desenvolvimento realizadas por ONGs ou pela comunidade são apresentadas de seguida. Estas actividades não são realizadas em consulta com o Governo, sendo incluídas apenas para fins informativos, de modo a dar uma perspectiva mais ampla da actividade no sector.

As actividades planeadas para o Ministério da Defesa e da Segurança em 2009 estão incluídas no Plano Anual de Acção que inclui a Secretaria de Estado da Defesa, as Falintil-FDTL, a Secretaria de Estado da Segurança e a PNTL.

Quadro 7.88

Actividades administradas fora do Governo ($000)

Projecto ou Programa	PD	Instituição Implementadora	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Apoio através de ONGs								
Apoio Externo Militar / Financeiro / Logístico	EUA	DS2	475	0	0	0	0	0
Evitar a Exploração e Aprender a Acusar (HELP II)	OIM (EUA)	Fundação Alola	215	0	0	0	0	0
Total			690	0	0	0	0	0

Em 2009 os parceiros de desenvolvimento irão trabalhar directamente com ONGs e com a comunidade no sentido de levarem a cabo programas nas áreas do apoio logístico e do fim da exploração. Estes programas não são incluídos nos cálculos do orçamento de fontes combinadas, uma vez que não são levados a cabo com o sector do Governo. São incluídos nos documentos de orçamento de modo a dar uma perspectiva da actividade em todo o sector. De presente não existem actividades confirmadas de parceiros de desenvolvimento planeadas com ONGs ou com a comunidade após 2009.

Secretaria de Estado da Defesa

A principal responsabilidade da Secretaria de Estado da Defesa é o desenvolvimento da política nacional de defesa de acordo com as orientações do Conselho de Ministros, a fim de proteger os interesses de Timor-Leste. O financiamento e as actividades a realizar no sector da defesa em 2009 são indicados de seguida. O financiamento das Falantil-FDTL é apresentado em separado no capítulo seguinte.

Quadro 7.89

Orçamento Geral do Estado ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	138	194	204	209	213	820
Bens e Serviços	159	864	1,145	1,145	1,145	4,299
Capital Minor	23	129	163	163	163	618
Transferências Públicas						-
Total Despesas Recorrentes	320	1,187	1,512	1,517	1,521	5,737
Crescimento ao Ano Interior		270.9%	27.4%	0.3%	0.3%	28.1%
Total Capital Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Crescimento ao Ano Interior						
Total Orçamento Geral do Estado	**320**	**1,187**	**1,512**	**1,517**	**1,521**	**5,737**
Crescimento ao Ano Interior		270.9%	27.4%	0.3%	0.3%	28.1%

O financiamento estatal para a Secretaria de Estado da Defesa em 2009 é de $1.187 milhões, um aumento de 270.9 por cento em relação ao orçamento de estado para 2008, de $0.32 milhões. As principais razões para esta alteração prendem-se com os aumentos nos Salários e Vencimentos devidos à implementação do novo regime de carreira, bem como a um aumento nos Bens e Serviços para obter assistência técnica que permita concluir a legislação essencial e apoiar a criação de duas novas direcções.

Quadro 7.90

Fundos confirmados a partir de outras fontes ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	-	-	-	-	-	-
Despesas Capital	-	-	-	-	-	-
Total Fundos Confirmados de Outros Fontes	-	-	-	-	-	-
Crescimento ao Ano Interior						

Quadro 7.91

Orçamento de Fontes Combinadas para a Secretaria de Estado da Defesa ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Fontes Combinadas						
Despesas Recorrentes	320	1,187	1,512	1,517	1,521	5,737
Crescimento ao Ano Interior		270.9%	27.4%	0.3%	0.3%	28.1%
Despesas Capital	-	-	-	-	-	-
Crescimento ao Ano Interior						
Total Fontes Combinadas	**320**	**1,187**	**1,512**	**1,517**	**1,521**	**5,737**
Crescimento ao Ano Interior		271%	27.4%	0.3%	0.3%	28.1%

Pessoal

Quadro 7.92

Perfil de Funcionários

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Total Permanente	1	2	14	14	6	4	1	42
Total Temporario	-	1	3	4	2	-	-	10
Total Apontamento Politica	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Funcionario	**1**	**3**	**17**	**18**	**8**	**4**	**1**	**52**

Quadro 7.93

Perfil de Gestão

Director Geral	1
Director Nacional	4
Director Distrital	-
Chefe Departemento	6
Chefe Secção	-
Total	**11**

Em 2009 a Secretaria de Estado da Defesa terá um Perfil de Funcionários aprovado de 52 elementos, nomeadamente 42 funcionários permanentes e 10 funcionários temporários. Os funcionários permanentes aprovados incluem 11 posições de gestão, conforme descrito acima. O recrutamento continua nas duas novas direcções, a fim de preencher todas as posições na Secretaria de Estado da Defesa. Sob o novo regime de carreira, a estrutura de gestão forma 26.8 por cento do total da força laboral aprovada.

Actividades de Fontes Combinadas

Os programas de parceiros de desenvolvimento no sector da segurança estão direccionados para as Falintil-FDTL. Não existem actividades confirmadas de parceiros de desenvolvimento planeadas com ONGs ou com a comunidade neste sector.

Plano Anual de Acção

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
Gabinete do Secretário de Estado da Defesa	Reforma da legislação.	Criar e desenvolver a Lei Orgânica das Forças Armadas Falintil-FDTL.	• Disseminação e implementação das Leis junto dos membros das Forças Armadas Falintil-FDTL e dos funcionários da SED.
	A Política de Defesa Nacional	Implementação da Lei da Segurança Nacional, Lei da Defesa Nacional e Lei da Reforma Militar, prevendo o envolvimento das F-FDTL no sector da segurança interna.	• Legitimar o envolvimento das F-FDTL no sector da segurança interna.
	Instituto de Defesa Nacional	Criar uma Instituição adequada para a formação dos oficiais das F-FDTL.	• Oficiais das F-FDTL capacitados e qualificados.
	Reforma da Estrutura Força da Defesa e SED.	Consolidar a estrutura das F-FDTL e da SED para melhorar o seu funcionamento.	• Estrutura definida de acordo com o Plano da Força 2020.
Direcção Geral da Secretaria de Estado da Defesa	Desenvolver a capacidade dos recursos humanos.	Assegurar que os membros das F-FDTL e funcionários da SED adquirem formação adequada.	• Implementação dos programas; • Recursos humanos administrativos habilitados; • Membros das F-FDTL formados.
	Desenvolver a gestão administrativa dos serviços da SED e das F-FDTL.	Implementar o sistema de gestão administrativo efectivo.	• Melhoramento dos serviços administrativos na SED e F-FDTL.
	Fiscalização das actividades da SED e F-FDTL.	Organização dos processos administrativos de fiscalização.	• Minimização dos actos de má gestão administrativa.
	Monitorização dos projectos de desenvolvimento da SED e F-FDTL.	Inspeccionar a execução dos projectos.	• Garantir que a execução do orçamento está de acordo com as normas e plano de execução estabelecido.
Gabinete de Inspecção e Auditoria	Fiscalização das actividades administrativas e financeiras da SED e das F-FDTL.	Consolidação do sistema de arquivo dos processos de Inspecção e Auditoria.	• Minimização dos actos de má administração.
	Monitorização dos projectos de desenvolvimento da SED e da instituição F-FDTL.	Inspeccionar a realização dos projectos. Fiscalizar a execução dos projectos de acordo com o orçamento para prevenir derrapagens financeiras.	• Garantir a qualidade, implementação e boa gestão dos projectos.
Gabinete da Força 2020	Desenvolver a equipa da Força 2020.	Dar o apoio adequado à Equipa da Força 2020 nas suas actividades de planeamento estratégico das F-FDTL.	• Planeamento estratégico definido.
	Estudo do Plano Desenvolvimento da Força 2020.	Estabelecimento do plano de desenvolvimento das F-FDTL a longo prazo.	• Plano estratégico a longo prazo desenvolvido pela equipa da Força 2020.
	Implementação do Plano da Força 2020.	Implementação do plano estratégico de acordo com o estudo.	• Melhoramento das condições das F-FDTL de acordo com o previsto no plano estratégico.
Direcção Nacional de	Implementação de programas	Garantir a execução dos programas	• Programas implementados;

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
Administração e Finanças	prioritários das F-FDTL e SED de acordo com as normas estabelecidas.	prioritários de acordo com o orçamento atribuído.	• Orçamento executado.
	Relatórios de Actividades e de execução orçamental mensais e trimestrais.	Preparação e elaboração dos relatórios.	• Relatórios apresentados dentro dos prazos.
	Planeamento orçamental e gestão financeira.	Desenvolver a gestão financeira adequada às F-FDTL e SED.	• Gestão financeira, implementada.
	Recrutamento e Formação de funcionários e membros das F-FDTL.	Promover acções de formação para funcionários e membros das F-FDTL.	• Funcionários da SED e membros das F-FDTL formados;
Direcção Nacional do Património	Criar e desenvolver o Sistema de Gestão do Património da SED e das F-FDTL.	Criação de um único sistema de utilização, manutenção e reparação do património do Estado atribuído à SED e às F-FDTL.	• Sistema de Gestão do Património criado e implementado.
	Registo dos bens da SED e das F-FDTL.	Registo dos bens atribuídos à SED e às F-FDTL.	• Eficiência na gestão do património; • Garantir a segurança dos bens.
	Desenvolver o Sistema de Inventariação e Canalização das viaturas e outros equipamentos da SED e F-FDTL.	Melhorar o registo e o serviço de inventariado das viaturas e outros equipamentos.	• Sistema de Inventariação e Canalização implementado.
Direcção Nacional de Aprovisionamento	Sistema de Aprovisionamento descentralizado.	Desenvolver o sistema de aprovisionamento descentralizado.	• Sistema de aprovisionamento descentralizado; • Melhor organização, implementação e execução dos programas e projectos da SED e F-FDTL.
	Desenvolvimento das Infra-Estruturas.	Melhorar a implementação dos projectos da SED e das F-FDTL.	• Condições das infra-estruturas melhoradas, através de uma melhor gestão.
	Implementação dos projectos.	Avaliação da implementação dos projectos, de acordo com as regras estabelecidas.	• Melhoramento do resultado da avaliação e implementação dos projectos.
Direcção Nacional do planeamento Estratégico e Política Internacional.	Cooperação bilateral na área da defesa.	Desenvolver relações de parceria internacional na área da defesa.	• Cooperação técnico-militar através de estabelecimento de MOU com Portugal, Austrália, Indonésia, Canadá, Malásia para aumento da capacidade especial das Forças Armadas.
	Cooperação Civil-Militar nos Assuntos Humanitários, Desastres Naturais e Desenvolvimento Físico em áreas rurais e com a PNTL.	Desenvolver as boas relações civis e militares.	• Envolvimento das F-FDTL na assistência humanitária.
	Relações Públicas.	Criação de um Gabinete de Media para as questões da defesa.	• Disseminação da Politica da Defesa através dos meios de comunicação social ao público.
FALINTIL – FDTL	Desenvolver as condições humanas	Melhorar as condições das Forças Armadas	• Garantir as condições do serviço militar no

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
	e de trabalho.	F-FDTL; Melhorar a motivação dos membros das Forças Armadas.	futuro.
	Consolidação da liderança das F-FDTL.	Melhorar a capacidade de liderança, garantindo o profissionalismo do serviço militar.	• Assegurar a liderança das Forças Armadas no futuro.
	Desenvolvimento das infra-estruturas.	Implementação do plano de desenvolvimento, baseado no programa Força 2020.	• Garantir o desenvolvimento das infra-estruturas; • Construção da vedação em Metinato; • Construção da oficina militar em Metinaro; • Construção do edifício da Unidade da Logística em Metinaro; • 2.ª Fase da construção do Armoury; • Construção de alojamento para as Forças Armadas.
	Escola Prática de Infantaria.	Formação de quadros de carreira.	• Quadros militares tácticos operacionais formados.
	Promoção e Treinos	Preencher os quadros do Comando.	• Quadros da carreira militar formados; • Treino em direitos humanos; • Treino em cooperação e relações civil e militares; • Treino e Escola no sector da segurança; • Educação formal na UNTL e no estrangeiro.
	Treino básico e elementar das F-FDTL.	Formação e treino básico do serviço militar.	• Garantir a implementação do serviço militar.
	Recrutamento	Recrutamento de novos militares para preenchimento de vagas.	• As vagas serão gradualmente preenchidas até ao número máximo 3000 em 2020 (de acordo com o Programa Força 2020)
	Programa de formação e desenvolvimento dos recursos humanos.	Melhorar a capacidade dos membros das F-FDTL.	• Assegurar um quadro adequado de membros das forças armadas capacitados.
	Implementação das Leis.	Intensificar a disseminação das leis militares pelos membros das F-FDTL.	• Ampliar o conhecimento dos membros das F-FDTL sobre as leis militares.

FALINTIL – FDTL

As Falintil-FDTL são responsáveis pela defesa militar da República Democrática de Timor-Leste. O financiamento das Falintil-FDTL em 2009 é apresentado de seguida.

Quadro 7.94

Orçamento Geral do Estado ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	3,751	3,438	4,561	4,561	4,561	17,121
Bens e Serviços	10,601	7,740	9,735	9,735	9,735	36,945
Capital Minor	287	725	2,845	2,900	3,400	9,870
Transferências Públicas						-
Total Despesas Recorrentes	14,639	11,903	17,141	17,196	17,696	63,936
Crescimento ao Ano Anterior		-18.7%	44.0%	0.3%	2.9%	48.7%
Total Capital Desenvolvimento	5,492	22,850	4,080	-	-	26,930
Crescimento ao Ano Anterior		316.1%	-82.1%	-100.0%		-100.0%
Total Orçamento Geral do Estado	**20,131**	**34,753**	**21,221**	**17,196**	**17,696**	**90,866**
Crescimento ao Ano Anterior		72.6%	-38.9%	-19.0%	2.9%	-49.1%

O financiamento estatal para as Falintil-FDTL em 2009 será de $34.753 milhões, um aumento de 72.6 por cento em relação ao orçamento de estado para 2008, no valor de $20.131 milhões. A principal razão para esta alteração prende-se com o financiamento acrescido para capital e desenvolvimento, o qual inclui uma afectação de $21.3 milhões para a compra de dois barcos patrulha. Estes projectos capitais são descritos detalhadamente mais abaixo neste capítulo. O financiamento de Capital Menor também aumentou, de modo a permitir a compra de equipamento informático, mobiliário e veículos especializados para os novos funcionários. Os Bens e Serviços foram também reduzidos. Os Salários e Vencimentos foram ajustados de modo a aumentar taxas salariais básicas, providenciar subsídios à chefia e subsídios para transportes e alojamento. Esta alteração não teve efeito líquido nos Salários e Vencimento de 2009 mas haverá aumentos em anos futuros devido ao impacto dos recrutamentos.

Quadro 7.95

Fundos confirmados a partir de outras fontes ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	7,733	8,303	9,028	10,798	11,683	39,812
Despesas Capital	267	267	267	-	-	534
Total Fundos Confirmados de Outros F	8,000	8,570	9,295	10,798	11,683	40,346
Crescimento ao Ano Interior		*7.1%*	*8.5%*	*16.2%*	*8.2%*	*36.3%*

Quadro 7.96

Orçamento de Fontes Combinadas para as F-FDTL ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Fontes Combinadas						
Despesas Recorrentes	22,372	20,206	26,169	27,994	29,379	103,748
Crescimento ao Ano Anterior		-9.7%	29.5%	7.0%	4.9%	45.4%
Despesas Capital	5,759	23,117	4,347	-	-	27,464
Crescimento ao Ano Anterior		301.4%	-81.2%	-100.0%		-100.0%
Total Fontes Combinadas	**28,131**	**43,323**	**30,516**	**27,994**	**29,379**	**131,212**
Crescimento ao Ano Anterior		54%	-29.6%	-8.3%	4.9%	-32.2%

Quadro 7.97

Capital de Desenvolvimento para as F-FDTL ($000)

Status	Projecto	2009	2010	2011	2012	Total
Novo	FALINTIL - Armeiro Metinaro	730	-			730
Novo	Vedação no Campo de Metinaro	450	50			500
Novo	Construção de uma Unidade de logísticas das Forças em Metinaro	135	15			150
Novo	Oficina Militar Central em Metinaro	135	15			150
Novo	Construção de Dois Barcos de Patrulha	21,300	4,000			25,300
Reorçamentado	Pagamento da Retenção - Acomodação da Polícia Militar	100	-			100
Total	**FALINTIL - FDTL**	**22,850**	**4,080**			**26,930**

Pessoal

Quadro 7.98

Perfil de Funcionários

Posto	Pessoal F-FDTL
Soldado Recrutar	600
Soldado	163
Cabo	154
Cabo Adjunto	-
Furriel	4
Segundo Sargento	180
Primeiro Sarmento	65
Sargento Adjudante	35
Chefe Sargento	5
Sargento Moor	1
Aspirante	1
Alferes	3
Tenente	62
Capitão	21
Major	14
Tenente Coronel	7
Coronel	1
Brig. General	1
	1,317

Quadro 7.99

Perfil de Gestão

Chefia	
Posto	Total
Brig. General	1
Coronel	1
Tenente Coronel	6
Maior	4
Capitão	1
Tenente	1
Alferes	1
Total	15

Em 2009 as Falintil-FDTL tencionam recrutar mais 600 soldados. O total será de 1,317 efectivos. A estrutura de gestão forma 1 por cento do total do Perfil de Funcionários aprovado.

Actividades de Fontes Combinadas

Quadro 7.100

Actividades administradas com o Governo ($000)

Projecto ou Programa	PD	**Instit. Implem.**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**Total 4 Anos**
Programa de Cooperação na Defesa – Departamento da Defesa	Austrália	PCD	7,479	7,922	9,028	10,798	11,683	39,431
Construção de 100 quartéis para as F-FDTL	China	Ministério do Comércio da China	267	267	267	0	0	534
Educação e Treino Militares a nível Internacional	EUA	Dep. da Defesa dos EUA	254	381	0	0	0	381
TOTAL			**8,000**	**8,570**	**9,295**	**10,798**	**11,683**	**40,346**

Em 2009 as actividades das Falintil-FDTL serão apoiadas por programas de parceiros de desenvolvimento avaliados em $8.570 milhões. Isto representa 3.9 por cento do total do apoio dos parceiros de desenvolvimento a actividades do Governo em 2009. Este financiamento abrange assistência militar e apoio à formação ($8.303 milhões), porém são também fornecidos fundos para a construção de quartéis para as F-FDTL ($0.267 milhões). O programa mais significativo é o Programa Australiano de Cooperação na Defesa, que continua a médio prazo fornecendo níveis significativos de financiamento até 2012. Não há outros programas confirmados de parceiros de desenvolvimento a trabalharem com a Secretaria de Estado durante este período. Devido às reduções nos compromissos a médio prazo de parceiros de desenvolvimento em todo o sector do Governo, as F-FDTL abrangem quase 28 por cento do apoio total do Governo de parceiros de desenvolvimento em 2012.

Devido à natureza das responsabilidades militares não existem programas de parceiros de desenvolvimento prestados com ONGs ou grupos comunitários neste sector.

As actividades planeadas para as Falintil-FDTL em 2009 estão incluídas no Plano Anual de Acção da Secretaria de Estado da Defesa.

Secretaria de Estado da Segurança

A Secretaria de Estado da Segurança é responsável pela concepção, execução, coordenação e desenvolvimento das políticas do Conselho de Ministros nas áreas da segurança pública, investigação criminal e migração. O financiamento e actividades da Secretaria de Estado em 2009 são apresentados de seguida.

Quadro 7.101

Orçamento Geral do Estado ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	1,795	2,379	2,589	2,848	3,133	10,949
Bens e Serviços	12,915	2,700	2,970	3,267	3,594	12,531
Capital Minor	3,989	-	-	-	-	-
Transferências Públicas	-	-	-	-	-	-
Total Despesas Recorrentes	18,699	5,079	5,559	6,115	6,727	23,480
Crescimento ao Ano Anterior		-72.8%	9.5%	10.0%	10.0%	32.4%
Total Capital Desenvolvimento	3,076	-	-	-	-	-
Crescimento ao Ano Anterior		-100.0%				
Total Orçamento Geral do Estado	**21,775**	**5,079**	**5,559**	**6,115**	**6,727**	**23,480**
Crescimento ao Ano Anterior		-76.7%	9.5%	10.0%	10.0%	32.4%

O financiamento estatal para a Secretaria de Estado da Segurança em 2009 é de $5.079 milhões, uma redução de 76.7 por cento em relação ao orçamento de Estado para 2008, no valor de $21.775 milhões. A principal razão para esta alteração prende-se com a descentralização do orçamento operacional para a PNTL. Anteriormente, em 2008, estas despesas tinham sido incluídas no orçamento da Secretaria de Estado da Segurança. Outras alterações incluem aumentos nos Salários e Vencimentos devido à implementação do novo regime de carreira e ao recrutamento de pessoal adicional para uma nova direcção.

Quadro 7.102

Fundos confirmados a partir de outras fontes ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	2,040	1,958	177	89	-	2,224
Despesas Capital	5	9	-	-	-	9
Total Fundos Confirmados de Outros Fontes	2,045	1,967	177	89	-	2,233
Crescimento ao Ano Interior		*-3.8%*	*-91.0%*	*-49.7%*	*-100.0%*	*-100.0%*

Quadro 7.103

Orçamento de Fontes Combinadas para a Secretaria de Estado da Segurança ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Fontes Combinadas						
Despesas Recorrentes	20,739	7,037	5,736	6,204	6,727	25,704
Crescimento ao Ano Interior		-66.1%	-18.5%	8.2%	8.4%	-4.4%
Despesas Capital	3,081	9	-	-	-	9
Crescimento ao Ano Interior		-99.7%	-100.0%			-100.0%
Total Fontes Combinadas	**23,820**	**7,046**	**5,736**	**6,204**	**6,727**	**25,713**
Crescimento ao Ano Interior		-70%	-18.6%	8.2%	8.4%	-4.5%

Pessoal

Quadro 7.104

Perfil de Funcionários

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Total Permanente	362	168	62	46	14	3	1	656
Total Temporario	482	99	72	55	21	6	1	736
Total Apontamento Politica	-	1	1	1	-	2	1	6
Total Funcionario	**844**	**268**	**135**	**102**	**35**	**11**	**3**	**1,398**

Quadro 7.105

Perfil de Gestão

Director Geral	1
Director Nacional	7
Director Distrital	-
Chefe Departemento	21
Chefe Secção	51
Total	**80**

Em 2009 a Secretaria de Estado da Segurança aprovou um Perfil de Funcionários de 1,398 elementos, nomeadamente 656 funcionários permanentes, 736 funcionários temporários e 6 nomeações políticas. Os funcionários permanentes incluem 80 posições administrativas, conforme descrito acima. Devido à criação de novas posições terá lugar um processo de recrutamento com vista a preencher 206 posições temporárias, ficando assim todas as posições na Secretaria de Estado preenchidas. Isto irá aumentar o número de funcionários de segurança em edifícios públicos nos distritos, bem como o número de bombeiros. Sob o novo regime de carreira a estrutura de gestão forma 6.1 por cento do total da força laboral aprovada.

Actividades de Fontes Combinadas

Quadro 7.106

Actividades administradas com o Governo ($000)

Projecto ou Programa	PD	Instit. Implem.	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Actividades com o Governo								
Análise do Sector da Segurança em Timor-Leste	PNUD (Noruega, AusAID)	PNUD & UNMIT	400	823	0	0	0	823
Protecção e Assistência a Refugiados e Pessoas que Procurem Asilo	ACNUR	ACNUR	40	67	0	0	0	67
Apoio ao componente naval – assistência humanitária, busca e salvamento em mar e rios	Portugal	Ministério da Defesa Nacional	1500	900	0	0	0	900
Grupo Internacional de Crise	Austrália	GIC	89	177	177	89	-	443
Segurança de edifícios oficiais	França	Ministério Francês do Interior	16	0	0	0	0	0
TOTAL			**2,045**	**1,967**	**177**	**89**	**0**	**2,233**

Em 2009 as actividades da Secretaria de Estado serão apoiadas por programas de parceiros de desenvolvimento avaliados em $1.967 milhões. Este financiamento abrange uma análise do sector da segurança ($0.823 milhões) bem como protecção humanitária geral e apoio à população civil através de actividades tais como busca e salvamento e actividades do Grupo Internacional de Crise. Somente o Grupo Internacional de Crise continua a médio prazo, com financiamento até 2011. Todos os outros programas terminam em 2009, o que conduzirá a uma redução de 91 por cento no apoio dos parceiros de desenvolvimento.

Os programas de parceiros de desenvolvimento providenciados com ONGs ou grupos comunitários neste sector são apresentados no capítulo do Ministério da Defesa e da Segurança.

Plano Anual de Acção

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
Secretaria de Estado da Segurança			
Reforma Institucional	Reformar as instituições de segurança; Criação e consolidação de mecanismos de supervisão da sociedade civil sobre as actividades de segurança.	Reestruturar a Secretaria de Estado da Segurança	• Lei Orgânica dos Bombeiros, Protecção Civil e Imigração, implementada; • Regimento interno da SES, formulado e implementado; • Capacidade e Autoridade da Unidade de Auditoria e Inspecção, reforçada; • Capacidade das Finanças e das Unidades de Aprovisionamento, reforçada.
		Reforma e reestruturação da Instituição da PNTL; Novo modelo de formação especializada; Novo Conselho Superior de Polícia e de mecanismos de denúncia.	• Plano Estratégico da Força Policial 2020, formulado; • Nova estrutura da Polícia, estabelecida; • Novo sistema de administração e gestão estabelecido e implementado; • Unidade de inteligência, desenvolvida e em funcionamento; • Novo treino básico (recrutamento), introduzido e implementado; • Todos os membros da PNTL treinados de novo em disciplina e profissionalismo; • Formação em liderança, implementada; • Novo modelo de formação especializada estabelecido e implementado; • Novo modelo de supervisão da sociedade civil, estabelecido.
Reforma da Legislação	Legislação adequada de apoio à reforma da instituição de segurança e clarificação das funções dos diferentes intervenientes da segurança e suas filiações.	Revisão da Lei Disciplinar da Polícia; Implementação da Lei da Segurança Interna; Reformulação da visão 2020 da SES.	• Lei Disciplinar da Polícia, revista e implementada; • Lei da Segurança Interna, implementada; • Visão 2020 da SES, formulada.
Segurança Pública	Manter e garantir uma sociedade mais segura, incluindo a protecção civil e a protecção dos bens do Estado e criar mecanismos de coordenação entre as instituições de segurança para responder de forma eficaz e impedir o surgimento de conflitos destabilizadores.	Estabilidade e controlo da violência e da criminalidade. Operações de: inteligência, trabalho de investigação e sistema de comunicação eficaz.	• Violência e criminalidade reduzida e controlada através de patrulha de rotina da *Task Force*; • Resposta adequada pela Unidade de Operação Especial; • Cooperação entre o Gabinete da Procuradoria Geral e a aperfeiçoada Unidade de Investigação para reforçar e acelerar o processo de inquérito; • Cooperação entre a Unidade de Inteligência da PNTL, F-FDTL e Serviços Nacionais de Informação, estabelecido e reforçado; • Controle de Tráfego actualizado em cooperação com o

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
			Ministério das Infra-Estruturas; • Manutenção e reforço das condições dos Postos de Polícia existentes nas áreas vulneráveis.
		Gestão da Fronteira	• Guarda Costeira estabelecida e operacional; • Gabinete da Imigração actualizado e operacional; • Controlo das Fronteiras Terrestres reforçado; • Patrulha Marítima Mista, estabelecida e reforçada (PNTL, F-FDTL, quarentena e aduaneira).
		Criar mecanismos de relacionamento civil – militar.	• Mecanismos de coordenação entre todas as instituições do Estado responsáveis pela segurança, estabelecidos; • Mecanismos de cooperação entre a PNTL e as F-FDTL estabelecidos através de treinos, patrulhas e de outras actividades conjuntas.
		Mecanismos para a prevenção de conflitos e a reconciliação.	• Direcção Nacional de Prevenção de Conflitos na comunidade, estabelecida, reforçada e dotada de recursos adequados; • Rede de serviços e parcerias criada; • Sistemas de informação e de base de dados, estabelecidos; • Sistema de alerta imediato, estabelecido; • Mediadores para a manutenção da Paz Nacional (“Peace Building”), recrutados, treinados e equipados; • Policiamento comunitário, reforçado e facilitado com recursos.
		Criação de uma unidade de protecção civil efectiva e eficaz, incluindo a protecção de bens públicos.	• Procedimentos dos Bombeiros e Operação de Segurança Civil, revistos; • Mecanismos de coordenação entre Bombeiros, Segurança Civil e Polícia, formulados e implementados; • Sistema de gestão de crises, estabelecido e implementado, para a prestação de Primeiros Socorros, em colaboração com os Bombeiros.
Desenvolvimento de Aptidões	Aperfeiçoar os conhecimentos, competências e profissionalismo dos Serviços Civis e da Polícia.	**PNTL**: Criar novo modelo de formação básica / formação e recrutamento; Formação especializada na investigação, inteligência, operações especiais, policiamento comunitário, guarda costeira, lei e ordem e os direitos humanos.	• Novo método de treino básico estabelecido; • Novos centros de formação, estabelecidos; • Novos instrutores recrutados; • Formação especializada implementada; • Formação linguística implementada; • Formação em lei e ordem, implementada; • Formação no estrangeiro implementada; • Formação em liderança de alto nível na tomada de decisão, implementada; • Formação de liderança de nível médio em gestão,

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
			administração e tomada de decisão implementada.
		Civis: Formação especializada; Formação para a gestão de alto nível.	• Formação de gestão e administração e contabilidade; • Comunicações para todos os serviços civis da SES, implementadas; • Formação de bombeiros e protecção civil, implementada; • Formação em gestão administração, planeamento e outras áreas relevantes, implementada.
		Educação Formal.	• Mecanismo de atribuição de bolsas de estudo, estabelecido; • Áreas de bolsas de estudo, definidas; • Bolsas de estudo fornecidas; • Concepção e Reabilitação do Centro de Treino da PNTL.
Desenvolvimento Institucional	Reforçar a instituição da SES para uma melhor prestação de serviços à população.	Reorganização da SES incluindo a PNTL.	• Capacidade da unidade, no seio da SES e da PNTL, reforçada através do estabelecimento do novo sistema de gestão e administração; • Serviços civis no âmbito da SES e da PNTL, reformulados.
		Melhorar e reforçar os mecanismos de responsabilização.	• Gabinete do Inspector-Geral da PNTL estabelecido; • Regras de empenhamento para a PNTL, implementadas; • Respeito pelos direitos humanos reforçado através da formulação de indicadores e de formação; • Equipa Ad Hoc de investigação criada ao abrigo da SES; • Nova lei disciplinar da PNTL, revista e aplicada; • Mecanismos de punição e recompensas estabelecidos para a PNTL; • Gabinete de Inspecção e Auditoria reforçado; • Procedimentos de inspecção estabelecidos e executados; • Indicadores de desempenho dos serviços civis e dos agentes da polícia formulados e implementados; • Mecanismo de sanções e recompensas para os funcionários civis da SES implementado.
		Planeamento e Implementação.	• Unidade de Gestão de projectos (PMU), planeada e operacional; • Unidade de Cooperação (PCU), formada e operacional; • Planeamento estratégico 2020, implementado; • Novos funcionários civis para a PMU e PCU, recrutados.
		Liderança.	• Estágios para os Directores, Chefes de Departamento e Comandantes, realizados; • Novos Directores e Comandantes são recrutados com base no mérito, habilitações académicas e na experiência; • Programa de intercâmbio de liderança, implementado.
		Desenvolvimento de carreiras.	• Implementação do Regime de promoção para a PNTL;

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
			• Novo Regime de pensões para a PNTL, definido e implementado em 2009 e 2010; • Mecanismo de rotação no cumprimento das funções, implementado; • Rotação interna para o cumprimento das funções, nos serviços civis, no âmbito da SES, implementada; • Implementação de novo salário, promoção e regime de divisas para os Bombeiros e a Segurança Civil, implementados.
		Gestão e Administração	• Normas e regras de utilização de veículos executadas; • Normas e regras de manutenção de veículos, equipamentos e edifícios executadas; • Descrição de funções de cada uma das unidades e funcionários na SES e na PNTL, definidas; • Novo mecanismo de serviços públicos na SES, estabelecido.
		Sistema de Apoio.	• Capacidade de aprovisionamento, reforçada; • Centro de Saúde para os Serviços Civis e membros da PNTL, estabelecido; • Equipamentos incluindo IT, Transportes e Comunicações para melhorar as condições de trabalho prestado, operacionais; • Reforçar os Bairros de Polícia existentes, atribuindo melhores condições de habitação para melhorar as condições de trabalho e bem-estar da Polícia, serviços civis, bem como para apoiar os efectivos na prestação de serviços; • Sistemas de segurança social para melhorar as condições básicas dos membros da PNTL e dos restantes funcionários, estabelecidos; • Fardas para a PNTL, Bombeiros, Protecção Civil e serviços civis, continuação do fornecimento.
Policia Nacional de Timor-Leste – PNTL			
Administração e Planeamento Implementar a Política da Segurança Nacional	Reformar a Instituição da Segurança; Criar o mecanismo de coordenação de resposta eficaz, prevenindo os conflitos e emergências; Criar e reforçar o mecanismo das actividades da segurança civil.	Reformar e reestruturar a instituição PNTL.	• Plano da Força Policial 2020, formulado; • Nova estrutura da polícia, estabelecida; • Novo modelo de treino especializado, estabelecido e implementado; • Sistema de gestão e administração, implementado; • 1 Seminário de 2 dias, para 65 participantes, realizado;
Elaboração de Legislação	Legislação adequada de suporte na	Refazer o esboço da visão 2020.	• Visão 2020, reformulada;

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
	reforma da instituição da segurança; Legislação clara que defina e regulamente as várias funções desempenhadas.		• Avaliação dos intervenientes para garantir que a mensagem é entendida; • 1 Seminário, para 65 participantes, realizado;
Desenvolvimento Institucional	Melhorar a instituição PNTL, para bem servir; Membros da PNTL executaram as suas funções administrativas de acordo com as regras e procedimentos existentes, através de um processo participativo dos membros, principais, da PNTL. Plano baseado na estratégia definida pelo Governo; Construir e implementar o conceito de valor da igualdade entre os membros da PNTL.	Reorganização do secretariado da PNTL e da segurança. Melhorar e promover o mecanismo da responsabilidade. Planeamento e implementação. Disseminação do regimento interno, especialmente a delegação de autoridade pelo Comando distrital e unidade especial. Coordenação administrativa na preparação de relatórios e planos, particularmente planos envolvendo parceiros (CSP). Regulamento interno implementado pela Administração e Comandos.	• Aumento da capacidade dos funcionários da PNTL, através do sistema de gestão e administração estabelecido; • Sistema de planeamento e administração, transparente e eficaz, segundo o regulamento NOP; • Indicadores de desempenha do serviço civil e PNTL, implementados; • Avaliação da percepção e entendimento do regulamento disciplinar; • 1 Seminário de 2 dias, para 65 participantes, realizado; • Serviço corporativo e unidade de planeamento e cooperação estabelecido e melhorado; • Plano, definido para 5 anos e assegurada a implementação de parte em 2009; • Orçamento e PAA executados; • Plano Estratégico 2020, implementado; • Unidade de Planeamento e Cooperação (CPU) estabelecida; • Regulamento do NOP, para uso das viaturas, formulado, implementado e disseminado; • 1 Seminário, 65 participantes, realizado; • Normas e regras para a execução orçamental, implementadas; • Normas e regulamentos para passageiros, implementadas; • Normas e regulamentos para manutenção de veículos, equipamentos e edifícios implementadas; • 1 Seminário sobre o Regime Interno DNA, para 48 participantes, realizado; • Esboço sobre a Política da Igualdade do Género na PNTL e respectivo Plano elaborados; • Realização de 1 Seminário, para 65 participantes, realizado.
Componente Logística	Descentralização. Renovação do Campo da Parada. Infra-estruturas e armazém.	Desenvolver e promover os procedimentos para o sistema descentralizado e auditoria interna. Desenvolver o formato e o	• Sistema de logística descentralizado pelos distritos; • Manutenção e actualização da lista de serviços e fornecedores de qualidade, garantindo o processo de aprovisionamento justo; • Coordenação do Comando e Adjunto de Distrito na manutenção do sistema de descentralização de logística,

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
	Mini-Oficina. Rádio e Comunicações Armamentos.	sistema básico para os distritos. Formação de recursos humanos previamente identificados. Estabelecimento de acordo entre os Serviços de Inspecção e o Comandante de Distrito sobre direitos e responsabilidades. Coordenação do processo de auditoria interna dos serviços em todos os distritos, previamente ao inicio do sistema de descentralização. Certificar que os serviços a nível distrital estão preparados a iniciar o processo de descentralização (manutenção de viaturas e equipamentos, equipamentos para operações policiais, etc.) Promover a realização de cerimónias oficiais da PNTL. Realização de 1 Seminário de formação. Estabelecer o Sistema de manutenção e instalação da rede rádio para comunicação da PNTL.	apoiando a logística nacional e distrital; • Diminuição da burocracia no atendimento logístico nacional, conseguida; • Muro de vedação do Quartel-General construído e emblema da PNTL colocado; • Recursos humanos treinados em gestão de armazém; • Controlo e manutenção dos veículos e respectivo transporte de mercadorias. Estrago de equipamentos, minimizado; • Equipamento de rádio adquirido e conservado; • Equipamento suporte e ampliação da rede de rádio adquirido e implementado; • Depósitos Regiãoais de armas e munições reabilitados; • Sistema de armazenamento e conservação das armas e equipamento anti-motim da PNTL estabelecido.
Finanças e Orçamento Legislação	Promover a elaboração de legislação de suporte à reforma da instituição da segurança, nomeadamente regulamentos de competências.	Melhorar a execução orçamental, promovendo o aumento das competências na áreas das finanças.	• Sistema de finanças da PNTL contribui e facilita as inspecções e auditorias; • Sistemas de pagamento nos postos de polícia, implementados.
Desenvolvimento de Capacidades	Melhorar o conhecimento e aptidões profissionais no serviço civil da PNTL.	Formação dos recursos humanos nas especialidades de administração e finanças.	• Recursos humanos formados em administração e finanças; • Recursos humanos formados em línguas e liderança; • Ponto focal formado no novo sistema e com conhecimento nas leis e regulamentos relevantes; • 70 Recursos humanos formados (departamento, unidades e distritos).
Desenvolvimento Institucional	Melhorar a instituição no bem servir a	Reorganização do secretariado de	• Capacidade de resposta das unidades administrativas de

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
	SES.	apoio ao Secretário de Estado. Melhorar e promover o sentido e mecanismos de responsabilização e transparência.	apoio ao Secretário de Estado, melhorada; • Novo sistema de gestão de finanças e informação, estabelecido; • Administração, finanças e planeamento, adaptadas às exigências da Lei Orgânica; • Coordenação do sistema de finanças da PNTL com o gabinete de inspecção SES, melhorada; • Adaptação do serviço das finanças com as exigências da nova Lei da PNTL; • Normas, procedimentos e organização das finanças da PNTL, formuladas e implementadas.
Informação e Tecnologia Desenvolvimento de Aptidões	Elevar o conhecimento, habilitações e profissionalismo do serviço civil da Polícia.	Formação especializada em tecnologias de informação.	• Formação em *hardware* e *software*, manutenção de IT e administração da rede: 14 pessoas formadas em cursos administrados em território nacional e 4 pessoas formadas em cursos administrados no estrangeiro; • Formação em manuseamento de programas na óptica do utilizador: 4 membros da PNTL e 2 funcionários de cada distrito, formadas.
Desenvolvimento Institucional	Melhorar a instituição e o serviço ao público.	Desenvolvimento das carreiras. Criação e manutenção de um sistema de registo de base de dados da PNTL.	• 8 Funcionários recrutados; • Recursos e património de IT de todo o território nacional, registados; • Sistema de base de dados da PNTL, implementado; • Sistema central de gestão de informação tecnológica, criado no Quartel General da PNTL.

PNTL

A PNTL é responsável por defender a lei e a democracia, garantir a segurança de pessoas e bens, e assegurar os direitos dos cidadãos conforme consagrados na Constituição da República Democrática de Timor-Leste e na lei. O financiamento e as actividades da PNTL em 2009 são apresentados de seguida.

Quadro 7.107

Orçamento Geral do Estado ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	8,424	12,480	12,481	12,490	12,493	49,944
Bens e Serviços	-	7,160	7,373	7,872	7,816	30,221
Capital Minor	-	845	852	880	906	3,483
Transferências Públicas	-	-	-	-	-	-
Total Despesas Recorrentes	8,424	20,485	20,706	21,242	21,215	83,648
Crescimento ao Ano Interior		143.2%	1.1%	2.6%	-0.1%	3.6%
Total Capital Desenvolvimento	-	1,991	500	-	-	2,491
Crescimento ao Ano Interior			-74.9%	-100.0%		-100.0%
Total Orçamento Geral do Estado	**8,424**	**22,476**	**21,206**	**21,242**	**21,215**	**86,139**
Crescimento ao Ano Interior		166.8%	-5.7%	0.2%	-0.1%	-5.6%

O financiamento estatal para a PNTL em 2009 será de $22.476 milhões, um aumento de 166.8 por cento a partir do orçamento de estado para 2008, no valor de $8.424 milhões. A principal razão para esta alteração prende-se com a descentralização de despesas operacionais (por exemplo Bens e Serviços e Capital Menor) incluídas no orçamento da Secretaria de Estado da Segurança em 2008. Outras alterações incluem um aumento dos Salários e Vencimentos preparando a implementação de uma nova lei para a PNTL. A PNTL possui também um programa de capital para reabilitar centros de treino, clínicas e residências na Academia de Polícia, bem como outros centros de treino. De seguida apresentam-se detalhes sobre estes projectos de capital.

Quadro 7.108

Fundos confirmados a partir de outras fontes ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	11,549	25,571	15,315	-	-	40,886
Despesas Capital	-	-	-	-	-	-
Total Fundos Confirmados de Outros Fontes	11,549	25,571	15,315	-	-	40,886
Crescimento ao Ano Anterior		*121.4%*	*-40.1%*	*-100.0%*		*-100.0%*

Quadro 7.109

Orçamento de Fontes Combinadas para a PNTL ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Fontes Combinadas						
Despesas Recorrentes	19,973	46,056	36,021	21,242	21,215	124,534
Crescimento ao Ano Interior		130.6%	-21.8%	-41.0%	-0.1%	-53.9%
Despesas Capital	-	1,991	500	-	-	2,491
Crescimento ao Ano Interior			-74.9%	-100.0%		-100.0%
Total Fontes Combinadas	**19,973**	**48,047**	**36,521**	**21,242**	**21,215**	**127,025**
Crescimento ao Ano Interior		141%	-24.0%	-41.8%	-0.1%	-55.8%

Quadro 7.110

Capital e Desenvolvimento para a PNTL ($000)

Status	Projecto	2009	2010	2011	2012	Total
Novo	Reabilitação de um Centro de Treino para a Academia de Polícia em Baucau	110	-	-	-	110
Novo	Reconstrução da Residência do Instrutor da Polícia	32	-	-	-	32
Novo	Reabilitação do Centro de Treinamento em Atabae – Bobonaro	23	-	-	-	23
Novo	Construção de uma Clínica na Academia de Polícia	35	-	-	-	35
Reorçamentado	Sede para a polícia especial	1,000	500	-	-	1,500
Reorçamentado	Construção de um Posto de Polícia em Dili	495	-	-	-	495
Reorçamentado	Construção de uma Armazém	133	-	-	-	133
Reorçamentado	Construção de um Posto de Polícia em Manatuto	123	-	-	-	123
Reorçamentado	Construção da Residência do Comandante PNTL	40	-	-	-	40
Total	**PNTL**	**1,991**	**500**	**-**	**-**	**2,491**

Pessoal

Quadro 7.111

Perfil de Funcionários

Posto	Pessoal PNTL
Agente Recruta	305
Agente	91
1º Agente	-
Agente Chefe	-
2º Sagento	2,875
1º Sargento	3
Sargento Chefe	-
Ast. Inspector	203
Inspector	20
Inspector Chefe	-
Ast. Superintendente	-
Superintendente	-
Superintendente Chefe	-
Ast. Comissario	-
Comandante Geral PNTL	1
Adjunto Comandante Geral Operações da PNTL	1
Adjunto Comandante Geral Administração da PNT	1
Total	3,500

Quadro 7.112

Perfil de Gestão

Chefia

Posto	Pessoal Chefia
Comandante Geral PNTL	1
Adjunto Comandante Geral Operações da PNTL	1
Adjunto Comandante Geral Administração da PNT	1
Chefe da Operações	1
Director Departemento	7
Adjunto Chefe de Operações	1
Adjunto Director Departemento	7
Comandante Unidade	13
Comandante Distrito	13
Adjunto Comandante Unidade	16
Adjunto Comandante Distrito	14
Comandante Estagio	65
Chefe Secção Nacional Chefe Unidade Administração Chefe Administração Distrito Comandante Posto	578
Total	**718**

Em 2009 a PNTL aprovou um Perfil de Funcionários que inclui 3,500 agentes de polícia e 718 elementos de chefia. Está-se ainda a proceder ao recrutamento de 305 destas posições, de modo a preencher a totalidade do Perfil de Funcionários da PNTL. A estrutura de gestão forma actualmente 17 por cento do total da força laboral aprovada.

Actividades de Fontes Combinadas

Quadro 7.113

Actividades administradas com o Governo ($000)

Projecto ou Programa	PD	Instit. Implem.	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Programa de Desenvolvimento da Polícia de Timor-Leste – Polícia Federal da Austrália	Austrália	AFP	9,089	23,737	15,315	0	0	39,052
Treino em Policiamento Comunitário	Japão	JICA	0	40	0	0	0	40
Colocação de Polícias da NZ	Nova Zelândia	Polícia da NZ	2,460	1,406	0	0	0	1,406
Cooperação policial e técnica por via de formação e especialização	Portugal	Minis-tério da Adminis-tração Interna	0	388	0	0	0	388
TOTAL			**11,549**	**25,571**	**15,315**	**0**	**0**	**40,886**

Em 2009 as actividades da PNTL serão suportadas por programas de parceiros de desenvolvimento avaliados em $25.571 milhões. Isto representa 11.6 por cento do total do apoio dos parceiros de desenvolvimento a actividades do Governo em 2009. Este financiamento abrange formação, desenvolvimento e apoio da polícia. O programa mais significativo é o Programa de Desenvolvimento da Polícia da Polícia Federal da Austrália, o qual fornece $23.737

milhões em 2009 e $15.315 milhões em 2010. É o único programa confirmado para 2010, não havendo quaisquer programas de parceiros de desenvolvimento na PNTL confirmados para depois deste ano.

Devido à natureza das responsabilidades policiais não existem programas de parceiros de desenvolvimento prestados com ONGs ou grupos comunitários neste sector.

Ministério dos Negócios Estrangeiros

O Ministério dos Negócios Estrangeiros lançará 2009 como o **Ano da Diplomacia Económica.** Irá trabalhar no sentido de acelerar a cooperação internacional e promover o investimento externo para o aumento da capacidade de desenvolvimento de Timor-Leste.

As principais áreas incluem a procura de cooperação internacional com outros países na região, tais como o Japão, a China, a Malásia, a Tailândia, a Singapura, a Coreia do Sul, a ASEAN, o Fórum de Ilhas do Pacífico e os dois maiores vizinhos de Timor-Leste – a Indonésia e a Austrália. Continuarão também a haver oportunidades de cooperação com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e com outros países e organizações internacionais parceiros.

Estas actividades são apresentadas em detalhe no Plano Anual de Acção do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Quadro 7.114

Orçamento Geral do Estado ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	732	5,153	5,297	5,454	5,611	21,515
Bens e Serviços	7,326	4,845	4,979	5,108	5,249	20,181
Capital Minor	1,011	328	336	342	351	1,357
Transferências Públicas	-	1,000	-	-	-	1,000
Total Despesas Recorrentes	9,069	11,326	10,612	10,904	11,211	44,053
Crescimento ao Ano Anterior		24.9%	-6.3%	2.8%	2.8%	-1.0%
Total Capital Desenvolvimento	350	-	430	-	-	430
Crescimento ao Ano Anterior		-100.0%		-100.0%		
Total Orçamento Geral do Estado	**9,419**	**11,326**	**11,042**	**10,904**	**11,211**	**44,483**
Crescimento ao Ano Anterior		20.2%	-2.5%	-1.2%	2.8%	-1.0%

O orçamento total do Ministério dos Negócios Estrangeiros é $11.326 milhões, reflectindo um aumento de 20.2% desde 2008. Houve alterações significativas no orçamento de Salários e Vencimentos, reflectindo a implementação do novo regime de carreira e a um movimento de funcionários que anteriormente eram pagos a partir da categoria de Bens e Vencimentos, os ajustes aos pagamentos de subsídios e o estabelecimento de uma função de coordenação na missão diplomática em Jacarta. Os ajustes anteriormente referidos entre a categoria de bens e serviços para a de Salários e Vencimentos são do mesmo montante pelo que não afecta o valor global.

Quadro 7.115

Fundos confirmados a partir de outras fontes ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	506	465	300	300	-	1,065
Despesas Capital	-	-	-	-	-	-
Total Fundos Confirmados de Outros Fontes	506	465	300	300	-	1,065
Crescimento ao Ano Interior		*-8.1%*	*-35.5%*	*0.0%*	*-100.0%*	*-100.0%*

Quadro 7.116

Orçamento de Fundos Combinados para o Ministério ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Fontes Combinadas						
Despesas Recorrentes	9,575	11,791	10,912	11,204	11,211	45,118
Crescimento ao Ano Anterior		23.1%	-7.5%	2.7%	0.1%	-4.9%
Despesas Capital	350	-	430	-	-	430
Crescimento ao Ano Anterior		-100.0%		-100.0%		
Total Fontes Combinadas	**9,925**	**11,791**	**11,342**	**11,204**	**11,211**	**45,548**
Crescimento ao Ano Anterior		19%	-3.8%	-1.2%	0.1%	-4.9%

Quadro 7.117

Capital e Desenvolvimento para o Ministério dos Negócios Estrangeiros ($000)

Status	Projecto	2009	2010	2011	2012	Total
Novo	Compra de Terreno e Propriedade de Consulado Geral em Kupang	-	430	-	-	430
Total	**Ministério dos Negócios Estrangeiros**	**-**	**430**	**-**	**-**	**430**

Pessoal

Quadro 7.118

Perfil de Funcionários

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Total Permanente	5	5	24	22	20	29	6	111
Total Temporario	2	6	8	6	1	14	1	38
Total Apontamento Politica	-	3	-	3	2	6	3	17
Total Funcionario	**7**	**14**	**32**	**31**	**23**	**49**	**10**	**166**

Quadro 7.119

Perfil de Gestão

Director Geral	1
Director Nacional	4
Director Distrital	13
Chefe Departemento	-
Chefe Secção	-
Total	**18**

Em 2009 o Ministério dos Negócios Estrangeiros aprovou um Perfil de Funcionários com 166 posições, nomeadamente 111 funcionários permanentes, 38 funcionários temporários e 17 nomeações políticas. Os funcionários permanentes incluem 18 posições de gestão, conforme descrito acima. Continua em curso um processo de recrutamento com o intuito de preencher 40 posições permanentes e 4 posições temporárias, preenchendo assim

a totalidade das posições. Sob o novo regime de carreira e a lei orgânica do Ministério, a estrutura de gestão forma 10.8 por cento do total da força laboral aprovada.

Actividades de Fontes Combinadas

Quadro 7.120
Actividades administradas com o Governo ($000)

Projecto ou Programa	PD	Instit. Implem.	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Capacitação do MNE	Irlanda	MNE	165	165	0	0	0	165
Formação em Diplomacia Básica	Indonésia	0	41	0	0	0	0	0
Cooperação trilateral Timor-Leste, Indonésia, Alemanha	Alemanha	MNE	300	300	300	300	0	900
	TOTAL		506	465	300	300	0	1,065

Em 2009 as actividades do Ministério dos Negócios Estrangeiros serão apoiadas pelas actividades de dois parceiros de desenvolvimento – apoio de capacitação por parte da Irlanda e um acordo de cooperação trilateral com a Indonésia e a Alemanha. Este programa de cooperação trilateral é a única iniciativa a médio prazo na área dos negócios estrangeiros, sendo que todos os outros fundos terminarão em finais de 2009.

De presente não existem quaisquer programas de parceiros de desenvolvimento prestados nesta área fora do Governo.

Concessões Públicas Administradas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros

O Ministério dos Negócios Estrangeiros administrará um programa de transferências públicas em 2009.

Assistência para as Crianças na Somália e no Myanmar

O Ministério dos Negócios Estrangeiros irá administrar o pagamento de $1.0 milhão ao Fundo das Nações Unidas, a fim de prestar solidariedade e assistência às crianças na Somália e no Myanmar.

Quadro 7.121
Concessões Públicas Administradas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros ($000)

	2009 Orçamento	2010 Projeção	2011 Projeção	2012 Projeção	Total 4 Anos
Ministério dos Negócios Estrangeiros					-
Apoio para o povo de Somalia and Myanmar (Multilateral atravez de UNICEF)	1,000				
Total	**1,000**	**-**	**-**	**-**	**-**

Plano Anual de Acção

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
GABINETE DO SECRETARIADO GERAL ***Comissão para a Verdade e Amizade***			
Execução de deveres	100% da divulgação de informação é efectuada	A divulgação da Informação Nacional é concluída	10% das realizações são implementadas pela CTF
	O plano de trabalho da CTF com o governo da Indonésia é concluído	São concluídas 2 (duas) Reuniões bilaterais	
Demarcação da Fronteira			
Avaliação em Passabe			Trabalho de campo, trabalho de reunião mista, reunião especial (preparação para a demarcação)
Actividades de Demarcação			Plano de manutenção e actualização de demarcação TdR, Inspecção dos marcadores nos rios em Malibaca e reconstruir 60 marcadores,
Trabalho geográfico do ***BackOffice***			Gazzett, DTM e dados meteorológicos, trabalhos de reunião Mista
Preparação de mapa Misto			Preparação do Termo de Referência, aquisição de Dados, edição e processamento de dados, reunião do TSC-BRD
Trabalho de campo em Fatu Rokon -Mota Masin			Mapeamento em grande escala (Aikakar-Takis-Motamasin),Demarcação em Fatu Rokon e Mota Masin,reunião da TSC-BDR
Cooperação Trilateral			Admissão de 55 funcionários públicos para as 3 universidades da Indonésia, apresentar estudo relacionado com o financiamento do pedido dos 55 funcionários públicos para serem pagos pela cooperação trilateral; Apresentar 6 registos de modelos académicos para a equipa de trabalho trilateral
MNE Administração Institucional			
Implementação da Lei Orgânica do MNE		Submeter e obter aprovação do MNE para o perfil do staff; regime de formação para Diplomatas Juniores; Identificar e recomendar os candidatos para as vagas; coordenar a CBM anual; Coordenar a CBM extraordinária se necessário; coordenar semanalmente o relatório das Embaixadas da RDTL; Consultadoria técnico-profissional.	Perfil pessoal adequado ; Coordenar e identificar os perfis do pessoal do MNE.
Conclusão do Manual de Política Externa para:			Recursos Humanos; Lei da Carreira Diplomática; Lei do Protocolo e Manual de Protocolo; Gestão de recursos humanos e destacamento da Rotatividade e plano de formação para os Novos diplomatas.
Comissão de Planeamento e Pesquisa			

Fazer acordos com Pessoal Especializado e contratar formadores da Indonésia e Singapura	Designado o pessoal técnico; Negociar os formadores da Indonésia e Singapura	100% do pessoal do MNE frequenta a formação	Pessoal Especializado; Eventual consultadoria com formadores da Indonésia e Singapura centrada nas matérias de Planeamento e Pesquisa
No Centro de Formação	100% do novo staff frequenta a formação em diplomacia	100% do novo staff é Diplomado	Formação especifica em diplomacia para o novo pessoal do MNE
	O staff do MNE frequenta a formação	100% do staff do MNE é Diplomado	Formação intensiva acerca da ASEAN e a Integração Regional em coordenação com a direcção relevante.
	O staff do MNE frequenta a formação	100% do staff do MNE é Diplomado	Formação intensiva acerca de Relações Externas em coordenação com a Direcção Nacional relevante.
	O staff do MNE frequenta a formação	100% do staff do MNE é Diplomado	Formação intensiva acerca de Protocolo, Tratados Jurídicos e Consulares em coordenação com a Direcção Nacional relevante
	A equipa do MNE frequenta a formação	100% do staff do MNE é Diplomado	Formação intensiva acerca do mecanismo, procedimentos e relatórios de processos da Administração & Finanças e pesquisa em coordenação com a Direcção relevante.
A ÉTICA NA COMUNICAÇÃO E DIPLOMACIA	Toda a equipa do MNE é formado na melhoria da qualidade da comunicação e da linguagem diplomática	100% do staff do MNE é Diplomado	Formação específica para a melhoria da qualidade da Comunicação e linguagem diplomática
Formação no Estrangeiro	Toda a equipa de pessoal superior do MNE frequenta a formação	100% dos superiores do MNE é Diplomado e transferido para ser o Staff Junior do MNE	Formação Diplomática aos Superiores
	O pessoal Superior e Junior de MNE recebem os relatórios	100% dos relatórios são válidos para toda a capacidade de desenvolvimento do MNE	Compilar e fornecer todos os relatórios da formação de Diplomacia a cada uma das Direcções Nacionais e Divisões
	50% dos funcionários superiores do MNE frequenta formação	100% dos participantes do MNE é diplomado	Identificar formação específica nos países estrangeiros de modo a aumentar e maximizar a capacidade dos diplomatas superiores do MNE
	A equipa técnica é entrevistada oficialmente pelo Gabinete de SG	O staff técnico para pesquisa assina contrato por um ano	Contratar mais uma equipa de técnicos para se concentrar nas actividades de pesquisa
	100% participa na formação	100% Diplomado	O staff de pesquisa e a comissão de planeamento terão formação nos países estrangeiros
Viagens ao estrangeiro	Obter 100% da informação acerca da situação real de cada Embaixada e Consulado	100% diplomado	O staff de pesquisa e a Comissão de planeamento visita as Embaixadas e os Consulados
DIRECÇÃO NACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO			

Desenvolvimento e Gestão Institucional	Criação e adopção de Políticas e Manuais de Procedimentos, Criar listas de Emprego, Recrutamentos, e pôr em prática sistemas operacionais	100% da estrutura Orgânica do MNE completa, pelo menos 6 políticas e Manuais de Procedimento são concluídos; 100% dos empregados são guiados pelas descrições; 100% do Sistema Operativo está implementado	MNE atinge a sua capacidade institucional para agir sobre os assuntos de um modo profissional e eficiente
	Gestão de Recursos Humanos e Desenvolvimento	100% das descrições de emprego criadas; 100% das vagas preenchidas; 80% dos empregados comparecem diariamente nas aulas de Inglês e Português; 100% dos empregados aprende no sistema de arquivo; É criado um grupo consultivo de curículo e inicia o plano de desenvolvimento de recursos humanos ao longo prazo para a adesão de Timor-Leste junto da ASEAN em 2012	idem
	Planeamento e execução do Orçamento	95% do orçamento de 2009 foi executado; PAA e orçamento de 2010 submetidos em devido tempo	Idem
	Gerência da Conta de Receita do MNE	Relatórios mensais sobre a Conta Especial do MNE, Receita do Salão Memorial da Independência e Rendimentos Consulares submetidos em devido tempo	Idem
	Aprovisionamento, Logística e Fornecimento	100% das Operações Diárias MNE são apoiadas	Idem
DIRECÇÃO NACIONAL DE RELAÇÕES EXTERNAS			
Divisão de Assuntos Multilaterais			
Cooperação com agências multilaterais (ECOSOC, UNESCAP, UNCTAD, LDC, UNEP, Banco Mundial, FMI, BDA, CPLP, NAM etc)	O número de reuniões e conferências promovidas pelas agências multilaterais frequentadas por Timor-Leste	100% de todas as reuniões e encontros agendados foram frequentados	Desenvolvimentos no país são monitorizados adequadamente coordenados com as agências internacionais como parte de um esforço conjunto para promover e integrar os interesses de Timor Leste na economia global
Aplicação aos associados das corporações internacionais (WTO, APEC, IAEA, OPEC)	Número de associados obtidos por Timor-Leste	Timor-Leste alcançou 100% de associados das corporações económicas internacionais	Os interesses de Timor-Leste são integrados na agenda das corporações da economia global
Prestação de serviços de aconselhamento e assistência técnica sobre questões multilaterais para a	O número de escritórios envolvidos e instruídos sobre questões emergentes e em curso nas relações multilaterais do pais	Balanços regulares implementadas e todos os escritórios do Estado relevantes estão informados sobre as questões correntes e as preocupações quanto às	As questões e preocupações multilaterais serão devidamente discutidas e distribuídas a todos os interessados para a sua apreciação.

Presidência, Gabinete do PM, MNE e outros ministérios relevantes.		relações multilaterais do pais	
Recursos Humanos	Número de vagas preenchidas e staff recrutado	Confirmar todas as vagas preenchidas e recrutar pelo menos 5 funcionários suplentes posicionados correctamente nos cargos atribuídos	O máximo de pessoal complementar totalmente no apoio às actividades planeadas pela Direcção
Capacitação	Percentagem de pessoal treinado em questões multilaterais	Pelo menos 50% do pessoal da Direcção é habilitado em temas multilaterais	O reforço da capacidade da Direcção em analisar as suas actividades resultantes de um aumento dos efectivos de pessoal habilitado em questões multilaterais
DIVISÃO DOS ASSUNTOS BILATERAIS			
Política de Boa Vizinhança	Número da JMC hospedado com a Austrália e a Indonésia	Realizadas 2 reuniões da JMC	Os laços Políticos, económicos e culturais mais reforçados e intensificados
Cooperação Bilateral	Número de reuniões bilaterais e debates realizados com os respectivos países	São realizadas uma série de negociações e cooperação	Cooperação Bilateral com EU, as Américas, África, Ásia e Pacífico e 5 grandes países implementados
Recrutamento do pessoal	As vagas preenchidas	5 pessoas recrutadas	Escritório bilateral bem preparado para prestar os serviços exigidos
Capacitação	Percentagem da equipa de funcionários habilitada em assuntos diplomáticos	60% da equipa habilitada	Toda a equipa dos funcionários habilitada em assuntos diplomáticos
	Número de cursos de línguas no estrangeiro	2 pessoas frequentam o curso de 6 meses a 1 ano	Domínio das línguas Inglesa, Portuguesa, Espanhola e Francesa
Seminário	Para a equipa do MNE e Diplomatas estrangeiros, estudantes Universitários	Para ser conhecedor da diplomacia e da política em geral.	Estratégia Política e Diplomática de Timor-Leste.
DIVISÃO DOS ASSUNTOS PÚBLICOS			
Coordenação na ligação com missão da RDTL no exterior	Informar a comunidade de Timor Leste das actividades das embaixadas de TL no exterior	100% da informação divulgada pela comunidade	Recolher a informação relevante e divulgá-la à comunidade através dos média locais
Ajustar a coordenação com os procedimentos oficiais do governo em Timor-Leste	Informar a comunidade internacional das actividades do governo da RDTL	100% da informação divulgada para a comunidade internacional	Recolher a informação relevante e divulgá-la à comunidade internacional e às Embaixadas da RDTL no exterior através dos meios internacionais
MNE semanalmente no jornal e tempo de programação na TVTL	Número de páginas de jornal distribuído à comunidade de Timor-Leste	Pelo menos 80% dos jornais publicados e programas de televisão que foram para o ar	Comunidade de Timor-Leste interessada em conhecer a matéria da política externa
Desporto e Competição	Número de competições que tiveram lugar	Proporcionar formação regular a todas as divisões do MNE envolvidos na questão em causa, relativamente à diplomacia pública do país	Construir uma comunidade do saber e da amizade através do desporto

Recursos Humanos	Número de vagas preenchidas	Todas as vagas declaradas preenchidas e pelo menos 5 pessoas recrutadas adicionalmente serão devidamente posicionadas nas suas funções	Todo o pessoal complementar em total apoio às actividades planeadas pela Direcção
Capacitação	Percentagem de pessoal habilitado em assuntos de relações públicas	Pelo menos 50% dos funcionários da Direcção estão habilitados em assuntos de relações públicas	Reforço da competência da Direcção para assegurar as suas actividades resultantes de um aumento dos efectivos de pessoal habilitado nos assuntos de relações públicas
DIRECÇÃO NACIONAL DA COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO REGIONAL			
ALCANÇAR A ADESÃO À ASEAN 2012	(i). Criação do Secretariado Nacional da ASEAN e participar nas actividades da ASEAN conforme o estipulado no Programa Anual da ASEAN (ii) Visitar os países membros da ASEAN para reforçar a criação de redes e contactos. (iii) Interesse de Timor-Leste no marketing da ASEAN	100% no preenchimento dos requisitos da ASEAN	Fomentar o diálogo construtivo e a consulta sobre questões de interesse e preocupações comuns; Contribuir significativamente para o roteiro da ASEAN ,tais como a Segurança da Comunidade da ASEAN,a Economia da Comunidade da ASEAN e a Sócio-Cultura da Comunidade da ASEAN.
PROVER AS OBRIGAÇÕES DA ARF	(i) Participar nas actividades da ARF como organizador no Programa Anual da ARF (ii) organizar e receber as reuniões relacionadas com ARF , conferências, simpósios e workshops.	100% de participação em todas as reuniões obrigatórias da ARF	Fomentar o diálogo construtivo e a consulta política nas questões de segurança de comum interesse e preocupação; e contribuir significativamente no sentido da fomentar a confiança para uma diplomacia preventiva entre os países membros do ARF.
ENCONTROS COM PIF & ACP-EU E AS OBRIGAÇÕES DO SUDOESTE DO PACÍFICO (SWPD)	(i) Participar nas actividades do FIP-ACP-UE como organizador do Programa Anual PIF-ACP-Euand SwPD , (ii) Visitas aos países membros do PIF para desenvolver mais e mais reforçando as redes e os contactos interpessoais	100% das presenças de Timor-Leste em todas as reuniões obrigatórias do PIF e ACP-UE e SwPD	Fomentar o diálogo construtivo, parceria e cooperação com a PIF-ACP-UE e os países membros da SWPD
RECURSOS HUMANOS	Recrutar para preencher a nova estrutura organizacional e identificar-se claramente com as funções do pessoal e definições	100% do perfil do novo pessoal classificado / recrutado	Reforçar e fortalecer a nova estrutura organizacional da DNCIR e identificar-se claramente com as definições e funções do pessoal
CAPACITAÇÃO	Percentagem de pessoal habilitado em assuntos Regionais	Pelo menos 50% do pessoal da Direcção habilitado em assuntos Regionais	Reforçar a capacidade da Direcção para tratar das suas actividades resultantes de um aumento dos efectivos do pessoal habilitado em questões Regionais
DIRECÇÃO NACIONAL DO PROTOCOLO DO ESTADO, JURÍDICOS E DOS ASSUNTOS CONSULARES			

Divisão do Protocolo de Estado			
Lista Consular e Diplomática	Número de manuais produzidos e distribuídos	100 manuais completos e distribuídos pelas missões diplomáticas	Desenvolver e actualizar a lista Diplomática e Consular para procedimentos protocolares
Directrizes Regulamentares de Protocolo e Cerimónia	Finalizado o projecto, apresentar o seminário e preparar para aprovação do CM	200 manuais completos distribuídos pelas Instituições Nacionais de Timor-Leste	Desenvolver e assegurar efectivas e profissionais Directrizes Regulamentares de Protocolo e Cerimónia para usar de acordo com as Convenções Internacionais
	Seminário e Workshop para o Pessoal do Protocolo Nacional	Divulgada a informação sobre Directrizes Regulamentares do Protocolo e Cerimónia	Distribuídas as Directrizes Regulamentares do Protocolo e Cerimónia
Privilégios Diplomáticos e Imunidade no Trabalho e actividades de apoio	Percentagem de taxa de conclusão sobre actividades planeadas	95% de todas as actividades planeadas são realizadas	Os Privilégios e Imunidades nas Relações Diplomáticas subscritas no âmbito da Convenção de Viana em 1961 são cumpridas
Visitas Oficiais, Cerimónias e Trabalho para Eventos Nacionais e Actividades de Apoio	Número de eventos sucessivamente organizados e profissionalmente geridos pela Direcção	Todas as visitas oficiais, cerimónias e eventos nacionais são sucessivamente organizados e geridos profissionalmente	O acesso à profissionalização é apresentado, organizando todas as visitas, cerimónias e eventos nacionais no país
Capacitação	Número de funcionários do staff habilitados nos procedimentos protocolares	Pelo menos 9 membros do staff que tenham sido incluídos nas diversas formações sobre trabalho de Protocolo; tanto a nível interno como nos países vizinhos	Reforçar a capacidade da Direcção de tratar das suas actividades resultantes de um aumento dos efectivos de pessoal treinado para os assuntos do protocolo
Recursos Humanos	Numero de vagas preenchidas	Todas as vagas da Direcção são preenchidas e o pessoal recrutado posicionado devidamente para assumir as suas funções	Toda a equipa do staff colocada de modo a dar total apoio às actividades planeadas pela Direcção
Estatuto do Protocolo	Projecto de Candidatura do Chefe do Protocolo de Estado para a aprovação da CM	Nomeação do Chefe de Protocolo de Estado	Define e clarifica o Estatuto do Protocolo como Protocolo de Estado
Sala VIP do Aeroporto Internacional de Comoro	Projecto político para a gestão da Sala VIP	Sala VIP ambos geridos eficazmente e com sucesso	Gestão da Sala VIP no Aeroporto Internacional
Divisão dos Assuntos Jurídicos			
Análise dos acordos bilaterais entre Timor Leste e Kuwait	Repercussões da assinatura deste acordo para TL	Apresentação de um parecer jurídico do MNE	Apresentação de um parecer jurídico sobre esta matéria
Promoção da adesão de TL aos Tratados Internacionais rectificando as diferentes convenções que TL ratificou	Desenvolvimento do quadro legal nacional para estas zonas	Adesão a estas Convenções	Adesão de TL aos tratados que foram mencionados
Apoio à coordenação e	Importância em respeitar as obrigações	Fortalecer a área de Direito Internacional	TL capacitado para cumprir e executar o relatório

prestação de trabalho legal em tratados e convenções internacionais	internacionais		exigido sobre a ratificação das convenções internacionais
Aconselhamento sobre os projectos de legislação nacional quando se tem um elemento internacional	A consolidação do quadro jurídico de TL	Cumprimento do quadro jurídico nacional com instrumentos recebidos na ordem jurídica interna	Desenvolver a legislação interna em conformidade com as normas do direito internacional
Criar um diploma legal para o registo internacional de Organizações Não-Governamentais em TL	Considerar a importância das ONGs e das dificuldades presentes que essas organizações têm com o registo	A legalização e controle das ONGs internacionais que operam em TL	Consulta necessária com a ADM do MNE e para ser discutida no nível ministerial
Organizar workshops com ONGs	Necessário divulgar a informação dos novos procedimentos	Compreender os procedimentos para legalizar as ONGs que trabalham em TL	Informar as partes interessadas dos novos procedimentos relativos à actividade anterior
Criar a Lei da Carreira Diplomática			
Providenciar aconselhamento político em Lei Internacional para os MNE e outros Ministérios	Existe ainda uma falta de um entendimento geral em direito internacional	Fortalecimento na área do direito internacional	Contribuir para a melhoria geral da compreensão do direito internacional
Recrutamento do pessoal para a Divisão jurídica	A divisão legal é insuficiente	Habilitados para lidar com as solicitações que a divisão jurídica recebe todos os dias	A Divisão precisa de mais 3 mais funcionários
Contratação de um consultor jurídico exclusivamente para a área internacional	Importância e quantidade de trabalho jurídico no MNE	Para prestar consultoria e realizar capacitação sobre direito internacional	Consolidação da equipa da divisão jurídica
Capacitação para novos recrutados	Importância para o correcto desempenho de funções dos novos recrutas	Preparação para os novos funcionários de modo a que cumpram os seus deveres	Os novos agentes da Divisão Jurídica devem estar preparados para lidar com questões levadas a cabo pela divisão
Continuação dos estudos sobre o direito internacional (MD), da Divisão Jurídica e da formação dos novos funcionários	Falta de capacidade dentro da divisão	Aumento da formação e do conhecimento	Melhoria da capacidade da divisão jurídica do MNE
Apresentar um documento sobre ASEAN: Políticas e quadro jurídico	Adesão futura de TL à ASEAN	Preparação da adesão à ASEAN	Contribuir para a promoção do debate sobre esta questão
Divisão dos Assuntos Consulares			
Revisão do Organograma dos Assuntos Consulares	Posto em prática o Grau de funcionalidade do organograma	A organização do Organograma da Direcção é criada e tornada funcional, e o recrutamento de pessoal concluído	Desenvolver e actualizar organograma, com as necessárias secções, unidades e subunidades; combinada com as facilidades necessárias e os recursos humanos locais, permitindo à DAC a execução de todos os requisitos legais exigidos a partir do programa da Lei Orgânica do MNE

Desenvolvimento dos Consulados do Sector CAD	Projectar e preparar a nomeação do Chefe do Ponto Focal Consular nas Embaixadas e Consulados para aprovação do Ministério.	Chefe do Ponto Focal Consular é nomeado pelo Secretário-Geral designado para as Embaixadas e Consulados de TL no estrangeiro. Criar sector administrativo e funcional.	Incrementar uma boa administração nos serviços para a comunidade nas Embaixadas e Consulados de TL no estrangeiro. Criar um sector administrativo efectivo e eficiente capaz de garantir o programa da Divisão Consular sob a Lei da Imigração e do Asilo.
Regulamentos e Directrizes Consulares	Finalizar o esboço, preparar o workshop e apresentar para a aprovação do Concelho dos Ministros	Receber a guia consular e regulamentos aprovados pelo Concelho dos Ministros	A guia consular é implementada de acordo com a Convenção de Viena
	Seminário e Workshop para os Serviço Consulares Nacionais	Divulgação informativa sobre o Regulamento e Directrizes Consulares	Divulgação informativa acerca do Regulamento e Directrizes Consulares
	Número de regulamentos pronto e submetido	Regulamentos requeridos pelo CDA finalizados & submetidos	O grupo trabalha de forma eficiente e os regulamentos exigidos pelo CDA são submetidos à consideração.
Recursos Humanos e Capacitação	Número de membros da equipa formados em procedimentos consulares	Que pelo menos todos os agentes tenham sido submetidos a diversas formações sobre serviços consulares, tanto a nível interno como nos países vizinhos	Reforço na capacidade da Direcção de preparar as suas actividades resultantes de um aumento do número de pessoal treinado em serviços Consulares
	Número de vagas preenchidas, pelo menos seis novos funcionários recrutados para SEDE	Todas as vagas de Direcção preenchidas e os funcionários recrutados devidamente posicionados para assumirem as suas funções	Toda a equipa a postos, inteiramente solidária com as actividades previstas pela Direcção
Desenvolvimento do Sector de Vistos da Divisão Consular, MNE	Grau de funcionalidade do sector de Vistos criado e melhorado	Sector de Vistos criado e funcional	Eficiente execução e implementação, dos vistos exigidos aos serviços atribuídos ao DAC ao abrigo Lei de Imigração e Asilo
	Projectar e preparar as citações dos formulários para pedidos de vistos, Recibos, cartão de registo consular, e outros documentos a submeter à aprovação do ministro.	Todos os documentos necessários são criados e implementados profissionalmente.	Desenvolver um atendimento eficaz para as aplicações do Serviço de Vistos
Criação do Sector de Registos	Criado o grau de sector funcional de Secretaria	Criado o sector funcional de Registo	Os serviços do CDA ao abrigo de vários regulamentos do Ministério da Justiça são devidamente aplicados e executados
Base de Dados para Serviços Consulares	Criação de dados de base electrónicos	Base de dados criada e executada com êxito.	Desenvolver base de dados electrónica para fornecer informação eficiente sobre os cidadãos timorenses que vivem no exterior
Digitalização de Passaportes	Criação do sistema de passaporte digital	Emissão de passaportes digitais realizada com sucesso.	Desenvolver o sistema de passaporte digital nas Embaixadas e Missões de TL no estrangeiro.
Programa	**Metas**	**Objectivos**	**Resultado Esperado/Indicador de Desempenho**
Embaixada da RDTL em Beijing			
Cooperação Bilateral	Desenvolver e consolidar a cooperação bilateral com o Governo da China, sobretudo nos sectores de segurança e educação.	Implementação de acordos e de projectos e partilha de informações sobre a evolução social, educacional, cultural, económica e política do desenvolvimento dos dois países	• Coordenação efectiva com as autoridades governamentais da China em Pequim e as autoridades de Timor-Leste em Díli; • Contactos regulares efectuados;

			• Acordo estabelecido para o desenvolvimento da segurança na região; • Jovens timorenses ingressam nas escolas e programas universitários na China.
Comércio e Cooperação no Investimento	Manter contactos regulares com o Governo da China nas áreas da Cooperação e Investimento.	Promoção e aumento de comércio e cooperação no investimento com a China.	• Acordos e projectos implementados em cooperação com o Governo da China; • Atracção de investidores chineses em Timor-Leste, promovendo visitas para a exploração de oportunidades; • Maior acesso aos produtos do mercado chinês.
Serviços Consulares e Protocolares	Providenciar serviços protocolares e consulares de qualidade e eficientes aos cidadãos timorenses e aos seus dignitários na China.	Preparação de um serviço consular e protocolar mais adequado às necessidades.	• Os cidadão de Timor-Leste e os seus dignitários têm um serviço protocolar e consular apropriado.
Assuntos Públicos	Proporcionar informação exacta ao Governo de Timor-Leste bem como ao Governo da China sobre a evolução dos assuntos sociais, educacionais, económicos e políticos e de desenvolvimento do País.	Governo da China e de Timor-Leste, assim como a opinião pública, informados dobre assuntos de relevante interesse.	• Assegurada a cooperação entre os Governos de Timor-Leste e China; • Assegurada a cooperação e prestação de informação aos meios de comunicação social e ao público em geral.
Gestão de Serviços Administrativos	Apoio logístico e administrativo para a representação diplomática na China.	Prestação de apoio logístico e administrativo para melhor eficiência dos serviços.	• Actividades e viagens organizadas de forma eficaz e eficiente.
Embaixada da RDTL em Bruxelas			
Promover e apoiar os interesses de Timor-Leste na UE e nos membros da ACP	Manter informados a UE e os membros da ACP sobre as questões de interesse nacional.	Procurar benefícios económicos e apoio para Timor-Leste da EU e membros da ACP	• 95 % das reuniões e conferencias são coordenadas e acompanhadas
Promover e melhorar o desenvolvimento económico e humano de Timor-Leste	Timor-Leste beneficia do desenvolvimento económico e de recursos humanos dos membros Estado da UE e ACP	Promover os apoios prestados a TL de forma a reduzir a pobreza e gerar oportunidades de emprego.	• Maior apoio dos países da UE e membros da ACP.
Promover os Direitos Humanos e a Democracia	Promoção direitos humanos e da democracia em TL	TL beneficia de total apoio da UE na promoção dos direitos humanos e da democracia.	• TL mais apto a exercer os direitos humanos e a democracia.
Promover os interesses de Timor-Leste nos fóruns internacionais	Manter actualizadas as questões de desenvolvimento nacional de TL nos fóruns internacionais.	As organizações internacionais são informadas sobre a economia e política do desenvolvimento de TL	• Interesses de TL defendidos nos fóruns internacionais.
Aconselhar o Governo nas Políticas de Assuntos Multilaterais	Promover a consciencialização do Governo sobre as politicas internacionais sobre questões multilaterais.	O Governo recebe aconselhamento sobre assuntos multilaterais.	• Governo informado e aconselhado sobre os assuntos multilaterais para melhor definição de políticas.
Manter a ligação entre os Parlamentos	Intercâmbio de visitas entre os Parlamentos da UE e de TL	A ligação entre os Parlamentos de TL e UE está bem estabelecida.	• Participação anual na Assembleia Parlamentar da ACP-UE.
Manter as relações bilaterais	O Governo belga está devidamente	O Governo Belga continua a apoiar TL	• Reforço e consolidação das relações entre TL e o

entre TL e o Reino da Bélgica	informado do desenvolvimento político e económico de Timor-Leste	através da UE.	Reino da Bélgica.
Promover a educação e o desenvolvimento humano de TL através da UNESCO	TL promove o apoio da UNESCO em áreas da educação, cultura, ciência e desenvolvimento humano.	Estabelecer potenciais apoios da UNESCO.	• Reforço das relações entre TL e a UNESCO.
Promoção da Paz, Justiça, estabilidade e segurança, através da cooperação multilateral.	TL reforça a Paz, Justiça, Estabilidade e Segurança através de cooperação multilateral.	Reforço da cooperação multilateral.	• Cooperação multilateral reforçada.
Promoção do Investimento e Turismo nos membros Estado da UE	TL promove o investimento e o Turismo entre os membros Estado da UE	Aumento do investimento e turismo em TL	• Aumento do rendimento per capita e criação de emprego através da promoção do investimento e turismo.
Embaixada da RDTL em Havana			
Constituição da Embaixada de TL em Havana	Constituição da Embaixada, recrutamento e formação de pessoal e desenvolvimento e reforço das relações diplomáticas.	Desenvolvimento das relações e cooperação entre o Governo de Cuba e TL, nomeadamente no que diz respeito à educação.	• Início da instalação da Embaixada em Havana; • Recrutamento de funcionários; • 80% de apresentação de actividades bilaterais e internacionais;
Telecomunicação		O Governo de Cuba e Timor Leste através da nossa Embaixada, Lançaram o rooming em Julho deste ano para facilitar contactos entre as famílias em Timor Leste com os estudantes em Cuba alem de outras necessidades imprevistas.	• Vai ser um assunto a ser discutido e aprovado durante a reunião de JMC em Dili..
Cooperação Bancaria entre Timor Leste e o Governo da Cuba		Para facilitar efectivamente as transferências do orçamento da Embaixada de Timor Leste em Cuba.	• Este assunto é um dos assuntos considerados na reunião de JMC em Dili.
Informações		Preparar pacotes de informações para serem anunciadas através da Televisão Nacional dos dois Países e actualizar os progressos de cooperação entre ambas.	• Um dos assuntos para serem consideradas durante a reunião de JMC em Dili.
Investimento Estrangeiro		Atrair mais técnicos profissionais na área de Investimento estrangeiro e organizar treinos em Cuba para os oficiais do Governo de Timor Leste num curto e longo tempo.	O acordo ja foi celebrado entre os dois Governos na Embaixada de Timor Leste em Cuba.
Visita periódica aos Universitários Timorenses na área de Medicina em Cuba		Visita de carácter motivação, resolver os problemas privados e sociais, acompanhar mais perto os problemas a nível académico.	90% dos estudantes sentiram-se motivados e encorajados particularmente nos estudos. Os estudantes identificados como “drop out” , a Embaixada está procurando alternativas para seguir algum curso na mesma área de Saúde.
Divisão de Assuntos Consulares		Para proteger os direitos e obrigações dos cidadãos timorenses em Cuba.	• 100% dos cidadãos timorenses garantidos e protegidos profissionalmente.
Turismo		Promover o turismo natural com a sua	• Um plano a ser considerado na reunião da JMC

		identidade cultural.	em Díli.
Agricultura/Criação de animais		Dar assistência técnica ao laboratório dos animais para facilitar os veterinários controlar a saúde e a qualidade dos vários animais em Timor Leste.	Um plano a ser considerado na reunião de JMC em Díli.
		Fornecer barragens de agua em potencies áreas como Watulari, Laga,Laclo, e Maliana e captar agua da Chuva para facilitar irrigação no desenvolvimento de horticultura e acesso ao Mercado	• Um plano a ser considerado na reunião de JMC em Díli.
Politica Energética		Obter acordos no desenvolvimento de Recursos Humanos com boa qualidade e pesquisar fontes de energia em pequena e grande escala.	• Um plano a ser considerado na reunião de JMC em Díli.
Desenvolvimento Rural		Organizar cursos para oficiais do Governo especialmente os Ministérios relevantes através do Ministério da Economia e Investimento da Cuba.	• Um plano a ser considerado na reunião de JMC em Díli.
Gestão e desenvolvimento de Administração/Finanças e Recursos Humanos		Garantir uma operação digna e profissional dos serviços da Embaixada.	• 100% da gestão da Embaixada responde as necessidades reais da Embaixada. • A Embaixada é equipada e operada profissionalmente.
Embaixada da RDTL em Tóquio			
Promover e apoiar os interesses de TL no Japão e reforçar as relações diplomáticas.	Desenvolvimento de boas relações e cooperação entre ambos os governos e outras representações internacionais.	Desenvolver acordos de cooperação e assegurar os benefícios da ajuda externa para o desenvolvimento de TL, nomeadamente através da Yen Loan e da exploração da cooperação trilateral (consolidação da rede/network do grupo do Embaixador da CPLP em Tóquio)	• 90% de acordos de cooperação desenvolvidos; • 100% de programas concluídos e entregues ao Governo; • 100% da informação da Yen Loan obtida e transmitida ao Governo; • Reuniões periódicas assistidas e acordos de cooperação trilateral alcançados
Embaixada da RDTL em Washington			
Promover e apoiar os interesses de TL e reforçar as relações diplomáticas.	Assegurar a assistência bilateral, as relações no Congresso, e a representação no México e no Canadá.	Manter o contacto e coordenação com a Administração da MCC e outras autoridades de relevo governamental dos EUA em Washington, e autoridades de TL em Díli; Manter contactos regulares com o Congresso para informar sobre o andamento social, desenvolvimento económico e político no país; Desenvolver a cooperação bilateral entre TL e o México; O Embaixador de TL nos Estados Unidos da América é concomitantemente	• TL materializa a Política de planos de melhoria e seus indicadores melhoram (MCC Compact assinado e MCC Projecto executado); • O apoio do congresso dos EUA Timor-Leste está garantido; • Mais jovens timorenses são capazes de aceder e concluir os seus estudos nas Instituições de Ensino Superior dos E.U; • Programa de Bolsas para Jovens estudantes timorenses & graus MA são prorrogados; • Programa de Corpo de Paz dos EUA para Timor-

		acreditado no Canadá	Leste é reiniciada; • Programa iniciativas Democráticas dos EUA para Timor-Leste é prorrogado; • Embaixador de TL para os Estados Unidos da América concomitantemente acreditado para o México e Canadá;
Consulado Geral da RDTL em Sidney			
Reforço da cooperação, comércio e investimento em Sidney	Trabalhadores sazonais de Timor-Leste para a Austrália	Proporcionar Conhecimentos e Desenvolvimento Profissional	Incentivar Organizações Profissionais públicas e privadas a proporcionar bolsas de estudo e estágios para os timorenses na Austrália
	Comércio, Investimento e Turismo	Emprego Jovem, Funções e Desenvolvimento de Competências	Conceder apoio à proposta de Juventude, Emprego Migração de Timor-Leste em cooperação com Kimberley Austrália, na região da Austrália Ocidental
		Negócios para investir e turistas para visitarem Timor-Leste	Procurar e incentivar as empresas a investirem e turistas a visitar Timor-Leste
Programa de amizade	Expansão das Cidades Amigas entre Timor-Leste e Austrália	Desafiar os restantes sub-distritos ainda à espera de Amizades	Procurar e incentivar mais Cidades Australianas e comunidades a juntarem-se na Amizade
SERVIÇOS CONSULARES	Registo dos Timorenses Nacionais a viverem na Austrália e na região	Emitir passaportes a cidadãos timorenses	Emitindo passaportes a cidadãos timorenses na Austrália, Nova Zelândia e Países das Ilhas do Pacífico
		Auxiliar o Ministério da Justiça na emissão de documentos legais da RDTL	Emitir documentos para Cidadãos Timorenses na Austrália, Nova Zelândia e Países das Ilhas do Pacífico
		Emitir uma Carta de Referência aos timorenses que não tenham nenhum documento de viagem para se deslocarem para Timor-Leste ou outros países.	Emitir documentos para Cidadãos Timorenses na Austrália, Nova Zelândia e Países das Ilhas do Pacífico.
		Emitir um Documento de Viagem Via-Única para os Timorenses regressarem a Timor-Leste	Emitir documentos para Cidadãos Timorenses na Austrália, Nova Zelândia e Países das Ilhas do Pacífico
		Proporcionar um visto aos visitantes de Timor-Leste	Emitir um visto aos visitantes de Timor-Leste
		Prestar assistência aos timorenses detidos no estrangeiro	Prestar assistência aos timorenses detidos no estrangeiro
		Informar das detenções dos Timorenses no exterior	Informar das detenções dos Timorenses no exterior
		Assistir e procurar Timorenses Desaparecidos na passagem ilegal das fronteiras	Assistir e procurar Timorenses Desaparecidos na passagem ilegal das fronteiras.
		Procurar Cidadãos Timorenses envolvidos em Mortes/ Acidentes incluindo enterramento, cremação, levando os restos mortais para Timor-Leste	Procurar Cidadãos Timorenses envolvidos em Mortes/ Acidentes incluindo enterramento, cremação, levando os restos mortais para Timor-Leste.

		Prestar assistência aos cidadãos timorenses no exterior envolvidos em Acidentes, Ferimentos ou Morte incluindo o repatriamento dos caixões.	Acompanhamento da Morte/Acidente envolvendo timorenses no Exterior - enviando o caixão para Timor-Leste
		Registo dos cidadãos timorenses na Austrália, Nova Zelândia e Ilhas do Pacífico	Registo dos cidadãos timorenses na Austrália, Nova Zelândia e Ilhas do Pacífico
		Registo dos cidadãos timorenses na Austrália, Nova Zelândia e Ilhas do Pacífico	Registo dos cidadãos timorenses na Austrália, Nova Zelândia e Ilhas do Pacífico
		Impressão de cartões de ID para cidadãos timorenses	Impressão de cartões de ID para cidadãos timorenses
		Brochura informativa para os viajantes	Edição de brochura informativa
		Brochura informativa dos serviços, disponível para a comunidade timorense	Edição Consular de brochura informativa
INFORMAÇÃO	Compilação, Divulgação de informação relevante da RDTL	Recolha de informação necessária para os inquéritos públicos	Recolha de informação necessária para os inquéritos públicos
PROMOÇÃO	Argumento para show cultural para as celebrações do 10º Aniversário da Independência - 2012	Proposta conjunta de Argumento para Show Cultural e concepção de Programa	Recrutar Artistas tanto na Austrália como em Timor-Leste para a concepção conjunta de programa de Show Cultural.
	Marketing de Produtos Exportáveis da RDTL	Informação dos Produtos Exportáveis da RDTL	Investigação e recolha de informações sobre os produtos exportáveis da RDTL.
	Promoção Cultural de Timor Leste na Austrália	Promover a cultura timorense no âmbito comunitário dos timorenses na Austrália	Prestar apoio à comunidade Timorense na Austrália, no ensino da cultura e tradições timorenses.
REPRESENTAÇÃO	Recepções, festividades, cerimónias, visitas e memoriais	Expandir a Boa Vontade e Amizade	Resposta favorável a, pelo menos, 75% a 50% dos convites
	Palestras e Conferências	Informar e promover Timor-Leste com os pontos de vista e objectivos, conforme o programa estipulado pelo governo.	Promover Timor Leste e o seu desenvolvimento Sócio-Cultural e Económico
GESTÃO	Recursos Humanos	Contratar um conselheiro e pessoal administrativo para garantir o eficiente funcionamento do Escritório do Consulado	Auxiliar na Investigação e nas tarefas gerais Administrativas
	Eventos Nacionais	Manter a recepção para comemorar anualmente o Dia Nacional da RDTL dia 8 Novembro, segundo a Constituição da RDTL	Comemorar o Dia Nacional de Timor-Leste todos os anos
Embaixada da RDTL em Camberra			
Representação	Presença em Comemorações ou Celebrações e Visitas	Uma participação firme para reforçar o reconhecimento e presença de TL na Austrália e para fomentar a amizade e a cooperação com outros países, em geral, e a Austrália em particular.	Envolver-se nas actividades e participar em eventos, dias nacionais e outras ocasiões em que a presença de natureza diplomática é exigida.
	Seminários e Conferências	Uma melhor compreensão de TL, uma	Para frequentar & organizar seminários e

		visão positiva de TL, interesse crescente das empresas, comunidades e académicos no diálogo com TL.	conferências.
Promoção	Comércio e Promoção do Investimento	Investidores da Austrália estão interessados em investir em TL; Comércio entre os dois países para explorar as oportunidades.	Promover TL como um país atractivo para seleccionar o Investimento.
	Turismo e Promoção Cultural	O potencial turístico de TL é divulgado entre operadores turísticos, os investidores da comunidade. A Cultura de TL é levada ao conhecimento da Comunidade Australiana.	Promover o turismo de TL e a cultura de Timor para o desenvolvimento e a amizade.
	Promoção da Amizade	Consolidar a amizade entre o povo Australiano e TL	Incentivar pessoa a pessoa através da ligação do programa da amizade na cidade e o programa escolar da amizade.
Negociação		Dar início aos debates sobre o quadro para a cooperação no espaço aéreo, gestão de desastres e dos recursos marítimos vivos regime de gestão da Mobilidade no Trabalho.	Discussão consultiva sobre o espaço aéreo, clientes e zona de pesca; Desenvolvimento dos quadros de cooperação para a gestão de alertas antecipados e gestão de desastres; Discussão inicial sobre gestão de crimes transfronteiriços; envolvimento de representantes para o esquema da Mobilidade Laboral.
Informação		Estão disponíveis informações relevantes e actualizadas sobre áreas de interesse, para a tomada de decisões criação de políticas e divulgação.	A criação de um mecanismo de recolha de informação para acompanhar e actualizar as informações relacionadas com os interesses de TL, bem como divulgação informativa sobre o desenvolvimento de TL.
Protecção Consular e Serviços	Criação do Mecanismo de Protecção Consular	Normas de Desempenho dos Serviços de Protecção Consular no Consulado Geral em Sidney.	Para determinar a estrutura que proporciona serviços Consulares aos timorenses.
	Base de dados sobre os Cidadãos Timorenses na Austrália	Início da abertura do banco de dados dos cidadãos timorenses na Austrália	Para recolher e classificar os dados sobre o Cidadão timorense na Austrália
	Serviços Informação Consular	Disponibilidade de informações actualizadas sobre os serviços, requisitos e procedimentos pedidos pelos serviços e os documentos, poderão ser concedidos pelo Consulado Geral em Sydney.	Realizar, obter e divulgar a informação requerida pelos Serviços Consulares
Embaixada da RDTL em Kuala Lumpur			
REPRESENTAÇÃO DIPLOMÁTICA	Desenvolvimento contínuo de boas relações e cooperação entre ambos os governos e os outros representantes internacionais.	Desenvolvidos a 100% os acordos de cooperação bilateral com a concordância em implementar nesse sentido, sem qualquer interferência por parte do outro.	95% de acordos de cooperação prontos para desenvolver
SERVIÇOS CONSULARES & PROTOCOLO	Será prestado um efectivo e eficiente serviço consular de protocolo aos nacionais	Bons serviços de protocolo consular serão prestados aos nacionais de TL e seus	Os nacionais de TL recebem um adequado serviço consular

	de TL e aos dignitários de TL .	dignitários	
GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DA EMBAIXADA	Administração e Finanças	Bem equipado, bem administrado com um eficaz e eficiente funcionamento.	100% do funcionamento das actividades responderam às necessidades da Embaixada e aos relatórios de actividades financeiras.
	Recursos Humanos	Pessoal suficiente para trabalhar nas actividades da Embaixada com salário local aumentado todos os anos.	100% operacional e respondendo realmente às necessidades da Embaixada
Embaixada da RDTL em Jacarta			
REPRESENTAÇÃO DIPLOMÁTICA	Presença em Comemorações ou Celebrações	Uma participação consistente para reforçar o reconhecimento e presença de TL na Indonésia e cooperação com outros países, em geral e da Indonésia em particular.	Actividade envolvente e participativa em eventos, dias nacionais e outras ocasiões em que a presença de natureza diplomática é solicitada.
NEGÓCIOS, COMÉRCIO E INVESTIMENTO NA COOPERAÇÃO	Aumentar umas boas relações económicas com a Indonésia	Reforçar a cooperação económica bilateral com os investidores da Indonésia para expandirem em áreas-chave o desenvolvimento de Timor-Leste.	Manter a continuidade dos 100% de Cooperação Económica com os Investidores
SERVIÇOS DE PROTOCOLO E CONSULARES	Registo Geral dos Timorenses Nacionais a viverem na Indonésia	Protocolo apropriado e serviços consulares serão prestados aos nacionais de TL e seus dignitários	Os nacionais de TL recebem bons serviços consulares
		A todos os pedidos de estudante para receber visto e confirmação, são emitidas cartas de recomendação.	O visto de estudante e promulgação de documento relativos
EDUCAÇÃO E ASSUNTOS SÓCIO-CULTURAIS	Visitas regulares aos estudantes Timorenses a viverem nas diferentes universidades	Ter uma informação precisa sobre a situação geral e particular dos estudantes monitorizando o progresso e a efectiva assiduidade ao programa escolar.	
GESTÃO DA EMBAIXADA E DESENVOLVIMENTO	ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO	Bem equipado, bem como administrado em efectiva e eficiente operação	100% das actividades realizadas correspondem às necessidades da Embaixada e as actividades financeiras apresentadas ao HQ
	Recursos Humanos	Todas as actividades financeiras e operacionais da Embaixada assentam na base do profissionalismo do pessoal Embaixada	100% do staff da Embaixada está empenhado ao máximo em contribuir para a melhoria da Embaixada em particular e de Timor Leste em geral.
Embaixada da RDTL em Maputo			
REPRESENTAÇÃO	Aprofundamento das relações bilaterais e laços históricos entre os dois povos.	Relatório de actividades realizadas	Contactos com diversas instituições nacionais
NEGOCIAÇÃO	Mais quadros timorenses formados em várias áreas	Numero de mais bolsas concedidas e quadros formados	Obtenção de mais bolsas de estudo para estudantes timorenses e cursos de curta duração.
PROMOÇÃO	Promoção de um maior intercambio entre os dois Países	Relatório de actividades realizadas	Implementação dos acordos estabelecidos.
INFORMAÇÃO	Diversificação e aprofundamento de conhecimento mutuo	Material recolhido, produzido e distribuido	Recolha, produção e distribuição de informação.

CRIAÇÃO DE SERVIÇO CONSULAR	Atender as necessidades da comunidade timorense em Moçambique e fornecimento de informações sobre vistos.	Comunidade Timorenses e autoridades Moçambicanas de visita a TL	Fornecimento de Informação sobre serviços consulares
GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO	Ter a Embaixada plenamente equipada para poder funcionar e cumprir cabalmente com as suas atribuições.	Mobiliário e equipamentos adquiridos	Apetrechamento da embaixada com mobiliários e equipamentos
Embaixada da RDTL em Lisboa			
Cooperação Bilateral		Apoio a cooperação de desenvolvimento de sectores chaves para TL através da Republica de Cabo-Verde e Luxemburgo.	**Contactos realizados para a manifestação de intenções e "demarches" para a concretização dos projectos.**
		Estreitamento de Relações Diplomáticas de TL com o Reino da Espanha e promoção de parcerias para o apoio ao desenvolvimento de Timor Leste.	Realizaram-se contactos com o Embaixador da Espanha em Portugal. Assegurar a agenda com o MNE de TL as Cartas Credenciais do Diplomata/Embaixador para ser acreditado na Espanha.
		Veicular para a consolidação do Estado Timorense e a realização dos compromissos de honra do Estado Português no apoio ao desenvolvimento de Timor Leste.	Agenda comprometida com uma coordenação cíclica nos respectivos domínios em função do Plano Indicativo de Cooperação - PIC com Portugal.
Cooperação Multilateral		Consolidação na concertação diplomática para a projecção no desenvolvimento da Língua Portuguesa, do sector da Saúde, do sector da Justiça, do sector da segurança e defesa, bem como o estreitamento das relações Multilaterais com os países da CPLP.	Agenda comprometida e cíclica desenvolvida em consonância com o Secretariado da CPLP e a Embaixada de TL em Lisboa.
Recepções Protocolares e Celebrações		Vincular e dignificar a Representação Diplomática e visibilidade do Pais em Portugal	Programação prevista para a sua realização como a Celebração do 7º Aniversario da Restauração da Independência e Inauguração condigna da Chancelaria bem como dar assistência aos membros do Governo e as Visitas de estado do PR.
Serviços Consulares		Identificação de timorenses, nacionais timorenses, facilidade de comunicação através dos endereços e programação de trabalhos para a cooperação.	Fase de programação e contactos com as autoridades timorenses e portuguesas; contacto com os Serviços do censo e estatística bem como Municípios portugueses para o apoio a realização do registo ou senso.
		Elaboração base de dados, facilidade de meios de comunicação para melhor prestação e eficiência de Serviços na Embaixada RDTL em Lisboa.	Encontra-se programado pelos técnicos, aguarda o orçamento para ser implementado.
		Identificação de estudantes timorenses bolseiros e não bolseiros, elaboração base de dados dos timorenses formados,	Encontra-se programado, aguarda o orçamento para ser concretizado com as recomendações pertinentes no recrutamento e envio de estudantes / bolseiros

		recomendação, promoção para o mercado de trabalho.	para Portugal.
		Reconhecimento pelos Portugueses em cumprimento da Lei no. 3/2006, Artigo 16. do Estado Timorense pela causa da Resistência Nacional realizado	Fase de preparação de instrumentos para proceder o registo e identificação de dados.
Comunicacao Social		Assegurar o fluxo de informação e visibilidade da Embaixada RDTL em Portugal.	Agenda comprometida para a sua mediatização com temáticas preparadas trimestralmente sobre Timor Leste.
Gestão Administrativa e Financeira da Embaixada e Desenvolvimento de Recursos Humanos		Prestação e eficiência dos Serviços administrativos e financeiros, concentração dos recursos humanos existentes para apoiar com eficácia e dignidade a representação diplomática do Pais e sua projecção.	Actualização e renovação de contractos, programação de actividades e representação diplomática. Memorização e documentação dos Serviços da Embaixada.
		Veicular para a consolidação das relações de intercâmbio social, económico e cooperação com a sociedade civil portuguesa e Timor Leste.	Projecção em programas para a realização de seminários, geminação de escolas portuguesas com as de Timor Leste, apoio material, subvenções e pactos sociais em forma de Protocolo de Cooperação.
		Assegurar com serenidade os trabalhos de representação e deslocações de viagens for a de Portugal.	5% à 10% do Orçamento destinados para deslocações imprevistas.
Embaixada da RDTL em Nova Iorque			
Assuntos Multilaterais UNMIT	Como interlocutor credível para as Nações Unidas e TL para garantir a presença, a dimensão e o alcance do mandato da UNMIT satisfaz o interesse do governo de TL	Duração/ mandato da UNMIT, em consonância com as prioridades nacionais	Parceria efectiva entre TL e UN
	Trabalhar activamente e em proximidade com membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas e Core Group. Maximizar a presença das UN no interesse do Governo de TL.	Harmoniosa troca de informações, apoio coerente/pertinente no Conselho de TL	As opiniões de TL estão a ser tomadas em consideração na formulação do mandato das Nações Unidas
	Piecebuilding Comission - fazer a análise necessária para proporcionar uma boa assessoria ao Governo de modo a que seja considerada no âmbito da agenda do PBC. O Governo manifestou a intenção de que o PBC se dedique a TL em 2012. A Missão está encarregue de adquirir memória institucional, participando na PBC.	Não prejudicar a missão no decorrer do mandato	Intervenção da PBC foi expressa pelo Governo
	Como membro do PBC a configuração específica do país para a Guiné-Bissau. TL tem participado activamente nas diversas	Partilha de experiências e estreitamento de relações	Aprender eficazmente e pronunciar-se sob a agenda do PBC

	deliberações sobre o processo de PBC na Guine Bissau após duma situação de conflito.		
	Construção da paz na Guiné Bissau depois duma situação de conflito.		
	Votar a exercer o direito de voto de TL de acordo com os interesses nacionais.	Reforçar o diálogo e a parceria com os países amigos	Apoiar a tradição dos vizinhos amigos
	Acompanhar de perto todos os grandes debates relevantes para a TL, tais como as Alterações Climáticas, Revitalização e Reforma da Assembleia Geral da ONU e do Conselho de Segurança. Financiamento para o desenvolvimento e os MDG.	Estar consciente da posição internacional / debate sobre estas questões	Reforço das capacidades e apresentar relatórios ao Governo sobre as deliberações desses assuntos
	Garantir que TL participa em deliberações importantes, tais como a ICC,ICCPR,CEDAW,HRC, diversas reuniões de Comités da AGNU, entre outros;		TL cumpre a sua obrigação ao abrigo dos referidos comités
	Para melhorar o moral e a dignidade da representação de Timor-Leste		
	Protocolo - Ser capaz de acomodar dignitários timorenses , assim como outros funcionários de TL com boas instalações e recursos. A Missão das Nações Unidas para o TL acolhe um número elevado de delegações todos os anos incluindo o Presidente, Vice-Ministro e Ministro dos Negócios	Acolhimento permanente dos dignitários	Visitas de Alto Nível PR/AM,AGNU,MNE,SC debates e outros dignitários
	Conseguir uma coordenação eficaz na Missão de Genebra e na Missão Permanente de TL em Nova York.	Informar TL da posição internacional / constante	Proporcionar bons conselhos aos intervenientes no Governo
	Expansão do escritório - Para facultar ao pessoal um ambiente de trabalho mais eficiente, bem como para estar capacitado para acomodar os visitantes.		Eficiente e bom ambiente de trabalho
	Cursos de formação - sem qualidade na formação diplomática, muitos diplomatas encontram menos oportunidade da tomada de consciência, do conhecimento e as necessárias aptidões para desempenhar com eficácia o trabalho que este exige.	Assegurar a formação contínua e a capacitação	Embaixador / diplomata de formação em temas relevantes
	Coordenador do Gabinete de NAM, G-77, C-24 e outras organizações Regionais têm	Participação activa nas deliberações	Para participar / assistir a todas as reuniões de que TL faça parte

	a sua sede, principalmente em NY. Muitas vezes, as reuniões destas organizações são realizadas fora de NY. A participação de TL é relevante neste contexto.		
	Como interlocutor credível para as Nações Unidas e TL para garantir a presença, a dimensão e o alcance do mandato da UNMIT satisfaz o interesse do governo de TL	Duração/ mandato da UNMIT, em consonância com as prioridades nacionais	Parceria efectiva entre TL e UN
	Trabalhar activamente e em proximidade com membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas e Core Group. Maximizar a presença das UN no interesse do Governo de TL.	Harmoniosa troca de informações, apoio coerente/pertinente no Conselho de TL	As opiniões de TL estão a ser tomadas em consideração na formulação do mandato das Nações Unidas
Consulado Geral da RDTL em Denpasar			
Cooperação Social e Cultural	Um serviço efectivo e um eficiente protocolo consular são os serviços prestados aos cidadãos e TL e dignitários de TL.	Bons serviços de protocolo Consulares são prestados aos cidadãos de TL e seus dignitários	Cooperação Social e Cultural
Assistência aos alunos e pais no Hospital Sanglah Dempasar	Promover e valorizar a Cooperação Sócio-Cultural com o Governo de Bali e a comunidade Civil.	Participação efectiva em diversos eventos sociais e culturais	Assistência aos alunos e pais no Hospital Sanglah Denpasar
	As solicitações de todos os estudantes de TL são atendidas e tratadas atempadamente.	Os estudantes deslocam-se ao Escritório do Consulado todos os dias, durante o horário de expediente. Existem no total 260 alunos matriculados nas diversas universidades em Denpasar e há um número de 62 pacientes registados no Hospital Sanglah Denpasar.	
	Auxiliar todos os pacientes recomendados pelo Governo de TL, em coordenação com o Ministério da Saúde e Social.		
Criação do Gabinete de Divisão de Protocolo no Aeroporto	Prestar uma boa assistência a todos estes viajantes em coordenação com o HQ.		Criação do Gabinete de Divisão de Protocolo no Aeroporto
Consulado Geral da RDTL em Kupang			
Cooperação sócio cultural	Prestar Assistência aos Estudantes Timorenses e Comunidades Timorenses	As comunidades e estudantes timorenses são protegidos e assistidos	100% dos problemas sociais são resolvidos
Representação	Recepções, celebrações, cerimónias, visitas e serviços fúnebres	Uma constante participação nos diversos eventos e nas cerimónias de Estado	100% de resposta aos eventos oficiais, comemorações e outras ocasiões
Promoção	Estabelecer boas relações	Promover e valorizar a Cooperação Sócio-	Participação efectiva nos diversos eventos sociais e

		Cultural com Governo de Kupang e a Comunidade Civil.	Culturais
Assistência Consular	Visto para Estudantes e Comunidades Timorenses	Dar o Visa e facilitar as condições das Comunidades no estrangeiro	Uma conferência ou Seminário sobre o processo de obtenção da Visa e promover a consciência da reconciliação.
Bens Perecíveis	Equipamento de Comunicação, equipamento de segurança, equipamento de escritório e acessórios.	Para manter as actividades profissionais do Consulado e alcançar um bom desempenho.	O Consulado de Timor Leste em Kupang equipado com materiais electrónicos.
	Prestar Assistência aos Estudantes Timorenses e Comunidades Timorenses	As comunidades e estudantes timorenses são protegidos e assistidos	100% dos problemas sociais são resolvidos
Representação	Recepções, celebrações, cerimónias, visitas e serviços fúnebres	Uma constante participação nos diversos eventos e nas cerimónias de Estado	100% de resposta aos eventos oficiais, comemorações e outras ocasiões
Embaixada da RDTL em Bancoque			
Representação Diplomática	Representação no Cambodja e Laos	Reforçar as relações bilaterais e cumprir as condições para a concretização da adesão de Timor-Leste à ASEAN	Receber pleno acordo do Camboja e de Laos para a acreditação do Embaixador de Timor-Leste a partir de Banguecoque, para os países acima mencionados.
NEGÓCIOS, COMÉRCIO & COOPERAÇÃO DE INVESTIMENTO	Construir boas relações económicas com o Governo da Tailândia	Reforçar a cooperação económica bilateral com os investidores para desenvolver em áreas-chave do desenvolvimento em Timor-Leste	Manter em continuidade 100% da Cooperação Económica com os investidores
		Aproximações que devem ser feitas a nível do investimento, convidando empresários a investir em Timor-Leste em diferentes sectores, nomeadamente, turismo, comércio, indústria, agricultura e infra-estrutura.	Organizar conferências e reuniões bilaterais com o governo e empresas privadas para discutir o programa de investimento em Timor-Leste.
SERVIÇOS CONSULARES E DE PROTOCOLO	Registo geral dos Timorenses nacionais a viverem na Indonésia	Um bom protocolo e serviços consulares são prestados aos cidadãos de TL e seus dignitários.	Os nacionais de TL obtêm bons serviços consulares
		Todos os pedidos de visto de estudante recebidos e verificados, cartas recomendação emitidas.	O visto de estudante e documentos relativos divulgados
ACTIVIDADES NA ASEAN	Participação activa	Aprofundar e reforçar o relacionamento Timor-Leste com a ASEAN / ARF através de uma participação activa	100% de participação nas reuniões do país hospedeiro em diferentes sectores para se familiarizar com as questões relacionadas com a preparação do Timor Leste sobre a adesão à ASEAN.
GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DA EMBAIXADA			
	FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO	Bem equipado, bem administrado e com um funcionamento activo e eficiente.	100% das actividades executadas correspondem às necessidades da Embaixada e às actividades financeiras declaradas ao HQ.
	Recursos Humanos	Recrutar mais pessoal local, definir tarefas e responsabilidades; um diplomata	100% do pessoal da Embaixada recrutado e assinado contrato pelo período mínimo de um ano; será enviado

		adicional para apoiar na comunicação social do Camboja e do Laos; 1 agente local para a secretaria do Embaixador e equipas de apoio administrativo.	pessoal adicional
	Celebrações Nacionais	Geração de boa vontade e de amizade, na participação de pelo menos 75% de todos os convites	Reforço nas boas relações públicas e na imagem do País
	Equipamento de Escritório e Veículos	Aquisição de 3 computadores, 1 fotocopiadora, fax, impressora e máquina de Scanner	O escritório da Embaixada está equipado e operacional a 100%
		Aquisição de veículo adicional para serviços operacionais de Embaixada	100% das actividades operacionais executadas em conformidade
Embaixada da RDTL em Genebra			
PROCEDIMENTO NOS TEMAS MULTILATERAIS	Participação na Sessão do Conselho dos Direitos Humanos e UPR	Timor-Leste está em condições de participar e contribuir com suas opiniões políticas e respeita as questões dos Direitos Humanos	Fevereiro, Junho, Setembro and Dezembro 2009
	Participar na Assembleia da OMS e reuniões subsequentes	Timor-Leste está em condições de participar e contribuir com seus pontos de vista e políticas, o relatório contém os compromissos actuais em relação aos serviços de saúde.	Maio 2009 (Assembleia OMS)ao longo do ano (reuniões posteriores)
	Participação na Conferência da OIT e nas suas reuniões posteriores	Timor-Leste está em condições de participar e contribuir com seus pontos de vista e políticas, o relatório contém as actuais políticas em relação às questões do trabalho.	Junho 2009 (Conferência da OIT) e ao longo do ano (reuniões subsequentes)
	Participação na reunião da Assembleia Geral da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI)	Diligenciar a adesão à organização da OMPI	Sep-09
	Participar em outras reuniões e conferências que se realizam na Suíça, tais como a UNEP, UNCTAD, WMO, ITU, Desarmamento, da OMC, UNIDIR, ACNUR, UNICEF, OCHA, o ACNUR, a ONUSIDA, OMC, e outras.	Aptos a participar nas reuniões e conferências, procurando a cooperação no desenvolvimento da sã capacidade humana, explorando, partilhando e actualizando as informações de natureza global.	Ao longo do ano
GESTÃO DAS QUESTÕES BILATERAIS COM A SUÍÇA	A Missão da RDTL em Genebra estará acreditada em Berna, na Suíça	A aguardar a concordância do Governo Suíço; em preparação para apresentação das credenciais	Jan-09
DIPLOMACIA		Apresentação de Credenciais	Apr-09
		Apelo de cortesia aos órgãos do governo suíço e outras embaixadas em Berna; preliminar do possível explorar da cooperação bilateral.	Apr-09

		Explorar e identificar a possível cooperação bilateral com a Suíça nos domínios considerados necessárias e viáveis para ambos os países, como Finanças, Diplomacia, Defesa e Segurança, capacidade de desenvolvimento etc.	Jul-09
		Concretizar a possibilidade da cooperação bilateral com a Suíça nos domínios que considerem necessárias e viáveis para ambos os países, como Finanças, Diplomacia, Defesa e Segurança, capacidade de desenvolvimento etc	Oct-09
Embaixada da RDTL no Vaticano			
CONCORDATA E CRIAÇÃO DA NUNCIATURA EM DÍLI	É assinada a Concordata entre RDTL e a Santa Sé	Comissão da Concordata finaliza projecto da Concordata e apresenta-o à Santa Sé para discussão.	Segundo Semestre de 2009
	Criação da Nunciatura	RDTL providencia um terreno à Igreja	Segundo Semestre de 2009
CONSULADO	Prestar aos cidadãos timorenses informações correctas e serviços Consulares competentes.	Recolha de dados e registo de todos os timorenses	Primeiro trimestre de 2009
		Manter uma reunião regular informal com a comunidade timorense.	Acordar uma data exacta
ADMINISTRAÇÃO	É prestada uma boa gestão administrativa dos serviços em condições adequadas.	Está prevista uma requalificação da gestão de serviços na melhoria das condições do perfil do pessoal e dos equipamentos de Embaixada.	Primeiro trimestre de 2009
Embaixada da RDTL em Brasília			
Cerimónia de apresentação das últimas Credenciais ao Presidente da República Federal do Brasil	Apresentação das últimas Credenciais	Embaixador da República de Timor Leste é formalmente recebido pelo Governo da República Federal do Brasil.	Tentar o período entre Novembro/Dezembro 2008
Etapa do intercâmbio cultural entre os dois países	Melhoria no conhecimento acerca da tradição comum e da cultura dos dois países.	Timor-Leste e Brasília estabelecem um mútuo e senso comum, relacionados com a mesma cultura, identificado pela língua Portuguesa.	Novembro & Dezembro 2008
Visitas e reuniões com os Estudantes Timorenses	Visitas aos estudantes timorenses universitários para conhecer melhor as condições particulares e colectivas	Que através da presença amiga do embaixador e do Diplomata os alunos timorenses se sintam motivados, incentivados e apoiados	Primeiro trimestre de 2009
	Visitas regulares aos estudantes Timorenses	Partilha de informações, actualização da situação curricular e a Embaixada a ser informado se houver problemas com a Visto do Estudante	1 trimestre de 2009

Promoção	Promoção do Investimento acerca do Turismo e da Cultura	A divulgação do turismo é feita pelos operadores turísticos, A Cultura de TL chega ao conhecimento da Comunidade de Brasília.	Uma conferência sobre Turismo, divulgação da informação sobre o Turismo em Timor Leste ; 3 três Q.
Embaixada da RDTL na Coreia da Sul			
Primeira Instalação			Tentativa para o período entre Novembro/Dezembro 2008
Apresentação de Credenciais	O Embaixador Timorense é formalmente recebido pelo Governo Coreano	Embaixada de Timor a funcionar	Novembro & Dezembro 2008
Cooperação Bilateral	Fortalecer a base do relacionamento sobre o Memorando de Entendimento assinado recentemente pelos dois países.	Os dois países estão empenhados em seguir o Memorando de Entendimento para benefício dos Trabalhadores Timorenses.	Durante o período de validade do Memorando de Entendimento
Representação	Presença nas Comemorações Nacionais e Celebrações	Constante participação nas diversas Cerimónias e Celebrações	1º Q-4ºQ
Promoção	Investimento e Promoção do Turismo e da Cultura	A Cultura e Turismo de Timor-Leste chegaram ao conhecimento da comunidade da Correia.	Uma conferência sobre Turismo, Divulgada a Informação sobre o Turismo de Timor Leste 2ºQ 2009.
Negociação	Os programas Nacionais de TL estão de acordo com as negociações da reunião de Dadores	Os Programas Nacionais divulgados e implementados para o interesse nacional	Uma conferência acerca dos Programas Nacionais de Timor Leste.
Informação	Recolher informações e actualizar regularmente a divulgação que tem interesse nacional	100% da informação reflecte o interesse Nacional	1º Q-4º Q
Administração	Recursos Humanos	100% do pessoal local alvo é recrutado	O provimento do trabalho é apresentado adequadamente e assinado formalmente até ao final de Novembro de 2008.
	Relatório completo e financeiro é submetido ao HQ todos os quatro meses	MNE/HQ acompanham periodicamente a implementação das actividades das Embaixadas e dos Consulados.	durante todo o ano de 2009
Apoio Consular	Fornecer assistência completa co dignidade aos cidadãos Timorenses na Coreia do Sul.	100% dos Cidadãos Timorenses na Coreia do Sul são ajudados com grande dignidade.	durante todo o ano de 2009
Bens Perecíveis	A Embaixada da RDTL na Coreia do Sul está equipada com electrónica incluindo Veículos operacionais.	100% das actividades operativas e todas as actividades, em geral da embaixada são apoiadas	durante todo o ano de 2009
Embaixada da RDTL na CPLP			
Fase de Instalação	Apresentação de Credencias	O Embaixador é recebido oficialmente pelo Estado Federal de Brasil	Tentativa para os meses Novembro/Dezembro 2008

Ministério das Finanças

O Ministério das Finanças é o órgão do Governo responsável pelas áreas do orçamento, planeamento financeiro anual e monitorização. O financiamento e as actividades do Ministério das Finanças em 2009 são apresentados de seguida.

Quadro 7.122

Orçamento Geral do Estado ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	1,710	2,914	2,895	3,018	2,918	11,745
Bens e Serviços	6,849	5,426	6,234	6,488	6,509	24,657
Capital Minor	1,480	632	790	528	673	2,623
Transferências Públicas	-	-	-	-	-	-
Total Despesas Recorrentes	10,039	8,972	9,919	10,034	10,100	39,025
Crescimento ao Ano Anterior		-10.6%	10.6%	1.2%	0.7%	12.6%
Total Capital Desenvolvimento	1,250	-	-	-	-	-
Crescimento ao Ano Anterior		-100.0%				
Total Orçamento Geral do Estado	**11,289**	**8,972**	**9,919**	**10,034**	**10,100**	**39,025**
Crescimento ao Ano Anterior		-20.5%	10.6%	1.2%	0.7%	12.6%

O financiamento estatal para o Ministério das Finanças em 2009 é de $8.972 milhões, uma diminuição de 20.5 por cento em relação ao orçamento para 2008, no valor de $11.289 milhões. Isto reflecte uma redução nos gastos com Bens e Serviços, Capital Menor e Capital e Desenvolvimento. Salários e Vencimentos aumentaram, devido à implementação do novo regime de carreira.

Quadro 7.123

Fundos confirmados a partir de outras fontes ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	15,151	18,752	13,907	5,013	400	38,072
Despesas Capital	-	-	-	-	-	-
Total Fundos Confirmados de Outros Fontes	15,151	18,752	13,907	5,013	400	38,072
Crescimento ao Ano Interior		*23.8%*	*-25.8%*	*-64.0%*	*-92.0%*	*-97.9%*

Quadro 7.124

Orçamento de Fontes Combinadas para o Ministério ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Fontes Combinadas						
Despesas Recorrentes	25,190	27,724	23,826	15,047	10,500	77,097
Crescimento ao Ano Anterior		10.1%	-14.1%	-36.8%	-30.2%	-62.1%
Despesas Capital	1,250	-	-	-	-	-
Crescimento ao Ano Anterior		-100.0%				
Total Fontes Combinadas	**26,440**	**27,724**	**23,826**	**15,047**	**10,500**	**77,097**
Crescimento ao Ano Anterior		5%	-14.1%	-36.8%	-30.2%	-62.1%

Pessoal

Quadro 7.125

Perfil de Funcionários

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Total Permanente	6	82	164	183	61	21	4	521
Total Temporario	61	132	164	32	11	-	-	400
Total Apontamento Politica	-	3	-	2	2	4	2	13
Total Funcionario	**67**	**217**	**328**	**217**	**74**	**25**	**6**	**934**

Quadro 7.126

Perfil de Gestão

Director Geral	-
Director Nacional	12
Director Distrital	4
Chefe Departemento	32
Chefe Secção	82
Total	**130**

Em 2009 o Ministério das Finanças aprovou um Perfil de Funcionários de 934 elementos, nomeadamente 521 funcionários permanentes, 400 funcionários temporários e 13 nomeações políticas. Os funcionários permanentes aprovados incluem 130 posições de gestão, conforme descrito acima. Mantém-se ainda um processo de recrutamento para 109 posições permanentes e 129 posições temporárias, de modo a preencher a totalidade das posições no Ministério. Sob o novo regime de carreira e a nova lei orgânica do Ministério, a estrutura de gestão formará 13.9 por cento do total da força laboral aprovada.

Actividades de Fontes Combinadas

Quadro 7.127

Actividades administradas com o Governo ($000)

Projecto ou Programa	PD	Instit. Implem.	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Programa de Apoio Consolidado	Austrália	VIFM	-	443	885	443	0	1,771
Projecto do Ministério do Plano e das Finanças (MPF)	Austrália	SKM/BAD	3,540	1,106	0	0	0	1,106

Projecto ou Programa	PD	Instit. Implem.	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Capacitação e apoio ao Agente Nacional Autorizador (ANO)	CE	NAO/Soges	1,249	1,200	1,200	851	0	3,251
Programa de Apoio Consolidado	Finlândia	Banco Mundial	1,200	0	0	0	0	0
Programa de Apoio Consolidado	Portugal	Banco Mundial	1,000	0	0	0	0	0
Apoio institucional à Direcção Nacional de Estatística de Timor-Leste	Portugal	Instituto Português de Desenvolvimento	45	97	0	0	0	97
Assessor de Coordenação de Assistência	Japão	JICA	80	80	0	0	0	80
Programa de Apoio Consolidado	Nova Zelândia	Banco Mundial	0	1,000	0	0	0	1,000
Programa de Capacitação de Gestão Financeira e Planeamento (MULT)	Banco Mundial (AusAID, CE, AID, Irlanda, NZ, Reino Unido, Noruega, Portugal)	Ministério das Finanças	7,323	13,776	9,922	3,319	0	27,017
Sistema Automático de Dados Administrativos de Alfândega (ASYCUDA) II	UNDP (SIDA)	UNCTAD	200	0	0	0	0	0
Planeamento, Monitorização e Avaliação	UNICEF	Ministério das Finanças	132	0	0	0	0	0
Programa de Planeamento, Monitorização e Avaliação	UNICEF	Ministério das Finanças	0	500	0	0	0	500
Fortalecimento da Direcção Nacional de Estatística	UNFPA	Direcção Nacional de Estatística	382	550	1,900	400	400	3,250
Total			**15,151**	**18,752**	**13,907**	**5,013**	**400**	**38,072**

Em 2009 as actividades do Ministério das Finanças serão apoiadas por programas de parceiros de desenvolvimento avaliados em $18.752 milhões. Isto representa 8.5 por cento do total do apoio dos parceiros de desenvolvimento a actividades do Governo em 2009. A maior parte deste financiamento abrange programas de capacitação e apoio para funções financeiras essenciais, incluindo programas dedicados a áreas específicas tais como alfândega e estatística. Muitos programas deverão estar concluídos ou sofrer reduções substanciais até finais de 2010, com o perfil das actividades dos parceiros de desenvolvimento neste sector a ser consideravelmente reduzido a médio prazo.

De presente não existem programas de parceiros de desenvolvimento nesta área fora do Governo.

Plano Anual de Acção

Gabinete Executivo da Ministra			
Programa	**Meta**	**Objectivo**	**Resultados / Indicadores de Desempenho**
Melhoria da Efectividade da Assistência Internacional	Utilização óptima da assistência oficial dos parceiros de desenvolvimento, harmonizada de modo a evitar a duplicação de meios e alinhada de acordo com as prioridades nacionais do Governo	Melhorar a coordenação entre o governo e os parceiros de desenvolvimento através de interacção regular por parte da Secretaria de Efectividade da Assistência Internacional	▪ Reuniões de coordenação com parceiros de desenvolvimento regularizadas ▪ Secretaria de Efectividade da Assistência do MF fortalecida até finais de Março de 2009 ▪ Partilha de Relatório sobre as Contribuições dos parceiros de desenvolvimento com ministérios / instituições operacionais até finais de Junho de 2009
Organização da Comissão de Gestão Superior	Funcionamento eficiente e efectivo da CGS, onde os planos e actividades de cada ramo de serviços são harmonizados de acordo com a orientação estratégica do Ministério	Comissão de Gestão Superior totalmente estabelecida e funcional (CGS)	▪ Sessões da CGS organizadas com regularidade e a abordarem questões e preocupações emergentes do MF ▪ CGS capaz de prestar apoio efectivo e eficiente à Ministra das Finanças no cumprimento dos seus deveres ministeriais
Serviços de Programas			
Programa	**Meta**	**Objectivo**	**Resultados / Indicadores de Desempenho**
Gestão do Tesouro	• Gestão eficiente e efectiva dos pagamentos do governo • Desenvolvimento e reforço da unidade de auditoria do MF	▪ Desconcentrar gradualmente funções não essenciais do tesouro a ministérios operacionais ▪ Manter uma única Conta do Tesouro, reconciliada com regularidade. ▪ Recrutar e formar novos elementos para o desenvolvimento de relatórios de auditoria usando o SIGF integrado	▪ Ministérios operacionais formados no uso do FreeBalance para inserção de FCPs e PCs ▪ SIGF integrado acessível a todos os utilizadores estabelecido ▪ Reconciliação regular das contas bancárias do Governo ▪ Novos elementos recrutados até finais de Março de 2009
Gestão Orçamental	• Ajudar na preparação e execução do orçamento nacional • Melhorar a eficiência das despesas públicas	▪ Garantir que o orçamento nacional é apresentado ao Parlamento Nacional de forma atempada ▪ Melhor trabalho de coordenação com ministérios operacionais e planos de despesa melhor definidos a partir dos principais Ministérios, de acordo com as prioridades do Governo. ▪ Revisão regular da despesa pública para os principais sectores.	▪ Implementação do módulo de desempenho do orçamento ▪ Orçamento apresentado ao Parlamento duas semanas antes do final do ano financeiro ▪ Unidade de avaliação de despesas estabelecida e dotada dos recursos necessários dentro do MF ▪ Necessidades de formação da unidade identificadas e programa de formação desenvolvido ▪ Relatórios analíticos regulares sobre despesa pública produzidos
Facilitação do Aprovisionamento	Aprovisionamento efectivo e eficiente de grandes compras do Governo	Apoiar Ministérios operacionais nos seus esforços para desenvolver as suas próprias divisões de aprovisionamento e desenvolver mais ferramentas de	▪ Implementação de módulo de aprovisionamento no SIGF ▪ Formação de instituições operacionais para permitir um maior volume de transacções devolvidas

		controlo de qualidade com o MF	
Programa de Serviços de Impostos e Alfândegas			
Sub-Programa	**Meta**	**Objectivo**	**Resultados / Indicadores de Desempenho**
Serviços de Impostos	Cobrança eficiente de impostos petrolíferos e domésticos, de acordo com a legislação aprovada	Concluir a renovação da Administração de Impostos e fazer progressos no que toca a regulamentos dependentes.	▪ Procurar acordo cooperativo com a Direcção Fiscal da Austrália até finais de 2009. ▪ Cobrança plena dos impostos devidos. ▪ Campanhas de informação ao público sobre o novo regime fiscal conduzidas a nível nacional e nos 13 distritos.
Serviços de Alfândegas	Cobrança efectiva dos Direitos Alfandegários e Impostos sobre o Consumo delegados, juntamente com as responsabilidades em termos de facilitação do comércio e apoio a um controlo de fronteira efectivo.	• Concluir a renovação do quadro legislativo das Alfândegas e fazer progresso no desenvolvimento regulador. • Progresso significativo na capacitação do Serviço de Alfândegas, em conformidade com a avaliação de 2007.	▪ Maior presença das Alfândegas em postos fronteiriços terrestres e melhores qualificações entre o pessoal de controlo fronteiriço das Alfândegas. ▪ Novas instalações nas áreas fronteiriças prontas a ocupar até finais de 2009. ▪ Concepção de novas instalações terminada até finais de Junho. ▪ Estrutura bem definida dos Serviços de Alfândega estabelecida em resultado do seu novo quadro legislativo, e de uma revisão das responsabilidades
Serviço de Análise Política e Pesquisa			
Programa	**Meta**	**Objectivo**	**Resultados / Indicadores de Desempenho**
Serviços de Estatística	Melhor funcionamento do serviço de Estatísticas e provisão de dados estatísticos económicos e sociais regulares e fiáveis, essenciais para a produção das contas nacionais e das análises económicas e sociais	• Desenvolver um Plano Global de Estatística para Timor-Leste, em consulta com outros utilizadores finais de estatísticas, contendo um calendário anual detalhado para a sua implementação efectiva. • Finalizar a concepção do Censo de 2010.	• Plano Global de Estatística pronto a ser implementado até finais de Junho de 2009, com base em consultas alargadas • Censo de 2010 concebido na totalidade e teste no terreno realizado.
Política Macroeconómica	Produção de estimativas económicas e fiscais regulares para apoiar a gestão e orçamentação económicas	Melhorar a qualidade e a frequência das estimativas económicas e fiscais.	• Necessidades essenciais da Unidade Macroeconómica em termos de pessoal preenchidas até finais de Junho de 2009 • Relatórios regulares sobre o panorama económico e fiscal até finais de 2009
Administração do Fundo Petrolífero	Gestão prudente do Fundo Petrolífero, de modo a possibilitar o melhor equilíbrio entre risco e retorno para Timor-Leste	Desenvolver propostas para optimizar o retorno do Fundo.	Rever a legislação de modo a permitir uma maior flexibilidade na afectação de activos e a conseguir aprovação parlamentar até finais de 2009.
Serviços Corporativos			
Programa	**Meta**	**Objectivo**	**Resultados / Indicadores de Desempenho**

Serviços administrativos e financeiros	Serviços administrativos e financeiros eficientes e efectivos para todo o MF	Reformar e consolidar as unidades de Administração e Finanças do MF, a fim de se tornarem mais viradas para os clientes e para os resultados	▪ Pelo menos 75 por cento de execução de dinheiro do orçamento do Ministério para 2009 conseguidos até finais de Outubro de 2009 ▪ 100 % dos veículos motores do MF inventariados e devidamente mantidos até finais de Junho de 2009 ▪ Edifícios pertencentes ao MF inspeccionados para verificações de manutenção de rotina até finais de Junho de 2009 ▪ Plano eficiente de espaço de trabalho para o Ministério, com calendário de implementação e orçamento concluídos até finais de Junho de 2009
Desenvolvimento de Recursos Humanos	Melhoria da capacidade nacional do MF	• Implementar o Programa de Desenvolvimento Profissional (PDP) para o pessoal do MF	• Primeiro conjunto do PDP ministrado a pessoal elegível do MF até Junho de 2009 • Todos os elementos com um plano de capacitação até finais de 2009
Relações Públicas e Relacionamento com os Meios de Comunicação Social	Melhoria da imagem institucional do MF junto dos seus clientes	• Estabelecer e dotar de recursos uma Unidade de Relações Públicas e Relacionamento com os Meios de Comunicação Social dentro de MF • Produzir uma estratégia de relacionamento com os Meios de Comunicação Social	• Pessoal nacional para o relacionamento com os meios de comunicação social recrutado e formado • Disseminação regular ao público de informações sobre actividades do MF
Pareceres e apoio legais	Garantia de que o MF tem acesso à provisão de pareceres e apoio legais especializados e atempados	Estabelecer uma unidade especializada de Serviços Legais dentro do MF, para dar resposta a todas as obrigações legais deste ministério	• Unidade legal estabelecida e dotada dos recursos necessários • Pessoal nacional recrutado e treinado
Reformas do MF	Implementação de reformas no MF	• Concluir o processo de restruturação do MF • Concluir toda a legislatura relacionada de modo a permitir a implementação de reformas • Começar o processo de formação relevante quando necessário	▪ Atribuição de cargos entre o pessoal existente dentro da nova estrutura do MF concluída até Junho de 2009 ▪ Pessoal em excesso recolocado até finais de Outubro de 2009 ▪ Nova estrutura do MF 100% operacional

Ministério das Finanças – Todo o Governo

Quadro 7.128

Orçamento Geral do Estado ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	-	-	-	-	-	-
Bens e Serviços	290,554	76,589	52,000	52,000	52,000	232,589
Capital Minor	3,633	2,180	-	-	-	2,180
Transferências Públicas	42,341	1,300	1,300	1,300	1,300	5,200
Total Despesas Recorrentes	336,528	80,069	53,300	53,300	53,300	239,969
Crescimento ao Ano Interior		-76.2%	-33.4%	0.0%	0.0%	-33.4%
Total Capital Desenvolvimento	3,500	1,950	2,500	450		4,900
Crescimento ao Ano Interior		-44.3%	28.2%	-82.0%	-100.0%	-100.0%
Total Orçamento Geral do Estado	**340,028**	**82,019**	**55,800**	**53,750**	**53,300**	**244,869**
Crescimento ao Ano Interior		-75.9%	-32.0%	-3.7%	-0.8%	-35.0%

O financiamento estatal das actividades de Todo o Governo em 2009 é de $82,019 milhões, uma diminuição de 75.9 por cento em relação ao orçamento de estado para 2008, no valor de $340.028 milhões. A principal razão para esta alteração prende-se com a inclusão do Fundo de Estabilização Económica (FEE) de $240 milhões como actividade de todo o governo nas estimativas de 2008 para fins comparativos. Esta foi uma intervenção única e não será continuada em 2009. Para além disto, existe uma redução significativa nos pagamentos centralizados de Transferências, reflectindo o movimento do programa de transferências relativamente aos Veteranos para o Ministério da Solidariedade Social e o movimento das transferências referentes às vítimas internacionais de desastres para o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Existem também reduções no financiamento centralizado de Todo o Governo para Bens e Serviços e Capital Menor.

Quadro 7.129

Fundos confirmados a partir de outras fontes ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	-	-	-	-	-	-
Despesas Capital	-	-	-	-	-	-
Total Fundos Confirmados de Outros Fontes	-	-	-	-	-	-
Crescimento ao Ano Interior		*#DIV/0!*	*#DIV/0!*	*#DIV/0!*	*#DIV/0!*	*#DIV/0!*

Não existem fundos confirmados a partir de outras fontes nesta área de financiamento centralizado de Todo o Governo.

Quadro 7.130

Orçamento de Fontes Combinadas para o Ministério ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Fontes Combinadas						
Despesas Recorrentes	337,528	80,069	104,725	104,725	50,442	339,961
Crescimento ao Ano Interior		-76.3%	30.8%	0.0%	-51.8%	-37.0%
Despesas Capital	3,500	1,950	2,500	450	-	4,900
Crescimento ao Ano Interior		-44.3%	28.2%	-82.0%	-100.0%	-100.0%
Total Fontes Combinadas	**341,028**	**82,019**	**107,225**	**105,175**	**50,442**	**344,861**
Crescimento ao Ano Interior		-76%	30.7%	-1.9%	-52.0%	-38.5%

Quadro 7.131

Capital e Desenvolvimento ($000)

Status	Projeto	2009	2010	2011	2012	Total
Novo	Posto de Segurança na Fronteira - Tunu Bibi	-	250	450		700
Novo	Posto de Segurança na Fronteira - Passabe	-	300			300
Novo	Posto de Segurança na Fronteira - Salele	600	600			1,200
Novo	Posto de Segurança na Fronteira - Sakato	300	300			600
Novo	Posto de Segurança na Fronteira - Oessilo	300	300			600
Novo	Posto de Segurança na Fronteira - Batugade	750	750			1,500
Total	**Ministério das Finanças - Dotações para todo o Governo**	**1,950**	**2,500**	**450**	**-**	**4,900**

Pensões Administradas pelo Ministério das Finanças – Todo o Governo

Pensões para Antigos Titulares de Cargos Públicos

As pensões para antigos titulares de cargos públicos são estabelecidas segundo a lei 7/2007. Estas pensões assumem a forma de direitos mensais equivalentes a percentagem do salário pago ao actual titular do cargo público em questão. O financiamento para esta pensão é mais elevado em 2009, dado que os salários de titulares de cargos públicos aumentaram em 2009.

Quadro 7.132

Concessões Públicas Administradas pelo Ministério das Finanças – Todo o Governo ($000)

	2009 Orçamento	2010 Projeção	2011 Projeção	2012 Projeção	Total 4 Anos
Ministry of Finance -- Whole of Government					**-**
Pensões para Ex-Titulares e Membros do Governo	1,694	1,694	1,694	1,694	**6,775**
Total	**1,694**	**1,694**	**1,694**	**1,694**	**6,775**

Ministério da Justiça

O Ministério da Justiça é responsável pela concepção, implementação, coordenação e desenvolvimento da política aprovada pelo Conselho de Ministros nas áreas da Justiça e do direito. O financiamento e as actividades para o Ministério são apresentados de seguida.

Quadro 7.133

Orçamento Geral do Estado ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	1,342	2,033	2,093	2,093	2,093	8,312
Bens e Serviços	4,039	4,955	6,140	6,306	6,483	23,884
Capital Minor	355	438	610	643	653	2,344
Transferências Públicas	-	-	-	-	-	-
Total Despesas Recorrentes	5,736	7,426	8,843	9,042	9,229	34,540
Crescimento ao Ano Interior		29.5%	19.1%	2.3%	2.1%	24.3%
Total Capital Desenvolvimento	4,055	5,358	3,482	1,500	1,000	11,340
Crescimento ao Ano Interior		32.1%	-35.0%	-56.9%	-33.3%	-81.3%
Total Orçamento Geral do Estado	**9,791**	**12,784**	**12,325**	**10,542**	**10,229**	**45,880**
Crescimento ao Ano Interior		30.6%	-3.6%	-14.5%	-3.0%	-20.0%

O financiamento estatal para o Ministério da Justiça em 2009 é de $12.784 milhões, um aumento de 30.6 por cento a partir do orçamento de estado para 2008, no valor de $9.791 milhões. Isto reflecte aumentos em todas as áreas de actividade do Ministério. O financiamento de Salários e Vencimentos aumentou com a implementação do novo regime de carreira. A despesa com Bens e Serviços aumentou devido à implementação do Gabinete do Inspector-Geral de Auditoria, aos custos da implementação de acordos bilaterais, desenvolvimento de recursos humanos e contratação de assistência técnica em áreas tais como o Tribunal de Contas e o tratamento de investigações criminais. O capital menor aumentou devido à compra de novos equipamentos para as Terras e Propriedades e a melhorias nos serviços de alimentação nas prisões. O Capital e Desenvolvimento aumentou também com a reabilitação das Residências de Defensores Públicos e com o estabelecimento de Gabinetes de Notário nos distritos, a finalização do sistema de cartões de identificação e a conclusão da segurança no edifício de terras e propriedades. Estes programas são descritos em maior detalhe mais abaixo.

Quadro 7.134

Fundos confirmados a partir de outras fontes ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	10,825	10,649	5,361	5,930	4,072	26,012
Despesas Capital	142	173	66	-	-	239
Total Fundos Confirmados de Outros	10,967	10,822	5,427	5,930	4,072	26,251
Crescimento ao Ano Interior		*-1.3%*	*-49.9%*	*9.3%*	*-31.3%*	*-62.4%*

Quadro 7.135

Orçamento de Fontes Combinadas para o Ministério ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Fontes Combinadas						
Despesas Recorrentes	16,561	18,075	14,204	14,972	13,301	60,552
Crescimento ao Ano Interior		9.1%	-21.4%	5.4%	-11.2%	-26.4%
Despesas Capital	4,197	5,531	3,548	1,500	1,000	11,579
Crescimento ao Ano Interior		31.8%	-35.8%	-57.7%	-33.3%	-81.9%
Total Fontes Combinadas	**20,758**	**23,606**	**17,752**	**16,472**	**14,301**	**72,131**
Crescimento ao Ano Interior		14%	-24.8%	-7.2%	-13.2%	-39.4%

Quadro 7.136

Capital e Desenvolvimento para o Ministério da Justiça ($000)

Status	Projecto	2009	2010	2011	2012	Total
Novo	Internet para Justiça	100	-	-	-	100
Novo	Novo Sede para o Ministério da Justiça	-	1,500	1,500	1,000	4,000
Novo	Nova Instalação para a Sede do Notariado	750	750	-	-	1,500
Novo	Reabilitação da Residência dos Defensores Públicos em Baucau	130	13	-	-	143
Novo	Reabilitação da Residência dos Defensores Públicos em Oecusse	130	13	-	-	143
Novo	Reabilitação da Residência dos Defensores Públicos em Suai	130	13	-	-	143
Novo	Estabelecimento do Gabinete do Notário Distrital em Ainaro	200	20	-	-	220
Novo	Estabelecimento do Gabinete do Notário Distrital em Ermera	200	20	-	-	220
Novo	Estabelecimento do Gabinete do Notário Distrital em Oecusse	200	20	-	-	220
Novo	Estabelecimento do Gabinete do Notário Distrital em Covalima	200	20	-	-	220
Novo	Estabelecimento do Gabinete do Notário Distrital em Manatuto	200	20	-	-	220
Novo	Estabelecimento do Gabinete do Notário Distrital em Lautem	200	20	-	-	220
Novo	Finalização do Sistema para Bilhetes de Identidade	1,000	-	-	-	1,000
Novo	Estabelecimento do Gabinete do Notário Distrital em Aileu	200	20	-	-	220
Novo	Estabelecimento do Gabinete do Notário Distrital em Baucau	200	20	-	-	220
Novo	Vedação e Jardin no Novo Sede de Terras e Propriedades	327	33	-	-	360
Reorçamentado	Centro para Formação Juridica	400	-	-	-	400
Reorçamentado	Implementação de um Sistema de Gerir Registraçoes dos Cidadões	324	1,000	-	-	1,324
Reorçamentado	Reparos à Parede Externa da Segurança na Prisão de Becora	263	-	-	-	263
Reorçamentado	Reabilitação da Acomadações para as Guardas da Prisão em Becora	79	-	-	-	79
Reorçamentado	Construção da Sede de Terras e Propriedades (Dili)	73	-	-	-	73
Reorçamentado	Reabilitação do Gabinete dos Defensores Públicos em Oecusse	16	-	-	-	16
Reorçamentado	Conectividade do Internet para o Sector de Justiça	14	-	-	-	14
Reorçamentado	Reabilitação do Gabinete dos Defensores Públicos em Baucau	11	-	-	-	11
Reorçamentado	Reabilitação do Gabinete dos Defensores Públicos em Suai	11	-	-	-	11
Total	**Ministério da Justiça**	**5,358**	**3,482**	**1,500**	**1,000**	**11,340**

Pessoal

Quadro 7.137

Perfil de Funcionários

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Total Permanente	17	210	112	64	54	30	2	**489**
Total Temporario	37	35	37	10	24	18	1	**162**
Total Apontamento Politica	-	1	-	1	2	2	1	**7**
Total Funcionario	**54**	**246**	**149**	**75**	**80**	**50**	**4**	**658**

Quadro 7.138

Perfil de Gestão

Director Geral	3
Director Nacional	10
Director Distrital	32
Chefe Departemento	31
Chefe Secção	39
Total	**115**

Em 2009 o Ministério da Justiça tem um Perfil de Funcionários aprovado de 658 elementos, incluindo 489 funcionários permanentes, 162 funcionários temporários e 7 nomeações políticas. Os funcionários permanentes incluem 36 posições de gestão, conforme descrito acima. Mantém-se um processo de recrutamento para 52 posições permanentes e 13 posições temporárias, de modo a preencher a totalidade das posições no Ministério. Sob o novo regime de carreira, a estrutura de gestão forma 17.5 por cento do total da força laboral aprovada.

Actividades de Fontes Combinadas

Quadro 7.139

Actividades administradas com o Governo ($000)

Projecto ou Programa	Doador	Instit. Implem.	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Programa de Desenvolvimento do Sector da Justiça	Austrália	GRM	2,655	4,483	4,431	5,266	3,408	17,588
Combate à Corrupção em Timor-Leste	Austrália	GRM	708	863	332	0	0	1,195
Justiça para os Pobres	Austrália	GRM	221	553	664	664	664	2,545
Combate à Violência	Austrália	-	89	89	0	0	0	89
VIFM	Austrália	Governo de Victoria	33	33	0	0	0	33
Questões sobre Terras	Austrália	-	575	575	0	0	0	575
Assistência Técnica à Direcção de Direitos Humanos	França	MJ	1	0	0	0	0	0
Programa de Alargamento da Justiça	Nova Zelândia	JSMP	110	46	0	0	0	46
Desenvolvimento de serviços legais e judiciais	Portugal	MNE, iPAD/ M. Justiça	712	690	0	0	0	690
Projecto de Justiça	Brasil	ABC	0	870	0	0	0	870
Assessor de Mapeamento	Japão	JICA	0	110	0	0	0	110
Formação em Redacção Legislativa	Japão	JICA	0	40	0	0	0	40
Melhoria da Harmonia Comunitária e Fomento da Paz	Noruega	Comissão de Paz e Justiça	251	0	0	0	0	0

Projecto ou Programa	Doador	Instit. Implem.	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Assistência Técnica ao Ministério da Justiça	Espanha	0	52	0	0	0	0	0
Justiça Juvenil	UNICEF	Ministério da Justiça	259	0	0	0	0	0
Registo de Menores	UNICEF	Ministério da Justiça	101	0	0	0	0	0
Apoio ao Sector da Justiça	PNUD (SIDA, Austrália, Espanha, Dimarca, Irlanda, Noruega, Portugal, OHCHR)	PNUD	5,200	2,470	0	0	0	2,470
Total			**10,967**	**10,822**	**5,427**	**5,930**	**4,072**	**26,251**

Em 2009 as actividades do Ministério da Justiça serão apoiadas por programas de parceiros de desenvolvimento avaliados em $10.822 milhões. Isto representa 4.9 por cento do apoio total a parceiros de desenvolvimento para actividades do Governo em 2009. A maior parte deste financiamento abrange a provisão de apoio ao funcionamento do sector da justiça, porém existem também programas envolvidos em áreas tais como o combate à corrupção e questões sobre terras e propriedades. Programas de apoio ao sector da justiça podem cobrir actividades transversais a todos os órgãos da justiça incluindo os Tribunais, o Procurador-Geral e o Provedor. Onde programas não identificam separadamente a proporção do financiamento para cada área, o programa inteiro está listado no Ministério da Justiça.

A maior parte dos projectos de parceiros de desenvolvimento actualmente confirmados deverá terminar em 2009, o que fará com que o financiamento dos parceiros de desenvolvimento neste sector caia 50 por cento. Há três programas que continuarão a médio prazo, o Programa de Desenvolvimento do Sector da Justiça financiado pela Austrália, uma Iniciativa de Combate à Corrupção e o Programa de Justiça para os Pobres. Em face do declínio geral no financiamento confirmado de parceiros de desenvolvimento a médio prazo, as actividades conduzidas pelo Ministério da Justiça formarão 9.7 por cento do total dos programas de parceiros de desenvolvimento em 2012.

Os parceiros de desenvolvimento também conduzem programas nesta área fora do Governo

Quadro 7.140
Actividades administradas fora do Governo ($000)

Projecto ou Programa	PD	Instituição Implement.	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Programa de Fortalecimento das Instituições da Justiça	EUA	Ciências de Gestão para o Desenvolv.	900	1,219	0	0	0	1,219
Acesso à Justiça e Desenvolvimento Legislativo	EUA	Fundação Asiática	1,100	889	0	0	0	889
Fortalecimento dos Direitos de Propriedade em Timor-Leste	EUA	Associação de Desenv. Rural	2,400	2,000	0	0	0	2,000
Total			**4,400**	**4,108**	**0**	**0**	**0**	**4,108**

Em 2009 os parceiros de desenvolvimento irão trabalhar directamente com ONGs e com a comunidade a fim de ministrarem programas nas áreas do acesso à justiça e do fortalecimento dos direitos de propriedade. Estes programas não estão incluídos nos cálculos do orçamento de fontes combinadas, uma vez que não são levados a cabo com o sector do Governo. São incluídos nos documentos orçamentais para dar uma perspectiva da actividade em todo o sector. De presente não existem actividades confirmadas de parceiros de desenvolvimento com ONGs da comunidade após 2009.

Plano Anual de Acção

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
Desenvolver o Ordenamento Jurídico de Timor-Leste nas áreas de Justiça e do Direito	Elaborar e aprovar a legislação relevante nas áreas da Justiça e do Direito, de acordo com o plano de produção legislativa aprovado superiormente; Implementar o projecto de análise estatística no sector de Justiça; Implementar o Departamento de Documentação e reforçar os Serviços de Tradução do Ministério da Justiça.	Completar e aperfeiçoar o sistema jurídico de Timor-Leste nas áreas da Justiça e do Direito, assegurando a produção de legislação relevante e promovendo a investigação e o pensamento jurídicos.	• Diplomas legislativos produzidos e aprovados pelo Ministério da Justiça ou Conselho de Ministros; • Implementação do Departamento de Estatística do Ministério; • Implementação do Departamento de Documentação; • Criação de unidade especializada em tradução legislativa
Promover o Acesso à Justiça e fortalecer a Administração Judicial	Melhorar a assistência e apoio judiciários; Implementar mecanismos extra-judiciais de resolução de conflitos; Dotar a população com os conhecimentos básicos sobre Leis, Direitos Fundamentais e Sistemas de Justiça; Iniciar os projectos de criação da Câmara de Contas e de capacitação da polícia em investigação criminal.	Aproximar a Justiça do cidadão, promovendo o acesso à Justiça, a celeridade do seu funcionamento, o respeito pelos Princípios Fundamentais do Estado de Direito e garantindo a assistência e apoio judiciários, em especial aos mais desfavorecidos.	• Estabelecimento do Conselho Superior da Defensoria Pública; • Prestação de assistência legal pelos defensores, sempre que necessário; • Acções de divulgação de leis, direitos fundamentais e sistema de justiça, realizadas; • Treino dos Líderes Comunitários em Resolução de Conflitos; • Criação da Câmara de Contas • Elaboração do plano de Capacitação em investigação criminal.
Melhorar os Sistemas Prisional e de Reinserção Social	Melhorar a administração e gestão das Prisões; Garantir os direitos fundamentais e a alfabetização e formação de todos os reclusos; Capacitar e equipar os guardas prisionais para o exercício das respectivas funções; Implementar o sistema de execução de penas.	Reforçar a segurança, melhorar as condições de vida nas prisões e promover a reinserção social dos reclusos.	• Reestruturação dos Serviços Prisionais através da aprovação da nova estrutura orgânica; • Acções de Alfabetização e formação profissional de reclusos; • Acções de capacitação dos Guardas Prisionais; • Número de reclusos monitorizados pelo sistema de execução de penas.
Revitalizar os Serviços de Registo e Notariado	Implementar os diferentes processos de Registo e Notariado, aumentando de forma gradual e consistente a sua qualidade, designadamente: produção do Bilhete de Identidade de	Implementar, reforçar e descentralizar os serviços de Registo e Notariado, de forma a melhorar a qualidade do serviço prestado ao público e garantir a segurança do comércio jurídico.	• Número de passaportes, passes de fronteira e certidões emitidos; • % de empresas objecto de registo comercial; • % de população abrangida pelo Registo Civil;

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
	Timor-Leste, Passe de Fronteira, emissão do novo modelo de Passaporte, Registo Civil, Registo Comercial, implementação do Registo Predial.		• Implementação do registo predial – criação de estruturas e sistemas.
Reforçar a Gestão de Terras e Propriedades	Continuar o levantamento cadastral de todas as parcelas de terras em Timor-Leste; Reforçar os serviços de gestão do património imobiliário do Estado e de contratos, de forma a possibilitar a implementação da futura lei de terras.	Determinar o estado legal das parcelas de terras em Timor-Leste, tendo em vista a promoção do respectivo registo de propriedade e assegurar uma gestão eficaz e eficiente do património imobiliário do Estado.	• Aumento de % de parcelas de terras cadastradas e número de certificados de propriedade emitidos; • Número e tipo de contratos celebrados e renovados; • Aumento das receitas anuais; • Instrução dos processos de compensação financeira e expropriação por utilidade pública.
Qualificar os Recursos Humanos da Justiça	Garantir a qualidade da formação dos operadores judiciários e dos quadros do Ministério da Justiça; Assegurar o recrutamento de recursos humanos qualificados, de acordo com as necessidades identificadas pelos diferentes órgãos e serviços; Promover o desenvolvimento dos recursos humanos da Justiça.	Contribuir para melhorar a qualidade dos serviços da Justiça, através do recrutamento de recursos humanos qualificados, do desenvolvimento de projectos de qualificação dos operadores judiciários e do alargamento do esforço de capacitação aos restantes quadros do Ministério da Justiça.	• Elaboração e dados de execução do Plano de Formação (formação de magistrados e defensores, advogados privados, oficiais de justiça, etc.); • Implementação do Conselho de Gestão e Disciplina da Advocacia; • Execução do Projecto de capacitação de 15 nacionais licenciados em Direito; • Elaboração do Plano de Desenvolvimento de Recursos Humanos do MJ.
Modernizar as Infra-Estruturas Físicas e Tecnológicas da Justiça	Modernizar e alargar a rede física e tecnológica do sector da Justiça, através da descentralização dos serviços.	Dotar as instituições do sector da Justiça com as infra-estruturas físicas e tecnológicas adequadas ao desenvolvimento das suas atribuições.	• Construção de 8 novos edifícios de Registos e Notariado em Ainaro, Aileu, Baucau, Ermera, Oecusse, Covalima, Manatuto e Lautem; • Construção do novo edifício da DNRN em Díli; • Reabilitação de 3 Residências para os Defensores Públicos: Baucau, Oecusse e Suai; • Continuação do projecto de informatização do BI (2º fase); • Continuação do projecto *Intranet* do sector da Justiça – ligação em rede de mais 2 distritos • Construção de muro e jardim do novo

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
			edifício da DNTPSC
Implementar a Justiça para a Criança (Programa Especial Transversal e Interministerial - PETI)	Concluir e implementar a legislação de base reguladora da Justiça para a Criança; Criar as estruturas públicas e privadas necessárias para apoiar o funcionamento do Sistema de Justiça Juvenil; Formar profissionais especializados na área.	Assegurar a protecção da criança e a salvaguarda dos seus direitos fundamentais.	• Levantamento de dados, discussão e elaboração do Código dos Direitos da Criança; • Implementar a Comissão Nacional dos Direitos da Criança (CNDC); • Eventos comemorativos do Dia Mundial da Criança e da Convenção dos Direitos da Criança (1 de Junho e 20 Novembro).
Actividades de Planeamento e Gestão de Recursos	Melhorar a coordenação e a qualidade do planeamento, designadamente através do alinhamento dos Planos Anuais de Acção com o Quadro Estratégico de Referência – QER Justiça; Melhorar a capacidade de execução das dotações orçamentais do Ministério.	Assegurar a coordenação e a concertação ao nível do planeamento e execução das políticas e acções a desenvolver pelos diferentes organismos do sector da Justiça.	• Elaboração do PAA e Proposta de Orçamento para 2010; • Aumento das taxas de execução; • Reforço da capacitação técnica do Departamento de Aprovisionamento; • Implementação do Gabinete de Inspecção e Auditoria (GIA); • Implementação e coordenação dos Acordos Bilaterais e Multilaterais de Cooperação.

Ministério da Saúde

O Ministério da Saúde é o ramo do Governo responsável pela concepção, regulação, execução, coordenação e avaliação de políticas e actividades de saúde e farmacêuticas, conforme definidas e aprovadas pelo Conselho de Ministros. Tem as seguintes tarefas:

- propor políticas e conceber projectos de regulação necessários para as suas áreas de responsabilidade;
- garantir que todos os cidadãos têm acesso a cuidados de saúde;
- coordenar actividades relacionadas com controlo epidemiológico;
- exercer controlo sanitário de produtos com influência na saúde humana;
- promover formação para profissionais da saúde; e
- contribuir para o sucesso da assistência humanitária, por meio de mecanismos de coordenação e através da colaboração com outros órgãos do governo com responsabilidade pelas áreas relacionadas.

O financiamento e as actividades do Ministério para 2009 são apresentados de seguida.

Quadro 7.141
Orçamento Geral do Estado ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	5,854	8,189	8,838	9,721	10,693	37,441
Bens e Serviços	18,653	16,240	17,865	19,651	21,616	75,372
Capital Minor	3,524	985	1,089	1,198	1,318	4,590
Transferências Públicas						
Total Despesas Recorrentes	28,031	25,414	27,792	30,570	33,627	117,403
Crescimento ao Ano Interior		-9.3%	9.4%	10.0%	10.0%	32.3%
Total Capital Desenvolvimento	2,768	7,479	2,452	-	-	9,931
Crescimento ao Ano Interior		170.2%	-67.2%	-100.0%		-100.0%
Total Orçamento Geral do Estado	30,799	32,893	30,244	30,570	33,627	127,334
Crescimento ao Ano Interior		6.8%	-8.1%	1.1%	10.0%	2.2%

O financiamento estatal para o Ministério da Saúde em 2009 é de $32.893 milhões, um aumento de 6.8 por cento em relação ao orçamento de estado para 2008, no valor de $30.799 milhões. O aumento nos Salários e Vencimentos deve-se à implementação do novo regime de carreira para Funcionários Públicos, do Regime Especial para Profissionais de Saúde e às medidas para recrutar pessoal adicional para preencher lacunas estruturais e apoiar a implementação de várias actividades propostas segundo o Plano Estratégico do Sector da Saúde – incluindo o Pacote de Serviços Básicos e de Serviços de Saúde Integrados. Embora o financiamento para Bens e Serviços tenha descido no geral, o Ministério irá implementar novas iniciativas tais como os Serviços de Saúde Integrados, o Registo de Famílias, a Promoção da Saúde e a Educação sobre produção local de alimentos, a fim de melhorar a situação nutricional das comunidades. O aumento no financiamento total deve-se ao programa de Capacitação do Ministério, o qual incluiu novas dotações para alguns projectos de capital em relação a anos anteriores, incluindo o Hospital de Referência de Baucau. Novos projectos a realizar pelo Ministério incluem a construção de Clínicas de Maternidade, 3

Centros de Saúde Comunitários em Venilale, Turiscai e Passabe e 14 novos Postos de Saúde e alojamentos. Estes projectos de capital são descritos em maior detalhe mais abaixo.

Quadro 7.142
Fundos confirmados a partir de outras fontes ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	20,940	20,759	13,618	8,550	2,848	45,776
Despesas Capital	4,503	840	190	280	98	1,407
Total Fundos Confirmados de Outros Fontes	25,443	21,599	13,808	8,830	2,946	47,183
Crescimento ao Ano Interior		*-15.1%*	*-36.1%*	*-36.1%*	*-66.6%*	*-86.4%*

Quadro 7.143
Orçamento de Fontes Combinadas para o Ministério ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Fontes Combinadas						
Despesas Recorrentes	48,971	46,173	41,410	39,120	36,475	212,150
Crescimento ao Ano Interior		-5.7%	-10.3%	-5.5%	-6.8%	-21.0%
Despesas Capital	7,271	8,319	2,642	280	98	18,609
Crescimento ao Ano Interior		14.4%	-68.2%	-89.4%	-64.9%	-98.8%
Total Fontes Combinadas	**56,242**	**54,492**	**44,052**	**39,400**	**36,573**	**230,759**
Crescimento ao Ano Interior		-3%	-19.2%	-10.6%	-7.2%	-32.9%

Quadro 7.144
Capital e Desenvolvimento para o Ministério da Saúde ($000)

Status	Projecto	2009	2010	2011	2012	Total
Novo	Construção de uma clínica de Maternidade em Aileu Vila	81	9	-	-	90
Novo	Construção de uma clínica de Maternidade em Laga	86	9	-	-	95
Novo	Construção de Posto de Saúde em Saelari (Laga)	81	9	-	-	90
Novo	Construção de Posto de Saúde em Nunodoi Atabae	72	8	-	-	80
Novo	Construção de Posto de Saúde em Lebos Lolotoe	90	10	-	-	100
Novo	Construção de Posto de Saúde em Nain Feto	35	4	-	-	39
Novo	Construção de uma clínica de Maternidade em Koliati Gleno	72	8	-	-	80
Novo	Construção de Posto de Saúde em Luro, Lacava	85	10	-	-	95
Novo	Construção de uma clínica de Maternidade em Luro, Vairoque	90	10	-	-	100
Novo	Construção de Posto de Saúde em Marbara , Maubara Lisa	81	9	-	-	90
Novo	Construção de Posto de Saúde em Liquiça, Leotela	81	9	-	-	90
Novo	Construção de Posto de Saúde em Laclo Hatukonan	126	14	-	-	140
Novo	Construção de Posto de Saúde em Laclubar Lei	81	9	-	-	90
Novo	Construção de Posto de Saúde em Fahinehan	81	9	-	-	90
Novo	Construção de Posto de Saúde em Turiscain	163	18	-	-	181
Novo	Construção de Residências para Médicos em Turiscain	45	5	-	-	50
Novo	Construção de Posto de Saúde em Pante Makasar, Lalisuk	90	10	-	-	100
Novo	Construção do Centro de Saúde em Passabe	86	9	-	-	95
Novo	Construção de uma clínica de Maternidade em Viqueque	90	10	-	-	100

Status	Projecto	2009	2010	2011	2012	Total
Novo	Obras de Drenagem e Vedação para o Centro de Saúde em Viqueque	135	15	-	-	150
Novo	Construção de um Posto de Saúde em Hatolia Manulete	81	9	-	-	90
Reorçamentado	Construção do Hospital em Baucau	3,000	1,639	-	-	4,639
Reorçamentado	Construção do Hospital em Suai	1,000	461	-	-	1,461
Reorçamentado	Pagamento da Retenção Para Reabilitação do Hospital de Guido Valadares Referência em Díli	492	-	-	-	492
Reorçamentado	Obras no Hospital Guido Valadares	295	-	-	-	295
Reorçamentado	Finalização para um Departamento de Patologia Forense no Hospital Nacional de Díli (Guido Valadares)	260	40	-	-	300
Reorçamentado	Desenhos e Supervisão de Projectos da Saúde	85	-	-	-	85
Reorçamentado	Construção do Laboratório Central para Analisar Remédios	52	-	-	-	52
Reorçamentado	Pagamento da Retenção Para Supervisão Hospital de referência em Suai	50	61	-	-	111
Reorçamentado	Pagamento da Retenção Para Supervisão Hospital de referência em Baucau	50	48	-	-	98
Reorçamentado	Construção de Poste de Saúde - Kailako	40	-	-	-	40
Reorçamentado	Facilidades da Maternidade e do Laboratórios em Clínicas de Saúde	31	-	-	-	31
Reorçamentado	Reabilitação de Poste de Saúde - Ossohuna	30	-	-	-	30
Reorçamentado	Pagamento da Retenção de Centro de Saúde em Viqueque	22	-	-	-	22
Reorçamentado	Reabilitação de Acomodação para Médicos (Salele - Tilomar)	17	-	-	-	17
Reorçamentado	Hospital da Referência de Suai - Construção de Residências dos médicos e enfermeiras	16	-	-	-	16
Reorçamentado	Conclusão da Vedação a Volta da Hospital da Referência em Oecusse	16	-	-	-	16
Reorçamentado	Reabilitação de Acomodação para Medicos (Zumulai)	15	-	-	-	15
Reorçamentado	Reabilitação Vedação a Volta da Clínica de Saúde em Vemasse	12	-	-	-	12
Reorçamentado	Pagamento da Retenção Para Supervisão Hospital de Guido Valadares Referência em Dili	12	-	-	-	12
Reorçamentado	Construção de Centro de Saúde - Fatululic	10	-	-	-	10
Reorçamentado	Construção de um Salão para "CT Scanning" no Hospital Nacional de Dili	9	-	-	-	9
Reorçamentado	Conclusão da Vedação a Volta da Hospital da Referência em Maliana	9	-	-	-	9
Reorçamentado	Centro de Saúde de Ainaro – Gabinetes	9	-	-	-	9
Reorçamentado	Reabilitação de 2 Salas de Formação e a Reabilitação de Acomodação Para Enfermeiras em Lahane	8	-	-	-	8
Reorçamentado	Extensão do Centro de Saúde - Becora	8	-	-	-	8
Reorçamentado	Hospital da Referência em Maubisse - Residência Para Enfermeiras	8	-	-	-	8
Reorçamentado	Acomodação para Medicos - Hospital da Referência de Baucau	7	-	-	-	7
Reorçamentado	Reabilitação SDS - Lautem	6	-	-	-	6
Reorçamentado	Reabilitação do Posto de Saúde - Hatolia	6	-	-	-	6
Reorçamentado	Centro de Saúde de Distrito de Aileu – Gabinetes	6	-	-	-	6
Reorçamentado	Acomodação para Médicos - Hospital da Referência de Maubisse	6	-	-	-	6
Reorçamentado	Construção de Poste de Saúde - Liurai	5	-	-	-	5
Reorçamentado	Reabilitação de Poste de Saúde - Manufahi Kiik	5	-	-	-	5
Reorçamentado	Hospital da Referência em Maliana - Casa para um Medico	4	-	-	-	4
Reorçamentado	Construção de Poste de Saúde - Uatulari	4	-	-	-	4
Reorçamentado	Construção de Poste de Saúde - Lakufoan	4	-	-	-	4
Reorçamentado	Construção de Poste de Saúde - Leubasa	4	-	-	-	4
Reorçamentado	Construção de Poste de Saúde em Suco Mauchiga	4	-	-	-	4
Reorçamentado	Construção de Poste de Saúde - Ossowaque	4	-	-	-	4
Reorçamentado	Construção de Poste de Saúde - Ossowala	4	-	-	-	4
Reorçamentado	Construção de Poste de Saúde - Gala	4	-	-	-	4

Status	Projecto	2009	2010	2011	2012	Total
Reorçamentado	Pagamento da Retenção para o Dentista em Comorro	3	-	-	-	3
Reorçamentado	Construção de Poste de Saúde in Suco Ailico	3	-	-	-	3
Reorçamentado	Reabilitação de Poste de Saúde - Sacato	3	-	-	-	3
Reorçamentado	Construção de Poste de Saúde - Lacava	3	-	-	-	3
Reorçamentado	Reabilitação do Posto de Saúde - Hatolia	2	-	-	-	2
Reorçamentado	Reabilitação de Poste de Saúde - Iiheu	2	-	-	-	2
Reorçamentado	Construção de Poste de Saúde - Viqueque	2	-	-	-	2
Total	**Ministério da Saúde**	**7,479**	**2,452**	**-**	**-**	**9,931**

Pessoal

Quadro 7.145

Perfil de Funcionários

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Total Permanente	-	181	986	393	148	50	2	**1,760**
Total Temporario	427	232	487	107	148	45	12	**1,458**
Total Apontamento Politica	-	2	2	2	3	3	1	**13**
Total Funcionario	**427**	**415**	**1,475**	**502**	**299**	**98**	**15**	**3,231**

Quadro 7.146

Perfil de Gestão

Director Geral	2
Director Nacional	8
Director Distrital	21
Chefe Departemento	135
Chefe Secção	-
Total	**166**

Em 2009 o Ministério da Saúde aprovou um Perfil de Funcionários que inclui 1,760 funcionários permanentes, 1,458 funcionários temporários e 13 nomeações políticas. Os funcionários permanentes incluem 166 posições de gestão, conforme descrito acima. No seguimento da criação das novas posições em 2009, manter-se-á um processo de recrutamento para 181 posições permanentes e 484 posições temporárias, a fim de preencher a totalidade do Perfil de Funcionários do Ministério da Saúde. Sob o novo regime de carreira e a lei orgânica do Ministério, a estrutura de gestão forma 5.1 por cento do total da força laboral aprovada.

Actividades de Fontes Combinadas

Os parceiros de desenvolvimento continuam a apoiar o sector da saúde em áreas altamente prioritárias tais como saúde materna e infantil, vacinação e nutrição, controlo de doenças transmitidas por mosquitos, tais como a malária e a dengue, e outras doenças transmissíveis. O Quadro seguinte ilustra áreas de apoio continuadas e novas – é importante notar que, embora muitos parceiros tenham mostrado interesse e empenho em fortalecer os laços de cooperação com o Ministério da Saúde, continua a haver falta de partilha de informações relativamente a compromissos financeiros a médio prazo:

Quadro 7.147

Actividades administradas com o Governo ($000)

Projecto ou Programa	PD	Instit. Implem.	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
ATLASS - Programa de Serviços Médicos Especializados	Austrália	RACS	1,483	1,669	1,625	797	0	4,091
Manutenção Bio-médica	Austrália	RACs	266	266	438	868	430	2,002
Estudo de Comportamentos de Procura de Saúde em Timor-Leste	Austrália	Uni NSW	366	303	0	0	0	303
Ca0dá-Ásia Doenças Infecciosas Emergentes 0 Região	Ca0dá	Instituição de Saúde Pública do Ca0dá	107	0	0	0	0	0
Equipa Médica da Chi0	Chi0	Ministério do Comércio, Chi0	30	30	30	0	0	60
AT ao 'Apoio à Implementação do Programa de Investimento no Sector da Saúde em Timor-Leste'	CE	BMB	0	701	0	0	0	701
Avaliação de Programas do Sector da Saúde em Timor-Leste (contrato de enquadramento) ***	CE	AEDES	146	0	0	0	0	0
Fundação de Sistema Médico de Emergência	Coreia	KOICA	140	0	0	0	0	0
Modernização do Serviço do Hospital 0cio0l de Díli	Coreia	KOICA	680	0	0	0	0	0
Assistência de Oftalmologia	Nova Zelândia	Fundação Fred Hollows / MS	221	103	40	0	0	143
Apoio ao Instituto de Ciências da Saúde	Portugal	Fundação Calouste Gulbenkian/ IPAD	420	450	0	0	0	450
Projecto de Apoio ao Plano Estratégico do Sector da Saúde (AID/AEUAID)	Banco Mundial (AEUAID)	MS	5,070	5,000	5,100	5,300	600	16,000
TP-Programa de Apoio ao Sector da Saúde (TF054511/2) (CE)	Banco Mundial (EC)	MS	1,902	1,716	0	0	0	1,716
Segundo Projecto de Reabilitação e Desenvolvimento do Sector da Saúde (CE)	Banco Mundial (EC)	MS	5,370	0	0	0	0	0
Segundo Projecto de Reabilitação e Desenvolvimento do Sector da Saúde (TFET)	Banco Mundial (MULT)	MS	1,292	0	0	0	0	0
Resposta Alargada ao VIH / SIDA em Timor-Leste (Fase I Acordo de Concessão)	Global Fund	MS	780	685	0	0	0	685
Avaliação do plano estratégico 0cio0l sobre VIH / SIDA	PNUD	PNUD	63	0	0	0	0	0
Vaci0ção	UNICEF	MS	1,275	0	0	0	0	0
Sobrevivência de Crianças e Cuidados de Saúde Mater0	UNICEF	MS	1,220	0	0	0	0	0
Prevenção do VIH / SIDA	UNICEF	MS	255	0	0	0	0	0
Programa de Saúde e Nutrição	UNICEF	MS	0	2,000	0	0	0	2,000
Provisão de Formação e Serviços Abrangentes de Saúde Reprodutiva	UNFPA	MS	1,400	900	800	800	800	3,300
Saúde e Nutrição Mater0 e Infantil	PMA	PMA	1,892	6,711	4,710	0	0	11,421
Controlo de Doenças Transmissíveis	OMS	0	293	293	293	293	307	0
VIH / SIDA, Malária e Tuberculose	OMS	0	403	403	403	403	423	0
Doenças Não Transmissíveis	OMS	0	14	14	14	14	14	0
Saúde Mater0 e Infantil	OMS	0	52	52	52	52	55	0
Preparação e Resposta de Emergência	OMS	0	91	91	91	91	96	0
Promoção da Saúde, Géneros e Ambiente	OMS	0	42	42	42	42	44	0
Nutrição e Segurança Alimentar	OMS	0	29	29	29	29	30	0

Projecto ou Programa	PD	Instit. Implem.	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Melhoria dos Serviços de Saúde	OMS	0	57	57	57	57	59	0
Acesso a produtos médicos de qualidade e a tecnologias	OMS	0	84	84	84	84	88	0
Total			**25,443**	**21,599**	**13,808**	**8,830**	**2,946**	**42,872**

Em 2009 as actividades do Ministério da Saúde serão apoiadas por programas de parceiros de desenvolvimento avaliados em quase $21.599 milhões. Isto representa 9.8 por cento do total do apoio dos parceiros de desenvolvimento a actividades do Governo em 2009.

Os grandes programas cobertos por parceiros de desenvolvimento incluem $6.5 milhões para saúde materna e infantil, previsto para estar concluído em 2010, $5.0 milhões para o Projecto de Apoio ao Planeamento Estratégico no Sector da Saúde, e $5.3 milhões para o componente de saúde do programa de Abastecimento de Água e Saneamento Rural. Muitos dos actuais programas de parceiros de desenvolvimento irão terminar em 2009, o que fará com que a assistência total caia 35 por cento para os 18.8 milhões em 2010. O financiamento cairá para $7.637 milhões em 2012, uma redução de mais 67 por cento.

Os parceiros de desenvolvimento também prestam programas nesta área fora do Governo.

Quadro 7.148

Actividades administradas fora do Governo ($000)

Projecto ou Programa	PD	Instituição Implem.	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Projecto de melhoria da promoção da saúde	Japão	SHARE	150	150	75	0	0	225
Projecto de cuidados de saúde primários	Japão	AFMET	150	150	75	0	0	225
Fortalecimento do sistema de transporte ambulatório da clínica comunitária de Ermera	Japão	Centro St. Bakhita	73	0	0	0	0	0
Estabelecimento de instalações de saúde propícias a partos nos distritos de Ainaro e Manufahi.	Japão	Aliança Saúde Internacional	42	0	0	0	0	0
Programa de concessões para sobrevivência de crianças e saúde – promoção da procura comunitária por nascimentos espaçados	EUA	Aliança Saúde Internacional	1,250	0	0	0	0	0
Assistência Integrada à Saúde em Timor-Leste	EUA	Parceria de cuidados de saúde infantil & John Snow, Inc	1,000	1,000	0	0	0	1,000
Planeamento Familiar Responsável (P4RP)	EUA	Serviços Católicos de Auxílio	0	375	375	0	0	750
Programa de Abastecimento de Água, Saneamento e Higiene de Distrito	EUA	CDM Internacional	0	4,600	0	0	0	4,600
Estudo Demográfico e de Saúde	EUA		0	430	0	0	0	430
Total			**4,165**	**8,810**	**525**	**0**	**0**	**9,335**

Em 2009 os parceiros de desenvolvimento irão trabalhar directamente com ONGs e com a comunidade para levarem a cabo programas nas áreas dos cuidados de saúde primários, saúde de crianças e água e saneamento. Estes programas não estão incluídos nos cálculos do orçamento de fontes combinadas, uma vez que não são conduzidos pelo sector do Governo. São incluídos nos documentos orçamentais para dar uma perspectiva da actividade relativamente a todo o sector. A maior parte destes programas deverá estar concluída em 2009, não havendo actualmente actividades confirmadas de parceiros de desenvolvimento com ONGs ou com a comunidade após 2010.

Plano Anual de Acção

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
Gabinete do Director-Geral			
Fortalecer o Sistema Nacional de Saúde	Fortalecer o Sistema Nacional de Saúde, incluindo o Desenvolvimento de Políticas de Saúde, Legislação para a Saúde, e Sistema de Informação - em todo o País.	Desenvolver Políticas de Saúde e assistir a Direcção Técnica na implementação das políticas de saúde; Melhorar a qualidade de prestação de cuidados de saúde junto das comunidades; Fortalecer a Gestão do Sistema de Informação de Saúde e Vigilância Epidemiológica; Regulamentar os serviços de saúde e monitorizar a aplicação dos normativos; Realizar inspecção de consumíveis de saúde em todo o País; Melhorar a comunicação com os média e o sistema protocolar no seio do Ministério da saúde; Melhorar coordenação entre os Directores, Hospitais e Serviços Distritais de Saúde.	• Relatório sobre a avaliação das Políticas implementadas submetidas ao Director Geral; • 100% do grupo-alvo participa na disseminação das Políticas, tanto por parte dos homens como das mulheres; • Relatório sobre o resultado da implementação dos regulamentos submetidos ao Director-Geral da Saúde; • 100% do grupo-alvo participa no desenvolvimento dos Regulamentos e Leis da Saúde tanto da parte dos homens como das mulheres; • 10 Reuniões consultivas de direcção realizados nos serviços centrais para discutir diversas políticas e assuntos relacionados com a implementação das actividades do sector; • Estabelecer unidades de comunicação social e protocolo na área da Saúde em 13 distritos e 6 hospitais; • 100% das actividades planeadas apresentadas em programas de RTTL e em outros meios de comunicação electrónica; • Sistema de Compilação de Dados (Software) estabelecida nos distritos; • 4 Relatórios trimestrais sobre estatística de saúde elaborados; • 1 Relatório anual estatístico publicado e disseminado; • *Website* do Ministério da Saúde em funcionamento; • Desenvolvimento do Guia de Gestão de Sistemas de Vigilância Epidemiológica; • Produção e disseminação de 12 relatórios mensais de vigilância epidemiológica.
Gabinete de Inspecção de Saúde e Auditoria			
Boa Governação	Melhorar a boa governação relativamente às Instituições e Serviços de Saúde, para fiscalizar a aplicabilidade das leis e regulamentos administrativos dirigidos ao Sistema Nacional de Saúde.	Realizar inspecções regulares a todos os Distritos, Hospitais e outras Instituições do Ministério da Saúde; Fortalecer a auditoria em gestão financeira, de património e de desempenho disciplinar do Ministério da Saúde.	• Aplicar as sanções disciplinares e de auditoria relevantes às Instituições e Serviços do Sistema Nacional de Saúde; • Efectuar inspecções regulares aplicáveis ao Sistema Nacional de Saúde; • Submeter todos os relatórios, incluindo aqueles de natureza financeira e de auditoria ao Ministro da Saúde; • Desenvolver Relatório Trimestral de Actividades.
Direcção Nacional de Saúde Comunitária			
Melhoria de Acessibilidade e Qualidade dos Cuidados de Saúde	Melhoria da acessibilidade, procura e qualidade de cuidados de saúde com o objectivo de atingir as Metas de	Melhorar a implementação das estratégias definidas para a saúde maternal e infantil em todo o País com ênfase em MDGs 4 e 5;	• Monitorização do sistema de cobertura de cuidados materno-infantis estabelecido em todos os sub-distritos; • Todas as parteiras nos CHCs e HPs treinados em Cuidados Básicos de Emergência Obstétrica;

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
	Desenvolvimento do Milénio, focando nas doenças infecciosas tal como malária, dengue e tuberculose.	Expandir a implementação dos programas de nutrição junto da comunidade; Melhorar a implementação da política de controlo de doenças contagiosas em todo o país com ênfase em MDG 6; Fortalecer a implementação da política de controlo de doenças não contagiosas em todo o País, incluindo a introdução das iniciativas de saúde dos idosos e aleijados; Fortalecer a implementação das estratégias de saúde ambiental, que inclui controlo de vectores, água, saneamento básico e segurança alimentar; Fortalecer a implementação da estratégia de promoção de saúde em todos os estabelecimentos de saúde, escolas e comunidades.	• 250 Profissionais de saúde treinados em programas de saúde familiar; • Disponibilidade de Materiais de Planeamento Familiar em todos os estabelecimentos de saúde; • Estratégia e Manual Operacional de "Cuidados a Recém-Nascidos" desenvolvidos e aprovados; • Formação de 20 formadores e 50 profissionais de saúde formados em "Cuidados a Recém-Nascidos"; • Desenvolvimento de 4 Guias e Manuais Operacionais sobre nutrição; • 120 Profissionais de saúde a nível dos distritos e Sub-Distritos, participam na formação sobre gestão da imunização, incluindo gestão das arcas frigoríficas; • 60 Sub-Distritos e 100 sucos são sensibilizados sobre os programas de saúde materno- infantil, incluindo as Organizações das Mulheres existentes nas comunidades; • Desenvolvimento do Guia Nacional da "Cuidados de Saúde Amigo Juventude"; • Formação de 60 funcionários em saúde reprodutiva de adultos; • Realização do Encontro Nacional de Sensibilização para a Saúde Reprodutiva; • TT e SIAs para Sarampo implementado em todos os Distritos e Sub-Distritos; • Realização de 145 campanhas de marketing social através da TV; • 6000 Incentivos não remuneratórios para todos os Promotores de Saúde Familiar do País; • Realização da Campanha "Loron Escola Saudável" em 1.174 escolas; • 250 Postos de SISCa e 225 Escolas visitadas para monitorizar a implementação das actividades de SISCa e o programa de saúde escolar; • 30 Profissionais de saúde participam e recebem formação em promoção de saúde; • Revisão e desenvolvimento de 15 Guias e Estratégias de controlo de doenças infecciosas; • Desenvolvimento de 6 procedimentos operacionais para as doenças emergentes; • Todas as medidas de monitorização do programa da malária realizadas; • Formação de 30 funcionários em diagnóstico microscópico da malária e 45 funcionários do Hospital formados em gestão da

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
			malária severa; • Programa de levantamento de dados de Microfilaria realizada em 4 distritos; • Estudos sobre doenças cardiovasculares e propostas realizadas; • 100% dos estabelecimentos de saúde implementam o Programa de Saúde dos Idosos; • 65 funcionários participam na formação de gestão de cuidados aos deficientes; • Todos estabelecimentos de saúde implementam o programa de saúde da vista (oftalmologia); • Regulamentos e revisão da estratégia nacional da Saúde Mental; • Visita de psiquiatria realizada aos 13 distritos (especialista em saúde mental); • 48 Estabelecimentos de saúde implementam o programa de saúde oral, incluindo uma visita anual aos postos de SISCa; • Formação de 37 enfermeiros dentistas; • Desenvolvimento de procedimentos operacionais para a saúde dentária; • 80% dos sucos têm condições básicas de saneamento; • 100% das áreas mais expostas às doenças provenientes dos mosquitos recebem uma intervenção intensiva de controlo de vectores; • Monitorização de 100% dos restaurantes em todos os distritos por forma a garantir um padrão de segurança alimentar; • Preparação de 4 relatórios de actividades por parte de cada departamento da direcção.
Direcção Nacional de Serviços Hospitalares e de Encaminhamento			
Melhoria de Acessibilidade e Qualidade dos Cuidados de Saúde	Melhoria da acessibilidade, procura e qualidade de cuidados de saúde com o objectivo de atingir as Metas de Desenvolvimento do Milénio, focando nas doenças infecciosas tal como malária, dengue e tuberculose.	Estabelecer normativos técnicos para o fortalecimento dos serviços hospitalares e de encaminhamento; Prestar assistência técnica de forma a fortalecer o sistema de gestão hospitalar; Prestar assistência técnica por forma a melhorar os serviços de ambulância em todo o País; Assegurar um bom funcionamento dos serviços de ambulância; Assegurar o nível mais alto de encaminhamento de pacientes para o HNGV, para que sejam prestados cuidados secundários, reabilitativos e formação de quadros; Assegurar a presença de todos os	• Desenvolvimento e Disseminação de procedimentos operacionais para os Serviços Hospitalares e de Encaminhamento; • Desenvolvimento e Disseminação de procedimentos operacionais para os Serviços de Ambulância; • Desenvolvimento e Disseminação da Política de Encaminhamento de Pacientes ao Estrangeiro; • Apresentação e Submissão do Plano de Implementação dos Serviços Hospitalares para 2010; • Estabelecimento do Sistema de Informação para todos os Hospitais de Referência; • Formular os indicadores para os Serviços Hospitalares e de Encaminhamento;

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
		especialistas e outros profissionais de saúde que trabalham no hospital de acordo com as necessidades de BSP para os hospitais.	• Formação de 30 funcionários dos hospitais e serviços de ambulância em gestão dos serviços; • Melhoria das redes de comunicação entre os Hospitais e serviços de encaminhamento-chave para 80%.
Direcção Nacional de Recursos Humanos			
Fortalecer os Sistemas de Suporte e Gestão	Fortalecer os Sistemas de Suporte e de Gestão, com ênfase especial em Desenvolvimento de Recursos Humanos	Fortalecer a gestão de pessoal do Ministério da Saúde com vista a solucionar a questão da acessibilidade e qualidade dos serviços prestados à comunidade; Estabelecer a base de dados de registo de profissionais de saúde por forma a apoiar melhor a planificação e desenvolvimento dos recursos humanos; Desenvolver a estratégia de recursos humanos com vista a assegurar as necessidades dos serviços de saúde.	• Estabelecimento da base de dados dos profissionais de saúde; • Registo de 100% dos profissionais de saúde; • Revisão da Descrição de Tarefas do pessoal da saúde; • Desenvolvimento e aprovação dos meios de avaliação de desempenho do pessoal; • Preenchimento de 100% das vagas do Ministério da Saúde; • Política de recrutamento de profissionais internacional desenvolvida e aprovada; • Selecção e submissão de 100% das bolsas de estudos planeadas; • Revisão e aprovação dos recursos humanos para a implementação do Plano Estratégico da Saúde; • Revisão e aprovação dos guias de formação e bolsas de estudos; • Publicação de 4 relatórios de Recursos Humanos da Saúde.
Direcção Nacional de Administração, Logística e Aprovisionamento			
Fortalecer os Sistemas de Suporte e de Gestão	Fortalecer os Sistemas de Suporte e de Gestão, com ênfase especial em Administração, Logística (tanto de material médico como não médico) e de serviços de aprovisionamento para o Ministério da Saúde.	Desenvolver a assegurar a implementação das normas e procedimentos de administração, logística e aprovisionamento para a saúde; Prestar assistência técnica em gestão administrativa, logística e gestão de aprovisionamento aos diversos departamentos e direcções; Assegurar a gestão do sistema de património e bens por forma a melhorar eficazmente o apoio à provisão dos serviços de saúde; Garantir a transparência no processo de aprovisionamento para os projectos de saúde; Garantir a execução dos projectos de acordo com o planeado para o ano financeiro.	• Desenvolvimento e aprovação dos guias de gestão de equipamentos médicos; • Boa manutenção de pelo menos 85% dos equipamentos médicos em todos os estabelecimentos de saúde; • Boa manutenção de pelo menos 85% das rádios de comunicação e painéis solares; • Todos os bens do Estado, sob a responsabilidade do Ministério da Saúde, registados e documentados; • Boa manutenção de todos os estabelecimentos de água e saneamento nos estabelecimentos de saúde; • Boa manutenção de pelo menos 90% dos veículos e motorizadas; • Distribuição de 100% dos bens comprados a todas as unidades do Ministério da Saúde de acordo com o plano de aprovisionamento; • Desenvolvimento e aprovação do plano de aprovisionamento do Ministério da Saúde para 2009; • Publicação de 100% de todas as propostas de aprovisionamento dos projectos de saúde (capital menor e de desenvolvimento);

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
			• Assinatura de 100% dos contractos de projectos de saúde; • 100% das empresas efectuam a entrega dos projectos de saúde a tempo; • Estabelecimento e funcionamento do Centro de Documentação e Biblioteca dos Serviços Centrais do Ministério da Saúde; • Boa manutenção de todos os equipamentos de informação tecnológico; • Estabelecimento da Rede Central Informática do Ministério da Saúde.
Direcção Nacional do Plano e das Finanças			
Fortalecer a Cooperação, Planeamento e Gestão Financeira	Fortalecer a cooperação, planeamento, financiamento, monitorização e avaliação, e sistema financeiro para os serviços do Ministério da Saúde.	Coordenar a estratégia e plano de acção dos diferentes departamentos e direcções do Ministério da Saúde; Desenvolver normas para planeamento, monitorização, avaliação, finanças, orçamento e gestão de parceiros do Ministério da Saúde; Prestar assistência técnica em planeamento, monitorização e avaliação, gestão financeiro e de parceria no Ministério da Saúde; Garantir mais de 95% de execução do orçamento anual e de acordo com o plano de implementação detalhado; Coordenar a gestão de parceiros relativamente à cooperação bilateral e multilateral estabelecida com o Ministério da Saúde; Supervisionar a implementação de projectos e gestão financeira no Ministério da Saúde; Desenvolver regularmente os relatórios de actividades sobre a execução orçamental e implementação dos programas.	• Manual interno de contabilidade, desenvolvido e aprovado; • Manuais de planeamento, monitorização e avaliação desenvolvidos e disseminados; • Guia de Gestão de Parceiros desenvolvido e aprovado; • Publicação e submissão de 4 relatórios de actividades sobre a implementação dos programas ao Ministério das Finanças; • Produção regular de 4 relatórios trimestrais com 25% de nível de execução atingido; • Realização dos Encontros Anuais de Revisão do Sector da Saúde e de Planeamento Conjunto; • Relatório Trimestral de Gestão das Parcerias, especialmente relatório das actividades realizadas pelas agências externas produzidas e submetidas; • 28 Planos de Implementação Detalhados e planos orçamentais para 2010 preparados pelas diversas Direcções, Distritos e Hospitais apresentados ao mini-comité de revisão do plano e orçamento nos serviços centrais; • Software de Contabilidade Interna estabelecido para facilitar o sistema de relatórios e de registo do Ministério da Saúde; • Desenvolvimento de formas de planeamento informatizado para facilitar a preparação do orçamento e planeamento.
Hospital Nacional de Díli (HNGV) e Hospitais de Referência			
Melhoria dos Serviços e Acessibilidade do Hospital Nacional Guido Valadares e dos Hospitais de Referência de Baucau, Maliana, Suai, Maubisse e Oecusse.	Melhoria da acessibilidade, procura e qualidade de cuidados de saúde com o objectivo de atingir as Metas de Desenvolvimento do Milénio, focando nas doenças infecciosas tal como malária, dengue e tuberculose.	Assegurar a presença de todos os especialistas e outros profissionais de saúde que trabalham no Hospital de acordo com as necessidades de BSP para os hospitais. Melhorar a eficácia e qualidade dos serviços de emergência e consultas externas; Melhorar a qualidade de tratamento e serviços em todas as unidades médicas;	• O HNGV presta serviços de Hemodiálise, CT Scan, Quimioterapia, Serviços Forenses, Operação ao Coração e Rins; • 80% da taxa de admissão hospitalar (Acesso); • 25/1000 taxa de Mortalidade no Hospital (Qualidade); • 80% taxa de ocupação das camas /BOR (Acesso), 6 dias de internamento /LOS (Eficiência e Qualidade); • Pelo menos 85% de bens e consumíveis existentes, incluindo os medicamentos (Eficiência e Qualidade); • Existência de 100% de suporte médico/serviços de diagnóstico (Eficiência e Qualidade);

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
		Melhorar a qualidade de apoio médico e serviço de diagnóstico tal como a radiologia, laboratório, electromedicina e nutrição; Assegurar a prestação de cuidados secundários, reabilitativos e formação de quadros no HNGV.	• 100% dos serviços do Hospital de Baucau e Suai funcionam bem; • MHIS bem estabelecido em todos os hospitais de referência; • >95% do plano e orçamento dos hospitais executado; • Os serviços de encaminhamento operacionais 24 horas (1 condutor/2 pessoal clínico); • O serviço de emergência hospitalar sempre preparado 24 horas por dia (pessoal, equipamento e os procedimentos prontos).
Instituto de Ciências de Saúde			
Melhorar a Qualidade dos Serviços de Saúde e Fortalecer os Sistemas de Suporte e de Gestão	Melhorar a qualidade de cuidados de saúde com o objectivo de atingir as Metas de Desenvolvimento do Milénio, focando na redução da taxa de mortalidade maternal e infantil e lutar contra as doenças infecciosas tais como Malária, Dengue e Tuberculose; Fortalecer os Sistemas de Suporte e de Gestão, com ênfase especial no Desenvolvimento de Recursos Humanos.	Melhorar a capacidade de pessoal de saúde de acordo com as necessidades do Pacote de Serviços Básicos para os cuidados primários e serviços hospitalares; Formar o pessoal do Ministério da Saúde com base nas necessidades identificadas.	• 100% de formação “pré-serviços” implementadas de acordo com os planos; • 100% de formação “em serviço” implementadas de acordo com os planos; • 30:1 Ratio entre estudante e professor: e pelo menos 80% dos estudantes/participantes satisfeitos com o resultado após avaliação; • >95% dos planos e orçamento do ICS executado.
Laboratório Nacional			
Melhorar a Qualidade dos Serviços de Saúde	Melhorar a qualidade de cuidados de saúde com o objectivo de atingir as Metas de Desenvolvimento do Milénio, focando na redução da taxa de mortalidade maternal e infantil e lutar contra as doenças infecciosas tais como a Malária, Dengue e Tuberculoses*;* Fortalecer a coordenação, planeamento e avaliação dos serviços de saúde.	Assegurar suporte diagnóstico a todos os pacientes encaminhados pelos estabelecimentos públicos de saúde e clínicas privadas em Timor-Leste; Assegurar a qualidade do controlo do diagnóstico da água e alimentos ligados ao serviço público de saúde (instituições públicas e privadas).	• <15% de erro de exame laboratorial (Qualidade); • 100% das amostras confirmadas (acesso e qualidade); • Os padrões de funcionamento são seguidos por 100% dos laboratórios públicos e privados; • 4 visitas de supervisão técnica realizadas; • >95% dos planos e orçamento do Laboratório Nacional executado; • Pelo menos 85% dos consumíveis de laboratório (reagentes e slide) existentes em todos os laboratórios de saúde do País.
Serviços Distritais			
Melhorar os Serviços de Saúde Distritais (Aileu, Ainaro, Baucau, Bobonaro, Covalima, Díli,	Melhorar a qualidade de cuidados de saúde com o objectivo de atingir as Metas de Desenvolvimento do Milénio, focando na redução da taxa de	Melhorar a acessibilidade e qualidade de cuidados de saúde materna na comunidade através dos Centros e Postos de Saúde; Melhorar a condição de saúde das crianças a nível comunitário, especificamente nas	• 80% Cuidados Pré-Natal (Acesso e Qualidade); • 80% de Partos atendidos por Profissional de Saúde (Acesso e Qualidade); • 70% Cuidados Pós-Natal (Acesso e Qualidade); • 100% dos Estabelecimentos de Saúde implementam o programa

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
Ermera, Lautem, Liquiça, Manatuto, Manufahi, Oecusse e Viqueque)	mortalidade maternal e infantil e lutar contra as doenças infecciosas tais como Malária, Dengue e Tuberculose*;* Fortalecer a coordenação, planeamento e avaliação dos serviços de saúde; Fortalecer as infra-estruturas de saúde através de reabilitações e construções.	áreas de cobertura de imunização, tratamento e nutrição das mães e crianças; Melhorar os esforços de controlo das doenças contagiosas a nível comunitário; Melhorar os esforços de controlo das doenças não-contagiosas a nível comunitário; Fortalecer a comunicação e informação entre os diferentes programas de saúde; Fortalecer o envolvimento comunitário no desenvolvimento de saúde através de "Servisu Integradu Saúde Comunitária/SISCa".	de IMCI de acordo com o protocolo (Acesso e Qualidade); • 90% de cobertura de Imunização, incluindo BCG, Sarampo, DPT3, Polio e TT (Acesso e Qualidade); • 80% de Suplementos Micronutrientes distribuídos (Acesso e Qualidade); • Demonstração de alimentos produzidos localmente em todos os postos de SISCa por mês; • 50% dos Estabelecimentos de Saúde implementam Cuidados Básicos de Emergência Obstétrica (Qualidade); • 30% de Cobertura Aceitável de Planeamento Familiar (Acesso); • 90% de implementação de DOTs para o programa de TB (Acesso & Qualidade); • 85% de casos de tratamento com sucesso aos pacientes de TB (Qualidade); • 80% de casos de tratamento com sucesso aos pacientes de Lepra (Qualidade); • 80% das mulheres e crianças dormem com mosquiteiros (Acesso); • 60% dos Centros de Saúde com laboratório e sala de partos; • 80% da população recebem comprimidos para desparasitação (Acesso & Qualidade); • 20% de tratamento de doenças mentais com sucesso (Qualidade); • Taxa de admissão para tratamentos dentários e orais (Acesso & Qualidade); • Pelo menos 3 actividades de saúde ambiental realizadas a nível comunitário; • 100% dos Postos de SISCa funcionam bem (Acesso); • 50% das Escolas implementam o programa de saúde escolar (Acesso); • 100% dos estabelecimentos de saúde apresentam materiais de educação e promoção para a saúde, e também materiais de comunicação (Acesso); • 2.7 visitas externas *per capita* aos estabelecimentos de saúde em todo o País; • >95% dos planos e orçamento dos Serviços Distritais de Saúde executados.

Ministério da Educação

O Ministério da Educação é responsável pela concepção, execução, coordenação e desenvolvimento das políticas aprovadas pelo Conselho de Ministros nas áreas da educação, ciência e tecnologia. O financiamento e actividades do Ministério são apresentados de seguida.

Panorama de Recursos para o Ministério da Educação

Quadro 7.149

Orçamento Geral do Estado para o Ministério da Educação ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	21,008	32,313	33,028	33,849	34,693	133,883
Bens e Serviços	14,870	10,683	10,942	11,233	11,552	44,410
Capital Minor	2,630	2,779	2,849	2,921	2,992	11,541
Transferências Públicas	4,000	4,000	4,100	4,203	4,308	16,611
Total Despesas Recorrentes	42,508	49,775	50,919	52,206	53,545	206,445
Crescimento ao Ano Interior		17.1%	2.3%	2.5%	2.6%	7.6%
Total Capital Desenvolvimento	8,861	12,795	19,488	4,397	-	36,680
Crescimento ao Ano Interior		44.4%	52.3%	-77.4%	-100.0%	-100.0%
Total Orçamento Geral do Estado	**51,369**	**62,570**	**70,407**	**56,603**	**53,545**	**243,125**
Crescimento ao Ano Interior		21.8%	12.5%	-19.6%	-5.4%	-14.4%

O financiamento estatal para o Ministério da Educação em 2009 é de $62.57 milhões, um aumento de 21.8 por cento em relação ao orçamento do estado para 2008, no valor de $51.369 milhões. Isto deve-se sobretudo a aumentos no financiamento de Salários e Vencimentos e de Capital. Os Salários e Vencimentos aumentaram devido à implementação do novo regime de carreiras, um aumento no número de funcionários e professores, e ao pagamento de salários a professores anteriormente financiados sob Bens e Serviços. O programa de capital do Ministério da Educação aumentou com a continuação da reabilitação de escolas que não haviam sido concluídas em 2008 e com a construção de novas escolas e institutos técnicos em Suai, Hera, Díli e Lospalos / Lautem. Estes projectos de capital são descritos em maior detalhe neste capítulo.

Quadro 7.150

Fundos confirmados a partir de outras fontes para o Ministério da Educação ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	24,661	27,761	8,550	3,671	3,308	43,290
Despesas Capital	-	345	-	-	-	345
Total Fundos Confirmados de Outros Fontes	24,661	28,106	8,550	3,671	3,308	43,635
Crescimento ao Ano Interior		*14.0%*	*-69.6%*	*-57.1%*	*-9.9%*	*-88.2%*

Quadro 7.151

Orçamento de Fontes Combinadas para o Ministério da Educação ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Fontes Combinadas						
Despesas Recorrentes	20,533	26,630	7,071	2,259	1,896	249,735
Crescimento ao Ano Interior		29.7%	-73.4%	-68.1%	-16.1%	-92.9%
Despesas Capital	8,861	13,140	19,488	4,397	-	37,025
Crescimento ao Ano Interior		48.3%	48.3%	-77.4%	-100.0%	-100.0%
Total Fontes Combinadas	**29,394**	**39,770**	**26,559**	**6,656**	**1,896**	**286,760**
Crescimento ao Ano Interior		35%	-33.2%	-74.9%	-71.5%	-95.2%

Quadro 7.152

Capital e Desenvolvimento para o Ministério da Educação ($000)

Status	Projecto	2009	2010	2011	2012	Total
Novo	Nova Construção 1 Edif, Escola Primária 593 Uma Boco 1, Barique	90	27	-	-	117
Novo	Reabilitação 2 Edif Escola Primária 906 Pualaka 30, Laclubar	-	160	48	-	208
Novo	Reabilitação 2 Edef Escola Primária 600 Labubu, Laclo	-	80	24	-	104
Novo	Nova Construção 1 Edif Escola Primária 610 Beboro, Laleia	-	110	33	-	143
Novo	Nova Construção 2 Edif Escola Primária 599 Hatu Ermera, Laclo	200	60	-	-	260
Novo	Nova Construção 1 Edef Escola Primária 594 N.S. Manehat 32 (N.S. Graça)	-	120	36	-	156
Novo	Nova Construção 1 Edef Escola Primária 613 Obrato 17	120	36	-	-	156
Novo	Reabilitação 2 Edef Escola Primária 381 Samaguia	120	36	-	-	156
Novo	Reabilitação 2 Edef Escola Primária 358 Buruma	-	120	36	-	156
Novo	Reabilitação 1 Edef Escola Primária 342 Audere	70	21	-	-	91
Novo	Nova Construção 2 Edef Escola Primária 391 Culo Guia/Gurusa	-	200	60	-	260
Novo	Nova Construção 2 Edef Escola Primária 400 SDN Namanei	-	200	60	-	260
Novo	Reabilitação Escola Primária 455 P 01 Lospalos Lautem	-	220	66	-	286
Novo	Nova Construção 2 Edef Escola Primária 441 Ilalai/Laivai	80	24	-	-	104
Novo	Reabilitação 3 Edef Escola Primária 456 02 Lospalos	-	250	75	-	325
Novo	Reabilitação 3 Edef Escola Primária 436 01 Moro	-	170	51	-	221
Novo	Nova Construção 2 Edef Escola Primária 431 10 Baduru	-	200	60	-	260
Novo	Nova Construção e Reabilitação 1 Edf Escola Primária 884 C Assalaino	-	180	54	-	234
Novo	Nova Construção e Reabilitação Escola Primária 427 01 Iliomar	-	200	60	-	260
Novo	Nova Construção Escola Primária 463 15 Chai Lore I	-	180	54	-	234
Novo	Nova Construção e Reabilitaçãoa Escola Primária 457 03 Lospalos	-	200	60	-	260
Novo	Nova Construção Escola Primária 422 02 Tirilolo	-	130	39	-	169
Novo	Nova Construção Escola Primária 430 Ira-Ara	130	90	-	-	220
Novo	Nova Construção JI+Escola Primária 443 Pairara	-	130	90	-	220
Novo	Nova Construção Escola Primária 885 Wairoque	-	117	-	-	117
Novo	Nova Construção Escola Primária 088 Uabubo	200	60	-	-	260
Novo	Reabilitação Escola Primária 5325 Assalaitula/Ossu	-	175	-	-	175
Novo	Nova Construção Escola Primária 100 Nunomalau	90	27	-	-	117
Novo	Nova Construção Escola Primária 085 Ossolequimeta	-	160	48	-	208
Novo	Nova Construção Escola Primária 5499 Uetali	130	39	-	-	169
Novo	Nova Construção Escola Primária 082 Builale	80	24	-	-	104
Novo	Nova Construção Escola Primária 113 Bibileo	-	200	60	-	260
Novo	Nova Construção Escola Primária 108 Afloicai/Afoloicai	-	117	-	-	117
Novo	Nova Construção Escola Primária 106 Hau Oli	-	140	42	-	182
Novo	Nova Construção Escola Primária 660 Ailelehun Dili	-	130	39	-	169
Novo	Reabilitação Escola Primária 638 Farol	-	125	37	-	162
Novo	Reabilitação SDN Maloa/ Escola Primária 773 Amigo de Jesus	-	100	30	-	130
Novo	Nova Construção Escola Primária 678 Nº02 Metinaro (Manleu)	-	140	42	-	182
Novo	Nova Construção Escola Primária 657 Ailok	-	170	51	-	221
Novo	Nova Construção Escola Primária 670 Camea Raihun	-	130	-	-	130
Novo	Nova Construção Escola Primária 630 Ailok Laran/Maloa	-	130	-	-	130
Novo	Nova Construção Escola Primária 651 Tuanalaran	200	60	-	-	260
Novo	Nova Construção e Reabilitação Escola Primária 027 06 Darulete	-	180	54	-	234
Novo	Nova Construção Escola Primária 040 Siamodo Lisadila	130	39	-	-	169
Novo	Nova Construção Escola Primária 023 Faulara	130	39	-	-	169
Novo	Reabilitação Escola Primária 022 Laclolema	-	75	22	-	97
Novo	Reabilitação Escola Primária 815 Ediri Raeme	-	75	22	-	97
Novo	Nova Construção Escola Primária 035 Vatuvou	-	200	60	-	260

Status	Projecto	2009	2010	2011	2012	Total
Novo	Nova Construção Escola Primária 005 Metagou	-	135	-	-	135
Novo	Nova Construção e Reabilitação Escola Primária 481Hoho Lau	170	51	-	-	221
Novo	Nova Construção Escola Primária 500 Bereleu	200	60	-	-	260
Novo	Nova Construção e Reabilitação Escola Primária 486 Liquitura	170	51	-	-	221
Novo	Nova Construção Escola Primária 496 Namolesso	-	200	60	-	260
Novo	Nova Construção Escola Primária 512 Suco Liu Rai	-	120	36	-	156
Novo	Nova Construção Escola Primária 041 Mau-Nuno	200	60	-	-	260
Novo	Reabilitação Escola Primária 053 Manumera	-	75	22	-	97
Novo	Nova Construção e Reabilitação Escola Primária 255 Luro Leolima	-	120	36	-	156
Novo	Nova Construção Escola Primária 829 Aituto/Fleza (Flexa)	180	54	-	-	234
Novo	Nova Construção Escola Primária 051 Uma Forma	-	225	-	-	225
Novo	Reabilitação Escola Primária 050 Dare	75	22	-	-	97
Novo	Nova Construção Escola Primária 270 Caicassa/Weulun	90	27	-	-	117
Novo	Nova Construção Escola Primária 289 Fatuco	200	60	-	-	260
Novo	Reabilitação Escola Primária 066 Manumera	-	75	22	-	97
Novo	Nova Construção Escola Primária 069 Foholau/Tarabula Orama	120	36	-	-	156
Novo	Nova Construção Escola Primária 071 Liurai	-	120	36	-	156
Novo	Nova Construção Escola Primária 266 Colocau	-	110	33	-	143
Novo	Nova Construção e Reabilitação Escola Primária 199 Mirtuto	130	39	-	-	169
Novo	Nova Construção Escola Primária 182 Malabe	130	39	-	-	169
Novo	Nova Construção Escola Primária 232 Hatugau	200	60	-	-	260
Novo	Nova Construção Escola Primária 244 Matata	200	60	-	-	260
Novo	Nova Construção e Reabilitação Escola Primária Rairobo Bobonaro	-	230	69	-	299
Novo	Nova Construção e Reabilitação Escola Primária 1025 Balibo Bobonaro	-	200	60	-	260
Novo	Nova Construção Escola Primária 951 Leohitu	-	200	60	-	260
Novo	Nova Construção e Reabilitação Escola Primária 0522 Baugade (Badugade)	-	180	54	-	234
Novo	Rehabilitação Escola Primária 587 "Sao Jose" Odomau	180	54	-	-	234
Novo	Nova Construção Escola Primária 521 Dirokren	-	120	36	-	156
Novo	Nova Construção e Reabilitação Escola Primária 5434 Carabau Aca Suri	-	200	60	-	260
Novo	Nova Construção Escola Primária 543 de Agosto Atuaben	90	27	-	-	117
Novo	Nova Construção Escola Primária 575 Gildapil	130	39	-	-	169
Novo	Nova Construção Escola Primária 584 P 25 de Abril (Saburai)	-	90	27	-	117
Novo	Nova Construção Escola Primária 523 Palaka	180	54	-	-	234
Novo	Nova Construção Escola Primária 558 Bilimau	120	120	-	-	240
Novo	Nova Construção e Reabilitação Escola Primária 146 Ogues Covalima	-	200	60	-	260
Novo	Reabilitação Escola Primária 842 Aioan/Nikir Covalima	-	190	57	-	247
Novo	Nova Construção e Reabilitação JI+Escola Primária 832 Lela	-	200	60	-	260
Novo	Nova Construção Escola Primária 143 Hare Cain	90	27	-	-	117
Novo	Nova Construção Escola Primária 164 Sanfuc Camanassa	180	54	-	-	234
Novo	Nova Construção e Reabilitação Escola Primária 160 Has Caduac Ladi	-	280	84	-	364
Novo	Nova Construção Escola Primária 128 Macous	130	39	-	-	169
Novo	Nova Construção Escola Primária 142 Dais	120	36	-	-	156
Novo	Nova Construção Escola Primária 863 Ban-Afi Manat	180	54	-	-	234
Novo	Nova Construção Escola Primária 867 Binibu Pune	-	90	27	-	117
Novo	Nova Construção Escola Primária 313 Lalehan Cutete	110	33	-	-	143
Novo	Nova Construção Escola Primária 1057 Bobolo´a	-	200	60	-	260
Novo	Nova Construção Escola Primária 332 Bobmanat/Tumin	110	33	-	-	143
Novo	Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária 598 Behau Fatumetak	-	300	90	-	390
Novo	Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária S683 Natarbora	-	260	78	-	338
Novo	Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária Lifau Laleia	300	90	90	-	480
Novo	Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária 876 Binagari Vemasse	-	300	90	-	390
Novo	Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária 343 Osso-Huna	225	67	-	-	292
Novo	Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária 251 Lulira	120	36	-	-	156
Novo	Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária S796 C Fuiloro	-	150	45	-	195
Novo	Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária 439 Com	-	300	90	-	390
Novo	Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária 119 Uelolo	230	69	-	-	299
Novo	Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária 104 Macadiqui	-	225	67	-	292
Novo	Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária S5319	-	300	90	-	390

Status	Projecto	2009	2010	2011	2012	Total
	Uato Carbau					
Novo	Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária S2009 Maubara (Escola Primária S P Filial Loes)	225	67	-	-	292
Novo	Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária 027 Darulete	-	300	90	-	390
Novo	Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária 017 Kassait	-	300	90	-	390
Novo	Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária 484 Sucu Liurai	225	67	-	-	292
Novo	Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária 501 Bereleu Leubutu	-	225	67	-	292
Novo	Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária 049 Cassa	-	300	90	-	390
Novo	Nova Construção Escola de Ensino Básico SMP926 Hato-Bulico	-	300	90	-	390
Novo	Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária 301 Raifusa	225	67	-	-	292
Novo	Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária 264 Dotic	-	300	90	-	390
Novo	Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária S706 Railaco Vila	-	300	90	-	390
Novo	Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária 178 Lação	-	300	90	-	390
Novo	Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária S2163 Lolotoe	-	260	-	-	260
Novo	Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária 581Tunubibi	300	90	-	-	390
Novo	Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária S2077 Biadila	-	300	90	-	390
Novo	Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária 171 Tilomar	-	225	67	-	292
Novo	Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária S833 Maucatar	-	120	36	-	156
Novo	Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária 129 Taroman	200	60	-	-	260
Novo	Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária 333 Tulaica Ainmat	-	150	45	-	195
Novo	Nova Construção Escola de Ensino Básico SMPN860 Bocnana	-	300	90	-	390
Novo	Nova Construção ES345 Nino Coni Santana Lospalos	130	39	-	-	169
Novo	Nova Construção ES Malere	300	90	-	-	390
Novo	Reabilitação ES Técnico Profissional de Suai	400	120	-	-	520
Novo	Reabilitação ES Técnico Profissional de Lospalos (Ex ES 01 Lospalos)	400	120	-	-	520
Novo	Reabilitação Escritório Dir. Nacional de Edu de Adultos e Não Formal	-	200	60	-	260
Novo	Continuação Reabilitação Escritório do ME Vila Verde	-	-	-	-	-
Novo	Nova Construção do Armazém do ME	-	250	60	-	310
Novo	Nova Construção do Escritório Prefabricado no adjacente do ME	-	-	-	-	-
Novo	Nova Construção do Escritório Prefabricado ME Reg I Baucau	50	-	-	-	50
Novo	Nova Construção do Armazém do ME Reg I Baucau	-	250	60	-	310
Novo	Nova Construção do Escritório Prefabricado ME Reg III Maubessi	100	-	-	-	100
Novo	Nova Construção do Armazém do ME Reg III Maubessi	-	250	-	-	250
Novo	Nova Construção do Escritório Prefabricado ME Reg IV Maliana	-	100	-	-	100
Novo	Nova Construção do Armazém do ME Reg IV Maliana	-	250	60	-	310
Novo	Nova Construção do Escritório Prefabricado ME Reg do Reg Autónoma Oecusse	-	100	-	-	100
Novo	Nova Construção do Armazém do ME Reg do Reg Autónoma Oecusse	200	60	-	-	260
Novo	Reabilitação Faculdade de Engenheira de UNTL Hera	500	150	-	-	650
Novo	Consultan Arquitectural desing para Rehabilitação das Instalações no recinto da Faculdade de Engenheria de UNTL Hera	-	200	60	-	260
Novo	Consulta Arquitectural design para Nova Construção das Instalações de UNTL Faculdade de Agricultura em Hera	300	90	-	-	390
Novo	Consulta Arquitectural design para Nova Construção das Instalações de Novas Politécnicas em Lospalos e Covalima	300	90	-	-	390
Novo	Consulta Arquitectural design para Nova Construção das Instalações de Novas Politécnicas em Lospalos e Covalima	300	90	-	-	390
Novo	Nova Construção EP208 Atulia Vila	-	200	60	-	260
Novo	Nova Construção EB EPS794 Mehara	225	67	-	-	292
Novo	Nova Construção EB EP252 2 Beicala	130	39	-	-	169
Novo	Nova Construção EB EP220 Tata	200	60	-	-	260
Reorçamentado	Reparos às escolas estragados por tempestades	124	-	-	-	124
Reorçamentado	Construção da Nova Escola Pre Secundária - EPS Metinaro	120	-	-	-	120
Reorçamentado	Construção da Nova Escola Pre Secundária - Waibua	97	-	-	-	97
Reorçamentado	Construção e Reabilitação de Nova Escola Primária - P 1 Balibo	92	-	-	-	92

Status	Projecto	2009	2010	2011	2012	Total
Reorçamentado	Construção e Reabilitação de Nova Escola de Ensino Basico -I P 1 Hato Builico	80	-	-	-	80
Reorçamentado	Construção de Nova Escola Pre Primária - Naroman	70	-	-	-	70
Reorçamentado	Construção de Nova Escola Primária - P Maun-Fahe 38	62	-	-	-	62
Reorçamentado	Construção de Nova Escola Primária - P 9 Beremana	61	-	-	-	61
Reorçamentado	Construção de Nova Escola Primária - Laicara	60	-	-	-	60
Reorçamentado	Construção de Nova Escola Primária - P Sacato	55	-	-	-	55
Reorçamentado	Construção de Nova Escola Primária - P 4 Iradaratu	55	-	-	-	55
Reorçamentado	Construção de Nova Escola Primária - P Raimerhei	48	-	-	-	48
Reorçamentado	Reabilitação de Escola Primária- P Aubeon Cacai Uman 34	41	-	-	-	41
Reorçamentado	Construção de Nova Escola Primária - P Abu Uaimata Le'e	40	-	-	-	40
Reorçamentado	Nova Construção SDN Kusilulik	40	-	-	-	40
Reorçamentado	Construção de Nova Escola Primária - Dacolo	40	-	-	-	40
Reorçamentado	Construção de Nova Escola Primária - P 02 Cairui	40	-	-	-	40
Reorçamentado	Construção e Reabilitação de Nova Escola Primária - P 2 Soru Lau	39	-	-	-	39
Reorçamentado	Construção e Reabilitação de Nova Escola Primária - P Afaloicai	39	-	-	-	39
Reorçamentado	Construção e Reabilitação de Nova Escola Primária - P Slaurlala	36	-	-	-	36
Reorçamentado	Construção de Nova Escola Primária - Diric Hun	36	-	-	-	36
Reorçamentado	Construção de Nova Escola Primária - Faturilau	30	-	-	-	30
Reorçamentado	Construção e Reabilitação de Nova Escola Primária - P 3 Loidahar	26	-	-	-	26
Reorçamentado	Reabilitação Escola Primária - P 01 Aileu	25	-	-	-	25
Reorçamentado	Construção de Quatro Edifícios Regionais do Ministério (Casas Provisórias)	25	-	-	-	25
Reorçamentado	Construção de Nova Escola Primária - P 4 Ailuli	24	-	-	-	24
Reorçamentado	Construção de Nova Escola Primária - P 5 Nahareca	22	-	-	-	22
Reorçamentado	Demolir o Armazém Destruído e Construir uma Nova	21	-	-	-	21
Reorçamentado	Construção de Nova Escola Primária - P Rai Tahu	20	-	-	-	20
Reorçamentado	Construção e Reabilitação de Nova Escola Primária - P Suai Loro	20	-	-	-	20
Reorçamentado	Construção e Reabilitação de Nova Escola Primária - P 12 de Outubro de Tasi Tolu	20	-	-	-	20
Reorçamentado	Construção de Nova Escola Primária - P Raiclaran / Ilat Laun	20	-	-	-	20
Reorçamentado	Construção de Nova Escola Secundária - Betano	20	-	-	-	20
Reorçamentado	Construção e Reabilitação de Nova Escola Primária - P 01 Marko	20	-	-	-	20
Reorçamentado	Construção e Reabilitação de Nova Escola Primária - P Raifun & JI	19	-	-	-	19
Reorçamentado	Construção e Reabilitação de Escola Primária – P1 Leolima	19	-	-	-	19
Reorçamentado	Construção de Nova Escola Primária - P Bagiutba Elcona	16	-	-	-	16
Reorçamentado	Reabilitação de Escola Primária - P 1 Maubara-Vaviquina	15	-	-	-	15
Reorçamentado	Construção de Nova Escola Primária - P Behau Fatumetak 9	15	-	-	-	15
Reorçamentado	Construção de Nova Escola Primária - P Batumano	13	-	-	-	13
Reorçamentado	Construção de Nova Escola Pre Primária - Natarbora	12	-	-	-	12
Reorçamentado	Construção de Nova Escola Pre Primária - Pembina	12	-	-	-	12
Reorçamentado	Construção e Reabilitação de Nova Escola Primária - P Aimeta	12	-	-	-	12
Reorçamentado	Construção e Reabilitação de Nova Escola Primária - P Binagari Vemasse	10	-	-	-	10
Reorçamentado	Construção de Nova Escola Primária - P Lebutu	10	-	-	-	10
Reorçamentado	Construção e Reabilitação de Nova Escola Primária - P Binagua	10	-	-	-	10
Reorçamentado	Reabilitação Escola Primária - P 03 Tohu Meta	8	-	-	-	8
Reorçamentado	Construção de Nova Escola Primária - P Passabe Maesmat	8	-	-	-	8
Reorçamentado	Complexo, Escritórios e Jardim no Ministério da Educação	8	-	-	-	8
Reorçamentado	Construção de Nova Escola Primária - P02 Mehara		-	-	-	-
Reorçamentado	Construção de Nova Escola Secundária - Malere		-	-	-	-
Total	**Ministério da Educação**	**12,795**	**19,488**	**4,397**	**-**	**36,680**

Pessoal

Quadro 7.153

Perfil de Funcionários do Ministério da Educação

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Total Permanente	-	41	4,514	2,250	83	36	4	**6,928**
Total Temporario	476	253	3,562	2,006	228	82	2	**6,609**
Total Apontamento Politica	-	3	1	3	2	6	3	**18**
Total Funcionario	**476**	**297**	**8,077**	**4,259**	**313**	**124**	**9**	**13,555**

Quadro 7.154

Perfil de Gestão

Director Geral	2
Director Nacional	22
Director Distrital	-
Chefe Departemento	70
Chefe Secção	-
Total	**94**

Em 2009 o Ministério da Educação aprovou um Perfil de Funcionários que inclui 13.555, incluindo 6.928 funcionários permanentes, 6,609 funcionários temporários e 18 nomeações políticas. Os funcionários permanentes incluem 94 posições de gestão, conforme descrito acima. No seguimento da criação das novas posições em 2009, manter-se-á um processo de recrutamento para 366 posições permanentes e 747 posições temporárias, a fim de preencher a totalidade do Perfil de Funcionários do Ministério. Sob o novo regime de carreira a estrutura de gestão forma menos de um por cento do total da força laboral aprovada.

Actividades de Fontes Combinadas para o Ministério da Educação

Os parceiros de desenvolvimento continuam a apoiar o sector da educação. A Quadro 7.149 ilustra áreas de apoio continuadas e novas. É importante notar que, embora muitos parceiros tenham mostrado interesse e empenho em fortalecer os laços de cooperação com o Ministério da Educação, continua a haver falta de partilha de informações relativamente a compromissos financeiros a médio prazo.

Quadro 7.155

Actividades administradas com o Governo ($000)

Projecto ou Programa	PD	Instit. Implem.	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
ALAs	Austrália	AEUAID	310	310	0	0	0	310
Educação (Brasil)	Brasil	CAPES	733	464	0	0	0	464
Desenvolvimento Pessoal e Institucio0l da Universidade 0cio0l de Timor-Leste	CE	Universidade do Minho	79	0	0	0	0	0
Apoio ao Departamento do Turismo (UNTL)	França	Associação França/Timor-Leste	6	N.A	0	0	0	0
Investigação de ciências sociais (UNTL / académicos e instituições estrangeiros)	França	Associação França/Timor-Leste	5	N.A	0	0	0	0
História de Timor-Leste	França	Associação França/Timor-Leste	7	N.A	0	0	0	0
Programa Beasiswa 'Darmasiswa RI' (curso breve)	Indonésia	0	9	0	0	0	0	0
Programa Beasiswa 'Darmasiswa RI' (Regular)	Indonésia	0	27	0	0	0	0	0
Beasiswa Seni e Budaya Indonésia (BSBI-2008)	Indonésia	0	3	0	0	0	0	0
Programa Beasiswa Studi Islam (S1)	Indonésia	0	0	6	6	6	6	24
Bolsas de Estudo de Desenvolvimento da Nova Zelândia	Nova Zelândia	NZAID	200	200	0	0	0	200
Programa de Capacitação da Educação	Nova Zelândia	NZAID	300	1,054	1,406	1,406	1,406	5,272
Projecto de capacitação do corpo docente da faculdade de engenharia (UNTL)	Japão	JICA	900	900	400	0	0	1,300
Formação a longo prazo 0 Universidade de Tecnologia de 0gaoka, no Japão (1 participante)	Japão	JICA	5	0	0	0	0	0
Apoio institucio0l ao Ministério da Educação	Portugal	Instituto Português do Desenvolvimento	108	112	0	0	0	112
Reintrodução do português como língua oficial	Portugal	Instituto Português do Desenvolvimento	7,949	7,949	0	0	0	7,949
Escola portuguesa de Díli	Portugal	Ministério da	1,216	1,095	0	0	0	1,095

Projecto ou Programa	PD	Instit. Implem.	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
		Educação						
Reabilitação de escolas no distrito de Baucau	Portugal	Fundação S. José	0	345	0	0	0	345
Centro cultural português de Díli	Portugal	Instituto Camões	174	180	0	0	0	180
Apoio à Universidade 0cio0l de Timor-Leste	Portugal	Instituto Português do Desenvolvimento	1,658	1,500	0	0	0	1,500
Centro de Língua Portuguesa / Instituto Camões de Díli	Portugal	Instituto Camões	118	115	0	0	0	115
Instituições apoiadas	Portugal	Instituto Camões	151	307	0	0	0	307
Bolsas de estudo no ensino superior para alunos timorenses	Portugal	Instituto Português do Desenvolvimento	361	396	0	0	0	396
Bolsa de estudo de formação profissio0l - Timor-Leste	Portugal	Instituto Português do Desenvolvimento	13	13	0	0	0	13
Apoio ao Centro de Ensino à Distância de Díli	Portugal	MNE/CED-Dili	69	75	0	0	0	75
TP-Apoio ao Sector da Educação (AID/AEUAID)	Banco Mundial (AEUAID)	ME	1,334	3,476	2,657	2,259	1,896	10,288
TP-Projecto de Apoio ao Ensino Primário	Banco Mundial	ME	3,884	830	0	0	0	0
Capacitação no Sistema de Informações Estatísticas sobre Educação (SIEE) - Timor-Leste	UNESCO	UNESCO	39	26	0	0	0	26
Assistência à Criação de Capacidades Educacio0is no Pessoal do Ministério da Educação e Cultura (MEC) de Timor-Leste	UNESCO	UNESCO	48	32	0	0	0	32
Apoio ao Desenvolvimento e Educação de Ciência e Tecnologia em TL (várias actividades)	UNESCO	UNESCO	5	5	0	0	0	5
Política e Planeamento 0cio0is sobre Educação	UNICEF	ME	623	0	0	0	0	0
Escolas Amigas das Crianças	UNICEF	ME	799	0	0	0	0	0
Desenvolvimento Curricular	UNICEF	ME	1,362	0	0	0	0	0
Programa de Ensino Básico	UNICEF	ME	0	2,100	0	0	0	2,100
Alimentação Escolar	PMA	PMA	2,166	6,616	4,081	0	0	10,697
TOTAL			**24,661**	**28,106**	**8,550**	**3,671**	**3,308**	**43,635**

Em 2009 as actividades do Ministério da Educação serão apoiadas por programas de parceiros de desenvolvimento avaliados em $28.106 milhões. Isto representa 12.29 por cento do total do apoio dos parceiros de desenvolvimento a actividades do Governo em 2009. A maior parte deste financiamento abrange apoio para a concepção e prestação de programas de ensino, bem como programas específicos tais como refeições escolares, bolsas de estudo e a reintrodução da língua portuguesa. Muitos destes programas de parceiros de desenvolvimento terminarão em 2009, o que conduzirá a uma redução de financiamento de 70 por cento. Isto inclui apenas quatro programas conduzidos pela Nova Zelândia, Japão, Banco Mundial e Programa Mundial de Alimentos. Somente os Programas de Capacitação da Educação do Banco Mundial e da Nova Zelândia irão continuar a médio prazo.

Não existem programas de parceiros de desenvolvimento neste sector fora do Governo.

Concessões Públicas Administradas pelo Ministério da Educação

O Ministério da Educação irá operar dois programas de transferência públicas em 2009.

Programa de Concessões Escolares

O Governo continuará a dotar cada escola primária e pré-secundária em Timor-Leste com assistência financeira directa, calculada com base no número de crianças matriculadas. Estes fundos são principalmente para a comunidade local comprar uniformes escolares e reparações menores nas escolas, tais como vidros partidos, ou para comprarem pequenos equipamentos ou fornecimentos, como sejam giz ou papel. Não poderão ser feitos pagamentos extraordinários a professores a partir destes dinheiros. Os fundos serão prestados directamente às

escolas, e as comunidades locais serão informadas do montante de dinheiro disponível e daquilo em que o podem gastar. Serão providenciados fundos de $2.5 milhões a cada ano, a um custo total de $10 milhões entre 2009 e 2012.

Programa de refeições escolares

O Ministério continuará também o Programa de Refeições Escolares em 2009 abrangendo todas as escolas estatais e privadas acreditadas. Este programa continuará a fornecer uma refeição por dia a crianças nas escolas em todos os distritos, em ligação com o Programa Alimentar Mundial (PAM), com o intuito de encorajar a ida à escola, bem como de melhorar a capacidade dos jovens para aprender. O Ministério da Educação está progressivamente a assumir mais responsabilidade por este programa, à medida que o PAM se retira desta actividade. Isto pode ser visto no perfil de financiamento, onde o financiamento anual aumento de $1.5 milhões em 2009 para $4.0 milhões em 2010 e $8.1 milhões em 2011. A partir de 2011, o Ministério da Educação será o único responsável pela operação deste programa.

Quadro 7.156

Concessões Públicas Administradas pelo Ministério da Educação ($000)

	2009 Orçamento	2010 Projeção	2011 Projeção	2012 Projeção	Total 4 Anos
Ministério da Educação					
Programa de Alimentação Escolar	1,500	4,000	8,100	8,100	**21,700**
Conçessòes Escolares	2,500	2,500	2,500	2,500	**10,000**
Total	**4,000**	**6,500**	**10,600**	**10,600**	**31,700**

Plano Anual de Acção

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
Gabinete do Ministro da Educação			
Melhoria dos Serviços de Gestão e Administração do Ministério	Garantir uma gestão eficiente, transparente e consistente com os objectivos gerais do Ministério da Educação. Garantir que os serviços prestados ao Ministério e ao público em geral sejam de qualidade reconhecida.	Garantir que os serviços sejam prestados sem ou com o mínimo de encargos; Melhorar os serviços disponíveis; i) atendimento e ii) capacidade de resposta.	• Garantidos os serviços básicos do Ministro e do público em geral; • 80% dos problemas apresentados são processados e solucionados dentro de um prazo máximo de uma semana.
Divulgação da Política Educativa, Lei de Bases, Monitorização das Actividades e Outros Compromissos Oficiais	Promover um maior compromisso dos agentes educativos através de uma informação clara dos objectivos e políticas estratégicas do Ministério, bem com promover a transparência nos processos e mecanismos de implementação. Promover uma maior interacção entre os agentes centrais e locais construindo uma maior confiança entre todos os intervenientes.	Disseminação nos 13 distritos; Monitorização das actividades; Integração das Políticas e mecanismos de implementação; Melhorar a capacidade de resposta; Maior coordenação entre as direcções regionais e Díli Maior satisfação da comunidade educativa.	• Politicas e Leis compreendidas e implementadas; • Realização de reuniões periódicas de acompanhamento; • Reuniões semanais da Comissão Executiva (48/ano); • Reuniões mensais com Directores Nacionais e Regionais realizadas (12/ano).
Promoção e Consolidação da Cooperação Externa (Relações Bilaterais / Multilaterais do Ministério da Educação)	Promover e manter uma boa relação com todos os países e organizações parceiros que apoiam o ME no estabelecimento e desenvolvimento do sistema educativo em Timor-Leste e fomentar projectos e/ou formas de cooperação.	Promoção de reuniões e encontros periódicos com os parceiros de desenvolvimento do ME e outras partes interessada.	• Realização de reuniões periódicas com os parceiros de desenvolvimento do sector educativo; • Participação em compromissos oficias e eventos internacionais.
Investir no Desenvolvimento do Capital Humano	Capacitar o Ministério com recursos humanos competentes, responsáveis e motivados. Fomentar a instalação da logística dos espaços de trabalho e o desenvolvimento de capacidades e competências necessárias ao desempenho das funções.	Planear de forma sustentável as acções de formação de modo a garantir uma formação contínua; Promover a autonomia dos recursos humanos no desempenho das suas funções.	• 30 Funcionários administrativos formados em diversas áreas administrativas, informática e língua portuguesa e inglesa.
Gabinete do Vice Ministro da Educação			
Melhoria dos Serviços de Gestão e Administração do Ministério	Garantir uma gestão eficiente, transparente e consistente com os objectivos gerais do ME e garantir a qualidade dos serviços de apoio ao Vice Ministro no desempenho das funções e na substituição do Ministro da Educação quando solicitado ou na ausência deste.	Garantir a prestação de serviços de qualidade e atempados com o mínimo de encargos; Melhorar a qualidade, consistência e celeridade dos serviços e do atendimento, para maior satisfação do público.	• Garantidos os serviços básicos; • Garantidos os recursos logísticos e humanos necessários; • 80% dos problemas apresentados são processados e solucionados dentro de um prazo máximo de uma semana
Gabinete do Director Geral			
Educação Inclusiva	Criação de um Serviço Nacional de Educação Inclusiva, com base nos	Completar o Plano Estratégico para a Educação Inclusiva.	• Finalização do Plano Estratégico e apresentação à Comissão Executiva.

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
	direitos de igualdade, promovendo a inclusão social.		
		Estabelecer o Secretariado e o Centro de Recursos Nacional de Educação Inclusiva.	• Nomeação dos membros e alocação de recursos logísticos e humanos; • Apresentação da proposta de nomeação dos membros e plano de execução do orçamento à CE
Estabelecimento do Gabinete Jurídico do Ministério da Educação	Melhorar a capacidade do Ministério em termos jurídicos para que possa assegurar o enquadramento legal das políticas desenvolvidas e implementadas com a lei nacional vigente para o sector da educação.	Desenvolvimento dos termos de referência e identificação dos requisitos necessários dos recursos humanos.	• Termos de referência finalizados; • Plano de Implementação finalizado; • Termos de Referência e Plano de Implementação submetidos à CE
	Instalação do Gabinete Jurídico.	Estabelecimento das instalações e funcionários.	• Apresentação do Relatório de Implementação à CE
	Implementação do Sistema de Monitorização e Avaliação. Concertação da política da educação com as leis em vigor.	Monitorizar o impacto que o trabalho desenvolvido pelo Gabinete Jurídico;	• Sistema de Monitorização e Avaliação implementado; • Sistema e relatórios apresentados à CE.
Estabelecer a Unidade de Línguas	Para melhorar a capacidade do Ministério da Educação para comunicar ambas externalmente e internalmente nas línguas oficiais e de trabalho de Timor-Leste	Para analizar os requisites correntes e identificar métodos e sistemas para melhorar a capacidade do Ministério para operar nas línguas oficiais e de trabalho de Timor-Leste	• Um relatório sobre os requisitos correntes do Ministério para o uso das líguas oficiais e de trabalho de Timor-Leste. • Termos de Referência e um Plano de Implementação para o estabelecimento de uma Unidade de Línguas.
		Para estabelecer uma Unidade de Línguas para prestar serviços às Direcções e Gabinetes do Ministério	• A Unidade de Línguas é estabelecida • Contratos de pessoal e evidência de execução do orçamento para equipamentos
		Para monitorizar e avaliar o impacto que a Unidade de línguas tem sobre a qualidade da prestação de serviços educacionais	• Monitorização & Avaliação ocorre • Relatório de M & E aprovado pela Comissão Executiva
Desenvolvimento de Políticas e Procedimentos de Gestão	Elaboração do Manual de Política e Procedimentos para melhorar a consistência, eficiência, transparência e responsabilidade das acções educativas desenvolvidas pelo Ministério	Desenvolvimento de um conjunto de políticas e procedimentos de gestão; Produção de um Manual para utilização por todos os quadros do Ministério e monitorização do impacto das políticas e procedimentos na qualidade da prestação dos serviços educacionais.	• Manual de Política e Procedimentos finalizado; • Implementação das políticas e procedimentos; • Registo das monitorizações e avaliações de acordo com os requisitos definidos no Manual. • Registo do impacto, que a implementação das políticas e procedimentos, têm sobre a prestação de serviços educacionais.
Gabinete do Director Geral Adjunto			
Implementação das Políticas, Leis e Programas da Educação	Execução dos programas e actividades de acordo com as leis e políticas do ME	Divulgação da política da educação aos agentes do ME. Assegurar a execução dos programas da educação estabelecidos pelo ME.	• Conhecimento de todos os Directores e Chefes de Departamento sobre a Política da Educação, as leis relativas à Educação e os programas do ME. • Reuniões mensais e participação, de 14 directores e 40 chefes de departamento, em seminários durante o ano de 2009.

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
Melhoria da Implementação dos Currículos Escolares em todos os níveis de ensino	Melhor qualidade de ensino e de aprendizagem. Supervisionar e monitorizar a implementação dos currículos nas escolas.	Capacitar os funcionários da DNCEMA na análise dos resultados dos exames nacionais e no desenvolvimento de materiais escolares.	• Implementação dos currículos. • Mínimo de 4 funcionários formados. • N.º de exames analisados • N.º e qualidade dos relatórios resultantes da análise e materiais escolares desenvolvidos.
Melhoria do Funcionamento e Desempenho das Escolas	Melhor funcionamento e desempenho das escolas.	Supervisionar e monitorizar a gestão administrativa e estruturas das escolas.	• N.º de escolas supervisionadas; • N.º de refeições quentes distribuídas; • Regulamento das escolas produzido.
Direcção Nacional de Administração, Finanças, Logística e Aprovisionamento			
Reabilitação de pequenas Infra-estruturas do Edifício do Ministério da Educação	Melhorar as condições de trabalho no Ministério; Melhorar as condições de higiene e sanidade.	Reabilitação dos espaços verdes e o sistema de canalização de água; Fornecimento de fardamento aos funcionários do Ministério e controlar as entradas e saídas ao serviço dos funcionários.	• Melhorar as condições de trabalho de todos os funcionários do ME. • 9.734 Funcionários beneficiados. • Sistema de cartões de identificação dos funcionários implementado. • Obras concluídas.
Formação e Capacitação dos Funcionários da AFLA	Melhorar a gestão administrativa e a gestão do património.	Elevar a eficiência do trabalho desenvolvido. Fortalecer a capacidade do Ministério na gestão de recursos humanos Segurança e manutenção dos bens móveis e imóveis.	• Sistema de Extensão acordado e funcionários formados na utilização de PMIS. • Espaço de armazenagem alocado. • Registos do património efectuados.
Direcção Nacional da Política, Plano e Desenvolvimento			
Melhorar a qualidade do Plano a nível Nacional e Regional.	Melhorar a qualidade da gestão administrativa e a implementação do Plano que visa a política educativa.	Garantir que o Plano elaborado reflecte a política educativa. Disseminar a nível das direcções nacionais e regionais a Lei de Bases da Educação e a Lei Orgânica do Ministério da Educação. Melhorar a qualidade dos serviços da Direcção do Plano - Definição do Plano Estratégico para 5 anos. Elevar a qualidade da gestão administrativa com a formação dos recursos humanos e apetrechamento material dos serviços.	• Elevar a capacidade dos Recursos Humanos da Direcção; • Plano Estratégico (PIS) para 5 anos finalizado; • Desenvolver a acção de alocação e contratação dos funcionários de acordo com o seu perfil. • Providenciar a Direcção de recursos logísticos e de economato. • 150 Documentos distribuídos pelas diferentes regiões educativas. • Nível de participação no Curso de Gestão Administrativa. • Produção e distribuição do PIS. • Funcionários contratados para preenchimento das vagas disponíveis.
Melhorar a Qualidade da Informação	Gestão da informação e utilização do Plano do ME.	Disseminação de informações relevantes aos alunos e professores nas escolas. Disseminação e publicação das informações estatísticas pelas Direcções relevantes.	• Estabelecer e dinamizar o processo de informações nas escolas; • Publicação e difusão da gestão de informação; • Publicação da informação estatística e n.º de Direcções abrangidas. • 32 Funcionários formados em EMIS.
Fortalecer a Gestão da Pesquisa e Estudos na área da Educação	Elevar a qualidade dos estudos na área da educação, através da definição de competências e sua implementação.	Aplicação, avaliação e implementação das competências e necessidades definidas para o desenvolvimento de estudos e pesquisa.	• Promover e definir os serviços e competências estabelecidas pela Lei Orgânica do ME. • Avaliação através de pesquisa e estudos dos programas implementados no ME.
Assegurar a Qualidade	Melhorar a qualidade da educação com o	Planeamento e concertação dos programas	• Coordenação dos programas estabelecidos e

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
Administrativa em de Cooperação e Relações Externas no Sector Educativo	apoio de programas estabelecidos com os Parceiros de Desenvolvimento.	celebrados com os parceiros de desenvolvimento.	/ou fomentados com os Parceiros de Desenvolvimento. • Identificação dos programas prioritários, junto dos Parceiros
Articulação da Implementação e Execução do Plano a nível das Regiões Educativas	Definição das fronteiras dos serviços das Direcções Nacionais e Regionais de modo a melhorar a articulação do trabalho desenvolvido.	Regiões educativas marcadas e delineadas; Implementação do Plano Educativo.	• Definir as funções e competências dos serviços a nível nacional e regional de acordo com a Lei Orgânica do ME.
Fortalecimento da Unidade de Operação dos Serviços de Informática	Melhorar o sistema de rede informática.	Melhorar o acesso à informação do ME.	• Efectivar o acesso à informação e a celeridade do processo. • Utilização e acesso à rede informática do ME.
Direcção Nacional de Acreditação e Administração Escolar			
Contratação de Profissionais e Técnicos para as Escolas Pré-Primárias, Primárias, Pré-Secundárias e Secundárias	Melhorar e fortalecer a execução das actividades educativas, do processo de ensino e a aprendizagem.	Melhorar e consolidar a gestão dos serviços; Contratar professores, auxiliares e administrativos de acção educativa e guardas escolares.	• Contratação de: • 300 Professores para as Escolas Pré-Primárias; • 3000 Professores e 900 guardas para as Escolas Primárias; • 1.500 Professores, 100 auxiliares administrativos e 100 guardas para as Escolas Pré-Secundárias; • 900 Professores e 100 auxiliares administrativos para as Escolas Secundárias; • 200 Professores para as escolas Técnicas Profissionais.
Melhorar o Ensino, a Aprendizagem e o Desenvolvimento Psicomotor nas Escolas em todo o Território Nacional.	Aquisição de Materiais e Equipamentos Escolares e Desportivos de Apoio ao Ensino e Aprendizagem	Distribuição de material, equipamentos, mobiliário escolar, material de laboratório para o ensino das ciências e equipamento desportivo.	• Equipar os estabelecimentos de ensino com materiais didácticos e logísticos; • Quantidade de material didáctico comprado e distribuído.
Atribuição de Bolsas de Estudo aos Alunos do Pré-Secundário, Secundário e das Escolas Técnicas Profissionais.	Incentivar e motivar os alunos para os estudos e torná-los mais competitivos, promovendo assim um melhor desempenho escolar.	Atribuição de bolsas com base no desempenho escolar dos alunos, nomeadamente aos alunos que tenham melhores notas.	• Promover o a competitividade saudável entre os alunos para desenvolver capacidades; • 600 Bolsas de Estudo para alunos das Escolas Pré-Secundárias, Escolas Secundárias e Escolas Técnicas Profissionais distribuídas por todas as Regiões Educativas.
Programa de Alimentação Escolar nas Escolas Primárias	Garantir a alimentação das crianças no período escolar e aumentar o número de crianças, que frequentam a escola primária, em todo o território nacional.	Garantir a presença e a participação das crianças; Garantir a alimentação das crianças e desenvolver o bom desempenho escolar (fomentando a compra de produtos locais).	• Reduzir a taxa de abandono escolar das crianças do ensino primário; • 220.074 Alunos das Escolas Primárias das Regiões: I de Baucau; II de Dili; III de Maubisse – Ainaro; IV de Bobonaro e V de Oecusse.
Subsídio para as Escolas Primárias, Pré-Secundárias, Secundárias e Escolas Técnicas Profissionais	Melhorar a gestão administrativa escolar e melhorar a autonomia e desconcentração dos serviços, tornando os serviços das escolas mais autónomos financeiramente.	Permitir a autonomia económica para a execução de actividades curriculares, execução dos exames trimestrais e nacionais e participação dos directores escolares nas reuniões periódicas a nível dos distritos e regiões educativas.	• Melhorar a celeridade e qualidade das acções educativas e responsabilizar as escolas pelo seu desempenho; • 970 Escolas Primárias com 220.074 alunos; • 157 Escolas Pré-Secundárias com 68.857 alunos; • 73 Escolas Secundárias com 34.456 alunos; e

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
			• 11 Escolas Técnicas Profissionais com 3.044 alunos.
Direcção Nacional do Ensino Técnico Superior			
Avaliação e Monitorização das Instituições Académicas Acreditadas	Avaliação, de acordo com os padrões de qualidade definidos, todas as instituições de ensino superior em processo de acreditação.	Fortalecer a qualidade das Instituições do Ensino Superior	• 4 Universidades, 6 Instituições e 2 Academias avaliadas.
Seminário do Ensino Superior	Avaliar a situação existente. Auscultar os técnicos na área da educação sobre o que poderá ser melhorado no ensino superior.	Identificar e recolher informações que possam ser aplicadas no melhoramento da gestão do ensino superior.	• Melhorar a qualidade do ensino e das instituições de ensino superior. • N.º de participantes e relatório com os resultados do seminário.
Seminário Internacional do Ensino Superior	Docentes e estudantes possam absorver mais informação nas mais diversas áreas.	Aumentar o nível de conhecimento geral. Expor a comunidade ligada ao ensino superior a novos conhecimentos, nomeadamente na área científica.	• Realização de 2 Seminários no ano de 2009. • N.º de participantes nos seminários e produção de relatórios com os resultados.
Desenvolvimento Institucional	Recrutamento de recursos humanos necessários para a direcção.	Fortalecer a direcção e ampliar a estrutura com recursos humanos competentes.	• 5 Funcionários formados em cursos de especialização; • 2 Tradutores com valências em português e inglês, recrutados; • 10 Professores de língua portuguesa para darem formação aos estudantes formados em Universidades Indonésias recrutados.
Politécnicos do Suai e Lospalos.	Construção dos Edifícios dos Politécnicos.	Estudo de viabilidade para a construção dos Politécnicos. Desenvolver as infra-estruturas de apoio ao ensino superior nas duas regiões.	• Construção dos Politécnicos do Suai e Lospalos.
	Dotar de Recursos Humanos Especializados os Politécnicos do Suai e Lospalos.	Garantir a qualidade do ensino nos dois politécnicos. Recrutar e formar docentes qualificados para os politécnicos do Suai e Lospalos.	• 70 Professores contratados e formados: 35 professores para o Politécnico do Suai e 35 professores para o Politécnico de Lospalos.
Currículo do Ensino Superior	Elaboração do Currículo para o Ensino Superior adequado à realidade nacional.	Contratação de peritos internacionais e nacionais para trabalharem na elaboração do Currículo.	• 1 Perito internacional e 3 peritos nacionais e contratados.
ormação dos Docentes das Instituições Acreditadas e em Fase de Acreditação.	Formação de docentes qualificados.	Elevar a qualidade dos recursos humanos e a qualidade do ensino nas Instituições.	• Docentes capacitados. • N.º de docentes que frequentaram as acções de formação.
Subsidio às Instituições Académicas Acreditadas	Consolidação e desenvolvimento das instituições.	Apoiar financeiramente as Instituições académicas acreditadas.	• 1 Universidade Acreditada; • 3 Universidades em fase de Acreditação; • 5 Instituições Acreditadas; • 1 Instituição em fase de Acreditação; • 1 Academia Acreditada; • 1 Academia em fase de Acreditação.
Subsidio para os Estudantes de Instituições Académicas Não Acreditadas	Apoiar os estudantes para continuar os seus estudos nas instituições acreditadas.	Facilitar e possibilitar a transferências dos alunos.	• Alunos que irão beneficiar do subsídio.
Bolsas de Estudo para o Ensino	Apoiar os estudantes mais qualificados,	Atribuição de bolsas de estudo nacionais e	• Recursos Humanos qualificados;

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
Superior	com base no mérito, a prosseguir a sua formação nas diversas áreas.	internacionais.	• Licenciaturas: 100; • Mestrados: 45; • Doutoramentos: 5; • Pós-Doutoramento: 2.
Actividades Desportivas no Ensino Superior	Apoiar as actividades desportivas dos estudantes universitários, nomeadamente, o futebol e o voleibol.	Identificar e seleccionar os jogadores universitários para jogos a nível regional e internacional.	• Fomentar o relacionamento saudável entre as diversas Instituições Académicas e o desporto académico. • 12 Instituições envolvidas; • N.º de estudantes envolvidos nas actividades desportivas.
SEAMEO	Fortalecer as relações de cooperação com os países e instituições parceiras no desenvolvimento de programas de formação.	Apoiar as actividades da SEAMEO. Formação de professores em diversas áreas	• Pagamento da quota anual. • 50 Professores formados.
Adidos da Educação nas Embaixadas de Jacarta e Lisboa.	Colmatar as necessidades sentidas no apoio aos estudantes timorenses na Indonésia e em Portugal.	Apoiar a missão dos Adidos em ambos os países e reforçar com recursos humanos os serviços prestados na área da educação.	• Contratação de 3 funcionários: 2 em Jacarta e 1 em Lisboa.
UNTL			
Gestão da Universidade	Melhorar a qualidade da gestão e funcionamento da Universidade	Melhorar a capacidade de liderança académica; Capacitar o pessoal administrativo; Melhorar o sistema de gestão financeira e de Património da Universidade; Estabelecer o sistema de base de dados de gestão dos estudantes e da gestão das salas; Estabelecer uma clínica de assistência médica (básica) para os estudantes, professores e funcionários da UNTL.	• Programa de capacitação e formação implementado; • Estabelecido um sistema de gestão financeira transparente e responsável (incluindo o gestão do património e base de dados dos alunos); • Resultados das acções de formação em liderança da Universidade apresentados; • N.º de funcionários administrativos treinados e recrutados. • Sistema de Base se Dados de gestão de alunos finalizado e de gestão das salas implementado.
Qualidade do Ensino	Melhorar a qualidade do ensino, promover acções de formação sobre instruções nas línguas oficiais para os professores e a realização de cursos intensivos e fomentar e consolidar parcerias de cooperação entre a UNTL e Universidades estrangeiras.	Capacitar os professores e os funcionários administrativos académicos; Atribuição de bolsas de estudo aos estudantes; Estabelecer a cooperativa estudantil (kopma) e o secretariado de desporto, arte e cultura na Universidade; Realizar as actividades de intercâmbio Universitário; Apoiar e fomentar o associativismo estudantil e a participação dos estudantes em actividades académicas, desportivas, artísticas e culturais; Estabelecer o regimento de carreira académica; Traduzir e implementar o Guia Pedagógico de Professores; Estabelecer e Implementar o Regimento Administrativo, Académico e Estudantil e um manual de procedimentos para estágios, teses, pesquisas, admissão de novos estudantes, graduação e “Dies	• Melhorada a qualidade do ensino. • Estabelecido e implementado o regimento de carreira académica definido e apropriado. • Implementado um currículo adequado e apropriado. • Estabelecido e Implementado regulamentos internos e respectivos manuais actualizados (académico, pesquisa, estudantil e administrativo). • Formação dos professores, funcionários e estudantes nas línguas oficiais. • Estabelecidas e consolidadas as relações de cooperação entre a UNTL e Universidades estrangeiras. • N.° de professores e agentes administrativos que frequentaram as acções de formação. • Implementado o regimento de carreira

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
		Natalis".	académica definido e apropriado. • Currículo aprovado. • Aprovados os regulamentos internos e manuais produzidos. • N.º de acordos e parcerias estabelecidas entre UNTL e Universidades estrangeiras.
Qualificação das Pesquisas	Elevar, fortalecer e diversificar a qualidade das pesquisas e divulgação dos resultados obtidos.	Realizar investigações científicas e divulgar os resultados; Reactivar a publicidade da revista científica; Valorizar e fomentar as ideias e os trabalhos científicos; Realizar Seminários (Univ,Facul, Dep); Promover Estágios pedagógicos, profissionais e no âmbito dos serviços sociais.	• Planeadas e realizadas investigações científicas; • Publicados os resultado das investigações; • Produção e publicação da Revista Científica "Veritas"; • Realizados Seminários, Estágios Pedagógicos e Serviços Sociais; • Realização de 3 Seminários, Estágios Pedagógicos e Serviços Sociais implementados
Construção e Reabilitação dos Edifícios da UNTL	Melhorar as infra-estruturas de apoio e prover facilidades adequadas para o processo de ensino e aprendizagem	Construção das infra-estruturas de apoio ao ensino e à aprendizagem. Actualizar e divulgar informações necessárias para os docentes e estudantes. Fortalecer vários e novos materiais de laboratório para elevar a qualidade do ensino das ciências. Fomentar a realização de cursos no âmbito das tecnologias de informação.	• Construídos e reabilitados os edifícios necessários (levantamento de dados para a construção de cidade Universitária); • Instalações adequadas ao desempenho das funções pedagógicas e administrativas; • Finalizado o projecto de construção da cidade universitária; • Construção do edifício da Agricultura e reabilitação dos edifícios abandonados (Faculdade de Ciências Sociais e Política em Caicoli e Faculdade de Engenharia em Hera); • Biblioteca e laboratórios funcionais e adequados aos alunos e aos professores. • Os centros de Informáticas (IT) estabelecidos e operacionais.
Identidade Nacional e Sociocultural	Promover a identidade nacional e sociocultural.	Fortalecer a estrutura do Instituto Nacional Linguística – INL; Desenvolver a língua nacional e materna e disseminar a ortografia padronizada do Tétum; Reeditar e produzir o dicionário da língua Tétum e o manual do curso da língua Tétum.	• Estabelecida a Estrutura do Instituto Nacional Linguística (INL); • Implementados os padrões das línguas oficiais (especialmente do Tétum); • Produzidos e re-editados livros e dicionários; • Realização da Exposição do INL.
Identidade da Universidade	Promover a identidade da Universidade	Realizar as Cerimónias de Graduação Semestral dos estudantes finalistas; Realizar as Cerimónias de Aniversário da Universidade (Dies Natalis); Realizar actividades *Campus Ministry.*	• Realizada a Cerimónia de Graduação Semestral aos estudantes finalistas • Realizada a Cerimónia do Aniversário (*Dies Natalis*) da Universidade • Realizadas actividades *campus ministry*
Direcção Nacional de Formação Profissional			
Melhoria da Qualidade do Serviço Educativo	Gerir e rentabilizar as acções de formação adequando-as às necessidades.	Definir e implementar a Política de Formação de Docentes e Não Docentes, com padrões de qualidade.	• N.º de docentes e não docentes abrangidos pela implementação das políticas.

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
Melhoria da Qualidade da Gestão Administrativa do ME	Aumentar a capacidade dos funcionários administrativos em gestão administrativa e liderança.	Estabelecer programas de formação em gestão administrativa e liderança.	• N.º de funcionários administrativos formados (previsão 120).
Melhoria da Qualidade de Gestão do ME	Aumentar a qualidade e profissionalismo dos Gerentes.	Estabelecer acções de formação em gestão.	• 95 Gerentes formados.
Monitorizar a Implementação do Programa de Formação de Docentes	Monitorizar os resultados da implementação do Programa de Formação de Docentes.	Elaborar e implementar o Manual de Monitorização do Programa de Formação de Docentes.	• 130 Escolas monitorizadas: 100 escolas Pré-Secundárias e 30 escolas secundárias.
Projecto de Cooperação com a República Federal do Brasil	Consolidar o apoio da Cooperação com o Brasil.	Formação de professores do ensino básico e secundário.	• Formação dada por 50 professores brasileiros.
Instituto Nacional de Formação Profissional e Contínua			
Formação de Professores através do Curso Formal de Bacharelato	Melhorar a qualidade académica dos professores no desempenho da função educativa.	Os professores possuírem a qualificação mínima de nível bacharelato.	• 590 Professores com o diploma de bacharelato.
Formação de Professores do Ensino Básico e Formação de Professores do Ensino Primário que não Possuem o Diploma de Ensino Secundário	Elevar a capacidade dos professores do ensino básico ao secundário.	Capacitação dos professores da escola primária nas disciplinas gerais. Professores adquirirem o diploma do ensino secundário	• 300 Professores do ensino primário capacitados nas disciplinas gerais. • 150 Professores que frequentam o Curso de Diploma Secundário.
Formação de Professores do Ensino Secundário nas Áreas Específicas.	Aumentar o conhecimento dos professores nas áreas específicas; Definição do Estatuto apropriado e do Guia Curricular; Formação dos Directores das Escolas em Gestão Administrativa.	Elaboração do Estatuto para INFPC, de guias e conteúdos curriculares para a formação de professores.	• 400 Professores da Escola Secundária capacitados em áreas específicas como: matemática, química, física, biologia, etc. • Aprovação do Estatuto do INFPC. • 724 Directores da EP, 147 directores da EPS e 123 directores da ES capacitados.
Capacitação em Gestão Administrativa, Inspecção Escolar e Supervisão Pedagógica.	Elevar o conhecimento dos agentes da educação nestas áreas.	Formação dos agentes da educação nacionais, regionais e distritais.	• 250 Agentes da educação formados.
Capacitação em Língua Portuguesa e Tétum	Elevar o conhecimento, aplicação e o uso das línguas oficiais.	Formação dos cidadãos timorenses em geral e dos agentes da educação em particular.	• Facilitar a comunicação e fomentar o uso das línguas oficiais.
Construção e reabilitação dos edifícios e salas.	Estabelecer e equipar os edifícios com infra-estruturas e materiais logísticos.	Abastecimento de água potável. .	• 4 Edifícios construídos e 6 edifícios reabilitados.
Programa PROFEP Timor.	Produzir módulos dos conteúdos curriculares do programa do PROFEP Timor	Aquisição de equipamentos administrativos e materiais didácticos, nomeadamente de laboratório.	• Módulos para aprendizagem concluídos.
Direcção Nacional de Educação de Adultos e Ensino Não-Formal			
Campanha Nacional de Alfabetização “Sim, Eu Posso”	Redução do analfabetismo de jovens e adultos, através da parceria de cooperação Timor-Leste – Cuba, utilização da metodologia de ensino cubano.	Consciencializar a população para a importância da alfabetização no desenvolvimento pessoal e profissional.	• Consolidar o programa de alfabetização em 442 sucos, com acções de formação de 3 meses (24 x 442 = 42.432) em 1 ano. • 10.608 Alfabetizados.
	Incentivo aos formadores cubanos, que cooperam na Campanha Nacional de Alfabetização “Sim, Eu Posso”; Salários para os monitores dos 442 sucos.	Garantir a efectividade e a eficiência do trabalho desenvolvido no âmbito da Campanha e apoiar os formadores cubanos na monitorização e avaliação do progresso e sucesso do trabalho e os monitores	• Consolidar a campanha de alfabetização em 442 sucos de acordo com o planeado; • 36 Formadores cubanos abrangidos por estes incentivos; • 5 Coordenadores regionais e 65 coordenadores

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
		timorenses na implementação da campanha.	sub-distritais de monitores timorenses abrangidos por estes incentivos;
	Construção de salas de aulas de apoio logístico à Campanha de Alfabetização	Apoio à aprendizagem de jovens e adultos para reduzir o analfabetismo.	• Redução do analfabetismo de jovens e adultos; • 442 Salas de aula construídas.
Programa de Alfabetização Alfanamor.	Redução do analfabetismo de jovens e adultos que não concluíram os seus estudos na educação formal. Através da metodologia "Haka'at ba Oin / Passo em Frente" e "Iha Dalan / A Caminho".	Consciencializar a população para a importância da alfabetização no desenvolvimento pessoal e profissional.	• Consolidar o programa de alfabetização em 263 sucos, com acções de formação de 6 meses (20 x 263 = 10.520) em 1 ano; • 5.260 Alfabetizados.
	Salários para os monitores dos 263 sucos.	Garantir a efectividade e a eficiência do trabalho desenvolvido no âmbito do Programa; Apoiar os monitores timorenses na implementação do programa.	• Consolidar o programa de alfabetização em 263 sucos; • 13 Coordenadores de distrito e 65 coordenadores sub-distritais timorenses abrangidos por estes incentivos.
Programa de Equivalência do Ensino Primário	O programa a nível nacional visa a preparação para o acesso à educação.	Auxiliar jovens e adultos que se encontram fora do sistema de ensino formal e que não concluíram a escolaridade, sobretudo as populações isoladas do interior do país.	• Programa de Equivalência do Ensino Primário em 65 sub-distritos, com cursos de 6 meses (20 x 65 = 2.600) em 1 ano. • 1.300 Alunos formados.
	Salários para os monitores dos 65 sub-distritos.	Garantir a efectividade e a eficiência do trabalho desenvolvido no âmbito do Programa, apoiando os monitores timorenses na implementação do programa.	• Implementar o Programa de Equivalência do Ensino Primário em 65 sub-distritos de acordo com o planeado; • 65 Monitores timorenses abrangidos por estes incentivos.
Semana Nacional de Incentivo à Leitura	Promover e incentivar o gosto pela leitura, junto dos estudantes em particular e, da população em geral; Dinamizar o saber Língua Portuguesa e Tétum com o tema – "Língua Pátria e Identidade".	Despertar, nos participantes, estudantes e comunidade em geral, o desejo de ler e aprender em Timor-Leste.	• Realização da Semana Nacional de Incentivo à Leitura. • 1.000 Estudantes participantes do Distrito de Díli; • N.º de representantes de 5 Regiões Educativas.
Centros Comunitários	Promover o desenvolvimento, através de acções educativas e ensino adaptadas às necessidades das comunidades.	Redução da pobreza e autonomia das comunidades rurais através da aprendizagem de temas e matérias definidas pelas próprias comunidades.	• Apoio e combate às dificuldades das populações rurais; • Construção de 3 Centros Comunitários: Ataúro, Ermera e Oe-Cusse.
Curso Intensivo de Tétum e Português	Promover e difundir as Línguas Nacionais de Timor-Leste, o Português e o Tétum.	Alargar o número de pessoas que compreendem, lêem e escrevem as duas línguas oficiais e apoio aos professores que leccionam o curso.	• Cursos leccionados nos 13 distritos, 260 cursos de português e 260 de tétum, com 20 alunos por sala de aula; • 520 Alunos formados; • N.º de Professores abrangidos.
Ensino à Distância – Projecto em Cooperação com o Governo do Brasil.	Promover o ensino e a aprendizagem com recurso aos meios audiovisuais.	Expandir a Tele-Escola em Timor, 26 salas (2 por Distrito). Cursos de 1 ano em regime de flexibilidade de estudos e respeitando o ritmo de aprendizagem do aluno.	• Promover a formação de alunos e professores com utilização da metodologia do ensino à distância. • Realização dos cursos. • 520 Participantes. • N.º de Professores abrangidos
Currículo da Educação Não-Formal.	Promover a melhoria da qualidade do ensino e atender a demanda de jovens e	Desenvolvimento do currículo do sistema de educação do ensino não-formal.	• Melhoria e consolidação do Sistema de Ensino Não-Formal;

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
	adultos sem a escolaridade formal; Garantir a efectividade e eficiência na elaboração do currículo.		• Assessor contratado; • Currículo finalizado.
Projecto-piloto nos Distritos de Oe-Cusse e Ataúro.	Alargamento da Campanha Nacional de Alfabetização “Sim, Eu Posso”aos distritos de Oe-cusse e Ataúro e consequentemente redução do analfabetismo de jovens e adultos na região.	Consciencializar a população para a importância da alfabetização no desenvolvimento pessoal e profissional.	• Alargar a campanha de alfabetização em 63 aldeias, em 18 sucos com acções de formação de 3 meses (24 x 63 = 6.048) e (24 x 5 = 1.200) em 1 ano. • 68 Monitores abrangidos; 63 para o distrito de Oe-Cusse e 5 para Ataúro.
Gabinete de Protocolo e Informação (GP&I)			
Gestão Efectiva e Eficaz de Prestação de Serviços ao Ministério.	Melhoria da prestação dos Serviços de Protocolo e Informação no apoio do reforço da imagem interna e externa do Ministério relativamente à sua visão e missão, assim como da política de educação e disseminação das demais actividades a serem implementadas pelo Ministério.	Gabinete de Protocolo e Informação funcional e eficaz, com Termos de Referência, manual operacional, procedimentos, sistemas estabelecidos para ser capaz de responder as necessidades do Ministério.	• GP&I 100% funcional; • Termos de Referência, manual operacional, procedimentos e sistemas estabelecidos. • 100% das vagas no Gabinete preenchidas. • 100% dos recursos materiais identificados, adquiridos. • Cursos de capacitação identificados e efectuados. • 100% dos cursos de capacitação identificados e implementados.
	Melhoria da gestão de informação através do desenvolvimento de um de um sistema de arquivo eficaz e capaz de responder as necessidades do GP&I.	Desenvolvimento de um sistema de arquivo funcional e eficaz no GP&I.	• Sistema de Arquivo no GP&I desenvolvido e implementado.
Coordenação Protocolar de Todas as Actividades do Ministério	Garantir a observação de padrões / procedimentos protocolares em todas as actividades do Ministério aos níveis regional, nacional e internacional sempre que estejam presentes o Ministro, Vice-Ministro, Secretário de Estado da Cultura ou outros oficiais em representação oficial do Ministério.	Estabelecimento dos mecanismos de coordenação efectiva entre o funcionário responsável pelo protocolo das actividades regionais e os organizadores das actividades nacionais, regionais e internacionais.	• Todas as actividades nacionais, regionais e internacionais coordenadas e implementadas correctamente. • Número de actividades nacionais, regionais e internacionais realizadas trimestralmente de acordo com os procedimentos**.**
Comunicação Interna - Boletim Trimestral Interno	Consolidação interna da informação sobre visão e missão do Ministério, consistência e uniformização da informação recebida por todos os funcionários.	Disseminação de informação através da publicação do Boletim interno	• Funcionários conhecedores da visão, missão e acções desenvolvidas pelo Ministério**.** • Publicação e distribuição de 2,500 boletins por trimestre.
Aumentar e Melhorar a Capacidade de Resposta do Ministério sobre Problemas Levantados Através dos Meios de Comunicação Social	Conseguir uma melhor gestão de possíveis situações conflituosas e campanhas de desinformação através da monitorização das informações publicadas nos meios de comunicação social e *press clipping*.	Aumento da capacidade de resposta imediata do Ministério aos problemas levantados e informação ao público através de divulgação de informações nos meios de comunicação social	• Conferências de imprensa, artigos de direito de resposta, elaboração de comunicados de imprensa e público melhor informado. • Número de actividades relacionadas com a comunicação social, por trimestre.
TV EDUCAÇÃO	Diminuição da disparidade da qualidade de ensino entre os centros urbanos e áreas rurais, através da estandardização dos padrões de ensino e acesso à	Produzir programas educacionais para a Tele-Escola de relevância para o sistema educativo de Timor-Leste, em DVD para serem disseminados nas escolas.	• Conteúdos curriculares cumpridos, materiais leccionados mais uniformizados, acesso a educação de qualidade realizado equitativamente através dos programas Tele-

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
	qualidade de educação através dos programas Tele-Escola produzidos para serem transmitidos pela TVTL e disseminados por DVDs.		Escola produzidos e disseminados através de DVD pelos distritos; • 316.853 Alunos beneficiados.
	Utilização de recursos audiovisuais na consolidação dos conhecimentos e formação dos professores (técnicas de planeamento de lições, metodologias de ensino, gestão de conflitos nas salas de aulas).	Produção de recursos audiovisuais para serem usados nas sessões de formação de Professores em áreas estratégicas.	• Recursos audiovisuais produzidos para formação de Professores; • Número de recursos produzidos trimestralmente**.**
	Mudança de atitudes e comportamentos dos educadores, encarregados de educação, estudantes e a sociedade em geral sobre educação através da produção de campanhas audiovisuais sobre importância da educação e temas relacionados ao ensino em Timor Leste. Maior participação dos encarregados de educação e da sociedade em geral nas diversas actividades do sector educativo.	Produção de campanhas audiovisuais sobre os vários temas educativos por definir (por exemplo: 9 anos de ensino básico, acabar com violência e vandalismo nas escolas, importância da educação, estabelecimento de Associação de Pais, campanhas de alfabetização, higiene nas escolas, competições entre escolas, etc.).	• Será definido posteriormente para cada campanha a ser realizada trimestralmente uma vez que o resultado esperado irá variar de campanha para campanha; • Será definido posteriormente para cada campanha realizada trimestralmente**.**
	População informada sobre os programas /actividades do Ministério e uma consolidação da visão e missão do Ministério junto a população.	Produzir um programa televisivo semanal de informação sobre as actividades realizadas pelo Ministério.	• Programas semanais de informação produzidos; • Número de programas produzidos trimestralmente**.**
Descentralização da Informação sobre o Sector da Educação / Dinamização das Regiões Educativas	Acesso equitativo as actividades culturais de promoção da importância da educação pelas populações das várias regiões educativas; Maior acesso à informação pelas comunidades regionais para uma população informada sobre importância da educação.	Organizar Exposições de Educação Itinerantes em todas as regiões educativas	• Exposições Itinerantes sobre importância da educação organizadas em todas as regiões educativas; • 300,000 Alunos beneficiados, para além dos encarregados de educação e outros membros da comunidade local.
Documentação das Actividades do Ministério em Diferentes Formatos	Melhoria da gestão de informação: compilação abrangente e um tratamento holístico da informação para apoio às estruturas do Ministério e seus funcionários.	Recolha e compilação de informação de todas as direcções nacionais e regionais.	• Recolhida a informação sobre as actividades implementadas**,** trimestralmente.
		Preparação de Documentos nos diversos formatos para uso dos oficiais e funcionários do Ministério.	• Concluídos os documentos requisitados em diferentes formatos, trimestralmente (Briefings, panfletos, fichas de informação ou factsheets, apresentações em Powerpoint, etc)
Gabinete das Infra-Estruturas			
Instalações Físicas do Ministério da Educação, das Direcções e Delegações do ME	Estabelecimento dos espaços em número suficiente, de acordo com as necessidades dos funcionários e actividades do ME.	Continuação da reabilitação do edifício do ME em Vila Verde; Ampliação do edifício pré-fabricado no recinto adjacente ao ME; Construção do armazém do ME no recinto da Direcção de Ensino Não-Formal em Vila Verde; Reabilitação do edifício da Direcção	• Melhorar as condições de trabalho dos funcionários e adaptar as instalações às necessidades do ME. • Reabilitação do edifício do ME; • Ampliação do edifício pré-fabricado; • Construção do Armazém; • Construção de novas salas de aula e de casas

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
		do Ensino Não-Formal. Preparação da construção da Biblioteca e Museu Nacional.	de banho no edifício da Direcção do Ensino Não-Formal. • Concluído o projecto para a construção da nova Biblioteca e Museu Nacional.
		Construção das instalações das delegações regionais do ME.	Finalizados os projectos dos: • Armazéns da Região I Baucau, Região III Maubisse, Região IV Maliana e Região de Oe-Cusse; • Ampliação dos edifícios pré-fabricados da Região I Baucau, Região III Maubisse, Região IV Maliana e Região de Oe-Cusse. Identificação dos terrenos e execução dos projectos dos: • Edifício da Região II Dili; • Instalações dos Inspectores Distritais do ME (13 distritos); • Armazéns (13 distritos); • Centros Culturais Regionais da Região I Baucau, Região III Maubisse, Região IV Maliana e Região de Oe-Cusse (4 distritos).
Instalações Escolares incluindo as Instalações do Ensino Superior	Construção, reconstrução e reabilitação das instalações de ensino em todo o território nacional.	Escolas do Ensino Pré-Primário	• Identificação, mapeamento e execução dos projectos das Escolas Pré-Primárias – Reg. I Baucau, Reg. II Dili, Reg. III Maubisse, Reg. IV Maliana e Reg. Oe-Cusse (IFU ME em 65 Sub-distritos).
		Escolas do Ensino Primário	• Construção, reconstrução e reabilitação das Escolas Primárias - da Reg. I Baucau, Reg. II Dili, Reg. III Maubisse, Reg. IV Maliana e Reg. Oe-Cusse (65 escolas em 65 distritos).
		Escolas do Ensino Básico EP e EPS	• Construção, reconstrução e reabilitação das Escolas - EP e EPS da Reg. I Baucau, Reg. II Dili, Reg. III Maubisse, Reg. IV Maliana e Reg. Oe-Cusse (26 escolas em 65 distritos).
		Escolas do Ensino Secundário Geral	• Identificação, mapeamento e execução dos projectos das Escolas Secundárias – Reg. I Baucau, Reg. II Dili, Reg. III Maubisse, Reg. IV Maliana e Reg. Oe-Cusse (Gab IFU, 13 escolas em 65 distritos).
		Ensino Secundária Técnico Profissionais	• Identificação, mapeamento, execução dos projectos, construção, reconstrução e reabilitação das Escolas Secundárias Técnicas Profissionais – Reg. I Baucau, Reg. II Dili, Reg. III Maubisse, Reg. IV Maliana e Reg. Oe-Cusse (Gab IFU, 13 escolas em 65 distritos).
		Faculdade de Engenharia da UNTL em Hera	• Reabilitação da Oficina de • Electrotecnia; • Reabilitação da Residência dos Estudantes; • Finalização dos projectos das instalações da Faculdade.
		Faculdade de Agricultura da UNTL em Hera	• Identificação e levantamento do terreno; • Elaboração do padrão do projecto e preparação dos procedimentos para os projectos da Faculdade.
		Politécnicos do Suai e Lospalos	• Identificação e levantamento dos terrenos; • Elaboração do projecto e preparação dos procedimentos para os Politécnicos.
Consolidação da Qualidade dos	Garantir a qualidade dos serviços	Reforçar os recursos humanos existentes,	• Consolidação da aptidão dos agentes;

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
Serviços da Direcção Nacional do Currículo Escolar, Materiais e Avaliação	prestados pela direcção e consolidação de conhecimentos através de visitas de trabalho ao estrangeiro.	contratando professores experientes e formação de funcionários em gestão administrativa.	• 9 Professores transferidos para a direcção; • 13 Novos funcionários contratados; • 4 Responsáveis fazem visitas de trabalho/estudo a Cabo Verde e Malásia.
	Garantia do bom funcionamento dos serviços.	Aquisição de material, equipamentos e logística e criação de uma Mini Biblioteca.	• Aquisição e reparação de material de escritório e informático; • Aquisição de 1 veículo e 2 motorizadas. • Aquisição de 250 livros de referência.
Currículos	Garantir a qualidade dos Currículos Escolares Pré-Primário e Ensino Básico.	Estabelecimento de uma equipa para desenvolver e reajustar os currículos escolares.	• Melhoramento do sistema curricular de ensino nos níveis pré-primário e básico. • Equipa constituída. • 23 Professores experientes para integrarem a equipa dos programas pré-secundário; • 5 Professores experientes para integrarem a equipa dos programas pré-primário.
		Recrutamento e renovação de recursos humanos especialistas.	• 1 Especialista para revisão do currículo pré-primário; • Especialistas para elaboração dos currículos do pré-secundário.
		Articulação dos currículos do pré-primário, primário e pré-secundário com a Política Educativa.	• Currículos concluídos e em fase de implementação: primário e pré-secundário e ensino básico. • Estudos de viabilidade concluídos; • Currículo do pré-primário revisto para 7 disciplinas;
		Elaboração dos conteúdos programáticos do Pré-Secundário e reajustados ao Currículo do Ensino Básico e monitorização da implementação.	• Conteúdos programáticos concluídos de 11 disciplinas; • Implementação em 160 escolas EPS; • 54 Monitores; • Seminário sobre a implementação dos conteúdos para 1320 directores e professores. • Relatório do resultado concluído.
	Desenvolvimento do Sistema Curricular do Ensino Secundário e Técnico Profissional.	Estabelecimento da equipa para elaborar e desenvolver os currículos de acordo com as necessidades do mercado de trabalho e realização da Consulta Pública através de Conferência Nacional.	• Definição da filosofia do processo educativo para o ensino secundário e técnico profissional. • 5 Especialistas contratados; • 20 Professores seleccionados para o estudo de viabilidade; • Planos curriculares, de implementação e de viabilidade concluídos e aprovados.
Avaliação	Desenvolvimento do padrão de avaliação do processo pedagógico.	Identificação das necessidades e dos problemas de avaliação. Analisar as recomendações. Elaboração do sistema padrão de avaliação.	• Garantir a qualidade do processo pedagógico e uso do sistema padrão de avaliação. • 10 Técnicos seleccionados para o efeito; • 40 Responsáveis pela disseminação apurados; • 2000 Participantes na disseminação; • 2000 Exemplares impressos e distribuídos.
Materiais Escolares	Garantir a melhoria do ensino nas	Requisição e produção de materiais	• Livros, cadernos, sebentas e guias elaborados e

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
	escolas.	escolares e pedagógicos.	impressos.
	Garantir e melhorar o processo pedagógico.	Elaboração de Guias pedagógicos e formação no uso dos mesmos.	• Guias e materiais elaborados e impressos. • 650 Professores formados; 26 Formadores seleccionados; • Seminário realizado;
Gabinete de Inspecção- Geral			
Fiscalizar, Averiguar, Monitorizar a Nível Nacional os Núcleos de Inspecção Locais	Melhorar a qualidade da educação.	Melhorar e ampliar os mecanismos e estruturas de acompanhamento e de supervisão do sistema educativo.	• Todas as regiões educativas e todos os distritos inspeccionados.
Criação do Sistema de Formação dos Inspectores	Formar os inspectores para melhorar a qualidade e os resultados do serviço.	Intensificar a capacitação dos inspectores nacionais, regionais.	• 5 Inspectores, 12 Superintendentes e 65 Inspectores Escolares capacitados.
Disseminação das Leis e Regulamentos	Melhorar a disciplina no serviço educativo e a qualidade da gestão escolar.	Habilitar os Directores escolares, no conhecimento das leis e regulamentos escolares.	• 800 Directores formados.
Comunicações Regulares e de Emergência	Aproximar as delegações distritais da Direcção do GIGE e facilitar a transmissão de informação.	Estabelecer canais de comunicação com todos os distritos.	• 86 HT distribuídos pelos inspectores e funcionários do GIGE.
Gabinete do Secretário de Estado da Cultura			
Elaboração da Política Nacional da Cultura de Timor-Leste	Criação do documento político que define as linhas orientadoras de acção para a área da cultura.	Produção do documento final e sua submissão.	Política Nacional da Cultura elaborada e aprovada pelo Conselho de Ministros.
Cooperação Interministerial na Área da Protecção e Divulgação do Património Cultural de Timor-Leste	Estabelecimento de parcerias e troca regular de informação com outras áreas de tutela do Governo, no sentido de uma acção política eficaz que vise a preservação e a divulgação do património cultural de Timor-Leste, parte integrante do processo de construção da nacionalidade.	Coordenação política dos projectos específicos a realizar entre a Direcção Nacional da Cultura e outras áreas de tutela do Governo.	Projectos previstos pela Direcção Nacional da Cultura realizados.
Cooperação internacional com a CPLP, Países Vizinhos e UNESCO, no Sentido de uma Diplomacia Cultural que Vise a Protecção e Divulgação do Património Cultural de Timor-Leste	Estabelecimento de parcerias internacionais com a CPLP, países vizinhos e UNESCO, no sentido de reforçar a posição de Timor-Leste junto destes países e instituições e aceder a projectos estruturantes comparticipados	Coordenação política dos projectos a realizar pela DNC (ex. assinatura do convénio da UNESCO e projectos com a CPLP); Sensibilização de parceiros de desenvolvimento.	Projectos previstos pela Direcção Nacional da Cultura realizados; Apoio técnico e material por parte de países e parceiros de desenvolvimento a os programas da Direcção Nacional da Cultura para 2009 obtido.
Direcção Nacional da Cultura			
Biblioteca Nacional de Timor-Leste (BNTL) – primeira fase	Criação de um museu de referência para arquivo nacional e disponibilização ao público de registos escritos e audiovisuais, nacionais e estrangeiras, com acesso a Internet, espaços de leitura e trabalho, exposições e restauração; instituição de apoio à rede de bibliotecas públicas e formação de técnicos de bibliotecas do País.	Disponibilização de verba para contratação de assessor especialista por 4 meses; Treino de 5 funcionários para a BNTL (DNC) e 5 funcionários para as regiões (1 por região); Criação de um sistema de catalogação uniformizado em todas as bibliotecas públicas do país e treino dos funcionários das bibliotecas públicas; Tradução de livros para tétum; Estudo geológico e início das obras de	Legislação específica da BNTL produzida; Termos de referência do projecto internacional de arquitectura da BNTL produzidos; 6 Pontos de ligação a Internet (1 para a BNTL e 1 para cada região) adquiridos; 400 Publicações para a BNTL adquiridas; Sistema de catalogação uniformizado criado e distribuído nas escolas e bibliotecas públicas de todo o país; Associação de Bibliotecas e Informação de Timor-Leste (ABITL) apoiada para a formação de

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
		terraplanagem e paisagísticas da BNTL.	funcionários de bibliotecas públicas a nível nacional, através da realização de 4 workshops nas regiões para 30 pessoas cada; 1000 Livros para as bibliotecas públicas a nível nacional adquiridos; Tradução de 3 livros de história para tétum, sua publicação (3 X 1000 exemplares) e distribuição pelas bibliotecas das escolas secundárias (em coordenação com a Direcção de Currículo); Estudo geológico (em coordenação com a Direcção de Infra-estruturas do ME) realizado; Obras de terraplanagem e paisagísticas (em coordenação com a Direcção de Infra-estruturas do ME) iniciadas.
Museu Nacional de Timor-Leste (MNTL) – primeira fase	Criação de uma instituição nacional de referência para preservar e dar a conhecer nacional e internacionalmente as colecções nacionais (geológica, arqueológica e etnográfica) e o património cultural (tradicional, arqueológico e arquitectónico), que fazem parte integrante da história de Timor-Leste	Disponibilização de verba para contratação de assessor especialista por 4 meses; Treino de 5 funcionários para o MNTL (DNC) e 5 funcionários para as regiões (1 por região); Levantamento de grupos culturais e património (tradicional, arqueológico e edificado) em todo o país; Realização de uma exposição móvel sobre as colecções do MNTL para viajar nas regiões, e organização de visitas de escolas às colecções do MNTL; Estudo geológico e início das obras de terraplanagem e paisagísticas do MNTL.	Legislação específica do MNTL produzida; Ponto de ligação a Internet (MNTL, DNC) adquirido; Levantamento dos grupos culturais realizado; Levantamento, descrição e estado de conservação do património realizado; Base de dados criada e integração informatizada de informação realizada; Exposição móvel produzida; Organização da exposição móvel nas regiões (X5) e visitas das escolas realizadas; 13 Visitas de escolas secundárias dos distritos às colecções do MNTL, em Díli realizadas; Material de divulgação da colecção do MNTL (5000 brochuras e 1000 posters) produzido; Estudo geológico (em coordenação com a Direcção de Infra-estruturas do ME) realizado; Obras de terraplanagem e paisagísticas iniciadas.
Escola de Música – primeira fase	Criação de uma instituição nacional que permitira o ensino geral da música (tradicional, clássica e moderna), bem como a formação de professores para o ensino de música nas escolas, e o levantamento audiovisual de músicas tradicionais. Esta constitui a primeira fase de um projecto estruturante que permitirá disponibilizar à população um serviço de ensino numa área vocacional inexistente no país.	Produção de um documento estratégico que define os termos de referência do projecto da Escola de Música; Definição do espaço físico onde a Escola de Música irá funcionar; 5 Workshops de música de grupo (ensemble) nas escolas do ensino básico (1 workshop = 15 dias); Levantamento audiovisual de músicas (e danças) tradicionais nos 13 distritos.	Documento estratégico de análise da situação nacional e definição de currículos (em parceria com a Direcção de Currículo) produzido; Espaço físico da Escola de Música definido; 150 Instrumentos para realizar os workshops de música de grupo (ensemble) adquiridos e entregues nas escolas do ensino básico; Brochura (X 300) de acompanhamento dos workshops de música de grupo (ensemble) produzidas e entregues nas escolas do ensino básico; Workshops de música de grupo (ensemble) nas escolas do ensino básico realizados; Registo das músicas e danças tradicionais realizado (X 13); Brochuras (X 5000) e DVDs (X 500) com os resultados da informação recolhida.

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
Escola de Belas Artes – primeira fase	Criação de uma instituição nacional que permitira o ensino geral das belas artes (pintura, escultura, etc.), bem como a formação de professores para o ensino de belas artes nas escolas. Esta constitui a primeira fase de um projecto estruturante que permitirá disponibilizar à população um serviço de ensino numa área vocacional inexistente no país.	Produção de um documento estratégico que define os termos de referência do projecto da Escola de Belas Artes; Definição do espaço físico onde a Escola de Belas Artes irá funcionar.	Documento estratégico de análise da situação nacional e definição de currículos (em parceria com a Direcção de Currículo) produzido; Espaço físico da Escola de Belas Artes definido.
Centros Regionais de Cultura – primeira fase	Primeira fase da criação de centro de apoio a actividades culturais na região (espaço de exposições, espectáculos, biblioteca e multimédia, escola de música e belas artes, escritório do CRC), através da realização de projectos de construção/arquitectura dos CRC.	Escolha dos espaços físicos para os CRC/decisão sobre o projecto de construção ou reconstrução de edifício (em coordenação com Direcção de infra-estruturas do ME).	Projectos de arquitectura dos CRC (em coordenação com Direcção de infra-estruturas do ME) produzidos.
Conferência Internacional do Património Cultural	Organização de uma conferência internacional sobre património cultural em colaboração com a UNESCO, no sentido de criar a Comissão Nacional do Património de Timor-Leste e a assinatura de convenções internacionais sobre a protecção de património	Realização da conferência internacional durante 2 dias; Criação da Comissão Nacional do Património de Timor-Leste.	A documentação de apoio (brochuras, mapas, e guia do património cultural de Timor-Leste) está produzida antes da conferência; Os congressistas nacionais (X 100) e internacionais (X 20) participam na conferência; As actas (X 500) foram publicadas; 2 Reuniões da Comissão Nacional do Património realizadas.
Festival Regional de Música e Dança	Dar a conhecer as músicas e danças tradicionais, o artesanato e a culinária de cada região noutras regiões.	Grupos de músicas e danças viajam entre as 5 regiões para apresentar as suas músicas e danças tradicionais, e grupos de artesanato e culinária apresentam os seus produtos localmente durante o festival.	Brochura (X 5000) e (X 1000) poster de divulgação do festival produzidos; Festival de músicas e danças entre regiões (25 grupos X 20 pessoas = 500 pessoas) e exposição de artesanato e culinária (500 pessoas) dentro de cada região realizados.
Festival Internacional de Música e Dança	Dar a conhecer a cultura timorense internacionalmente, através da realização de um festival internacional de música e dança tradicionais entre Timor-Leste a CPLP e os países vizinhos, em Díli.	Os 5 grupos de músicas e danças vencedores dos festivais regionais participam no festival internacional em Díli, juntamente com representantes de 5 outros países vizinhos e da CPLP.	Brochura (X 5000) e poster (X 1000) de divulgação do festival produzidos; Transporte, estadia e alimentação dos grupos nacionais (5 grupos X 20 pessoas = 100 pessoas) e internacionais (5 grupos X 10 pessoas = 50 pessoas) no festival assegurado.
Comemoração dos 10 anos do Referendo de 30 de Agosto (1999-2009)	Divulgação da música e dança tradicionais de Timor-Leste a nível nacional e internacional, comemorando o 10º Aniversário do Referendo de 30 de Agosto de 1999 e reforçando o processo de construção de identidade nacional.	Espectáculo de música e dança tradicionais de Timor-Leste com a participação de cerca de 500 pessoas.	1 Brochura (X 5000) e de poster (X 1000) de divulgação do espectáculo produzidos; Grupos de música e dança tradicionais (cerca de 500 pessoas) contratados, e o seu transporte, estadia e alimentação em Díli assegurados.
10. Cooperação Interministerial	Estreitar os laços entre tutelas do governo através de parcerias e projectos conjuntos, maximizando recursos humanos e meios financeiros e técnicos	Brochura de divulgação cultural com Min. do Turismo; Exposição sobre pesca tradicional com a SE das Pescas; Colaboração com a SE da Juventude e Desporto para partilha de informação sobre	1 Brochura produzida (X 10,000); 1 Exposição organizada; Reuniões regulares realizadas

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
		actividades culturais; Colaboração com a SE das Florestas sobre gestão de património cultural em áreas protegidas.	
Cooperação com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)	Reforço da posição de Timor-Leste junto da CPLP e acesso a projectos estruturantes comparticipados.	Assinatura do convénio da UNESCO e projectos de colaboração com a CPLP; Formalização dos apoios financeiros da CPLP a projectos culturais; Disponibilizar verbas para a formação técnica.	Presença sistemática de Timor-Leste na CPLP assegurada; Grupos que lideram o ponto focal da CPLP em Timor-Leste apoiados; Semana Cultural de Timor-Leste no Brasil realizada.
Apoio a Grupos e Actividades Culturais	Apoio e promoção de actividades culturais (artes, música, dança, artesanato, património e outros) desenvolvidas por entidades particulares ou indivíduos a nível nacional, contribuindo para um ambiente de coesão social e de construção de uma cultura de paz em Timor-Leste.	Todos os produtos ou serviços culturais considerados de interesse nacional apoiados pela DNC.	O fundo disponibilizado foi gasto e cada indivíduo ou grupo entregou um relatório detalhado de actividades desenvolvidas e custos associados.

Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território

O Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território (MAEOT) é responsável pela administração local e nacional, serviço público, administração territorial, apoio a eleições e publicação e preservação de documentos públicos.

Panorama de Recursos para o Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território

Quadro 7.157

Orçamento Geral do Estado para o Ministério da Administração Estatal ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	1,976	2,921	2,918	2,920	2,923	11,682
Bens e Serviços	7,402	7,157	5,456	5,896	6,336	24,845
Capital Minor	1,068	446	1,455	968	981	3,850
Transferências Públicas	2,286	4,031	5,471	6,571	7,671	23,744
Total Despesas Recorrentes	12,732	14,555	15,300	16,355	17,911	64,121
Crescimento ao Ano Interior		14.3%	5.1%	6.9%	9.5%	23.1%
Total Capital Desenvolvimento	1,008	2,396	5,500	7,750	5,500	21,146
Crescimento ao Ano Interior		137.7%	129.5%	40.9%	-29.0%	129.5%
Total Orçamento Geral do Estado	**13,740**	**16,951**	**20,800**	**24,105**	**23,411**	**85,267**
Crescimento ao Ano Interior		23.4%	22.7%	15.9%	-2.9%	38.1%

O financiamento estatal para o Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território em 2009 será de $16.951 milhões. Este é um aumento de 23.4 por cento em relação ao Orçamento do Estado para 2008, no valor de $13.74 milhões.

Os Salários e Vencimentos aumentaram devido à implementação do novo regime de carreira, pagamento de funcionários a partir do orçamento para salários em vez do orçamento para Bens e Serviços como acontecia anteriormente, e um aumento no número de funcionários, associado com a implementação do programa de descentralização municipal. Outros requisitos de financiamento recorrente em 2009 incluem actividades tais como eleições para Chefe de Suco, quatro eleições municipais em Díli, Baucau, Bobonaro e Oecussi e a compra de painéis solares para 24 sub-distritos.

O programa de transferências públicas do Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território aumentou em 2009. Para lá de concessões públicas para apoiar a administração territorial, o programa de transferências públicas providenciou o Programa de Desenvolvimento de Governo Local, subsídios para membros do Conselho de Suco e bolsas de estudo para funcionários públicos.

O Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território irá realizar um programa de capital em 2009, que inclui a aquisição de quatro edifícios municipais nos municípios de Díli, Baucau, Bobonaro e Oecussi, a construção de 28 centros de suco e a construção de um novo cemitério em Because, Dili.

Quadro 7.158

Fundos confirmados a partir de outras fontes para o Ministério da Administração Estatal ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	12,572	13,886	9,556	8,133	7,523	39,098
Despesas Capital	-	-	-	-	-	-
Total Fundos Confirmados de Outros Fontes	12,572	13,886	9,556	8,133	7,523	39,098
Crescimento ao Ano Interior		*10.5%*	*-31.2%*	*-14.9%*	*-7.5%*	*-45.8%*

Quadro 7.159

Orçamento de Fontes Combinadas para o Ministério da Administração Estatal ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Fontes Combinadas						
Despesas Recorrentes	25,304	28,441	24,856	24,488	25,434	103,219
Crescimento ao Ano Interior		12.4%	-12.6%	-1.5%	3.9%	-10.6%
Despesas Capital	1,008	2,396	5,500	7,750	5,500	21,146
Crescimento ao Ano Interior		137.7%	129.5%	40.9%	-29.0%	129.5%
Total Fontes Combinadas	**26,312**	**30,837**	**30,356**	**32,238**	**30,934**	**124,365**
Crescimento ao Ano Interior		17%	-1.6%	6.2%	-4.0%	0.3%

Quadro 7.160

Capital de Desenvolvimento para o Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território ($000)

Status	Projecto	2009	2010	2011	2012	Total
Novo	Construção de Novas Instalações para Municipalidades - Dili	500	750	500	-	1,750
Novo	Construção de Novas Instalações para Municipalidades - Baucau	500	750	500	-	1,750
Novo	Construção de Novas Instalações para Municipalidades - Aileu	-	500	750	500	1,750
Novo	Construção de Novas Instalações para Municipalidades - Ainaro	-	500	750	500	1,750
Novo	Construção de Novas Instalações para Municipalidades - Bobonaro	500	750	500	-	1,750
Novo	Construção de Novas Instalações para Municipalidades - Ermera	-	500	750	500	1,750
Novo	Construção de Novas Instalações para Municipalidades - Lautem	-	-	500	750	1,250
Novo	Construção de Novas Instalações para Municipalidades - Liquiça	-	-	500	750	1,250
Novo	Construção de Novas Instalações para Municipalidades - Manatuto	-	-	500	750	1,250
Novo	Construção de Novas Instalações para Municipalidades - Manufahi	-	-	500	750	1,250
Novo	Construção de Novas Instalações para Municipalidades - Oecusse	500	750	500	-	1,750
Novo	Construção de Novas Instalações para Municipalidades - Covalima	-	500	750	500	1,750
Novo	Construção de Novas Instalações para Municipalidades - Viqueque	-	500	750	500	1,750
Novo	Reabilitação de Centros de Sucos - Letemumo	7	-	-	-	7
Novo	Reabilitação de Centros de Sucos - Serelau	7	-	-	-	7
Novo	Reabilitação de Centros de Sucos - Maina I	7	-	-	-	7
Novo	Reabilitação de Centros de Sucos - Mehara	7	-	-	-	7
Novo	Reabilitação de Centros de Sucos - Liheu	7	-	-	-	7

Status	Projecto	2009	2010	2011	2012	Total
Novo	Reabilitação de Centros de Sucos - Cribas	7	-	-	-	7
Novo	Reabilitação de Centros de Sucos - Orlala	7	-	-	-	7
Novo	Reabilitação de Centros de Sucos - Lacumesac	7	-	-	-	7
Novo	Reabilitação de Centros de Sucos - Uma Narac	7	-	-	-	7
Novo	Reabilitação de Centros de Sucos - Abat Oan	7	-	-	-	7
Novo	Reabilitação de Centros de Sucos - Matata	7	-	-	-	7
Novo	Reabilitação de Centros de Sucos - Deleco	7	-	-	-	7
Novo	Reabilitação de Centros de Sucos - Lacao	7	-	-	-	7
Novo	Reabilitação de Centros de Sucos - Fahira	7	-	-	-	7
Novo	Reabilitação de Centros de Sucos - Seloi Malare	7	-	-	-	7
Novo	Reabilitação de Centros de Sucos - Saboria	7	-	-	-	7
Novo	Reabilitação de Centros de Sucos - Lauci	7	-	-	-	7
Novo	Reabilitação de Centros de Sucos - Acadiru Hun	7	-	-	-	7
Novo	Reabilitação de Centros de Sucos - Vila Verde	7	-	-	-	7
Novo	Reabilitação de Centros de Sucos - Bairo Pite	7	-	-	-	7
Novo	Reabilitação de Centros de Sucos - Santa Cruz	7	-	-	-	7
Novo	Reabilitação de Centros de Sucos - Letefoho	7	-	-	-	7
Novo	Reabilitação de Centros de Sucos - Betano	7	-	-	-	7
Novo	Reabilitação de Centros de Sucos - Suco Matai	7	-	-	-	7
Novo	Reabilitação de Centros de Sucos - Mehara	7	-	-	-	7
Novo	Reabilitação de Centros de Sucos - Aculau	7	-	-	-	7
Novo	Reabilitação de Centros de Sucos - Hatolia	7	-	-	-	7
Novo	Reabilitação de Centros de Sucos - Fatubolu	7	-	-	-	7
Reorçamentado	Construção de um Cemitério em Becussi (Dili)	200	-	-	-	200
Total	**Ministério da Administração Estataal e Ordenamento do Território**	**2,396**	**5,500**	**7,750**	**5,500**	**21,146**

Pessoal para o Ministério da Administração Estatal

Quadro 7.161

Perfil de Funcionários

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Total Permanente	13	50	179	81	96	29	2	450
Total Temporario	255	93	77	2	180	-	-	607
Total Apontamento Politica	-	3	4	6	1	7	3	24
Total Funcionario	**268**	**146**	**260**	**89**	**277**	**36**	**5**	**1,081**

Quadro 7.162

Perfil de Gestão

Director Geral	-
Director Nacional	8
Director Distrital	13
Chefe Departemento	36
Chefe Secção	90
Total	**147**

O Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território aprovou um Perfil de Funcionários com 1,081 elementos, nomeadamente 450 funcionários permanentes, 607 funcionários temporários e 24 nomeações políticas. Os funcionários permanentes incluem 147 posições de gestão, conforme descrito acima. O Perfil de Funcionários do Ministério está totalmente preenchido. Sob o novo regime de carreira e a lei orgânica do Ministério, a estrutura de gestão forma 13.6 por cento do total da força laboral aprovada.

Actividades de Fontes Combinadas para o Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território

Quadro 7.163

Actividades administradas com o Governo ($000)

Projecto ou Programa	PD	Instit. Implem.	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Apoio às Eleições Timorenses	Austrália	AEC	150	0	0	0	0	0
Programa de Capacitação Eleitoral	Austrália	AEC	221	111	0	0	0	111
Programa de Capacitação do Sector Público (PC)	Austrália	GRM	6,200	6,197	7,833	7,523	7,523	29,085
Programa de Ligações ao Sector Público	Austrália	Governo Austrália	664	992	531	0	0	1,523
Programa de Assistência Directa (PAD)	Austrália	DFAT	68	37	0	0	0	37
Programa de Cooperação AusAID-ONGs	Austrália	AusAID	377	0	0	0	0	0
Projecto de Fortalecimento de Capacidade do INAP	Japão	JICA	60	0	0	0	0	0
Fundo de desenvolvimento social e comunitário (C)	Nova Zelândia	NZAID	154	250	0	0	0	250
Formação de recursos humanos 2007-2009	Noruega	Programa Formação Diplomacia UNSW	182	182	182	0	0	364
Apoio ao processo eleitoral em Timor-Leste	Portugal	Ministério Adminis-tração Interna	46	37	0	0	0	37
Projecto de Desenvolvimento da Juventude em Timor-Leste (AID)	Banco Mundial	MAE	300	500	800	500	0	1,800
Capacitação para o Fortalecimento das Qualificações Administrativas e Governativas do Sector Público III	BAD (Japão)	BAD	0	180	210	110	0	0
Projecto de Apoio ao Ciclo Eleitoral em Timor-Leste	PNUD (CE, SIDA, Irlanda, Austrália, Japão, UNDEF)	PNUD	1,000	1,600	0	0	0	1,600
Apoio à Função Pública	PNUD (USAID, AusAID, Irish Aid, Noruega)	PNUD	2,562	3,200	0	0	0	3,200
Programa de Apoio à Governação Local (PAGL)	UNDP (Irish Aid, Noruega, RDTL (MAEOT))	UNCDF, PNUD	588	600	0	0	0	600
Total			**12,572**	**13,886**	**9,556**	**8,133**	**7,523**	**39,098**

Em 2009 as actividades do Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território serão apoiadas por programas de parceiros de desenvolvimento avaliados em $13.886 milhões. Isto representa 6.8 por cento do total do apoio de parceiros de desenvolvimento a actividades do Governo em 2009. A maior parte deste financiamento abrange capacitação do sector público ($10.569 milhões), porém há também fundos para apoiar actividades tais como eleições ($1.748 milhões) e descentralização para o governo local ($0.6 milhões). Vários destes projectos serão concluídos em 2009, levando a uma redução em 2010 para $9.556 milhões em actividades de apoio. Em anos futuros irão ocorrer mais reduções, deixando ao Ministério um nível médio de apoio de $8 milhões a médio prazo.

De presente não existem quaisquer programas de parceiros de desenvolvimento prestados nesta área fora do Governo.

Concessões Públicas Administradas pelo Ministério da Administração Estatal

O Ministério da Administração Estatal irá administrar quatro programas de transferências em 2009. Estes são apresentados de seguida:

Pagamento para Administração Territorial

O Ministério da Administração Estatal continuará a fornecer concessões ao Fundo de Administração de cada distrito de Timor-Leste. Existe também financiamento para subsídios para membros dos Conselhos de Suco. A distribuição deste financiamento por distrito é apresentada no quadro de transferências públicas. O Orçamento para 2009 fornece financiamento de $2.021 milhões, continuando a cada ano de modo a totalizar $8.09 milhões entre 2009 e 2012.

Programa de Desenvolvimento do Governo Local

O Ministério da Administração Estatal irá fornecer concessões para administração territorial a oito distritos de Timor-Leste. Os fundos são calculados com base no número de pessoas em cada distrito. Em 2009 será fornecido um total de financiamento de $1.66 milhões, de modo a cobrir as necessidades de oito distritos (Bobonaro, Lautem, Aileu, Manatuto, Ainaro, Baucau, Covalima, Manufahi). Este financiamento irá aumentar para $3.464 milhões em 2010 com a adição dos distritos restantes, sendo esperado que aumente ligeiramente a cada ano a partir deste ponto, devido ao crescimento populacional. A distribuição deste financiamento por distrito é apresentada no quadro de transferências públicas. O total de financiamento entre 2009 e 2012 está estimado em $12.156 milhões.

Bolsas de Estudo para Empregados do Sector Público

A Secretaria de Estado da Administração Estatal irá operar um programa competitivo para fornecer bolsas universitárias a funcionários públicos por todo o sector do Governo. Os potenciais alunos farão um exame de aptidões e serão avaliados com base na sua experiência de trabalho, passado académico e competências linguísticas (para o país de estudo). O programa financiará até 30 pessoas num só ano. O programa inicial utilizará universidades indonésias, mas no futuro será alargado a outras universidades Regionais tais como as da Austrália, de Singapura e da Malásia. As bolsas cobrirão estudos em todas as áreas de governo, incluindo responsabilidades ministeriais específicas tais como agricultura, serviços sociais e infra-estruturas, bem como qualificações de serviços públicos mais gerais, como sejam economia, administração pública e gestão. A cada ano serão providenciados $0.3 milhões para bolsas de estudo.

Bolsas de Estudo para o Instituto Nacional de Administração Pública

Este programa irá providenciar financiamento para bolsas de estudo destinadas a pessoal do Instituto Nacional de Administração Pública, a fim de estudarem na Indonésia, Singapura e outros centros Regionais sobre tópicos tais como administração pública, empresas e gestão. Em cada ano serão fornecidas bolsas de estudo a até 4 funcionários.

Quadro 7.164

Concessões Públicas Administradas pelo Ministério da Administração Estatal ($000)

	2009 Orçamento	2010 Projeção	2011 Projeção	2012 Projeção	Total 4 Anos
Ministério da Administração Estatal e Ord.Território					
Desenvolvimento de Governo Local - Bobonaro	289	289	292	295	**1,165**
Desenvolvimento de Governo Local - Lautem	202	202	204	206	**814**
Desenvolvimento de Governo Local - Aileu	130	130	131	133	**524**
Desenvolvimento de Governo Local - Manatuto	135	135	136	138	**544**
Desenvolvimento de Governo Local - Ainaro	187	187	189	191	**754**
Desenvolvimento de Governo Local - Baucau	366	366	370	373	**1,475**
Desenvolvimento de Governo Local - Cova Lima	196	196	198	200	**790**
Desenvolvimento de Governo Local - Manufahi	155	155	157	158	**625**
Desenvolvimento de Governo Local - Dili	-	671	678	684	**2,033**
Desenvolvimento de Governo Local - Eremra	-	413	417	421	**1,251**
Desenvolvimento de Governo Local - Liquca	-	220	222	224	**667**
Desenvolvimento de Governo Local - Oecusse	-	234	236	239	**709**
Desenvolvimento de Governo Local - Viqueque	-	266	269	271	**806**
Pagamentos aos Sucos- Aileu	135	135	135	135	**540**
Pagamentos aos Sucos- Ainaro	104	104	104	104	**416**
Pagamentos aos Sucos- Baucau	264	264	264	264	**1,056**
Pagamentos aos Sucos- Bobonaro	207	207	207	207	**828**
Pagamentos aos Sucos- Cova Lima	135	135	135	135	**540**
Pagamentos aos Sucos- Dili	167	167	167	167	**668**
Pagamentos aos Sucos- Eremra	240	240	240	240	**960**
Pagamentos aos Sucos- Lautem	148	148	148	148	**592**
Pagamentos aos Sucos- Liquca	114	115	116	117	**462**
Pagamentos aos Sucos- Manatuto	116	116	116	116	**464**
Pagamentos aos Sucos- Manufahi	130	130	130	130	**520**
Pagamentos aos Sucos- Oecusse	84	84	84	84	**336**
Pagamentos aos Sucos- Viqueque	177	177	177	177	**708**
Bolsas de Estudo para Empregados do Sector Publico	300	300	**300**	300	**1,200**
Balosas de Estudo para Instituto Nacional de Admin Publica	50	50	**50**	50	**200**
Total	**4,031**	**5,836**	**5,872**	**5,908**	**21,646**

Plano Anual de Acção

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
Legislação sobre Divisão Administrativa e Territorial e sobre Governo Local (DNAL)	Aprovação da Lei de Divisão Administrativa e Territorial e Lei do Governo Local pelo Parlamento Nacional.	Discussão e aprovação do esboço de legislação sobre Governo Local e Divisão Administrativa e Territorial no Conselho de Ministros.	• Proposta de Lei sobre Divisão Administrativa e Territorial apresentada e aprovada em Conselho de Ministros; • Submissao ao Parlamento nacional Proposta de Lei sobre Divisao Administrativa, Lei sobre Governo Local, Lei sobre Eleicao Municipal
Consolidar as Instituições Distritais e Sub-Distritais (DNAL)	Gerir com sucesso o Programa Orçamento do Distrito (POD) para 13 Distritos e 65 Sub Distritos.	Gerir o POD trimestralmente, incluindo a elaboração e submissão de relatórios ao DNAL.	• Alocação do POD em 13 Distritos e 65 Sub-Distritos; • Equipar e mover funcionários para Díli, Distritos ou Sub-Distritos;
Gestão, Administração e Finanças (DNAF)	Assegurar a implementação de procedimentos, assim como a gestão e administração das finanças, recursos humanos, documentação e património.	Melhorar a execução orçamental, salvaguardar a documentação dos funcionários e o registo do património do Governo; Transparência na gestão do aprovisionamento descentralizado; Planear os programas do MAEOT e as propostas de orçamento anual.	• Boa gestão da administração e finanças, assegurada; • Inventariação, manutenção, controlo e preservação dos patrimónios e materiais do Estado; • Garantir a transparência dos contractos de fornecimento quer das obras quer de bens e serviços; • Submissão dos programas e orçamento anual ao Ministério das Finanças.
Publicação do Jornal da República (Gráfica Nacional)	Publicação semanal da I e II série do Jornal da República.	Distribuição e venda de Jornal da República	• Politicas do Governo, bem como toda a Legislação do Estado, acessível à sociedade em geral.
Desenvolvimento de capacidade dos recursos humanos (Gráfica Nacional)	Formação dos operadores e assistentes das máquinas, assim como formação em desenho gráfico.	Reforçar a Instituição - Gráfica Nacional - a fim de executar todas as operações dos equipamentos e máquinas, incluindo o desenho gráfico;	• 6 operadores e 6 assistentes de máquinas de impressão, formados; • 2 pessoas formadas em desenho gráfico impressão de Jornais.
Selecção dos Documentos (Arquivo Nacional)	Separar e seleccionar documentos para organização de acordo com o sistema de arquivo.	Salvaguardar documentos (memória institucional) no Arquivo Nacional.	• 100% dos documentos estão separados e organizados de acordo com o sistema de 100 metros lineares.
Formação da Gestão de Atendimento/Departamento Função Técnica – INAP	Formação para capacitação de funcionários para execução dos serviços de forma eficiente e com qualidade.	Promover a capacidade básica dos participantes na área de Gestão de Atendimento.	• 40 participantes formados.
Formação da Gestão de Arquivo/ Departamento Função Técnica - INAP	Formação para capacitação de funcionários para execução dos serviços de forma eficiente e com qualidade.	Promover a capacidade básica dos participantes na área de Gestão de Arquivo.	• 40 participantes formados.
Formação de Gestão de Eventos/ Departamento Função Técnica – INAP	Formação para capacitação de funcionários para execução dos serviços de forma eficiente e com qualidade.	Promover a capacidade básica dos participantes na área de Eventos.	• 40 participantes formados.
Cursos de Informática/Secção IT - INAP	Formação para capacitação de funcionários para execução dos serviços de forma eficiente e com qualidade.	Promover a capacidade básica dos participantes na área da Informática.	• 160 candidatos participaram no curso, durante 1 ano faseadamente (espera-se que 80% complete o curso).
Curso de Língua Portuguesa/Secção de Língua, em Cooperação com a Embaixada de Portugal (INAP)	Formação para capacitação de funcionários para execução dos serviços de forma eficiente e com qualidade.	Promover a capacidade dos participantes na área da Língua Portuguesa.	• 100 candidatos participaram na formação (espera-se que 80% complete a formação e passe no exame final).
Curso da Língua Inglesa/Secção Língua (INAP)	Formação para capacitação de funcionários para execução dos serviços de forma eficiente e com qualidade.	Promover a capacidade dos participantes na área da Língua Inglesa.	• 50 candidatos participaram na formação (espera-se que 80% complete a formação e passe no exame final).

Curso de Reconversão/INAP	Aumentar as habilitações literárias dos funcionários do MAEOT que não preenchem os requisitos necessários para ocupar o nível onde estão colocados.	A frequência dos cursos de Reconversão irá beneficiar os funcionários, quer do ponto de vista de aprendizagem quer do nível salarial.	• 30 funcionários do MAEOT participaram no curso, durante 3 meses.
Desenvolvimento de um Módulo de Promoção de Carreiras/INAP	Desenvolvimento de módulos de promoção de carreiras.	Preparação dos cursos de promoção de carreira dos Directores Gerais e Directores Nacionais	• Módulo desenvolvido em 6 meses.
Implementação para a formação do desenvolvimento das carreiras (INAP)	Implementação dos módulos de promoção de carreiras.	Promover a capacidade dos participantes na área da Promoção de Carreira aos Directores Gerais e Directores Nacionais.	• 50 candidatos participaram na formação (espera-se que 80% complete a formação e passe no exame final).
Desenvolver a Administração a nível do Suco/Departamento da Função Técnica e Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento/INAP	Desenvolver a administração e capacitação dos funcionários, em 4 sucos do País.	Estes primeiros 4 sucos irão servir de modelo, ao nível de administração e gestão, aos outros sucos.	• 4 Sucos com competências desenvolvidas.
Preparação das Eleições dos Municípios (STAE)	Estabelecimento de escritórios distritais e recursos humanos com vista à preparação das eleições municipais.	Começar a preparação da delegação de poder administrativo.	• Implementação faseada nos distritos de Díli, Bobonaro e Lautem.
Preparação das Eleições dos Sucos (STAE)	Realização de eleições em 442 sucos simultaneamente.	De acordo com a Lei em vigor, criar as condições necessárias à realização de eleições.	• Eleições realizadas com sucesso em 2009.
Programa de Desenvolvimento Local (DNDLOT)	Planeamento e implementação do PDL nos distritos de Bobonaro, Lautem, Aileu, Manatuto, Covalima, Baucau, Manufahai e Ainaro.	O processo de implementação do PDL nestes distritos irá contribuir para a redução de pobreza a nível local e será uma fonte de aprendizagem para preparar os quadros legais de descentralização.	• Assembleias Locais tanto a nível dos Sub-Distritos como Distritos, aprovam os respectivos planos de investimento anuais; • Plano de investimento anual aprovado pode ser implementados com sucesso nas Assembleias Locais.
Enquadramento Legal de Descentralização (DNDLOT)	Parlamento Nacional aprova o enquadramento legal de descentralização.	Preparação de Decretos-Lei sobre a implementação do Governo Local em Timor-Leste para que a 1ª fase da eleição municipal possa ser realizada em 2009.	• 1ª fase da eleição municipal realizada em 2009.
Disseminação dos quadros legais de descentralização (DNDLOT)	Funcionários públicos ao nível local, autoridades comunitárias e comunidade em geral conhecem o enquadramento local da descentralização.	Para que a comunidade em geral possa inteirar-se dos quadros legais que regulamentam a implementação da descentralização.	• Comunidades dos 13 Distritos informadas sobre os quadros legais reguladores da implementação da descentralização.
Implementação da 1ª fase dos Municípios (DNDLOT)	Municípios implementados nos Distritos de Díli, Bobonaro e Lautem, com o apoio da Comissão Preparativo.	Maior participação democrática da comunidade local no seu próprio desenvolvimento, sendo o Governo Local a prestar os serviços de forma eficaz e eficiente.	• Funcionamento os Municipios,
Capacitação /Formação Profissional (DNAAS)	Capacitação dos secretários dos Sucos para aumento das suas competências e qualificações administrativas.	Melhorar o funcionamento da administração do suco, para prestação de serviços mais eficazes e de qualidade.	• 442 Secretários formados para preencher o perfil administrativo do Suco.
Construção de Sedes de Suco (DNAAS)	Construção de 27 Sedes para os Sucos.	Com a construção destas Sedes, 100% dos Sucos do País dispõem das condições mínimas para o melhor atendimento ao público nas comunidades.	• 27 Sedes de Suco construídos e/ou reabilitados; • Todos os Sucos têm um local próprio de atendimento administrativo, de informação às comunidades e também um local de encontro para as comunidades estreitarem os seus laços de amizade.
Apoio aos Sucos (DNAAS)	Apoio material/logístico para facilitar as actividades diárias dos sucos.	Facilitar as actividades diárias dos Sucos e desta forma beneficiar as comunidades em geral, como local de promoção de encontros e outras actividades de desenvolvimento.	• 242 Sedes de Sucos, dos 442 alvos deste programa; • Respectivas comunidades beneficiam deste programa.

Ministério da Economia e Desenvolvimento

O Ministério da Economia e Desenvolvimento é o principal órgão do Governo responsável pela concepção, execução, coordenação e avaliação de políticas definidas e aprovadas pelo Conselho de Ministros para o desenvolvimento de esquemas e cooperativas de microfinanças, bem como do ambiente.

Quadro 7.165

Orçamento Geral do Estado ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	660	1,198	1,163	1,198	1,190	4,749
Bens e Serviços	3,052	1,620	4,359	3,604	3,534	13,117
Capital Minor	555	56	312	420	364	1,152
Transferências Públicas	2,550	1,500	1,550	2,050	2,700	7,800
Total Despesas Recorrentes	6,817	4,374	7,384	7,272	7,788	26,818
Crescimento ao Ano Interior		-35.8%	68.8%	-1.5%	7.1%	78.1%
Total Capital Desenvolvimento	500	881	389	355	33	1,658
Crescimento ao Ano Interior		76.2%	-55.8%	-8.7%	-90.7%	-96.3%
Total Orçamento Geral do Estado	**7,317**	**5,255**	**7,773**	**7,627**	**7,821**	**28,476**
Crescimento ao Ano Interior		-28.2%	47.9%	-1.9%	2.5%	48.8%

O financiamento estatal para o Ministério da Economia e Desenvolvimento em 2009 será de $5.255 milhões, uma redução de 28.2 por cento em relação ao orçamento do estado para 2008, no valor de $7.317 milhões. A principal razão para esta alteração é a redução nos Bens e Serviços, Capital Menor e Transferências Públicas. Os Salários e Vencimentos aumentaram, em face da implementação do novo regime de carreira e do recrutamento de pessoal adicional para actividades de distrito. Os Bens e Serviços foram substancialmente reduzidos, por via do decréscimo de mais de um milhão no nível de serviços técnicos. Os gastos com Capital Menor também desceram, no seguimento da conclusão do aprovisionamento do equipamento informático e de escritório necessário como parte do estabelecimento de um novo Ministério. O programa de transferências do Ministério da Economia e Desenvolvimento mudou de uma incidência apenas no desenvolvimento rural e em cooperativas em 2008, para uma série de medidas mais definidas. Estes programas, de transferências públicas, são descritos com maior detalhe neste capítulo.

Quadro 7.166

Fundos confirmados a partir de outras fontes ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	2,506	7,837	2,184	255	-	10,276
Despesas Capital	-	-	-	-	-	-
Total Fundos Confirmados de Outros Fontes	2,506	7,837	2,184	255	-	10,276
Crescimento ao Ano Interior		*212.7%*	*-72.1%*	*-88.3%*	*-100.0%*	*-100.0%*

Quadro 7.167

Orçamento de Fontes Combinadas para o Ministério da Economia e Desenvolvimento ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Fontes Combinadas						
Despesas Recorrentes	9,323	12,211	9,568	7,527	7,788	37,094
Crescimento ao Ano Interior		31.0%	-21.6%	-21.3%	3.5%	-36.2%
Despesas Capital	500	881	389	355	33	1,658
Crescimento ao Ano Interior		76.2%	-55.8%	-8.7%	-90.7%	-96.3%
Total Fontes Combinadas	**9,823**	**13,092**	**9,957**	**7,882**	**7,821**	**38,752**
Crescimento ao Ano Interior		33%	-23.9%	-20.8%	-0.8%	-40.3%

Quadro 7.168

Capital e Desenvolvimento ($000)

Status	Projecto	2009	2010	2011	2012	Total
Novo	Segunda Fase do Complexo Para Reciclagem de Óleos Usados	300	-	-	-	300
Novo	Construção do Instituto do Desenvolvimento Empresarial e Apoio em Los Palos	-	90	10	-	100
Novo	Construção do Instituto de Desenvolvimento e Apoio Empresarial em Viqueque	-	90	10	-	100
Novo	Construção do Instituto de Desenvolvimento e Apoio Empresarial em Same	-	90	10	-	100
Novo	Construção do Instituto de Desenvolvimento e Apoio Empresarial em Ermera	-	90	10	-	100
Novo	Construção do Instituto de Desenvolvimento e Apoio Empresarial em Ainaro	-	-	105	11	116
Novo	Construção do Instituto de Desenvolvimento e Apoio Empresarial em Liquiça	-	-	105	11	116
Novo	Construção do Instituto de Desenvolvimento e Apoio Empresarial em Aileu	-	-	105	11	116
Novo	Construção de uma Garagem Para os Novos Carros	81	9	-	-	90
Novo	Construção de Mini Mercado - Cairui	20	-	-	-	20
Novo	Construção de Mini Mercado - Cribas	20	-	-	-	20
Novo	Construção de Mini Mercado - Orana	20	-	-	-	20
Novo	Construção de Mini Mercado - Tutuala	20	-	-	-	20
Novo	Construção de Mini Mercado - Tutuala	20	-	-	-	20
Novo	Construção de Mini Mercado - Manapa	20	-	-	-	20
Novo	Construção de Mini Mercado - Pairara	20	-	-	-	20
Novo	Construção de Mini Mercado - Lauana	20	-	-	-	20
Novo	Construção de Mini Mercado - Seical	20	-	-	-	20
Novo	Construção de Mini Mercado - Manleuana	20	-	-	-	20
Novo	Construção de Mini Mercado - Nibin	20	-	-	-	20
Novo	Construção de Mini Mercado - Lequidiga	20	-	-	-	20
Novo	Construção de Mini Mercado - Afailocai	20	-	-	-	20
Novo	Construção de Mini Mercado - Fahisoi	20	-	-	-	20
Novo	Construção de Mini Mercado - Iraler	20	-	-	-	20
Novo	Construção de Mini Mercado - Ulusu	20	-	-	-	20
Novo	Construção de Mini Mercado - Loco-Loco	20	-	-	-	20
Novo	Construção de Mini Mercado -Uairoko	20	-	-	-	20
Novo	Reabilitação de Mini Marcado - Loes	20	-	-	-	20
Novo	Construção de Mini Mercado - Fahinehan	20	-	-	-	20
Novo	Construção de Mini Mercado - Be Heda	-	20	-	-	20
Novo	Construção de Mini Mercado - Kasabau	20	-	-	-	20
Novo	Construção de Mini Mercado - Mahaka	20	-	-	-	20
Novo	Construção de Mini Mercado - Dirmuni	20	-	-	-	20
Novo	Construção de Mini Mercado - Liasidi	20	-	-	-	20
Novo	Construção de Mini Mercado - Samarogo	20	-	-	-	20
Total	**Ministério da Economia e do Desenvolvimento**	**881**	**389**	**355**	**33**	**1,658**

Pessoal

Quadro 7.169

Perfil de Funcionários

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Total Permanente	-	-	7	18	10	6	1	42
Total Temporario	4	22	142	85	55	7	-	315
Total Apontamento Politica	-	4	1	4	1	9	4	23
Total Funcionario	**4**	**26**	**150**	**107**	**66**	**22**	**5**	**380**

Quadro 7.170

Perfil de Gestão

Director Geral	1
Director Nacional	7
Director Distrital	-
Chefe Departemento	18
Chefe Secção	-
Total	**26**

Em 2009 o Ministério da Economia e Desenvolvimento aprovou um Perfil de Funcionários de 380 elementos, incluindo 42 funcionários permanentes, 315 funcionários temporários e 23 nomeações políticas. Os funcionários permanentes incluem 26 posições de gestão, conforme descrito acima. Mantém-se em curso o processo de recrutamento para 1 posição permanente e 99 posições temporárias, a fim de preencher a totalidade do Perfil de Funcionários do Ministério da Economia e Desenvolvimento. Sob o novo regime de carreira a estrutura administrativa forma 6.8 por cento do total da força laboral aprovada.

Actividades de Fontes Combinadas

Quadro 7.171

Actividades administradas com o Governo ($000)

Projecto ou Programa	PD	Instit. Impl.	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Dividendos da Paz	Austrália	PTD	221	221	0	0	0	221
Emprego dos Jovens	Alemanha	GTZ	255	495	495	255	0	1245
Iniciativa de Melhores Empresas	IFC (Corporação Financeira Internacional)	IFC	150	300	0	0	0	300
Formação em Gestão Operacional de Microfinanças no Camboja, Laos, Myanmar, Vietname, Papua Nova Guiné e Timor-Leste (CLMV-PT)	Indonésia	0	9	0	0	0	0	0
Programa Internacional de Formação em Microfinanças para Países Asiáticos-Africanos: Estabelecimento e Gestão de Instituições de Microfinanças	Indonésia	0	4	0	0	0	0	0
Terceiro Programa de Formação no País (TPFP) de Capacitação para a Redução da Pobreza	Indonésia	0	6	0	0	0	0	0
Desenvolvimento da energia rural em Timor-Leste	PNUD	PNUD	87	0	0	0	0	0
Programa de Apoio à Gover0ção Ambiental	PNUD (GEF)	PNUD	8	0	0	0	0	0
AP para o Ambiente	PNUD	PNUD	49	0	0	0	0	0
SIGP 3405: MSP sobre degradação de terras em Timor-Leste (00053217)	PNUD (GEF. GTL contribuição em géneros)	PNUD	239	0	0	0	0	0
SIGP 2969: Auto-avaliação relativa a	PNUD (GEF)	PNUD	15	0	0	0	0	0

Projecto ou Programa	PD	Instit. Impl.	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Alterações Climáticas								
SIGP 2509: Auto-Avaliação de Capacidade 0cio0l; apoio à capacidade para implementar MEAs; promoção de ambiente para o estabelecimento de GTIM; apoio a plano estratégico para uso sustentável dos recursos vivos marinhos	PNUD (GEF)	PNUD	3	0	0	0	0	0
SIGP 4017: Programa Nacional de Adaptação	PNUD (GEF)	PNUD	72	0	0	0	0	0
Fi0nças Inclusivas para a Economia Sub-servida (INFUSE)	PNUD (UNCDF)	PNUD e UNCDF	100	400	0	0	0	400
COMPASSO 2	PNUD	PNUD	39	0	0	0	0	0
COMPASSO 3	PNUD	PNUD	16	484	0	0	0	484
RDHN 2009	PNUD	PNUD	134	110	0	0	0	110
Relatório sobre Desenvolvimento Humano Nacional em 2008	PNUD	PNUD	30	0	0	0	0	0
Monitorização da concretização dos ODMs	PNUD	PNUD	95	0	0	0	0	0
Programa da UNIDO para o desenvolvimento do empresariado em Timor-Leste	UNIDO	UNIDO	130	0	0	0	0	0
Estabelecimento de Centro de Desenvolvimento de Qualificações e Demonstração de Bambu em Timor-Leste	UNIDO	UNIDO	0	200	0	0	0	200
Comida por trabalho / activos	PMA	PMA	844	5,627	1,689	0	0	7,316
Total			**2,506**	**7,837**	**2,184**	**255**	**0**	**10,276**

Em 2009 as actividades do Ministério da Economia e Desenvolvimento serão apoiadas por programas de parceiros de desenvolvimento avaliados em $7.837 milhões. Isto representa 3.5 por cento do total do apoio dos parceiros de desenvolvimento a actividades do Governo em 2009. A maior parte deste financiamento ($5.627 milhões) é prestada pelo Programa de Alimentos por Trabalho do Programa Alimentar Mundial. Outras actividades incluem programas de emprego de jovens, iniciativas de melhores empresas e o Fundo de Dividendos de Paz. Como se pode ver no quadro anterior, a maior parte das actividades dos parceiros de desenvolvimento terminou em 2008, sendo esta redução contrabalançada pelo grande programa de Alimentos por Trabalho. Em 2009 irão terminar mais programas, deixando apenas dois programas em funcionamento, com um total de $2.184 milhões (uma redução de 72 por cento). Os fundos são então reduzidos mais 82 por cento em 2011, não havendo actividades de parceiros de desenvolvimento confirmadas neste sector em 2012.

Os parceiros de desenvolvimento também prestam programas nesta área fora do Governo, directamente com ONGs e com a comunidade.

Quadro 7.172
Actividades administradas fora do Governo ($000)

Projecto ou Programa	PD	Instituição Implement.	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Gestão do Ambiente Urbano	Canadá	Instituto Asiático de Tecnologia	326	0	0	0	0	0
Desenvolvimento do Sector Privado	EUA	Development Alternatives, Inc.	2,000	2,300	0	0	0	2,300
Prepara Ami ba Servisu	USA	Centro de Desenvolvimento do Ensino	1,667	1,667	1,667	0	0	3,334
Total			3,993	3,967	1,667	0	0	5,634

Em 2009 os parceiros de desenvolvimento irão trabalhar directamente com ONGs e com a comunidade para providenciar programas nas áreas do desenvolvimento do sector privado e da preparação das comunidades para o trabalho. Estes programas não são usados nos cálculos do orçamento de fontes combinadas, uma vez que não são levados a cabo com o sector do Governo. São incluídos nos documentos orçamentais para providenciar uma perspectiva de todo o governo sobre actividade. De presente não há quaisquer actividades confirmadas de parceiros de desenvolvimento com ONGs ou com a comunidade após 2010.

Concessões Públicas Administradas pelo Ministério da Economia e Desenvolvimento

O Ministério da Economia e Desenvolvimento irá administrar quatro programas de transferências em 2009.

Fundos para apoiar o estabelecimento de cooperativas rurais

Este programa dará financiamento para ajudar no estabelecimento de cooperativas e pequenas empresas em áreas rurais de Timor-Leste. Serão usados fundos para a compra de ferramentas e materiais a fornecer às cooperativas. As comunidades serão responsáveis pelo estabelecimento e operação das cooperativas, as quais devem estar registadas junto do Ministério da Justiça segundo a lei que rege cooperativas. Os fundos irão apoiar cooperativas em todos os distritos nas seguintes áreas – Agricultura, Pescas, Tais (tecelagem), Processamento de Alimentos, Propagação de Plantas, Pecuária e Criação de Animais, Café, Carpintaria, Maquinaria e Cooperativas de Garagens. A cada ano serão providenciados fundos de $0.3 milhões, totalizando $1.2 milhões entre 2009 e 2012.

Fundos para apoiar o desenvolvimento rural

O Governo irá providenciar fundos para desenvolver fontes de água segura para comunidades nos distritos de Baucau, Manatuto, Covalima, Bobonaro, Oecussi, Lautem e Viqueque. Serão usados fundos para construir sistemas de canalização a partir da fonte de água mais próxima até um ponto centralmente acessível em cada uma das comunidades escolhidas. As comunidades foram seleccionadas com base na necessidade a partir de propostas recebidas pelo Ministério da Economia e do Desenvolvimento. É esperado que o programa continue no futuro, dando acesso a água segura a mais comunidades. Haverá um financiamento de $0.28 milhões por ano, totalizando $1.12 milhões entre 2009 e 2012.

Fundos de Contrapartida (PNUD) para apoiar as microfinanças

O Ministério da Economia e do Desenvolvimento irá contribuir com fundos para uma iniciativa conjunta de microfinanças com o PNUD. O programa de Microfinanças funcionará durante pelo menos anos. Os critérios de elegibilidade serão finalizados em 2009, assim que as normas reguladoras das microfinanças em Timor-Leste sejam concluídas. Haverá um financiamento de $0.3 milhões por ano durante três anos, totalizando $0.9 milhões entre 2009 e 2012.

Fundos de contrapartida para o projecto UNIDO – instalação de produção de bambu

Este programa continuará a prestar apoio à instalação de produção de bambu em Tibar. Este edifício foi restaurado em 2008 após ter sido danificado na crise de 2006, fazendo agora parte de um projecto da UNIDO relativo à produção de mobiliário em bambu. Este programa dará $0.15 milhões em 2009 para apoiar a operação da maquinaria que será usada na produção de mobiliário em bambu. Serão também usados fundos para melhorar qualificações e capacidade nestas áreas por meio de formação. Este é um programa único.

Formação de Agentes de Desenvolvimento Rural em Planeamento Estratégico

Este programa irá desenvolver planos estratégicos de baixo para cima em cada um dos 65 sub-distritos. Agentes de cada município, incluindo uma pessoa de cada sub-distrito, estarão presentes em sessões de trabalho sobre os princípios do planeamento estratégico de desenvolvimento rural organizadas nas regiões de Baucau, Maubisse e Maliana. Após estas sessões de trabalho será efectuado um planeamento estratégico de desenvolvimento rural em

cada uma das aldeias individuais. Este programa irá apoiar esta actividade importante com o fornecimento de alimentos, apoio aos participantes e materiais de formação. Este é um programa único que custará $0.02 milhões em 2009.

Centros de Informações Rurais

Será usado financiamento para estabelecer 10 centros de informações rurais em Timor-Leste. Funcionários do Ministério da Economia e do Desenvolvimento visitarão estes centros todos os meses e fornecerão informações actualizadas à comunidade sobre questões como preços de mercado e programas nacionais. Serão instalados painéis solares em cada centro, junto com televisões e satélites para permitir às pessoas em áreas rurais acederem a informações sobre o desenvolvimento rural. A escolha final de local será determinada pelo Ministro da Economia e Desenvolvimento de acordo com um critério de benefício máximo do desenvolvimento. Este é um programa único que custará $0.25 milhões em 2009.

Quadro 7.173

Concessões Públicas Administradas pelo Ministério da Economia e do Desenvolvimento ($000)

	2009 Orçamento	2010 Projeção	2011 Projeção	2012 Projeção	Total 4 Anos
Ministério da Economia e do Desenvolvimento					
Assistência as Cooperativas	500	500	500	500	**2,000**
Fundos para Apoiar Desenvolvimento Rural (INFUS/ IFC / UNDP)	280	280	280	280	**1,120**
Micro Finanças Comunitária	300	300	300	-	**900**
Apoio para Facilidade de Produção de Bamboo	150	-	-	-	**150**
Planeamento Estrategico para Desenvolvimento Rural	20	-	-	-	**20**
Centros para Informação Rural	250	-	-	-	**250**
Total	**1,500**	**1,080**	**1,080**	**780**	**4,440**

Plano Anual de Acção

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
Gabinete do Director-Geral			
Orientação Geral de todos os Serviços do Ministério	Qualidade e eficiência de serviços prestados através da coordenação e orientação geral dos programas, garantindo a formação e desenvolvimento técnico e profissional dos funcionários dos órgãos e serviços. Gestão diária de todas as operações dos vários aspectos da acção do Ministério de forma a assegurar uma prestação de serviços eficiente. Assegurar coordenação e cooperação efectivas e interministerial.	• Orientar os serviços de acordo com o programa do Governo e orientações superiores do Ministro, propondo e participando no desenvolvimento de medidas, políticas e regulamentos, assim como assegurar a administração geral, financeira, logística e de recursos humanos a fim de garantir uma boa prestação de serviços por parte do MED. • Assegurar que o pessoal está devidamente formado para o desempenho das suas funções. • Executar o Orçamento do Ministério de forma eficiente e ética de acordo com os procedimentos definidos. • Assegurar que todos os programas e serviços do Ministério são executados de forma eficaz e de acordo com os procedimentos e regulamentos aprovados e com a legislação em vigor. • Propor novos programas e serviços de apoio ao mandato do MED. • Implementar procedimentos e processos que mantenham uma prestação de serviços eficiente. • Coordenação, cooperação e ajustamento das actividades desenvolvidas pelas várias Direcções e funcionários	• 30% ou mais do pessoal receberam formação. • 100% dos lugares do quadro do MED estão preenchidos e o orçamento é completamente executado. • Confirmação pela Auditoria que o Ministério gasta os seus fundos de acordo com regras e procedimentos administrativos aprovados. • Reuniões semanais com o pessoal mais graduado com elaboração de actas oficiais das mesmas. • A nova Direcção do Desenvolvimento Rural está totalmente funcional e com presença e acção nos 13 Distritos.
Gabinete da Inspecção e Auditoria Interna			
Auditoria Interna às actividades financeiras do Ministério	Efectuar um sistema de controlo interno às actividades financeiras, para a boa prática e gestão dos recursos e melhor funcionamento dos serviços e implementação das actividades.	• Exercer a acção disciplinar e auditoria interna, em cooperação com o Inspector-Geral e a Provedoria; • Fiscalizar as actividades financeiras do Ministério, prevenindo riscos; • Aconselhar e prestar assistência na gestão do sistema do Ministério; • Aplicar a política de auditoria e práticas de avaliação de riscos; • Examinar, avaliar e produzir relatórios sobre a efectividade do sistema de controlo interno; • Desenvolver o plano estratégico de fiscalização do Ministério; • Elaborar o plano de acção trimestral, semestral e anual, relativamente à execução do orçamento do Ministério.	• Normas de execução para assegura o controle de qualidade e administração eficaz da contabilidade e do aprovisionamento. • Auditoria interna executada em 6 Direcções Nacionais, 3 Institutos e em 13 Distritos e 65 Sub-Distritos; Auditoria de todos os programas e contas em todos os Distritos. • Relatórios produzidos sobre a efectividade do sistema de controlo interno do Ministério; • Instauração de processos disciplinares, caso haja necessidade. • Plano estratégico anual e relatórios da situação da execução orçamental do MED trimestrais.
Direcção Nacional de Administração e Finanças			
Apoio técnico e administrativo ao Ministro, Director-	Prestação de apoio técnico nos domínios da administração geral, recursos humanos, documentação e arquivo e gestão patrimonial.	• Melhorar a prestação de serviços dos funcionários públicos através de acções de formação em língua portuguesa e inglesa, área administrativa e de	• Pelo menos 30% dos funcionários públicos do MED participaram no cursos de língua portuguesa e inglesa; • Pelo menos 50% dos funcionários do MED receberam formação

Geral e aos restantes serviços do MED		finanças, e conhecimento das Leis; • Gestão, distribuição e manutenção do património do Estado para facilitar as actividades do MED e possibilitar maior eficiência e eficácia na implementação de programas. • Aquisição, inventário e manutenção de bens de capital e de propriedade do estado à guarda do MED • Aquisição eficiente de serviços ou bens e aluguer adequado e monitorizado de recursos humanos. • Conduzir o aprovisionamento de forma eficiente e de acordo com os procedimentos governamentais	sobre a legislação e procedimentos relativos à operação do MED. • Inventariação e identificação de todos os bens de capital do MED e assegura que tem manutenção adequada. • Confirmação por Auditoria que todas as despesas forma feitas de acordo com as leis e procedimentos aprovados pelo GTL.. • Manter registo e arquivo eficientes e eficazes de todos os movimentos financeiros e de funções dos recursos humanos. • 90% dos CPVs são processados atempadamente.
Direcção Nacional de Pesquisa e Planeamento para o Desenvolvimento Nacional			
Definição de políticas económicas e estratégias de desenvolvimento nacional	• Acompanhamento das tendências económicas nacionais e mundiais, com o propósito de antecipação de alterações no comportamento empresarial, especialmente no que toca a factores determinantes da especialização e competitividade internacional; • Criar e manter um serviço de planeamento do desenvolvimento nacional. • Pesquisar, desenvolver políticas e programas de encorajamento do desenvolvimento do sector privado, do emprego, do crescimento e da competitividade internacional.. • Monitorização da economia global e produção de folhas informativas e relatórios sobre assuntos chave.	• Delinear estratégias e instrumentos políticos; • Acompanhar as negociações de acordos internacionais; • Produção de estudos, relatórios e documentos informativos sobre as áreas de actuação e desenvolvimento; • Identificação e análise dos obstáculos ao desenvolvimento nacional; • Participação em eventos (encontros, conferencias, seminários e cursos de formação) internacionais; • Estudos de situação, global e sectorial, para a formulação de políticas relevantes para as áreas de intervenção do Ministério; • Recolher, organizar, difundir e manter actualizada informação específica às áreas relacionadas com as actividades do MED. • Apoio Técnico à Comissão Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento	• Actividades coordenadas, monitorizadas, implementadas e avaliadas das diferentes Direcções e Institutos; • Produzir o Relatório do Estado da Nação 2009 que inclua dados de progressos relativamente ao de 2008. • Folha Informativa trimestral sobre assuntos globais a ser circulada por todos os Ministros e pessoal mais graduado da Administração. • Relatório Estatístico trimestral sobre indicadores económicos mais relevantes e situação das actividades económicas. • Relatório sobre temas globais com impacto em Timor-Leste
Direcção Nacional do Meio Ambiente			
Gestão Ambiental Geral	Melhorar o apoio e fornecimento de condições de trabalho, da parte da Direcção, para os seus serviços, e assim melhorar o controlo do serviço dos Departamentos e da protecção ambiental do País.	Melhoria da gestão dos serviços para a protecção ambiental e diminuição dos estragos ambientais em todo o território nacional.	• Actividades planeadas implementadas, garantindo a gestão de serviços para a protecção orçamental e executando o orçamento previsto.
Departamento Jurídico	Formação de funcionários e socialização pública das Leis Ambientais, através da produção e divulgação de material informativo sobre Leis Ambientais (incluindo a tradução das leis para tétum e a produção de diplomas).	Garantir a capacitação técnica ambiental de todos os funcionários do departamento; Conhecimento e entendimento do público em geral sobre o objectivo e conteúdo das leis ambientais; Actualizar o Quadro Legislativo Ambiental de Timor-Leste até 2013, através da avaliação e adaptação das Leis indonésias ainda em vigor.	• Participação em cursos de especialização ambiental (pelo menos 1 funcionário); • 6 socializações executadas em Díli; • 12 socializações executadas nos distritos; • Mínimo de 60 participantes participa nas acções de socialização; • 9 tipos de Brochuras e Folhetos sobre Leis Ambientais produzidos e distribuídos (mínimo de 1.000 exemplares produzidos); • 4 Diplomas traduzidos de português para tétum/inglês; • Decreto-Lei sobre Gestão de Substâncias Perigosas, produzido e aprovado em Conselho de Ministros.
Formação dos funcionários do	Capacitação dos funcionários para melhorar a educação ambiental no País.	Capacitação técnica ambiental dos funcionários do departamento	• 2 Funcionários capacitados em *Design* Gráfico; • 2 Funcionários capacitados na área de Jornalismo Ambiental.

Departamento da Educação Ambiental			
Informação ao Público sobre Gestão Ambiental	Sensibilização ao público sobre gestão ambiental, através da produção e disseminação de materiais didácticos sobre os problemas ambientais.	Garantir a passagem e o acesso a informação relevante sobre a protecção e conservação do Meio Ambiente, por parte de todas as partes interessadas, em termos nacionais mas principalmente as comunidades na base.	• 12 Actividades de socialização (workshops e Seminários) executados nos distritos; • Produção e disseminação de 2 filmes com os temas "Protecção de Biodiversidade" e "Controlo de Poluição"; • Produção de 2 textos ambientais por trimestre para reclames e anúncios na televisão; • Publicidade por 2 reclames, 2 anúncios e 2 "spots" televisivos por semestre; • Produção e Distribuição de Boletins, Folhetos e Livretes – 2 por trimestre - explicativos sobre os temas ambientais; • Produção, Impressão e Distribuição do Calendário Ambiental da SEMA até final de Janeiro de 2009; • Adesão ao programa da SECM, sobre disseminação de notícias sobre as actividades do Governo nas áreas ambientais, através da entrega semanal de textos relacionados com a área ambiental.
Comemoração do Dia Mundial do Ambiente (5 de Junho)	Comemoração do Dia do Ambiente para aproximar todos os intervenientes de todas as faixas etárias na consciencialização da necessidade de protecção ambiental, através de actividades recreativas e cerimónias solenes.	Fortalecer a Comemoração de Dias Ambientais de relevância Nacional e Internacional, esclarecendo e sensibilizando a população para a protecção do Meio Ambiente e para o Desenvolvimento Sustentável.	• Cerimónia Oficial com participação das principais entidades do Estado, do Público e Sector Privado; • Participação de 4 escolas por distrito (40 alunos por escola) – 2.080 alunos em Concursos de desenhos ambientais; • Torneios Desportivos (1 de Futebol e 1 de Voleibol) com participação mínima de 100 participantes em cada torneio; • Actividades de limpeza de praias e locais públicos, com o mínimo de 300 participantes; • Plantação de 1.000 árvores divididas por 4 escolas em cada Distrito.
Identificação de Parceiros Ambientais	Registo nacional de Organizações Não-Governamentais Ambientais (ONGA's).	Identificar os parceiros e grupos comunitários e não comunitários activos na área ambiental, para reforçar elos de comunicação e parcerias entre o Governo e Sector Privado, na protecção e gestão ambiental.	• Sistema e critérios de registo preparados para implementação em Março de 2009; • Registo das ONGA's existentes até Junho de 2009.
Salas Verdes CPLP (Biblioteca)	Reabilitação de um local para futura Sala Verde, como uma biblioteca de carácter ambiental.	Garantir que o Governo providencia um espaço de acesso a informação sobre todos os sectores e temáticas ambientais, principalmente para a disseminação da língua da CPLP (portuguesa).	• Realização de 1 sala Verde finalizada no final do 1º trimestre de 2009; • Sala Verde aberta ao público no 2º trimestre de 2009.
Projectos ambientais financiados	Apoio técnico e financeiro a Grupos de pequena escala que pretendem levar a cabo iniciativas de sensibilização e protecção ambiental local.	Fortalecer a capacidade dos Grupos no desempenho do seu papel como partes interessadas com responsabilidade na protecção ambiental de Timor-Leste.	• Financiamento de 12 projectos a Grupos Ambientais de pequena escala.
	Apoio técnico e financeiro a ONGA's reconhecidas, com apoio ao seu plano de actividades e projectos de reconhecido mérito ambiental	Fortalecer a capacidade das ONGA's no desempenho do seu papel como partes interessadas com responsabilidade na protecção ambiental de Timor-Leste.	• Financiamento de 6 projectos de ONGAs.
	Incrementar o processo de "Tara Bandu" nos Distritos, incidindo sobre áreas de reconhecida Degradação Ambiental.	Apoiar as Leis e Costumes Tradicionais como instrumento adicional para a protecção do ambiente ao nível Distrital e comunitário.	• Apoiar a realização de 1 cerimónia de protecção "Tara Bandu" por Distrito, em pelo menos 8 Distritos do País.
	Recuperação de Jardins Urbanos e Manutenção das árvores plantadas, como garante do sucesso e instrumento de	Apoiar a médio prazo, as Administrações de Distritos na melhoria das condições Ambientais em zonas Urbanas como Díli e as Capitais Distritais.	• Financiamento parcial de recuperação de 1 jardim por cada Capital Distrital.

	sensibilização ambiental.		
	Reforço do Material de Apoio e Manutenção das árvores plantadas, como garante do sucesso e instrumento de sensibilização ambiental.	Garantir a sustentabilidade e sucesso dos projectos-piloto de Sensibilização e Reflorestação em Díli.	• Compra de 1 Tanque Cisterna de Rega de 5000L.
Coordenação Interministerial sobre Educação Ambiental	Colaborar com Ministério da Educação, UNICEF e CARE Internacional na introdução dos conceitos ambientais para os currículos 2009/2010 do Pré-secundário e Secundário.	Introduzir os conceitos, básicos e avançados, sobre a dinâmica e protecção ambiental, ao nível nacional no currículo escolar, a médio/longo prazo.	• Introdução de conteúdos ambientais no currículo escolar.
Formação de funcionários do departamento de Estratégia e Gestão de Informação Ambiental	Garantir que a equipa actual detém conhecimento e capacidade técnica para levar a cabo as actividades de planeamento e gestão de dados ambientais.	Capacitação ambiental mínima dos funcionários deste departamento.	• 1 Funcionário formado em Sistemas de Informação Geográfica (SIG); • Formar 1 Funcionário na área de Jornalismo Ambiental.
Gestão de Informação Ambiental	Garantir a homogeneidade e integridade do Sistema de Recolha e de dados ambientais necessários para as actividades diárias dos restantes departamentos da DNMA.	Preparação, tratamento e avaliação de riscos ou situações ambientais médios/graves através da recolha frequente de dados ambientais provenientes do Governo e Sector Público de Timor-Leste.	• Sistema de recolha de dados completo em Junho de 2009; • Recolha e Distribuição mensal de dados (em 12 listas) aos departamentos relevantes da DNMA.
Investigação e Estudo Ambiental	Pesquisa e recolha de dados para o Relatório do Estado do Ambiente de 2009.	Avaliação Geral Anual do Estado do Ambiente em Timor-Leste, para informação e apoio a estratégias e políticas a médio/longo prazo.	• Recolha de Dados completa no início de Outubro de 2009; • Análise e tratamento de dados até final do ano de 2009.
	Implementar um Instituto de Pesquisa Ambiental (IPA) para concentrar os peritos, estudos e conhecimentos científicos ambientais num fórum de discussão nacional centralizado.	Fomentar e apoiar a participação da Academia e dos recursos científicos do Sector Privado na avaliação técnica ambiental do País.	• Reabilitação e Equipamento do espaço do IPA até final do 1º trimestre de 2009; • IPA em pleno funcionamento a partir do início do 2º trimestre de 2009.
	Financiar entidades científicas credíveis para apresentação de estudos ambientais sectoriais que permitam dirigir as prioridades do Governo para os problemas ambientais mais significativos.	Analisar o ambiente sectorialmente, utilizando estudos técnicos como instrumentos científicos informativos para apoio ao planeamento e estratégia ambiental, a médio/longo prazo.	• 2 Estudos sectoriais ambientais até final de 2009.
Gestão de Rede Interna (Net Working System – IT)	Montagem da internet nos Distritos através do sistema "Web mile", garantindo a informação ambiental de Timor-Leste esteja sempre actualizada e acessível a nível nacional e internacional.	Apoiar a gestão dos serviços e actividades do Meio Ambiente para o futuro, principalmente ao nível dos Distritos e informar e dar acesso mais célere a informação, dados do Governo e actividades ambientais.	• 1 sistema de Web mile implementado por cada Distrito em Timor-Leste; • Actualização semanal do *site www.envtil.gov.tl*
Formação de funcionários do Departamento de Avaliação Impacto Ambiental (AIA)	Garantir que a equipa actual detém conhecimento e capacidade técnica para levar a cabo as actividades de avaliação a projectos de investimento e implementação física, como parte do processo de avaliação ambiental de Timor-Leste.	Capacitação ambiental mínima dos funcionários do Departamento até 2010, adaptada às necessidades actuais de desenvolvimento sustentável de Timor-Leste.	• 1 Funcionário formado em Estudos de Impacto Ambiental; • 1 Funcionário formado em especialização em Ambiente; • 4 Funcionários formados em infra-estruturas e sistema de agricultura intensiva.
Classificação Ambiental de projectos	Avaliação de todas as propostas que são incluídas nos registos da DNMA.	Garantia de Classificação e Avaliação Ambiental de projectos de investimento, como parte do processo de licenciamento industrial, registo comercial e certificação de investimento.	• Avaliação preliminar de 50 projectos em 2009.
Processo Avaliação de Impacto Ambiental	Avaliação técnica e científica de todas as propostas de AIA que entram na DNMA.	Utilizar o EIA como instrumento de apoio do Governo na análise e decisão sobre viabilidade ambiental de projectos de investimento de grande escala.	• Avaliação de 10 projectos em 2009.
Processo de EMP	Avaliação técnica e científica e atempada de	Garantir que os proponentes e actividades implementadas	• Avaliação de 10 EMPs Categoria A em 2009;

	todas as propostas de categoria B que entram na DNMA.	disponham de directrizes/guias técnicos para a gestão efectiva das suas actividades.	• Avaliação de 25 EMPs Categoria B em 2009.
Implementação das Leis AIA	Utilização de Seminários de informação sobre legislação de AIA em vigor para poder esclarecer sobre a implementação correcta das Leis.	Garantir que os utilizadores diários da Lei AIA, em departamentos relevantes do Estado, do Sector privado e Sociedade Civil, entendam as características técnicas dos novos processos legais ambientais.	• 2 Actividades de socialização executadas; • Mínimo de 60 participantes por socialização.
Coordenação Interministerial sobre licenciamento de projectos	Fomento da realização frequente de reuniões de trabalho e troca de informação entre o MED (Ambiente), Mi. Infra-estruturas, MTCI, MAP e SEPE sobre as propostas de projecto que entram no País para serem levadas à consideração do CdM.	Garantir que os projectos de investimento transversais a vários Ministérios e respectivos processos de licenciamento são devidamente avaliados pela área ambiental.	• Listas semanais de projectos de cada Ministério relacionados ao ambiente; • Reuniões mensais com todos os Ministérios presentes para consolidação da informação.
Formação dos funcionários do Departamento de controlo integrado de poluição	Garantir que a equipa actual detém conhecimento e capacidade técnica para levar a cabo as actividades de avaliação de projectos de investimento e implementação física, como parte do processo de avaliação ambiental.	Capacitação ambiental mínima dos funcionários do departamento até 2010, adaptada às necessidades actuais de desenvolvimento sustentável.	• 1 Funcionário formado em controlo de poluição; • 2 Funcionários formados em Sistemas de Produção de Energia Eléctrica; • 1 Funcionário com especialização em ambiente.
Monitorização geral	Fortalecimento do sistema de Inspecções e Monitorização Ambiental, através do controlo efectivo das actividades definidas como poluentes, como apoio para a implementação do sistema de licenciamento ambiental.	Identificação, controlo e monitorização das actividades poluentes em Timor-Leste.	• 350 Visitas de inspecção/monitorização em Díli e Distritos; • 90% dos projectos registados e avaliados, até final de 2009.
Implementação e compreensão das Leis de Controlo de Poluição	Promoção de Seminários de informação sobre legislação de controlo de poluição em vigor e preparação de propostas de revisão de Decretos-Lei, Regulamentos e Directrizes sobre controlo da poluição.	Garantir a informação completa sobre o cumprimento do quadro legislativo de controlo de poluição a todas as partes interessadas em Timor-Leste e actualização do quadro legislativo ambiental.	• 3 Actividades de socialização executadas – mínimo de 60 participantes; • Contratação de 1 Técnico Internacional durante 2 meses para apoio à elaboração de 2 propostas de Decretos-Lei.
Apoio a projectos	Apoio às comunidades em coordenação com os Serviços de Água e Saneamento (SAS) através de financiamento (parcial ou completo) da reabilitação de equipamentos de tratamento final (ex: aterros de resíduos sólidos ou águas residuais de pequena dimensão).	Apoio na melhoria das condições das infra-estruturas de tratamento distritais, para redução da contaminação ambiental.	• Financiamento de 1 projecto por Distrito, em 6 Distritos.
Recolha e Tratamento de Óleos Usados em Timor-Leste	Garantir o armazenamento temporário, até Novembro de 2009, das quantidades estimadas de produção de óleos usados durante 8 meses.	Resolver a ocorrência continuada de poluição do solo e da água no País, principalmente na cidade de Díli, por óleos usados até 2010.	• Finalização da construção das instalações de armazenamento de óleos usados, no final do 2º trimestre de 2009.
	Garantir o funcionamento efectivo das instalações de armazenamento para início da recolha de óleos usados em Díli.		• Instalações equipadas, funcionários recrutados e inauguração do local no 3º trimestre de 2009; • Compra de um carro tanque de capacidade de 5.000L para recolha de óleos usados em Díli, no 2º trimestre.
	Melhorar o sistema de recolha e prevenção de contaminação dos solos e águas, através do apoio pontual financeiro e/ou técnico a oficinas que desejem participar na melhoria dos seus sistemas de recolha de óleos usados.		• 25 Oficinas em Díli são abrangidas pelo financiamento e apoio técnico.
	Produção de material de sensibilização sobre melhores práticas de recolha de óleos usados, para atingir um leque mais alargado do público timorense, alertando-o para os impactos dos óleos usados na água, ar e solo, e como eles		• Produção e disseminação de Boletins, folhetos e livretes explicativos sobre temas ambientais para as actividades produtoras de óleo usado; • Publicidade por 10 reclames, 4 anúncios e 2 “spots” na rádio, jornais e televisão, por semestre.

	podem participar na gestão deste problema até armazenamento temporário.		
	Estudar e conceber uma solução final, ambientalmente adequada, para os óleos usados, para implementação no início de 2010.		• Estudo sobre destino final adequado dos óleos recolhidos entregue e avaliado no 1º trimestre.
Estudos Ambientais e Soluções finais	Analisar a situação actual dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSUs) em Díli, e procurar formas de valorização desata matéria-prima, em vez de optar apenas por deposição final em aterro;	Conhecimento sobre problemas de contaminantes ambientais em Timor-Leste e identificação de formas de resolução destes problemas até 2011.	• Estudo sobre gestão e valorização efectiva de RSUs (em Díli) entregue e avaliado no 2º trimestre de 2009.
	Avaliar a situação actual referente à situação dos Resíduos "Sucatas" e procurar formas de prevenção e resolução de casos de abandono destes resíduos na via pública.		• Estudo sobre gestão e destino final adequado de RSU "Sucatas" (em Díli) entregue e avaliado no 2º trimestre.
Formação dos funcionários do Departamento para a Conservação da Biodiversidade	Garantir que a equipa actual detém conhecimento e capacidade técnica para levar a cabo as actividades de recolha de dados e avaliação da biodiversidade, e regista esses dados de forma clara, científica e perceptível.	Capacitação mínima dos funcionários até 2010.	• Formação de 1 funcionário em Sistemas de Informação Geográfica (SIG)
Levantamento de dados sobre o Estado dos Recursos de Biodiversidade	Avaliação e incremento de conhecimentos técnicos sobre as áreas com maior riqueza de recurso de biodiversidade em Timor-Leste.	Avaliação completa do estado dos recurso de biodiversidade (fauna e flora) em Timor-Leste em conjunto com os dados do MAP sobre áreas protegidas já definidas até 2011	• 1 Inventário de Biodiversidade por Distrito, em 3 Distritos (Baucau, Viqueque e Lautem) até final de 2009.
	Identificação de situações e problemas de degradação de biodiversidade em 3 Distritos do Território Nacional, para apoio a definição de prioridades e de projectos de apoio na resolução deste tipo de casos.		• Inspecções de campo durante 20 dias, nos distritos de Manufahi, Bobonaro e Covalima, até final de 2009.
Projectos-Piloto de protecção de Biodiversidade	Projecto de reflorestação, desenvolvimento rural e sensibilização ambiental que apoie um total de 40 Comunidades no Distrito de Manatuto.	Prevenção da degradação ambiental dos solos através da identificação de novos métodos agro-florestais, desenvolvimento de rendimentos alternativos e de sensibilização ambiental dedicada, até final de 2010.	• Recrutamento de mais 6 extensionistas para o projecto; • Implementação do projecto num total de 30 comunidades, até final de 2009.
	Programa de apoio para protecção de bacias hidrográficas, juntamente com a Direcção Nacional de Florestas, identificando e protegendo Bacias ou Sub-Bacias Hidrográficas sem apoio ou projectos de protecção.	Apoio na identificação e preservação das bacias hidrográficas, como elementos de desenvolvimento rural, abastecimento de água e ecossistemas ambientais prioritários.	• Identificação de 3 Bacias ou Sub-Bacias Hidrográficas e propostas de projectos de protecção, até final de 2009.
	Projecto de Recuperação de Fauna confiscada em Díli, através da construção de um Centro de Reabilitação de Fauna Terrestre, para receber animais selvagens protegidos sob as várias Directivas e Regulamentos existentes no país, nomeadamente o Regulamento UNTAET n.º 19/2000.	Garantir a protecção e recuperação de fauna autóctone e controlo e monitorização de actividades ilegais danosas para a biodiversidade em Timor-Leste.	• Construção das instalações de recuperação de vida selvagem (centro médico/veterinário e uma área de 10 ha – fase inicial – para tratamento, recuperação e posterior libertação de fauna selvagem terrestre) até final do 2º trimestre; • Actividades de libertação de fauna selvagem terrestre ao seu local de origem ou outro local designado como tendo necessidade de determinadas espécies animais selvagens, a partir do 3º trimestre de 2009.
Informação ao Público sobre Protecção da Biodiversidade	Actividades de Sensibilização (Seminários/Workshops e reuniões) sobre Recursos de Biodiversidade, a nível nacional.	Garantir a passagem de informação e conhecimento sobre protecção e conservação da Biodiversidade, para todas as partes interessadas, em termos nacionais mas principalmente nos Distritos e nas comunidades na base.	• 6 Actividades de socialização executadas; • Mínimo de 60 participantes por socialização
	Produzir e disseminar Boletins, Folhetos e livretes explicativos sobre Recursos de Biodiversidade.		• Produção de 2 exemplares por Trimestre; • Impressão e Distribuição Trimestral por todas as partes interessadas da área de protecção da Biodiversidade;

Formação dos funcionários do Laboratório do Ambiente	Garantir que a equipa actual detém conhecimento e capacidade técnica para levar a cabo as actividades de análise laboratorial e amostragens no terreno;	Capacitação mínima dos funcionários do Laboratório até 2010	• Formação de 2 Funcionários em Análise Química Laboratorial Ambiental, em 2009; • Formação de 4 Funcionários em Controlo de Qualidade de Ar e Água Ambiental, em 2009; • 1 Funcionário formado com Especialização/Pós-Graduação em Química Ambiental.
Infra-estruturas Laboratoriais Ambientais	Garantir que o Laboratório Ambiental compra o equipamento técnico laboratorial mínimo para levar a cabo as actividades de análise laboratorial e amostragens no terreno;	Garantir a quantificação, monitorização, e controlo da Qualidade Ambiental do Ar, até 2011.	• Compra de equipamentos laboratoriais e de amostragens no terreno para o controlo de qualidade ambiental do Ar, até final de 2009;
	Garantir que as actividades de análise laboratorial ambiental são efectuadas em local próprio e em segurança. Manter os equipamentos de laboratório em boa condição de funcionamento, com o apoio das equipas técnicas dos restantes laboratórios em Timor-Leste	Obter instalações laboratoriais completas, para análise da qualidade de ar, água e solo, até 2011	• Construção do edifício e instalações para o Laboratório Ambiental, até final de 2009; • Programa de manutenção do equipamento laboratorial, finalizado no 2º Trimestre de 2009; • Programa de Calibração Inter-laboratorial implementado no 2º Trimestre de 2009.
Monitorização e Controlo Ambiental dos Recursos Hídricos nos Distritos	Efectuar o controlo e análise ambiental das águas residuais de actividades e instalações (ex. Actividades de Produção de Café)	Garantir o levantamento, minimização e controlo das actividades (em geral) que causam impacto na Qualidade Ambiental da Água, em Timor-Leste, até 2010.	• 21 actividades de amostragens nos 13 Distritos, até final de 2009;
Definição da Qualidade Ambiental da Água nos Distritos	Definição do Mapa de Recursos Hídricos e plano de amostragens e análise de qualidade ambiental da água nos Distritos; Análise das amostras recolhidas no terreno, para determinação dos valores ambientais químicos, físicos e microbiológicos nacionais; Recolha de informação interministerial sobre resultados de qualidade de água, efectuada pelo Min. Saúde e Min. Infra-estruturas; e Avaliação Anual de resultados de qualidade de água para definição de novas normas de qualidade ambiental de água em Timor-Leste.	Garantir o conhecimento e controlo da Qualidade Ambiental da Água em Timor-Leste, até 2010, para reavaliação e consolidação da legislação ambiental sobre Qualidade da água, em Timor-Leste.	• Elaboração do Plano de Amostragens de Qualidade de Água nos 13 Distritos, até final do 1º Trimestre de 2009; • 65 Actividades de amostragens de água nos 13 Distritos, até final de 2009; • Reuniões Trimestrais com Departamento de Saúde Ambiental (DAS) e DN Águas e Saneamento (DNAS); • 1ª Avaliação de novos valores de normas de qualidade ambiental de água, no final de 2009.
Formação dos funcionários dos Serviços Territoriais do Ambiente	Garantir que os Delegados Ambientais Territoriais detêm conhecimento e capacidade técnica mínima para levar a cabo as actividades da DNMA nos Distritos;	Capacitação mínima dos Delegados Territoriais da DNMA até 2010.	• Formação de 20 Funcionários em Estudos de Impacto Ambiental (EIA), Educação e Sensibilização Ambiental e Conhecimento Básico em Computadores, em 2009; • Formação de 20 Funcionários em Estudos de Impacto Ambiental (EIA), Educação e Sensibilização Ambiental e Conhecimento Básico em Computadores, em 2009; • Formação de 10 Funcionários em Bacharelato/Licenciatura relacionadas com o Ambiente;
Informação ao Público	Actividades de Sensibilização (Seminários/Workshops e reuniões) sobre Protecção Ambiental, ao nível Distrital.	Garantir a passagem de informação e conhecimento das comunidades, ao nível local e na base, sobre a protecção do ambiente.	• 2 Actividades de socialização executadas por Distrito, em 12 Distritos - mínimo de 60 participantes por socialização; • Implementação de 65 Quadros de Aviso.
Monitorização Ambiental de Actividades	Fortalecimento do sistema de Inspecções e monitorização ambiental, através de controlo efectivo das actividades definidas como poluentes, registadas na DNMA, como apoio para a implementação do sistema de licenciamento ambiental, a nível nacional.	Implementação efectiva de um serviço ambiental nos Distritos, para identificação efectiva, controlo e monitorização das actividades poluentes, até 2011, para identificar estragos Ambientais em todos os sectores e relato às entidades competentes para obtenção de soluções adequadas.	• 27 Visitas de inspecção/monitorização, por Distrito, em 13 Distritos; • 1 Relatório mensal de actividades por Distrito x 12 meses.

Direcção Nacional para os Assuntos Ambientais Internacionais			
Gestão Administrativa	Técnicos recrutados e formados nas áreas competentes da DNAAI.	Gestão adequada dos Recursos Humanos da DNAAI, obtendo uma equipa base de trabalho qualificada.	• 7 técnicos recrutados e formados nas áreas competentes.
Gestão Documental e Bibliográfica	Sistema de Arquivo montado e em funcionamento no final de 2009.	Construir e manter um sistema de arquivo actualizado, com todos os estudos, relatórios e outra bibliografia, relacionada com as actividades e matérias ambientais internacionais, como referência para os funcionários e colaboradores técnicos da DNAAI.	• Lista Bibliográfica finalizada com a compilação dos dados e informação adequados sobre a implementação das Convenções e temas ambientais internacionais em Timor-Leste.
Grupo Interministerial de Trabalho (IMWG) – Departamento Políticas Bilaterais e Multilaterais	Promoção de reuniões interministeriais.	Garantir a orientação política e técnica para o progresso de Timor-Leste no desenvolvimento da área ambiental internacional e nacional.	• 4 Reuniões Trimestrais IMWG realizadas; • 2 Reuniões Técnicas TWG realizadas, por Trimestre/por Grupo de Trabalho Temático (TWG).
Reuniões Internacionais – Departamento Políticas Bilaterais e Multilaterais	Participação em reuniões internacionais.	Participar activamente nos processos de decisão e negociação, no âmbito das instâncias internacionais que gerem as convenções ambientais a que Timor-Leste tenha aderido até à data, bem como futuras convenções a aderir.	• 2 Reuniões por ano/Convenção; • Mínimo de 6 participantes técnicos em cada Conferência das Partes; • 6 Reuniões técnicas até final de 2009;
Currículo Nacional Ambiental	Incluir temas ambientais no currículo escolar nacional.	Instruir e educar os estudantes/alunos Timorenses sobre os assuntos ambientais contemporâneos internacionais.	• Submeter matérias das 3 Convenções ambientais (Rio 92) no Currículo Escolar preparado para o ano lectivo de 2009/2010, desde o nível de ensino Pré-Secundário ao Ensino Superior.
Sensibilização Pública Ambiental	Sensibilização pública ambiental sobre as Convenções do Rio de Janeiro (Rio 92).	Sensibilizar os membros do Governo, Funcionários do Estado e as comunidades rurais e urbanas, sobre os assuntos ambientais internacionais contemporâneos.	• 6 actividades de sensibilização (1 por cada tema ambiental); • 60 participantes por cada actividade de sensibilização realizada.
Conferência Internacional sobre assuntos Ambientais e Gestão	Garantir a participação do maior número de peritos nacionais, parceiros e partes interessadas relacionadas com o ambiente; Garantir a participação de um (1) perito nacional e um (1) internacional, por tema ambiental, para falar sobre os assuntos ambientais que tenham um impacto significativo nos recursos naturais, biodiversidade, economia e desenvolvimento sustentável, em Timor-Leste e a nível mundial.	Proporcionar um Fórum de discussão internacional sobre o ambiente, com incidência na situação de Timor-Leste.	• Realização da Conferência Internacional em solo Timorense; • 10 Peritos internacionais e nacionais participantes no Seminário; • Participação de 250 pessoas durante o Seminário.
Capacitar os pesquisadores para fazer a avaliação e monitorização das convenções do Rio.	Capacitação adequada para pelo menos 1 (um) perito/pesquisador nacional por cada tema ambiental da DNAAI.	Capacitar os peritos e pesquisadores nacionais existentes para a implementação efectiva dos requisitos das convenções internacionais ambientais.	• 5 peritos/pesquisadores formados e capacitados.
Acesso a Financiamento para Formação em Gestão das Finanças e Projectos	Valores totais de orçamento (interno e externo) garantidos para implementação de cada convenção internacional em Timor-Leste.	Assegurar o financiamento adequado, externo e interno, para implementação, a nível nacional, dos requisitos das convenções ambientais internacionais ratificadas por Timor-Leste.	• 80% do orçamento garantido é externo (bilateral ou multilateral); • 20% do orçamento é proveniente do Estado.

NAPA - Plano de Acção Nacional de Adaptação – Secção Alterações Climáticas	Finalizar o NAPA sobre mudanças climáticas em tempo útil para identificar prioridades de acção na área e propostas para orçamentação a médio/longo prazo.	Obter um plano compreensivo e actualizado para adaptação e mitigação às mudanças climáticas, em relação à realidade de Timor-Leste.	• 100 % de finalização do NAPA em 2009; • Produção Trimestral dos Relatórios de Execução dos Fundos GEF para o projecto NAPA.
Primeira Comunicação Nacional (PCN) sobre Alterações Climáticas (UNFCCC)	Garantir o planeamento correcto e tecnicamente apropriado para implementar as actividades de levantamento de dados necessários para completar o PCN; Começo da implementação do plano do PCN.	Levantamento completo de áreas vulneráveis, necessidades de tecnologias de avaliação e levantamento completo de dados sobre Alterações Climáticas em Timor-Leste, para reporte ao Secretariado da Convenção, em 2011.	• Plano de Execução/Cronograma detalhado sobre implementação do INC para 3 anos, finalizado em Janeiro de 2009;
Seminários para Promoção da UNFCCC em Timor Leste	Introdução, a todas as entidades e agências chaves relacionadas, sobre a importância e métodos de implementação da Convenção das Alterações Climáticas em Timor-Leste.	Sensibilização elevada de todas as entidades para o assunto das Alterações Climáticas.	• Realização de 1 (um) Seminário; • Mínimo de 60 participantes na actividade.
Protocolo de Quioto	Garantir a preparação do Sistema CDM, de modo a informar os sectores ambientais relacionados sobre as regras de candidatura ao processo; Selecção de projectos tecnicamente viáveis para concorrer ao processo CDM.	Implementação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (CDM) para candidatura de projectos de adaptação, acesso ao sistema de créditos de carbono, e fundos adicionais de nações desenvolvidas para adaptação e transferência de tecnologia.	• Sistema CDM preparado e implementado até final de 2009; • 2 projectos candidatos a CDM, até final de 2009.
Política e Legislação sobre Alterações Climáticas	Contratação de Jurista Ambiental especializado em Alterações Climáticas, para produção de legislação nacional regulamentar subsequente à Resolução do Parlamento Nacional sobre adesão de Timor-Leste à Convenção sobre Alterações Climáticas, para apresentação e aprovação em Conselho de Ministros (CdeM).	Preparar legislação específica para apoio à implementação dos requisitos da Convenção das Alterações Climáticas, em Timor-Leste.	• Jurista Especializado é contratado até Junho de 2009; • Lei sobre Alterações Climáticas é produzida e aprovada em Conselho de Ministros (CdeM) até final de 2009.
Projectos de Pesquisa e Monitorização de Alterações Climáticas	Identificar, junto de entidades externas de apoio à implementação das convenções, projectos relativos à UNFCCC que efectuem a pesquisa, levantamento e a monitorização contínua das alterações climáticas em Timor-Leste.	Conhecimento efectivo do impacto das alterações climáticas em Timor-Leste.	• 2 Projectos identificados e propostos a financiamento por entidades externas.
Projectos de Transferência de Tecnologia para Alterações Climáticas	Garantir que Timor-Leste beneficia de conhecimento científico e capacidade tecnológica para apoiar o desenvolvimento sustentável e o combate às alterações climáticas, através da implementação de projectos tecnológicos avançados, em Timor-Leste.	Combate científico às Alterações Climáticas, através da Identificação de Sectores e projectos prioritários, candidatos a participar em processos de Transferência de Tecnologias com entidades externas a Timor-Leste.	• 2 sectores ambientais identificados; • 2 projectos candidatos por sector ambiental.
NBSAP - Plano Estratégico Nacional de Acção para a Biodiversidade	Finalização de um Plano Estratégico que defina as prioridades de acção, em Timor-Leste, para a área da Biodiversidade, respondendo às exigências da Convenção da Biodiversidade.	Obter dados científicos adequados e suficientes para caracterizar o estado da biodiversidade em Timor-Leste, e elaborar um plano Estratégico para implementação em território nacional, até 2010.	• 80 % de elaboração do NBSAP até final de 2009.
Seminários de Promoção da UNCBD em Timor-Leste	Introdução, a todas as entidades e agências chaves relacionadas, sobre a importância e métodos de implementação da Convenção da Biodiversidade em	Sensibilização elevada de todas as entidades para o assunto das Alterações Climáticas.	• Realização de 1 (um) Seminário; • Mínimo de 60 participantes na actividade.

	Timor-Leste.		
PoWPA - Plano de Trabalho para Áreas Protegidas	Apoio na coordenação e Preparação de um Plano de Trabalho que identifique áreas protegidas candidatas à futura Rede de Áreas Protegidas em Timor-Leste, e garantia de ligação e apoio monetário do Fundo Global do Ambiente (GEF) a este projecto.	Obter um Planeamento integrado que reforce a Rede de Áreas Protegidas em Timor-Leste**.**	• % do PoWPA Finalizado; • Garantia de Financiamento efectivo do GEF para a fase de implementação do PoWPA em Timor-Leste, no 2º Trimestre.
PEMSEA - Partnership in Environmental Management for the Seas of East Asia	Coordenar a relação do GEF com o ponto focal nacional de PEMSEA e também o ponto focal nacional operacional de GEF; Garantir que a Direcção Nacional das Pescas executa correctamente o financiamento atribuído pelo GEF, e monitorizar a implementação do projecto nas áreas já identificadas de Liquiça e Manatuto, até final de 2009.	Coordenar os projectos e ligações com o GEF, relativamente ao financiamento, contacto com os parceiros internacionais de modo a garantir que a implementação do projecto PEMSEA, previsto até 2011, seja eficiente e tenha sucesso na gestão apropriada das áreas costeiras a nível nacional.	• Alocação física do Orçamento GEF para esta fase do projecto, através da DNAAI; • Relatórios Trimestrais de execução do orçamento atribuído, preparados e entregues ao GEF, ao Governo e entidades relacionadas.
CTI - Coral Triangle Initiative	Coordenar a Preparação e implementação do plano de acção nacional do CTI em Timor-Leste, a nível nacional e Regional.	Conservar os ecossistemas de corais para garantir a segurança alimentar, traçar um plano adequado com nações vizinhas (CT-6)/Regiãoalmente sobre gestão e protecção dos corais e entre agencias alinhadas a nível do território, a implementar até 2011.	• Plano Nacional de Acção de CTI finalizado até final de Fevereiro de 2009; • Cerimónia de lançamento do Plano de Acção de CTI, a nível Regiãoal, em Menado, Indonésia.
ATSEF(Arafura Timor Sea expert Group)	Coordenar a relação do GEF com o ponto focal nacional de ATSEF e também o ponto focal nacional operacional de GEF; Garantir a fluidez do acesso e execução de fundos GEF pela Direcção Nacional das Pescas e Aquicultura (DNPA); Apoiar a DNAP na organização da participação dos técnicos de Timor-Leste nas reuniões nacionais e Regionais do projecto, a realizar em 2009; Monitorizar a implementação do Estudo sobre Espécies Piscícolas Marinhas Migratórias, de acordo com os requisitos GEF estabelecidos no Plano de Implementação.	Garantir que a DNAAI, como agência chave de monitorização, coopere juntamente com as agências alinhadas para implementar o plano de gestão de recursos marinhos entre a Indonésia, Austrália e Timor-Leste, até 2012.	• Produção Trimestral dos Relatórios de Execução dos Fundos GEF para o projecto ATSEF; • Relatório do Estudo sobre Espécies Piscícolas Marinhas Migratórias apresentado a nível nacional e internacional, no final do 2º Trimestre de 2009;
SLM - Gestão Sustentável do Solo – Combate à Desertificação.	Coordenar a relação do GEF com o ponto focal nacional de Desertificação e também o ponto focal nacional operacional de GEF; Garantir a fluidez do acesso e execução de fundos GEF pela Direcção Nacional das Florestas (DNF); Apoiar a DNF na organização da participação dos técnicos de Timor-Leste nas reuniões nacionais e internacionais do projecto, a realizar em 2009; Monitorizar a implementação da Capacitação dos Formadores de Formadores, e a elaboração do Plano Nacional de Acção (NAP) para Gestão Sustentável do Solo, de acordo com os requisitos GEF estabelecidos no Plano de Implementação; Coordenar o SLM com outros projectos alinhados relacionados que tenham	Desenvolvimento de um Plano sustentável para combater os problemas de desertificação do solo em Timor-Leste.	• Produção Trimestral dos relatórios de execução dos Fundos GEF para o projecto SLM; • Relatório de Capacitação em Formação de Formadores apresentado a nível nacional, no final do 2º trimestre de 2009; • Apresentação de Acção (NAP) para Gestão Sustentável do Solo, no 1º Trimestre, ao IMWG e ao Conselho de Ministros.

	sobreposições ou elementos comuns, tal como questões de combate às alterações climáticas e biodiversidade.		
Convenção de Viena e Protocolo de Montreal – Secção protecção da camada de ozono	Garantir a análise apropriada dos benefícios e/ou desvantagens da Convenção de Viena e do Protocolo de Quioto, em relação á implementação em Timor-Leste, e, em caso positivo, apresentar a proposta de Ratificação da Convenção de Viena e do Protocolo de Montreal ao Parlamento Nacional; Implementação da Convenção de Viena e do Protocolo de Montreal, em Timor-Leste.	O resultado deste estudo vai ser uma guia apropriado para TL ratificar ou não ratificar.	• Proposta de ratificação apresentada a CdeM em Novembro 2008 e ao Parlamento Nacional no final do 1º Trimestre de 2009; • Submissão, ao Secretariado das Convenções, do instrumento adesão, no 2º Trimestre de 2009; • Começo de implementação da Convenção de Viena e do Protocolo de Montreal, no 4º Trimestre de 2009.
Programa de Apoio (Country Support Programme) – Secção GEF/CSP	Obter apoio do GEF para actividades de sensibilização na área das Convenções Ambientais, e executar esse orçamento de maneira a garantir que o conhecimento é efectivamente transposto para o público.	Apoiar a elevação do conhecimento das comunidades sobre assuntos ambientais mundiais, e o impacto que estes têm ao nível local.	• Valor total GEF disponível para Timor-Leste é recebido e executado devidamente a 100% em 2009.
Gestão CPLP ambiente em Timor-Leste	Identificar, consolidar e implementar a 100% a Rede Ambiental de Pontos Focais CPLP de Timor-Leste.	Incrementar a participação de Timor-Leste na Rede CPLP Ambiente.	• 1 Ponto Focal CPLP Ambiente designado e em plenas funções no 1º Trimestre de 2009; • 8 Pontos Focais Sectoriais CPLP Ambiente Timor-Leste designados e em plenas funções no 1º Trimestre de 2009;
	Indicação, ao Secretariado da CPLP, da assunção de Timor-Leste como co-coordenador de uma das 8 áreas temáticas definidas na plataforma, até final de 2009.	Cumprir os compromissos de participação definidos na Plataforma de Cooperação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) na Área Ambiental.	• Documento de Comprometimento oficial de Co-coordenador de uma (1) área temática ambiental CPLP.
Direcção Nacional do Desenvolvimento Rural			
Operações Regionais	Estabelecimento de uma rede de desenvolvimento rural por todo o país para coordenar as actividades e apoiar as acções de desenvolvimento rural.	• Estabelecimento de escritórios em todos os distritos • Criar comissões de coordenação interministerial em todos os distritos para a coordenação das actividades do Governo e dos doadores. • Apoio a projectos piloto de desenvolvimento comunitário rural.	• 13 escritórios e 13 comissões para apoio do desenvolvimento rural. • Acordos celebrados com doadores e outros ministérios para acção coordenada para o desenvolvimento rural. • Pessoal a operar nos 13 distritos.
Base de dados sobre Desenvolvimento Rural	Fornecer informação concreta ao público sobre o desenvolvimento rural, nomeadamente dados demográficos, geográficos e topográficos. (através da criação de uma base de dados das actividades do desenvolvimento rural e seus indicadores assim como de áreas onde acção adicional pode ser empreendida)	• Criação de um Mapa Geográfico • Recolha, análise e disponibilização de informação concreta sobre o desenvolvimento rural.	• Mapa desenvolvido e disponibilizado ao público. • Base de Dados estabelecida e de acesso ao público; • *Website* elaborado.
Programa de Esclarecimento Público	Informar as comunidades das áreas rurais, sobre o progresso de desenvolvimento rural.	• Organização e implementação de actividades de informação nas áreas rurais, incluindo publicidade, panfletos, seminários, etc.	• Concepção de Programa de esclarecimento público através de publicidade, concursos, panfletos e outros materiais. • 13 reuniões com conselhos comunitários para esclarecimento e informação sobre as actividades do Governo na área do desenvolvimento rural.
Capacitação e formação dos funcionários	Assegurar que os funcionários do desenvolvimento rural têm a formação necessária ao desempenho das suas funções.	• Funcionários essenciais serão enviados para formação na Indonésia. • Realizar uma série de 12 “workshops” sobre	• Funcionários passam a formação na Indonésia. • Todo o pessoal do desenvolvimento rural frequenta o curso em 12 módulos.

		processos administrativos, finanças, e prestação de serviços para assegurar que o pessoal nos 12 distritos está formada.	
Direcção Nacional das Cooperativas			
Constituição, acompanhamento e aconselhamento de Cooperativas	Constituição e desenvolvimento de Cooperativas, assegurando a sua gestão de forma profissional.	• Elevar o número de Cooperativas em pelo menos mais 26. • Aumentar a capacidade das cooperativas de modo a que pelo menos 52 se qualifiquem no nível 2 ou mais.	• Constituição de 26 novas Cooperativas Primárias; • 52 cooperativas qualificam-se como nível 2 ou mais tornando-se entidade legal e terminando formação em gestão financeira, finanças, administração e liderança. 75 % das cooperativas a manter-se em actividade.
Assistência técnica às Cooperativas	Providenciar assistência técnica regular às cooperativas para promover a eficiência económica.	• Recrutar funcionários temporários para acompanhamento técnico regular às cooperativas. • Definição de um programa de visitas regulares e de serviços de assessorial a todas as cooperativas em actividade.	• 12 funcionários temporários recrutados, para serem colocados nos distritos (um por distrito). • Programa definido
Educação, Formação e Informação das Cooperativas	Elevar os conhecimentos e habilidade dos dirigentes, gestores e membros das cooperativas sobre os princípios e técnicas de gestão e finanças, assim como em áreas específicas para o desenvolvimento económico das cooperativas;	• Melhorar as capacidades de gestão e financeiras dos gestores e pessoal essencial das cooperativas. • Produção e distribuição às cooperativas, de materiais de apoio técnico sobre administração e finanças. • Sensibilizar e difundir a importância da organização económica cooperativa e as suas actividades.	• 4 Módulos de formação sobre empresas cooperativas, estabelecidos; • 20 acções de formação de promoção; 20 acções de formação básica e 20 de formação de especialidade; • Produção e distribuição de 2.000 materiais didácticos e livros sobre cooperativismo e Boletins das Cooperativas; • 4 Seminários sobre Cooperativas, realizados; • 10 pessoas participam em visitas de estudo ao estrangeiros; • Realização de 4 estágios sobre tais, processamento alimentar, bambu e cultura de flores.
Apoio às Cooperativas	Capacitar as cooperativas para atingir a sua auto-suficiência de forma a aumentar os seus rendimentos, a criação de emprego, a entrada nos mercados nacionais e internacionais e a produção e venda de produtos de qualidade.	• Apoiar as iniciativas das cooperativas com produtos e equipamentos utilizando fundos atribuídos às cooperativas em 2008 • Monitorar os fundos transferidos em 2008 para as cooperativas para assegurar que são utilizados de forma adequada e aconselhar sobre formas de aumentar a rentabilidade. • Apoio a cooperativas em áreas prioritárias tais como criação de gado, tecelagem de tais, floricultura e pesca.	• Fornecimento de cerca de 130 equipamentos para a produção agrícola (nomeadamente tractores e debulhadoras); • Fornecimento de cerca de 240 equipamento de pescas (nomeadamente lanchas de pescas, motores, congeladores redes de várias medidas, etc.); • Fornecimento de cerca de 80 equipamentos para a produção de Tais e outros materiais necessários; • Fornecimento de equipamentos para a produção de flores (1 estufa de 5.000 m2 e 1 tanque de água de 3.000 m3) • Fornecimento de equipamentos para a Indústria alimentar, para carpintaria, criação de animais, projectos de Biogás, oficinas e bambus;
Feiras Nacionais e Internacionais	Assegurar que as cooperativas têm capacidade para comercializar os seus produtos no país e no estrangeiro.	Apoiar pelo menos 10 cooperativas a comercializar os seus produtos no país e no estrangeiro. Apoiar as cooperativas a promover pelo menos 50 artigos para aumentar as vendas.	• 50 tipos de mercadorias; • Apoio a cooperativas para participarem com o seu pessoal em 2 feiras nacionais e 1 internacional. • Comercilaização de 50 artigos e apoio a 10 cooperativas par aumento das vendas.
Capacitação de funcionários	Funcionários aptos para dar assistência técnica às cooperativas	Funcionários aptos a promover os produtos nacionais no mercado; a realizar estudos de mercado; a promover a quantidade e qualidade dos produtos e a promover a motivação das Cooperativas a desenvolverem a competitividade no mercado.	• 15 funcionários formados na área de gestão financeira e administrativa das Cooperativas nacionais; • 10 funcionários formados nas áreas tecnológicas dos vários ramos de Cooperativas, no estrangeiro.

Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial			
Formação e Capacitação de Pessoal	Um conjunto de formadores profissionais do IADE formados e qualificados, cuja capacidade é mantida através de formação regular. Monitorização e Avaliação regulares assim como outros esforços pelo IADE para garantir que formação suplementar é feita, quando necessária	• Aquisição de conhecimentos e competências adequadas dos formadores nas matérias didácticas de formação e capacitação empresarial disponível (criação de programas que assegurem que os formadores potenciais recebam formação nos vários módulos de gestão empresarial) • Melhorar o conhecimento dos Formadores nas matérias didácticas dos programas Start and Improve your Business" (SIYB); Together Ahead (GET Ahead); Your Exhibition Skills (IYES) • Deslocação de funcionários dos CsDE a Díli para participarem no TOT • Realização de acções de monitorização dos cursos de formação e capacitação empresarial, no terreno, para melhoria dod formadores e da qualidade do curso • Melhorar a capacidade d liderança através de acções de formação para o pessoal mais graduado. • Melhorar a comunicação interministerial assegurando que o pessoal é fluente nas duas línguas oficiais e na língua de trabalho mais comum. • Programa regular de formação de pessoal, avaliação de desempenho por inquéritos aos formandos nas aulas, e • Avaliações anuais de desempenho da gestão a todo o pessoal.	• 40 funcionários do IADE formados (2 turmas).SIYB • 20 Funcionários do IADE formados Get Ahead • 25 Funcionários do IADE formados YES • 84 Funcionários e 9 CsDE • 10 vezes sobre os cursos de KIN; (Start your own business) • 10 vezes sobre os cursos de HIN. Manage your own business • Cursos de liderança para 15 directores e chefes de departamento • 30 funcionários frequentaram cursos de nível pelo menos itermédio de português e inglês. • Todos os formadores avaliados anualmente. • Todo o pessoal avaliado anualmente.
Desenvolvimento de novos cursos	Aumentar continuamente a oferta de cursos de forma a aumentar os serviços de formação empresarial para PMEs	• Criação e implementação de um novo programa com novos currículos de gestão financeira, e relatório financeiro • Produção e distribuição de materiais didácticos de formação em gestão de finanças e de marketing, para uso nos cursos.	• Materiais didácticos na área da formação empresarial disponibilizados; • 300 livros de gestão de marketing disponíveis.
Formação Empresarial	Oferecer uma gama completa de cursos e materiais para apoio aos empresários no começar novos negócios e operá-los eficientemente.	• Continuar a oferecer um gama completa de cursos para todos CsDE, incluindo o KIN, BIN, JFL, Get Ahead, EDC, etc • Continuar a oferecer o módulo Hadia Ita Nia Negósiu e o módulo de Gestão Financeira" aos empresários. • Implementar um programa regular de inquéritos pós formação e de monitorização para assegurar que os formadores e os estudantes estão a receber a formação requerida.	• micro e pequenos empresários recebem diplomas de cursos de formação empresarial. • 200 empresários formados recebem certificados HINN. • 165 empresários formados recebem certificados GF. • 1.500 empresários, clientes dos CsDE/IADE respondem aos inquéritos e preenchem formulários..
Promoção e Imagem	Informar em todos os tipos de media os empresários sobre serviços disponíveis no IADE.	• Criação de um website com 15 folhas para a promoção das actividades do IADE. Divulgação aos empresários de informação útil e oportunidades de negócios e das actividades desenvolvidas pelo IADE para o desenvolvimento do sector empresarial. • Prestar o acesso a informações actualizadas sobre as actividades desenvolvidas pelo IADE	• Website criado, desenvolvido e actualizado. • 48 vezes através da RTTL, rádios e jornais privados.
Expansão do IADE	Expandir as CsDEs do IADE para operar em 9	• Construção das sedes dos 4 novos centros de	• Construção de 4 edifícios novos – sedes dos CsDE;

	Distritos em 2009	Desenvolvimento Empresarial (CsDE) e
		• Recrutamento de novos funcionários para os 4 CsDE's
		• Para futura realização de cursos de formação empresarial, com base nos dados administrados sobre necessidades actuais de formação dos empresários.
		• Aprovisionamento de equipamentos informáticos, de escritório e mobiliário para os novos CsDEs
			• 33 novos funcionários recrutados
			• Micro, Pequenos e médios empresários nos 13 distritos.
			• Equipamentos informáticos de mobiliário e de escritório adquiridos.
			• Despesas com aquisição, manutenção e combustível para os geradores
			  • 4 geradores adquiridos
			  • 9 geradores mantidos
			  • Combustível

Operação dos escritórios do IADE	Que o IADE tenha espaço de funcionamento suficiente assim como mobiliário, equipamento e outros bens requeridos para realizar a formação na sede e nas instalações dos distritos	• Apoio na formulação e definição de políticas e estratégias de desenvolvimento do IADE e para funcionar como contraparte do pessoal internacional do GTZ • Reabilitação e manutenção dos edifícios das sedes dos e CsDE e sedes do IADE • Materiais didácticos que estão em língua indonésia e inglesa, traduzidos para as línguas oficias para uso na prestação de serviços de assistência técnica aos empresários de Timor-Leste.	• 1 Especialista, Assessor Nacional, contratado • Documentos relevantes do IADE traduzidos
Esclarecimento Público	O público está esclarecido sobre a legislação e regulamentação que governam o desenvolvimento empresarial assim como do requerido para registar empresas, pagamento de impostos, relações laborais, exportações e importações.	• Seminários e divulgação de legislação e políticas em vigor, relativamente ao sector privado	• 6 Campanhas de divulgação
Acções de promoção de produtos locais	Realização de feiras e outros meios relevantes para a promoção de produtos locais	Elevar o comércio e o consumo dos produtos locais (maior penetração destes nos mercados locais, nacionais e internacionais)	• 1 Feira realizada; • Bilboard (20 vezes); • 48 vezes através dos meios de comunicação social.
Pesquisa e estudos de viabilidade das oportunidades de negócio	Realização de acções de pesquisa e estudo de oportunidades de negócio em território nacional sobre determinados produtos locais.	Obtenção de dados credíveis sobre mercados de produção de sal, telha, cerâmicas, tijolos, peixe enlatado, processamento de bambu, etc, para a realização de planos de investimento privados e públicos.	• Produção e divulgação de dados credíveis para estimular as oportunidades de negócio e investimentos públicos e privados.
Viagens ao estrangeiro para estudos comparativos	Participação em curros e colóquios no estrangeiro para estudos comparativos para os funcionários do IADE	Elevar a capacidade intelectual, técnica e profissional dos funcionários para a melhoria do desempenho.	• Frequência de cursos e colóquios no estrangeiro pelos funcionários do IADE; • Realização de estudos comparativos.
Acções de consultoria e assistência técnica empresarial.	Os pequenos, médios e grandes empresários têm acesso a assistência técnica.	Apoiar os empresários a ultrapassar as dificuldades e problemas na área empresarial.	• Acções de consultoria e assistência técnica prestada.
Regular os procedimentos de concessão de apoio financeiro.	Estabelecer regulamentos para procedimentos legais pelas entidades competentes.	Providenciar regulamentos e procedimentos legais para a concessão de apoios financeiros.	• Condições de viabilidade financeiras atribuídas aos micro e pequenos empresários nacionais para as suas actividades de negócio.
Avaliação de propostas para apoio financeiro	Avaliação de propostas de acordo com os critérios definidos para apoiar financeiramente, de forma justa e correcta, os empresários formados.	Resolver as dificuldades dos micro e pequenos empresários nacionais formados nos cursos de formação empresarial em termos de condições de viabilidade financeira das suas actividades de negócios de forma a assegurar a sua sustentabilidade e lucro.	• 200-500 empresários formados pelos cursos de formação empresarial do IADE.

Prorrogação de contrato de funcionários e nomeação do Director Executivo do IADE	Assegurar a sustentabilidade e operacionalidade da nova estrutura orgânica do IADE, após a revisão das Leis do Investimento	Aumentar a quantidade e qualidade de funcionários para corresponderem às necessidades organizacionais e operacionais do IADE para o ano de 2009 em diante, assim como a direcção e liderança do IADE	• 73 funcionários têm o contrato prorrogado; • 1 Director executivo nomeado.
Instituto de Micro-Finanças de Timor-Leste			
Nova Instituição bancária comercial	Expansão do ImfTl para um novo banco comercial com uma rede que preste serviços bancários nos 13 Distritos.	• Transferência da titularidade do IMfTl para o Governo. • Nogociar e implementar com o ADB um pacote de assistência técnica de apoio à Instituição. • Obter uma licença bancária plena para a organização.	• Acordo de tranferência assinado. • Acordo de assistência técnica assinado • Licença bancária total emitida ao IMfTL
Finance for the Under-Served Economy (INFUSE)	Para fortalecer o sector das micro finanças em Timor Leste e criar emprego para os Timorenses rurais.	• Implementar e gerir o acordo UN/GoTL INFUSE. • Providenciar fundos no valor de US 1,5 milhões ao longo de 3 anos para micro-crédito aos necessitados rurais e apoiar a educação em finanças	• Pessoal contratado e procedimentos definidos e aprovados no MED • Conselho de Administração criado e os membros nomeados. • Plano estratégico a 5 anos desenhado e aprovado. • Contribuição de $500.000 para o custo repartido do acordo. • 2 organizações MFI recebem financiamento ou assistência técnica. • Micro empréstimos a 5.000 timorenses.
Instituto de Promoção de Investimento Externo e Exportação			
Desenvolvimento institucional	Funcionar de acordo com a legislação em vigor como entidade independente e autónoma para promover e apoiar o investimento privado em Timor-Leste; Poderes para desenvolver Zonas Económicas Especiais e levar a cabo outras actividades para o desenvolvimento; Aumentar a qualidade e quantidades dos recursos humanos e materiais para melhor funcionamento administrativo e gestão do património.	• Melhor suportar as actividades do IPIE para melhor prestação de serviços, garantindo a coordenação com os organismos públicos na definição de medidas adequadas necessárias à promoção do investimento externo, bem como promover estudos sobre as condições de investimento e de mercados externos • Criar legislação e regulamentos necessários a uma entidade independente para o investimento. • Desenvolver e implementer programas de capacitação de todo o seu pessoal.	• Produtividade, eficácia e eficiência no trabalho; • Coordenação com as várias entidades assegurada; • Realização de congressos, colóquios e feiras no âmbito da promoção do investimento externo. • Nova Lei do Investimento e novo Decreto-Lei para as Zonas Económicas Especiais publicados. • O Orçamento de 2009 reflete que a legislação existente dá à TITL o estatuto de agência independente e autónoma e reflecte também o direito de estabelecer o seu sistema financeiro próprio assim como o direito de funcionar. • Programa de capacitação para três anos desenhado e financiado. Com um financiamento de $500.000 que sera então igualado pela NZAID. • Master Plan e RFP para 1 ZEE.
Promoção de Timor-Leste	Dar a conhecer ao mundo as potencialidades económicas do País, promovendo Timor-Leste como um local de investimento através de feiras e seminários nacionais e internacionais. Tornar Timor-Leste num dos maiores destinos de investidores da Ásia e atrair biliões de dólares em novos investimentos domésticos e estrangeiros.	• Facilitar e atrair o investimento externo a Timor-Leste e aumentar o volume de exportações, tornado Timor-Leste como um destino único ao investimento directo externo. • Produzir ferramentas e técnicas de apoio ao investimento. • Realizar missões e conferências de investimento ao estrangeiro e em Timor-Leste. • Promover acordos da Agência com vários países para apoio do investimento. • Assegurar que o pessoal diplomático está capacitado em oportunidades para o investimento e ligado a sistemas de geração de oportunidades.	• Aumentar a quantidade de investimento externo e o volume de exportação, capital de investimento, criação de campo de trabalho, aumento de capacidade de recursos humanos e aumento do crescimento económico do País. • Produzidos novos Guias do Investidor, manual do comerciante e mapa do investimento. • Identificar e emitir pelo menos 25 certificados a novos investidores com um total de investimento estimado de pelo menos $300 milhões e dando emprego a pelo menos 5.000 pessoas. • Três missões ao estrangeiro realizadas e três nacionais. • Dois acordos de agência assinados. • Novo portal de internet criado • Novos materiais publicitários produzidos e novos lemas desenvolvidos.

			• Plano de promoção, a três anos, preparado.
Processamento de investimento	Simplificação do sistema de burocracia dos serviços ao apoio de investimento externo e estabelecimento de regras e prazos de apresentação, analise, apreciação e tomada de decisão, bem como acompanhamento e verificação dos processos de realização de empreendimentos de investimento externo. Uma Agência de atendimento único para análise e facilitação de novos investimentos privados em Timor-Leste	• Facilita e garantir os direitos do investimento externo conforme a Lei do Investimento Externo. • Criar a nova Agência Especializada para o Investimento para proporcionar uma capacidade de serviço completo ao investimento privado em Timor-Leste. • Lutar por melhorias no ambiente possibilitador do investimento privado. • Colaborar com os ministérios da área da economia para assegurar que os investidores tenham atendimento e serviços rápidos.	• Aumento do número de aprovação dos projectos de investimento externo; • Aumento do volume de exportação e crescimento económico do País. • Publicado o novo Decreto-Lei da Agência Especializada para o Investimento. • Implementados os novos procedimentos de facilitação de análise e implementação de projectos. • Novo programa de acompanhamento aos investidores.

Ministério da Solidariedade Social

O Ministério da Solidariedade Social é responsável pelo desenvolvimento e implementação de políticas aprovadas pelo Conselho de Ministros nas áreas da segurança social, assistência social, resposta a desastres naturais e aplicação da Lei dos Combatentes da Libertação Nacional.

O financiamento e as actividades do Ministério para 2009 são apresentados de seguida.

Quadro 7.174

Orçamento Geral do Estado ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salárius e Vencimentus	602	1,284	1,240	1,278	1,317	5,119
Bens e Serviçus	4,442	1,800	3,997	4,163	4,280	14,240
Capital Minor	229	167	522	537	504	1,730
Transferências Públicas	21,650	69,045	56,311	56,620	61,994	243,970
Total Despesas Recorrentes	26,923	72,296	62,070	62,598	68,095	265,059
Crescimento ao Ano Interior		168.5%	-14.1%	0.9%	8.8%	-5.8%
Total Capital Desenvolvimento	321	2,227	424	444	-	3,095
Crescimento ao Ano Interior		593.8%	-81.0%	4.7%	-100.0%	-100.0%
Total Orçamento Geral do Estado	**27,244**	**74,523**	**62,494**	**63,042**	**68,095**	**268,154**
Crescimento ao Ano Interior		173.5%	-16.1%	0.9%	8.0%	-8.6%

O financiamento estatal para o Ministério da Solidariedade Social em 2009 é de $74.523 milhões, um aumento de 173.5 por cento em relação ao orçamento do estado para 2008, no valor de $27.244 milhões. A principal razão para esta alteração prende-se com a afectação do programa de transferência de deslocados internos para o Ministério – em 2008 o programa era financiado a partir do orçamento do Gabinete do Vice Primeiro-Ministro. A inclusão deste programa no orçamento do Ministério da Solidariedade Social aumenta o total de financiamento em $31.8 milhões. Os programas de transferências públicas foram também aumentados com a introdução de novos programas de bem-estar social tais como o programa Bolsa de Mãe e a assistência a ONGs. Estas transferências são detalhadas neste capítulo. O Ministério da Solidariedade Social está também a introduzir um programa de capital para a construção de novos bairros, postos de segurança e armazéns, bem como para construir um novo Gabinete Central Regional em Baucau e para reparar o gabinete central de Díli. Estas actividades são descritas neste capítulo. Outras alterações incluem aumentos nos Salários e Vencimentos, devido à implementação do novo regime de carreira e do recrutamento de mais 44 funcionários.

Quadro 7.175

Fundos confirmados a partir de outras fontes ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Totál ba Tinan 4
Despesas sira Recorrentes	7,800	8,934	573	-	-	17,308
Despesas Capital	793	353	-	-	-	1,145
Total Fundos e Confirmados de Outros de Font	8,593	9,287	573	-	-	18,453
Crescimento ao Ano Interior		*8.1%*	*-93.8%*	*-100.0%*		

Quadro 7.176

Orçamento de Fontes Combinadas para o Ministério da Solidariedade Social ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Fontes Combinadas						
Despesas Recorrentes	34,723	81,230	62,643	62,598	68,095	282,367
Crescimento ao Ano Interior		133.9%	-22.9%	-0.1%	8.8%	-16.2%
Despesas Capital	1,114	2,580	424	444	-	4,240
Crescimento ao Ano Interior		131.7%	-83.6%	4.7%	-100.0%	-100.0%
Total Fontes Combinadas	**35,837**	**83,810**	**63,067**	**63,042**	**68,095**	**286,607**
Crescimento ao Ano Interior		134%	-24.8%	0.0%	8.0%	-18.8%

Quadro 7.177

Capital e Desenvolvimento ($000)

Status	Projecto	2009	2010	2011	2012	Total
Novo	Construção de uma Sede Regional em Baucau	51	-	-	-	51
Novo	Construção de um armazém Regional em Baucau	108	12	-	-	120
Novo	Construção de um armazém Regional em Oecusse	108	12	-	-	120
Novo	Construção de uma Sede para o Ministério da Solidariedade Social	-	400	444	-	844
Novo	Construção de Vedação - Maliana	35	-	-	-	35
Novo	Posto de Carros Funerários	30	-	-	-	30
Novo	Construção de Vedação - Ministério da Solidariedade Social	75	-	-	-	75
Novo	Posto de Segurança sede de Díli	20	-	-	-	20
Novo	Construção da Habilitação Publico para Pessoas Deslocados	1,800	-	-	-	1,800
Total	**Ministério da Solidariedade Social**	**2,227**	**424**	**444**	**-**	**3,095**

Pessoal

Quadro 7.178

Perfil de Funcionários

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Total Permanente	-	8	40	13	5	4	1	**71**
Total Temporario	67	116	98	58	30	5	1	**375**
Total Apontamento Politica	-	4	-	5	1	8	4	**22**
Total Funcionario	**67**	**128**	**138**	**76**	**36**	**17**	**6**	**468**

Quadro 7.179

Perfil de Gestão

Director Geral	1
Director Nacional	6
Director Distrital	-
Chefe Departemento	20
Chefe Secção	9
Total	**36**

Em 2009 o Ministério da Solidariedade Social aprovou um Perfil de Funcionários de 468 elementos, incluindo 71 funcionários permanentes, 375 funcionários temporários e 22 nomeações políticas. Os funcionários permanentes incluem 36 posições de gestão, conforme descrito acima. Mantém-se em curso um processo de recrutamento relativamente a 38 posições permanentes e 36 posições temporárias, a fim de preencher a totalidade do Perfil de Funcionários do Ministério da Solidariedade Social. Sob o novo regime de carreira e a lei orgânica do Ministério, a estrutura de gestão forma 9.8 por cento do total da força laboral aprovada.

Actividades de Fontes Combinadas

Quadro 7.180

Actividades administradas com o Governo ($000)

Projecto ou Programa	PD	Instit. Implem.	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Programa de fortalecimento da sociedade civil	Austrália	ACFID	239	443	221	0	0	664
Inválidos	Austrália	-	0	221	221	0	0	442
Fundo Internacional de Refugiados	Austrália	AEUAID	666	666	0	0	0	666
Preparação para pandemias	Austrália	AEUAID	488	488	0	0	0	488
ANCP	Austrália	AEUAID	758	758	0	0	0	758
Voluntário dos ONGs	Austrália	AEUAID	928	483	0	0	0	483
Apoio aos Veteranos	França	Gabinete Nacional dos Antigos Combatentes	6	N.A	0	0	0	0
Reinserção dos deslocados internos	França	Triangle Génération Humanitaire	15	N.A	0	0	0	0
Abrigos provisórios	França	Triangle Génération Humanitaire	15	N.A	0	0	0	0
Gestão de Riscos de Desastres (GRD)	IOM (AEUAID)	0	710	618	0	0	0	618
Apoio de Emergência em Resposta à Crise em Timor-Leste (ECHO)	IOM (ECHO)	0	824	471	0	0	0	471
Apoio ao Regresso e Reintegração e à Estabilização Comunitária	IOM (Check Republic)	0	20	20	0	0	0	20
Gestão de Campos e Retorno e Reintegração de Deslocados Internos (ECHO)	IOM (ECHO)	0	415	0	0	0	0	0
Construção Institucio0l para Implementação da Política de Veteranos em Timor-Leste (IDF)	Banco Mundial	MSS	33	0	0	0	0	0
Assessor para grupos vulneráveis	Japão	0	15	0	0	0	0	0
Reforço institucional - apoio aos serviços da Secretaria Geral de Emprego e Solidariedade	Portugal	N.A.	129	0	0	0	0	0
Protecção contra Violência, Abuso e Exploração	UNICEF	MSS	241	0	0	0	0	0
Programa de Protecção de Menores	UNICEF	MSS, MJ	0	740	0	0	0	740
Fortalecimento de Estruturas Institucionais e de Mecanismos de Diálogo	PNUD	PNUD	473	245	0	0	0	245
Apoio ao Pilar de Geração de Confiança da Estratégia 0cio0l de Recuperação	PNUD (AEUAID, NZAid)	PNUD	555	278	0	0	0	278
Assistência Preparatória - Estratégia de Prevenção e Recuperação de Crises para TL	PNUD (Noruega, PNUD)	PNUD	503	200	0	0	0	200
Fortalecimento da Recuperação Atempada para a Reintegração Abrangente e Sustentável de Deslocados Internos (SERC)	PNUD (a mobilizar)	PNUD	150	2,945	0	0	0	2,945
Desenvolvimento de Sistemas Institucionais e Operacionais para a Gestão de Riscos de Desastres em	PNUD (EC)	PNUD	100	449	0	0	0	449

Projecto ou Programa	PD	Instit. Implem.	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Timor-Leste								
Reserva para assistência de alívio à população afectada por desastres	PMA	PMA	262	262	131	0	0	393
Pacote de retorno para a reintegração de deslocados internos	PMA	PMA	1,048	0	0	0	0	0
Total			**8,593**	**9,287**	**573**	**0**	**0**	**9,860**

Em 2009 as actividades do Ministério da Segurança Social serão apoiadas por programas de parceiros de desenvolvimento no valor de $9.287 milhões. Isto representa 4.2 por cento do total do apoio dos parceiros de desenvolvimento às actividades do Governo em 2009. A maior parte deste financiamento cobre o apoio a deslocados internos ($3.436 milhões), porém há também fundos destinados a apoiar actividades tais como gestão de desastres ($1.529 milhões) e protecção de menores ($0.74 milhões). No seguimento do retorno bem-sucedido da maior parte dos deslocados internos em 2008 estes programas irão terminar em 2009. Em todas as actividades apoiadas, somente três programas irão continuar em 2010, com uma redução de 94 por cento no financiamento. De presente não existem actividades confirmadas de parceiros de desenvolvimento após 2010.

Os parceiros de desenvolvimento também prestam programas nesta área fora do Governo.

Quadro 7.181

Actividades administradas fora do Governo ($000)

Projecto ou Programa	PD	Instit. Implem.	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Apoio através de ONGs								
Esquema de Assistência às Comunidades Timorenses - EACT	Austrália	várias ONGs	332	155	0	0	0	155
Programas bilaterais humanitários em Timor-Leste	Austrália	várias ONGs e organizações da ONU	1,136	0	0	0	0	0
Melhoria da resposta humanitária 2007 - 2009	Austrália	várias ONGs e organizações da ONU	994	476	0	0	0	476
Projecto para a melhoria do modo de vida das pessoas em Lospalos, através de comércio justo	Japão	LoRoSHIP	20	0	0	0	0	0
Centro de veteranos de Baucau	Portugal	Diocese de Baucau	81	0	0	0	0	0
Apoio ao centro comunitário de Manatuto	Portugal	Congregação das Irmãs Canossianas de Ma0tuto	120	0	0	0	0	0
Apoio a vítimas de guerra: idosos e pessoas exaustas	Portugal	Congregação das Irmãs de Nossa Senhora das Vitórias	105	0	0	0	0	0
Projecto integrado de desenvolvimento social comunidades - ISMAIK	Portugal	ISMAIK	298	0	0	0	0	0
Apoio a jovens no Centro Padre António Vieira	Portugal	Centro Juvenil Padre António Vieira	165	0	0	0	0	0
Apoio a crianças no distrito de Ermera	Portugal	Fundação "O Bom Samaritano"	93	0	0	0	0	0
Apoio a crianças no distrito de Díli	Portugal	ONG-Forúm Comunicações Juventude (Oratório Don Bosco)	205	0	0	0	0	0
Apoio a crianças e jovens em Dilor (Viqueque)	Portugal	Congregação das Religiosas da Santíssima Eucaristia e Mãe de Jesus	28	0	0	0	0	0
Apoio a crianças e jovens em Quelicai (Baucau)	Portugal	Congregação dos Salesianos de Dom Bosco	88	0	0	0	0	0
Apoio a crianças em Remexio (distrito de Aileu)	Portugal	Congregação das Irmãs Dominica0s de Santa Catari0 de Se0	27	0	0	0	0	0
Apoio a crianças e jovens em Padiae (distrito de Oecussi)	Portugal	Fraternidade Francisca0 da Divi0	37	0	0	0	0	0

Projecto ou Programa	PD	Instit. Implem.	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
		Providência						
Apoio ao emprego e formação	Portugal	Fundação S. José	60	0	0	0	0	0
Desenvolvimento da agricultura no distrito de Manatuto	Portugal	Caritas Diocesa0 de Baucau	90	0	0	0	0	0
Renovação e melhoria da acessibilidade dos cinco edifícios de cuidados para inválidos, idosos e tuberculosos no distrito de Liquiçá	Japão	Klibur Domin	86	0	0	0	0	0
Actividades comunitárias para mitigação local, autonomização e reintegração (CALMER)	EUA	CARE	200	200	0	0	0	200
Apoio a deslocados internos e facilitação do seu retorno e da sua reintegração das comunidades	EUA	Serviços Católicos de Assistência	103	520	0	0	0	520
Apoio de Emergência à Crise em Timor-Leste (IRF)	IOM (AEUAID, IRF)	BELUN e Oxfam Austrália	1,659	996	0	0	0	996
Total			**5,927**	**2,347**	**0**	**0**	**0**	**2,347**

Em 2009 os parceiros de desenvolvimento irão trabalhar directamente com ONGs e com a comunidade para prestarem programas nas áreas da assistência comunitária, necessidades humanitárias e apoio de emergência. Estes programas não são incluídos nos cálculos do orçamento de fontes combinadas, uma vez que não são realizados com o sector do Governo. São incluídos nos documentos orçamentais para dar uma perspectiva da actividade em todo o sector. De presente não existem actividades confirmadas de parceiros de desenvolvimento com ONGs ou com a comunidade após 2009.

Concessões Públicas Administradas pelo Ministério da Solidariedade Social

O Ministério da Solidariedade Social irá administrar sete programas de concessões públicas em 2009.

Bolsa de Mãe – Fundos para o tratamento de pessoas doentes no estrangeiro

Este programa irá providenciar fundos para enviar ao estrangeiro timorenses que sofram de doenças graves ou crónicas para tratamento ou cirurgia que não estejam disponíveis no país. A elegibilidade será determinada com base numa recomendação do Ministério da Saúde. Estima-se que 400 beneficiários vão receber assistência sob este programa em 2009, a um custo previsto de $1.674 milhões. Este programa será continuado no futuro até que a capacidade do sistema de saúde de Timor-Leste seja suficiente para tratar estes casos a nível doméstico. Será providenciado um total de $4.924 milhões para o período de 2009 a 2012.

Bolsa de Mãe – Assistência a viúvas e mães vulneráveis

Este programa prestará assistência a viúvas e mães solteiras, em particular aquelas que, em virtude de doença, ferimentos ou outras circunstâncias, não podem ganhar rendimentos para sustentarem os seus filhos. Os pedidos para apoio sob este programa são entregues ao Chefe de Aldeia, o qual elabora então as respectivas recomendações para consideração por parte do Ministro da Solidariedade Social. Será fornecida assistência de modo a permitir a estas mulheres comprarem alimentos, roupa, mobiliário e materiais escolares para os seus filhos. Estima-se que haja 7,200 beneficiários deste programa em 2009, a um custo total de $0.876 milhões. Este é um programa a longo prazo, com um custo estimado de $5.232 milhões entre 2009 e 2012.

Assistência a ONGs a trabalharem no apoio a mulheres vulneráveis, crianças e pobres

Este programa prestará assistência a ONGs timorenses para continuarem os seus programas de provisão de assistência aos elementos vulneráveis da sociedade, incluindo viúvas, crianças e pobres. A cada ano será providenciado um financiamento de $0.1 milhões. As ONGs que irão receber apoio em 2009 incluem a PRADET, FCJ,

JSMP, Casa Vida, FOCUPERS, Espírito Santo e CDI, as quais prestam apoio em todos os distritos do país. O financiamento será revisto a cada ano, de maneira a garantir que é prestado apoio às ONGs que trabalhem nas áreas de maior necessidade social. Este é um programa a longo prazo, com um custo estimado de $0.4 milhões entre 2009 e 2012.

Assistência à Comissão de Homenagem

Este programa será usado para diversas actividades de apoio aos veteranos, incluindo a compra de medalhas para veteranos, recolha de dados sobre a comunidade de veteranos e provisão do funcionamento da Comissão de Homenagem. Este é um programa de apoio a longo prazo, que irá fornecer $2.34 milhões entre 2009 e 2012.

Bolsas de estudo para familiares de veteranos

Este programa irá fornecer financiamento para ajudar famílias de Veteranos da Resistência a concluírem os seus estudos. Isto inclui apoio aos estudos no ensino primário, secundário e superior. Os pedidos são entregues à Comissão de Homenagem, a qual por sua vez emite as respectivas recomendações ao Ministério da Solidariedade Social. É esperado que 474 beneficiários recebam apoio em 2009, a um custo total de $0.2 milhões. Este é um programa de apoio a longo prazo, que irá fornecer $0.86 milhões entre 2009 e 2012.

Apoio a ONGs a trabalhar com deficientes

Este problema irá prestar assistência a ONGs timorenses que trabalhem para ajudar cidadãos com deficiências. Em 2009 haverá um financiamento de $0.35 milhões para apoiar as seguintes ONGs: ETBU, KATILOSA, KLINIKA, UMA ITA NIAN, AHISAUN, KLIBUR GOMIN, TIMOR AID e MADRE ALMA. Estas ONGs prestam serviços e apoio em todos os distritos, com actividades que incluem a provisão de assistência, protéticos, cadeiras de rodas e modificações. O financiamento será revisto a cada ano, de maneira a garantir que é prestado apoio às ONGs que trabalhem nas áreas de maior necessidade social. Este é um programa a longo prazo, com um custo estimado de $1.704 milhões entre 2009 e 2012.

Apoio a deslocados internos

O Governo deu prioridade à resolução do problema dos deslocados internos. Em 2008 foram feitos progressos consideráveis nesta área, sob o programa *"Hamutuk Hari Futuru".* Na fase inicial do programa foi realizado um processo de registo e verificação, com o intuito de identificar as circunstâncias de indivíduos e famílias que se tornaram deslocados internos. Em 2008 a maior parte dos deslocados internos regressou aos seus distritos, bairros ou casas de origem, com a assistência de verbas únicas de restabelecimento até $4,500.

A Fase 1 não pôde ser concluída em 2008 dada a complexidade do registo para garantir que se encontra a solução correcta para cada indivíduo e família que se tenha deslocado. Para lá disto, alguns deslocados internos tiveram de ser movidos para alojamentos temporários enquanto se resolvem questões relacionadas com o seu alojamento a longo prazo. Alguns fundos por gastar em 2008 serão dotados em 2009. Haverá também fundos adicionais em 2009 para abranger necessidades adicionais identificadas durante o processo de verificação. A Fase 1 será concluída em 2009.

Em 2009 o Ministério da Solidariedade Social irá iniciar a Fase 2 do programa Hamutuk Hari Futuru, providenciando uma verba única de compensação de $500 a famílias que tenham perdido posses durante a crise de 2006. Este

programa prestará assistência a um número estimado de 22,000 beneficiários cujas posses foram roubadas ou destruídas.

O financiamento para este programa estava anteriormente no Gabinete do Vice Primeiro-Ministro, sendo gerido pelo Ministério da Solidariedade Social. Em 2009 o financiamento será localizado directamente no Ministério da Solidariedade Social.

Quadro 7.182

Concessões Públicas Administradas pelo Ministério da Solidariedade Social ($000)

	2009 Orçamento	2010 Projeção	2011 Projeção	2012 Projeção	Total 4 Anos
Ministério da Solidariedade Social					
Solidarity Fund	-	-	-	-	-
Funds to Support IDP's	-	-	-	-	-
Fundos para tratamento for a do país	1,674	1,000	1,000	1,250	**4,924**
Assistência para Viuvas e Idosos (Bolsa da Màe)					-
Assistência aos ONGs trabalhando para apoiar os mulheres e jovens vulneraveis e os pobres					-
Assistência para viúvas e mulheres idosas (Bolsa da Mãe)	876	1,356	1,500	1,500	**5,232**
Assistência aos ONGs trabalhando para apoiar mulhere e jovens vulneraveis e os pobres	100	100	100	100	**400**
Assistência ao Commissão de Homenagem	640	500	600	600	**2,340**
Bolsas de Estudo para membros famîlias dos Veteranos	200	200	200	260	**860**
Apoio aos ONGs a trabalhar na area dos deficientes	350	370	484	500	**1,704**
Apoio aos IDP's (Anteriormente com o PM)	32,800	10,000	-	-	**42,800**
Assistência aos Vitimas de Desastres	700	900	900	900	**3,400**
Total	**37,340**	**14,426**	**4,784**	**5,110**	**58,260**

Pensões Administradas pelo Ministério da Solidariedade Social

O Ministério da Solidariedade Social irá administrar dois programas de pensões em 2009.

Pensões para Cidadãos Idosos e Vulneráveis

As pensões para cidadãos idosos e vulneráveis são estabelecidas pelo Decreto-Lei 19/2008 em $20 por mês. Para receber estes pagamentos são elegíveis as pessoas que cumpram os critérios estabelecidos pelo Ministério da Solidariedade Social (MSS). O MSS estima que haverá aproximadamente 72,000 beneficiários em 2009. As estimativas futuras assentam num número estável de beneficiários a receber o pagamento. Isto é esperado à medida que os níveis sustentáveis de crescimento económico real a médio prazo se começam a estabilizar e o número de beneficiários desta pensão se vai eventualmente reduzindo.

Pensões para Antigos Combatentes pela Libertação da Nação

Existem várias formas de pensões atribuídas às pessoas envolvidas na luta pela libertação da nação. Estas pensões estão estabelecidas no Estatuto dos Combatentes pela Libertação Nacional, Lei n.º 3/2006.

Existem duas formas principais de beneficiários: os combatentes que morreram e deixaram família imediata, e os combates que ainda estão vivos. Existem três categorias de pensões atribuíveis, nomeadamente:

- **Pensão Especial de Subsistência;**
- **Pensão Especial de Reforma;**

- **Pensão de Subsistência para Sobreviventes.**

O Decreto-lei 15/2008 estabelece o valor de cada pensão.

Pensão Especial de Subsistência

A pensão especial de subsistência é paga a dois tipos de combatentes, os antigos combatentes incapazes de trabalhar em virtude de incapacidade física ou mental sofrida durante a luta, independentemente do tempo servido, e os antigos combatentes com mais de 55 anos e que tenham participado na luta entre 8 e 14 anos. O direito a receber esta pensão começou a 1 de Janeiro de 2008. As pessoas com direito a receber esta pensão e que ainda não tenham recebido pagamentos serão posteriormente alvo de pagamentos retroactivos. O nível base desta pensão é estabelecido por lei e não pode cair para lá do salário mínimo da função pública. A taxa base da pensão irá aumentar de $85 por mês em 2008 para $115 por mês em 2009.

Quadro 7.183

Pensão Especial de Subsistência

	N.º Estimado de Beneficiários
Nível 1	4
Nível 2	28
Nível 3	469

Pensão Especial de Reforma

A pensão especial de reforma é paga aos antigos combatentes actualmente vivos e que tenham servido na luta durante mais de 15 anos. O direito a receber esta pensão começou a 1 de Janeiro de 2008. As pessoas com direito a receber esta pensão e que ainda não tenham recebido pagamentos serão posteriormente alvo de pagamentos retroactivos. O nível base desta pensão é estabelecido por lei e não pode cair para lá de três vezes o salário mínimo da função pública. A taxa base da pensão irá aumentar de $255 por mês em 2008 para $345 por mês em 2009.

Quadro 7.184

Pensão Especial de Reforma

	N.º Estimado de Beneficiários
Nível 1 (15 a 19 anos de serviço)	6
Nível 2 (15 a 19 anos de serviço)	11
Nível 3 (15 a 19 anos de serviço)	75
Nível 1 (20 a 24 anos de serviço)	19
Nível 2 (20 a 24 anos de serviço)	19
Nível 3 (20 a 24 anos de serviço)	116

Pensão de Subsistência para Sobreviventes

A pensão de subsistência para sobreviventes é paga às famílias de antigos combatentes que tenham morrido durante o período da luta (mártires). O direito a receber esta pensão começou a 1 de Janeiro de 2008. As pessoas com direito a receber esta pensão e que ainda não tenham recebido pagamentos serão posteriormente alvo de pagamentos retroactivos. O nível base desta pensão não está estabelecido na Lei n.º 3/2006, porém a taxa base foi fixada pelo Decreto-Lei n.º 15/2008 em $120 por mês para 2008.

Quadro 7.185

Pensão de Subsistência para Sobreviventes

	N.º Estimado de Beneficiários
Nível 1	153
Nível 2	466
Nível 3	11,281

Subsequentemente à promulgação do Decreto-Lei o Governo criou uma Pensão por via da norma para aqueles que tiveram um papel de destaque na luta. O montante desta pensão está fixado em $750 por mês. Estima-se que o número de beneficiários em 2009 esteja entre os 15 e os 23.

Os pagamentos de pensões em 2008 têm sido baixos, à medida que o Ministério trabalha com beneficiários para concluir os processos de registo e verificação necessários para se receberem as pensões. Em inícios de Outubro de 2008 o Ministério tinha identificado um total de 12,540 beneficiários. Deste total, 11,290 beneficiários haviam começado o processo de aprovação e 1,250 beneficiários ainda não o tinham feito. Em Outubro havia 307 beneficiários a receber pagamentos.

Quadro 7.186

Pensões Administradas pelo Ministério da Solidariedade Social ($000)

	2009 Orçamento	2010 Projeção	2011 Projeção	2012 Projeção	Total 4 Anos
Ministério da Solidariedade Social					
Subsídios aos Idosos e Vulneráveis	16,631	17,000	17,500	18,000	**69,131**
Pensões para Combatentes na Luta Pela Libertação	15,074	25,785	35,236	39,784	**115,879**
Total	**31,705**	**42,785**	**52,736**	**57,784**	**185,010**

Plano Anual de Acção

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
Direcção Nacional dos Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional			
Novo Registo para os Combatentes e Mártires	Promover e preservar a História da Resistência de Timor-Leste.	Todos os combatentes e mártires de todo o território nacional são registados.	• Novo registo iniciado em Janeiro 2009; • Novo registo terminado em Dezembro de 2009.
Combatentes e Família dos Mártires	Garantir a protecção sócio económica dos combatentes e famílias dos mártires.	Pagamento das pensões aos combatentes e famílias dos mártires.	• Sistema administrativo de pagamento das pensões melhorado até Março de 2009; • As pensões dos combatentes e familiares dos mártires são pagas mensalmente.
		Pagamento da subvenção de dedicação exclusiva aos combatentes.	• Decreto-Lei sobre o pagamento da Subvenção de dedicação exclusiva, submetido a Conselho de Ministros até Maio de 2009; • Processo de requisição das subvenções aberto antes de Julho de 2009; • As subvenções aos combatentes são pagas na totalidade até Dezembro de 2009.
	Os filhos dos combatentes e mártires têm acesso a educação gratuita.	Projecto ”Apoio Escolar aos filhos dos mártires e combatentes”	• Sistema administrativo das bolsas de estudo e dos subsídios escolares é melhorado até Março de 2009; • Processo de requisição iniciado em Setembro de 2009; • Bolsas de Estudo e Subsídios Escolares pagos até Novembro de 2009.
Homenagear os Combatentes e Mártires	Promover o reconhecimento público dos combatentes e mártires.	Entrega das condecorações, diplomas de honra e cartões especiais de identificação, a todos os combatentes e famílias dos mártires.	• As cerimónias de condecoração e entrega de diploma de honra realizadas até Dezembro de 2009; • Procedimentos para entrega do cartão especial de identificação, preparados até Abril de 2009; • Cartão Especial de Identificação, entregue até Setembro de 2009.
Programa de Desmobilização das FALINTIL	Promover o reconhecimento público dos combatentes e mártires.	Os guerrilheiros das FALINTIL são desmobilizados.	• Levantamento de dados completo até Março de 2009; • Fardas e divisas prontas até Junho de 2009. • Regulamento do processo de desmobilização aprovado até Junho de 2009; • Cerimónia de desmobilização em 20 de Agosto de 2009.
Direcção Nacional dos Assuntos de Assistência Social			
Assistência às Cerimónias Fúnebres	Apoio às famílias vulneráveis e diminuição da desigualdade social das pessoas vulneráveis.	Diminuir o peso das despesas com as cerimónias fúnebres dos familiares falecidos, de famílias vulneráveis.	• Assistência funerária (transporte com carro funerário, caixão e assistência alimentar) a familiares de defuntos de famílias vulneráveis.
Assistência a Idosos e Deficientes	Apoio às famílias vulneráveis e diminuição da desigualdade social das pessoas vulneráveis.	Idosos e deficientes que vivam sozinhos, abandonados ou sem casa, têm acesso à assistência social na satisfação das suas necessidades básicas: acolhimento, alimentação,	• Serviços de assistência social, melhorando as condições e qualidade de vida, de idosos e deficientes vulneráveis, prestados; • Desenvolvimento institucional de politicas, serviços e apoio organizacional para a inclusão social de idosos e deficientes,

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
		roupa, tratamento médico, água e serviços de apoio; Idosos e deficientes em casa ou instalações comunitárias, apoiados no acesso a emprego, a educação, formação e participação em actividades culturais, desportivas e recreativas.	implementados.
Assistência Humanitária e Emergência	Prestar assistência humanitária de emergência e programas e serviços de assistência social aos grupos vulneráveis.	Assistência social de emergência incluindo; acolhimento, alimentação, roupa, tratamento médico e serviços de apoio; Melhorar a resposta a acontecimentos de emergência, através de uma correcta gestão do armazém e do melhoramento dos sistemas de distribuição de assistência social, incluindo bens alimentares e não alimentares doados pelo Governo e instituições parceiras.	• Assistência social de emergência dada a grupos vulneráveis; • Resposta a acontecimentos de emergência, melhorada.
Acesso a Alojamento e Alimentação de Grupos Vulneráveis	Prestar assistência em acolhimento e alimentação aos grupos vulneráveis.	Facilitar o acesso a casas simples ou acolhimento comunitário e à compres de géneros alimentícios.	• Grupos vulneráveis assistidos no acesso ao acolhimento; • Promover o acesso pessoas de lares vulneráveis e os sem abrigo a bens alimentares; • Aumentar o *stock* de alimentos nas comunidades, através do apoio a actividades de auto-suficiência que promovam a produção de alimentos para a família.
Direcção Nacional dos Assuntos de Reinserção Social			
Protecção às Crianças em Risco de Abuso	Todas as crianças vivem em condições de estabilidade e livres do risco de abuso.	Prevenção e protecção de crianças em risco de abuso de violência doméstica, exploração, discriminação e negligência.	• As crianças encontram-se protegidas do risco de abuso.
		Reforçar RPL através da coordenação e reuniões regulares com parceiros a nível nacional e distrital.	• Reuniões mensais regulares a nível nacional e distrital, realizadas.
	Campanha de sensibilização às famílias e comunidades sobre o direito das crianças à protecção.	Famílias e comunidades dos 13 distritos e dos 20 sub-distritos recebem informações sobre a importância da protecção das crianças.	• Campanha de Sensibilização sobre o direito das crianças à protecção, realizada.
	Intervenção casos, envolvendo crianças, de acordo com a Política de Gestão de Casos.	As crianças têm os seus direitos assegurados e recebem um atendimento correcto durante o processo legal ou a sua recuperação (dependendo do caso).	• Política de Gestão de Casos implementada; • As crianças têm os seus direitos garantidos.
	Comissão dos Direitos das	Estabelecimento de relações de	• Comissão dos Direitos das Crianças e Lei Infantil,

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
	Crianças e Lei Infantil.	cooperação com o MJ para o desenvolvimento e estabelecimento da Comissão dos Direitos das Crianças e Lei Infantil.	estabelecidas.
	Monitorização e reinserção social de grupos vulneráveis	Grupos vulneráveis específicos: mulheres em circunstâncias difíceis, vítimas de violência e abuso sexual, viúvas, mães solteiras, mulheres chefes de família, famílias em situação de extrema pobreza e ex-prisioneiros, terem acesso a programas de reinserção social.	• Grupos vulneráveis específicos são reintegrados socialmente; • Quadro legal reforçando institucionalmente a DNRS, definido.
Protecção e Assistência a Crianças em Conflito com a Lei	Identificar as vontades, necessidades e problemas que as crianças enfrentam.	Definição do Manual Operacional para a Protecção de Crianças em Conflito com a Lei; Visitas regulares à prisão para fazer o acompanhamento e avaliação de necessidades e possíveis problemas; Intervenção em casos, através de cooperação com parceiros.	• Manual Operacional para a Protecção de Crianças em Conflito com a Lei, aprovado; • Vontades, necessidades e problemas que as crianças enfrentam, identificadas; • A criança em conflito com a Lei tem um processo justo; • Relações de trabalho com as autoridades legais saem reforçadas.
	Facilitar o processo de reintegração social de crianças ex-detidas.	As crianças voltam à sua família e comunidade, recebendo apoio para voltar à escola ou obter outro tipo de formação.	• Processo de reintegração social de crianças ex-detidas, facilitado.
Atendimento às Crianças Órfãs	Promover as boas condições de vida das crianças órfãs.	Seminário de avaliação dos orfanatos e colégios com base na Política de Procedimentos; Coordenação com a Direcção Nacional de Assistência Social para apoiar com bens alimentares as instituições que tomam conta de crianças.	• 5 Instituições de acolhimento de crianças, são avaliadas; • 50 Instituições recebem bens alimentares para as crianças.
Crianças, Órfãos. Mães, Viúvas e Mães Solteiras	Apoio a Crianças, Órfãos. Mães, Viúvas e Mães Solteiras, através do Projecto Bolsa de Mãe.	Criação de uma Politica e Procedimentos novos adaptados à realidade; Coordenação com as autoridades locais para a recolha de dados dos beneficiários	• Política e Procedimentos, definidos e aprovados; • Relatório final de implementação da Política, concluído; • Dados dos beneficiários, verificados; • 10.000 Beneficiários em 13 distritos, recebem a Bolsa da Mãe.
Instituições de Protecção e Assistência às Crianças	Desenvolvimento de acordos com instituições relevantes.	Desenvolver Memorandos de Entendimento com parceiros: Casa Vida, FCJ. Apoiar financeiramente os parceiros de trabalho. Monitorização das actividades desenvolvidas.	• Memorandos de Entendimento, assinados; • Programas de protecção desenvolvidos pelos parceiros, consolidados; • Actividades avaliadas.
Casa de Acolhimento e	Instalações suficientes e	Atendimento às vítimas, realizado com	• Atendimento às vítimas, realizado;

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
Atendimento à Vitima	adequadas para o apoio e atendimento das vítimas.	base na Política de Gestão de Casos; Preparação e reparação do edifício incluindo equipamentos de cozinha da Casa de Acolhimento.	• Casa de Acolhimento, melhorada e equipada.
Protecção e Reinserção Social de Famílias Vulneráveis	Apoio às mulheres vítimas de violência.	Acompanhamento e apoio social à vítima, durante o processo legal (acompanhamento legal do processo e visitas regulares à PNTL).	• Relação com a PNTL e autoridades legais, reforçada; • 10 Mulheres vítimas aconselhadas e apoiadas.
		Consolidar o apoio de parceiros; Fokupers, PRADET e JSMP, no apoio legal e psicossocial da vítima; Memorando de entendimento com Fokupers, PRADET e JSMP; Dar apoio financeiro aos parceiros.	• Memorandos assinados; • Actividades desenvolvidas, monitorizadas e avaliadas.
		Realização de acções de mediação que permitam a reintegração, da mulher vítima, no seio da família.	• 10 Casos resolvidos e vítimas reintegradas.
	Apoio imediato para as viúvas com muitos filhos, incluindo as mães chefes de família.	Preparar Política e Manual de Implementação; Coordenação com as autoridades locais na identificação de grupos de mulheres viúvas; Propostas apresentadas para apoiar a criação auto negócios.	• Política e Manual, aprovados; • Dados de mulheres viúvas, avaliados; • Identificação dos resultados da criação de negócios; • Recomendação do grupo com maior sucesso, para acesso ao micro crédito.
	Promover a solidariedade, dentro da comunidade, para ajuda de membros da comunidade muito pobres e com casas em más condições.	Preparar a Política e o Manual de implementação sobre a ajuda a famílias muito carenciadas e com casas em muito más condições; Coordenar com as autoridades locais na identificação destas pessoas vulneráveis; Organizar um grupo de voluntários de apoio; Entrega de apoio financeiro e material.	• 100 Lares identificados e a receberem apoio; • Grupo de voluntários estabelecido; • Apoio financeiro e material concedido; • Processo de reabilitação das casas, monitorizado; • Apoio condicional ao grupo de voluntários; • Casas reabilitadas pelos voluntários; • 100 lares degradados, reabilitados com as condições mínimas de habitabilidade.
	Apoio médico continuado a pessoas carenciadas, em todo o território nacional.	Criar a Política de apoio médio continuado a pessoas carenciadas.	• Política aprovada e implementada; • 15 Pessoas abrangidas pelo apoio financeiro para aquisição de medicamentos e outros equipamentos necessários para o seu tratamento.
	Pacientes que receberam tratamento médico no estrangeiro.	Apoiar os pacientes que receberam tratamento médico no estrangeiro, consolidando o sucesso do mesmo.	• 15 Pacientes abrangidas por este apoio.
	Apoio a prisioneiros e ex-prisioneiros.	Visitas regulares à prisão.	• Identificação dos problemas e necessidades dos prisioneiros.
		Reintegração social de ex- prisioneiros.	• 15 Ex- prisioneiros abrangidos por esta medida.

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
		Apoiar as famílias carenciadas de detidos, nas visitas à prisão.	• 10 Famílias abrangidas por esta medida.
		Formação de prisioneiros em técnicas de comércio e negócio; Coordenação com as autoridades prisionais e com o CDE na definição dos potenciais beneficiários, as etapas das acções de formação e os matérias a usar.	• 30 Prisioneiros formados em comércio, habilitados a montar o seu negócio quando saírem da prisão.
		Apoio condicional a ex-prisioneiros na iniciam do seu negócio.	• 10 Prisioneiros abrangidos por esta medida.
		Apoio com material de desporto e musical.	• Material entregue. • Prisioneiros realizam actividades recreativas.
Reforço Institucional	Criar um sistema de gestão de correspondência. Criar um sistema de arquivo.	Organização da correspondência. Actividades diárias planeadas.	• Serviço melhorado; • Sistema de gestão de correspondência e arquivo, definido e implementado.
Direcção Nacional da Segurança Social			
Segurança Social	Edificação de um sistema de segurança social sustentável. Garantir subsídios permanentes para idosos e inválidos	Coordenação com o MF e o MAEOT com vista à elaboração de um regulamento do processo de pagamento; Redigir o esboço do regulamento do processo de pagamento.	• Subsídio permanente para idosos e inválidos, atribuído; • Regulamento do processo de pagamento, aprovado.
		Rever mecanismo de levantamento de forma a detectar eventuais falhas; Estabelecer mecanismo de simplificação do processo e diminuir o tempo de trânsito dos formulários; Adaptação do manual de procedimentos do subsídio de apoio a idosos e inválidos aos dados recolhidos.	• Sistema de levantamento de dados, melhorado e actualizado.
		Coordenar com a autoridade bancária de pagamentos com vista à efectivação de pagamento por transferência bancária. Lançamento de campanhas de sensibilização para os benefícios do pagamento por transferência bancária.	• 30% dos Pagamentos através de transferência bancária, efectuado e estimulado; • Campanha de sensibilização realizada em: 1ª Fase - Dili, Lautem, Maliana, Oecusse e Suai; 2ª Fase – Baucau, Ainaro, Ermera e Aileu; 3ª Fase – Same, Manatuto, Viqueque e Liquiça.
		Criação de espaço seguro de arquivo; Certificação de funcionários em técnicas de arquivo;	• Arquivo de formulários, organizado e mantido.

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
		Reorganizar os arquivos de todo os formulários recolhidos e manutenção permanente dos mesmos.	
		Melhorar a análise estatística quantitativa; Melhorar o sistema de gestão de base de dados; Emissão dos cartões de beneficiários.	• Sistema de base de dados e emissão dos cartões de beneficiários, desenvolvido e implementado.
	Estabelecer estudos de viabilidade para a criação de uma segurança social contributiva.	Proceder à criação de um grupo de trabalho interministerial e inter-agências para desenvolvimento do regime; Efectuar reuniões periódicas com o grupo de trabalho; Proceder a consultas com outras instituições estatais e não estatais nacionais e internacionais para recolha de informações relativas a conceitos, tendências e questões actuais de segurança social; Subscrição de publicações internacionais relacionadas com a segurança social.	• Estudo de viabilidade para a criação de uma segurança social contributiva, concluído; • Relatório final e Política Geral da Segurança Social, elaborados.
		Redigir e propor legislação necessária à criação e funcionamento do sistema de regime contributivo para os trabalhadores para os trabalhadores de acordo com o relatório final do grupo de trabalho.	• Legislação que cria e regulamenta o sistema de regime contributivo para os trabalhadores, redigida.
Reforço Institucional	Reforçar a Instituição para o bom desempenho da DNSS.	Criação de bolsas de estudo condicionais para os funcionários com vista à realização de licenciaturas nas áreas especializadas (segurança social e informática). Identificar e seleccionar os funcionários para o efeito.	• Quadros com qualificação académica e profissional em áreas especializadas, formados; • Quadros de pessoal e estrutura da DNSS, reajustados; • Funcionários da DNSS certificados de acordo com as funções a desempenhar; • Nível de formação dos funcionários da DNSS, melhorado.
	Garantir o bom desempenho da DNSS.	Estabelecer acordo com o ME, para assegurar o acesso a bolsas; Identificar os universitários timorenses acreditados, fora do país; Estabelecer contactos com a Universidade referida para o processo de registo.	• Quadros com qualificação académica em áreas especializadas, formados.
	Melhorar o nível de formação técnica dos funcionários da DNSS.	Preparar calendário de formação identificada; Preparar Manual para a formação.	• Funcionários da DNSS com conhecimentos básicos do procedimento administrativo e informática; • Formação realizada.

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
Direcção Nacional da Administração e Finanças			
Administração e Finanças	Assegurar e garantir o funcionamento administrativo-financeiro necessário ao programa do ministério.	Assegurar e fornecer serviços de gestão e administrativos para todas as direcções funcionarem de forma efectiva e eficiente: planeamento, finanças, logística, administração, recursos humanos, relações públicas, informática e aprovisionamento.	• Existência de um sistema de aprovisionamento e fornecimento rápido, competitivo, transparente e que garante uma boa relação qualidade preço; • Sistema de gestão administrativa a funcionar de forma eficiente e eficaz; • Sistema de desenvolvimento e gestão de recursos humanos incluindo planeamento da força de trabalho, recrutamento, compensações, administração, benefícios e formação; • Sistema informático centralizado para gerir o sistema de informação do MSS, a funcionar; • Sistema informático centralizado de controlo de utilização de materiais e equipamentos do MSS, a funcionar.
Gabinete do Director-Geral	Garantir o funcionamento correcto dos programas do Ministério.	Desenvolver o programa do MSS de acordo com a política e a legislação do governo, coordenação entre o ministério e doadores, socialização e comunicação dos programas do Ministério.	• Política desenvolvida; • Programas fornecidos; • Funcionamento da administração, finanças e a execução orçamental do MSS garantidos; • Disseminação dos programas do MSS ao público; • Coordenação inter-ministerial e de doadores actualizado; • Publicação do Relatório Anual.
Inspecção e Auditoria Interna	Garantir a integridade do processo fiscal e administrativo do ministério.	Prevenir a corrupção e a má administração através do programa de inspecção e auditoria interna.	• Comissão de Auditoria interna do Ministério, estabelecida; • Política e Plano Anual para a Inspecção e Auditoria Interna, desenvolvidos e aprovados; • 3 Relatórios de Inspecção e Auditoria Interna, completados.
Direcção Nacional de Gestão de Desastres			
Gestão de Riscos de Desastres	Assegurar e garantir o apoio à comunidade, aos seus bens e meio ambiente, antes, durante e depois do desastre.	Consolidar e reforçar as estruturas de gestão de desastres a todos os níveis.	• Comissão de desastres a nível nacional, distrital, sub-distrital e suco, estabelecida e a funcionar; • Plano de implementação para disseminação da Política Nacional de Gestão de Riscos de Desastres e formalização da Comissão Distrital e secretariado nos 13 distritos; • Planos de trabalho e estratégias de implementação para os programas da Comissão Distrital, definidos; • Reuniões regulares para tomada de decisões relacionadas com actividades de desastres convocadas pela Comissão Distrital; • Rede de cooperação a nível local, nacional e internacional, estabelecida.
		Assegurar a elaboração da lei, da política, da estratégia, do plano, do manual e dos procedimentos sobre a redução de riscos de desastre.	• Lei, manual, SOP para monitorização, alerta antecipado, guia de formação sobre a CBDRM, gestão de armazéns e Plano de Contingência, elaborados; • Os outros Ministérios relevantes têm um plano para

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
			desastres, elaborado. • Política Geral para a Recuperação em Timor-Leste, aprovada.
		Assegurar o estabelecimento, a consolidação e a eficiência do sistema de alerta antecipado.	• Sistema de informação e alerta antecipado, estabelecido e a funcionar; • Centro de Operação de Desastres a nível nacional, a funcionar 24 horas por dia, 7 dias por semana; • Centro de Operações de Desastres estabelecido em 2 distritos; • Comunidade com acesso a informação sobre desastres; • Sistema de comunicação para os desastres, a funcionar; • Sistema de informação para os riscos de desastres, a funcionar.
		Actuar como centro de conhecimento para Timor-Leste sobre programas e actividades de redução de risco de desastres.	• Comunidade preparada e com capacidade para a prevenção de desastres; • Sensibilização do público e comunidades à liderança sobre a gestão de risco de desastres em 6 distritos; • Relatório sobre o número de participantes inclui a participação das mulheres nas actividades de capacitação; • Programa e plano de trabalho da DNGD definido e implementado; • Comunidades preparadas para enfrentar desastres e capacitadas através de actividades da CBDRM.
		Assegurar o sistema de gestão administrativa e de recursos humanos na direcção.	• Gestão administrativa, financeira e de recursos humanos, eficiente; • Programa de capacitação na área administrativa, financeira, informática e línguas, implementado; • Sistema de gestão de património na direcção implementado.
		Assegurar o estabelecimento de um sistema de gestão logística: infra-estruturas, meios de transporte e de comunicação de apoio à implementação de projectos relacionados com a redução de riscos de desastres.	• Sistema de gestão logística, implementado.
		Assegurar o atendimento eficiente e eficaz às vítimas de desastre.	• Comunidades vítimas de desastres recebem assistência humanitária de acordo com a política existente; • Plano de implementação para a resposta a emergências e relatório final sobre as vítimas de desastres que receberam Assistência humanitária.

Ministério das Infra-estruturas

O Ministério das Infra-estruturas é o órgão responsável pelo planeamento, execução, coordenação e a avaliação e pela política aprovada pelo Conselho de Ministros em relação às áreas das obras públicas, urbanização do fornecimento de água electricidade, rede nacional de transportes incluindo estradas e pontes, transporte internacional, incluindo portos e aeroportos, telecomunicações, rádio, meteorologia, sistemas informático bem como a gestão dos equipamentos do Estado.

Quadro 7.187

Orçamento Geral do Estado ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	2,094	2,987	3,071	3,093	3,109	12,260
Bens e Serviços	11,379	7,713	9,584	8,926	8,054	34,277
Capital Minor	1,288	1,688	2,057	2,303	2,623	8,671
Transferências Públicas	-	-	-	-	-	-
Total Despesas Recorrentes	14,761	12,388	14,712	14,322	13,786	55,208
Crescimento ao Ano Interior		-16.1%	18.8%	-2.7%	-3.7%	11.3%
Total Capital Desenvolvimento	52,928	117,261	179,100	136,300	15,905	448,566
Crescimento ao Ano Interior		121.5%	52.7%	-23.9%	-88.3%	-86.4%
Total Orçamento Geral do Estado	**67,689**	**129,649**	**193,812**	**150,622**	**29,691**	**503,774**
Crescimento ao Ano Interior		91.5%	49.5%	-22.3%	-80.3%	-77.1%

O orçamento do estado para o Ministério das Infra-estruturas em 2009 é de $129.649 milhões, um aumento de 91.5 % a partir do orçamento geral do estado de 2008, no valor de $67.689 milhões. Esta alteração é devida a um aumento nos programas de Capital de Desenvolvimento, nos quais a produção de electricidade assim como a continuação de projectos ainda em curso relativo estradas, pontes, fornecimento de água e controlo de cheias. Estes projectos de capital encontram listados em seguida. Salários e Vencimentos também aumentaram devido à implementação do novo regime de carreira e recrutamento de mais pessoal.

Quadro 7.188

Fundos confirmados a partir de outras fontes ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	13,261	26,370	15,811	13,316	3,514	59,011
Despesas Capital	6,845	10,931	5,512	7,333	2,782	26,558
Total Fundos Confirmados de Outros Fc	20,106	37,301	21,323	20,649	6,296	85,569
Crescimento ao Ano Interior		*85.5%*	*-42.8%*	*-3.2%*	*-69.5%*	*-83.1%*

Quadro 7.189

Orçamento de Fontes Combinadas para o Ministério das Infra-estruturas ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Fontes Combinadas						
Despesas Recorrentes	28,022	38,758	30,523	27,638	17,300	114,219
Crescimento ao Ano Interior		38.3%	-21.2%	-9.5%	-37.4%	-55.4%
Despesas Capital	59,773	128,192	184,612	143,633	18,687	475,124
Crescimento ao Ano Interior		114.5%	44.0%	-22.2%	-87.0%	-85.4%
Total Fontes Combinadas	**87,795**	**166,950**	**215,135**	**171,271**	**35,987**	**589,343**
Crescimento ao Ano Interior		90%	28.9%	-20.4%	-79.0%	-78.4%

Quadro 7.190

Capital e Desenvolvimento ($000)

Status	Projecto	2009	2010	2011	2012	Total
Novo	Fundo do para Preparação de Desenhos para Projectos Urbanos e edifícios	1,000	2,000	2,000	2,000	7,000
Novo	Planeamento, Supervisão e Preparação dos Projectos para Estradas, Inundações e Pontes	1,200	2,000	2,000	2,000	7,200
Novo	Manutenção Periódica de Estradas Nacionais (Dili 15 km A01/A02/A03)	1,500	-	-	-	1,500
Novo	Reabilitação de Estradas Urbanas, Passeios e Denagem (Covalima)	300	-	500	5	805
Novo	Reabilitação de Estradas Urbanas, Passeios e Drenagem (Oecusse)	-	400	-	500	900
Novo	Reabilitação de Estradas Urbanas, Passeios e Denagem (Lautem)	-	400	-	500	900
Novo	Controlo de Cheias e Obras de Mitigação-(Lauhata River I - - Liquiça)	100	-	-	-	100
Novo	Controlo de Cheias e Obras de Mitigação-(Lomea River - - Suai)	100	-	-	-	100
Novo	Controlo de Cheias e Obras de Mitigação-(Laclo Loa River I - - Liquiça)	100	-	-	-	100
Novo	Controlo de Cheias e Obras de Mitigação-(Maumeta River I - - Liquiça)	100	-	-	-	100
Novo	Controlo de Cheias e Obras de Mitigação-(Comoro River - - Dili)	100	-	-	-	100
Novo	Controlo de Cheias e Obras de Mitigação-(Laclo River - - Manatuto)	100	-	-	-	100
Novo	Controlo de Cheias e Obras de Mitigação-(Mola River - - Suai)	100	-	-	-	100
Novo	Controlo de Cheias e Obras de Mitigação-(Sehen II River - - Same)	100	-	-	-	100
Novo	Controlo de Cheias e Obras de Mitigação-(Seical River - - Baucau)	100	-	-	-	100
Novo	Resposta de Emergencia Para o Território Inteiro	2,000	2,000	2,000	2,000	8,000
Novo	Reabilitação de Estradas Rurais (Dili)	200	300	300	300	1,100
Novo	Reabilitação de Estradas Rurais (Baucau)	200	300	300	300	1,100
Novo	Reabilitação de Estradas Rurais (Aileu)	200	300	300	300	1,100
Novo	Reabilitação de Estradas Rurais (Ainaro)	200	300	300	300	1,100
Novo	Reabilitação de Estradas Rurais (Bobonaro)	200	300	300	300	1,100
Novo	Reabilitação de Estradas Rurais (Ermera)	200	300	300	300	1,100
Novo	Reabilitação de Estradas Rurais (Lautem)	200	300	300	300	1,100
Novo	Reabilitação de Estradas Rurais (Liquiça)	200	300	300	300	1,100
Novo	Reabilitação de Estradas Rurais (Manatuto)	200	300	300	300	1,100
Novo	Reabilitação de Estradas Rurais (Manufahi)	200	300	300	300	1,100
Novo	Reabilitação de Estradas Rurais (Oecusse/Ambeno)	200	300	300	300	1,100
Novo	Reabilitação de Estradas Rurais (Covalima)	200	300	300	300	1,100
Novo	Estradas de Acesso para Instalações de Telecomunicação	100	500	500	500	1,600
Novo	Recolha das Fossas de Gás em Aliambata (Segunda Fase Contrapartida com o Banco Mundial)	746	-	-	-	746
Novo	Desenvolvimento de uma Rede da Produção e da Transmissão de Electricidade	85,000	160,000	120,000	-	365,000
Novo	Instalação do Sistema Solar para Fornecimento de água (Faturberlihu- Manufahi)	75	-	-	-	75
Novo	Instalação do Sistema de Fornecimento de Água (Viqueque Vila - Viqueque)	-	-	-	-	-
Novo	Reabilitação do Cano Para Fornecimento da Água em Cristo Rei	40	-	-	-	40
Novo	Reabilitação da Linkagem Para Fornecimento de Água entre Becussi e Dili	-	-	-	-	-
Novo	Instalação do Sistema Gravidade para Fornecimento de água (Faturberlihu- Manufahi)	30	-	-	-	30
Novo	Instalação de Electricidade na Planta de Tratamento de Água (Lautem)	30	-	-	-	30
Novo	Instalação do Sistema de Fornecimento de Água (Moru - Lautem -	-	-	-	-	-

Status	Projecto	2009	2010	2011	2012	Total
	Los Palos)					
Novo	Reabilitação da Rede de Distribuição de Água (Maudemo - Maumeta - Liquiça)	50	-	-	-	50
Novo	Reabilitação do Cano de Transmissão (Zona Campo Base - Aiteas-Manatuto Vila)	40	-	-	-	40
Novo	Reabilitação do Cano de distribuição (Hat-Airam-Letefoho-Mesma-Manufahi)	75	-	-	-	75
Novo	Instalação do Sistema de Fornecimento de Água (Costa - Pante Makassar - Oecusse)	60	-	-	-	60
Novo	Instalacão de uma Rede de Distribuição nova (Bairro Crey- Vila - Covalima)	40	-	-	-	40
Novo	Extensão de um Cano de Distribuição (Beloe and Olobai - Viqueque Vila)	75	-	-	-	75
Novo	Reabilitação de Estradas Rurais (Viqueque)	200	300	300	300	1,100
Novo	Reabilitação de Estradas Urbanas, Passeios e Drenagem (Viqueque)	-	400	-	500	900
Novo	Melhorar Estradas Seleccionadas (Rampa para a Ponte Mola - A02 3 km) Contrapartida com o Japão	300	-	-	-	300
Novo	Melhorar Estradas Seleccionadas (Estradas de Acesso para Postos da Polícia Maliana, Suai e Ambeno - Urban)	700	-	-	-	700
Novo	Controlo de Cheias e Obras de Mitigação (Ribeira Loes - Maubara)	200	-	-	-	200
Novo	Finalização da Ponte em Welolo	120	-	-	-	120
Novo	Finalização da Ponte em Carau Ulun	100	-	-	-	100
Novo	Finalização da Ponte em Bemos	51	-	-	-	51
Novo	Supervisão do Projecto da Produção e Distribuição de Electricidade	2,000	2,000	2,000	-	6,000
Novo	Reabilitação de Estradas Urbanas, Passeios e Drenagem (Dili)	400	1,500	1,500	1,500	4,900
Novo	Reabilitação de Estradas Urbanas, Passeios e Drenagem (Liquiça)	-	400	-	500	900
Novo	Reabilitação de Estradas Urbanas, Passeios e Drenagem (Manatuto)	-	400	-	500	900
Novo	Reabilitação de Estradas Urbanas, Passeios e Drenagem (Manufahi)	-	400	-	500	900
Novo	Reabilitação de Estradas Urbanas, Passeios e Drenagem (Aileu)	-	400	-	500	900
Novo	Reabilitação de Estradas Urbanas, Passeios e Drenagem (Ainaro)	-	400	-	500	900
Novo	Reabilitação de Estradas Urbanas, Passeios e Drenagem (Baucau)	-	-	750	-	750
Novo	Reabilitação de Estradas Urbanas, Passeios e Drenagem (Bobonaro)	-	-	750	-	750
Novo	Reabilitação de Estradas Urbanas, Passeios e Drenagem (Ermera)	200	-	400	-	600
Novo	Melhorar Fornecimento de água em Dili (Fundos Contrapartidas com BAD)	250	-	-	-	250
Novo	Manutenção de estradas entre distritos - Maliana/Suai/Ainaro	220	-	-	-	220
Novo	Manutenção de estradas entre distritos - Baucau/Los Palos/Viqueque	220	-	-	-	220
Novo	Manutenção de estradas entre distritos - Same/Aileu/Manatuto	220	-	-	-	220
Novo	Manutenção de estradas entre distritos - Dili/Liquiça/Ermera	220	-	-	-	220
Novo	Manutenção de estradas entre distritos - Oecusse	220	-	-	-	220
Novo	Rede de Comunicações Nacionais Integrado (Segunda Fase)	1,500	2,000	-	-	3,500
Reorçamentado	Reparações à Pista No Aeroporto Internacional de Nicolau Lobato	3,000	-	-	-	3,000
Reorçamentado	Conclusão da Reabilitação da Residência do Presidente da República	1,803	-	-	-	1,803
Reorçamentado	Reabilitação da Paredão o Aeroporto Internacional de Díli	1,500	-	-	-	1,500
Reorçamentado	Reabilitação de Estradas	1,150	-	-	-	1,150
Reorçamentado	Manutenção de Estrada Periódica - Junção de Manatuto e de Laclubar (A09)	1,000	-	-	-	1,000
Reorçamentado	Passeios em Dili	750	-	-	-	750
Reorçamentado	Construção de Ponte - Welolo (A07)	694	-	-	-	694
Reorçamentado	Construção de Ponte - Carau Ulun (A07)	605	-	-	-	605
Reorçamentado	Recolha das Fossas de Gás em Aliambata	400	-	-	-	400
Reorçamentado	Melhoria de Estradas (Betano-Natarbora)	337	-	-	-	337
Reorçamentado	Construção de Pontes - Bemós (A02)	276	-	-	-	276
Reorçamentado	Fornecimento de Água às Comunidades em Manufahi	226	-	-	-	226
Reorçamentado	Reabilitação de Estradas, Drenos e Passeios Urbanos - Baucau	225	-	-	-	225
Reorçamentado	Finalizar a Construção do Edifício de Licenciar em Akanuno	225	-	-	-	225
Reorçamentado	Obras Relacionadas a Respostas de Emergência de Estradas (pagamentos da retenção)	217	-	-	-	217
Reorçamentado	Obras Relacionadas a Respostas de Emergência de mitigação do controle de inundações - Vários (pagamentos da retenção)	174	-	-	-	174
Reorçamentado	Manutenção de Estrada Periódica - Tibar - Ermra (A04)	150	-	-	-	150
Reorçamentado	Fornecimento de Água às Comunidades em Baucau	149	-	-	-	149
Reorçamentado	Melhoria e Manutenção de Estradas Seleccionadas (Beloi - Makadade)	148	-	-	-	148
Reorçamentado	Fornecimento de Água às Comunidades em Oecusse	131	-	-	-	131
Reorçamentado	Desenhos Para a Sede UIR	128	-	-	-	128
Reorçamentado	Reabilitação de Estradas, Drenos e Passeios Urbanos - Maliana	126	-	-	-	126
Reorçamentado	Fornecimento de água as comunidades em Manatuto	112	-	-	-	112
Reorçamentado	Desenhos para a Sede do Ministério de Agricultura e Pescas	110	-	-	-	110
Reorçamentado	Reabilitação de Estradas em Díli (Dili Canossa - Balide/ Bairro Pite/Fomento/Bebonuk/Audian)	101	-	-	-	101

Status	Projecto	2009	2010	2011	2012	Total
Reorçamentado	Normalização de Ribeiras - Lauhata	100	-	-	-	100
Reorçamentado	Passeios em Dili	97	-	-	-	97
Reorçamentado	Fornecimento de Água às Comunidades em Los Palos	44	-	-	-	44
Reorçamentado	Fornecimento de Água às Comunidades em Aileu	37	-	-	-	37
Reorçamentado	Melhoria e Manutenção de Estrada Seleccionadas (Maubisse-Turiscai-Alá)	35	-	-	-	35
Reorçamentado	Melhoria de Estradas Seleccionadas - Fuluro - Tutuala (C02)	33	-	-	-	33
Reorçamentado	Manutenção de Estrada Periódica - Pante Macassar - Sacato (A19)	33	-	-	-	33
Reorçamentado	Fornecimento de Água às Comunidades em Liquiça	31	-	-	-	31
Reorçamentado	Desenhos para o Carreira de Tiro	21	-	-	-	21
Reorçamentado	Estradas de Acesso para Instalações de Telecomunicação Poste de Timor Telecom em Uepo)	21	-	-	-	21
Reorçamentado	Desenhos para o Posto de Polícia em Becora Dili	21	-	-	-	21
Reorçamentado	Instalação de Medidas para Segurança nas Estradas - (Protectores Metálicos - Subau/Aituto/Carimbala)	19	-	-	-	19
Reorçamentado	Reabilitação da Ponte Mota-Ain (Bobonaro Distrito)	18	-	-	-	18
Reorçamentado	Reabilitação da Ponte - Aidabaleten (Bobonaro Distrito)	15	-	-	-	15
Reorçamentado	Obras de Mitigação para o controlo de inundações - Ribeira de Comoro	15	-	-	-	15
Reorçamentado	Desenhos Para a Residência do Presidente em Lahane	15	-	-	-	15
Reorçamentado	Melhoria de Estradas Seleccionadas - Aimutin - Comoro (CCF)	13	-	-	-	13
Reorçamentado	Obras de Mitigação para o controlo de inundações - Ribeira de Lomea	13	-	-	-	13
Reorçamentado	Melhoria de Estradas Seleccionadas - Oeleo-Osso-Lolotoe-Maliana	10	-	-	-	10
Reorçamentado	Obras de Mitigação para o controlo de inundações - Ribeira de Mola	8	-	-	-	8
Reorçamentado	Obras Bueiros Bebui	8	-	-	-	8
Reorçamentado	Obras Bueiros Mauma'a	8	-	-	-	8
Reorçamentado	Obras Bueiros Lihulo	8	-	-	-	8
Reorçamentado	Obras Bueiros Wekain	8	-	-	-	8
Reorçamentado	Desenhos Para a Armazém Logística da Polícia em Caicoli Dili	8	-	-	-	8
Reorçamentado	Obras de Mitigação para o controlo de inundações - Ribeira de Seical	8	-	-	-	8
Reorçamentado	Desenhos Para a Residência do Comandante Adjunto da PNTL	7	-	-	-	7
Reorçamentado	Desenhos Para a Residência do Comandante da PNTL	5	-	-	-	5
Reorçamentado	Reabilitação da Ponte Dai-Soli (Aileu District)	5	-	-	-	5
Reorçamentado	Melhoria e Manutenção de Estradas Seleccionadas (Hatudu)	41	-	-	-	41
Total	**Ministério das Infra-Estruturas**	**117,224**	**179,100**	**136,300**	**15,905**	**448,488**

Pessoal

Quadro 7.191

Perfil de Funcionários

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Total Permanente	72	108	136	121	60	14	3	**514**
Total Temporario	92	183	208	113	42	3	-	**641**
Total Apontamento Politica	-	4	3	5	3	9	4	**28**
Total Funcionario	**164**	**295**	**347**	**239**	**105**	**26**	**7**	**1,183**

Quadro 7.192

Perfil de Gestão

Director Geral	3
Director Nacional	14
Director Distrital	1
Chefe Departemento	27
Chefe Secção	55
Total	**100**

Em 2009 o Ministério das Infra-estruturas aprovou um Perfil de Funcionários com 1,177 elementos, incluindo 514 funcionários permanentes, 641 funcionários temporários e 22 nomeações políticas. Os funcionários permanentes incluem 100 posições de gestão, conforme descrito acima. Mantém-se em curso um processo de recrutamento para

92 posições permanentes e 140 posições temporárias, a fim de preencher a totalidade do Perfil de Funcionários do Ministério. Sob o novo regime de carreira a estrutura de gestão forma 8.4 por cento do total da força laboral aprovada.

Actividades de Fontes Combinadas

Quadro 7.193

Actividades administradas com o Governo ($000)

Projecto ou Programa	PD	Instit. Implem.	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Assistência Técnica à Reforma das Telecomunicações	Austrália	SKM	93	44	0	0	0	44
Abastecimento de Água e Saneamento Rural	Austrália	IDSS	4,426	5311	5311	9117	4691	24,430
Trabalho pela Paz / Serbisu ba Dame	CE	PNUD/OIT	445	0	0	0	0	0
Desenvolvimento de serviços de transportes marítimos	Alemanha	Autoridade Portuária	1,377	1,377	0	0	0	1,377
Sessão de Trabalho Internacional de Formação sobre Desenvolvimento de Energias Renováveis: Papel no Desenvolvimento Socioeconómico Rural	Indonésia		4	0	0	0	0	0
Projecto de Reabilitação do Porto de Díli	Japão	JICA	3,300	2,000	0	0	0	2,000
Projecto de Melhoria da Ponte Mola	Japão	JICA	0	8,510	0	0	0	8,510
Projecto de Capacitação do Abastecimento de Água	Japão	JICA	150	350	350	350	150	1,200
Projecto de capacitação através de formação e preparação de directivas e manuais a nível rodoviário	Japão	JICA	100	0	0	0	0	0
Projecto de Melhoria das Condutas de Água a nível urbano em Díli	Japão	JICA	0	0	5,000	0	0	5,000
Construção de Sede dos Correios	Coreia	KOICA	644	1,056	0	0	0	1,056
Apoio em termos de Electricidade	Noruega	NVE	1,061	0	0	0	0	0
Apoio ao Sector da Energia - Fase 2	Noruega	NVE	364	4,400	3,273	2,982	1,455	12,110
Projecto de Melhoria do Sector Rodoviário	BAD	MI	2,012	5,017	0	0	0	5,017
Projecto de Abastecimento de Água Urbano em Díli	BAD	MI	0	500	2,000	2,000	0	4,500
Projecto de Abastecimento de Água Urbano em Díli (AT)	BAD (Fundo Especial do Japão)	BAD	200	0	0	0	0	0
Projecto 0cio0l de Desenvolvimento Rodoviário	BAD (Fundo Especial do Japão)	BAD	0	800	0	0	0	800
Projecto de Apoio a Infra-estruturas	BAD (Austrália)	BAD	2,340	3,000	5,000	6,000	0	14,000
Melhoria do Fornecimento de Água em Díli	BAD (Fundo Especial do Japão)	BAD	250	200	250	200	0	650
TP: Projecto de Prestação de Serviços de Energia (AID)	Banco Mundial	Direcção da Unidade de Serviços Corporativos	802	1,559	139	0	0	1,698
Projecto de extracção de fossas de gás (TFET)	Banco Mundial (MULT)	Direcção da Unidade de Serviços Corporativos	49	801	0	0	0	801
Investimentos prioritários no sector da energia (TFET)	Banco Mundial (MULT)	Direcção da Unidade de Serviços Corporativos	16	0	0	0	0	0
Água, saneamento e higiene	UNICEF	MI	973	0	0	0	0	0
Programa da água, saneamento e higiene	UNICEF	MI	0	1,500	0	0	0	1,500
Melhoria do acesso a mercados região leste	PNUD (CE, GTL)	UNOPS	1,500	876	0	0	0	876
Total			**20,106**	**37,301**	**21,323**	**20,649**	**6,296**	**85,569**

Em 2009, as actividades do Ministério da Infra-estrutura serão financiadas pelo programas dos parceiros de desenvolvimento no valo de $37.301 milhões. Isto representa 16,9% do total do apoio dos parceiros de desenvolvimento às actividades do Governo de 2009. A maior parte deste financiamento para as principais actividades de infra-estrutura, tais como, trabalhos na estrada, pontes, electricidade, água e saneamentos

financiamento em 2009 é particularmente elevado devido ao projecto do Japão/ JICA para melhoramento a ponte de Mola avaliado em $8.51 milhões. Vários projectos serão concluídos a médio prazo, levando a substanciais reduções no financiamento nos próximos anos.

Deverá ser notado que uma grande parte dos parceiros de desenvolvimento em projectos de infra-estruturas relacionados em áreas dentro da responsabilidade das agências autónomas estão incluídas como parte de uma responsabilidade mais alargada do Ministério das Infra-Estruturas –por exemplo projecto de Japão/JICA de reabilitação do Porto de Díli.

Os parceiros de desenvolvimento também desenvolvem programas nestas áreas fora do Governo como a seguir se descrevem.

Quadro 7.194

Actividades administradas fora do Governo ($000)

Projecto ou Programa	PD	Instit. Implem.	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Construção de Sistema de Abastecimento de Água em três Sub-Aldeias no Sub-Distrito de Bazartete, Distrito de Liquiçá	Japão	ORSOCOTIL (Organização de Solidariedade Comunitária)	40	0	0	0	0	0
Projecto Integrado de Desenvolvimento Comunitário de Água e Saneamento a nível Rural nos Distritos de Ermera, Liquiçá e Bobonaro	CE	Cruz Vermelha Austríaca	810	374	0	210	164	748
Total			**850**	**374**	**0**	**210**	**164**	**748**

Em 2009 os parceiros de desenvolvimento irão trabalhar directamente com ONGs e com a comunidade para prestarem programas nas áreas da assistência comunitária, necessidades humanitárias e apoio de emergência. Estes programas não são incluídos nos cálculos do orçamento de fontes combinadas, uma vez que não são realizados com o sector do Governo. São incluídos nos documentos orçamentais para dar uma perspectiva da actividade em todo o sector. Dentro do sector da Infra-Estrutura, estes projectos estão actualmente concentrados no abastecimento de água. De presente não existem actividades confirmadas de parceiros de desenvolvimento com ONGs ou com a comunidade após 2009.

Plano Anual de Acção

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
Administração e Finanças	Apoio, às direcções operacionais, com eficiência, transparência. Gerir administrativamente e manter o sistema de arquivo com toda a documentação relativa às actividades de finanças, aprovisionamento e recursos humanos.	Fornecer serviços de qualidade às demais direcções incluindo fornecer guias e normas de gestão sobre finanças, gestão, aprovisionamento e recursos humanos; Organizar acções de formação para os funcionários do Ministério que trabalham na área da administração e finanças; Estabelecer canais de comunicação com a população e em particular com as comunidades relevantes com as actividades do Ministério.	• Funcionários recrutados; • 100% dos funcionários entendem e executam as suas tarefas de acordo com os seus termos de referência, com eficiência e confidencialidade; • Material de apoio à disseminação de informações finalizado; • Propostas para o processo de aprovisionamento executadas de acordo com o plano do aprovisionamento; • As comunidades foram informadas das actividades do Ministério através dos meios de comunicação social, de seminários, de sessões de esclarecimento e etc.
Electricidade de Timor-Leste (EDTL)	Assegurar o fornecimento sustentável da electricidade às populações em Timor-Leste com um custo efectivo.	Colmatar as necessidades dos consumidores através do fornecimento ininterrupto de electricidade 24 horas/dia; Melhoramento dos geradores em Comoro, nos distritos e sub-distritos; Criação de uma nova Central Eléctrica.	• Redução das interrupções no fornecimento de energia; • Redução das ligações ilegais; • Aumentar as receitas da EDTL; • Capacitar os funcionários da EDTL; • Melhorar o património existente da EDTL.
Serviços de Água e Saneamento	Assegurar o acesso das comunidades a serviços de água e saneamento básico, essenciais para a saúde pública, protecção do ambiente e promoção do crescimento económico.	Acesso a água potável, através de adequada canalização. Recolha e depósito seguro dos resíduos sólidos de modo a reduzir focos de contágio de doenças; Adopção de práticas de higiene e saúde relacionadas com poupança e sustentabilidade do fornecimento de água e saneamento básico.	• População com acesso a serviços de água e saneamento básico; • 48% em Díli; • 44% nas capitais de distrito; • 40% da população nas áreas rurais com acesso a água; • 38% da população nas áreas rurais com acesso a saneamento básico.
Manutenção de Estradas, Pontes e Controlo de Cheias	Garantir a segurança da rede rodoviária, facilitando a deslocação de pessoas e bens.	Identificar, planear e manter estradas nacionais, distritais, urbanas e rurais; Preservar rede rodoviária através de acções de manutenção sustentadas em sistemas de apoio para projectos a longo prazo; Criar e desenvolver medidas sustentáveis para controlo da erosão e prevenção de danos materiais das infra-estruturas.	• 3,187 Km de estradas sujeitas a manutenção, assim como pontes e controlo de cheias, através da manutenção dos fluxos das ribeiras.
Construção, Habitação e Plano Urbano	Determinar as necessidades e prioridades para o programa de habitação.	Reforçar a instituição com diplomas legislativos e regulamentos no âmbito da regulação da construção; Minimizar as construções dos prédios na área central urbana e desenvolver a habitação nas áreas degradadas; Desenvolver e implementar o Plano de Uso dos Terrenos e o Sistema de Controlo das	• Lei das Edificações, Habitação e Plano Urbano para submissão ao Conselho de Ministros; • Concepção de uma estratégia habitacional para grupos vulneráveis, grupos de rendimento baixo e médio e desenvolvimento dos bairros;

		Construções.	• Reforçar o planeamento urbano actual e desenvolver um plano urbano perspectivando o futuro.
Transportes Terrestres	Normalização do sistema de transportes terrestres acessível a todos os utilizadores.	Criação de regras e procedimentos para registo adequado de veículos e atribuição de licenças de itinerário para veículos públicos de transporte de passageiros e mercadorias; Disseminação das regras de tráfego em cooperação com a Secretaria de Estado da Segurança e criação das infra-estruturas adequadas.	• 85% de licenças emitidas, de veículos inspeccionados e registados e cartas de condução emitidas; • Tradução de documentos oficiais para melhor compreensão das regras e regulamentos pelos cidadãos; • Colocação de sinalização de tráfego e placas de direcção.
Desenvolvimento das Infra-Estruturas Portuárias	Melhorar as condições e serviços portuários.	Assegurar a qualidade dos serviços portuários.	• Adequar as instalações do Porto de Díli e Oecusse, de modo a torná-las seguras para embarcações e para o desenvolvimento das actividades diárias.
Pesquisa e Desenvolvimento	Dar assistência técnica máxima a todos os directores dos departamentos e garantir que os *standards* nacionais e internacionais são cumpridos.	Assistir o desenvolvimento e implementação dos códigos e *standards* técnicos através do fornecimento de serviços essenciais de teste de materiais de construção para todos os projectos de infra-estruturas.	• 75% das categorias de obras públicas com *standards* definidos e publicados.
Desenvolvimento dos Serviços Postais e do Quadro Nacional dos Correios	Assegurar a qualidade do serviço postal internacional. Implementar rede de distribuição nacional. Aumentar as receitas do serviço postal.	Abertura de contas bancárias internacionais e divisão de direitos de terminal; Promover o acesso da população ao serviço postal.	• Qualidade do serviço ao nível do envio e recepção do correio; • Expansão da rede de distribuição no território nacional; • Fontes de receitas provenientes de acções doutras administrações postais.
Desenvolvimento de um Plano Nacional de Infra-estruturas, que englobe: estadas, pontes, portos, aeroportos, barragens, electricidade e saneamento básico e drenagem.	Elaboração de um Plano Nacional para o desenvolvimento e implementação de projectos de infra-estruturas a médio e longo-prazo, que conduzam ao desenvolvimento económico, à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, promoção do desenvolvimento rural, e criação de emprego.	Levantamento das necessidades a nível nacional; realização de estudos de viabilidade; preparação dos mecanismos necessários para o arranque dos projectos – para garantir o início da implementação dos projectos em 2009.	• Socialização e comunicação do Plano de Desenvolvimento de Infra-Estruturas; • Estabelecimento dos mecanismos financeiros, legais e técnicos para a implementação do Plano; • Inicio do desenvolvimento dos projectos considerados prioritários em 2009.

Ministério do Turismo, Comércio e Indústria

O Ministério do Turismo, Comércio e Indústria é o principal órgão do Governo responsável pelas actividades turísticas, económicas, comerciais e industriais. Visa criar um ambiente propício e incentivos ao funcionamento ordeiro de empresas em Timor-Leste, à protecção dos consumidores, à atracção de investimentos empresariais e ao desenvolvimento de indústrias essenciais, incluindo turismo. O seu financiamento e actividades são indicados de seguida.

Quadro 7.195

Orçamento Geral do Estado ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	317	807	1,076	1,187	1,243	4,313
Bens e Serviços	13,272	50,950	35,891	36,226	36,841	159,908
Capital Minor	412	124	1,354	516	376	2,370
Transferências Públicas	100	100	1,000	500	500	2,100
Total Despesas Recorrentes	14,101	51,981	39,321	38,429	38,960	168,691
Crescimento ao Ano Interior		268.6%	-24.4%	-2.3%	1.4%	-25.0%
Total Capital Desenvolvimento	4,430	9,027	10,650	2,260	200	22,137
Crescimento ao Ano Interior		103.8%	18.0%	-78.8%	-91.2%	-97.8%
Total Orçamento Geral do Estado	**18,531**	**61,008**	**49,971**	**40,689**	**39,160**	**190,828**
Crescimento ao Ano Interior		229.2%	-18.1%	-18.6%	-3.8%	-35.8%

Em 2009 o financiamento estatal para o Ministério do Turismo, Comércio e Indústria será de $61.008 milhões, um aumento de 229.2 por cento em relação ao orçamento do estado para 2008, no valor de $18.531 milhões. Os Salários e Vencimentos aumentaram, devido à implementação do novo regime de carreira e à reafectação nos Salários e Vencimentos de pessoal anteriormente financiado através dos Bens e Serviços. Houve um aumento muito significativo no financiamento para Bens e Serviços, em virtude de uma provisão de $48 milhões nesta categoria para a compra de produtos locais, sendo que alguns serão usados para apoiar a segurança alimentar nacional (por exemplo arroz, feijões, milho). Para lá disto, o financiamento de Capital e Desenvolvimento aumentou para o dobro, de forma a permitir a reabilitação de mercados, a reabilitação de armazéns nos distritos, a construção de silos, o apoio a centrais de processamento de sal etanol e a continuação da reabilitação de Areia Branca. Estes projectos são descritos em maior detalhe na lista de projectos de capital neste capítulo.

Quadro 7.196

Fundos confirmados a partir de outras fontes ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	257	222	-	-	-	222
Despesas Capital	-	-	-	-	-	-
Total Fundos Confirmados de Outros Fontes	257	222	-	-	-	222
Crescimento ao Ano Interior		*-13.6%*	*-100.0%*			*-100.0%*

Quadro 7.197

Orçamento de Fontes Combinadas para o Ministério do Turismo, Indústria e Comércio ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Fontes Combinadas						
Despesas Recorrentes	14,358	52,203	39,321	38,429	38,960	168,913
Crescimento ao Ano Interior		263.6%	-24.7%	-2.3%	1.4%	-25.4%
Despesas Capital	4,430	9,027	10,650	2,260	200	22,137
Crescimento ao Ano Interior		103.8%	18.0%	-78.8%	-91.2%	-97.8%
Total Fontes Combinadas	**18,788**	**61,230**	**49,971**	**40,689**	**39,160**	**191,050**
Crescimento ao Ano Interior		226%	-18.4%	-18.6%	-3.8%	-36.0%

Quadro 7.198

Capital e Desenvolvimento ($000)

Status	Projecto	2009	2010	2011	2012	Total
Novo	Construção de um Escritório em Oecussi	90	10	-	-	100
Novo	Reabilitação do Centro da Promoção (Marcado Lama)	-	500	500	-	1,000
Novo	Reabilitação do Mercado de Fornecimento em Hera para vendedores locais	-	450	50	-	500
Novo	Reabilitação do Mercado de Fornecimento em Taibessi para vendedores locais	450	50	-	-	500
Novo	Reabilitação do Mercado de Fornecimento em Laulara para vendedores locais	-	450	50	-	500
Novo	Mercado da Fronteira em Suai	180	20	-	-	200
Novo	Segunda Fase de Obras na Areia Branca	300	-	-	-	300
Novo	Manutenção do Cemitério de Ainaro que Comemora os Massacrados de 1945	-	-	50	-	50
Novo	Manutenção do Antigo Mercado Municipal em Baucau	-	-	250	-	250
Novo	Manutenção do Edifício de Administração Antigo em Bazartete	-	-	50	-	50
Novo	Construção de um Parque Comunal de Recreação em Taci Tolu	-	500	1,300	200	2,000
Novo	Reabilitação da Gabinete para a Inspecção do Jogos	-	90	10	-	100
Novo	Reabilitação da Armazém Maliana	180	20	-	-	200
Novo	Reabilitação da Armazém Baucau	180	20	-	-	200
Novo	Reabilitação da Armazém Maubisse	180	20	-	-	200
Novo	Reabilitação da Armazém Oecusse	180	20	-	-	200
Novo	Segunda Fase da Construção de Silos (Re-apropriação de 2008 $3m incluído)	6,500	8,500	-	-	15,000
Novo	Apoio Para uma Fábrica de sal - Laga	100	-	-	-	100
Novo	Apoio para uma Fábrica de Etanol - Laclubar	100	-	-	-	100
Reorçamentado	Construção de Mercados Tradicionais - Suai	300	-	-	-	300
Reorçamentado	Construção de Mercados Tradicionais - Bobonaro	200	-	-	-	200
Reorçamentado	Reabilitação do Edifício da Metrologia (Caicoli)	87	-	-	-	87
Total	**Ministério do Turismo, Comércio e Indústria**	**9,027**	**10,650**	**2,260**	**200**	**22,137**

Pessoal

Quadro 7.199

Perfil de Funcionários

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Total Permanente	-	4	6	9	16	6	1	42
Total Temporario	12	28	65	58	19	2	3	187
Total Apontamento Politica	-	2	-	2	1	5	2	12
Total Funcionario	**12**	**34**	**71**	**69**	**36**	**13**	**6**	**241**

Quadro 7.200

Perfil de Gestão

Director Geral	5
Director Nacional	7
Director Distrital	4
Chefe Departemento	16
Chefe Secção	-
Total	**32**

Em 2009 o Ministério do Turismo, Comércio e Indústria aprovou um Perfil de Funcionários com 241 elementos, incluindo 42 funcionários permanentes, 187 funcionários temporários e 12 nomeações políticas. Os funcionários permanentes incluem 32 posições de gestão, conforme descrito acima. Mantém-se em curso o processo de recrutamento para 2 posições permanentes e 65 posições temporárias, a fim de preencher a totalidade do Perfil de Funcionários do Ministério. Sob o novo regime de carreira a estrutura de gestão forma 13.6 por cento do total da força laboral aprovada.

Actividades de Fontes Combinadas

Quadro 7.201

Actividades administradas com o Governo ($000)

Projecto ou Programa	PD	Instit. Implem.	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Projecto de Lei do Turismo fase 1	Corporação Financeira Internacional	CFI	55	0	0	0	0	0
Projecto de Lei do Turismo fase 2	Corporação Financeira Internacional	CFI	30	50	0	0	0	50
Iniciativa da ASEAN	Irlanda	Ministério do Turismo	172	172	0	0	0	172
TOTAL			**257**	**222**	**0**	**0**	**0**	**222**

Em 2009 as actividades do Ministério do Turismo, Comércio e Indústria serão apoiadas por programas de parceiros de desenvolvimento avaliados em $0.222 milhões. No seguimento da conclusão de programas em 2008, isto apoia a fase 2 do projecto de Lei do Turismo e presta financiamento para apoiar a proposta de adesão de Timor-Leste à ASEAN. Não existem programas confirmados de parceiros de desenvolvimento após 2009.

De presente não existem programas confirmados de parceiros de desenvolvimento para 2009 ou a médio prazo nesta área fora do Governo. A Quadro 7.196 apresenta os programas anteriores concluídos em 2008.

Quadro 7.202
Actividades administradas fora do Governo ($000)

Projecto ou Programa	PD	Instituição Implem.	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Turismo Etico	CC	CIDAC	239	0	0	0	0	0
	Total		239	0	0	0	0	0

Concessões Públicas Administradas pelo Ministério do Turismo, Comércio e Indústria

Assistência para a Produção de Pequenos Grupos

O Ministério do Turismo, Comércio e Indústria irá administrar um programa de concessões públicas em 2009 para apoiar as pessoas a trabalhar em pequenas indústrias com a compra de itens de capital essenciais, como sejam ferramentas e materiais. Os grupos a trabalhar em áreas como o artesanato, o mobiliário tradicional ou a tecelagem serão elegíveis para se candidatarem a pequenas concessões. As afectações serão determinadas pelo Ministério, com a intenção de apoiar pequenos grupos por todo o País. O programa continuará a médio prazo, com um custo total de $0.7 milhões.

Quadro 7.203

Concessões Públicas Administradas pelo Ministério do Turismo, Comércio e Indústria

	2009 Orçamento	2010 Projeção	2011 Projeção	2012 Projeção	Total 4 Anos
Ministry of Tourism, Commerce and Industry					
Assistance for Small Group Production	**100**	**150**	**200**	**250**	**700**
Total	**100**	**150**	**200**	**250**	**700**

Plano Anual de Acção

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
Gabinete de Inspecção e Auditoria Interna	Garantir a eficácia, boa gestão dos recursos humanos e financeiros e profissionalismo dos funcionários no Ministério.	Certificar a execução eficiente e efectiva do Orçamento Geral do Estado, assim como criar e manter uma administração pública eficiente, transparente, íntegra e responsável no Ministério para melhor implementação dos seus programas.	• Prevenção de irregularidades e más práticas; • Melhor desempenho dos recursos humanos, através de maior auto-disciplina e responsabilidade; • Boa gestão e governação dos programas e verbas do Ministério garantida.
Gabinete do Director-Geral	Assegurar a eficiência e eficácia das decisões governativas no aparelho do Governo, em cooperação com os outros Ministérios e Entidades relevantes.	Implementação de todas as decisões e programas de forma eficiente.	• Maior eficácia e eficiência na implementação das directivas; • Maior celeridade na implementação de programas e na execução orçamental.
Direcção Nacional de Administração e Finanças	Estabelecer uma administração eficiente e eficaz e desenvolvimento dos recursos humanos do Ministério.	Criação de mecanismos legais e de boa gestão, práticos para alcançar os objectivos, funções e programas das Direcções Nacionais.	• Profissionalismo na administração Pública; • Melhor execução orçamental; • Recursos humanos capacitados.
Direcção Nacional do Plano, Política e Pesquisa	Melhorar o desempenho na área da pesquisa, base de dados, e informação estatística relativamente às áreas do Turismo, Comércio e Indústria.	Recolha, análise e estudo de dados para publicação das actividades tuteladas pelo Ministério; Criação de um centro de dados de actividades económicas.	• Serviço de Informação e de Base de Dados do Ministério garantida; • Desenvolvimento de capacidades para melhor processamento de dados e informações para apoio das decisões do Ministério;
Direcção Nacional de Indústria	Introduzir novas tecnologias de PMI nas zonas rurais e capacitação de recursos humanos no sector industrial.	Produção de produtos de maior valor acrescentado em Timor-Leste, especialmente na área de agro-indústria.	• Criação de novas empresas industriais registadas; • Redução de desemprego; • Formação básica para as pequenas indústrias em 7 distritos, com impacto directo em 124 pessoas. • Trabalhos manuais substituídos por maquinaria.
	Estudo de viabilidade para a implementação de um projecto-piloto de "Parque Industrial".	Desenvolvimento de um conceito integrado e compreensivo para impulsionar o desenvolvimento da Indústria Nacional.	• Estudo de viabilidade concluído; • Implementação de 2 projectos-piloto nos distritos de Baucau e Lautem.
Direcção Nacional do Comércio Doméstico	Estabelecer uma economia virada para o mercado nacional e internacional que apoie o crescimento económico nacional; Criação de infra-estruturas; Regular as actividades comerciais.	Criar as condições básicas para apoiar e garantir a sustentabilidade do sector privado, através da construção de um mercado abastecedor central e desenvolver e promover o Mercado tradicional: distritais e fronteiriços.	• Transacção comercial facilitada; • Campos de trabalho criados; • Vendedores com maiores rendimentos; • Aumento das receitas domésticas; • Crescimento económico e redução de pobreza.
Direcção Nacional do Comércio Externo	Criar condições conducentes à promoção de produtos locais no	Criação de relações de cooperação internacional nas áreas comerciais.	• Relações comerciais prioritárias estabelecidas com parceiros económicos;

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
	Mercado Internacional e elaborar procedimentos de exportação e importação.		• Instalar um Adido Comercial na Indonésia (Surabaya); • Revisão dos procedimentos de Importação e Exportação da DNCE e nas alfandegas bem como os procedimentos de quarentena por forma a diminuir os procedimentos burocráticos.
Direcção Nacional do Turismo	Valorizar a imagem de Timor-Leste como um destino atractivo, quer para investidores quer para os turistas.	Construir uma indústria de turismo em Timor-Leste que gere emprego e que promova a cultura e identidade nacional.	• Acréscimos de instalações Turísticas (Hotéis, Restaurantes, Agências de Viagens e Transportes Turísticos); • Crescimento em 25% de visitas turísticas ao País, previsão de 11.060 visitantes em 2009; • Criação e gestão de 1000 novos postos de trabalho; • Estabelecimento de equipamentos turísticos mínimos para impulsionar o turismo interno; • Criação de receitas geradas das actividades turísticas; • Sensibilização do turismo no seio da sociedade timorense e promoção no mercado externo; • Criação de campos de trabalho e auto-receitas através do turismo comunitário; • Estabelecimento de agencias turísticas no exterior (Austrália – Darwin; Singapura e Europa).
Inspecção Alimentar e Económica	Garantir a suficiência de produtos básicos no mercado interno e prevenção das práticas especulativas.	Normalizar os preços do mercado e assegurar a existência de produtos básicos à população timorense.	• Intervenção selectiva no Mercado para garantir a suficiência quantitativa e qualitativa de bens essenciais no mercado.
	Garantir a calibração de medidas volumétricas e de pesos; Padronização de qualidade e quantidade e Capacitação técnica específica de Recursos Humanos.	Permitir maior quantidade e qualidade de bens essenciais a nível nacional e melhor prestação de serviços.	• Estabelecimento de padrões de qualidade em prol da protecção dos consumidores; • Formulação e implementação de regulamentos adequados para o controlo de qualidade.
Inspecção-Geral do Jogos	Criar um ambiente de satisfação e lazer de acordo com as normas legais vigentes; Capacitação de Recursos Humanos; e Regulamentação das Actividades dos Jogos Sociais.	Regulamentar e implementar procedimentos legais para a prática do "Jogo" (alguns dos quais actualmente são ilícitos), garantindo a capacitação de recursos humanos nesta área.	• Protecção dos jogadores; • Redução de actos criminais por fraude; • Incrementos das receitas do Estado; • Aumento de recurso para suportar as actividades desportivas, juvenis e sociais.

Ministério da Agricultura e Pescas

O Ministério da Agricultura e Pescas é o principal responsável pelo desenvolvimento do uso sustentável de recursos agrícolas, florestas, animais e pescas. O Ministério tem três metas fundamentais:

- conseguir segurança alimentar;
- promover o desenvolvimento económico; e
- criar oportunidades de emprego em áreas rurais.

O financiamento do Ministério em 2009 e as actividades relativas a estes objectivos são indicados de seguida.

Quadro 7.204

Orçamento Geral do Estado para o Ministério da Agricultura e Pescas ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	2,258	4,305	4,343	4,382	4,421	17,451
Bens e Serviços	11,964	6,270	6,873	7,490	8,152	28,785
Capital Minor	7,796	15,928	221	229	237	16,615
Transferências Públicas	2,000	1,000	-	-	-	1,000
Total Despesas Recorrentes	24,018	27,503	11,437	12,101	12,810	63,851
Crescimento ao Ano Interior		14.5%	-58.4%	5.8%	5.9%	-53.4%
Total Capital Desenvolvimento	6,659	6,411	1,494	110	10	8,025
Crescimento ao Ano Interior		-3.7%	-76.7%	-92.6%	-90.9%	-99.8%
Total Orçamento Geral do Estado	**30,677**	**33,914**	**12,931**	**12,211**	**12,820**	**71,876**
Crescimento ao Ano Interior		10.6%	-61.9%	-5.6%	5.0%	-62.2%

O financiamento estatal para o Ministério da Agricultura e Pescas em 2009 será de $33.914 milhões, um aumento de 10.6 por cento em relação ao orçamento do Estado para 2008, no valor de $30.677 milhões. Os Salários e Vencimentos aumentaram devido à implementação do novo regime de carreira e à reafectação para os Salários e Vencimentos de pessoal anteriormente financiado a partir dos Bens e Serviços. O financiamento de Capital Menor aumentou significativamente com a continuação do programa de tractores, através do qual serão comprados 102 tractores grandes, 100 tractores médios, 1,260 tractores de mão, mós de arroz e ferramentas eléctricas para a agricultura. Este programa é explicado com mais detalhe sob a descrição de novas medidas. O Ministério está também a continuar o seu programa de Capital e Desenvolvimento com financiamento para construção de irrigação e mercados animais, centros de processamento central, reabilitação de gabinetes de distrito e construção de armazéns. Estas actividades são detalhadas no quadro de Programas de Capital neste capítulo.

Quadro 7.205

Fundos confirmados a partir de outras fontes para o Ministério da Agricultura e Pescas ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	24,872	16,849	12,872	7,873	4,094	41,688
Despesas Capital	2,129	2,839	2,435	2,435	332	8,041
Total Fundos Confirmados de Outros Fontes	27,001	19,688	15,307	10,308	4,426	49,729
Crescimento ao Ano Interior		*-27.1%*	*-22.3%*	*-32.7%*	*-57.1%*	*-77.5%*

Quadro 7.206

Orçamento de Fontes Combinadas para o Ministério da Agricultura e Pescas ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Fontes Combinadas						
Despesas Recorrentes	48,890	44,352	24,309	19,974	16,904	105,539
Crescimento ao Ano Interior		-9.3%	-45.2%	-17.8%	-15.4%	-61.9%
Despesas Capital	8,788	9,250	3,929	2,545	342	16,066
Crescimento ao Ano Interior		5.3%	-57.5%	-35.2%	-86.6%	-96.3%
Total Fontes Combinadas	**57,678**	**53,602**	**28,238**	**22,519**	**17,246**	**121,605**
Crescimento ao Ano Interior		-7%	-47.3%	-20.3%	-23.4%	-67.8%

Quadro 7.207

Capital e Desenvolvimento ($000)

Status	Projecto	2009	2010	2011	2012	Total
Novo	Reabilitação - Gabinete de Agricultura em Baucau	45	5	45	5	100
Novo	Reabilitação - Gabinete de Agricultura em Bobonaro	-	45	5	-	50
Novo	Reabilitação - Gabinete de Agricultura em Covalima	45	5	-	-	50
Novo	Reabilitação - Gabinete de Agricultura em Ermera	-	45	5	-	50
Novo	Reabilitação - Gabinete de Agricultura em Liquiça	-	45	5	-	50
Novo	Reabilitação - Gabinete de Agricultura em Manatuto	-	-	45	5	50
Novo	Reabilitação - Gabinete de Agricultura em Viqueque	-	45	5	-	50
Novo	Construção - Viveiros para Árvores de Sombra Para as Plantas de Café	224	26	-	-	250
Novo	Estabelecimento de um Mercado Para Animais Vivos em Comoro	113	12	-	-	125
Novo	Estabelecimento de Facilidades Para Talhos em Comoro	45	5	-	-	50
Novo	Continuação da Infra-estrutura Principais de irrigação em Bebui	4,805	1,261	-	-	6,066
Novo	Construção de uma casa tradicional e Jardim no Ministério de Agricultura em Comoro	300	-	-	-	300
Novo	Construção de um escritório para o armazenamento informação do Ministério da Agricultura	180	-	-	-	180
Novo	Instalação de Electricidade no Ministério de Agricultura em Comoro	100	-	-	-	100
Novo	Instalação de Água no Ministério de Agricultura em Comoro	70	-	-	-	70
Reorçamentado	Laboratório Integrado	136	-	-	-	136
Reorçamentado	Centros Regionais par facilidades agrícolas e manutenção - Viqueque	52	-	-	-	52
Reorçamentado	Reabilitação - Centro de Extensão - Manufahi	50	-	-	-	50
Reorçamentado	Centros Regionais par facilidades agrícolas e manutenção - Lautem	50	-	-	-	50
Reorçamentado	Centros Regionais para facilidades agrícolas e manutenção - Baucau	49	-	-	-	49
Reorçamentado	Reabilitação - Centro de Extensão - Viqueque	47	-	-	-	47
Reorçamentado	Centro de Produção Gado - Dotik	45	-	-	-	45
Reorçamentado	Centros Regionais par facilidades agrícolas e manutenção - Manatuto	30	-	-	-	30
Reorçamentado	Barreira protectora Ribeira Malibaka - Bobonaro	25	-	-	-	25
Total	**Ministério da Agricultura e Pescas**	**6,411**	**1,494**	**110**	**10**	**8,025**

Panorama de Pessoal para o Ministério da Agricultura e Pescas

Quadro 7.208

Perfil de Funcionários

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Total Permanente	5	34	75	132	61	21	1	329
Total Temporario	108	337	668	261	78	20	-	1,472
Total Apontamento Politica	-	3	1	4	1	9	4	22
Total Funcionario	**113**	**374**	**744**	**397**	**140**	**50**	**5**	**1,823**

Quadro 7.209

Perfil de Gestão

Director Geral	1
Director Nacional	15
Director Distrital	12
Chefe Departemento	-
Chefe Secção	-
Total	**28**

Em 2009 o Ministério da Agricultura e Pescas aprovou um Perfil de Funcionários com 1,823 elementos, incluindo 329 funcionários permanentes, 1,472 funcionários temporários e 22 nomeações políticas. Os funcionários permanentes incluem 28 posições de gestão, conforme descrito acima. Mantém-se em curso o processo de recrutamento para 14 posições permanentes e 151 posições temporárias, a fim de preencher a totalidade do Perfil de Funcionários do Ministério. Sob o novo regime de carreira e a lei orgânica do Ministério, a estrutura administrativa forma 1.5 por cento do total da força laboral aprovada.

Actividades de Fontes Combinadas para o Ministério da Agricultura e Pescas

Quadro 7.210
Actividades administradas com o Governo ($000)

Projecto ou Programa	PD	Instit. Impl.	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Concepção de Programa de Desenvolvimento Rural	Austrália	0	53	53	0	0	0	53
Sementes de Vida 2	Austrália	ACAIR	1,703	1,625	747	0	0	2,372
Cooperação agrícola (plantação de arroz híbrido)	China	Min. do Comércio da China	3,020	3,020	0	0	0	3,020
Segundo Programa de Desenvolvimento Rural	CE	GTZ	1,896	1,896	1,896	1,896	2,550	8,238
Programa de Desenvolvimento Rural III	CE	0	937	4,687	4,687	4,687	0	14,061
Programa Anual de Acção (PAA) 2008 – Segurança Alimentar	CE	/	0	0	1,875	1,875	1,875	5,625
Promoção do Desenvolvimento Rural	Alemanha	MAF	2,657	2,657	2,657	1,500	0	6,814
Terceiro Programa de Formação no País sobre Inseminação Artificial de Gado Leiteiro	Indonésia	0	9	0	0	0	0	0
Projecto de Irrigação e Cultivo de Arroz em Manatuto	Japão	JICA	500	700	200	0	0	900
Reabilitação de irrigação em Maliana II	Japão	JICA	6,600	0	0	0	0	0
Estudo de promoção das empresas agrícolas	Japão	JICA	350	900	900	350	0	2,150
Estudo de gestão integrada de bacias	Japão	JICA	500	400	200	0	0	600

Projecto ou Programa	PD	Instit. Impl.	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
hidrográficas com base na comunidade								
Assessor de Política Agrícola	Japão	JICA	100	160	60	0	0	220
Redução das Perdas Pós Colheita para uma melhor segurança alimentar	Nova Zelândia	FAO	620	0	0	0	0	0
Apoio institucional ao Ministro da Agricultura e Pescas	Portugal	MNE, IPAD	10	0	0	0	0	0
PADRTL – Programa de Desenvolvimento Rural	Portugal	Ministério Agricultura,Desenvol-vimento Rural e Pescas	463	450	0	0	0	450
Desenvolvimento Rural em Liquiçá	Espanha	MAP e AECID	2,085	2,085	2,085	0	0	4,170
Segurança alimentar	Espanha	FAO	750	0	0	0	0	0
Fortalecimento das escolas técnicas agrícolas em Timor-Leste	Brasil	ABC	120	120	0	0	0	120
Programa de Activação Comunitária em Ainaro e Manatuto Pós-2006	PNUD (Reino Unido, Japão)	PNUD	176	0	0	0	0	0
Projecto de Activação Comunitária em Oecussi (PACO)	PNUD (CE, PNUD)	PNUD/UNOPS	1,500	673	0	0	0	673
Prevenção e controlo da gripe das aves em Timor-Leste	EUA	FAO	281	281	0	0	0	281
Terceiro Projecto de Reabilitação da Agricultura (CE)	Banco Mundial (CE)	MAP	2,371	0	0	0	0	0
Terceiro Projecto de Reabilitação da Agricultura (TFET)	Banco Mundial (MULT)	MAP	302	0	0	0	0	0
Total			**27,001**	**19,688**	**15,307**	**10,308**	**4,425**	**49,728**

Em 2009 as actividades do Ministério da Agricultura e Pescas serão apoiadas por programas de parceiros de desenvolvimento avaliados em $19.688 milhões. Isto representa 8.9 por cento do total do apoio dos parceiros de desenvolvimento a actividades do Governo em 2009. A maior parte deste financiamento refere-se ao desenvolvimento e reabilitação da agricultura, mas existem também programas que visam questões específicas tais como o cultivo de arroz, a irrigação e a gripe das aves. Existem vários programas de desenvolvimento rural agendados para terminar em 2009, incluindo programas de grande dimensão como sejam o programa de arroz híbrido da China, no valor de $3 milhões por ano. Em 2009 as actividades confirmadas dos parceiros de desenvolvimento descerão para $15.307 milhões, uma redução de 22.3 por cento. O total do financiamento confirmado de parceiros de desenvolvimento continuará a descer aproximadamente $5 milhões ao ano, até um ponto baixo de $4.425 milhões em 2012. Embora isto represente uma queda significativa em termos de programas comprometidos, em face das reduções a médio prazo nos compromissos de parceiros de desenvolvimento em todo o sector, este valor constitui mais de 10 por cento do apoio total ao Governo por parte de parceiros de desenvolvimento em 2012.

Os parceiros de desenvolvimento também prestaram programas nesta área fora do Governo.

Quadro 7.211

Actividades administradas fora do Governo ($000)

Projecto ou Programa	PD	Instit. Implem.	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Apoio ao USC-Timor (biodiversidade agrícola)	Canadá	USC-Timor	214	0	0	0	0	0
Programa de Participação e Autonomização de Covalima e Oecussi na Melhoria de Modos de Vida e da Segurança Alimentar	CE	Oxfam AUS	367	367	367	390	0	1,124
Da Fome à Saúde: Fortalecimento da Capacidade Comunitária e da Segurança Alimentar em Oecussi	CE	Vizinhos Mundiais	315	315	315	301	0	931
Opções para Transformação de Segurança Alimentar - Lautem e Manufahi	CE	CONCERN	347	366	366	388	0	1,120
Obtenção de Segurança Alimentar através da Melhoria do Sistema de Produção Agrícola em Comunidades em Terras Altas secas e Comunidades Costeiras em Timor-Leste	CE	Fundos Cristãos para as Crianças	254	266	266	0	0	532
Iniciativas Locais relativas ao Projecto de Transformação de Segurança Alimentar	CE	CARE AT	371	376	376	405	0	1,157
Projecto de apoio aos produtores de café Parte 2	Japão	PARCIC	140	45	0	0	0	45
Promoção da auto-suficiência de cooperativas de produtores de café no sub-distrito de Letefoho, distrito de Ermera	Japão	PWJ	140	35	0	0	0	35
Projecto de Reabilitação das Pescas	Japão	IKUEI	150	150	75	0	0	225
Desenvolvimento da agricultura no distrito de Manatuto	Portugal	Caritas Diocesana de Baucau	90	N.A	0	0	0	0
Desenvolvimento de empresas de noz molucana em Timor-Leste	EUA	Serviços Católicos de Assistência	248	248	0	0	0	248
Aliança de Investimento Timor-Leste	EUA	Associação Nacional de Empresas Cooperat.	100	100	100	0	0	200
Projecto de Reabilitação e Desenvolvimento Económico de Timor-Leste	EUA	Associação Nacional de Empresas Cooperat.	1,000	3,200	0	0	0	3,200
Capacitação de empresas agrícolas em Timor-Leste	EUA	Land O'Lakes	1,000	1,800	0	0	0	1,800
Total			**4,736**	**7,268**	**1,865**	**1,484**	**0**	**10,617**

Em 2009 haverá parceiros de desenvolvimento a trabalhar directamente com ONGs e a comunidade no sector da agricultura para prestarem programas na área da segurança alimentar, assistência a modos de vida e iniciativas de empresas agrícolas para colheitas específicas tais como a noz molucana e o café. Estes programas não são incluídos nos cálculos do orçamento de fontes combinadas uma vez que não são realizados com o sector do Governo. São incluídos nos documentos orçamentais para dar uma perspectiva das actividades dos programas agrícolas em todo o sector. Há uma queda significativa nas actividades confirmadas de parceiros de desenvolvimento com ONGs ou com

comunidades em 2009, descendo dos $7.268 milhões para os $1.865 milhões. Não existem programas confirmados de parceiros de desenvolvimento na agricultura com ONGs ou comunidades em 2012.

Concessões Públicas Administradas pelo Ministério da Agricultura e Pescas

Programa de Desenvolvimento de Comunidades Agrícolas

O Ministério da Agricultura e Pescas irá continuar a administrar o programa de desenvolvimento de comunidades agrícolas. Este programa presta fundos a grupos comunitários locais em áreas rurais para realizarem actividades agrícolas que beneficiem as suas próprias comunidades locais.

Estes fundos são concebidos especificamente para ajudar comunidades agrícolas na melhoria do seu bem-estar, por via do aumento da produtividade agrícola e da melhoria das condições locais. Os fundos serão ligados à concretização de objectivos específicos, por exemplo a compra de novas materiais para permitir à comunidade uma melhor irrigação de colheitas, tractores de mão para o cultivo de terras, criação de animais e desenvolvimento das pescas, bem como desenvolvimento de viveiros. O Fundo de Desenvolvimento de Comunidades Agrícolas irá fornecer $1.0 milhão por ano entre 2009 e 2012.

Quadro 7.212

Concessões Públicas Administradas pelo Ministério da Agricultura e Pescas

	2009 Orçamento	2010 Projeção	2011 Projeção	2012 Projeção	Total 4 Anos
Ministério da Agricultura e Pescas					
Fundo Comunitaria de Desenvolvimento	1,000	1,000	1,000	1,000	**4,000**
Total	**1,000**	**1,000**	**1,000**	**1,000**	**4,000**

Plano Anual de Acção

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
Direcção Nacional de Agricultura e Horticultura (DNAH)			
Produção Alimentar e Horticultura	Assistir e apoiar a extensão para os Agricultores para aumentarem a produção alimentar e a produção hortícola de modo a garantir a segurança alimentar de uma forma sustentável, aumentar o rendimento, criar emprego e crescimento económico.	Aumentar a produção alimentar e horticultura; Aumentar o rendimento e crescimento económico dos agricultores e criar empregos nas áreas rurais.	• Aumento da produção mínima de arroz para 3,0 ton/ha; • Aumento da produção mínima de milho para 2,5 ton/ha; • Feijão para 2,0 ton/ha; • Batata-doce para 5 ton/ha; • Aumento da área de cultivo de hortaliças no mínimo de 10% e frutícolas de 5%.
Protecção das Plantas	Redução dos danos e estragos dos produtos agrícolas causados pelas pragas e doenças, aumentar a produção agrícola e a qualidade e proteger os consumidores do impacto dos resíduos dos pesticidas.	Aumentar a produção agrícola por meio de actividades de extensão e treinamento para os agricultores nas áreas rurais.	• Aumento da produção mínima de arroz para 3,0 ton/ha; • Milho para 2,5 ton/ha; • Feijão para 2,0 ton/ha; • Batata-doce para 5 ton/ha.
Mecanização Agrícola	Contribuição para preparação da terra e aumento da área cultivada como base para elevar a produção.	Apoiar as actividades agrícolas através do uso da mecanização.	• Fornecer máquinas agrícolas para elevar a produção anual de 10-25%; • Mecanização nas áreas rurais de pelo menos 10.000 ha.
Direcção Nacional de Irrigação e Gestão da Utilização de Água (DNIGA)			
Apoiar a Comunidade através da Reabilitação dos Sistemas de Irrigação	Grupos de agricultores beneficiados com água nos sistemas de irrigação de modo a aumentar a produção agrícola.	Aumentar o rendimento dos agricultores por meio de construção, reabilitação e manutenção de sistemas de irrigação para apoiar o cultivo intensivo de arroz, feijão e outras culturas.	• Mínimo de 40%, dos grupos de agricultores utentes dos sistemas de irrigação, utiliza água suficiente para as suas culturas; • Mínimo de 3.000 ha de irrigação reabilitados e um mínimo de 8.500 famílias beneficiadas.
Direcção Nacional de Florestas (DNF)			
Produção e Utilização de Produtos Florestais	Incentivar o ambiente do negócio do sector privado para gerir, produzir e utilizar os produtos florestais no mercado.	Elevar a qualidade de madeira e desenvolver a madeira comercial de valor económico, especialmente para a comunidade rural que depende da floresta.	• Estabelecer campos de demonstração pilotos sobre os produtos florestais não lenhosos: • Bambu, 6 hectares em 2 distritos; • Rota, 2 hectares, no distrito de Viqueque; • Apicultura, 8 hectares; • Investigar e demarcar limites de plantação de Teca em 4 sítios de 13 áreas de plantação de Teca existentes nos distritos de Bobonaro e Covalima.
Protecção do Recursos Florestais	Protecção efectiva da integridade ecológica, composição biológica da floresta e as bacias hidrográficas em 13 distritos.	Aumentar a capacidade dos Guardas Florestais e envolver a comunidade na implementação das actividades florestais no campo para facilitar a	• Bacias hidrográficas conservadas; • Circulação de madeiras ilegais controladas; • Redução de estragos da área da floresta; • Melhorar o conhecimento da comunidade sobre a erosão e

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
		gestão, preservação e manutenção da floresta e bacias hidrográficas de modo sustentável.	estragos da floresta e o seu impacto para o meio-ambiente; • Formação de 50 participantes de 4 bacias hidrográficas; • Conservação do solo em 5ha de 3 bacias hidrográficas; • Conservação do solo em 5ha de 3 bacias hidrográficas; • Recolha de dados sobre as condições das nascentes em 13 distritos; • Estabelecer 4 postos de revista em Tibar, Hera e Laulara e colocar guardas florestais; • Formação para guardas florestais.
Áreas Protegidas e Parques Nacionais	Estabelecer redes de áreas protegidas e seu funcionamento através do envolvimento das comunidades locais para proteger o valor único da biodiversidade, sociocultural e turismo em 15 áreas protegidas de uma maneira sustentável para prosperidade das comunidades.	Fornecer dados preliminares detalhados sobre o valor da biodiversidade, sócio cultural e turismo como base de desenvolvimento para 15 áreas protegidas por meio da colaboração da comunidade e a sociedade civil.	• Política Nacional das Áreas protegidas e a Lei de Gestão do Parque Nacional de Nino Konis Santana (PNNKS) completada - Inquérito completo; • Projecto-piloto de actividade económicas da comunidade estabelecida e a operar; • Demarcação de Áreas Protegidas completada; • Inquérito preliminar de 7 áreas protegidas – inquérito detalhado em 4 zonas; • Demarcação definitiva na Área Protegida de Tilomar; • Demarcação provisória da AP de Diatuto; • Política Nacional para AP; • 30 Quadros de Aviso desenvolvidos e montados em 15 AP; • Classificação de tipo de floresta em 6 sucos no PNNKS; • Delimitação de 4 áreas no PNNKS determinado; • Dados sobre projecto-piloto completado; • Estabelecimento piloto em 6 áreas no PNNKS; • Lei da Gestão do PNNKS.
Reabilitação e Reflorestação	Envolvimento das comunidades na reabilitação da floresta e a sua gestão nas áreas degradadas, garantia de benefícios das actividades florestais e a gestão das bacias hidrográficas.	Arborização e restauração da degradação do solo, recuperação das bacias hidrográficas e protecção da linha costeira, manter e desenvolver os recursos de madeira e lenha para a produção de energia, para construção, mobiliário, fabrico de artesanatos, produção de frutas e outros produtos não lenhosos para complementar a agricultura e a horticultura.	• Arborização e restauração nos locais de erosão de um total de 100 ha em 8 distritos; • Manutenção de 119 ha de plantas em 9 distritos; • Preparar plantinhas várias no centro de viveiros de Maubara num total de 400.000 pés de 5 espécies; • Construção de 70 ha de terraços em 7 distritos; • Produzir um total de 10.000 pés em 7 distritos; • Manutenção de 100 ha de plantas; • Viveiro piloto e plantação de mangal em Bobonaro no total de 10.000 pés; • Preparar 5.000 pés de plantas ornamentais para a cidade de Díli.
Direcção Nacional de Plantas Industriais e Agrocomércio (DNPIA)			

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
Plantas Industriais	Melhorar e elevar a produção e produtividade do café e outras plantas industriais.	Aperfeiçoar a qualidade do café e outras plantas industriais; elevar a produção do café e outras plantas industriais.	• Elevar os níveis de produção de café e outras plantas industriais.
Agrocomércio	Elevar a produtividade e rendimento dos agricultores através destes benefícios, aumentar a exportação e redução da importação.	Agricultores terão acesso à venda de seus produtos no mercado; elevar o conhecimento dos agricultores sobre a comercialização dos produtos agrícolas; promover indústrias que possam substituir os produtos importados; investir no processamento dos produtos de exportação.	• Entre 5 a 8 associações de agricultores recebem apoio e funcionam legalmente; • 3 a 4 grupos de agricultores em Lautém produzem óleo de coco de boa qualidade; • Organizar treinos para os vendedores de peixe e carne em Díli e Manatuto; • Prestar apoio e assistência a 4-6 grupos de agricultores e 5 associações; • Pesquisa semanal para a recolha de informações e disseminação de preços de produtos em Baucau, Maliana, Díli; • Finalizar o perfil de 2-3 produtos (comodity).
Direcção Nacional de Formação Técnica Agrícola (DNFTA)			
Educação e Treino Técnico-Agrícola	Melhorar a qualidade de ensino nas áreas social e vocacional.	Apoiar o programa técnico na área da agricultura e preparar a capacitação dos alunos para o melhoramento do sistema de produção agrícola.	• Os finalistas da Escola Técnica Agrícola poderão envolver-se e contribuir no processo de desenvolvimento agrícola.
Direcção Nacional de Pescas e Aquicultura (DNPA)			
Desenvolvimento das Pescas e Aquicultura	Melhorar e expandir a economia do sector das pescas através da gestão da comunidade e uso de recursos sustentáveis.	Melhorar a produção através do desenvolvimento do produto e controlo de qualidade em termos higiénicos e padrões de segurança alimentar dos produtos de pesca para consumo local e exportação; Desenvolvimento da Indústria Aquícola que seja viável para responder às necessidades da população, qualidade na produção de peixe para o abastecimento local e exportações. Melhorar e promover na comunidade a gestão sustentável dos seus recursos marinhos; Melhorar o controlo da exploração dos recursos aquáticos nos mares de Timor-Leste.	• Elevar a produção pesqueira através da produção de recursos sustentáveis, aquicultura, desenvolvimento do processamento da indústria de pescas para consumo; • Exportação e minimização de pesca ilegal nas águas territoriais.
Direcção Nacional de Pesquisa e Serviços Especiais (DNPSE)			
Pesquisa e Informação	Melhorar a capacidade e a segurança alimentar a nível do agricultor através da pesquisa, disponibilização de informação e	Desenvolver e fortalecer o sistema dos serviços de Quarentena, organizar os programas de vigilância com as outras partes, desenhar e implementar um	• Desenhar, implementar e promover o conhecimento das comunidades nas áreas fronteiriças, e disponibilizar dados sobre a importação/exportação de bens e recolha de dados sobre pragas e doenças.

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
	oferecer assistência técnica em termos de tecnologia, desenvolver método de controlo biológico e desenvolver tecnologia com o capim da espécie *vetiver* para prevenir a destruição de solos em Timor-Leste.	programa que proteja os interesses do público.	
Direcção Nacional de Quarentena (DNQ)			
Desenvolvimento do Sistema para os Serviços de Quarentena	Desenvolver e proteger a agricultura contra as pragas e doenças importadas; elevar a exportação agrícola através do melhoramento do sistema de serviços de Quarentena.	Desenvolver e fortalecer o sistema dos serviços de Quarentena, organizar os programas de vigilância com as outras partes, desenhar e implementar um programa que proteja os interesses do público.	• Desenhar e implementar e promover o conhecimento das comunidades nas áreas fronteiriças e disponibilizar dados sobre a importação/exportação de bens e recolha de dados sobre pragas e doenças.
Direcção Nacional de Administração e Finanças (DNAF)			
Apoiar os Serviços Administrativos de todas as Direcções do Ministério	Administrar os recursos do Ministério de modo económico, eficiente e efectivo.	Desenvolver e apoiar os programas diários do MAP e melhorar a capacidade de implementação dos programas agrícolas no terreno, oferecer apoio adequado e aconselhamento a todos os funcionários do MAP; centralmente coordenar os recursos e desenvolver a capacidade do MAP.	• Apoio disponibilizado a todos os serviços do Ministério de modo efectivo e adequado.
Direcção Nacional de Pecuária e Veterinária (DNPV)			
Apoiar as Comunidades no Melhoramento da Produção Animal, Serviços de Veterinário com qualidade, produção de carne e ovos de qualidade.	Aumentar a produção e a produtividade dos produtos animais, boa qualidade dos produtos avícolas para a comunidade.	Elevar a produção animal; melhoramento da qualidade da espécie animal; estabelecer indústria pecuária de pequena e média escala; redução de doenças e mortalidade animal; manutenção de saúde pública e controlo de medicamentos; melhoramento dos serviços de veterinária.	• Prestação dos serviços de apoio de pecuária a todos os sucos para melhorar as capacidades do agricultor de modo a transformar o sistema tradicional de criação de animais para um sistema intensivo num total de 5-10% dos criadores de todo o País.
Direcção Nacional Política e Planeamento (DNPP)			
Politica e Planeamento, Monitorização e Avaliação; Cooperação Nacional e Internacional; Segurança Alimentar; Género e Agricultura; Sistema de Informação Estatística	Apoiar a Política e Plano do Ministério com o objectivo de aumentar a produtividade agrícola de uma forma sustentável para garantir a segurança alimentar; Preparar informação geográfica e	Política do Ministério efectiva; Melhorar a coordenação e cooperação com os parceiros do desenvolvimento no sector da agricultura; estabelecer um sistema de aviso prévio para a segurança alimentar; programas, projectos e actividades do MAP monitorizados e	• 3 Políticas elaboradas e aprovadas; • Lista de atendimento da reunião de coordenação a nível distrital atingir 75%; • 75% dos projectos entregam relatório para o MAP; • Comité de Segurança Alimentar Distrital estabelecido em cada distrito e a funcionar de uma forma adequada;

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
Agrícola e ALGIS	meteorológica e mapas para apoiar a gestão e planeamento agrícola e recurso naturais.	avaliados de uma forma efectiva; produção e disseminação de dados de qualidade e fiáveis; papel do género integrado nos serviços do MAP:	• Oficiais de Segurança Alimentar recrutados e treinados; • Departamento de Segurança Alimentar a receber informação relevante e publicar cada mês; • Melhorar o desempenho com respeito a monitoria, análise e relatório no MAP; • Realizar a avaliação do impacto para os programas do MAP; • Sistema de informação estatística agrícola desenvolvido e também metodologia de recolha, processamento e disseminação de dados estabelecidos; • Planos e relatórios relacionados com todas as direcções bem elaborados e finalizados a tempo; • Guião técnico relacionado ao género e produzido e disseminado para 50% das direcções; • Rede de género no MAP desenvolvida; • Recolha de dados climáticos de 23 estações; • Inquérito as nascentes de água nas ribeiras de Laclo e Carau Ulun; • Inquérito as zonas de várzeas de arroz no distrito de Covalima.
Direcção Nacional de Desenvolvimento Comunitário Agrícola (DNDCA)			
Fundo de Desenvolvimento Comunitário Agrícola e Programa de Extensão Agrícola	Elevar a capacidade e habilidade das comunidades rurais/agricultores na produção e qualidade dos produtos alimentares para garantir a segurança alimentar e rendimento familiar e disponibilização de assistência técnica adequada e apropriada através dos extensionistas rurais.	Definir uma Política Nacional e formulação de estratégias sobre extensão agrícola, definir prioridades e objectivos; estabelecer uma rede de extensionistas a nível local; disseminação de informação relevantes aos agricultores desenvolvidas pelas direcções técnicas do MAP; estabelecer um mecanismo de coordenação na implementação do Fundo de Desenvolvimento Comunitário Agrícola/FDCA; garantir apoio ético para as propostas que foram aprovadas para implementar o FDCA e coordenar com as autoridades locais, acompanhamento da monitorização na implementação dos projectos.	• 500 grupos de agricultores em todos os sucos dos territórios recebem apoio suficiente dos fundos para a implementação das suas actividades produtivas; • 12 extensionaistas sénior, 376 extencionistas e 20 oficiais técnicos capacitados para implementar as actividades no campo.
Serviços de Agricultura do Distrito de Aileu			
Actividades de Agricultura no Distrito de Aileu	Contribuir para uma implementação efectiva da	Assistir cada departamento para melhorar os seus serviços no campo;	• No mínimo implementar 3 projectos, conduzir o programa de vacinação, programa de viveiros, criar e estabelecer

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
	extensão agrícola integrada com todos os sectores de modo a maximizar o trabalho na base e melhorar a coordenação para tornar mais efectivo o serviço na base.	manter uma boa coordenação entre todos os serviços; monitorar e avaliar a implementação dos serviços.	grupos de agricultores, distribuir informação para os agricultores.
Serviços de Agricultura do Distrito de Ainaro			
Actividades de Agricultura no Distrito de Ainaro	Contribuir para uma implementação efectiva da extensão agrícola integrada com todos os sectores de modo a maximizar o trabalho na base e melhorar a coordenação para tornar mais efectivo o serviço na base.	Assistir cada departamento para melhorar os seus serviços no campo; manter uma boa coordenação entre todos os serviços; monitorar e avaliar a implementação dos serviços.	• No mínimo implementar 3 projectos, conduzir o programa de vacinação, programa de viveiros, criar e estabelecer grupos de agricultores, distribuir informação para os agricultores.
Serviços de Agricultura do Distrito de Baucau			
Actividades de Agricultura no Distrito de Baucau	Contribuir para uma implementação efectiva da extensão agrícola integrada com todos os sectores de modo a maximizar o trabalho na base e melhorar a coordenação para tornar mais efectivo o serviço na base.	Assistir cada departamento para melhorar os seus serviços no campo; manter uma boa coordenação entre todos os serviços; monitorar e avaliar a implementação dos serviços.	• No mínimo implementar 3 projectos, conduzir o programa de vacinação, programa de viveiros, criar e estabelecer grupos de agricultores, distribuir informação para os agricultores, aumentar produção alimentar, distribuição de sementes e base de dados.
Serviços de Agricultura do Distrito de Bobonaro			
Actividades de Agricultura no Distrito de Bobonaro	Aumentar a qualidade e quantidade da produção, melhorar a capacidade dos funcionários e agricultores, produzir sementes, produção animal, vacinação, ração para os animais, esquema de irrigação, utilizar e desenvolver recursos marinhos e áreas pesqueiras.	Melhorar o sistema de produção alimentar com qualidade e quantidade ideal na área agrícola e pesqueira.	• Aumento do rendimento dos produtos agrícolas para o agricultor devido ao melhoramento da qualidade e quantidade de produção.
Serviços de Agricultura do Distrito de Covalima			
Actividades de Agricultura no Distrito de Covalima	Contribuir para uma implementação efectiva da extensão agrícola integrada com todos os sectores de modo a maximizar o trabalho na base e melhorar a coordenação para tornar mais efectivo o serviço na base.	Assistir cada departamento para melhorar os seus serviços no campo; manter uma boa coordenação entre todos os serviços; monitorar e avaliar a implementação dos serviços.	• No mínimo implementar 3 projectos, conduzir o programa de vacinação, programa de viveiros, criar e estabelecer grupos de agricultores, distribuir informação para os agricultores.

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
Serviços de Agricultura do Distrito de Ermera			
Actividades de Agricultura no Distrito de Ermera	Aumentar a qualidade e quantidade da produção, melhorar a capacidade dos funcionários e agricultores, produzir sementes, produção animal, vacinação, ração para os animais, esquema de irrigação, utilizar e desenvolver recursos na área da agricultura.	Melhorar o sistema de produção alimentar com qualidade e quantidade ideal na área agrícola.	• Aumento no rendimento dos produtos agrícolas para o agricultor devido ao melhoramento da qualidade e quantidade de produção.
Serviços de Agricultura do Distrito de Lautem			
Actividades de Agricultura no Distrito de Lautem	Contribuir para uma implementação efectiva da extensão agrícola integrada com todos os sectores de modo a maximizar o trabalho na base e melhorar a coordenação para tornar mais efectivo o serviço na base.	Assistir cada departamento para melhorar os seus serviços no campo; manter uma boa coordenação entre todos os serviços; monitorar e avaliar a implementação dos serviços.	• No mínimo implementar 3 projectos, conduzir o programa de vacinação, programa de viveiros, criar e estabelecer grupos de agricultores, distribuir informação para os agricultores, aumentar a produção alimentar, distribuição de sementes e base de dados.
Serviços de Agricultura do Distrito de Liquiça			
Actividades de Agricultura no Distrito de Liquiça	Aumentar a qualidade e quantidade da produção, melhorar a capacidade dos funcionários e agricultores, produzir sementes, produção animal, vacinação, ração para os animais, esquema de irrigação, utilizar e desenvolver recursos marinhos e áreas pesqueiras.	Melhorar o sistema de produção alimentar com qualidade e quantidade ideal na área agrícola e pesqueira.	• Aumento no rendimento dos produtos agrícolas para o agricultor devido ao melhoramento da qualidade e quantidade de produção.
Serviços de Agricultura do Distrito de Manatuto			
Actividades de Agricultura no Distrito de Manatuto	Contribuir para uma implementação efectiva da extensão agrícola integrada com todos os sectores de modo a maximizar o trabalho na base e melhorar a coordenação para tornar mais efectivo o serviço na base.	Assistir cada departamento para melhorar os seus serviços no campo; manter uma boa coordenação entre todos os serviços; monitorar e avaliar a implementação dos serviços.	• No mínimo implementar 3 projectos, conduzir o programa de vacinação, programa de viveiros, criar e estabelecer grupos de agricultores, distribuir informação para os agricultores, aumentar a produção alimentar, distribuição de sementes e base de dados.
Serviços de Agricultura do Distrito de Manufahi			
Actividades de Agricultura no Distrito de Manufahi	Contribuir para uma implementação efectiva da extensão agrícola integrada com todos os sectores de modo a	Assistir cada departamento para melhorar os seus serviços no campo; manter uma boa coordenação entre todos os serviços; monitorar e avaliar a	• No mínimo implementar 3 projectos, conduzir o programa de vacinação, programa de viveiros, criar e estabelecer grupos de agricultores, distribuir informação para os agricultores.

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
	maximizar o trabalho na base e melhorar a coordenação para tornar mais efectivo o serviço na base.	implementação dos serviços.	
Serviços de Agricultura do Distrito de Oecusse			
Actividades de Agricultura no Distrito de Oecusse	Aumentar a qualidade e quantidade da produção, melhorar a capacidade dos funcionários e agricultores, produzir sementes, produção animal, vacinação, ração para os animais, esquema de irrigação, utilizar e desenvolver os recursos na área da agricultura.	Assistir cada departamento para melhorar os seus serviços no campo; manter uma boa coordenação entre todos os serviços; monitorar e avaliar a implementação dos serviços.	• No mínimo implementar 3 projectos, conduzir o programa de vacinação, programa de viveiros, criar e estabelecer grupos de agricultores, distribuir informação para os agricultores e programa de criação/engorda de gado.
Serviços de Agricultura do Distrito de Viqueque			
Actividades de Agricultura no Distrito de Viqueque	Contribuir para uma implementação efectiva da extensão agrícola integrada com todos os sectores de modo a maximizar o trabalho na base e melhorar a coordenação para tornar mais efectivo o serviço na base.	Assistir cada departamento para melhorar os seus serviços no campo; manter uma boa coordenação entre todos os serviços; monitorar e avaliar a implementação dos serviços.	• No mínimo implementar 3 projectos, conduzir o programa de vacinação, programa de viveiros, criar e estabelecer grupos de agricultores, distribuir informação para os agricultores, aumentar a produção alimentar, distribuição de sementes e base de dados.

Tribunais

Os Tribunais englobam: o Supremo Tribunal; o Tribunal de Recurso; e os Tribunais de Distrito.

Os objectivos dos Tribunais em 2009 são os seguintes:

- continuar a formação de Juízes e Oficiais de Tribunal – propõe-se que até Dezembro de 2009 haja 11 juízes a concluir formação para o Tribunal de Recurso e 13 para os Tribunais de Distrito; e cerca de 40 oficiais terão concluído a formação para os Tribunais de Distrito; e
- reduzir tempos de espera relativamente aos tribunais, aumentando a velocidade dos processos de modo a garantir que 80% dos processos novos e pendentes avançam para a sua conclusão em todos os Tribunais.

Os Tribunais continuam a requerer pessoal profissional internacional. O sistema pretende manter os seus números de pessoal internacional em 8 Juízes, 17 Oficiais de Tribunal e 11 Tradutores, financiados por uma combinação de apoio internacional (por exemplo PNUD).

O financiamento e actividades dos Tribunais são indicados de seguida.

Quadro 7.213

Orçamento Geral do Estado ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	262	590	313	313	313	1,529
Bens e Serviços	1,366	1,286	1,215	1,215	1,215	4,931
Capital Minor	503	338	339	339	339	1,355
Transferências Públicas						-
Total Despesas Recorrentes	2,131	2,214	1,867	1,867	1,867	7,815
Crescimento ao Ano Interior		3.9%	-15.7%	0.0%	0.0%	-15.7%
Total Capital Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Crescimento ao Ano Interior		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Total Orçamento Geral do Estado	**2,131**	**2,214**	**1,867**	**1,867**	**1,867**	**7,815**
Crescimento ao Ano Interior		3.9%	-15.7%	0.0%	0.0%	-15.7%

O financiamento estatal para os Tribunais em 2009 é de $2.214 milhões, uma redução de 3.9 por cento a partir do orçamento estatal para 2008 de $2.131 milhões. A principal razão para esta alteração prende-se com reduções nos Bens e Serviços e Capital Menor comparativamente a 2008, quando os Tribunais requeriam a contratação de assistência técnica específica, manutenção de escritórios e compras de carros e equipamentos de escritório. A alteração global no financiamento dos Tribunais é explicada pelas reduções nestas áreas. Os Salários e Vencimentos aumentaram devido à implementação do novo regime de carreira.

Quadro 7.214

Fundos confirmados a partir de outras fontes ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	-	-	-	-	-	-
Despesas Capital	-	-	-	-	-	-
Total Fundos Confirmados de Outros Fonte	-	-	-	-	-	-
Crescimento ao Ano Interior		*#DIV/0!*	*#DIV/0!*	*#DIV/0!*	*#DIV/0!*	*#DIV/0!*

Apesar do Quadro não mostrar financiamento a partir de outras fontes, os Tribunais beneficiam de apoio significativo de parceiros de desenvolvimento ao sector da justiça. Todavia muitos programas de parceiros de desenvolvimento não identificam separadamente o nível de apoio prestado a cada órgão do sector da justiça. Nos casos onde os programas não estão identificados especificamente como parte dos Tribunais, do Procurador-Geral ou do Provedor, o financiamento a partir de outras fontes é registado sob o Ministério da Justiça.

Quadro 7.215

Orçamento de Fontes Combinadas para os Tribunais ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Fontes Combinadas						
Despesas Recorrentes	2,131	2,214	1,867	1,867	1,867	7,815
Crescimento ao Ano Interior		3.9%	-15.7%	0.0%	0.0%	-15.7%
Despesas Capital	-	-	-	-	-	-
Crescimento ao Ano Interior		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Total Fontes Combinadas	**2,131**	**2,214**	**1,867**	**1,867**	**1,867**	**7,815**
Crescimento ao Ano Interior		4%	-15.7%	0.0%	0.0%	-15.7%

Pessoal

Quadro 7.216

Perfil de Funcionários

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Total Permanente	15	26	16	8	1	-	-	66
Total Temporario	1	3	5	-	-	-	30	39
Total Apontamento Politica	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Funcionario	**16**	**29**	**21**	**8**	**1**	**-**	**30**	**105**

Quadro 7.217

Perfil de Gestão

Director Geral	1
Director Nacional	1
Director Distrital	1
Chefe Departemento	1
Chefe Secção	-
Total	**4**

Em 2009 os Tribunais aprovaram um Perfil de Funcionários com 105 elementos, incluindo 66 funcionários permanentes e 39 funcionários temporários. Os funcionários permanentes incluem 4 posições de gestão, conforme descrito acima. Mantém-se em curso o processo de recrutamento para 22 posições permanentes e 17 posições temporárias, a fim de preencher a totalidade do Perfil de Funcionários dos Tribunais. Sob o novo regime de carreira a estrutura de gestãoforma 3.8 por cento do total da força laboral aprovada.

Actividades de Fontes Combinadas

Tal como foi referido, embora os Tribunais beneficiem de apoio significativo por parte de parceiros de desenvolvimento, este não foi identificado separadamente entre os programas que prestam apoio ao sector da justiça em Timor-Leste. Todo o financiamento do sector da justiça a partir de outras fontes que não é identificado em separado tem sido registado sob o Ministério da Justiça.

Plano Anual de Acção

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
Conselho Superior de Magistratura Judicial (CSMJ)	Boa gestão e disciplina dos Juízes. Conseguir que os Tribunais funcionem de forma eficiente e assegurar a efectivação do Estado de direito e o respeito pelos direitos humanos.	CSMJ a exercer mais eficazmente as suas funções de administração e disciplina sobre os Juízes, melhorando o funcionamento do sistema judicial e aumentando a confiança dos Juízes, assim como aumento da capacidade de resposta do sistema judicial garantindo o aumento de confiança nos Tribunais.	• Eficácia do Conselho Superior da Magistratura Judicial; • Realização de reuniões e deliberações em matéria do CSMJ e execução dessas deliberações; • Medidas relativas à gestão e disciplina dos Juízes; • Aproveitamento e rentabilidade dos recursos humanos disponíveis.
	Inspecção aos Tribunais.	Conhecimento do estado, necessidades e deficiências dos Tribunais e responsabilizar de acordo com a lei os Juízes e Oficiais de Justiça pelos seus actos.	• Tomar as medidas necessárias à correcção das deficiências dos Tribunais e avaliação do desempenho dos Juízes e Oficiais de Justiça.
	Recrutamento de Recursos Humanos.	Permitir ao CSMJ exercer eficazmente as suas funções e disciplina sobre os Juízes e Oficias de Justiça.	• Dotar o CSMJ de Juiz -Secretário, Inspector Judicial e preenchimento das vagas da Secretaria de acordo com o orçamento.
Tribunal de Recurso (TR)	Boa Administração da Justiça; Conseguir que os Tribunais funcionem de forma eficiente para assegurar a efectivação do Estado de direito e o respeito pelos direitos humanos.	Formação de recursos humanos, Juízes e Oficias de Justiça.	• Capacidade do TR para exercer as suas funções de mais alta instância do País e garantia da eficácia na correcção de erros cometidos nas decisões da primeira instância; • Decisão atempada e justa dos conflitos trazidos ao TR através dos processos; • Redução ao mínimo do número de arguidos que aguardam julgamento em prisão bem como o tempo de espera pelo julgamento e decisão final.
	Decisão dos processos pendentes e entrados no Tribunal de Recurso em 2009.	Distribuir pelos Juízes os processos entrados e julgar os processos entrados no TR durante o ano de 2009 e os processos pendentes dos anos anteriores.	• 80% dos processos entrados e os processos pendentes a serem julgados ou decididos.
	Reduzir ao mínimo o número de arguidos que aguardam julgamento em prisão preventiva durante o ano de 2009.	Dar prioridade e acelerar julgamentos e decisões de processos relativos a arguidos que aguardam julgamento em prisão preventiva durante o ano de 2009.	• Redução do número de processos pendentes relativos a arguidos em prisão preventiva.
	Formação de recursos humanos.	Formação técnico-jurídica de âmbito geral de Juízes.	• 11 Juízes formados em Dezembro de 2009.

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
	Manutenção dos recursos humanos internacionais.	Procura de apoio do PNUD (J*ustice Facility*) e de outros parceiros de desenvolvimento na manutenção dos recursos humanos internacionais necessários.	• Manutenção dos recursos humanos internacionais; 6 Juízes, 10 Oficiais de Justiça e 8 Tradutores / Interpretes.
	Recrutamento de técnicos especializados na área da economia, finanças e auditoria.	Estabelecer contactos com entidades e instituições para obtenção de financiamento.	• Obter o financiamento para recrutamento dos técnicos necessários.
	Formação específica de recursos humanos na área de gestão, planeamento e execução do orçamento.	Estabelecer contacto com instituições relevantes para realização da formação pretendida.	• Administradores judiciais formados em gestão, planeamento e execução do orçamento.
Tribunais Distritais (TD)	Boa Administração da Justiça. Conseguir que os Tribunais funcionem de forma eficiente para assegurar a efectivação do Estado de Direito e o respeito pelos Direitos Humanos.	Formação de recursos humanos, Juízes e Oficias de Justiça.	• Capacidade dos Tribunais Distritais para exercer as suas funções de primeira instância; • Decisão atempada e justa dos processos trazidos aos TD através dos processos; • Redução ao mínimo do número do número de arguidos que aguardam julgamento em prisão bem como o tempo de espera pelo julgamento e decisão final; • Melhoria do acesso à justiça, sobretudo dos mais desfavorecidos.
	Decisão dos processos pendentes e entrados nos Tribunais Distritais em 2009.	Distribuir pelos Juízes os processos entrados. Julgar os processos entrados nos TD durante o ano de 2009 e os processos pendentes dos anos anteriores.	• 80% dos processos entrados e os processos pendentes a serem julgados ou decididos.
	Reduzir ao mínimo o número de arguidos que aguardam julgamento em prisão preventiva durante o ano de 2009.	Dar prioridade e acelerar julgamentos e decisões de processos relativos a arguidos que aguardam julgamento em prisão preventiva durante o ano de 2009.	• Redução do número de processos pendentes relativos a arguidos em prisão preventiva.
	Formação de recursos humanos.	Formação técnico-jurídica de âmbito geral de Juízes.	• 13 Juízes formados em Dezembro de 2009.
		Formação técnico-jurídica de âmbito geral de Oficiais de Justiça.	• 40 Oficias de Justiça devidamente formados em Dezembro de 2009.
	Manutenção dos recursos humanos internacionais.	Procura de apoio do PNUD (J*ustice Facility*) e de outros parceiros de desenvolvimento na manutenção dos recursos humanos internacionais necessários.	• Manutenção dos recursos humanos internacionais; 2 Juízes, 7 Oficiais de Justiça e 3 Tradutores / Interpretes.

Procurador-Geral

O Gabinete do Procurador-Geral é uma instituição vital no funcionamento da lei. É responsável pela representação e defesa dos interesses do Estado. O Gabinete supervisiona e é responsável por assegurar que todas as matérias criminais são devidamente investigadas (ou directamente ou através de outros órgãos) e, quando as investigações assim o justifiquem, levar as matérias a tribunal. O Procurador é também responsável por determinar quando o Estado deve recorrer de decisões dos Tribunais caso seja considerado que estas não estão de acordo com a lei. O financiamento e as actividades para o Procurador-Geral são indicados de seguida.

Quadro 7.218

Orçamento Geral do Estado ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	160	772	505	505	505	2,287
Bens e Serviços	740	1,572	1,682	1,682	1,682	6,618
Capital Minor	551	687	738	738	738	2,901
Transferências Públicas						-
Total Despesas Recorrentes	1,451	3,031	2,925	2,925	2,925	11,806
Crescimento ao Ano Interior		108.9%	-3.5%	0.0%	0.0%	-3.5%
Total Capital Desenvolvimento	797	438	182	-	-	620
Crescimento ao Ano Interior		-45.0%	-58.4%	-100.0%	#DIV/0!	-100.0%
Total Orçamento Geral do Estado	**2,248**	**3,469**	**3,107**	**2,925**	**2,925**	**12,426**
Crescimento ao Ano Interior		54.3%	-10.4%	-5.9%	0.0%	-15.7%

O financiamento estatal para o Gabinete do Procurador-Geral em 2009 será de $3.469 milhões, um aumento de 54.3 por cento em relação ao orçamento do estado para 2008, no valor de $3.031 milhões. Houve um aumento significativo no financiamento recorrente. Os salários e Vencimentos aumentaram devido ao impacto do novo regime de carreira e ao aumento no número de funcionários públicos nos distritos. Há um aumento correspondente nos Bens e Vencimentos para apoiar a maior actividade nos Distritos. O Capital Menor aumentou com a compra de equipamentos para os novos gabinetes nos distritos de Baucau, Suai, Oecussi e para o novo gabinete em Díli.

Quadro 7.219

Fundos confirmados a partir de outras fontes ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	1,000	-	-	-	-	-
Despesas Capital	-	-	-	-	-	-
Total Fundos Confirmados de Outros	1,000	-	-	-	-	-
Crescimento ao Ano Interior		*-100.0%*	*#DIV/0!*	*#DIV/0!*	*#DIV/0!*	*#DIV/0!*

O programa de apoio financiado por Portugal que afectou $1 milhão em 2008 não irá continuar em 2009. Apesar da Quadro mostrar um financiamento limitado a partir de outras fontes, o Procurador-Geral beneficia de apoio significativo de parceiros de desenvolvimento ao sector da justiça. Todavia muitos programas de parceiros de

desenvolvimento não identificam separadamente o nível de apoio prestado a cada órgão do sector da justiça. Nos casos onde os programas não estão identificados especificamente como parte dos Tribunais, do Procurador-Geral ou do Provedor, o financiamento a partir de outras fontes é registado sob o Ministério da Justiça.

Quadro 7.220

Orçamento de Fontes Combinadas para o Procurador-Geral ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Fontes Combinadas						
Despesas Recorrentes	2,451	3,031	2,925	2,925	2,925	11,806
Crescimento ao Ano Interior		23.7%	-3.5%	0.0%	0.0%	-3.5%
Despesas Capital	797	438	182	-	-	620
Crescimento ao Ano Interior		-45.0%	-58.4%	-100.0%	#DIV/0!	-100.0%
Total Fontes Combinadas	**3,248**	**3,469**	**3,107**	**2,925**	**2,925**	**12,426**
Crescimento ao Ano Interior		7%	-10.4%	-5.9%	0.0%	-15.7%

Devido ao fim do financiamento português em 2008 e à redução dos requisitos de Capital e Desenvolvimento em 2009, existe uma ligeira queda de 2.7% nos recursos disponíveis para o Gabinete numa base de Fontes Combinadas**.**

Quadro 7.221

Capital e Desenvolvimento

Status	Projecto	2009	2010	2011	2012	Total
Novo	Segurança para escritórios de distrito do Procuradoria Geral - Oecussi	40	-	-	-	40
Novo	Acomodação para a Funcionários da Procuradoria Geral Suai	118	32	-	-	150
Novo	Segurança para escritórios de distrito do Procuradoria Geral - Suai	40	-	-	-	40
Novo	Segurança para escritórios de distrito do Procuradoria Geral - Baucau	50	-	-	-	50
Novo	Acomodação para a Funcionários da Procuradoria Geral Oecussi	75	75	-	-	150
Novo	Acomodação para a Funcionários da Procuradoria Geral Suai	75	75	-	-	150
Reorçamentado	Reabilitação do Gabinete da Procuradoria Geral em Baucau	15	-	-	-	15
Reorçamentado	Construção do Gabinete da Procuradoria Geral em Oecussi	13	-	-	-	13
Reorçamentado	Reabilitação do Gabinete da Procuradoria-Geral em Suai	12	-	-	-	12
Total	**Procuradoria-Geral da República**	**438**	**182**	**-**	**-**	**620**

Pessoal

Quadro 7.222

Perfil de Funcionários

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Total Permanente	6	11	13	-	1	1	-	32
Total Temporario	15	14	14	17	21	22	4	107
Total Apontamento Politica	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Funcionario	**21**	**25**	**27**	**17**	**22**	**23**	**4**	**139**

Quadro 7.223

Perfil de Gestão

Director Geral	-
Director Nacional	1
Director Distrital	-
Chefe Departemento	3
Chefe Secção	-
Total	**4**

Em 2009 o Gabinete do Procurador-Geral aprovou um Perfil de Funcionários com 139 elementos, incluindo 32 funcionários permanentes e 107 funcionários temporários. Os funcionários permanentes incluem 4 posições de gestão, conforme descrito acima. Mantém-se em curso o processo de recrutamento para 2 posições permanentes e 67 posições temporárias, a fim de preencher a totalidade do Perfil de Funcionários do Gabinete. Sob o novo regime de carreira a estrutura de gestão forma 2.9 por cento do total da força laboral aprovada.

Actividades de Fontes Combinadas

Quadro 7.224
Actividades administradas com o Governo ($000)

Projecto ou Programa	PD	Instituição Implem.	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Apoio ao reforço do sistema judicial	Portugal	UNDP	1,000	0	0	0	0	0
TOTAL			**1,000**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**

O Gabinete do Procurador-Geral não identificou separadamente apoio de programas de parceiros de desenvolvimento em 2009 ou a médio prazo. Deve contudo ser notado que a maior parte do apoio ao sector da justiça não foi separada entre os diferentes órgãos de justiça do Governo. A assistência dos parceiros de desenvolvimento é incluída na totalidade no resumo do capítulo do Ministério da Justiça relativamente às actividades realizadas com o Governo e às actividades realizadas com ONGs e com a comunidade.

Plano Anual de Acção

Programa / Nome da Divisão	Metas	Objectivos	Resultados Esperados / Indicadores de Desempenho
Investigações e Acusações Criminais *(Serviços de Investigação Criminal a Nível Central e Distrital)*	Supervisionar investigações criminais e conduzir acusações efectivamente	Estabelecer acordos de ligação formais entre o GPG e a Polícia, de modo a melhorar a supervisão de investigações levadas a cabo pela polícia. Melhorar a comunicação entre a polícia e os procuradores por via da provisão de um sistema comum de comunicação por rádio a polícias e procuradores. Melhorar o conhecimento e compreensão da polícia sobre o direito criminal e o direito relativo a procedimentos criminais, por via do desenvolvimento de um manual de processos de investigação e da provisão de formação a investigadores. Desenvolver capacidade relativamente a investigações proactivas por parte de polícias e procuradores (por exemplo em casos de drogas, crime organizado ou corrupção). Desenvolver e manter um sistema efectivo de arquivo, garantindo o arquivo apropriado de relatórios policiais sobre crimes. Desenvolver um documento de conceito sobre o estabelecimento da Polícia Judiciária Nacional. Estabelecer o Serviço Central de Investigações Criminais e melhorar a sua capacidade para investigar crimes graves.	**Resultados Esperados:** Melhoria da qualidade das investigações. Maior compreensão e cumprimento por parte da polícia em relação ao código de procedimentos criminais e às leis propostas com influência sobre as investigações. Abordagem consistente às investigações criminais. Melhoria da qualidade das declarações de testemunhas. Sistema de registo de ficheiros estabelecido e mantido de forma apropriada. Melhoria das comunicações entre o Ministério Público e a polícia aquando da resposta a uma ocorrência de crime. **Indicadores de Desempenho:** N.º de sessões de trabalho / reuniões conduzidas entre o Ministério Público e a Polícia. N.º de acções de formação ministradas à Polícia. Manual de procedimentos desenvolvido e circulado a 100% das esquadras de polícia. % de crimes reportados assistidos pela polícia. % de crimes graves assistidos pela polícia no espaço de 24 horas. N.º de declarações tomadas por procuradores devido à má qualidade das declarações tomadas inicialmente pela polícia. Procedimentos de gestão de ficheiros actualizados e mantidos. 100% de todos os ficheiros arquivados de acordo com os procedimentos. N.º de investigações apoiadas por comunicações rádio. N.º de documentos de opção preparados sobre o estabelecimento da Policia Judiciária nacional. Serviço Central de Investigações Criminais estabelecido. N.º de casos supervisionados por cada procurador.

		Estabelecer e manter serviços adequados do ministério público em quatro distritos: Suai, Baucau, Oecussi e Díli. Estabelecer e manter um processo de análise de casos pendentes. Conduzir recursos apropriados em relação a casos criminais. Providenciar acesso a informações sobre acusações ao público. Desenvolver mecanismos no sentido de garantir a execução de decisões de tribunal.	% de crimes graves assistidos por um procurador. % de outros crimes assistidos por um procurador. N.º de casos pendentes. N.º de casos levados a tribunal por procurador por distrito. N.º de casos em curso. N.º de recursos apresentados pelo Ministério Público. % de recursos pelo Ministério Público aceites.
Serviços Forenses	Desenvolver e melhorar a capacidade forense para recolher e analisar provas em Timor-Leste.	Estabelecer Unidade de Serviços Forenses dentro do GPG. Prestar formação sobre preservação de cenários de crime e métodos de recolha de provas forenses, bem como dotar os investigadores de recursos adequados. Desenvolver capacidade de análise forense dentro do GPG.	**Resultados Esperados:** Unidade de Serviços Forenses estabelecida. Melhoria das capacidades em Timor-Leste para recolha de provas forenses e realização de análises forenses. **Indicadores de Desempenho:** Unidade de Serviços Forenses estabelecida. N.º de conjuntos forenses comprados e distribuídos a investigadores. N.º de pessoal nacional com formação em análise forense. N.º de funcionários com formação em Preservação de Cenários de Crime.
Serviço de Protecção de Testemunhas	Organizar e coordenar a protecção de testemunhas (que precisem de protecção) de modo a ajudar na investigação e acusação de crimes.	Estabelecer o Serviço de Protecção de Testemunhas. Desenvolver e institucionalizar os procedimentos operacionais para protecção de testemunhas.	**Resultados Esperados:** Protecção e apoio disponíveis para testemunhas de crimes. **Indicadores de Desempenho:** Quadro legal proposto para Protecção de Testemunhas aprovado pelo CdM. Serviço de Protecção de Testemunhas estabelecido e plenamente operacional. Procedimentos estabelecidos para protecção de testemunhas. N.º de funcionários com formação

			em procedimentos de protecção de testemunhas. N.º de testemunhas assistidas.
Serviços Corporativos	Desenvolver sistemas, processos e procedimentos de gestão, bem como providenciar os meios e recursos necessários para apoiar a função essencial do Ministério Público.	Finalizar a estrutura organizacional e a lei orgânica do GPG, bem como desenvolver e implementar uma estratégia de recrutamento para novas posições. Finalizar o processo de planeamento estratégico no seio do GPG. Garantir uma maior transparência e responsabilização na gestão dos recursos financeiros. Estabelecer e manter sistemas informáticos e de comunicação adequados para o GPG. Dotar os funcionários de acesso a transportes seguros e funcionais para a realização dos seus deveres. Providenciar instalações seguras e adequadas de trabalho e residência (totalmente mobiladas) para o pessoal nos distritos poder desempenhar as tarefas que lhes estejam atribuídas. Desenvolver um sistema apropriado de gestão de casos para registar, monitorizar e reportar casos e volume de trabalho de pessoal. Formar o pessoal da Administração, Finanças e Planeamento e fortalecer as suas capacidades para conduzirem as suas funções de forma efectiva.	**Resultados Esperados:** Sucesso na implementação do processo de reorganização. Melhoria no desempenho institucional. Pessoal com uma melhor compreensão dos seus papéis e das suas responsabilidades. Plano estratégico finalizado e conteúdo compreendido por todos os funcionários do GPG. Melhoria em níveis da execução orçamental e melhoria em níveis da prestação de serviços. Melhoria dos meios de comunicação entre pessoal. Sistemas informáticos e de comunicações mantidos e a funcionar devidamente. Funcionários dotados dos recursos necessários para a realização do seu trabalho, incluindo a provisão do equipamento e veículos necessários. Melhoria na prestação de serviços nos Distritos – fornecendo instalações de trabalho e residência adequadas aos funcionários para o desempenho das suas funções. Todos os funcionários autorizados capazes de registar o progresso de casos, determinar a situação de ficheiros pendentes, extrair estatísticas sobre volumes de casos e monitorizar a carga de trabalho. Pessoal dos serviços corporativos capaz de prestar apoio administrativo eficiente ao Ministério Público. **Resultados Esperados:** Estrutura organizacional e lei orgânica revistas para o Ministério Público aprovadas. Estratégia de recrutamento desenvolvida e implementada. Plano Estratégico para o GPG aprovado. Manual Orçamental desenvolvido e n.º de funcionários do departamento de finanças formado. Revisão periódica da taxa de execução orçamental do GPG. Sistemas informáticos e de comunicação instalados e n.º de funcionários formados no uso e acesso a correio electrónico. Problemas informáticos resolvidos no prazo de 14 dias. Funcionários recrutados para a gestão de todos os veículos do GPG; procedimentos sobre uso de

			veículos estabelecidos, e sistema de manutenção e registo de veículos estabelecido e mantido. Instalações de trabalho e residência (incluindo vedações) em Suai, Oecussi, Baucau e Díli estabelecidas e totalmente mobiladas. Sistema de gestão de casos estabelecido; e relatórios regulares produzidos de modo a monitorizar o progresso. 80% dos funcionários recrutados nos Serviços Corporativos.
Desenvolvimento e Gestão de Recursos Humanos	Desenvolver e reter uma força de trabalho composta por cidadãos nacionais capazes de permitir ao Ministério Público cumprir o seu mandato. Recrutar pessoal qualificado para ajudar na provisão de um ministério público efectivo e eficaz.	Conduzir uma análise à mão-de-obra. Desenvolver um Plano de Desenvolvimento de Recursos Humanos. Desenvolver e implementar políticas e manuais de procedimentos de Gestão de Recursos Humanos dentro do GPG. Lidar com a barreira linguística. Contratar consultores nacionais e internacionais para a realização de funções essenciais necessárias para a prestação de serviços.	**Resultados Esperados:** Melhoria na prestação de serviços. Melhoria da abordagem ao Planeamento do Desenvolvimento de Recursos Humanos e à Gestão de Recursos Humanos. Aplicação consistente de procedimentos de Gestão de Recursos Humanos. Ficheiros passíveis de serem manuseados entre procuradores e escrivães nacionais e internacionais sem problemas linguísticos. **Indicadores de Desempenho:** N.º de casos processados por procuradores internacionais. N.º de casos processados por escrivães de procuradoria internacionais. N.º de pessoal nacional formado por consultores internacionais. Análise da mão-de-obra concluída Plano de Desenvolvimento de Recursos Humanos desenvolvido. Politicas e manuais de procedimentos de Gestão de Recursos Humanos desenvolvidos. N.º de funcionários formados. Política linguística desenvolvida. N.º de consultores internacionais capazes de falar tétum e n.º de funcionários capazes de falar português.
Mecanismos de Fiscalização e Responsabilização	Estabelecer e manter um mecanismo efectivo de responsabilização dentro do	Fortalecer o Conselho Superior do Ministério Público.	**Resultados Esperados:** Inspecção totalmente preenchida e funcional. Pessoal recrutado, formado e bem informado sobre a condução de

	Ministério Público.	Fortalecer a Inspecção do Conselho Superior do Ministério Público. Desenvolver e aplicar um Código de Ética para o Ministério Público. Melhorar o processo de inspecção. Desenvolver processos para investigar casos envolvendo polícias ou procuradores.	inspecções. Apoio adequado prestado pela Inspecção ao Conselho Superior da Magistratura. Reuniões regulares do Conselho realizadas segundo a lei. **Indicadores de Desempenho:** 100% dos funcionários propostos recrutados e formados. Código de Ética desenvolvido e informações disseminadas. N.º de casos abertos. Plano anual de inspecção preparado e implementado. Inspecções conduzidas pelo Procurador Inspector duas vezes por ano em cada distrito. Inspecções anuais conduzidas pelo Conselho. Relatórios de inspecção produzidos. Procedimentos e processos de inspecção desenvolvidos.
Litigações Civis	Representar e aconselhar efectivamente o governo em matérias e procedimentos legais não criminais.	Estabelecer a Unidade de Litigação Civil (ULC). Melhorar a capacidade da ULC do GPG para prestar pareceres legais ao Estado e representar o Estado em litigações civis contra o Estado.	**Resultados Esperados:** ULC estabelecida e funcional. Pessoal do Gabinete da ULC capaz de cumprir os seus deveres, permitindo por sua vez ao Gabinete como um todo cumprir o seu mandato. **Indicadores de Desempenho:** ULC estabelecida e totalmente preenchida. N.º de casos representados pela ULC. N.º de pareceres legais solicitados e emitidos.

Provedor de Direitos Humanos e Justiça

O Provedor de Direitos Humanos e Justiça é responsável pela promoção e monitorização de direitos humanos na nação, e pela tomada de acções contra quebras de direitos humanos. As principais actividades do Gabinete são na promoção de Direitos Humanos em instituições fundamentais (F-FDTL, PNTL e Prisões) através de formação e sensibilização entre agentes destas instituições. A sensibilização geral é também levantada através de programas comunitários e escolares. O financiamento e as actividades do Provedor de Direitos Humanos são indicados de seguida.

Quadro 7.225

Orçamento Geral do Estado ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	128	284	218	219	220	941
Bens e Serviços	258	517	524	536	584	2,161
Capital Minor	97	68	79	83	87	317
Transferências Públicas	-	-	-	-	-	-
Total Despesas Recorrentes	483	869	821	838	891	3,419
Crescimento ao Ano Interior		79.9%	-5.5%	2.1%	6.3%	2.5%
Total Capital Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Crescimento ao Ano Interior		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Total Orçamento Geral do Estado	**483**	**869**	**821**	**838**	**891**	**3,419**
Crescimento ao Ano Interior		79.9%	-5.5%	2.1%	6.3%	2.5%

Em 2009 o Gabinete do Provedor receberá um financiamento recorrente de $0.869 milhões, um aumento de 79.9 por cento em relação ao Orçamento para 2008, no valor de $0.483 milhões. Os aumentos acontecem sobretudo nos Salários e Vencimentos, devido à implementação do novo regime de carreira e ao recrutamento de mais 20 funcionários e Bens e Serviços para prestar formação acrescida e níveis superiores de assistência técnica, bem como para levar a cabo a manutenção de edifícios.

Quadro 7.226

Fundos confirmados a partir de outras fontes ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	837	420	-	-	-	420
Despesas Capital	-	-	-	-	-	-
Total Fundos Confirmados de Outros Fontes	837	420	-	-	-	420
Crescimento ao Ano Interior		*-49.8%*	*-100.0%*	*#DIV/0!*	*#DIV/0!*	*-100.0%*

Apesar do Quadro mostrar um financiamento limitado a partir de outras fontes, o Provedor beneficia de apoio significativo de parceiros de desenvolvimento ao sector da justiça. Todavia muitos programas de parceiros de desenvolvimento não identificam separadamente o nível de apoio prestado a cada órgão do sector da justiça. Nos

casos onde os programas não estão identificados especificamente como parte dos Tribunais, do Procurador-Geral ou do Provedor, o financiamento a partir de outras fontes é registado sob o Ministério da Justiça.

Quadro 7.227

Orçamento de Fontes Combinadas para o Provedor de Direitos Humanos ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Fontes Combinadas						
Despesas Recorrentes	1,320	1,289	821	838	891	3,839
Crescimento ao Ano Interior		-2.3%	-36.3%	2.1%	6.3%	-30.9%
Despesas Capital	-	-	-	-	-	-
Crescimento ao Ano Interior		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Total Fontes Combinadas	**1,320**	**1,289**	**821**	**838**	**891**	**3,839**
Crescimento ao Ano Interior		-2%	-36.3%	2.1%	6.3%	-30.9%

Pessoal

Quadro 7.228
Perfil de Funcionários

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Total Permanente	-	-	1	5	2	3	1	**12**
Total Temporario	4	10	9	22	9	-	-	**54**
Total Apontamento Politica	-	-	-	-	-	-	-	**-**
Total Funcionario	**4**	**10**	**10**	**27**	**11**	**3**	**1**	**66**

Quadro 7.229
Perfil de Gestão

Director Geral	-
Director Nacional	3
Director Distrital	-
Chefe Departemento	4
Chefe Secção	1
Total	**8**

Em 2009 o Gabinete do Provedor aprovou um Perfil de Funcionários com 66 elementos, incluindo 12 funcionários permanentes e 54 funcionários temporários. Os funcionários permanentes incluem 8 posições de gestão, conforme descrito acima. No seguimento do aumento de novas posições em 2009, mantém-se em curso o processo de recrutamento para 1 posição permanente e 20 posições temporárias, a fim de preencher a totalidade do Perfil de Funcionários do Gabinete. Sob o novo regime de carreira a estrutura de gestão forma 12 por cento do total da força laboral aprovada.

Actividades de Fontes Combinadas

Conforme referido, embora o Gabinete do Provedor beneficie de apoio significativo por parte de parceiros de desenvolvimento, este apoio só foi identificado em separado no caso dos programas que prestaram apoio especificamente ao Gabinete do Provedor. Os programas que prestaram apoio a todo o sector da justiça e em que os fundos não puderam ser identificados separadamente foram registados sob o Ministério da Justiça.

Quadro 7.230
Actividades administradas com o Governo ($000)

Projecto ou Programa	PD	Instituição Implementadora	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Apoio à Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça	Espanha	PDHJ e AECID	435	0	0	0	0	0
Capacitação da PDHJ	PNUD (NZ, Irlanda, GACDH)	PNUD	402	420	0	0	0	420
TOTAL			**837**	**420**	**0**	**0**	**0**	**420**

Plano Anual de Acção

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
Assegurar a Administração Geral da Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça (PDHJ)	Melhorar a gestão na área dos recursos humanos, finanças, logística e informação tecnológica.	Tornar mais eficiente o serviço administrativo. Ampliar os recursos humanos. Possibilitar o acesso dos funcionários à internet.	• Executar 85% do orçamento; • Recrutar 1 assessor; • Inventário da PDHJ terminado; • 50% dos funcionários com acesso à internet.
Implementação do Plano da Educação do Provedor de Direitos Humanos e Justiça	Lançamento da campanha de educação pública.	Promover a capacidade dos membros da PNTL, F-FDTL e guardas prisionais no exercício das suas funções em conformidade com os princípios de direitos humanos.	• Formação e esclarecimento dos membros da PNTL, F-FDTL e guardas prisionais em direitos humanos; • N.º de participantes na campanha de educação pública.
Participação da PDHJ em Eventos Nacionais e Internacionais	Consolidação e participação em eventos, nacionais e internacionais, no âmbito dos direitos humanos e justiça.	Participação nas conferências Regiãoais, seminários e visitas de estudo.	• Participação conferências Regiãoais, seminários e visitas de estudo.
Disseminação da Função do Provedor ao Público.	Disseminação das funções do Provedor na área da boa governação e combate à corrupção.	Acções de esclarecimento aos estudantes e comunidade em geral, para que o papel do provedor seja conhecido e a sua função compreendida.	• Organização de acções de informação nos distritos, escolas e departamentos da alfândega, emigração e finanças; • 13 Distritos abrangidos; • 15.000 Estudantes, 100 funcionários públicos participantes no programa de disseminação.
Serviços de Investigação sobre Violação dos Direitos Humanos, Má Administração e Combate à Corrupção	Combate ao número de casos de irregularidades, injustiças e prática de corrupção.	Investigação das queixas de má administração e corrupção a entidades identificadas.	• Todos os casos denunciados investigados.
Estabelecimento do Sistema de Informática	Apoio aos serviços desenvolvidos na PDHJ.	Criar o sistema informático da Provedoria.	• Estabelecimento do sistema informático.
Controlo das Actividades no Âmbito dos Direitos Humanos.	Meio de prevenção para que não hajam casos de violação dos direitos humanos.	Realização de visitas frequentes aos distritos e prisões.	• Realização de visitas aos 13 distritos e a 3 prisões.
Comemoração do Dia Internacional dos Direitos Humanos	Promover o conhecimento da comunidade e de todos os cidadãos em direitos humanos.	Preparação de inquéritos sobre direitos humanos que permitam avaliar o conhecimento dos cidadãos em geral. Atribuição de prémios aos estudantes e comunidade em geral.	• Celebração de actividades e eventos de comemoração do Dia Internacional dos Direitos Humanos; • Distribuição dos prémios.
Relatório Anual	Elaboração do relatório anual da Provedoria de Direitos Humanos e Justiça.	Instrumento de avaliação, do PN, sobre as actividades organizadas e implementadas.	• Produção do Relatório Anual.

Serviço Público de Difusão de Timor-Leste (SPDTL)

O Serviço Público de Difusão tem uma visão para fortalecer a Unidade e a Integridade, promover a democracia e fomentar o desenvolvimento de modo a garantir a integridade nacional. A sua missão consiste em prestar informações factuais, actuais, equilibradas e credíveis à sociedade civil, bem como fomentar valores sócio-culturais por via de programas educacionais e de entretenimento sustentáveis e de qualidade.

O Serviço assegura programas de rádio e televisão gratuitos. O seu conteúdo é independente (do Governo) e representa uma ferramenta vital para a comunicação social. O financiamento e as actividades do Serviço Público de Difusão são indicados de seguida.

Quadro 7.231

Orçamento Geral do Estado ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	456	508	517	530	543	2,098
Bens e Serviços	1,080	1,746	1,867	1,912	1,944	7,469
Capital Minor	500	1,181	1,407	1,430	1,449	5,467
Transferências Públicas	-	-	-	-	-	-
Total Despesas Recorrentes	2,036	3,435	3,791	3,872	3,936	17,070
Crescimento ao Ano Anterior		68.7%	10.4%	2.1%	1.7%	14.6%
Total Capital Desenvolvimento	40	500	-	-	-	500
Crescimento ao Ano Anterior		1150.0%	-100.0%			-100.0%
Total Orçamento Geral do Estado	**2,076**	**3,935**	**3,791**	**3,872**	**3,936**	**17,570**
Crescimento ao Ano Anterior		89.5%	-3.7%	2.1%	1.7%	0.0%

Em 2009 o financiamento estatal para o SPDTL será de $3.935 milhões, um aumento de 89.5 por cento em relação ao orçamento do estado para 2008, no valor de $2.076 milhões. Os aumentos nos Salários e Vencimentos são para acomodar o novo regime de carreira. Os Bens e Serviços fornecem equipamentos para a criação de uma nova divisão e para a prestação de serviços regionais acrescidos em todos os distritos. O Capital Menor foi aumentado para transportar combustível a estações de transmissão regionais e fornecer os equipamentos de comunicações e transportes aos novos serviços de distrito. Em 2009 o Serviço Público de Difusão irá também levar a cabo um programa de Capital e Desenvolvimento para a reabilitação do seu auditório.

Quadro 7.232

Fundos confirmados a partir de outras fontes ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	1,187	446	-	-	-	446
Despesas Capital	-	-	-	-	-	-
Total Fundos Confirmados de Outros Fontes	1,187	446	-	-	-	446
Crescimento ao Ano Interior		*-62.4%*	*-100.0%*			*-100.0%*

Quadro 7.233

Orçamento de Fontes Combinadas para a TVTL ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Fontes Combinadas						
Despesas Recorrentes	3,223	3,881	3,791	3,872	3,936	17,516
Crescimento ao Ano Anterior		20.4%	-2.3%	2.1%	1.7%	1.4%
Despesas Capital	40	500	-	-	-	500
Crescimento ao Ano Anterior		1150.0%	-100.0%			-100.0%
Total Fontes Combinadas	**3,263**	**4,381**	**3,791**	**3,872**	**3,936**	**18,016**
Crescimento ao Ano Anterior		34%	-13.5%	2.1%	1.7%	-10.2%

Quadro 7.234

Capital e Desenvolvimento

Projecto	2009	2010	2011	2012	Total
Reabilitação do Auditório da Radiodifusão Pública	500	-	-	-	500
Serviço Público de Radiodifusão de Timor-Leste	**500**	**-**	**-**	**-**	**500**

Pessoal

Quadro 7.235

Perfil de Funcionários

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Total Permanente	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Temporario	2	12	13	75	20	28	1	151
Total Apontamento Politica	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Funcionario	**2**	**12**	**13**	**75**	**20**	**28**	**1**	**151**

Quadro 7.236

Perfil de Gestão

Director Geral	1
Director Nacional	3
Director Distrital	-
Chefe Departemento	10
Chefe Secção	27
Total	**41**

Em 2009 o SPDTL aprovou um Perfil de Funcionários com 151 funcionários operacionais, todos os quais são temporários. Este número inclui 41 posições de gestão. O SPDTL tem todas as posições preenchidas. Segundo o novo regime de carreira, a estrutura de gestão forma 27 por cento do total da força laboral aprovada.

Actividades de Fontes Combinadas

Quadro 7.237

Actividades administradas com o Governo ($000)

Projecto ou Programa	PD	Instit. Implem.	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Meios de Comunicação Social e Comunicações	Austrália	USAID	443	221	0	0	0	221
Modernização da Rádio e Televisão de Timor-Leste	Portugal		219	0	0	0	0	0
Iniciativa de Desenvolvimento de Meios de Comunicação Social Independentes em Timor-Leste	PNUD (TRAC & Fundo Fiduciário Temático de Governação Democrática da ONU)	PNUD	400	75	0	0	0	75
Advocacia e Direitos das Crianças	UNICEF		159	0	0	0	0	0
Programa de Comunicação	UNICEF		0	150	0	0	0	150
Total			**1,221**	**446**	**0**	**0**	**0**	**446**

Em 2009 o SPDTL será apoiado por programas de parceiros de desenvolvimento avaliados em $0.446 milhões. Isto representa 0.2 por cento do total do apoio dos parceiros de desenvolvimento a actividades do Governo em 2009. O financiamento abrange programas que vão desde a modernização de equipamento de difusão ao apoio a conteúdos de programas. O financiamento será reduzido substancialmente em 2009, com a conclusão ou redução de programas em 2008. De presente não existem programas confirmados de parceiros de desenvolvimento para o difusor após 2009.

Plano Anual de Acção

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
Direcção de Administração e Finanças	Garantir a eficiência, a operacionalidade e o apoio às actividades empresa em geral.	Apoiar administrativamente o Conselho de Administração, a Direcção-Geral e prestar assistência técnica, administrativa e logística às Direcções da Rádio e Televisão.	• Manter as actividades correntes, e a gestão administrativa-financeira da empresa operacionais.
Direcção de Rádio	Garantir a produção de programas e informação que sustentem a grelha de programas de 16 horas diárias.	Produzir programas e informação áudio para a grelha de emissão da Rádio. Estabelecer uma equipa técnica de manutenção e instalação de emissores de rádio.	• Produzir e difundir programas e informação geral ao público - melhorar a qualidade e os conteúdos dos programas; • N.º de programas produzidos.
Direcção de Televisão	Garantir a produção de programas e informação que sustentem a grelha de programas de 4 horas diárias.	Produzir programas e informação (imagem e áudio) para a grelha de emissão da Televisão. Estabelecer uma equipa técnica de manutenção e instalação de emissores de televisão.	• Produzir e difundir programas e informação geral ao público - melhorar a qualidade e os conteúdos dos programas; • N.º de programas produzidos.
Área Técnica	Coordenação eficaz de toda a área técnica de forma a não haver sobreposição de competências e duplicação de funcionários para o mesmo tipo de serviço.	Unificar numa só Direcção as actividades complementares pertencentes, hoje em dia, às Direcções de Rádio e Televisão. Unificar também nesta área as actividades de informática.	• Promover a rentabilização económica de: recursos humanos; aparelhos de medida; logística e transporte; • A rede de emissores a instalar e instalada prevê a unificação de recepção de sinais de rádio e televisão.
Adaptação Interna da Empresa à Situação de Empresa Pública	Ajustar a cultura empresarial à sua nova regulamentação.	Realização de Seminários internos e debates sobre o Plano Estratégico da empresa a fim de habilitar os funcionários à nova imagem e regras decorrentes da passagem da RTTL a Empresa Pública.	• Sensibilizar os funcionários às novas regras impostas pela legislação referente às Empresas Públicas.
Criação de uma Unidade de Aprovisionamento	Adaptar a empresa às novas regras de aprovisionamento.	Processar todos os pedidos da empresa de acordo com as regras impostas às Empresas Públicas.	• Serviços e respectivos programas informáticos adaptados às novas exigências**.**
Formação dos Funcionários da Área de Administração e Finanças	Dotar os funcionários de mais conhecimentos.	Promover acções de formação nas áreas de administração e finanças.	• Funcionários habilitados na realização de novas tarefas.
Divulgar de uma maneira mais consistente a língua oficial portuguesa	Aumentar as horas de programação em português na televisão.	Implementar o acordo celebrado entre o Governo de Timor-Leste e o Governo Brasileiro. Aquisição de programas televisivos à TV Globo reforçando as emissões com mais 3 horas diárias. Fomentar a parceria com RTP SA, para aquisição de programas.	• Parcerias estabelecidas; • Programas comprados e transmitidos.
Delegações Distritais para a Rádio	Tornar a informação mais completa e abrangente nos distritos.	Obter conteúdos locais para a produção da informação nacional. Divulgação de programas e informação nos distritos.	• Impulsionar a vida cultural do País; • Aumentar a qualidade da informação nacional;

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
			• Aumentar o acesso à rádio nos distritos.
Reactivação do CE de Onda Média de Ai Mutin (Oferta do PNUD)	Aumentar a difusão do sinal de rádio.	Abranger mais população.	• Obter maior número de ouvintes.
Abertura do Canal FM2	Informar a população e dar uma visão global sobre acontecimentos nacionais e internacionais.	Emitir nas áreas urbanas durante 2 horas diárias.	• Aumentar o número de ouvintes; • Aumentar os compromissos publicitários.
Cursos de Reciclagem para Rádio	Melhorar a qualidade e métodos de realização e produção de programas e informação em português.	Celebrar um protocolo de colaboração com a RTP para a realização de cursos de reciclagem sobre programas educativos, infantis e edição de notícias em português.	• Aumentar a produção de conteúdos em português.
Aumento das Horas de Emissão de Rádio em português e tétum.	Consolidação das duas línguas oficiais.	Harmonizar percentualmente as horas de emissão das duas línguas oficiais	• 50% dos programas de rádio em português / tétum.
Seminários no Estrangeiro para Funcionários da Rádio	Melhorar a capacidade dos nossos funcionários através do contacto com novas tecnologias e outros profissionais da área.	Observar novos métodos de trabalho nas áreas da programação, informação, operação e estética radiofónica.	• Funcionários mais polivalentes e versados em novas tecnologias radiofónicas.
Contextualização da Programação da Rádio	Dinamizar a programação adequando-a ao desenvolvimento e realidade nacionais.	Reorientações do formato de programação Acompanhar as actividades desenvolvidas pelo Governo	• População timorense com acesso à informação factual e actual.
Formação em Televisão	Habilitar os funcionários a em produção de programas e noticiários, aprendendo vários métodos de produção.	Formação, "*in-loco*" durante as horas de trabalho, cobrindo todas as áreas de informação, programação, operação, edição e multimédia.	• Protocolo de formação com o Brasil assinado; • Melhor capacitação na realização e produção de programas e noticiários televisivos.
Aquisição de Programas a Empresas Nacionais	Dar alguma projecção comercial a empresas nacionais da área audiovisual.	Incentivar as empresas nacionais da área audiovisual na produção de programas e documentários**.**	• Adquirir programas de produção nacional.
Aquisição de um Contentor Para a Estação Terrena	Acondicionamento apropriado para acomodar este tipo de equipamento electrónico, de forma a não estar sujeito a condições adversas ao seu funcionamento.	Substituição da casa temporária que, actualmente armazena a estação terrena por uma permanente com características próprias para instalação de uma estação terrena de satélites.	• Acautelar avarias e deterioração do equipamento.
Aquisição de Equipamentos para Manutenção das Torres de Transmissão	Prevenção de acidentes no trabalho, principalmente durante os trabalhos de escalada de torres.	Dar aos funcionários meios de segurança para efectuarem serviços de manutenção e reparação de avarias de cabos de frequência de rádio, antenas e outros.	• Aquisição de 2 cintos de segurança, 2 capacetes de protecção e 2 a 4 cordas de 50 a 65 metros cada.
Aquisição de Equipamento de	Equipar a área técnica de meios de	Fazer medidas essenciais a testes e reparação	• Aparelhagem de medida e ferramentas

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
Medida e de Ferramentas	medida de forma a poder fazer trabalhos de manutenção de primeira linha.	de equipamento.	técnicas, para se efectuarem testes, reparações e afinações ao equipamento em serviço, adquiridas.
Renovação de um Estúdio de Informação	Reequipar e dar novas possibilidades operacionais ao Estúdio de Informação.	Produzir emissões de maior qualidade e apresentar uma nova dinâmica na apresentação de noticiários.	• Tornar os noticiários mais atractivos ao público e melhorar a qualidade do serviço prestado.
Aquisição de Computadores de Edição e Respectivos Programas Informáticos.	Rentabilizar o trabalho de edição na produção de programas informativos, educativos e recreativos.	Adquirir computadores de nova geração e programas de edição para facilitar e rentabilizar melhor o trabalho de produção.	• Melhor rentabilidade dos funcionários e melhor qualidade técnica de produção.
Aquisição de Aparelhagem de Iluminação	Melhorar a qualidade da imagem dos programas produzidos em estúdio.	Adquirir equipamento tecnológico de iluminação.	• Obter imagens com maior qualidade de cor e luz; • Coadjuvar e tornar mais atractivos os programas produzidos.
Aquisição Equipamento para as Delegações Distritais	Obtenção de conteúdos de cariz local para a emissão nacional.	Equipar as delegações distritais com edição.	• Transmissão de conteúdos mais diversificados; • 15 computadores para as 12 delegações distritais adquiridos.

Comissão Nacional de Eleições

A Comissão Nacional de Eleições (CNE) é um órgão independente de supervisão eleitoral que desempenha um papel importante na observação de todo o processo eleitoral em Timor-Leste e na consolidação e publicação de resultados. A Comissão é responsável por todas as eleições de agentes públicos, devendo planear e organizar as eleições de modo a assegurar que os resultados são isentos e que representam devidamente os pontos de vista dos eleitores. O financiamento e as actividades para a CNE são indicados de seguida.

Quadro 7.238

Orçamento Geral do Estado para a Comissão Nacional de Eleições ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Orçamento Geral do Estado						
Salário e Vencimentos	41	548	549	558	560	2,215
Bens e Serviços	474	1,094	1,137	1,170	1,206	4,607
Capital Menor	98	301	310	318	330	1,259
Transferências Públicas	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	4,000
Total das despesas recorrentes	1,613	2,943	2,996	3,046	3,096	12,081
Crescimento do Ano Anterior	-	82.5%	1.8%	1.7%	1.6%	5.2%
Total de Capital e Desenvolvimento	-	750	1,250	500	-	2,500
Crescimento do Ano Anterior	-		66.7%	-60.0%	-100.0%	-100%
Total do Orçamento Geral do Estado	**1,613**	**3,693**	**4,246**	**3,546**	**3,096**	**14,581**
Crescimento do Ano Anterior	-	129.0%	15.0%	-16.5%	-12.7%	-16.2%

Em 2009 o financiamento estatal para a CNE será de $3.693 milhões, um aumento de 129 por cento em relação ao orçamento do estado para 2008, no valor de $1.613 milhões. O grande aumento reflecte as actividades acrescidas da CNE em 2009 devido à condução de eleições municipais em Díli, Baucau, Bobonaro e Oecussi, bem como de eleições de suco. Os Salários e Vencimentos aumentaram de modo a permitir o recrutamento de mais 38 funcionários temporários para supervisionarem estas eleições municipais e de suco, bem como a implementação do novo regime de carreira e a passagem para os Salários e Vencimentos de 6 funcionários anteriormente pagos a partir dos Bens e Serviços. Os aumentos nos Bens e Serviços reflectem a actividade acrescida necessária para supervisionar as eleições municipais e de suco nos distritos, bem como os subsídios e pagamentos permanentes aos 15 Comissários. O Capital Menor é acrescido para a compra de mobiliário para gabinetes de distrito para funcionários recém-recrutados, enquanto o Capital e Desenvolvimento aumenta em $0.75 milhões para concluir a concepção e os preparativos nos locais como o primeiro ano de um projecto infra-estrutural de dois anos, no valor de $2.5 milhões, destinado a construir a Sede da CNE em Díli.

Quadro 7.239

Fundos confirmados a partir de outras fontes para a Comissão Nacional de Eleições ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Years
Recurrent Expenses	-	-	-	-	-	-
Capital Expenses	-	-	-	-	-	-
Total Confirmed Funds From Others Sources	-	-	-	-	-	-
Growth on previous Year	-					

Quadro 7.240

Orçamento de Fontes Combinadas para a Comissão Nacional de Eleições ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Years
Fontes Combined						
Recurrent Expenses	1,613	2,943	2,996	3,046	3,096	12,081
Growth on previous Year		82.5%	1.8%	1.7%	1.6%	5.2%
Capital Expenses	-	750	1,250	500	-	2,500
Growth on previous Year			66.7%	-60.0%	-100.0%	-100.0%
Total Combined Sources Budget	**1,613**	**3,693**	**4,246**	**3,546**	**3,096**	**14,581**
Growth on previous Year		129.0%	15.0%	-16.5%	-12.7%	-16.2%

Quadro 7.241

Capital e Desenvolvimento

Projecto	2009	2010	2011	2012	Total
Construção da Sede para a Comissão do Nacional das eleições	750	1,250	500	-	2,500
Comissão Nacional das Eleições	**750**	**1,250**	**500**	**-**	**2,500**

Pessoal

Quadro 7.242

Perfil de Funcionários

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Total Permanente	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Temporario	3	17	6	16	16	3	-	61
Total Apontamento Politica	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Funcionario	**3**	**17**	**6**	**16**	**16**	**3**	**-**	**61**

Quadro 7.243

Perfil de Gestão

Director Geral	-
Director Nacional	-
Director Distrital	-
Chefe Departemento	-
Chefe Secção	-
Total	**-**

A CNE aprovou um Perfil de Funcionários com 61 elementos. Todas as posições são temporárias. Não foram aprovadas quaisquer posições administrativas especializadas. A Comissão irá preencher 41 posições durante 2009, de forma a preencher a totalidade das posições.

Actividades de Fontes Combinadas para a Comissão Nacional de Eleições

Não existem actividades confirmadas de parceiros de desenvolvimento a trabalharem em conjunto com a CNE. Existe um programa em que os EUA estão a financiar directamente o trabalho na comunidade da ONG Fundação Asiática, porém esta actividade não é levada a cabo em consulta com a CNE e não é incluída nos cálculos de financiamento de fontes combinadas. É incluída neste documento orçamental apenas para fins informativos.

Quadro 7.244
Actividades administradas fora do Governo ($000)

Projecto ou Programa	PD	Instituição Implement.	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 anos
Apoio através de ONGs								
Apoio à Governação Local, Eleições e Sociedade Civil - Timor-Leste	EUA	Fundação Asiática	0	1,000	1,000	1,000	0	3,000
Total			0	1,000	1,000	1,000	0	3,000

Concessões Públicas Administradas pela Comissão Nacional de Eleições

Apoio a Partidos Políticos

A Lei n.º 6/2008 de 16 de Abril rege os montantes fornecidos pelo Estado a partidos políticos. O montante é prescrito anualmente pelo Parlamento. A Comissão Nacional de Eleições prestará um financiamento de $1.0 milhão a partidos políticos, a cada ano, entre 2009 e 2012.

Quadro 7.245

Concessões Públicas administradas pela Comissão Nacional de Eleições ($000)

	2009 Orçamento	2010 Projeção	2011 Projeção	2012 Projeção	Total 4 Anos
Comissão Nacional das Eleições					
Apoio a Partidos Políticos	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	**4,000.0**
Total	**1,000.0**	**1,000.0**	**1,000.0**	**1,000.0**	**4,000.0**

Comissão Anti-Corrupção

A Comissão Anti-Corrupção é uma nova instituição a criar, preencher e desenvolver em 2009. A Comissão será liderada por Comissários nomeados pelo Parlamento e independentes do executivo do Governo. O trabalho da Comissão será apoiado por uma organização com aproximadamente 38 pessoas. O foco da Comissão em 2009 estará em:

- Nomear comissários;
- Estabelecer a organização para apoiar o trabalho do Comissário através da nomeação e formação de funcionários, montagem das instalações e recursos necessários e determinação dos processos e procedimentos internos;
- Desenvolver um quadro político para o mandato anti-corrupção da Comissão, incluindo o desenvolvimento de uma Estratégia Nacional Anti-Corrupção;
- Formação das ligações necessárias com outras organizações no sentido de fazer avançar o mandato da Comissão em termos de educação e sensibilização do público, monitorização e reporte, investigações, referências; e
- Identificação dos conhecimentos especializados externos necessários para a Comissão, e estabelecimento dos preparativos para contratar estes conhecimentos por via de contratação externa.

A filosofia subjacente da Comissão consiste em destacar a prevenção da corrupção através de sensibilização do público e da promoção de práticas e sistemas anti-corrupção em organizações governamentais e do sector privado. Deste modo, espera-se que o mandato da Comissão de levar casos de corrupção a Tribunal seja relativamente pequeno. O financiamento e as actividades da Comissão Anti-Corrupção são indicados de seguida.

Quadro 7.246

Orçamento Geral do Estado para a Comissão Anti-Corrupção ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	-	257	257	257	257	1,028
Bens e Serviços	-	260	261	263	263	1,047
Capital Minor	-	411	413	415	417	1,656
Transferências Públicas	-	-	-	-	-	-
Total Despesas Recorrentes	-	928	931	935	937	3,731
Crescimento ao Ano Anterior			0.3%	0.4%	0.2%	1.0%
Total Capital Desenvolvimento						-
Crescimento ao Ano Anterior						
Total Orçamento Geral do Estado	**-**	**928**	**931**	**935**	**937**	**3,731**
Crescimento ao Ano Anterior			0.3%	0.4%	0.2%	1.0%

A Comissão Anti-Corrupção é um novo entidade. Os fundos em 2009 destinam-se ao estabelecimento das funções da Comissão, conforme foi delineado.

Quadro 7.247

Fundos confirmados a partir de outras fontes para a Comissão Anti-Corrupção ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	-	-	-	-	-	-
Despesas Capital	-	-	-	-	-	-
Total Fundos Confirmados de Outros Fontes	-	-	-	-	-	-
Crescimento ao Ano Anterior						

Uma vez que a Comissão Anti-Corrupção é uma nova entidade, a confirmação de fundos a partir de outras fontes será feita após a Comissão ter assumido as suas funções.

Quadro 7.248

Orçamento de Fontes Combinadas para a Comissão Anti-Corrupção ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Fontes Combinadas						
Despesas Recorrentes	-	928	931	935	937	3,731
Crescimento ao Ano Anterior			0.3%	0.4%	0.2%	1.0%
Despesas Capital	-	-	-	-	-	-
Crescimento ao Ano Anterior						
Total Fontes Combinadas	**-**	**928**	**931**	**935**	**937**	**3,731**
Crescimento ao Ano Anterior			0.3%	0.4%	0.2%	1.0%

Pessoal

Quadro 7.249

Perfil de Funcionários

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Total Permanente	-	-	-	-	-	-	-	**-**
Total Temporario	1	2	3	15	7	6	4	**38**
Total Apontamento Politica	-	-	-	-	-	-	-	**-**
Total Funcionario	**1**	**2**	**3**	**15**	**7**	**6**	**4**	**38**

Quadro 7.250

Perfil de Gestão

Director Geral	-
Director Nacional	-
Director Distrital	-
Chefe Departemento	-
Chefe Secção	-
Total	**-**

A Comissão Anti-Corrupção tem um Perfil de Funcionários aprovado de 38 elementos. Todos estes são funcionários temporários. Não há posições administrativas especializadas aprovadas. As posições dos Comissários serão definidas por lei. A Comissão irá procurar preencher todas as posições durante 2009.

Actividades de Fontes Combinadas

Uma vez que a Comissão Anti-Corrupção é um nova entidade, não há ainda fundos confirmados a partir de outras fontes a coordenar com esta actividade. Esta Comissão irá trabalhar com os Parceiros de Desenvolvimento que trabalham nesta área – por exemplo, nos projectos relacionados com as iniciativas de anti-corrupção que actualmente decorrem no Gabinete do Primeiro-Ministro.

Plano Anual de Acção

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
Estabelecer a Comissão	Identificar e recrutar funcionários para a Comissão Anti-Corrupção.	Preencher as necessidades da Comissão em termos de recursos humanos, de forma a cumprir o seu mandato	Funcionários recrutados (cerca de 36)
Infra-Estruturas da Comissão	Adquirir as infra-estruturas necessárias ao estabelecimento da Comissão	Identificação e obtenção de um espaço físico para a Comissão, assim como adquirir os materiais fundamentais para responder às necessidades da Comissão	Realização dos objectivos estipulados: instalações e aprovisionamento dos materiais, relativos ao estabelecimento da Comissão Anti-Corrupção
Políticas Internas e Procedimentos	Desenvolver políticas e procedimentos para a Comissão	Estabelecer as directrizes, políticas e procedimentos de todas as divisões internas da Comissão	Directrizes, políticas e procedimentos estabelecidos e distribuídos
Estratégia Nacional de Anti-Corrupção	Esboço e Publicação de uma Estratégia Nacional de Anti-Corrupção	Após consulta alargada com as principais "partes interessadas", formular e desenvolver uma Estratégia Nacional Anti-Corrupção. Seguidamente e de acordo com a estratégia definida, estabelecimento dos Departamentos de Prevenção, Informação e Investigação da Comissão	Publicação do documento: Relatório da Estratégia Anti-Corrupção
Desenvolvimento Institucional	Identificar necessidades de formação para i)funcionários administrativos, ii) funcionários para a prevenção, iii) funcionários para a informação pública e iv) funcionários para a divisão de investigação	Desenvolver um sistema de formação. Identificar formadores e iniciar os módulos de formação	Necessidades de formação e de formadores identificadas e execução dos módulos iniciais do programa de formação
Desenvolvimento de Capacidades e *Outsourcing*	Identificar e contratar pessoal especializado para assistir os funcionários da Comissão na implementação do seu mandato	1. Providenciar especialistas para apoiar os funcionários nas operações diárias de todas as divisões da Comissão 2. Providenciar aconselhamento especializado numa base "caso a caso" em assuntos de investigação complexos, ex: computação forense, auditoria financeira e engenharia civil	Especialistas identificados e prestação dos serviços referidos
Prevenção da Corrupção	Desenvolvimento de uma estratégia que tenha como ênfase a prevenção ao invés da punição das práticas de corrupção	Conduzir as necessárias revisões às políticas de transparência, responsabilização e anti-corrupção e de procedimentos implementados nos órgãos do Estado e providenciar recomendações de excelência às boas práticas em termos de combate à corrupção. Rever políticas específicas e procedimentos dentro dos órgãos do Estado e submeter recomendações que, se implementadas, melhorarão de modo geral o regime de anti-	Finalização e submissão do relatório final referente às recomendações sobre a adopção das melhores práticas para os pilares-chave do Estado.

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
		corrupção do País	
Estratégia Nacional de Prevenção	Desenvolver uma estratégia nacional em conjunto com as principais partes interessadas, incluindo a Comissão da Função Pública, INAP, Universidades, etc. Para promover a inclusão de formação em padrões profissionais e conduta ética na educação dos servidores do Estado	Desenvolvimento de uma estratégia e implementação de um programa que promova as boas práticas bem como um sistema que iniba a corrupção	Ter um arquivo sobre os procedimentos de formação desenvolvidos e implementados pela Comissão da Função Pública, INAP e Universidades, o qual garanta a promoção de boas práticas e condutas éticas pelos servidores públicos
Desenvolvimento de Informação Pública	Desenvolver materiais para serem utilizados para educar todos os cidadãos e todas as principais partes envolvidas, incluindo uma activa participação da sociedade civil sobre o combate à corrupção	Desenvolver catálogos, brochuras, posters e outros materiais audiovisuais	Produção de catálogos, *posters*, brochuras e produções audiovisuais.
Implementação de Informação Pública	Desenvolver um programa para a entrega e distribuição de materiais informativos	Identificar e dar prioridade a grupos-alvo nas regiões e distritos para promover a participação no combate à corrupção conduzindo programas informativos e distribuindo materiais explicativos.	Impressão de um programa de trabalho que especifique grupos sociais alvos e áreas geográficas para que sejam envolvidos no programa de informação pública
Programa de Desenvolvimento de Investigações sobre Corrupção	Desenvolvimento de uma estratégia de investigação sobre corrupção e necessidades requeridas, incluindo destacar Procuradores para a Comissão a fim de garantir a integridade e viabilidade nos casos de suspeita de corrupção	Formular e imprimir um manual de políticas e procedimentos internos para conduzir casos de corrupção	Produção de um Manual e 2 Procuradores destacados
Rede de investigações sobre corrupção	Identificar agências aliadas necessárias para assistir na detecção das instâncias de suspeita de corrupção	Desenvolver um fórum e uma estratégia de reporte em cooperação com outras agências relevantes, referentes a instancias suspeitas de corrupção que garantam que as instâncias suspeitas de corrupção se submetam à comissão e que os casos de menor ofensa sejam tratados de acordo com os procedimentos apropriados dentro das relevantes agências	50% dos mecanismos de reporte e formatos para identificação e prioritizar as responsabilidades para as investigações de suspeita de instâncias de corrupção
Investigações de corrupção	Conduzir investigações profissionais e competentes em casos de suspeita de instâncias de corrupção	Iniciar, conduzir e enviar os casos de corrupção para prossecução. “Arquivar” os casos de suspeita de corrupção em que não atendam as necessárias evidências para serem julgados	Abrir os casos de suspeita de corrupção e submeter para julgamento os casos com suficientes evidências. Arquivar aqueles que não reúnam todas as evidências necessárias.

Electricidade de Timor-Leste

A missão da Electricidade de Timor-Leste (EDTL) consiste em estabelecer e operar todos os aspectos da geração, distribuição e gestão de electricidade em Timor-Leste. A EDTL é responsável por garantir que o fornecimento de electricidade cumpre os padrões de disponibilidade e fiabilidade estabelecidos pelo Governo em todos os principais centros populacionais e nos distritos.

A EDTL detém e gere instalações de geração em todos os principais centros e em muitos dos distritos. Embora a maior parte destes sejam equipamentos de geração a diesel, a EDTL gere também novas mini-centrais hidroeléctricas (incluindo Baucau) e um gerador alimentado por fossas de gás em Aliambata.

O principal desenvolvimento em termos de geração e distribuição de electricidade em Timor-Leste diz respeito à compra e instalação de duas grandes centrais geradores de combustível que irão satisfazer os requisitos da nação relativamente à electricidade por muitos anos. Esta iniciativa inclui também um programa de grande dimensão para o desenvolvimento, ao longo dos próximos três anos, de uma rede de transmissão e distribuição que fornecerá electricidade a todos os principais centros populacionais. O financiamento para esta iniciativa é apresentado no Orçamento para o Ministério das Infra-estruturas.

O Decreto-Lei 13/2003 estabelece a base do Sistema Nacional de Electricidade, estando este serviço público a ser regido por um estatuto aprovado segundo os termos da lei. O financiamento e actividades da EDTL são indicados de seguida.

Quadro 7.251

Orçamento Geral do Estado ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	782	854	813	814	856	3,337
Bens e Serviços	2,816	2,985	3,339	3,418	3,502	13,244
Capital Minor	1,751	1,651	2,284	2,329	2,376	8,640
Transferências Públicas						-
Total Despesas Recorrentes	5,349	5,490	6,436	6,561	6,734	25,221
Crescimento ao Ano Anterior		2.6%	17.2%	1.9%	2.6%	22.7%
Total Capital Desenvolvimento	6,495	5,509	-	-	-	5,509
Crescimento ao Ano Anterior		-15.2%	-100.0%			-100.0%
Total Orçamento Geral do Estado	**11,844**	**10,999**	**6,436**	**6,561**	**6,734**	**30,730**
Crescimento ao Ano Anterior		-7.1%	-41.5%	1.9%	2.6%	-38.8%

O financiamento global da EDTL irá descer cerca de 7.1% em comparação com o Orçamento para 2008. O declínio reflecte uma afectação menor para capital e desenvolvimento. Contudo as principais despesas com novos activos de geração e distribuição estão incluídas nas estimativas financeiras do Ministério das Infra-estruturas.

Um aumento de 2.6% nas despesas operacionais reflecte o aumento com custos de pessoal, incluindo alguns aumentos relativos à nova estrutura de carreira, aumentos menores nos Bens e Serviços, e inclui uma pequena

redução no Capital Menor. A EDTL levou a cabo níveis elevados de despesas de capital menor em anos recentes, à medida que reequipou a instituição. A afectação para 2009 consolida estas melhorias. Os leitores devem notar que o principal item de despesas recorrentes é o combustível para alimentar os geradores. Este item de custo é gerido a nível central pelo Ministério das Finanças, e como tal não é incluído nas Estimativas Orçamentais da EDTL.

Durante 2009 a EDTL irá:

- Continuar um programa com vista a eliminar ligações ilegais. Isto irá melhorar a segurança pública e reduzir significativamente a exigência sobre o sistema, resultando em menos quebras de energia por todo o sistema.
- Acelerar esforços para reduzir a vegetação que interfere com o sistema de distribuição de electricidade, de modo a reduzir interrupções não planeadas ao fornecimento de electricidade.
- Levar a cabo a manutenção planeada das centrais de geração de distrito, a fim de melhorar a fiabilidade do fornecimento nos distritos.
- Continuar a substituir placas e circuitos de baixa voltagem que se tenham tornado problemáticos e ineficazes, e que causem dano a equipamentos da EDTL.

Pretende-se que haja despesas de Capital e Desenvolvimento a fim de efectuar vistorias a fundo em dois dos grandes geradores de Díli.

Quadro 7.252
Fundos confirmados a partir de outras fontes ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						-
Despesas Capital						-
Total Fundos Confirmados de Outros Fontes	-	-	-	-	-	-
Crescimento ao Ano Anterior						

As actividades dos parceiros de desenvolvimento na área da geração de electricidade estão incluídas no Ministério das Infra-estruturas.

Quadro 7.253
Orçamento de Fontes Combinadas para a EDTL ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Years
Fontes Combinadas						
Despesas Recorrentes	5,349	5,490	6,436	6,561	6,734	25,221
Crescimento ao Ano Anterior		2.6%	17.2%	1.9%	2.6%	22.7%
Despesas Capital	6,495	5,509	-	-	-	5,509
Crescimento ao Ano Anterior		-15.2%	-100.0%			-100.0%
Total Combined Sources Budget	**11,844**	**10,999**	**6,436**	**6,561**	**6,734**	**30,730**
Crescimento ao Ano Anterior		-7.1%	-41.5%	1.9%	2.6%	-38.8%

Quadro 7.254

Capital e Desenvolvimento

Status	Projeto	2009	2010	2011	2012	Total
Novo	Reparos Principais de Geradores Distritais	1,300				1,300
Novo	Reparos de Emergências para Geradores Distritais	634				634
Novo	Programa da Recolocação da Placa da baixa Voltagem	125				125
Novo	Reparo de Circuitos da Baixo Voltagem	1,250				1,250
Novo	Programa de Reabilitação do Edifício em Comoro	200				200
Novo	Programa de Renovar o Terreno em Comoro	200				200
Novo	Reparos Principais de Geradores em Comoro	1,500				1,500
Novo	Reparos de Emergências para Geradores em Comoro	300				300
Total	**Electricidade de Timor-Leste**	**5,509**	**-**	**-**	**-**	**5,509**

Pessoal

Quadro 7.255

Perfil de Funcionários

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Total Permanente	13	60	120	52	8	4	1	258
Total Temporario	26	74	31	13	8	-	-	152
Total Apontamento Politica	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Funcionario	**39**	**134**	**151**	**65**	**16**	**4**	**1**	**410**

Quadro 7.256

Perfil de Gestão

Director Geral	-
Director Nacional	-
Director Distrital	-
Chefe Departemento	6
Chefe Secção	-
Total	**6**

Em 2009 o Perfil de Funcionários aprovado para a EDTL era de 410 elementos, incluindo 258 funcionários permanentes e 152 funcionários temporários. Estas posições permanentes incluem 6 posições de gestão, conforme indicado no quadro anterior. A EDTL tem todas as posições preenchidas. Sob o novo regime de carreira, a estrutura de gestão forma 1.4 por cento do total da força laboral aprovada.

Actividades de Fontes Combinadas

As actividades dos parceiros de desenvolvimento na área da geração de electricidade estão incluídas no Ministério das Infra-estruturas.

Plano Anual de Acção

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
Reinstalação dos Contadores Domésticos na área Metropolitana de Díli	Desenvolver e executar um programa que remova as ligações ilegais assim como providenciar 2 Centros adicionais de Atendimento ao Público "cash receipt centres".	Aumentar as receitas da EDTL e diminuir as necessidades de energia, através da aplicação de um processo de Utilizador-Pagador	• Reduzir a demanda de energia reduzindo as ligações ilegais; • Aumento das receitas, através da regularização dos consumidores.
Implementação do Programa de Manutenção e Vistoria dos Geradores de Comoro (Ger 18 e Ger 19)	Reduzir o número de horas de actividades programadas para "load shedding" e manter as recomendações da OEM no que respeita às vistorias e procedimentos de serviços.	Aumentar a fiabilidade da Central de Energia Eléctrica e reduzir as quebras de energia imprevistas.	• Melhoria do grau de satisfação dos consumidores através de um menor número de cortes energéticos
Reabilitação da Central de Energia Eléctrica de Comoro (Ger 9 e Ger 15)	Criar um ambiente de trabalho mais seguro e limpo, através da limpeza e pintura de todos os edifícios e tubagens, reconstruir todas as estradas estragadas, "culverts" e vedações	Melhorar o aspecto e imagem da Central Eléctrica de Comoro e melhorar a sua fiabilidade operacional.	• A Central Eléctrica mais facilmente mantida e operacional
Programa de Vistoria e Manutenção dos Geradores dos Distritos (distrito 13 e 14)	Reduzir o número de horas de actividades programadas para "load shedding" e manter as recomendações da OEM no que respeita a vistorias e procedimentos de serviços.	Aumentar a fiabilidade da Central de Energia Eléctrica e reduzir as quebras de energia imprevistas.	• Melhoria do grau de satisfação dos consumidores através de um menor número de cortes energéticos.
Reparação dos Circuitos de Baixa Voltagem (Distrito 19)	Como resultado do programa os residentes de Díli verão uma melhoria na qualidade de serviço, com menos quebras de energia e danos no equipamento. Substituição de equipamento condutor, ligações e transformadores sobrecarregados. Instalar transformadores adicionais para melhorar a voltagem.	Necessários para fornecer energia de qualidade aos consumidores domésticos e comerciais e reduzir as incidências de equipamento danificado causado pelo serviço de fraca qualidade.	• Melhoria da qualidade da distribuição de energia e reduzir as quebras e danos ao equipamento pertencente à EDTL e ao consumidor.
Programa de Substituição de Quadros LV (Dist13)	Providenciar ao público um fornecimento de energia mais fiável e incrementar a segurança dos funcionários da EDTL e do público em geral. Substituir os painéis e condutores riser deteriorados onde necessário.	Os Quadros de Baixa Voltagem deterioraram ao ponto de estar a causar interrupções devido a conectores e "Bus Bars" corroídos e sobrecarregados. Alguns quadros enferrujaram de tal maneira que representam um perigo eminente para o público, especialmente crianças que brincam nas imediações deste equipamento.	• Melhorar a segurança dos funcionários da EDTL e do público em geral; • Melhorar a fiabilidade do serviço nas áreas afectadas.
Controlo da Vegetação para o Programa de Distribuição em Díli (Dist14)	Providenciar ao público um fornecimento de energia mais fiável e incrementar a segurança dos funcionários da EDTL e do público em geral. Contratar um serviço para podar e remover árvores que interferem com os cabos de electricidade.	O controlo de vegetação é um importante elemento na manutenção contínua de um *electrical utility*. Sem controlo de vegetação, Díli irá sofrer muitas mais quebras de electricidade devido a árvores que tocam ou caiem nos cabos eléctricos. A vegetação descontrolada cria um perigo grave para o público e pode causar electrocussão se as pessoas entram em	• Melhorar a fiabilidade do fornecimento de energia através da redução das quebras de energia e a perda de linhas causadas por árvores que caiem sobre os cabos eléctricos ou encurtam os cabos durante as chuvas. (Este projecto reduzirá os perigos para o público ao remover a possibilidade de contactos do tipo pessoa/árvore/cabo

		contacto com árvores que estão em contacto com os cabos eléctricos.	eléctrico).
Planear, programar e fornecer serviços e cursos de formação aos funcionários	Melhoria da capacidade linguística dos funcionários. Melhoria da perícia técnica, de negócio e desempenho dos funcionários. Recrutar formadores. Desenvolver requisitos, cursos e horários de formação. Concretizar a formação dos funcionários.	Dotar os funcionários da EDTL com as capacidades e competências necessárias para efectuar o seu serviço eficientemente.	• Funcionários capazes de levar a cabo o seu trabalho efectivamente.
Desenvolver, expandir e executar uma recolha e cobranças nos Distritos e Sub-Distritos	Melhoria significativa na cobrança correcta e recolha de valores devidos. Contratar novos Supervisores Comerciais Distritais, comprar equipamento informático e veículos para facilitar estas melhorias dentro da Área Comercial Distrital de Negócio.	Aumentar a nossa competência comercial em geral e capacidade de cobrança computorizada para Distritos fora da área metropolitana de Díli.	• Cobranças e eficiência na facturação melhoradas.

Administração dos Portos de Timor-Leste (incluindo Berlin-Nakroma)

A missão da Administração dos Portos de Timor-Leste (doravante conhecida como *APORTIL)* consiste em assegurar a administração de todos os portos localizados em Timor-Leste. A Autoridade tem um mandato para garantir que os portos são desenvolvidos e geridos de modo a garantir que prestam um serviço eficiente à população e a importadores e exportadores.

Para lá dos serviços portuários, a Autoridade também gere o serviço de ferry Nakroma entre Díli e Oecussi. A APORTIL é regulada pelo Decreto-Lei n.º 3/2003, de 10 de Março. O financiamento e as actividades da APORTIL são indicados de seguida.

Quadro 7.257

Orçamento Geral do Estado ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	129	156	158	158	158	630
Bens e Serviços	2,254	1,980	1,425	1,547	1,529	6,481
Capital Minor	115	137	52	52	52	293
Transferências Públicas	-	-	-	-	-	-
Total Despesas Recorrentes	2,498	2,273	1,635	1,757	1,739	7,404
Crescimento ao Ano Interior		-9.0%	-28.1%	7.5%	-1.0%	-23.5%
Total Capital Desenvolvimento	100	3,660	1,290	-	-	4,950
Crescimento ao Ano Interior		3560%	-64.8%	-100.0%	#DIV/0!	-100.0%
Total Orçamento Geral do Estado	**2,598**	**5,933**	**2,925**	**1,757**	**1,739**	**12,354**
Crescimento ao Ano Interior		128.4%	-50.7%	-39.9%	-1.0%	-70.7%

O Orçamento da APORTIL em 2009 é de $5.933 milhões, um aumento de 128.4% em relação ao Orçamento para 2008. O aumento deve-se a uma afectação de $3.66 milhões para Capital e Desenvolvimento em 2009, que incluirá:

- Melhorias necessárias com urgência ao Porto de Díli, que irão melhorar a segurança e a eficiência das operações portuárias;
- A melhoria das instalações de embarque de passageiros em Oecussi; e
- A construção de uma rampa na Baía de Tibar para facilitar reparações e manutenção de barcos. Este projecto será co-financiado pelo Governo da Alemanha.

Quadro 7.258

Fundos confirmados a partir de outras fontes ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	-	-	-	-	-	-
Despesas Capital	-	-	-	-	-	-
Total Fundos Confirmados de Outros Fontes	-	-	-	-	-	-
Crescimento ao Ano Anterior						

As actividades dos parceiros de desenvolvimento na área dos portos estão incluídas no Ministério das Infra-estruturas.

Quadro 7.259

Orçamento de Fontes Combinadas para o Ministério ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Fontes Combinadas						
Despesas Recorrentes	2,498	2,273	1,635	1,757	1,739	7,404
Crescimento ao Ano Interior		-9.0%	-28.1%	7.5%	-1.0%	-23.5%
Despesas Capital	100	3,660	1,290	-	-	4,950
Crescimento ao Ano Interior		3560.0%	-64.8%	-100.0%	#DIV/0!	-100.0%
Total Fontes Combinadas	**2,598**	**5,933**	**2,925**	**1,757**	**1,739**	**12,354**
Crescimento ao Ano Interior		128%	-50.7%	-39.9%	-1.0%	-70.7%

Quadro 7.260

Capital e Desenvolvimento

Status	Projeto	2009	2010	2011	2012	Total
Novo	Substituição do Cabo Subterrâneono Porto	50	-	-	-	50
Novo	O Reforço da terreno recuperado e os armazéns para bens perigosos no Porto de Dili	2,610	290	-	-	2,900
Novo	Construção de umPlano Inclinado na baía de Tibar Conjuntamente com o Governo de Alemanha	1,000	1,000	-	-	2,000
Total	**Autoridade Portuaria de Timor-Leste**	**3,660**	**1,290**	**-**	**-**	**4,950**

Pessoal

Quadro 7.261

Perfil de Funcionários

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Total Permanente	4	24	7	8	1	-	-	**44**
Total Temporario	5	7	5	2	1	-	-	**20**
Total Apontamento Politica	-	-	-	-	-	-	-	**-**
Total Funcionario	**9**	**31**	**12**	**10**	**2**	**-**	**-**	**64**

Quadro 7.262

Perfil de Gestão

Director Geral	-
Director Nacional	-
Director Distrital	-
Chefe Departemento	1
Chefe Secção	8
Total	**9**

Em 2009 a APORTIL aprovou um Perfil de Funcionários que inclui 44 funcionários permanentes e 20 funcionários temporários. As posições permanentes aprovadas incluem 9 posições de gestão, conforme indicado no quadro anterior. A APORTIL tem todas as posições preenchidas. Sob o novo regime de carreira, a estrutura administrativa forma 14 por cento do total da força laboral aprovada.

Actividades de Fontes Combinadas

As actividades dos parceiros de desenvolvimento na área dos portos estão incluídas no Ministério das Infra-estruturas.

Plano Anual de Acção

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
Modificação da instalação de embarcação de passageiros de Oecusse	Proporcionar e criar condições para assegurar o embarque e desembarque de Passageiros nos serviços de Cabotagem Nacional.	Preparação das infra-estruturas necessárias para o apoio dos serviços dos Transportes Marítimos.	• Recuperação de infra-estruturas a 100%.
Substituição do Cabo Eléctrico subterrâneo	Criar condições para assegurar e fornecer prestações dos serviços portuários.	Prevenir desastres desnecessários devido aos cabos eléctricos.	• Recuperar as instalações eléctricas a 100%.
Substituição dos blocos de pavimentação do Parque leste de contentores do Porto de Díli	Criar condições para assegurar e fornecer a prestação de serviços portuários.	Garantir a qualidade e eficiência dos serviços portuários.	• Recuperação de infra-estruturas a 100%.
Reabilitação geral do edifício central da APORTIL	Proporcionar as condições necessárias à prestação de serviços administrativos portuários.	Preparação de infra-estruturas para apoio aos serviços administrativos	• Recuperação de infra-estruturas a 100%.
Reclamação das 2 baías da parte Oeste do Porto de Díli	Proporcionar as condições necessárias para assegurar e fornecer a prestação de serviços portuários.	Preparação das infra-estruturas para apoio de descarregamento e carregamento de mercadorias.	• Garantir a qualidade e eficiência nos serviços portuários; • Recuperar infra-estruturas a 100%.
Construção do Plano Inclinado na Baía de Tíbar, Projecto co-financiado com Governo Alemão	Proporcionar as condições necessárias para assegurar e fornecer a prestação de serviços portuários.	Preparação das infra-estruturas para apoio dos serviços de transportes marítimos.	• Construir novas instalações de reparação e manutenção de navios.
Formação Profissional	Preparar condições de capacitação dos funcionários para melhorar a prestação de serviços na área portuária.	Melhorar e desenvolver a capacitação e o conhecimento dos funcionários da APORTIL	• Garantir a qualidade e profissionalismo dos funcionários na eficiência de prestar serviços na administração e finanças e operações portuárias.
Desenvolvimento dos sistemas administrativos e operações portuárias Programa MYOB	Preparar condições de sistemas de comunicações e informática para melhorar prestação de serviços na área administrativa e financeira.	Obter melhor condição de serviços informáticos e sistematizar os processos financeiros e administrativos.	• Garantir a qualidade e eficiência nos serviços administrativos e financeiros.
Manutenção do Navio de Passageiros Nakroma	Preparar condições físicas do Barco Nakroma e melhorar a segurança de transportação.	Manter as condições físicas do Ferry Nakroma sempre operacional.	• Garantir a qualidade e eficiência nos serviços de cabotagem nacional.

Aviação Civil (ANATL)

O papel da ANATL consiste em operar e administrar os aeroportos de Timor-Leste com especial ênfase na segurança. Para cumprir esta responsabilidade a ANATL gere e mantém os edifícios e instalações de aeroporto, cobra taxas e pagamentos a partir de operadores, garante o conforto de passageiros no terminal, facilita o manuseamento efectivo de fretes e bagagens, e promove os serviços aeroportuários de Timor-Leste a operadores internacionais e regionais de serviços aéreos.

Em 2009 será feito um esforço considerável com vista a aumentar a capacidade dos funcionários por via de formação, melhorando por conseguinte os serviços prestados ao público.

Quadro 7.263
Orçamento Geral do Estado ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	243	355	321	321	321	1,318
Bens e Serviços	601	427	309	316	323	1,375
Capital Minor	16	230	438	540	733	1,941
Transferências Públicas						-
Total Despesas Recorrentes	860	1,012	1,068	1,177	1,377	4,634
Crescimento ao Ano Interior		17.7%	5.5%	10.2%	17.0%	36.1%
Total Capital Desenvolvimento	4,689	60	-	-	-	60
Crescimento ao Ano Interior		-98.7%	-100.0%			-100.0%
Total Orçamento Geral do Estado	**5,549**	**1,072**	**1,068**	**1,177**	**1,377**	**4,694**
Crescimento ao Ano Interior		-80.7%	-0.4%	10.2%	17.0%	28.5%

O orçamento de Estado para a ANATL decresceu em 2009, reflectindo uma dimunuição nas actividades de capital de desenvolvimento. O orçamento recorrente da ANATL aumentou em 18% comparativamente com o Orçamento para 2008. A afectação total para os serviços recorrentes é de $1.012 milhões. Um aumento nos Salários e Vencimentos reflecte aumentos a partir da implementação do novo regime de carreira. Os bens e serviços foram reduzidos 29% no seguimento da compra necessária de materiais em 2008. As afectações de Capital Menor aumentaram de $16,000 para $230,000, de modo a financiar a compra de equipamento de segurança em Díli. O Capital e Desenvolvimento desceu para $0.060 milhões, que serão utilizados para construir um gabinete de companhia aérea no Aeroporto Internacional de Díli, um projecto que sofreu nova dotação a partir de 2008. Outras obras significativas de capital no aeroporto serão financiadas através do orçamento do Ministério das Infra-estruturas e estão detalhadas na lista de projectos de capital do Ministério das Infra-estruturas.

Quadro 7.264

Fundos confirmados a partir de outras fontes ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes	-	-	-	-	-	-
Despesas Capital	-	-	-	-	-	-
Total Fundos Confirmados de Outros Fontes	-	-	-	-	-	-
Crescimento ao Ano Interior						

As actividades dos parceiros de desenvolvimento na área da aviação civil estão incluídas no Ministério das Infra-estruturas.

Quadro 7.265

Orçamento de Fontes Combinadas ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Fontes Combinadas						
Despesas Recorrentes	860	1,012	1,068	1,177	1,377	4,634
Crescimento ao Ano Interior		17.7%	5.5%	10.2%	17.0%	36.1%
Despesas Capital	4,689	60	-	-	-	60
Crescimento ao Ano Interior		-98.7%	-100.0%	#DIV/0!	#DIV/0!	-100.0%
Total Fontes Combinadas	**5,549**	**1,072**	**1,068**	**1,177**	**1,377**	**4,694**
Crescimento ao Ano Interior		-81%	-0.4%	10.2%	17.0%	28.5%

Quadro 7.266

Capital e Desenvolvimento

Status	Projeto	2009	2010	2011	2012	Total
Redotado	Construção do Escritório para as Companhias Aéreas no Aeroporto Internacional de Dili	60				60
Total	**Administração de Aeroportos e Navegação Aérea de Timor Leste**	**60**				**60**

Pessoal

Quadro 7.267

Perfil de Funcionários

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Total Permanente	10	29	32	7	5	1	-	84
Total Temporario	11	17	6	9	5	-	-	48
Total Apontamento Politica	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Funcionario	**21**	**46**	**38**	**16**	**10**	**1**	**-**	**132**

Quadro 7.268

Perfil de Gestão

Director Geral	-
Director Nacional	1
Director Distrital	-
Chefe Departemento	3
Chefe Secção	4
Total	**8**

Em 2009 a ANATL aprovou um Perfil de Funcionários com 132 elementos, incluindo 84 funcionários permanentes e 48 funcionários temporários. Os funcionários permanentes incluem 8 posições de gestão, conforme descrito acima. Mantém-se em curso o processo de recrutamento para 2 posições permanentes e 6 posições temporárias, a fim de preencher a totalidade do Perfil de Funcionários da ANATL. Sob o novo regime de carreira a estrutura administrativa forma 6 por cento do total da força laboral aprovada.

Actividades de Fontes Combinadas

As actividades dos parceiros de desenvolvimento na área da aviação civil estão incluídas no Ministério das Infra-estruturas.

Plano Anual de Acção

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
Administração do Aeroporto	Administração das receitas do Aeroporto, nomeadamente: a taxa de passageiros, de aterragem, de lojas franca e de publicidade.	Aumentar os fundos do Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato	• Continuidade dos serviços operacionais do Aeroporto garantida.
Capacitação dos Funcionários do Aeroporto	Formação dos funcionários do aeroporto nomeadamente em: Operações; Manutenção; Serviço de Tráfico Aéreo; ARO/NOTAM; e Adm/Fin	Desenvolvimento de competências e conhecimentos dos funcionários do Aeroporto.	• Todos os funcionários de cada secção capacitados e a trabalhar de acordo com as normas de ICAO.
Formação dos funcionários de Operações	Completar a Gestão de Operações de acordo com as normas de ICAO	Preparar 6 funcionários para aumentar a capacidade de gestão na área de gestão operacional.	• Melhores condições de trabalho para atender a necessidades operacionais urgentes, garantidas.
Formação para funcionários de Manutenção, Electricidade, Mecânica e Civil	Completar a gestão de manutenção e trabalhar com normas da ICAO.	Preparar 6 funcionários para aumentar a capacidade prática e especialidades individuais.	• Melhores condições de trabalho para responder a todas as actividades urgentes do Aeroporto, garantidas.
Formação dos funcionários ARO/NOTAM	Completar o FIS (Sistema de Informação de Voos) de acordo com as normas de ICAO.	Preparar 6 funcionários para aumentar a capacidade na gestão do FIS.	• Melhores condições de trabalho para responder a todas as actividades urgentes do Aeroporto, garantidas.
Formação dos funcionários de Administração e Finanças	Completar a gestão, administração e finanças do Aeroporto.	Preparar 4 funcionários para aumentar a capacidade sobre procedimentos de administração e finanças com normas do ICAO.	• Melhores condições de trabalho para atender a necessidades financeiras do Aeroporto, garantidas.
Recrutamento de novos funcionários do Aeroporto	Para completar o perfil dos funcionários nas seguintes secções: Operações; Adm/Finanças; ARO/NOTAM; TELNAV; Socorros; Segurança de Aviação Civil - Manutenção e Planeamento;	Garantir a continuidade das actividades do Aeroporto, cumprindo os procedimentos e normas do ICAO.	• Facilitar a segurança para todas as companhias, passageiros e também garantir a eficiência e boa qualidade de trabalho no Aeroporto; • 2 funcionários para secção de Operações recrutados; • 2 funcionários para secção Adm/Finanças recrutados; • 4 funcionários para a secção ARO/NOTAM recrutados; • 2 funcionários para a secção TELNAV recrutados; • 10 funcionários para a secção de Socorros recrutados; • 15 funcionários para a secção de segurança recrutados; • 5 funcionários para a secção de manutenção recrutados; • 2 funcionários para a secção do Planeamento recrutados;
Limpeza do Aeroporto	Garantir as condições de limpeza do Aeroporto.	Garantir que o Aeroporto apresente uma boa imagem, sobretudo no que respeita à limpeza.	• Qualidade de serviços prestados para empresas e passageiros garantidos.

Instituto de Gestão de Equipamento

A missão do Instituto de Gestão de Equipamento (doravante conhecido por IGE) consiste em aconselhar o Ministro sobre a definição de políticas relativamente à exploração e conservação de veículos, maquinaria e outros Equipamentos do Estado. O IGE é regulado pelo seu próprio estatuto, aprovado segundo o Decreto-Lei n.º 11/2006 de 12 de Abril.

O IGE gere todos os equipamentos especializados pertencentes ao Governo e facilita o seu uso através de aluguer a organizações e empresas que realizam obras em Timor-Leste. O objectivo é tornar o instituto auto-suficiente – isto é, que pague os custos da gestão e manutenção de equipamentos através das receitas com aluguer de equipamentos. O financiamento e as actividades do IGE são indicados de seguida.

Quadro 7.269

Orçamento Geral do Estado ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						
Salários e Vencimentos	263	344	364	227	227	1,162
Bens e Serviços	2,067	1,350	1,706	1,639	1,639	6,334
Capital Minor	25	48	183	61	61	353
Transferências Públicas						-
Total Despesas Recorrentes	2,355	1,742	2,253	1,927	1,927	7,849
Crescimento ao Ano Interior		-26.0%	29.3%	-14.5%	0.0%	10.6%
Total Capital Desenvolvimento						-
Crescimento ao Ano Interior						
Total Orçamento Geral do Estado	**2,355**	**1,742**	**2,253**	**1,927**	**1,927**	**7,849**
Crescimento ao Ano Interior		-26.0%	29.3%	-14.5%	0.0%	10.6%

Em 2009 o financiamento estatal para o Instituto de Gestão de Equipamento será de $1.742 milhões, uma diminuição de 26 por cento em relação ao orçamento do estado para 2008, no valor de $2.355 milhões. Os aumentos nos Salários e Vencimentos devem-se à implementação do novo regime de carreira. O declínio nas despesas com Bens e Serviços (de $2.067 milhões em 2008 para $1.35 milhões em 2009) reflecte uma redução na manutenção contínua e nos custos operacionais relativamente a veículos e edifícios. O financiamento de Capital Menor é aumentado para cobrir a compra de equipamento de comunicações e outro equipamento de escritório. O IGE não tem quaisquer programas de capital e desenvolvimento de grande dimensão.

Quadro 7.270

Fundos confirmados a partir de outras fontes ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Despesas Recorrentes						-
Despesas Capital						-
Total Fundos Confirmados de Outros Fontes	-	-	-	-	-	-
Crescimento ao Ano Interior						

Quadro 7.271

Orçamento de Fontes Combinadas para o Instituto ($000)

	2008	2009	2010	2011	2012	Total 4 Anos
Fontes Combinadas						
Despesas Recorrentes	2,355	1,742	2,253	1,927	1,927	7,849
Crescimento ao Ano Interior		-26.0%	29.3%	-14.5%	0.0%	10.6%
Despesas Capital	-	-	-	-	-	-
Crescimento ao Ano Interior						
Total Fontes Combinadas	**2,355**	**1,742**	**2,253**	**1,927**	**1,927**	**7,849**
Crescimento ao Ano Interior		-26%	29.3%	-14.5%	0.0%	10.6%

Pessoal

Quadro 7.272

Perfil de Funcionários

	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
Total Permanente	1	-	4	3	4	1	-	13
Total Temporario	22	85	27	20	6	-	-	160
Total Apontamento Politica	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Funcionario	**23**	**85**	**31**	**23**	**10**	**1**	**-**	**173**

Quadro 7.273

Perfil de Gestão

Director Geral	-
Director Nacional	1
Director Distrital	-
Chefe Departemento	3
Chefe Secção	-
Total	**4**

Em 2009 o Instituto de Gestão de Equipamento tem um perfil aprovado de 173 elementos, incluindo 13 funcionários permanentes e 160 funcionários temporários. Os funcionários permanentes incluem 4 posições de gestão, conforme descrito acima. Mantém-se em curso o processo de recrutamento para 6 posições permanentes, a fim de preencher a totalidade do Perfil de Funcionários do Instituto de Gestão de Equipamento. Sob o novo regime de carreira a estrutura de gestão forma 2 por cento do total da força laboral aprovada.

Actividades de Fontes Combinadas

Não existem actividades confirmadas de parceiros de desenvolvimento neste sector.

Plano Anual de Acção

Programa	Metas	Objectivos	Resultado Esperado/Indicador de Desempenho
Capacitação e Recursos Humanos	Completar o recrutamento dos funcionários de acordo com o perfil aprovado.	Garantir o funcionamento eficaz e eficiente de todas as actividades do IGE.	• Actividades implementadas com sucesso durante o ano de 2009.
Reabilitação do Novo Edifício do IGE em Tíbar, Liquiçá	Reabilitar o ex- Manu Luhan para obtenção de um Edifício permanente para o IGE.	Melhor organização, funcionamento e gestão administrativa, de material e equipamento do IGE.	• Edifício reabilitado e sua manutenção garantida.
Estudo comparativo com outro País	Desenvolver as capacidades dos funcionários do IGE.	Capacitação e desenvolvimento de competências dos funcionários, tendo em conta as melhores práticas internacionais.	• Funcionários do IGE capacitados.
Registo dos Materiais e Equipamentos	Registo de todos os materiais e equipamentos existentes.	Garantir uma melhor organização e identificação do material e equipamento.	• Documento (inventário) de todos os materiais e equipamentos existentes, produzido.
Manutenção de todos os Materiais e Equipamentos	Manutenção de todos os materiais e equipamentos existentes.	Melhorar e controlar a utilização dos equipamentos.	• Manutenção dos próprios equipamentos organizada.
Preparação da Oficina do IGE e compra de materiais para a Oficina	Estabelecimento de uma oficina própria do IGE.	Reduzir os custos de manutenção, através da instalação de uma oficina e de um armazém.	• Custos com manutenção reduzidos assegurados; • Manutenção efectiva dos equipamentos através da instalação da oficina.
Atribuição de Uniformes	Providenciar uniformes para os mecânicos, operadores, funcionários de armazém, condutores, seguranças e outros funcionários administrativos.	Atribuir as condições necessárias aos funcionários do IGE, preparando modelos de uniformes para cada divisão de trabalho.	• Uniformes atribuídos aos funcionários.

Anexo 1 Despesas Incluindo as Agências Autónomas

Governo Timor-Leste/Government of Timor-Leste

- Todo o Estado (Incluindo) / All Ministries (Including)

	2009 (000)	2010 (000)	2011 (000)	2012 (000)
Despesas/Expenditure	**680,873**	**664,107**	**588,460**	**475,010**
Salários e Vencimentos/Salaries and Wages	**93,822**	**95,004**	**97,854**	**100,718**
Salários /Salary	88,728	88,839	91,394	94,050
Horas Extraordinarias/Overtime	876	1,817	1,982	2,056
Abonos/Allowance	4,218	4,348	4,478	4,612
Bens e Serviços/Goods and Services	**247,262**	**223,979**	**229,132**	**234,880**
Viagens Locais/Local Travel	3,366	4,238	4,593	4,906
Viagens ao Estrageiro/Overseas Travel	5,175	6,728	6,969	7,229
Formação Professional e Seminários/Training and Workshop	10,085	12,757	13,188	13,709
Encargos de Instalação/Utilities	5,147	5,702	5,999	6,482
Arrendamento de Propriedades/Rental of Property	1,375	2,066	2,630	2,703
Combustiveis Operações de Veículos/Vehicle Operation Fuel	8,262	9,248	9,443	10,036
Manutenção de Veículos/Vehicle Maintenance	6,465	6,450	6,732	7,034
Aluguer de Veículos,Seguros e Servicos/Vehicle Rental, Insurance and Services	518	795	954	1,023
Materiais e Fornecimentos de Escritório/Office Stationary and Supplies	3,695	4,232	4,397	4,661
Materiais de Fornecimento Operacionais/Operational Material and Supplies	63,479	44,348	45,381	46,864
Combustível para Geradores/Fuel for Generators	33,819	35,335	35,651	36,106
Manutenção de Equipamentos e Edifício/Maintenance of Equipment and Buildings	8,128	10,318	10,448	11,045
Despesas de Operacionais/Operational Expenses	13,380	17,964	18,715	18,489
Serviços de Profissionais/Professional Services	23,925	26,386	25,794	25,556
Serviços de Tradução/Translation Services	1,058	1,308	1,367	1,688
Outros Serviços Diversos/Other Miscellaneous Services	58,582	35,331	36,013	36,469
Pagamentos de Quotas/Payments of Memberships	803	773	858	880
Capital Menor/Minor Capital	**38,053**	**30,593**	**24,102**	**25,194**
Equipamento de Segurança/Security Equipment	1,023	3,653	2,930	3,665
Equipamento de Informática/EDP Equipment	2,426	3,205	2,372	2,525
Equipamento de Comunicações/Communication Equipment	1,805	2,339	1,930	1,938
Geradores/Generators	351	1,006	655	498
Equipamento de Àgua/Water Equipment	576	1,683	1,051	1,086
Equipamento de Escritório/Office Equipment	1,032	1,844	1,372	1,439
Outros Equipamentos Diversos/Other Misc. Equipment	6,869	5,620	4,499	4,500
Mobiliário e Acessorios/Furniture and Fitting	4,345	5,241	4,719	4,906
Compra de Veículos/Purchase Vehicle	19,626	6,002	4,574	4,637
Capital Desenvolvimento/Capital and Development	**205,371**	**233,871**	**154,066**	**22,648**
Aquisação de Edifício/Acquisition of Building	38,765	27,751	15,259	8,733
Activos de Infra-estruturas/Infrastructure Assets	136,359	188,020	126,507	2,010
Injecção de Capital/Injection of Capital	2,000	13,100	12,300	11,905
Equipamento de Capital Maior/Major Capital Equipment	28,247	5,000	0	0
Transferências/Transfer Payments	**96,365**	**80,660**	**83,306**	**91,570**
Pagamentos Pessoais/Personal Benefit Payments	38,151	48,906	59,207	64,905
Concessoes Publicas/Public Grants	58,214	31,754	24,099	26,665

Anexo 2 Despesas Excluindo as Agências Autónomas

Governo Timor-Leste/Government of Timor-Leste

- Todo o Estado Excluindo) / All Ministries (Excluding)

	2009 (000)	2010 (000)	2011 (000)	2012 (000)
Despesas/Expenditure	**661,127**	**651,425**	**575,038**	**453,233**
Salários e Vencimentos/Salaries and Wages	**92,113**	**93,348**	**96,334**	**99,156**
Salários /Salary	87,083	87,258	89,950	92,564
Horas Extraordinarias/Overtime	812	1,742	1,906	1,980
Abonos/Allowance	4,218	4,348	4,478	4,612
Bens e Serviços/Goods and Services	**240,520**	**217,200**	**222,212**	**217,887**
Viagens Locais/Local Travel	3,303	4,164	4,527	4,839
Viagens ao Estrageiro/Overseas Travel	5,175	6,701	6,960	7,220
Formação Professional e Seminários/Training and Workshop	9,970	12,631	13,066	13,586
Encargos de Instalação/Utilities	4,942	5,526	5,821	6,303
Arrendamento de Propriedades/Rental of Property	1,375	1,566	1,630	1,703
Combustiveis Operações de Veículos/Vehicle Operation Fuel	6,978	7,979	8,395	8,891
Manutenção de Veículos/Vehicle Maintenance	5,495	6,154	6,433	6,732
Aluguer de Veículos,Seguros e Servicos/Vehicle Rental, Insurance and Services	440	696	871	939
Materiais e Fornecimentos de Escritório/Office Stationary and Supplies	3,592	4,108	4,303	4,560
Materiais de Fornecimento Operacionais/Operational Material and Supplies	63,284	44,171	45,201	46,682
Combustível para Geradores/Fuel for Generators	33,790	35,112	35,601	36,056
Manutenção de Equipamentos e Edifício/Maintenance of Equipment and Buildings	5,622	7,612	7,710	8,255
Despesas de Operacionais/Operational Expenses	13,021	17,695	18,385	18,254
Serviços de Profissionais/Professional Services	23,467	26,074	25,482	25,243
Serviços de Tradução/Translation Services	1,028	1,248	1,297	1,617
Outros Serviços Diversos/Other Miscellaneous Services	58,235	34,990	35,672	26,127
Pagamentos de Quotas/Payments of Memberships	803	773	858	880
Capital Menor/Minor Capital	**35,987**	**27,636**	**19,120**	**21,972**
Equipamento de Segurança/Security Equipment	775	3,527	2,803	3,450
Equipamento de Informática/EDP Equipment	2,426	3,109	305	2,457
Equipamento de Comunicações/Communication Equipment	1,739	2,292	1,885	1,893
Geradores/Generators	341	1,006	655	498
Equipamento de Àgua/Water Equipment	556	1,661	1,027	1,062
Equipamento de Escritório/Office Equipment	992	1,803	1,329	1,395
Outros Equipamentos Diversos/Other Misc. Equipment	5,312	3,591	2,411	2,366
Mobiliário e Acessorios/Furniture and Fitting	4,293	5,193	4,682	4,868
Compra de Veículos/Purchase Vehicle	19,553	5,454	4,023	3,983
Capital Desenvolvimento/Capital and Development	**196,142**	**232,581**	**154,066**	**22,648**
Aquisação de Edifício/Acquisition of Building	38,705	27,751	15,259	8,733
Activos de Infra-estruturas/Infrastructure Assets	132,699	186,730	126,507	2,010
Injecção de Capital/Injection of Capital	2,000	13,100	12,300	11,905
Equipamento de Capital Maior/Major Capital Equipment	22,738	5,000	0	0
Transferências/Transfer Payments	**96,365**	**80,660**	**83,306**	**91,570**
Pagamentos Pessoais/Personal Benefit Payments	38,151	48,906	59,207	64,905
Concessoes Publicas/Public Grants	58,214	31,754	24,099	26,665

Anexo 3 - Dotações

	Salários e Vencimentos ('000)	Bens e Serviços ('000)	Capital Menor ('000)	Capital de Desenvol-vimento ('000)	Transfe-rência ('000)	Total 2009 ('000)
Incluindo Agência Auto Financiada	**93,822**	**247,262**	**38,053**	**205,371**	**96,365**	**680,873**
Excluindo Agência Auto Financiada	**92,113**	**240,520**	**35,987**	**196,142**	**96,365**	**661,127**
Agência Auto Financiada	**1,709**	**6,742**	**2,066**	**9,229**	**-**	**19,746**
Presidente da República	**420**	**3,780**	**833**	**500**	**-**	**5,533**
Gabinete do Presidente da República	60	1,782	-	-	-	**1,842**
Administração Presidente da República	360	1,034	797	500	-	**2,691**
Assessoria Geral Presidente da República	-	423	18	-	-	**441**
Secretariado Técnico Post CAVR	-	240	-	-	-	**240**
Equipa de Apoio a Reforma e Desenvolvimento do Sector da Segurança	-	301	18	-	-	**319**
Parlamento Nacional	**2,866**	**5,525**	**817**	**375**	**-**	**9,583**
Parlamento Nacional	2,198	330	-	-	-	**2,528**
Gabinete do Presidente Parlamento	48	535	-	-	-	**583**
Bancadas Parlamentares	-	57	-	-	-	**57**
Secretariado	620	3,314	772	375		**5,081**
Comissão A	-	137	-	-	-	**137**
Comissão B	-	75	-	-	-	**75**
Comissão C	-	172	-	-	-	**172**

	Salários e Vencimentos ('000)	Bens e Serviços ('000)	Capital Menor ('000)	Capital de Desenvol-vimento ('000)	Transfe-rência ('000)	Total 2009 ('000)
Comissão D	-	98	-	-	-	**98**
Comissão E	-	125	-	-	-	**125**
Comissão F	-	125	-	-	-	**125**
Comissão G	-	89	-	-	-	**89**
Comissão H	-	51	-	-	-	**51**
Comissão I	-	21	-	-	-	**21**
Conselho Consultivo do Fundo Petrolífero	-	396	45	-	-	**441**
Primeiro Ministro e Presidência do Conselho de Ministros	**3,273**	**11,938**	**1,901**	**2,953**	**13,389**	**33,454**
Total Gabinete do Primeiro Ministro	**1,138**	**4,628**	**582**	**895**	**6,000**	**13,243**
Gabinete do Primeiro Ministro	59	-	-	-	-	**59**
Gabinete do Primeiro Vice Primeiro Ministro	211	412	42	300	-	**965**
Gabinete do Segundo Vice Primeiro Ministro	48	412	42	300	-	**802**
Gabinete Director Geral do Primeiro Ministro e Presidência do Conselho de Ministros	9	10	-	-	-	**19**
Secretariado do Primeiro-Ministro e Presidência do Conselho de Ministros	180	660	-	-	-	**840**
Direcção de Administração e Finanças	200	821	287	295		**1,603**
Residência Oficial do Primeiro Ministro	-	91	-	-	-	**91**
Direcção Documentação e Arquivo	35	18	-	-	-	**53**
Assessoria da Sociedade Civil	-	101	-	-	6,000	**6,101**
Assessoria da Comunicação Social	-	62	-	-	-	**62**

	Salários e Vencimentos ('000)	Bens e Serviços ('000)	Capital Menor ('000)	Capital de Desenvol-vimento ('000)	Transfe-rência ('000)	Total 2009 ('000)
Assessoria Sector Privado, Pequenas e Médias Empresas	-	116	-	-	-	**116**
Unidade de Planeamento Estratégico e Investimento	-	506	-	-	-	**506**
Gabinete da Inspecção-Geral	235	419	104	-	-	**758**
Serviço Nacional de Inteligência	161	1,000	107	-	-	**1,268**
Secretaria de Estado do Conselho de Ministros	**243**	**2,157**	**540**	**35**	**-**	**2,975**
Gabinete do Secretário de Estado do Conselho de Ministros	48	203	7	-	-	**258**
Direcção Nacional de Administração e de Apoio ao Conselho de Ministros	118	1,746	490	35	-	**2,389**
Direcção Nacional dos Serviços de Tradução	38	44	12	-	-	**94**
Unidade de Apoio Jurídico	8	6	-	-	-	**14**
Direcção de Disseminação de Informação	15	125	31	-	-	**171**
Centro da Rádio Comunitária	16	33	-	-	-	**49**
Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto	**397**	**552**	**108**	**1,453**	**1,836**	**4,346**
Gabinete do Secretário de Estado da Juventude e Desporto	48	35	-	-	-	**83**
Direcção de Administração e Finanças	71	160	93	500	-	**824**
Direcção Nacional da Juventude	47	36	-	26	200	**309**
Direcção da Educação Física e Desporto	41	78	-	927	1,336	**2,382**
Direcção da Política do Desenvolvimento	68	124	-	-	150	**342**
Direcção Nacional de Arte e Cultura	42	33	-	-	150	**225**
Gabinete do Director Geral	15	6	-	-	-	**21**

	Salários e Vencimentos ('000)	Bens e Serviços ('000)	Capital Menor ('000)	Capital de Desenvol-vimento ('000)	Transfe-rência ('000)	Total 2009 ('000)
Direcção de Comunicação	65	80	15	-	-	**160**
Secretaria de Estado dos Recursos Naturais	**249**	**2,125**	**116**	**-**	**1,000**	**3,490**
Gabinete do Secretário de Estado dos Recursos Naturais	48	431	-	-	-	**479**
Direcção Nacional de Administração e Finanças	59	188	116	-	1,000	**1,363**
Direcção Nacional Planeamento de Recursos Naturais	29	115	-	-	-	**144**
Direcção Nacional da Politica dos Recursos Naturais	40	1,092	-	-	-	**1,132**
Direcção Nacional de Minerais	73	299	-	-	-	**372**
Secretaria de Estado para a Política Energética	**142**	**941**	**151**	**-**	**1,953**	**3,187**
Gabinete do Secretário de Estado para a Política Energética	48	25	2	-	-	**75**
Direcção Nacional de Administração e Finanças	41	266	37	-	-	**344**
Direcção Nacional da Pesquisa e Políticas de Energia Alternativa	20	613	2	-	-	**635**
Direcção para Coordenação das Actividades de Energia Renovável	33	19	3	-	1,953	**2,008**
Grupo de Acção (Task Force) para Instalação de Painel Solar	-	18	107	-	-	**125**
Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego	**657**	**769**	**131**	**570**	**2,550**	**4,677**
Gabinete do Secretário de Estado da Formação Profissional e Emprego	48	33	-	-	-	**81**
Direcção Nacional de Administração e Finanças	150	312	87	570	-	**1,119**
Direcção Nacional da Formação Profissional	52	116	16	-	400	**584**
Direcção Nacional de Emprego	192	124	14	-	2,000	**2,330**
Direcção Nacional das Relações de Trabalho	83	79	-	-	-	**162**
Direcção Nacional da Inspecção do Trabalho	58	30	-	-	-	**88**

	Salários e Vencimentos ('000)	Bens e Serviços ('000)	Capital Menor ('000)	Capital de Desenvol-vimento ('000)	Transfe-rência ('000)	Total 2009 ('000)
Direcção de Arbitragem/Secretaria do Apoio ao Conselho Nacional do Trabalho	42	19	-	-	-	**61**
Centro Nacional de Emprego e Formação Profissional - Tibar	-	-	-	-	150	**150**
Gabinete de Assistência Jurídica	14	15	-	-	-	**29**
Instituto Nacional Desenvolvimento Mão de Obra	9	29	14	-	-	**52**
Gabinete do Fundo de Emprego Formação Profissional	9	12	-	-	-	**21**
Secretaria de Estado Promoção da Igualdade	**212**	**282**	**38**	**-**	**50**	**582**
Gabinete do Secretário de Estado para a Promoção da Igualdade	48	49	-	-	-	**97**
Gabinete do Director Geral	37	39	3	-	-	**79**
Direcção da Administração, Logística e Finanças	72	113	30	-	50	**265**
Direcção de Políticas e Desenvolvimento do Género	55	81	5	-	-	**141**
Secretariado da Comissão Função Pública	**235**	**484**	**235**	**-**	**-**	**954**
Secretariado da Comissão Função Pública	235	484	235	-	-	**954**
Ministério da Defesa e Segurança	**18,491**	**18,554**	**3,699**	**24,841**	**-**	**65,585**
Total Gabinete do Ministro da Defesa e Segurança	**-**	**90**	**2,000**	**-**	**-**	**2,090**
Gabinete do Ministro da Defesa e Segurança	-	90	2,000	-	-	**2,090**
Secretaria de Estado da Defesa	**194**	**864**	**129**	**-**	**-**	**1,187**
Gabinete do Secretário de Estado da Defesa	46	279	-	-	-	**325**
Direcção Nacional de Administração e Finanças	43	574	129	-	-	**746**
Direcção Nacional de Planeamento Estratégico e Intercâmbio Internacional	40	3	-	-	-	**43**

	Salários e Vencimentos ('000)	Bens e Serviços ('000)	Capital Menor ('000)	Capital de Desenvol-vimento ('000)	Transfe-rência ('000)	Total 2009 ('000)
Gabinete do Director Geral	9	2	-	-	-	**11**
Gabinete de Inspecção Geral	-	-	-	-	-	**-**
Direcção Nacional de Aprovisionamento	39	3	-	-	-	**42**
Direcção Nacional do Património	17	3	-	-	-	**20**
FALINTIL - Forças de Defesa de Timor-Leste	3,438	7,740	725	22,850	-	**34,753**
Secretaria de Estado da Segurança	**2,379**	**2,700**	**-**	**-**	**-**	**5,079**
Gabinete do Secretário de Estado da Segurança	46	90	-	-	-	**136**
Gabinete do Director Geral	30	32	-	-	-	**62**
Direcção Nacional de Protecção Civil	610	783	-	-	-	**1,393**
Direcção Nacional de Segurança de Edifícios Públicos	1,436	737	-	-	-	**2,173**
Gabinete de Inspecção e Auditoria	39	35	-	-	-	**74**
Direcção Nacional das Finanças	46	46	-	-	-	**92**
Direcção Nacional de Administração	76	869	-	-	-	**945**
Direcção Nacional de Prevenção de Conflitos Comunitários	48	73	-	-	-	**121**
Direcção Nacional de Aprovisionamento	48	35	-	-	-	**83**
PNTL	**12,480**	**7,160**	**845**	**1,991**	**-**	**22,476**
PNTL - Direcção Nacional de Administração	634	660	501	133	-	**1,928**
PNTL - Unidade de Intervenção Rápida	692	656	175	1,000	-	**2,523**
PNTL - Serviços de Migração	313	431	-	-	-	**744**
PNTL - Unidade de Patrulhamento das Fronteiras	956	688	-	-	-	**1,644**

	Salários e Vencimentos ('000)	Bens e Serviços ('000)	Capital Menor ('000)	Capital de Desenvol-vimento ('000)	Transfe-rência ('000)	Total 2009 ('000)
PNTL - Unidade Marítima	143	228	46	-	-	**417**
PNTL - Comando Nacional de Operações	9,118	3,382	20	658	-	**13,178**
PNTL - Unidade de Reserva da Polícia	288	359	-	-	-	**647**
Academia de Polícia	336	756	103	200	-	**1,395**
Ministério dos Negócios Estrangeiros	**5,153**	**4,845**	**328**	**-**	**1,000**	**11,326**
Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros	62	47	-	-	-	**109**
Sede do MNE	599	1,587	-	-	1,000	**3,186**
Secretaria de Estado para a Cooperação Internacional	46	-	-	-	-	**46**
Secretaria de Estado das Migrações e Comunidades no Estrangeiro	46	-	-	-	-	**46**
Embaixada Nova Iorque	321	301				**622**
Embaixada – Lisboa	240	152	-	-	-	**392**
Embaixada – Jakarta	202	108	67	-	-	**377**
Embaixada – Washington	203	228	20	-	-	**451**
Embaixada – Camberra	235	110	-	-	-	**345**
Embaixada - Kuala Lumpur	206	84	-	-	-	**290**
Embaixada – Bruxelas	220	74	-	-	-	**294**
Embaixada – Banguecoque	166	93	10	-	-	**269**
Embaixada – Tóquio	241	274	23	-	-	**538**
Embaixada – Maputo	175	30	20	-	-	**225**
Consulado Geral – Sidney	204	46	13	-	-	**263**

	Salários e Vencimentos ('000)	Bens e Serviços ('000)	Capital Menor ('000)	Capital de Desenvol-vimento ('000)	Transfe-rência ('000)	Total 2009 ('000)
Consulado Geral – Denpasar	156	104	6	-	-	**266**
Consulado – Kupang	142	51	19	-	-	**212**
Salão Memorial da Independência	2	-	3	-	-	**5**
Gabinete de Demarcação da Fronteira Terrestre	-	500	-	-	-	**500**
Embaixada – Havana	183	108	95	-	-	**386**
Embaixada – Manila	184	66	-	-	-	**250**
Embaixada – Genebra	217	74	-	-	-	**291**
Visitas Oficiais	-	150	-	-	-	**150**
Embaixada – Vaticano	219	224	12	-	-	**455**
Embaixada - Brasil	224	92	-	-	-	**316**
Embaixada - Corea do Sul	207	199	-	-	-	**406**
Embaixada - de Timor Leste Junto das Comunidades dos Países da Língua Portuguesa	211	51	-	-	-	**262**
Embaixada Beijing	149	50	-	-	-	**199**
Escritório de Ligação - Jakarta	93	42	40	-	-	**175**
Ministério das Finanças	**2,914**	**5,426**	**632**	**-**	**-**	**8,972**
Gabinete do Ministro das Finanças	62	26	-	-	-	**88**
Gabinete do Vice-Ministro das Finanças	53	26	-	-	-	**79**
Gabinete do Director Geral	12	2	-	-	-	**14**
Serviços Administrativos e Informáticos	155	3,412	632	-	-	**4,199**

	Salários e Vencimentos ('000)	Bens e Serviços ('000)	Capital Menor ('000)	Capital de Desenvol-vimento ('000)	Transfe-rência ('000)	Total 2009 ('000)
Administração de Proposta de Conta do Desafio do Milénio	-	256	-	-	-	**256**
Direcção Nacional do Orçamento	166	227	-	-	-	**393**
Direcção Nacional do Tesouro	342	387	-	-	-	**729**
Serviço de Impostos de Timor-Leste	405	162	-	-	-	**567**
Unidade da Política Tributária e Macro Economia	119	229	-	-	-	**348**
Direcção Nacional do Plano e Coordenação de Assistência Externa	144	139	-	-	-	**283**
Direcção Nacional de Alfândegas	702	207	-	-	-	**909**
Unidade de Fornecimento	112	45	-	-	-	**157**
Direcção de Aprovisionamento	152	132	-	-	-	**284**
Direcção Nacional de Estatística	350	80	-	-	-	**430**
Direcção Património do Estado	140	96	-	-	-	**236**
Dotações para todo o Governo - Administrado pelo Ministério das Finanças	**-**	**76,589**	**2,180**	**1,950**	**1,300**	**82,019**
Dotações para Todo o Governo - Fundos com Contrapartidas	-	2,600	-	-	-	**2,600**
Dotações para Todo o Governo - Auditoria Externa	-	750	-	-	-	**750**
Dotações para Todo o Governo - Financiamento Retroactivo	-	45	-	-	-	**45**
Dotações para Todo o Governo - Reserva de Contingência	-	18,291	-	-	-	**18,291**
Dotações para Todo o Governo - Fundo para Viagens ao Estrangeiro	-	2,833	-	-	-	**2,833**
Dotações para Todo o Governo - Quotas de Membro de Instituições Internacionais	-	300				**300**
Dotações para Todo o Governo-Pagamentos de Impostos e Taxas em	-	20,000	-	-	-	**20,000**

	Salários e Vencimentos ('000)	Bens e Serviços ('000)	Capital Menor ('000)	Capital de Desenvol-vimento ('000)	Transfe-rência ('000)	Total 2009 ('000)
nome do Governo						
Dotações para Todo o Governo - Provisão para Financiar as Actividades da EDTL	-	30,986	-	-	-	**30,986**
Dotações para Todo o Governo - Provisão para Impostos do Fundo Fiduciário de Timor Leste (FFTL)	-	500	-	-	-	**500**
Dotações para Todo o Governo-Pensões e Subsídios aos Ex - Titulares e Ex-Membros dos Órgãos de Soberania	-	284	110	-	1,300	**1,694**
Fundo para Renovar Frota de Veículos e Equipamentos Informática do Governo	-	-	2,070	-	-	**2,070**
Construção de Postos Integrados na Fronteira.	-	-	-	1,950	-	**1,950**
Ministério da Justiça	**2,033**	**4,955**	**438**	**5,358**	**-**	**12,784**
Gabinete da Ministra da Justiça	62	37	4	-	-	**103**
Gabinete do Director – Geral	23	24	7	-	-	**54**
Direcção Nacional dos Serviços Administrativos, Financeiros e de Pessoal	113	1,120	24	114	-	**1,371**
Direcção Nacional de Assessoria Jurídica e Legislação	83	168	28	-	-	**279**
Direcção Nacional dos Direitos Humanos e de Cidadania	66	272	12	-	-	**350**
Direccao Nacional dos Registos e do Notariado	415	1,047	73	3,674	-	**5,209**
Direcção Nacional Terras, Propriedades e Serviços Cadastrais	353	828	100	400	-	**1,681**
Direcção Nacional dos Serviços Prisionais e Reinserção Social	476	955	37	342	-	**1,810**
Centro de Formação Jurídica	33	330	66	400	-	**829**
Defensoria Pública	339	157	68	428		**992**

	Salários e Vencimentos ('000)	Bens e Serviços ('000)	Capital Menor ('000)	Capital de Desenvol-vimento ('000)	Transfe-rência ('000)	Total 2009 ('000)
Comissão Nacional dos Direitos da Criança	27	8	9	-	-	**44**
Gabinete de Inspecção e Auditoria	43	9	10	-	-	**62**
Ministério da Saúde	**8,189**	**16,240**	**985**	**7,479**	**-**	**32,893**
Gabinete Ministro da Saúde	64	70	6	-	-	**140**
Gabinete Vice Ministro da Saúde	53	45	4	-	-	**102**
Laboratório Nacional	118	326	-	52	-	**496**
Hospital Nacional Guido Valadares	1,435	2,672	-	1,068	-	**5,175**
Hospital de Referência Baucau	495	1,284	-	3,007	-	**4,786**
Hospital de Referência Maliana	246	688	173	13	-	**1,120**
Hospital de Referência Maubisse	240	593	-	14	-	**847**
Hospital de Referência Oecusse	203	404	-	16	-	**623**
Hospital de Referência Suai	205	403	-	1,066	-	**1,674**
Serviços Distritais de Saúde de Aileu	256	318	56	92	-	**722**
Serviços Distritais de Saúde de Ainaro	230	330	57	16	-	**633**
Serviços Distritais de Saúde de Baucau	461	425	66	217	-	**1,169**
Serviços Distritais de Saúde de Bobonaro	297	343	19	208	-	**867**
Serviços Distritais de Saúde de Covalima	269	298	-	46	-	**613**
Serviços Distritais de Saúde de Díli	442	503	7	46	-	**998**
Serviços Distritais de Saúde de Ermera	345	445	-	159	-	**949**
Serviços Distritais de Saúde de Lautem	368	391	47	184	-	**990**

	Salários e Vencimentos ('000)	Bens e Serviços ('000)	Capital Menor ('000)	Capital de Desenvol-vimento ('000)	Transfe-rência ('000)	Total 2009 ('000)
Serviços Distritais de Saúde de Liquiça	245	317	46	162	-	**770**
Serviços Distritais de Saúde de Manatuto	363	321	53	214	-	**951**
Serviços Distritais de Saúde de Manufahi	303	353	86	289	-	**1,031**
Instituto de Ciências da Saúde	173	648	-	-	-	**821**
Serviços Distritais de Saúde de Oecusse	210	306	85	183	-	**784**
Serviços Distritais de Saúde de Viqueque	425	396	86	253	-	**1,160**
Gabinete do Director Geral	96	280	42	-	-	**418**
Direcção Nacional - Plano e Finanças	84	1,142	70	-	-	**1,296**
Direcção Nacional -Saúde Comunitária	196	912	18	-	-	**1,126**
Direcção Nacional - Recursos Humanos	59	833	-	-	-	**892**
Direcção Nacional - Serviços Hospitalares e Encaminhamento	89	489	34	-	-	**612**
Direcção Nacional - Administração, Logística e Aprovisionamento	161	404	-	174	-	**739**
Gabinete Inspecção Fiscalização e Auditoria	58	301	30	-	-	**389**
Ministério da Educação	**32,313**	**10,683**	**2,779**	**12,795**	**4,000**	**62,570**
Gabinete do Ministro da Educação	62	58	-	-	-	**120**
Gabinete do Vice Ministro Educação	53	48	-	-	-	**101**
Gabinete do Inspector-Geral	42	112	-	-	-	**154**
Gabinete do Director-Geral	81	250	-	-	-	**331**
Direcção de Administração e Finanças	702	1,409	279	-	-	**2,390**
Direcção de Política, Plano e Desenvolvimento	109	150	-	-	-	**259**

	Salários e Vencimentos ('000)	Bens e Serviços ('000)	Capital Menor ('000)	Capital de Desenvol-vimento ('000)	Transfe-rência ('000)	Total 2009 ('000)
Direcção do Ensino Técnico Superior	55	1,407	-	-	-	**1,462**
Universidade Nacional de Timor Lorosae	1,918	986	-	-	-	**2,904**
Direcção de Acreditação e Administração Escolar	27,778	250	2,500	-	4,000	**34,528**
Unidade de Infra-estrutura	-	-	-	12,795	-	**12,795**
Gabinete Jurídico	2	-	-	-	-	**2**
Direcção de Educação de Adultos e Ensino Não Formal	187	1,860	-	-	-	**2,047**
Direcção de Formação Profissional	78	150	-	-	-	**228**
Instituto Nacional de Formação Contínua dos Professores	119	1,689	-	-	-	**1,808**
Biblioteca Nacional	5	-	-	-	-	**5**
Direcções Regionais	-	-	-	-	-	**-**
Gabinete Protocolo e Media	52	144	-	-	-	**196**
Direcção de Currículos Escolares, Materiais e Avaliação	48	1,404	-	-	-	**1,452**
Gabinete do Secretário de Estado da Cultura	46	25	-	-	-	**71**
Direcção da Cultura	70	321	-	-	-	**391**
Direcção Regional –I	245	120	-	-	-	**365**
Direcção Regional –II	179	90	-	-	-	**269**
Direcção Regional –III	171	80	-	-	-	**251**
Direcção Regional –IV	193	80	-	-	-	**273**
Direcção Regional –Oecusse	118	50	-	-	-	**168**
Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território	**2,921**	**7,157**	**446**	**2,396**	**4,031**	**16,951**

	Salários e Vencimentos ('000)	Bens e Serviços ('000)	Capital Menor ('000)	Capital de Desenvol-vimento ('000)	Transfe-rência ('000)	Total 2009 ('000)
Gabinete do Ministro da Administração Estatal e Ordenamento do Território	62	23	-	-	-	**85**
Gráfica Nacional	64	68	63	-	-	**195**
Arquivo Nacional	87	24	21	-	-	**132**
Instituto Nacional da Administração Pública	166	186	6	-	50	**408**
Secretariado Técnico da Administração Eleitoral	682	155	-	-	-	**837**
Provisão para Preparação de Eleições Chefe do Suco	-	1,562	-	-	-	**1,562**
Provisão para Preparação de Eleição Municipal Dili	-	463	-	-	-	**463**
Provisão para Preparação de Eleição Municipal Baucau	-	327	-	-	-	**327**
Provisão para Preparação de Eleição Municipal Bobonaro	-	367	-	-	-	**367**
Provisão para Preparação de Eleição Municipal Oecusse	-	243	-	-	-	**243**
Secretariado de Estado da Reforma Administrativa	46	110	7	-	300	**463**
Direcção Nacional Desenvolvimento Local e Ordenamento do Território	52	126	33	-	-	**211**
Programa Desenvolvimento Local	-	190	-	-	1,660	**1,850**
Secretariado de Estado da Região Especial de Oecusse	62	123	-	-	-	**185**
Gabinete do Director-Geral	13	3				**16**
Direcção Nacional da Administração e Finanças	148	1,658	87	-	-	**1,893**
Direcção Nacional da Administração Local	83	188	141	-	-	**412**
Administração Distrito Díli	476	521	-	200	167	**1,364**
Administração Distrito Baucau	83	39	-	-	264	**386**

	Salários e Vencimentos ('000)	Bens e Serviços ('000)	Capital Menor ('000)	Capital de Desenvol-vimento ('000)	Transfe-rência ('000)	Total 2009 ('000)
Administração Distrito Bobonaro	83	39	-	-	207	**329**
Administração Distrito Manufahi	66	37	-	-	130	**233**
Administração Distrito Viqueque	86	38	-	-	177	**301**
Administração Distrito Lautem	69	38	-	-	148	**255**
Administração Distrito Manatuto	81	38	-	-	116	**235**
Administração Distrito Covalima	103	39	-	-	135	**277**
Administração Distrito Ainaro	72	37	-	-	104	**213**
Administração Distrito Aileu	66	37	-	-	135	**238**
Administração Distrito Ermera	79	38	-	-	240	**357**
Administração Distrito Liquiça	60	36	-	-	114	**210**
Administração Distrito Oecusse	74	37	-	-	84	**195**
Direcção Nacional de Apoio de Administração de Suco	47	124	31	196	-	**398**
Gabinete de Inspecção Geral	11	3	-	-	-	**14**
Provisão para Preparação de uma Instalação de Administração Municipais –Dili	-	30	-	500	-	**530**
Provisão para Preparação de uma Instalação de Administração Municipais –Bobonaro	-	25	10	500	-	**535**
Provisão para Preparação de uma Instalação de Administração Municipais –Baucau	-	31	10	500		**541**
Provisão para Preparação de uma Instalação de Administração Municipais –Oecusse	-	31	10	500	-	**541**
Comissão Preparativos para Municípios	-	123	27	-	-	**150**

	Salários e Vencimentos ('000)	Bens e Serviços ('000)	Capital Menor ('000)	Capital de Desenvol-vimento ('000)	Transfe-rência ('000)	Total 2009 ('000)
Ministério da Economia e Desenvolvimento	**1,198**	**1,620**	**56**	**881**	**1,500**	**5,255**
Gabinete do Ministro da Economia e Desenvolvimento	62	73	5	-	-	**140**
Direcção Nacional de Administração e Finanças	61	484	6	81	-	**632**
Gabinete da Inspecção e Auditoria do Ministério	18	29	9	-	-	**56**
Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial	237	281	5	-	150	**673**
Instituto para a Promoção de Investimento e Exportação	16	164	-	-	300	**480**
Gabinete do Vice Ministro da Economia e Desenvolvimento	53	50	-	-	-	**103**
Direcção Nacional de Pesquisa e Planeamento para o Desenvolvimento Nacional	52	71	3	-	-	**126**
Gabinete do Secretário de Estado do Meio Ambiente	46	45	-	-	-	**91**
Direcção Nacional do Meio Ambiente	177	94	6	300	-	**577**
Direcção Nacional para Assuntos Ambientais Internacionais	40	46	4	-	-	**90**
Gabinete do Secretário Estado do Desenvolvimento Rural e Cooperativas	46	45	-	-	-	**91**
Direcção Nacional do Desenvolvimento Rural	251	102	2	500	550	**1,405**
Direcção Nacional das Cooperativas	91	60	3	-	500	**654**
Gabinete do Director Geral	33	62	5	-	-	**100**
Departamento de Aprovisionamento	15	14	8	-	-	**37**
Ministério da Solidariedade Social	**1,284**	**1,800**	**167**	**2,227**	**69,045**	**74,523**
Gabinete do Ministro da Solidariedade Social	62	19	-	-	-	**81**
Gabinete do Director-Geral	30	20	-	-	-	**50**

	Salários e Vencimentos ('000)	Bens e Serviços ('000)	Capital Menor ('000)	Capital de Desenvol-vimento ('000)	Transfe-rência ('000)	Total 2009 ('000)
Direcção Nacional da Administração e das Finanças	355	655	51	397	-	**1,458**
Gabinete do Secretário de Estado para os Assuntos dos Antigos Combatentes da Libertação Nacional	46	21	-	-	-	**67**
Direcção Nacional dos Assuntos dos Antigos Combatentes da Libertação Nacional	105	415	-	-	15,274	**15,794**
Comissão de Homenagem	-	-	-	-	640	**640**
Gabinete do Secretário de Estado da Assistência Social e Desastres Naturais	46	21	-	-	-	**67**
Direcção Nacional da Assistência Social	131	303	95	1,830	33,150	**35,509**
Direcção Nacional de Reinserção Social	215	109	10	-	2,650	**2,984**
Direcção Nacional de Gestão de Desastres	111	107	11	-	700	**929**
Gabinete do Secretário de Estado da Segurança Social	46	21	-	-	-	**67**
Direcção Nacional da Segurança Social	120	65	-	-	16,631	**16,816**
Gabinete da Inspecção Auditoria Interna	17	44	-	-	-	**61**
Ministério das Infra-Estruturas Incluindo Agência Autónomas	**4,696**	**14,455**	**3,754**	**126,490**	**-**	**149,395**
Ministério das Infra-Estruturas Excluindo Agência Autónomas	**2,987**	**7,713**	**1,688**	**117,261**	**-**	**129,649**
Gabinete do Ministro das Infra-Estruturas	62	33	-	-	-	**95**
Gabinete do Vice Ministro das Infra-Estruturas	53	33	-	-	-	**86**
Gabinete do Secretário de Estado dos Transportes e Comunicações	46	12	-	-	-	**58**
Gabinete do Director Geral	19	12	5	-	-	**36**
Autoridade Reguladora das Comunicações	77	96	20	-	-	**193**

	Salários e Vencimentos ('000)	Bens e Serviços ('000)	Capital Menor ('000)	Capital de Desenvol-vimento ('000)	Transfe-rência ('000)	Total 2009 ('000)
Direcção dos Serviços Transportes Marítimos	74	36	55	-	-	**165**
Direcção de Meteorologia e Geofísica	55	62	353	-	-	**470**
Direcção Nacional de Informática e Tecnologia	134	99	23	1,500	-	**1,756**
Direcção Nacional de Administração e Finanças	103	1,156	13	-	-	**1,272**
Direcção Nacional de Transportes Terrestres	294	381	155	225	-	**1,055**
Direcção Nacional de Correios de Timor-Leste	81	728	8	-	-	**817**
Autoridade da Aviação Civil de Timor Leste	111	259	228	4,500		**5,098**
Administração de Aeroportos e Navegação Aérea de Timor Leste	355	427	230	60	-	**1,072**
Autoridade Portuaria de Timor Leste (Agência Auto Financiada)	156	556	137	3,660	-	**4,509**
Instituto Público de Gestão de Equipamentos (Agência Auto Financiada)	344	1,350	48	-	-	**1,742**
Operações do Berlin – Nakroma	-	1,424	-	-	-	**1,424**
Gabinete do Secretário de Estado para Electricidade, Água e Urbanização	46	21	-	-	-	**67**
Gabinete do Director Geral Electricidade Água e Urbanização	13	14	-	-	-	**27**
Direcção Nacional Administração e Finanças	54	2,576	14	1,146	-	**3,790**
Direcção Nacional de Urbanização	-	12	-	-	-	**12**
Direcção Nacional Gestão dos Recursos de Água	20	128	21	-	-	**169**
Direcção Nacional de Serviços de Águas e Saneamento	560	1,008	453	1,495	-	**3,516**
Electricidade de Timor-Leste (Agência Auto Financiada)	854	2,985	1,651	5,509	-	**10,999**
Construção da Nova Central Eléctrica, Linhas de Transmissão e Supervisão	-	-	-	87,000	-	**87,000**

	Salários e Vencimentos ('000)	Bens e Serviços ('000)	Capital Menor ('000)	Capital de Desenvol-vimento ('000)	Transfe-rência ('000)	Total 2009 ('000)
Gabinete do Secretário do Estado das Obras Públicas	46	26	-	-	-	**72**
Gabinete do Director Geral das Obras Públicas	23	7	-	-	-	**30**
Direcção Nacional de Administração e Finanças	145	436	13	-	-	**594**
Direcção Nacional de Edificação, Habitação e Planeamento Urbano	329	123	59	3,118	-	**3,629**
Direcção Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento	110	118	174	-	-	**402**
Direcção Nacional de Estradas, Pontes e Controlo de Cheias	532	337	94	18,277	-	**19,240**
Ministério do Turismo, Comércio e Indústria	**807**	**50,950**	**124**	**9,027**	**100**	**61,008**
Gabinete do Ministro do Turismo, Comércio e Indústria	62	31	-	-	-	**93**
Gabinete de Auditoria Interna	36	50	-	-	-	**86**
Gabinete do Director-Geral	79	225	-	-	-	**304**
Direcção Nacional da Administração e Finanças	70	728	33	-	-	**831**
Direcção Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento	49	140	-	90	-	**279**
Direcção Nacional do Comércio Externo	65	336	27	-	-	**428**
Direcção Nacional do Comércio Interno	68	133	8	1,217	-	**1,426**
Direcção Nacional da Indústria	76	161	50	200	100	**587**
Gabinete do Secretário de Estado para o Turismo	46	8	-	-	-	**54**
Direcção Nacional do Turismo	58	543	-	300	-	**901**
Fundo da Segurança Alimentar	77	48,260	-	7,220	-	**55,557**
Inspecção Alimentar e Económica	73	162	-	-	-	**235**
Inspecção Geral dos Jogos	48	173	6	-	-	**227**

	Salários e Vencimentos ('000)	Bens e Serviços ('000)	Capital Menor ('000)	Capital de Desenvol-vimento ('000)	Transfe-rência ('000)	Total 2009 ('000)
Ministério da Agricultura e Pescas	**4,305**	**6,270**	**15,928**	**6,411**	**1,000**	**33,914**
Gabinete do Ministro da Agricultura e Pescas	64	61	-	-	-	**125**
Direcção Nacional da Administração e Finanças	108	805	238	1,134	-	**2,285**
Direcção Nacional das Plantas Industriais e do Agro-Comércio	102	366	-	224	-	**692**
Direcção Nacional de Pesquisa e Serviços Especiais	251	272	-	-	-	**523**
Direcção Nacional de Quarentena e Biosegurança	223	237	-	-	-	**460**
Direcção Nacional de Formação Técnica Agrícola	353	301	-	-	-	**654**
Direcção Nacional de Política e Planeamento	102	201	-	-	-	**303**
Gabinete do Director-Geral	13	30	-	-	-	**43**
Gabinete Secretaria de Estado da Agricultura e Arboricultura	47	32	-	-	-	**79**
Direcção Nacional de Agricultura e Horticultura	318	668	15,377	-	-	**16,363**
Direcção Nacional das Florestas	240	490	-	-	-	**730**
Gabinete do Secretário de Estado das Pescas	47	32	-	-	-	**79**
Direcção Nacional de Pescas e Aquicultura	311	460	-	-	-	**771**
Gabinete do Secretário de Estado da Pecuária	47	32	-	-	-	**79**
Direcção Nacional de Pecuária e Veterinária	124	286	-	158	-	**568**
Direcção Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário Agrícola	133	279	-	-	-	**412**
Fundo de Desenvolvimento Comunidade Agrícola	-	-	-	-	1,000	**1,000**
Direcção do Serviço de Agricultura do Distrito de Aileu	105	53	-	-	-	**158**
Direcção do Serviço de Agricultura do Distrito de Ainaro	109	76	-	-	-	**185**

	Salários e Vencimentos ('000)	Bens e Serviços ('000)	Capital Menor ('000)	Capital de Desenvol-vimento ('000)	Transfe-rência ('000)	Total 2009 ('000)
Direcção do Serviço de Agricultura do Distrito de Baucau	201	81	-	45	-	**327**
Direcção do Serviço de Agricultura do Distrito de Bobonaro	186	64	7	-	-	**257**
Direcção do Serviço de Agricultura do Distrito de Covalima	128	94	-	45	-	**267**
Direcção do Serviço de Agricultura do Distrito de Ermera	126	58	-	-	-	**184**
Direcção do Serviço de Agricultura do Distrito de Liquicá	97	66	3	-	-	**166**
Direcção do Serviço de Agricultura do Distrito de Lautém	137	56	-	-	-	**193**
Direcção do Serviço de Agricultura do Distrito de Manatuto	118	61	-	-	-	**179**
Direcção do Serviço de Agricultura do Distrito de Manufahi	139	77	-	-	-	**216**
Direcção do Serviço de Agricultura do Distrito de Oecusse	172	67	-	-	-	**239**
Direcção do Serviço de Agricultura do Distrito de Viqueque	146	102	3	-	-	**251**
Direcção Nacional de Irrigação e Utilização de Àgua	102	834	300	4,805	-	**6,041**
Gabinete do Jurídico	20	10	-	-	-	**30**
Gabinete da Inspecção e Auditoria	16	9	-	-	-	**25**
Gabinete do Protocolo	20	10	-	-	-	**30**
Tribunais	**590**	**1,286**	**338**	**-**	**-**	**2,214**
Conselho Superior de Magistratura Judicial	4	14	35	-	-	**53**
Tribunal de Recurso	379	755	76	-	-	**1,210**
Tribunais Distritais	207	517	227	-	-	**951**
Procuradoria-Geral da República	**772**	**1,572**	**687**	**438**	**-**	**3,469**
Procuradoria-Geral da República e Distrital	772	1,572	687	438	-	**3,469**

	Salários e Vencimentos ('000)	Bens e Serviços ('000)	Capital Menor ('000)	Capital de Desenvol-vimento ('000)	Transfe-rência ('000)	Total 2009 ('000)
Provedoria de Direitos Humanos e Justiça	**284**	**517**	**68**	**-**	**-**	**869**
Provedoria de Direitos Humanos e Justiça	284	517	68	-	-	**869**
Serviço Público de Radiodifusão de Timor-Leste	**508**	**1,746**	**1,181**	**500**	**-**	**3,935**
Televisão de Timor-Leste	194	107	841	-	-	**1,142**
Administração e Finanças	126	1,540	22	500	-	**2,188**
Rádio de Timor-Leste	188	99	318	-	-	**605**
Comissão Nacional das Eleições	**548**	**1,094**	**301**	**750**	**1,000**	**3,693**
Comissão Nacional das Eleições	548	1,094	301	750	1,000	**3,693**
Comissão Anti-Corrupção	**257**	**260**	**411**	**-**	**-**	**928**
Comissão Anti-Corrupção	257	260	411	0	0	928

Anexo 4 – Plano de Capital e Desenvolvimento 2009-2012

Projecto	2009	2010	2011	2012	Total
Finalização das Obras na Novo Complexo Presidencial	500	-	-	-	500
Presidente da República	**500**	**-**	**-**	**-**	**500**
Reabilitação da residência oficial do presidente do parlamento (segunda fase)	375		-	-	375
Parlamento Nacional	**375**	**-**	**-**	**-**	**375**
Construção de uma residência para o Vice Primeiro Ministro	300	-	-	-	300
Construção de uma residência para o Vice Primeiro Ministro	300	-	-	-	300
Obras de Reabilitação no Complexo de GPA	203	-	-	-	203
Construção da Estátua do Papa João Paulo II	92	-	-	-	92
Gabinete do Primeiro-Ministro	**895**	**-**	**-**	**-**	**895**
Reabilitação de Residências para Membros do Governo	14	-	-	-	14
Reabilitação do Escritório do Anterior Secretária de Estado para a Região 1	14	-	-	-	14
Rehab.do edifício para secretario do estado residente	7	-	-	-	7
Secretaria de Estado do Conselho de Ministros	**35**	**-**	**-**	**-**	**35**
Nova Instalação para a Sede do Secretariado de Juventude e Desporto	500	500	-	-	1,000
Construção de 13 Campos de Basquetebol e de Voleibol	900	100	-	-	1,000
Construção do Centro de Juventude (Same)	26	-	-	-	26
Construção de Instalações de Desporto	19	-	-	-	19
Construção de Instalações de Desporto (Pante Makasar)	8	-	-	-	8
Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto	**1,453**	**600**	**-**	**-**	**2,053**
Gabinete Regional para o Secretariado de Estado em Baucau	108	12	-	-	120
Gabinete Regional para o Secretariado de Estado em Maliana	108	12	-	-	120
Gabinete Regional para o Secretariado de Estado em Oecusse	108	12	-	-	120
Gabinete Regional para o Secretariado de Estado em Ermera	108	12	-	-	120
Gabinete Regional para o Secretariado de Estado em Same	108	12	-	-	120
Reabilitação de um Centro Formação Para Trabalhadores ao Estrangeiro em Becora	30	-	-	-	30
Secretaria de Estado Formação Profissional e Emprego	**570**	**60**	**-**	**-**	**630**
FALINTIL - Armeiro Metinaro	730	-	-	-	730
Vedação no Campo de Metinaro	450	50	-	-	500
Construção de uma Unidade de logísticas das Forças em Metinaro	135	15	-	-	150
Oficina Militar Central em Metinaro	135	15	-	-	150
Construção de Dois Barcos de Patrulha	21,300	4,000	-	-	25,300
Pagamento da Retenção - Acomodação da Polícia Militar	100	-	-	-	100
FALINTIL - FDTL	**22,850**	**4,080**	**-**	**-**	**26,930**
Reabilitação de um Centro de Treino para a Academia de Polícia em Baucau	110	-	-	-	110
Reconstrução da Residência do Instrutor da Polícia	32	-	-	-	32
Reabilitação do Centro de Treinamento em Atabae - Bobonaro	23	-	-	-	23
Construção de uma Clínica na Academia de Polícia	35	-	-	-	35

Projecto	2009	2010	2011	2012	Total
Sede para a polícia especial	1,000	500	-	-	1,500
Construção de um Posto de Polícia em Dili	495	-	-	-	495
Construção de uma Armazém	133	-	-	-	133
Construção de um Posto de Polícia em Manatuto	123	-	-	-	123
Construção da Residência do Comandante PNTL	40	-	-	-	40
PNTL	**1,991**	**500**	**-**	**-**	**2,491**
Compra de Terreno e Propriedade de Consulado Geral em Kupang	-	430	-	-	430
Ministério dos Negócios Estrangeiros	**-**	**430**	**-**	**-**	**430**
Posto de Segurança na Fronteira - Tunu Bibi	-	250	450	-	700
Posto de Segurança na Fronteira - Passabe	-	300	-	-	300
Posto de Segurança na Fronteira - Salele	600	600	-	-	1,200
Posto de Segurança na Fronteira - Sakato	300	300	-	-	600
Posto de Segurança na Fronteira - Oessilo	300	300	-	-	600
Posto de Segurança na Fronteira - Batugade	750	750	-	-	1,500
Ministério das Finanças - Dotações para todo o Governo	**1,950**	**2,500**	**450**	**-**	**4,900**
Internet para Justiça	100	-	-	-	100
Novo Sede para o Ministério da Justiça	-	1,500	1,500	1,000	4,000
Nova Instalação para a Sede do Notariado	750	750	-	-	1,500
Reabilitação da Residência dos Defensores Públicos em Baucau	130	13	-	-	143
Reabilitação da Residência dos Defensores Públicos em Oecusse	130	13	-	-	143
Reabilitação da Residência dos Defensores Públicos em Suai	130	13	-	-	143
Estabelecimento do Gabinete do Notário Distrital em Ainaro	200	20	-	-	220
Estabelecimento do Gabinete do Notário Distrital em Ermera	200	20	-	-	220
Estabelecimento do Gabinete do Notário Distrital em Oecusse	200	20	-	-	220
Estabelecimento do Gabinete do Notário Distrital em Covalima	200	20	-	-	220
Estabelecimento do Gabinete do Notário Distrital em Manatuto	200	20	-	-	220
Estabelecimento do Gabinete do Notário Distrital em Lautem	200	20	-	-	220
Finalização do Sistema para Bilhetes de Identidade	1,000	-	-	-	1,000
Estabelecimento do Gabinete do Notário Distrital em Aileu	200	20	-	-	220
Estabelecimento do Gabinete do Notário Distrital em Baucau	200	20	-	-	220
Vedação e Jardim no Novo Sede de Terras e Propriedades	327	33	-	-	360
Centro para Formação Jurídica	400	-	-	-	400
Implementação de um Sistema de Gerir Registos dos Cidadãos	324	1,000	-	-	1,324
Reparos à Parede Externa da Segurança na Prisão de Becora	263	-	-	-	263
Reabilitação da Acomodações para as Guardas da Prisão em Becora	79	-	-	-	79
Construção da Sede de Terras e Propriedades (Dili)	73	-	-	-	73
Reabilitação do Gabinete dos Defensores Públicos em Oecusse	16	-	-	-	16
Conectividade do Internet para o Sector de Justiça	14	-	-	-	14
Reabilitação do Gabinete dos Defensores Públicos em Baucau	11	-	-	-	11
Reabilitação do Gabinete dos Defensores Públicos em Suai	11	-	-	-	11
Ministério da Justiça	**5,358**	**3,482**	**1,500**	**1,000**	**11,340**
Construção de uma clínica de Maternidade em Aileu Vila	81	9	-	-	90

Projecto	2009	2010	2011	2012	Total
Construção de uma clínica de Maternidade em Laga	86	9	-	-	95
Construção de Posto de Saúde em Saelari (Laga)	81	9	-	-	90
Construção de Posto de Saúde em Nunodoi Atabae	72	8	-	-	80
Construção de Posto de Saúde em Lebos Lolotoe	90	10	-	-	100
Construção de Posto de Saúde em Nain Feto	35	4	-	-	39
Construção de uma clínica de Maternidade em Koliati Gleno	72	8	-	-	80
Construção de Posto de Saúde em Luro, Lacava	85	10	-	-	95
Construção de uma clínica de Maternidade em Luro, Vairoque	90	10	-	-	100
Construção de Posto de Saúde em Marbara , Maubara Lisa	81	9	-	-	90
Construção de Posto de Saúde em Liquiça, Leotela	81	9	-	-	90
Construção de Posto de Saúde em Laclo Hatukonan	126	14	-	-	140
Construção de Posto de Saúde em Laclubar Lei	81	9	-	-	90
Construção de Posto de Saúde em Fahinehan	81	9	-	-	90
Construção de Posto de Saúde em Turiscain	163	18	-	-	181
Construção de Residências para Médicos em Turiscain	45	5	-	-	50
Construção de Posto de Saúde em Pante Makasar, Lalisuk	90	10	-	-	100
Construção do Centro de Saúde em Passabe	86	9	-	-	95
Construção de uma clínica de Maternidade em Viqueque	90	10	-	-	100
Obras de Drenagem e Vedação para o Centro de Saúde em Viqueque	135	15	-	-	150
Construção de um Posto de Saúde em Hatolia Manulete	81	9	-	-	90
Construção do Hospital em Baucau	3,000	1,639	-	-	4,639
Construção do Hospital em Suai	1,000	461	-	-	1,461
Pagamento da Retenção Para Reabilitação do Hospital de Guido Valadares Referal em Dili	492	-	-	-	492
Obras no Hospital Guido Valadares	295	-	-	-	295
Finalização para um Departamento de Patologia Forenses no Hospital Nacional de Dili (Guido Valadares)	260	40	-	-	300
Desenhos e Supervisão de Projectos da Saúde	85	-	-	-	85
Construção do Laboratório Central para Analizar Remedios	52	-	-	-	52
Pagamento da Retenção Para Supervisão Hopsital de referência em Suai	50	61	-	-	111
Pagamento da Retenção Para Supervisão Hopsital de referência em Baucau	50	48	-	-	98
Construção de Poste de Saúde - Kailako	40	-	-	-	40
Facilidades da Maternidade e do Laboratórios em Clínicas de Saúde	31	-	-	-	31
Reabilitação de Poste de Saúde - Ossohuna	30	-	-	-	30
Pagamento da Retenção de Centro de Saúde em Viqueque	22	-	-	-	22
Reabilitação de Acomodação para Médicos (Salele - Tilomar)	17	-	-	-	17
Hospital da Referência de Suai - Construção de Residências dos medicos e enfermeiras	16	-	-	-	16
Conclusão da Vedação a Volta da Hospital da Referência em Oecusse	16	-	-	-	16
Reabilitação de Acomodação para Médicos (Zumulai)	15	-	-	-	15
Reabilitação Vedação a Volta da Clínica de Saúde em Vemasse	12	-	-	-	12
Pagamento da Retenção Para Supervisão Hospital de Guido Valadares Referal	12	-	-	-	12

Projecto	2009	2010	2011	2012	Total
em Dili					
Construção de Centro de Saúde - Fatululic	10	-	-	-	10
Construção de um Salão para "CT Scanning" no Hospital Nacional de Dili	9	-	-	-	9
Conclusão da Vedação a Volta da Hospital da Referência em Maliana	9	-	-	-	9
Centro de Saúde de Ainaro – Gabinetes	9	-	-	-	9
Reabilitação de 2 Salas de Formação e a Reabilitação de Acomodação Para Enfermeiras em Lahane	8	-	-	-	8
Extensão do Centro de Saúde - Becora	8	-	-	-	8
Hospital da Referência em Maubisse - Residência Para Enfermeiras	8	-	-	-	8
Acomodação para Médicos - Hospital da Referência de Baucau	7	-	-	-	7
Reabilitação SDS - Lautem	6	-	-	-	6
Reabilitação do Posto de Saúde - Hatolia	6	-	-	-	6
Centro de Saúde de Distrito de Aileu – Gabinetes	6	-	-	-	6
Acomodação para Medicos - Hospital da Referência de Maubisse	6	-	-	-	6
Construção de Poste de Saúde - Liurai	5	-	-	-	5
Reabilitação de Poste de Saúde - Manufahi Kiik	5	-	-	-	5
Hospital da Referência em Maliana - Casa para um Medico	4	-	-	-	4
Construção de Poste de Saúde - Uatulari	4	-	-	-	4
Construção de Poste de Saúde - Lakufoan	4	-	-	-	4
Construção de Poste de Saúde - Leubasa	4	-	-	-	4
Construção de Poste de Saúde in Suco Mauchiga	4	-	-	-	4
Construção de Poste de Saúde - Ossowaque	4	-	-	-	4
Construção de Poste de Saúde - Ossowala	4	-	-	-	4
Construção de Poste de Saúde - Gala	4	-	-	-	4
Pagamento da Retenção para o Dentista em Comorro	3	-	-	-	3
Construção de Poste de Saúde in Suco Ailico	3	-	-	-	3
Reabilitação de Poste de Saúde - Sacato	3	-	-	-	3
Construção de Poste de Saúde - Lacava	3	-	-	-	3
Reabilitação do Posto de Saúde - Hatolia	2	-	-	-	2
Reabilitação de Poste de Saúde - Iiheu	2	-	-	-	2
Construção de Poste de Saúde - Viqueque	2	-	-	-	2
Ministério da Saúde	**7,479**	**2,452**	**-**	**-**	**9,931**
Nova Construção 1 Edef, Escola Primária 593 Uma Boco 1, Barique	90	27	-	-	117
Reabilitação 2 Edef Escola Primária 906 Pualaka 30, Laclubar	-	160	48	-	208
Reabilitação 2 Edef Escola Primária 600 Labubu, Laclo	-	80	24	-	104
Nova Construção 1 Edef Escola Primária 610 Beboro, Laleia	-	110	33	-	143
Nova Construção 2 Edef Escola Primária 599 Hatu Ermera, Laclo	200	60	-	-	260
Nova Construção 1 Edef Escola Primária 594 N.S. Manehat 32 (N.S. Graça)	-	120	36	-	156
Nova Construção 1 Edef Escola Primária 613 Obrato 17	120	36	-	-	156
Reabilitação 2 Edef Escola Primária 381 Samaguia	120	36	-	-	156
Reabilitação 2 Edef Escola Primária 358 Buruma	-	120	36	-	156
Reabilitação 1 Edef Escola Primária 342 Audere	70	21	-	-	91

Projecto	2009	2010	2011	2012	Total
Nova Construção 2 Edef Escola Primária 391 Culo Guia/Gurusa	-	200	60	-	260
Nova Construção 2 Edef Escola Primária 400 SDN Namanei	-	200	60	-	260
Reabilitação Escola Primária 455 P 01 Lospalos Lautem	-	220	66	-	286
Nova Construção 2 Edef Escola Primária 441 Ilalai/Laivai	80	24	-	-	104
Reabilitação 3 Edef Escola Primária 456 02 Lospalos	-	250	75	-	325
Reabilitação 3 Edef Escola Primária 436 01 Moro	-	170	51	-	221
Nova Construção 2 Edef Escola Primária 431 10 Baduru	-	200	60	-	260
Nova Construção e Reabilitação 1 Edf Escola Primária 884 C Assalaino	-	180	54	-	234
Nova Construção e Reabilitação Escola Primária 427 01 Iliomar	-	200	60	-	260
Nova Construção Escola Primária 463 15 Chai Lore I	-	180	54	-	234
Nova Construção e Reabilitação Escola Primária 457 03 Lospalos	-	200	60	-	260
Nova Construção Escola Primária 422 02 Tirilolo	-	130	39	-	169
Nova Construção Escola Primária 430 Ira-Ara	130	90	-	-	220
Nova Construção JI+Escola Primária 443 Pairara	-	130	90	-	220
Nova Construção Escola Primária 885 Wairoque	-	117	-	-	117
Nova Construção Escola Primária 088 Uabubo	200	60	-	-	260
Reabilitação Escola Primária 5325 Assalaitula/Ossu	-	175	-	-	175
Nova Construção Escola Primária 100 Nunomalau	90	27	-	-	117
Nova Construção Escola Primária 085 Ossolequimeta	-	160	48	-	208
Nova Construção Escola Primária 5499 Uetali	130	39	-	-	169
Nova Construção Escola Primária 082 Builale	80	24	-	-	104
Nova Construção Escola Primária 113 Bibileo	-	200	60	-	260
Nova Construção Escola Primária 108 Afloicai/Afoloicai	-	117	-	-	117
Nova Construção Escola Primária 106 Hau Oli	-	140	42	-	182
Nova Construção Escola Primária 660 Ailelehun Dili	-	130	39	-	169
Reabilitação Escola Primária 638 Farol	-	125	37	-	162
Reabilitação SDN Maloa/ Escola Primária 773 Amigo de Jesus	-	100	30	-	130
Nova Construção Escola Primária 678 Nº02 Metinaro (Manleu)	-	140	42	-	182
Nova Construção Escola Primária 657 Ailok	-	170	51	-	221
Nova Construção Escola Primária 670 Camea Raihun	-	130	-	-	130
Nova Construção Escola Primária 630 Ailok Laran/Maloa	-	130	-	-	130
Nova Construção Escola Primária 651 Tuanalaran	200	60	-	-	260
Nova Construção e Reabilitação Escola Primária 027 06 Darulete	-	180	54	-	234
Nova Construção Escola Primária 040 Siamodo Lisadila	130	39	-	-	169
Nova Construção Escola Primária 023 Faulara	130	39	-	-	169
Reabilitação Escola Primária 022 Laclolema	-	75	22	-	97
Reabilitação Escola Primária 815 Ediri Raeme	-	75	22	-	97
Nova Construção Escola Primária 035 Vatuvou	-	200	60	-	260
Nova Construção Escola Primária 005 Metagou	-	135	-	-	135
Nova Construção e Reabilitação Escola Primária 481Hoho Lau	170	51	-	-	221
Nova Construção Escola Primária 500 Bereleu	200	60	-	-	260
Nova Construção e Reabilitação Escola Primária 486 Liquitura	170	51	-	-	221

Projecto	2009	2010	2011	2012	Total
Nova Construção Escola Primária 496 Namolesso	-	200	60	-	260
Nova Construção Escola Primária 512 Suco Liu Rai	-	120	36	-	156
Nova Construção Escola Primária 041 Mau-Nuno	200	60	-	-	260
Reabilitação Escola Primária 053 Manumera	-	75	22	-	97
Nova Construção e Reabilitação Escola Primária 255 Luro Leolima	-	120	36	-	156
Nova Construção Escola Primária 829 Aituto/Fleza (Flexa)	180	54	-	-	234
Nova Construção Escola Primária 051 Uma Forma	-	225	-	-	225
Reabilitação Escola Primária 050 Dare	75	22	-	-	97
Nova Construção Escola Primária 270 Caicassa/Weulun	90	27	-	-	117
Nova Construção Escola Primária 289 Fatuco	200	60	-	-	260
Reabilitação Escola Primária 066 Manumera	-	75	22	-	97
Nova Construção Escola Primária 069 Foholau/Tarabula Orama	120	36	-	-	156
Nova Construção Escola Primária 071 Liurai	-	120	36	-	156
Nova Construção Escola Primária 266 Colocau	-	110	33	-	143
Nova Construção e Reabilitação Escola Primária 199 Mirtuto	130	39	-	-	169
Nova Construção Escola Primária 182 Malabe	130	39	-	-	169
Nova Construção Escola Primária 232 Hatugau	200	60	-	-	260
Nova Construção Escola Primária 244 Matata	200	60	-	-	260
Nova Construção e Reabilitação Escola PrimáriaP Rairobo Bobonaro	-	230	69	-	299
Nova Construção e Reabilitação Escola Primária 1025 Balibo Bobonaro	-	200	60	-	260
Nova Construção Escola Primária 951 Leohitu	-	200	60	-	260
Nova Construção e Reabilitação Escola Primária 0522 Baugade (Badugade)	-	180	54	-	234
Reabilitação Escola Primária 587 "Sao Jose" Odomau	180	54	-	-	234
Nova Construção Escola Primária 521 Dirokren	-	120	36	-	156
Nova Construção e Reabilitação Escola Primária 5434 Carabau Aca Suri	-	200	60	-	260
Nova Construção Escola Primária 543 de Agosto Atuaben	90	27	-	-	117
Nova Construção Escola Primária 575 Gildapil	130	39	-	-	169
Nova Construção Escola Primária 584 P 25 de Abril (Saburai)	-	90	27	-	117
Nova Construção Escola Primária 523 Palaka	180	54	-	-	234
Nova Construção Escola Primária 558 Bilimau	120	120	-	-	240
Nova Construção e Reabilitação Escola Primária 146 Ogues Covalima	-	200	60	-	260
Reabilitação Escola Primária 842 Aioan/Nikir Covalima	-	190	57	-	247
Nova Construção e Reabilitação JI+Escola Primária 832 Lela	-	200	60	-	260
Nova Construção Escola Primária 143 Hare Cain	90	27	-	-	117
Nova Construção Escola Primária 164 Sanfuc Camanassa	180	54	-	-	234
Nova Construção e Reabilitação Escola Primária 160 Has Caduac Ladi	-	280	84	-	364
Nova Construção Escola Primária 128 Macous	130	39	-	-	169
Nova Construção Escola Primária 142 Dais	120	36	-	-	156
Nova Construção Escola Primária 863 Ban-Afi Manat	180	54	-	-	234
Nova Construção Escola Primária 867 Binibu Pune	-	90	27	-	117
Nova Construção Escola Primária 313 Lalehan Cutete	110	33	-	-	143
Nova Construção Escola Primária 1057 Bobolo´a	-	200	60	-	260

Projecto	2009	2010	2011	2012	Total
Nova Construção Escola Primária 332 Bobmanat/Tumin	110	33	-	-	143
Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária 598 Behau Fatumetak	-	300	90	-	390
Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária S683 Natarbora	-	260	78	-	338
Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola PrimáriaLifau Laleia	300	90	90	-	480
Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária 876 Binagari Vemasse	-	300	90	-	390
Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária 343 Osso-Huna	225	67	-	-	292
Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária 251 Lulira	120	36	-	-	156
Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária S796 C Fuiloro	-	150	45	-	195
Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária 439 Com	-	300	90	-	390
Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária 119 Uelolo	230	69	-	-	299
Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária 104 Macadiqui	-	225	67	-	292
Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária S5319 Uato Carbau	-	300	90	-	390
Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária S2009 Maubara (Escola Primária S P Filial Loes)	225	67	-	-	292
Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária 027 Darulete	-	300	90	-	390
Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária 017 Kassait	-	300	90	-	390
Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária 484 Sucu Liurai	225	67	-	-	292
Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária 501 Bereleu Leubutu	-	225	67	-	292
Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária 049 Cassa	-	300	90	-	390
Nova Construção Escola de Ensino Básico SMP926 Hato-Bulico	-	300	90	-	390
Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária 301 Raifusa	225	67	-	-	292
Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária 264 Dotic	-	300	90	-	390
Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária S706 Railaco Vila	-	300	90	-	390
Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária 178 Lação	-	300	90	-	390
Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária S2163 Lolotoe	-	260	-	-	260
Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária 581Tunubibi	300	90	-	-	390
Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária S2077 Biadila	-	300	90	-	390
Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária 171 Tilomar	-	225	67	-	292
Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária S833 Maucatar	-	120	36	-	156
Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária 129 Taroman	200	60	-	-	260
Nova Construção Escola de Ensino Básico Escola Primária 333 Tulaica Ainmat	-	150	45	-	195
Nova Construção Escola de Ensino Básico SMPN860 Bocnana	-	300	90	-	390
Nova Construção ES345 Nino Coni Santana Lospalos	130	39	-	-	169
Nova Construção ES Malere	300	90	-	-	390
Reabilitação ES Técnico Profissional de Suai	400	120	-	-	520
Reabilitação ES Técnico Profissional de Lospalos (Ex ES 01 Lospalos)	400	120	-	-	520
Reabilitação Escritório Dir. Nacional de Edu de Adultos e Não Formal	-	200	60	-	260

Projecto	2009	2010	2011	2012	Total
Continuação Reabilitação Escritório do ME Vila Verde	-	-	-	-	-
Nova Construção do Armazém do ME	-	250	60	-	310
Nova Construção do Escritório Prefabricado no adjacento do ME	-	-	-	-	-
Nova Construção do Escritório Prefabricado ME Reg I Baucau	50	-	-	-	50
Nova Construção do Armazém do ME Reg I Baucau	-	250	60	-	310
Nova Construção do Escritório Prefabricado ME Reg III Maubessi	100	-	-	-	100
Nova Construção do Armazém do ME Reg III Maubessi	-	250	-	-	250
Nova Construção do Escritório Prefabricado ME Reg IV Maliana	-	100	-	-	100
Nova Construção do Armazém do ME Reg IV Maliana	-	250	60	-	310
Nova Construção do Escritório Prefabricado ME Reg do Reg Autónoma Oecusse	-	100	-	-	100
Nova Construção do Armazém do ME Reg do Reg Autónoma Oecusse	200	60	-	-	260
Reabilitação Faculdade de Engenharia de UNTL Hera	500	150	-	-	650
Consulta Arquitectural design para Reabilitação das Instalações no recinto da Faculdade de Engenheira de UNTL Hera	-	200	60	-	260
Consulta Arquitectural design para Nova Construção das Instalações de UNTL Faculdade de Agricultura em Hera	300	90	-	-	390
Consulta Arquitectural design para Nova Construção das Instalações de Novas Politécnicas em Lospalos e Covalima	300	90	-	-	390
Consulta Arquitectural design para Nova Construção das Instalações de Novas Politécnicas em Lospalos e Covalima	300	90	-	-	390
Nova Construção EP208 Atulia Vila	-	200	60	-	260
Nova Construção EB EPS794 Mehara	225	67	-	-	292
Nova Construção EB EP252 2 Beicala	130	39	-	-	169
Nova Construção EB EP220 Tata	200	60	-	-	260
Reparos às escolas estragados por tempestades	124	-	-	-	124
Construção da Nova Escola Pre Secundária - EPS Metinaro	120	-	-	-	120
Construção da Nova Escola Pre Secundária - Waibua	97	-	-	-	97
Construção e Reabilitação de Nova Escola Primária - P 1 Balibo	92	-	-	-	92
Construção e Reabilitação de Nova Escola de Ensino Basico -I P 1 Hato Builico	80	-	-	-	80
Construção de Nova Escola Pre Primária - Naroman	70	-	-	-	70
Construção de Nova Escola Primária - P Maun-Fahe 38	62	-	-	-	62
Construção de Nova Escola Primária - P 9 Beremana	61	-	-	-	61
Construção de Nova Escola Primária - Laicara	60	-	-	-	60
Construção de Nova Escola Primária - P Sacato	55	-	-	-	55
Construção de Nova Escola Primária - P 4 Iradaratu	55	-	-	-	55
Construção de Nova Escola Primária - P Raimerhei	48	-	-	-	48
Reabilitação de Escola Primária- P Aubeon Cacai Uman 34	41	-	-	-	41
Construção de Nova Escola Primária - P Abu Uaimata Le'e	40	-	-	-	40
Nova Construção SDN Kusilulik	40	-	-	-	40
Construção de Nova Escola Primária - Dacolo	40	-	-	-	40
Construção de Nova Escola Primária - P 02 Cairui	40	-	-	-	40

Projecto	2009	2010	2011	2012	Total
Construção e Reabilitação de Nova Escola Primária - P 2 Soru Lau	39	-	-	-	39
Construção e Reabilitação de Nova Escola Primária - P Afaloicai	39	-	-	-	39
Construção e Reabilitação de Nova Escola Primária - P Slaurlala	36	-	-	-	36
Construção de Nova Escola Primária - Diric Hun	36	-	-	-	36
Construção de Nova Escola Primária - Faturilau	30	-	-	-	30
Construção e Reabilitação de Nova Escola Primária - P 3 Loidahar	26	-	-	-	26
Reabilitação Escola Primária - P 01 Aileu	25	-	-	-	25
Construção de Quatro Edifícios Regionais do Ministério (Casas Provisórias)	25	-	-	-	25
Construção de Nova Escola Primária - P 4 Ailuli	24	-	-	-	24
Construção de Nova Escola Primária - P 5 Nahareca	22	-	-	-	22
Demolir o Armazém Destruído e Construir uma Nova	21	-	-	-	21
Construção de Nova Escola Primária - P Rai Tahu	20	-	-	-	20
Construção e Reabilitação de Nova Escola Primária - P Suai Loro	20	-	-	-	20
Construção e Reabilitação de Nova Escola Primária - P 12 de Outubro de Tasi Tolu	20	-	-	-	20
Construção de Nova Escola Primária - P Raiclaran / Ilat Laun	20	-	-	-	20
Construção de Nova Escola Secundária - Betano	20	-	-	-	20
Construção e Reabilitação de Nova Escola Primária - P 01 Marko	20	-	-	-	20
Construção e Reabilitação de Nova Escola Primária - P Raifun & Jl	19	-	-	-	19
Construção e Reabilitação de Escola Primária – P1 Leolima	19	-	-	-	19
Construção de Nova Escola Primária - P Baqiutba Elcona	16	-	-	-	16
Reabilitação de Escola Primária - P 1 Maubara-Vaviquina	15	-	-	-	15
Construção de Nova Escola Primária - P Behau Fatumetak 9	15	-	-	-	15
Construção de Nova Escola Primária - P Batumano	13	-	-	-	13
Construção de Nova Escola Pre Primária - Natarbora	12	-	-	-	12
Construção de Nova Escola Pre Primária - Pembina	12	-	-	-	12
Construção e Reabilitação de Nova Escola Primária - P Aimeta	12	-	-	-	12
Construção e Reabilitação de Nova Escola Primária - P Binagari Vemasse	10	-	-	-	10
Construção de Nova Escola Primária - P Lebutu	10	-	-	-	10
Construção e Reabilitação de Nova Escola Primária - P Binagua	10	-	-	-	10
Reabilitação Escola Primária - P 03 Tohu Meta	8	-	-	-	8
Construção de Nova Escola Primária - P Passabe Maesmat	8	-	-	-	8
Complexo, Escritórios e Jardim no Ministério da Educação	8	-	-	-	8
Construção de Nova Escola Primária - P02 Mehara		-	-	-	-
Construção de Nova Escola Secundária - Malere		-	-	-	-
Ministério da Educação	**12,795**	**19,488**	**4,397**	**-**	**36,680**
Construção de Novas Instalações para Municipalidades - Dili	500	750	500	-	1,750
Construção de Novas Instalações para Municipalidades - Baucau	500	750	500	-	1,750
Construção de Novas Instalações para Municipalidades - Aileu	-	500	750	500	1,750
Construção de Novas Instalações para Municipalidades - Ainaro	-	500	750	500	1,750
Construção de Novas Instalações para Municipalidades - Bobonaro	500	750	500	-	1,750
Construção de Novas Instalações para Municipalidades - Ermera	-	500	750	500	1,750

Projecto	2009	2010	2011	2012	Total
Construção de Novas Instalações para Municipalidades - Lautem	-	-	500	750	1,250
Construção de Novas Instalações para Municipalidades - Liquiça	-	-	500	750	1,250
Construção de Novas Instalações para Municipalidades - Manatuto	-	-	500	750	1,250
Construção de Novas Instalações para Municipalidades - Manufahi	-	-	500	750	1,250
Construção de Novas Instalações para Municipalidades - Oecusse	500	750	500	-	1,750
Construção de Novas Instalações para Municipalidades - Covalima	-	500	750	500	1,750
Construção de Novas Instalações para Municipalidades - Viqueque	-	500	750	500	1,750
Reabilitação de Centros de Sucos - Letemumo	7	-	-	-	7
Reabilitação de Centros de Sucos - Serelau	7	-	-	-	7
Reabilitação de Centros de Sucos - Maina I	7	-	-	-	7
Reabilitação de Centros de Sucos - Mehara	7	-	-	-	7
Reabilitação de Centros de Sucos - Liheu	7	-	-	-	7
Reabilitação de Centros de Sucos - Cribas	7	-	-	-	7
Reabilitação de Centros de Sucos - Orlala	7	-	-	-	7
Reabilitação de Centros de Sucos - Lacumesac	7	-	-	-	7
Reabilitação de Centros de Sucos - Uma Narac	7	-	-	-	7
Reabilitação de Centros de Sucos - Abat Oan	7	-	-	-	7
Reabilitação de Centros de Sucos - Matata	7	-	-	-	7
Reabilitação de Centros de Sucos - Deleco	7	-	-	-	7
Reabilitação de Centros de Sucos - Lacao	7	-	-	-	7
Reabilitação de Centros de Sucos - Fahira	7	-	-	-	7
Reabilitação de Centros de Sucos - Seloi Malare	7	-	-	-	7
Reabilitação de Centros de Sucos - Saboria	7	-	-	-	7
Reabilitação de Centros de Sucos - Lauci	7	-	-	-	7
Reabilitação de Centros de Sucos - Acadiru Hun	7	-	-	-	7
Reabilitação de Centros de Sucos - Vila Verde	7	-	-	-	7
Reabilitação de Centros de Sucos - Bairo Pite	7	-	-	-	7
Reabilitação de Centros de Sucos - Santa Cruz	7	-	-	-	7
Reabilitação de Centros de Sucos - Letefoho	7	-	-	-	7
Reabilitação de Centros de Sucos - Betano	7	-	-	-	7
Reabilitação de Centros de Sucos - Suco Matai	7	-	-	-	7
Reabilitação de Centros de Sucos - Mehara	7	-	-	-	7
Reabilitação de Centros de Sucos - Aculau	7	-	-	-	7
Reabilitação de Centros de Sucos - Hatolia	7	-	-	-	7
Reabilitação de Centros de Sucos - Fatubolu	7	-	-	-	7
Construção de um Cemitério em Becussi (Dili)	200	-	-	-	200
	2,396	**5,500**	**7,750**	**5,500**	**21,146**
Segunda Fase do Complexo Para Reclamenge de Óleos Usados	300	-	-	-	300
Construção do Instituto do Desenvolvimento Empreserial e Apoio em Los Palos	-	90	10	-	100
Construção do Instituto de Desenvolvimento e Apoio Empreserial em Viqueque	-	90	10	-	100
Construção do Instituto de Desenvolvimento e Apoio Empreserial em Same	-	90	10	-	100
Construção do Instituto de Desenvolvimento e Apoio Empreserial em Ermera	-	90	10	-	100

Projecto	2009	2010	2011	2012	Total
Construção do Instituto de Desenvolvimento e Apoio Empreserial em Ainaro	-	-	105	11	116
Construção do Instituto de Desenvolvimento e Apoio Empreserial em Liquiça	-	-	105	11	116
Construção do Instituto de Desenvolvimento e Apoio Empreserial em Aileu	-	-	105	11	116
Construção de uma Garagem Para os Novos Carros	81	9	-	-	90
Construção de Mini Mercado - Cairui	20	-	-	-	20
Construção de Mini Mercado - Cribas	20	-	-	-	20
Construção de Mini Mercado - Orana	20	-	-	-	20
Construção de Mini Mercado - Tutuala	20	-	-	-	20
Construção de Mini Mercado - Tutuala	20	-	-	-	20
Construção de Mini Mercado - Manapa	20	-	-	-	20
Construção de Mini Mercado - Pairara	20	-	-	-	20
Construção de Mini Mercado - Lauana	20	-	-	-	20
Construção de Mini Mercado - Seical	20	-	-	-	20
Construção de Mini Mercado - Manleuana	20	-	-	-	20
Construção de Mini Mercado - Nibin	20	-	-	-	20
Construção de Mini Mercado - Lequidiga	20	-	-	-	20
Construção de Mini Mercado - Afailocai	20	-	-	-	20
Construção de Mini Mercado - Fahisoi	20	-	-	-	20
Construção de Mini Mercado - Iraler	20	-	-	-	20
Construção de Mini Mercado - Ulusu	20	-	-	-	20
Construção de Mini Mercado - Loco-Loco	20	-	-	-	20
Construção de Mini Mercado -Uairoko	20	-	-	-	20
Reabiltação de Mini Marcado - Loes	20	-	-	-	20
Construção de Mini Mercado - Fahinehan	20	-	-	-	20
Construção de Mini Mercado - Be Heda	-	20	-	-	20
Construção de Mini Mercado - Kasabau	20	-	-	-	20
Construção de Mini Mercado - Mahaka	20	-	-	-	20
Construção de Mini Mercado - Dirmuni	20	-	-	-	20
Construção de Mini Mercado - Liasidi	20	-	-	-	20
Construção de Mini Mercado - Samarogo	20	-	-	-	20
Ministério da Economia e do Desenvolvimento	**881**	**389**	**355**	**33**	**1,658**
Construção de uma Sede Regional em Baucau	51	-	-	-	51
Construção de um armazém Regional em Baucau	108	12	-	-	120
Construção de um armazém Regional em Oecusseu	108	12	-	-	120
Construção de uma Sede para o Ministério da Solidariedade Social	-	400	444	-	844
Construção de Vedação - Maliana	35	-	-	-	35
Posto de Carros Funerários	30	-	-	-	30
Construção de Vedação - Ministério da Solidariedade Social	75	-	-	-	75
Posto de Segurança sede de Díli	20	-	-	-	20
Construção da Habilitação Publico para Pessoas Deslocados	1,800	-	-	-	1,800
Ministério da Solidariedade Social	**2,227**	**424**	**444**	**-**	**3,095**
Fundo do para Preparação de Desenhos para Projectos Urbanos e edifícios	1,000	2,000	2,000	2,000	7,000

Projecto	2009	2010	2011	2012	Total
Planeamento, Supervisão e Preparação dos Projectos para Estradas, Inundações e Pontes	1,200	2,000	2,000	2,000	7,200
Manutenção Periódica de Estradas Nacionais (Dili 15 km A01/A02/A03)	1,500	-	-	-	1,500
Reabilitação de Estradas Urbanas, Passeios e Drenagem (Covalima)	300	-	500	5	805
Reabilitação de Estradas Urbanas, Passeios e Drenagem (Oecusse)	-	400	-	500	900
Reabilitação de Estradas Urbanas, Passeios e Drenagem (Lautem)	-	400	-	500	900
Controlo de Cheias e Obras de Mitigação-(Lauhata River I - - Liquiça)	100	-	-	-	100
Controlo de Cheias e Obras de Mitigação-(Lomea River - - Suai)	100	-	-	-	100
Controlo de Cheias e Obras de Mitigação-(Laclo Loa River I - - Liquiça)	100	-	-	-	100
Controlo de Cheias e Obras de Mitigação-(Maumeta River I - - Liquiça)	100	-	-	-	100
Controlo de Cheias e Obras de Mitigação-(Comoro River - - Dili)	100	-	-	-	100
Controlo de Cheias e Obras de Mitigação-(Laclo River - - Manatuto)	100	-	-	-	100
Controlo de Cheias e Obras de Mitigação-(Mola River - - Suai)	100	-	-	-	100
Controlo de Cheias e Obras de Mitigação-(Sehen II River - - Same)	100	-	-	-	100
Controlo de Cheias e Obras de Mitigação-(Seical River - - Baucau)	100	-	-	-	100
Resposta de Emergência Para o Território Inteiro	2,000	2,000	2,000	2,000	8,000
Reabilitação de Estradas Rurais (Dili)	200	300	300	300	1,100
Reabilitação de Estradas Rurais (Baucau)	200	300	300	300	1,100
Reabilitação de Estradas Rurais (Aileu)	200	300	300	300	1,100
Reabilitação de Estradas Rurais (Ainaro)	200	300	300	300	1,100
Reabilitação de Estradas Rurais (Bobonaro)	200	300	300	300	1,100
Reabilitação de Estradas Rurais (Ermera)	200	300	300	300	1,100
Reabilitação de Estradas Rurais (Lautem)	200	300	300	300	1,100
Reabilitação de Estradas Rurais (Liquiça)	200	300	300	300	1,100
Reabilitação de Estradas Rurais (Manatuto)	200	300	300	300	1,100
Reabilitação de Estradas Rurais (Manufahi)	200	300	300	300	1,100
Reabilitação de Estradas Rurais (Oecusse/Ambeno)	200	300	300	300	1,100
Reabilitação de Estradas Rurais (Covalima)	200	300	300	300	1,100
Estradas de Acesso para Instalações de Telecomunicação	100	500	500	500	1,600
Recolha das Fossas de Gás em Aliambata (Segunda Fase Contrapartida com o Banco Mundial)	746	-	-	-	746
Desenvolvimento de uma Rede da Produção e da Transmissão de Eletricidade	85,000	160,000	120,000	-	365,000
Instalação do Sistema Solar para Fornecimento de água (Faturberlihu-Manufahi)	75	-	-	-	75
Instalação do Sistema de Fornecimento de Água (Viqueque Vila - Viqueque)	-	-	-	-	-
Reabilitação do Cano Para Fornecimento da Água em Cristo Rei	40	-	-	-	40
Reabilitação da Linkagem Para Fornecimento de Água entre Becussi e Dili	-	-	-	-	-
Instalação do Sistema Gravidade para Fornecimento de água (Faturberlihu-Manufahi)	30	-	-	-	30
Instalação de Electricidade na Planta de Tratamento de Água (Lautem)	30	-	-	-	30
Instalação do Sistema de Fornecimento de Água (Moru - Lautem - Los Palos)	-	-	-	-	-
Reabilitação da Rede de Distribuição de Água (Maudemo - Maumeta - Liquiça)	50	-	-	-	50

Projecto	2009	2010	2011	2012	Total
Reabilitação do Cano de Transmissão (Zona Campo Base - Aiteas- Manatuto Vila)	40	-	-	-	40
Reabilitação do Cano de distribuição (Hat-Airam-Letefoho-Mesma-Manufahi)	75	-	-	-	75
Instalação do Sistema de Fornecimento de Água (Costa - Pante Makassar - Oecusse)	60	-	-	-	60
Instalação de uma Rede de Distribuição nova (Bairro Crey- Vila - Covalima)	40	-	-	-	40
Extensão de um Cano de Distribuição (Beloe and Olobai - Viqueque Vila)	75	-	-	-	75
Reabilitação de Estradas Rurais (Viqueque)	200	300	300	300	1,100
Reabilitação de Estradas Urbanas, Passeios e Drenagem (Viqueque)	-	400	-	500	900
Melhorar Estradas Seleccionadas (Rampa para a Ponte Mola - A02 3 km) Contrapartida com o Japão	300	-	-	-	300
Melhorar Estradas Seleccionadas (Estradas de Acesso para Postos da Polícia Maliana, Suai e Ambeno - Urban)	700	-	-	-	700
Controlo de Cheias e Obras de Mitigação (Ribeira Loes - Maubara)	200	-	-	-	200
Finalização da Ponte em Welolo	120	-	-	-	120
Finalização da Ponte em Carau Ulun	100	-	-	-	100
Finalização da Ponte em Bemos	51	-	-	-	51
Supervisão do Projecto da Produção e Distribuição de Eletricidade	2,000	2,000	2,000	-	6,000
Reabilitação de Estradas Urbanas, Passeios e Denagem (Dili)	400	1,500	1,500	1,500	4,900
Reabilitação de Estradas Urbanas, Passeios e Denagem (Liquiça)	-	400	-	500	900
Reabilitação de Estradas Urbanas, Passeios e Denagem (Manatuto)	-	400	-	500	900
Reabilitação de Estradas Urbanas, Passeios e Denagem (Manufahi)	-	400	-	500	900
Reabilitação de Estradas Urbanas, Passeios e Denagem (Aileu)	-	400	-	500	900
Reabilitação de Estradas Urbanas, Passeios e Denagem (Ainaro)	-	400	-	500	900
Reabilitação de Estradas Urbanas, Passeios e Denagem (Baucau)	-	-	750	-	750
Reabilitação de Estradas Urbanas, Passeios e Denagem (Bobonaro)	-	-	750	-	750
Reabilitação de Estradas Urbanas, Passeios e Denagem (Ermera)	200	-	400	-	600
Melhorar Fornecimento de água em Dili (Fundos Contrapartidas com BAD)	250	-	-	-	250
Manutenção de estradas entre distritos - Maliana/Suai/Ainaro	220	-	-	-	220
Manutenção de estradas entre distritos - Baucau/Los Palos/Viqueque	220	-	-	-	220
Manutenção de estradas entre distritos - Same/Aileu/Manatuto	220	-	-	-	220
Manutenção de estradas entre distritos - Dili/Liquiça/Ermera	220	-	-	-	220
Manutenção de estradas entre distritos - Oecusse	220	-	-	-	220
Rede de Comunicações Nacionais Integrado (Segunda Fase)	1,500	2,000	-	-	3,500
Reparações à Pista No Aeroporto Internacional de Nicolau Lobato	3,000	-	-	-	3,000
Conclusão da Reabilitação da Residência do Presidente da República	1,803	-	-	-	1,803
Reabilitação da Paredão o Aeroporto Internacional de Dili	1,500	-	-	-	1,500
Reabilitação de Estradas	1,150	-	-	-	1,150
Manutenção de Estrada Periódica - Junção de Manatuto e de Laclubar (A09)	1,000	-	-	-	1,000
Passeios em Díli	750	-	-	-	750
Construção de Ponte - Welolo (A07)	694	-	-	-	694
Construção de Ponte - Carau Ulun (A07)	605	-	-	-	605

Projecto	2009	2010	2011	2012	Total
Recolha das Fossas de Gás em Aliambata	400	-	-	-	400
Melhoria de Estradas (Betano-Natarbora)	337	-	-	-	337
Construção de Pontes - Bemós (A02)	276	-	-	-	276
Fornecimento de Água às Comunidades em Manufahi	226	-	-	-	226
Reabilitação de Estradas, Drenos e Passeios Urbanos - Baucau	225	-	-	-	225
Finalizar a Construção do Edifício de Licenciar em Akanuno	225	-	-	-	225
Obras Relacionadas a Respostas de Emergência de Estradas (pagamentos da retenção)	217	-	-	-	217
Obras Relacionadas a Respostas de Emergência de mitigação do controle de inundações - Vários (pagamentos da retenção)	174	-	-	-	174
Manutenção de Estrada Periódica - Tibar - Ermra (A04)	150	-	-	-	150
Fornecimento de Água às Comunidades em Baucau	149	-	-	-	149
Melhoria e Manutenção de Estradas Seleccionadas (Beloi - Makadade)	148	-	-	-	148
Fornecimento de Água às Comunidades em Oecusse	131	-	-	-	131
Desenhos Para a Sede UIR	128	-	-	-	128
Reabilitação de Estradas, Drenos e Passeios Urbanos - Maliana	126	-	-	-	126
Fornecimento de água as comunidades em Manatuto	112	-	-	-	112
Desenhos para a Sede do Ministério de Agricultura e Pescas	110	-	-	-	110
Reabilitação de Estradas em Díli (Dili Canossa - Balide/ Bairro Pite/Fomento/Bebonuk/Audian)	101	-	-	-	101
Normalização de Ribeiras - Lauhata	100	-	-	-	100
Passeios em Dili	97	-	-	-	97
Fornecimento de Água às Comunidades em Los Palos	44	-	-	-	44
Fornecimento de Água às Comunidades em Aileu	37	-	-	-	37
Melhoria e Manutenção de Estrada Selecionadas (Maubisse-Turiscai-Alá)	35	-	-	-	35
Melhoria de Estradas Seleccionadas - Fuluro - Tutuala (C02)	33	-	-	-	33
Manutenção de Estrada Periódica - Pante Macassar - Sacato (A19)	33	-	-	-	33
Fornecimento de Água às Comunidades em Liquiça	31	-	-	-	31
Desenhos para o Carreira de Tiro	21	-	-	-	21
Estradas de Acesso para Instalações de Telecomunicação Poste de Timor Telecom em Uepo)	21	-	-	-	21
Desenhos para o Posto de Polícia em Becora Dili	21	-	-	-	21
Instalação de Medidas para Segurança nas Estradas - (Protetores Metálicos - Subau/Aituto/Carimbala)	19	-	-	-	19
Reabilitação da Ponte Mota-Ain (Bobonaro District)	18	-	-	-	18
Reabilitação da Ponte - Aidabaleten (Bobonaro District)	15	-	-	-	15
Obras de Mitigação para o controlo de inundações - Ribeira de Comoro	15	-	-	-	15
Desenhos Para a Residência do Presidente em Lahane	15	-	-	-	15
Melhoria de Estradas Seleccionadas - Aimutin - Comoro (CCF)	13	-	-	-	13
Obras de Mitigação para o controlo de inundações - Ribeira de Lomea	13	-	-	-	13
Melhoria de Estradas Seleccionadas - Oeleo-Osso-Lolotoe-Maliana	10	-	-	-	10
Obras de Mitigação para o controlo de inundações - Ribeira de Mola	8	-	-	-	8

Projecto	2009	2010	2011	2012	Total
Obras Bueiros Bebui	8	-	-	-	8
Obras Bueiros Mauma'a	8	-	-	-	8
Obras Bueiros Lihulo	8	-	-	-	8
Obras Bueiros Wekain	8	-	-	-	8
Desenhos Para a Armazém Logística da Polícia em Caicoli Dili	8	-	-	-	8
Obras de Mitigação para o controlo de inundações - Ribeira de Seical	8	-	-	-	8
Desenhos Para a Residência do Comandante Adjunto da PNTL	7	-	-	-	7
Desenhos Para a Residência do Comandante da PNTL	5	-	-	-	5
Reabilitação da Ponte Dai-Soli (Aileu District)	5	-	-	-	5
Melhoria e Manutenção de Estradas Selecionadas (Hatudu)	41	-	-	-	41
Ministério das Infra-Estruturas	**117,224**	**179,100**	**136,300**	**15,905**	**448,529**
Construção do Escritório para as Companhias Aéreas no Aeroporto Internacional de Díli	60	-	-	-	60
Administração de Aeroportos e Navegação Aérea de Timor Leste	**60**	**-**	**-**	**-**	**60**
Substituição do Cabo Subterrâneo no Porto	50	-	-	-	50
O Reforço do terreno recuperado e os armazéns para bens perigosos no Porto de Dili	2,610	290	-	-	2,900
Construção de um Plano Inclinado na baía de Tibar Conjuntamente com o Governo de Alemanha	1,000	1,000	-	-	2,000
Autoridade Portuária de Timor-Leste	**3,660**	**1,290**	**-**	**-**	**4,950**
Reparos Principais de Geradores Distritais	1,300	-	-	-	1,300
Reparos de Emergências para Geradores Distritais	634	-	-	-	634
Programa da Recolocação da Placa da baixa Voltagem	125	-	-	-	125
Reparo de Circuitos da Baixo Voltagem	1,250	-	-	-	1,250
Programa de Reabilitação do Edifício em Comoro	200	-	-	-	200
Programa de Renovar o Terreno em Comoro	200	-	-	-	200
Reparos Principais de Geradores em Comoro	1,500	-	-	-	1,500
Reparos de Emergências para Geradores em Comoro	300	-	-	-	300
Electricidade de Timor-Leste	**5,509**	**-**	**-**	**-**	**5,509**
Construção de um Escritório em Oecussi	90	10	-	-	100
Reabilitação do Centro da Promoção (Marcado Lama)	-	500	500	-	1,000
Reabilitação do Mercado de Fornecimento em Hera para vendedores locais	-	450	50	-	500
Reabilitação do Mercado de Fornecimento em Taibessi para vendedores locais	450	50	-	-	500
Reabilitação do Mercado de Fornecimento em Laulara para vendedores locais	-	450	50	-	500
Mercado da Fronteira em Suai	180	20	-	-	200
Segunda Fase de Obras na Areia Branca	300	-	-	-	300
Manutenção do Cemitério de Ainaro que Comemora os Massacrados de 1945	-	-	50	-	50
Manutenção do Antigo Mercado Municipal em Baucau	-	-	250	-	250
Manutenção do Edifício de Administração Antigo em Bazartete	-	-	50	-	50
Construção de um Parque Comunal de Recreação em Taci Tolu	-	500	1,300	200	2,000
Reabilitação da Gabinete para a Inspecção do Jogos	-	90	10	-	100
Reabilitação da Armazém Maliana	180	20	-	-	200

Projecto	2009	2010	2011	2012	Total
Reabilitação da Armazém Baucau	180	20	-	-	200
Reabilitação da Armazém Maubisse	180	20	-	-	200
Reabilitação da Armazém Oecusse	180	20	-	-	200
Segunda Fase da Construção de Silos (Re-apropriação de 2008 $3m incluído)	6,500	8,500	-	-	15,000
Apoio Para uma Fábrica de sal – Laga	100	-	-	-	100
Apoio para uma Fábrica de Etanol – Laclubar	100	-	-	-	100
Construção de Mercados Tradicionais – Suai	300	-	-	-	300
Construção de Mercados Tradicionais - Bobonaro	200	-	-	-	200
Reabilitação do Edifício da Metrologia (Caicoli)	87	-	-	-	87
Ministério do Turismo, Comércio e Indústria	**9,027**	**10,650**	**2,260**	**200**	**22,137**
Reabilitação - Gabinete de Agricultura em Baucau	45	5	45	5	100
Reabilitação - Gabinete de Agricultura em Bobonaro	-	45	5	-	50
Reabilitação - Gabinete de Agricultura em Covalima	45	5	-	-	50
Reabilitação - Gabinete de Agricultura em Ermera	-	45	5	-	50
Reabilitação - Gabinete de Agricultura em Liquiça	-	45	5	-	50
Reabilitação - Gabinete de Agricultura em Manatuto	-	-	45	5	50
Reabilitação - Gabinete de Agricultura em Viqueque	-	45	5	-	50
Construção - Viveiros para Árvores de Sombre Para as Plantas de Café	224	26	-	-	250
Estabelecimento de um Mercado Para Animais Vivos em Comoro	113	12	-	-	125
Estabelecimento de Facilidades Para Talhos em Comoro	45	5	-	-	50
Continuação da Infra-estrutura Principais de irrigação em Bebui	4,805	1,261	-	-	6,066
Construção de uma casa tradicional e Jardim no Ministério de Agricultura em Comoro	300	-	-	-	300
Construção de um escritório para o armazenamento informação do Ministério da da Agricultura	180	-	-	-	180
Instalação de Eletricidade no Ministério de Agricultura em Comoro	100	-	-	-	100
Instalação de Água no Ministério de Agricultura em Comoro	70	-	-	-	70
Laboratório Integrado	136	-	-	-	136
Centros Regiãoais par facilidades agrícolas e manutenção - Viqueque	52	-	-	-	52
Reabilitação - Centro de Extenção – Manufahi	50	-	-	-	50
Centros Regiãoais par facilidades agrícolas e manutenção - Lautem	50	-	-	-	50
Centros Regiãoais par facilidades agrícolas e manutenção - Baucau	49	-	-	-	49
Reabilitação - Centro de Extenção – Viqueque	47	-	-	-	47
Centro de Produção Gado – Dotik	45	-	-	-	45
Centros Regiãoais par facilidades agrícolas e manutenção - Manatuto	30	-	-	-	30
Barreira protectora Ribeira Malibaka – Bobonaro	25	-	-	-	25
Ministério da Agricultura e Pescas	**6,411**	**1,494**	**110**	**10**	**8,025**
Segurança para escritórios de distrito do Procuradoria Geral - Oecussi	40	-	-	-	40
Acomodação para a Funcionários da Procuradoria Geral Suai	118	32	-	-	150
Segurança para escritórios de distrito do Procuradoria Geral - Suai	40	-	-	-	40
Segurança para escritórios de distrito do Procuradoria Geral - Baucau	50	-	-	-	50
Acomodação para a Funcionários da Procuradoria Geral Oecussi	75	75	-	-	150

Projecto	2009	2010	2011	2012	Total
Acomodação para a Funcionários da Procuradoria Geral Suai	75	75	-	-	150
Reabilitação do Gabinete da Procuradoria-Geral em Baucau	15	-	-	-	15
Construção do Gabinete da Procuradoria-Geral em Oecussi	13	-	-	-	13
Reabilitação do Gabinete da Procuradoria-Geral em Suai	12	-	-	-	12
Procuradoria-Geral da República	**438**	**182**	**-**	**-**	**620**
Reabilitação do Auditório no Radiodifusor Público	500	-	-	-	500
Serviço Público de Radiodifusão de Timor-Leste	**500**	**-**	**-**	**-**	**500**
Construção da Sede para a Comissão do Nacional das eleições	750	1,250	500	-	2,500
Comissão Nacional das Eleições	**750**	**1,250**	**500**	**-**	**2,500**
Total de Novos Projectos	**178,624**	**230,122**	**154,066**	**22,648**	**585,460**
Total de Projectos Re-Dotados	**26,710**	**3,749**	**-**	**-**	**30,459**
Total de Capital de Desenvolvimento	**205,334**	**233,871**	**154,066**	**22,648**	**615,919**

Anexo 5 – Perfil de Funcionários

Funcionários da Função Pública

		L 1	L 2	L 3	L 4	L 5	L 6	L7	TOTAL
Presidente da Republica									
Gabinete do Presidente da República	P	1	2	5	2	2	2	-	14
	T	1	1	1	1	-	3	3	10
Administração Presidente da República	P	14	8	6	11	8	5	1	53
	T	7	-	1	-	2	-	-	10
Total Presidente da Republica	**P**	**15**	**10**	**11**	**13**	**10**	**7**	**1**	**67**
	T	**8**	**1**	**2**	**1**	**2**	**3**	**3**	**20**
	Total	**23**	**11**	**13**	**14**	**12**	**10**	**4**	**87**
Parlamento Nacional									
Parlamento Nacional	P	22	25	22	16	17	26	-	128
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Parlamento Nacional	**P**	**22**	**25**	**22**	**16**	**17**	**26**	**-**	**128**
	T	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
	Total	**22**	**25**	**22**	**16**	**17**	**26**	**-**	**128**
Gabinete do Primeiro Ministro									
Secretáriado do Primeiro-Ministro	P	-	2	7	13	4	2	-	28
	T	1	7	3	2	-	-	-	13
Assessoria da Sociedade Civil	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Assessoria da Comunicação Social	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Assessoria Sector Privado, Pequenas e Medias Empresas	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Direcçã Nacional de Administração e Finanças	P	2	2	10	10	4	1	-	29
	T	2	4	3	3	-	-	-	12
Protocolo	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Unidade de Planeamento Estratégico e Investimento	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Gabinete da Inspecção-Geral	P	-	-	2	3	7	1	-	13
	T	1	3	1	7	5	-	-	17
Serviço Nacional de Inteligência	P	-	1	10	2	2	2	1	18
	T	1	7	9	1	2	1	-	21
Gabinete do Primeiro Vice Primeiro-Ministro	P	1	2	2	5	4	7	-	21
	T	1	3	3	1	2	-	-	10

		L 1	L 2	L 3	L 4	L 5	L 6	L7	TOTAL
Serviço Social (Staffing muda ba VGM 2	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Gabinete do Director Geral	P	-	-	-	-	-	-	1	1
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Direcção Documentação e Arquivo	P	-	-	2	2	3	1	-	8
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Gabinete do Segundo Vice Primeiro-Ministro	P	-	-	-	1	2	-	-	3
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Gabinete do Primeiro- Ministro	**P**	**3**	**7**	**33**	**36**	**26**	**14**	**2**	**121**
	T	**6**	**24**	**19**	**14**	**9**	**1**	**-**	**73**
	Total	**9**	**31**	**52**	**50**	**35**	**15**	**2**	**194**
Secretaria de Estado do Conselho de Ministros									
Direcção Nacional de Administração e de Apoio ao Conselho de Ministros	P	-	1	2	2	4	1	1	11
	T	2	2	3	3	-	-	-	10
Direcção Nacional dos Serviços de Tradução	P	-	1	1	3	4	1	-	10
	T	1	1	-	-	-	-	-	2
Unidade de Apoio Juridico	P	-	-	1	1	1	-	-	3
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Direcção de Disseminação de Informação	P	-	1	-	1	1	1	-	4
	T	-	-	-	1	-	-	-	1
Centro da Rádio Comunitaria	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	1	1	-	2	1	1	-	6
Total da Secretaria de Estado do Conselho de Ministros	**P**	**-**	**3**	**4**	**7**	**10**	**3**	**1**	**28**
	T	**4**	**4**	**3**	**6**	**1**	**1**	**-**	**19**
	Total	**4**	**7**	**7**	**13**	**11**	**4**	**1**	**47**
Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto									
Direcção de Comunicação	P	-	-	-	4	1	-	-	5
	T	-	12	4	2	1	-	-	19
Gabinete do Director Geral	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	-	1	2	-	-	-	-	3
Direcção de Administração e Finanças	P	-	-	5	4	2	1	-	12
	T	1	2	6	2	-	-	1	12
Direcção Nacional da Juventude	P	-	-	-	4	-	1	-	5
	T	1	2	-	4	1	-	-	8
Direcção da Educação Física e Desporto	P	-	-	-	3	-	1	-	4
	T	1	-	3	1	1	1	-	7
Direcção da Politica do Desenvolvimento	P	-	-	-	3	1	1	-	5
	T	-	4	9	3	2	-	-	18
Direcção Nacional do Arte e Cultura	P	-	-	-	4	-	-	-	4

		L 1	L 2	L 3	L 4	L 5	L 6	L7	TOTAL
	T	-	1	3	3	1	-	-	8
Total da Secretaria de Estado da Juventude e Desporto	**P**	**-**	**-**	**5**	**22**	**4**	**4**	**-**	**35**
	T	**3**	**22**	**27**	**15**	**6**	**1**	**1**	**75**
	Total	**3**	**22**	**32**	**37**	**10**	**5**	**1**	**110**
Secretaria de Estado dos Recursos Minerais									
Secretariado Geral	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Direcção Nacional de Administração e Financas	P	-	1	2	1	4	1	-	9
	T	3	5	-	1	1	1	-	11
Direcção Nacional Planeamento de Recursos Minerais	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	1	-	2	4	-	1	-	8
Direcção Nacional de Minerais	P	-	-	1	3	-	1	-	5
	T	1	-	1	2	2	-	-	6
Direcção Nacional de Política de Recursos Minerais	P	-	-	-	3	-	1	-	4
	T	-	1	6	5	2	-	-	14
Total da Secretaria de Estado dos Recursos Minerais	**P**	**-**	**1**	**3**	**7**	**4**	**3**	**-**	**18**
	T	**5**	**6**	**9**	**12**	**5**	**2**	**-**	**39**
	Total	**5**	**7**	**12**	**19**	**9**	**5**	**-**	**57**
Secretaria de Estado para a Política Energética									
Direcção Nacional de Administração e Finanças	P	1	-	1	1	2	1	1	7
	T	-	1	1	-	2	-	-	4
Direcção Nacional Pesquisa e Politicas de Energia Alternativa	P	-	-	1	-	2	1	-	4
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Taskforce para Coordenação das Actividades de Energia Renovàvel	P	-	-	3	2	1	1	-	7
	T	-	-	-	2	1	-	-	3
Total da Secretaria de Estado da Politica Energetica	**P**	**1**	**-**	**5**	**3**	**5**	**3**	**1**	**18**
	T	**-**	**1**	**1**	**2**	**3**	**-**	**-**	**7**
	Total	**1**	**1**	**6**	**5**	**8**	**3**	**1**	**25**
Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego									
Direcção Nacional de Administração e Finanças	P	-	-	1	2	2	1	-	6
	T	9	5	41	7	3	-	-	65
Direcção Nacional da Formação Profissional	P	-	-	2	3	-	1	-	6
	T	1	1	9	1	-	-	-	12
Direcção Nacional de Emprego	P	-	-	5	3	2	1	-	11
	T	1	1	17	5	-	-	-	24
Direcção Nacional da Relações de Trabalho	P	-	-	2	3	1	1	-	7
	T	2	3	16	2	1	-	-	24

		L 1	L 2	L 3	L 4	L 5	L 6	L7	TOTAL
Direcção Nacional de Inspecção do Trabalho	P	-	-	6	2	1	1	-	10
	T	-	1	9	-	-	-	-	10
Secretaria do Apoio ao Conselho Nacional do Trabalho	P	-	-	1	3	1	-	-	5
	T	-	2	6	-	-	-	-	8
Institute Nacional do Desenvolvimento do Mão de Obra	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	-	-	1	1	-	1	-	3
Gabinete de Ssistencia Juridico	P	-	-	-	-	1	-	-	1
	T	-	-	1	1	1	-	-	3
Gabinete do Fundo de Emprego da Formação Professional	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	-	-	3	1	-	-	-	4
Centro Nacional de Emprego e Formação Professional - Tibar	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego	**P**	**-**	**-**	**17**	**16**	**8**	**5**	**-**	**46**
	T	**13**	**13**	**103**	**18**	**5**	**1**	**-**	**153**
	Total	**13**	**13**	**120**	**34**	**13**	**6**	**-**	**199**
Secretaria de Estado para a Promoção da Igualdade									
Gabinete do Director Geral	P	-	-	-	1	1	-	1	3
	T	-	-	1	-	1	1	-	3
Direcção da Administração, Logística e Finanças	P	-	2	2	2	2	1	-	9
	T	1	5	5	2	-	-	-	13
Direcção de Políticas e Desenvolvimento do Género	P	-	-	-	5	4	1	-	10
	T	-	-	1	3	-	-	-	4
Total da SE da Promocao da Igualidade	**P**	**-**	**2**	**2**	**8**	**7**	**2**	**1**	**22**
	T	**1**	**5**	**7**	**5**	**1**	**1**	**-**	**20**
	Total	**1**	**7**	**9**	**13**	**8**	**3**	**1**	**42**
Secretariado da Comissão da Função Publica									
Comissão da Função Publica	P	2	3	8	7	7	12	1	40
	T	1	-	3	-	1	-	-	5
Total doSecretariado da Comissão da Função Publica	**P**	**2**	**3**	**8**	**7**	**7**	**12**	**1**	**40**
	T	**1**	**-**	**3**	**-**	**1**	**-**	**-**	**5**
	Total	**3**	**3**	**11**	**7**	**8**	**12**	**1**	**45**
Ministério da Defesa Seguransa									
Direcção Nacional de Administração e Finanças (Defesa)	P	1	2	4	4	2	1	-	14
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Direcção Nacional de Planeamento Estrategico e Intercâmbio Internacional (Defesa)	P	-	-	4	4	2	1	-	11
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Gabinete do Director Geral	P	-	-	-	-	-	-	1	1
	T	-	-	-	-	-	-	-	-

		L 1	L 2	L 3	L 4	L 5	L 6	L7	TOTAL
Gabinete de Inspecção Geral	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	-	-	1	1	1	-	-	3
Direcção Nacional de Aprovisionamento	P	-	-	4	4	2	1	-	11
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Direcção Nacional do Patrimonio	P	-	-	2	2	-	1	-	5
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Gabinete Secretário do Estado da Defesa	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	-	1	2	3	1	-	-	7
TOTAL SED	**P**	**1**	**2**	**14**	**14**	**6**	**4**	**1**	**42**
	T	**-**	**1**	**3**	**4**	**2**	**-**	**-**	**10**
Gabinete do Director Geral	P	-	1	-	3	-	-	1	5
	T	1	1	-	-	2	-	-	4
Direcção Nacional de Administração	P	-	-	7	-	4	1	-	12
	T	3	5	5	-	-	-	-	13
Direcção Nacional das Finanças	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	1	1	3	4	3	1	-	13
Direcção Nacional de Aprovisionamento	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	2	1	1	5	3	1	-	13
Direcção Nacional de Protecção Civil	P	-	78	17	10	3	1	-	109
	T	5	66	61	41	8	-	-	181
Direcção Nacional de Segurança de Edifícios Publicos	P	362	67	27	22	4	1	-	483
	T	427	20	-	-	-	-	-	447
Gabinete de Inspecção e Auditoria	P	-	1	1	1	1	-	-	4
	T	1	1	1	2	2	-	1	8
Direcção Nacional de Prevenção de Conflitos Comunitaria	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	-	-	-	3	3	4	-	10
PNTL - Direcção Nacional de Administração (Civil)	P	-	21	10	10	2	-	-	43
	T	42	4	1	-	-	-	-	47
TOTAL SES	P	362	168	62	46	14	3	1	656
	T	482	99	72	55	21	6	1	736
Total do Ministério da Defesa e Seguranca	**P**	**363**	**170**	**76**	**60**	**20**	**7**	**2**	**698**
	T	**482**	**100**	**75**	**59**	**23**	**6**	**1**	**746**
	Total	**845**	**270**	**151**	**119**	**43**	**13**	**3**	**1,444**
Ministério dos Negócios Estrangeiros									
Sede do MNEC	P	5	4	20	14	14	18	5	80
	T	1	6	8	6	1	3	1	26
Embaixada Nova Iorque	P	-	-	-	2	-	1	-	3
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Embaixada - Lisboa	P	-	-	-	-	-	1	-	1
	T	-	-	-	-	-	1	-	1

		L 1	L 2	L 3	L 4	L 5	L 6	L7	TOTAL
Embaixada - Jakarta	P	-	-	-	-	-	1	-	1
	T	-	-	-	-	-	1	-	1
Embaixada - Washington	P	-	-	-	-	-	1	-	1
	T	-	-	-	-	-	1	-	1
Embaixada - Canberra	P	-	-	1	-	-	-	-	1
	T	-	-	-	-	-	1	-	1
Embaixada - Kuala Lumpur	P	-	-	-	1	-	1	-	2
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Embaixada - Bruxelas	P	-	-	-	-	1	-	-	1
	T	-	-	-	-	-	1	-	1
Embaixada - Banguecoque	P	-	-	1	-	-	1	-	2
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Embaixada - Tóquio	P	-	-	-	1	-	-	-	1
	T	-	-	-	-	-	1	-	1
Embaixada - Pequim	P	-	-	-	1	-	-	1	2
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Embaixada - Maputo	P	-	-	-	1	-	-	-	1
	T	-	-	-	-	-	1	-	1
Consulado Geral - Sidney	P	-	-	1	-	1	-	-	2
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Consulado Geral - Denpasar	P	-	-	1	-	-	-	-	1
	T	-	-	-	-	-	1	-	1
Consulado - Kupang	P	-	1	-	-	1	-	-	2
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Salão Memorial da Independência	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	1	-	-	-	-	-	-	1
Gabinete de Demarcação da Fronteira Terrestre	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Gabinete Apoio à Commissão de Verdade e Amizade	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Embaixada - Havana	P	-	-	-	1	-	-	-	1
	T	-	-	-	-	-	1	-	1
Embaixada - Manila	P	-	-	-	-	-	2	-	2
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Embaixada - Geneva	P	-	-	-	-	1	-	-	1
	T	-	-	-	-	-	1	-	1
Visitas Oficiais	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Embaixada - Vaticano	P	-	-	-	1	-	-	-	1
	T	-	-	-	-	-	1	-	1

		L 1	L 2	L 3	L 4	L 5	L 6	L7	TOTAL
Embaixada - Brasil	P	-	-	-	-	-	1	-	1
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Embaixada - Coreia do Soul	P	-	-	-	-	1	1	-	2
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Embaixada - de Timor-Leste Junto das Comunidades dos Países da Língua Portugues	P	-	-	-	-	1	1	-	2
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Total dos Ministério dos Negócios Estrangeiros	**P**	**5**	**5**	**24**	**22**	**20**	**29**	**6**	**111**
	T	**2**	**6**	**8**	**6**	**1**	**14**	**1**	**38**
	Total	**7**	**11**	**32**	**28**	**21**	**43**	**7**	**149**
Ministério das Finanças									
Secretário Permanente	P	-	1	1	-	-	1	1	4
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Informáticos	P	-	1	5	9	6	2	1	24
	T	9	5	4	-	1	-	-	19
Direcção Nacional do Orçamento	P	-	1	5	12	7	4	-	29
	T	-	1	9	10	3	-	-	23
Direcção Nacional do Tesouro	P	-	1	33	28	10	2	1	75
	T	-	5	18	2	-	-	-	25
Serviço de Impostos de Timor-Leste	P	2	8	17	27	10	3	1	68
	T	20	34	3	3	1	-	-	61
Unidade da Política Tributária e Macro Economia	P	-	-	1	-	2	1	-	4
	T	-	-	4	1	1	-	-	6
Direcção Nacional do Plano e Coordenação de Assistência Externa	P	1	2	2	10	3	1	-	19
	T	5	4	2	7	1	-	-	19
Direcção Nacional de Alfândegas	P	3	65	63	63	12	3	-	209
	T	20	45	-	-	-	-	-	65
Direcção Património do Estado	P	-	3	6	7	2	2	-	20
	T	-	15	6	4	1	-	-	26
Direcção de Aprovisionamento	P	-	-	13	14	3	1	-	31
	T	1	4	10	5	3	-	-	23
Direcção Nacional de Estatística	P	-	-	6	11	4	1	-	22
	T	6	10	100	-	-	-	-	116
Unidade Fornecimento	P	-	-	12	2	2	1	-	17
	T	-	9	8	-	-	-	-	17
Total dos Ministério das Finanças	**P**	**6**	**82**	**164**	**183**	**61**	**22**	**4**	**522**
	T	**61**	**132**	**164**	**32**	**11**	**-**	**-**	**400**
	Total	**67**	**214**	**328**	**215**	**72**	**22**	**4**	**922**
Ministério da Justiça									
Gabinete do Director Geral	P	-	-	1	-	-	-	1	2
	T	-	1	1	-	1	1	-	4

		L 1	L 2	L 3	L 4	L 5	L 6	L7	TOTAL
Direcção Nacional dos Serviços Administrativos, Financeiros e de Pessoal	P	5	3	5	3	5	2	-	23
	T	-	2	2	5	2	1	-	12
Direcção Nacional de Assessoria Jurídica e Legislação	P	-	1	2	1	1	3	-	8
	T	1	-	-	-	12	2	-	15
Direcção Nacional dos Direitos Humanos e de Cidadania	P	-	-	4	3	3	4	-	14
	T	2	4	1	1	-	-	-	8
Direccao Nacional dos Registos e do Notariado	P	1	14	41	16	11	1	-	84
	T	19	14	15	-	-	10	-	58
Direcção Nacional de Terras e Propriedades e servicos Cadastrais	P	2	5	14	28	26	5	-	80
	T	6	11	10	4	2	-	-	33
Direcção Nacional dos Serviços Prisionais e Reinserção Social	P	1	184	25	8	5	1	-	224
	T	-	-	1	-	5	-	-	6
Gabinete de Inspecção e Auditoria	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	-	1	-	-	2	4	1	8
Comissão Nacional dos Direitos da Crianca	P	-	-	-	2	2	1	1	6
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Centro de Formação Jurídica	P	1	2	4	1	1	1	-	10
	T	3	-	-	-	-	-	-	3
Defensoria Pública	P	7	1	16	2	-	12	-	38
	T	6	2	7	-	-	-	-	15
Total do Ministerio da Justica	**P**	**17**	**210**	**112**	**64**	**54**	**30**	**2**	**489**
	T	**37**	**35**	**37**	**10**	**24**	**18**	**1**	**162**
	Total	**54**	**245**	**149**	**74**	**78**	**48**	**3**	**651**
Ministério da Saúde									
Serviços Centrais da Saúde	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Gabinete do Director Geral	P	-	-	1	6	4	3	-	14
	T	-	2	4	5	9	1	-	21
Gabinete Inspecção , Fiscalização e Auditoria	P	-	1	1	4	2	1	-	9
	T	-	1	7	2	2	-	1	13
Direcção Nacional Administração Logistica e Aprovisionamento	P	-	3	6	10	3	1	2	25
	T	14	12	10	4	-	-	-	40
Direcção Nacional Plano e Finanças	P	-	1	4	4	3	-	-	12
	T	-	3	5	9	3	-	-	20
Direcção Nacional Saúde Comunitária	P	-	3	6	19	7	2	-	37
	T	1	4	4	18	5	4	-	36
Direcção Nacional Serviço Hospitalares e Enchaminhamento	P	-	-	17	3	2	1	-	23
	T	6	4	6	4	6	1	-	27
Direcção Nacional Recursos Humanos	P	-	3	3	2	2	1	-	11
	T	-	1	4	3	4	-	-	12

		L 1	L 2	L 3	L 4	L 5	L 6	L7	TOTAL
Laboratório Nacional	P	-	1	10	7	4	-	-	22
	T	4	1	3	-	4	-	1	13
Hospital Nacional Guido Valadares	P	-	35	189	30	6	16	-	276
	T	35	24	114	13	18	21	10	235
Hospital Referencia Baucau	P	-	7	79	26	4	5	-	121
	T	37	7	12	3	3	3	-	65
Hospital Referencia Maliana	P	-	3	24	11	3	3	-	44
	T	11	9	23	2	1	2	-	48
Hospital Referencia Maubisse	P	-	-	29	11	4	-	-	44
	T	14	9	28	1	1	2	-	55
Hospital Referencia Oecusse	P	-	3	18	10	3	1	-	35
	T	17	13	8	2	1	2	-	43
Hospital Referencia Suai	P	-	5	20	12	4	1	-	42
	T	19	5	7	3	-	2	-	36
Serviços Distritais de Saúde de Aileu	P	-	5	36	15	5	-	-	61
	T	16	4	15	2	5	-	-	42
Servicos Distritais de Saude de Ainaro	P	-	6	26	12	4	2	-	50
	T	20	4	15	3	5	-	-	47
Servicos Distritais de Saude de Baucau	P	-	23	66	18	7	1	-	115
	T	31	12	29	2	7	-	-	81
Servicos Distritais de Saude de Bobonaro	P	-	8	42	18	6	1	-	75
	T	18	7	14	2	6	-	-	47
Servicos Distritais de Saude de Covalima	P	-	7	33	13	6	1	-	60
	T	20	10	19	3	8	-	-	60
Servicos Distritais de Saude de Dili	P	-	5	64	26	8	3	-	106
	T	18	15	23	3	7	4	-	70
Servicos Distritais de Saude de Ermera	P	-	7	47	20	7	-	-	81
	T	24	16	16	4	2	3	-	65
Servicos Distritais de Saude de Lautém	P	-	13	46	26	5	1	-	91
	T	30	18	15	2	3	-	-	68
Servicos Distritais de Saude de Liquiça	P	-	6	35	13	4	1	-	59
	T	14	6	12	2	4	-	-	38
Servicos Distritais de Saude de Manatuto	P	-	8	48	18	7	-	-	81
	T	8	19	34	2	7	-	-	70
Servicos Distritais de Saude de Manufahi	P	-	13	39	20	5	1	-	78
	T	26	8	13	2	5	-	-	54
Instituto de Ciências da Saúde	P	-	1	1	4	22	2	-	30
	T	-	1	1	3	21	-	-	26
Servicos Distritais de Saude de Oecusse	P	-	5	29	10	5	1	-	50
	T	16	6	12	2	5	-	-	41

		L 1	L 2	L 3	L 4	L 5	L 6	L7	TOTAL
Servicos Distritais de Saude de Viqueque	P	-	9	67	25	6	1	-	108
	T	28	11	34	6	6	-	-	85
Total do Ministerio da Saude	**P**	**-**	**181**	**986**	**393**	**148**	**50**	**2**	**1,760**
	T	**427**	**232**	**487**	**107**	**148**	**45**	**12**	**1,458**
	Total	**427**	**413**	**1,473**	**500**	**296**	**95**	**14**	**3,218**
Ministério da Educação									
Gabinete do Inspector Geral	P	-	-	1	3	-	3	1	8
	T	1	1	1	-	-	-	-	3
Gabinete do Director Geral	P	-	-	1	-	-	3	2	6
	T	-	3	5	4	5	-	-	17
Assistente 1 de Director Geral	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Assistente 2 de Director Geral	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Direcção de Administração e Finanças	P	-	30	34	30	17	1	-	112
	T	45	75	48	40	5	-	-	213
Direcção de Política, Plano e Desenvolvimento	P	-	-	2	4	2	1	-	9
	T	-	1	32	3	-	-	-	36
Direcção do Ensino Técnico Superior	P	-	-	-	-	-	2	1	3
	T	-	1	3	3	3	1	1	12
Universidade Nacional de Timor Leste	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	71	34	60	28	203	81	1	478
Direcção Nacional de Acreditação	P	-	-	4,356	2,130	3	1	-	6,490
	T	286	80	3,357	1,875	-	-	-	5,598
Unidade de Infra-Estruturas	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Gabinete Juridico	P	-	-	1	-	-	-	-	1
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Direcção de Educação de Adultos e Ensino não formal	P	-	2	13	1	4	1	-	21
	T	31	6	28	5	2	-	-	72
Direcção de Formação Profissional	P	-	-	1	-	3	1	-	5
	T	-	7	2	10	3	-	-	22
Institute Nacional Formação Continua dos Professores	P	-	1	1	2	1	2	-	7
	T	12	2	3	20	4	-	-	41
Biblioteca Nacional	P	-	-	-	-	1	-	-	1
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Direcções Regionais	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Direcção Regional- I	P	-	1	25	24	10	5	-	65
	T	7	11	4	2	-	-	-	24

		L 1	L 2	L 3	L 4	L 5	L 6	L7	TOTAL
Direcção Regional- II	P	-	2	11	15	9	3	-	40
	T	3	13	4	4	-	-	-	24
Direcção Regional- III	P	-	1	23	13	10	2	-	49
	T	6	2	-	2	-	-	-	10
Direcção Regional- IV	P	-	1	20	16	10	5	-	52
	T	9	6	1	-	-	-	-	16
Direcção Regional - Oecusse	P	-	-	15	9	5	3	-	32
	T	4	5	-	-	-	-	-	9
Gabinete Protocolo / Media	P	-	1	-	-	-	1	-	2
	T	-	1	9	5	3	-	-	18
Direcção Nacional Curiculo de Escola, Materiais e Avaliação	P	-	-	5	2	3	1	-	11
	T	-	2	1	1	-	-	-	4
Direcção Nacional da Cultura	P	-	2	5	1	5	1	-	14
	T	1	3	4	4	-	-	-	12
Total do Ministério da Educação	**P**	**-**	**41**	**4,514**	**2,250**	**83**	**36**	**4**	**6,928**
	T	**476**	**253**	**3,562**	**2,006**	**228**	**82**	**2**	**6,609**
	Total	**476**	**294**	**8,076**	**4,256**	**311**	**118**	**6**	**13,537**
Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território									
Direcção Nacional da Gráfica	P	-	-	6	4	4	1	-	15
	T	3	1	2	-	-	-	-	6
Direcção Nacional da Arquivo	P	2	5	10	5	3	1	-	26
	T	5	3	-	-	1	-	-	9
Secretariado Técnico da Administração Eleitoral	P	-	1	3	10	5	2	-	21
	T	2	17	37	1	141	-	-	198
Instituto Nacional da Administração Pública	P	-	8	7	9	9	5	-	38
	T	10	3	2	-	7	-	-	22
Gabinete do Director Geral	P	-	-	1	-	1	-	1	3
	T	-	1	-	-	-	-	-	1
Direcção Nacional da Administração e Finanças	P	-	2	2	3	3	1	-	11
	T	2	8	7	1	18	-	-	36
	P	-	3	2	8	5	4	-	22
Direcção Nacional da Administração Local	T	2	1	-	-	-	-	-	3
Administração Distrito Dili	P	1	7	16	2	5	1	-	32
	T	206	31	26	-	-	-	-	263
Administração Distrito Baucau	P	1	2	13	3	5	1	-	25
	T	2	2	-	-	-	-	-	4
Administração Distrito Bobonaro	P	1	1	14	5	3	1	-	25
	T	2	3	-	-	-	-	-	5
Administração Distrito Manufahi	P	1	2	9	2	4	1	-	19

		L 1	L 2	L 3	L 4	L 5	L 6	L7	TOTAL
	T	2	2	-	-	-	-	-	4
Administração Distrito Viqueque	P	-	2	11	5	6	1	-	25
	T	2	2	-	-	-	-	-	4
Administração Distrito Lautem	P	1	2	11	3	2	1	-	20
	T	2	2	1	-	-	-	-	5
Administração Distrito Manatuto	P	1	2	13	1	6	1	-	24
	T	2	2	-	-	-	-	-	4
Administração Distrito Covalima	P	1	2	16	6	6	1	-	32
	T	2	2	-	-	-	-	-	4
Administração Distrito Ainaro	P	1	2	9	3	5	1	-	21
	T	2	2	-	-	-	-	-	4
Administração Distrito Aileu	P	1	2	9	2	4	1	-	19
	T	2	2	-	-	-	-	-	4
Administração Distrito Ermera	P	-	2	11	4	5	1	-	23
	T	2	2	-	-	-	-	-	4
Administração Distrito Liquiça	P	1	2	7	2	4	1	-	17
	T	2	2	-	-	-	-	-	4
Administração Distrito Oecusse	P	1	2	9	2	6	1	-	21
	T	2	2	-	-	-	-	-	4
Direcção Nacional do Desenvolvimento Local e do Território	P	-	-	-	2	1	1	-	4
	T	-	2	1	-	7	-	-	10
Direcção Nacional Apoio Administrção de Suco	P	-	-	-	-	4	-	-	4
	T	1	1	1	-	6	-	-	9
Auditoria Interna	P	-	1	-	-	-	1	1	3
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território	**P**	**13**	**50**	**179**	**81**	**96**	**29**	**2**	**450**
	T	**255**	**93**	**77**	**2**	**180**	**-**	**-**	**607**
	Total	**268**	**143**	**256**	**83**	**276**	**29**	**2**	**1,057**
Ministério da Economia e do Desenvolvimento									
Instituto para Apoio e Desenvolvimento de Empresas (IADE)	P	-	-	2	-	1	-	-	3
	T	-	9	15	20	25	5	-	74
Instituto para a Promoção de Investimento e Exprtação	P	-	-	-	2	-	1	-	3
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Direcção Nacional de Planeamento e Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional	P	-	-	-	1	3	1	-	5
	T	1	1	1	8	-	-	-	11
Direcção Nacional do Meio Ambiente	P	-	-	2	7	1	1	-	11
	T	-	4	45	10	3	-	-	62
Direcção Nacional para Assuntos	P	-	-	1	1	-	-	-	2

		L 1	L 2	L 3	L 4	L 5	L 6	L7	TOTAL
Ambientais Internacionais	T	-	-	-	2	6	-	-	8
Direcção Nacional do Desenvolvimento Rural	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	1	4	70	20	13	1	-	109
Direcção Nacional dos Cooperativas	P	-	-	-	4	5	1	-	10
	T	1	1	5	14	1	-	-	22
Gabinete do Director Geral	P	-	-	-	1	-	-	1	2
	T	-	1	1	2	2	-	-	6
Direcção Nacional de Administração e Finanças	P	-	-	1	2	-	2	-	5
	T	1	2	3	6	2	-	-	14
Departamento de Aprovissionamento	P	-	-	1	-	-	-	-	1
	T	-	-	1	2	1	-	-	4
Gabinete de Inspecção e Auditoria do Ministério	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	-	-	1	1	2	1	-	5
Total do Ministério da Economia e Desenvolvimento	**P**	**-**	**-**	**7**	**18**	**10**	**6**	**1**	**42**
	T	**4**	**22**	**142**	**85**	**55**	**7**	**-**	**315**
	Total	**4**	**22**	**149**	**103**	**65**	**13**	**1**	**357**
Ministério da Solidariedade Social									
Gabinete do Director Geral	P	-	-	-	-	-	-	1	1
	T	-	1	3	1	2	-	-	7
Gabinete Inspecção Auditoria	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	-	-	1	-	2	-	1	4
Direcção Nacional da Administração e das Finanças	P	-	3	18	4	2	2	-	29
	T	29	19	32	19	10	1	-	110
Direcção Nacional para os Assunstos dos Combatentes e Libertação	P	-	2	3	3	-	1	-	9
	T	14	3	6	5	4	1	-	33
Direcção Nacional Assistencia Social	P	-	2	9	1	1	-	-	13
	T	16	20	6	1	4	1	-	48
Direcção Nacional de Reinserção Social	P	-	1	6	-	1	1	-	9
	T	4	70	18	4	4	-	-	100
Direcção Nacional Gestão Desastre	P	-	-	4	3	1	-	-	8
	T	3	2	15	9	2	1	-	32
Direcção Nacional da Segurança Social	P	-	-	-	2	-	-	-	2
	T	1	1	17	19	2	1	-	41
Total do Ministério da Solidaridade Social	**P**	**-**	**8**	**40**	**13**	**5**	**4**	**1**	**71**
	T	**67**	**116**	**98**	**58**	**30**	**5**	**1**	**375**
	Total	**67**	**124**	**138**	**71**	**35**	**9**	**2**	**446**
Ministério das Infra-Estruturas									
Gabinete do Director Geral	P	-	-	1	-	-	-	1	2
	T	1	1	1	-	-	-	-	3

		L 1	L 2	L 3	L 4	L 5	L 6	L7	TOTAL
Autoridade Reguladora das Comunicações	P	1	1	4	3	4	1	-	14
	T	1	1	6	4	2	-	-	14
Direcção dos Serviços Transportes Marítimos	P	1	2	3	3	3	1	-	13
	T	1	2	3	3	3	-	-	12
Direcção de Meteorologia e Geofisica	P	-	-	10	1	1	1	-	13
	T	2	2	5	1	-	-	-	10
Direcção Nacional de Informatica e Tecnologia	P	-	1	11	8	2	1	-	23
	T	2	13	14	5	1	-	-	35
Direcção Nacional de Administração e Finanças	P	2	3	7	9	6	1	-	28
	T	1	3	1	2	1	1	-	9
Direcção Nacional de Transportes Terrestres (DNTT)	P	5	15	8	8	1	1	-	38
	T	11	32	31	15	3	-	-	92
Direcção Nacional de Correios de Timor-Leste	P	1	2	12	4	2	1	-	22
	T	4	2	2	1	-	-	-	9
Autoridade da Aviação Civil de Timor Leste (AACTL)	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	2	4	12	11	10	1	-	40
Gabinete do Director Geral	P	-	-	-	-	-	-	1	1
	T	-	1	1	-	-	-	-	2
Direcção Nacional da Administração e Finanças	P	1	2	3	2	2	1	-	11
	T	-	1	4	1	2	-	-	8
Direcção Nacional da Urbanização	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Direcção Nacional Gestão dos Recursos de Àgua	P	-	-	1	2	1	-	-	4
	T	-	-	-	-	-	1	-	1
Direcção Nacional de Servicos de Àgua e Saneamento	P	39	53	34	25	4	1	-	156
	T	-	68	42	4	-	-	-	114
Director Geral das Obras Públicas	P	-	1	-	-	1	-	1	3
	T	2	2	-	-	-	-	-	4
Direcção Nacional de Administração e Finanças	P	2	2	7	8	4	2	-	25
	T	4	4	9	8	2	-	-	27
Direcção Nacional de Edificação,Habitação e Planeamento Urbano	P	-	1	15	22	14	1	-	53
	T	6	8	24	24	10	-	-	72
Direcção Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento	P	-	4	4	6	2	1	-	17
	T	6	6	4	4	4	-	-	24
Direcção Nacional de Estradas, Pontes e Controlo de Cheias	P	20	21	16	20	13	1	-	91
	T	49	33	49	30	4	-	-	165
Total do Ministério das Infra-Estraturas	**P**	**72**	**108**	**136**	**121**	**60**	**14**	**3**	**514**
	T	**92**	**183**	**208**	**113**	**42**	**3**	**-**	**641**

		L 1	L 2	L 3	L 4	L 5	L 6	L7	TOTAL
	Total	**164**	**291**	**344**	**234**	**102**	**17**	**3**	**1,155**
Ministério do Turismo, Comercio e Industria									
Gabinete do Auditoria Interna	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	-	1	2	4	2	-	1	10
Gabinete do Director Geral	P	-	-	-	-	-	-	1	1
	T	-	1	6	5	4	2	-	18
Direcção Nacional da Administração e Finanças	P	-	1	1	-	3	1	-	6
	T	5	4	4	3	1	-	-	17
Direcção Nacional do Pesquisa e Desenvolvimento	P	-	-	-	-	-	1	-	1
	T	1	2	4	4	2	-	-	13
Direcção Nacional do Comércio Externo	P	-	-	1	1	1	1	-	4
	T	1	2	5	7	-	-	-	15
Direcção Nacional do Comércio Doméstico	P	-	-	3	1	2	1	-	7
	T	1	2	9	5	-	-	-	17
Direcção Nacional da Indústria	P	-	3	1	3	4	1	-	12
	T	1	-	8	9	-	-	-	18
Direcção Nacional do Turismo	P	-	-	-	3	4	1	-	8
	T	1	2	5	3	-	-	-	11
Inspecção Geral de Jogos	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	-	-	5	5	3	-	1	14
Inspecção Alimentar e Economica	P	-	-	-	1	2	-	-	3
	T	-	1	8	6	4	-	1	20
Atendemento ADIDO	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	-	-	-	-	2	-	-	2
Seguranca Alimentar	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	2	13	9	7	1	-	-	32
Total do Ministério do Turismo, Comercio e Industria	**P**	**-**	**4**	**6**	**9**	**16**	**6**	**1**	**42**
	T	**12**	**28**	**65**	**58**	**19**	**2**	**3**	**187**
	Total	**12**	**32**	**71**	**67**	**35**	**8**	**4**	**229**
Ministério da Agricultura e Pescas									
Direcção Nacional da Administração e Finanças	P	5	7	3	8	4	1	-	28
	T	12	2	2	4	1	-	-	21
Serviços de Agricultura Distrito Bobonaro	P	-	2	4	2	1	1	-	10
	T	5	11	61	2	2	-	-	81
Serviços de Agricultura Distrito Covalima	P	-	3	5	1	-	-	-	9
	T	-	7	37	4	2	1	-	51
Serviços de Agricultura Distrito Ermera	P	-	1	3	1	1	-	-	6
	T	1	2	43	3	2	1	-	52
Serviços de Agricultura Distrito Lautém	P	-	2	4	-	-	-	-	6

		L 1	L 2	L 3	L 4	L 5	L 6	L7	TOTAL
	T	17	9	33	3	2	1	-	65
Serviços de Agricultura Distrito Liquiçá	P	-	2	5	-	-	-	-	7
	T	1	4	28	2	2	1	-	38
Serviços de Agricultura Distrito Manatuto	P	-	2	4	-	-	-	-	6
	T	-	6	39	2	2	1	-	50
Serviços de Agricultura Distrito Manufahi	P	-	2	3	-	-	1	-	6
	T	2	4	40	10	2	-	-	58
Serviços de Agricultura Distrito Oecusse	P	-	1	5	-	2	-	-	8
	T	4	15	41	10	2	1	-	73
Serviços de Agricultura Distrito Viqueque	P	-	1	6	4	-	-	-	11
	T	-	16	36	3	2	1	-	58
Direcção Nacional de Floresta	P	-	6	4	7	5	3	-	25
	T	11	51	15	9	4	-	-	90
Direcção Nacional de Pesquisa e Serviços Especializados	P	-	-	-	6	7	1	-	14
	T	8	13	11	44	6	2	-	84
Direcção Nacional de Quarentena	P	-	-	6	3	1	1	-	11
	T	8	27	23	23	6	-	-	87
Direcção Nacional de Educação e Treinamento Agricola	P	-	-	-	65	-	1	-	66
	T	15	10	22	22	6	-	-	75
Direcção Nacional de Política e Planeamento	P	-	-	-	-	7	1	-	8
	T	1	5	7	14	2	-	-	29
Gabinete da Director Geral	P	-	-	-	-	-	-	1	1
	T	-	1	-	1	-	-	-	2
Direcção Nacional das Plantas Industriais e do Agro-Comercio	P	-	-	-	2	3	2	-	7
	T	1	9	9	12	2	-	-	33
Direcção Nacional de Agricultura e Horticultura	P	-	1	4	8	7	2	-	22
	T	2	82	46	3	3	-	-	136
Direcção Nacional de Pescas e Aqricultura	P	-	-	4	7	11	4	-	26
	T	7	8	17	45	9	3	-	89
Gabinete de Protocolo e Comunicação Social	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	-	1	1	2	1	1	-	6
Gabinete de Inspecção e Auditoria	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	-	-	1	1	1	1	-	4
Gabinete de Assessoria Juridico	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	-	-	1	1	1	2	-	5
Direcção Nacional Pecuaria	P	-	-	4	6	3	1	-	14
	T	1	6	6	13	5	1	-	32
Servicos de Agricultura Distrito Aielu	P	-	1	1	2	1	-	-	5
	T	-	3	34	2	2	1	-	42

		L 1	L 2	L 3	L 4	L 5	L 6	L7	TOTAL
Servicos de Agricultura Distrito Ainaro	P	-	1	4	1	-	-	-	6
	T	-	12	30	1	2	1	-	46
Servicos de Agricultura Distrito Baucau	P	-	2	4	4	3	1	-	14
	T	5	4	63	4	2	-	-	78
Direcção Nacional da Irigação e Gestão da Utilização da Agua	P	-	-	2	5	3	1	-	11
	T	-	11	5	11	2	-	-	29
Direcção Nacional Desenvolvimento Comunitaria Agricula	P	-	-	-	-	2	-	-	2
	T	7	18	17	10	5	1	-	58
Total do Ministério da Agricultura e Pescas	**P**	**5**	**34**	**75**	**132**	**61**	**21**	**1**	**329**
	T	**108**	**337**	**668**	**261**	**78**	**20**	**-**	**1,472**
	Total	**113**	**371**	**743**	**393**	**139**	**41**	**1**	**1,801**
Tribunais									
Conselho Superior de Magistratura Judicial	P	-	-	-	2	-	-	-	2
	T	-	-	1	-	-	-	-	1
Tribunal de Recurso	P	3	1	5	2	1	-	-	12
	T	-	2	1	-	-	-	5	8
Tribunais Distritais	P	12	25	11	4	-	-	-	52
	T	1	1	3	-	-	-	25	30
Total dos Tribunais	**P**	**15**	**26**	**16**	**8**	**1**	**-**	**-**	**66**
	T	**1**	**3**	**5**	**-**	**-**	**-**	**30**	**39**
	Total	**16**	**29**	**21**	**8**	**1**	**-**	**30**	**105**
Total dos Funcionarios	**P**	**539**	**970**	**6,445**	**3,489**	**733**	**333**	**36**	**12,545**
	T	**2,065**	**1,616**	**5,770**	**2,870**	**872**	**212**	**55**	**13,460**
	Total	**2,604**	**2,586**	**12,215**	**6,359**	**1,605**	**545**	**91**	**26,005**

Funcionários fora do regime da Função Pública

		L 1	L 2	L 3	L 4	L 5	L 6	L7	TOTAL
Ministerio da Defesa e Seguranca									
FALINTIL - Forças de Defesa de Timor-Leste	P	763	158	285	88	21	1	1	1,317
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
PNTL - Direcção Nacional de Administração	P	1	-	-	89	25	-	-	115
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
PNTL-Unidade de Intervenção Rápida	P	-	-	-	193	3	-	-	196
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
PNTL-Serviços de Migração	P	-	-	-	83	2	-	-	85
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
PNTL-Unidade de Patrulhamento da Fronteiras	P	-	30	-	213	3	-	-	246
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
PNTL-Unidade Marítima	P	-	-	-	37	2	-	-	39

		L 1	L 2	L 3	L 4	L 5	L 6	L7	TOTAL
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
PNTL-Comando Nacional de Operações	P	364	-	-	2,118	169	-	-	2,651
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
PNTL-Unidade de Reserva da Policia	P	-	-	-	79	2	-	-	81
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Academia de Polícia	P	1	-	-	66	20	-	-	87
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Ministerio da Defesa e Seguranca	P	1,129	188	285	2,966	247	1	1	4,817
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	1,129	188	285	2,966	247	1	1	4,817
Procuradoria-Geral da República									
Procuradoria-Geral da República e Distrital Dili	P	6	11	13	-	1	1	-	32
	T	15	14	14	17	21	22	4	107
Procuradoria Distrital Baucau	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Procuradoria Distrital Suai	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Procuradoria Distrital Oecusi	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Total da Procuradoria-Geral da Republica	P	6	11	13	-	1	1	-	32
	T	15	14	14	17	21	22	4	107
	Total	21	25	27	17	22	23	4	139
Provedoria de Direitos Humanos e Justiça									
Provedoria de Direitos Humanos e Justiça	P	-	-	1	5	2	3	1	12
	T	4	10	9	22	9	-	-	54
Total da Provedoria de Direitos Humanos e Justica	P	-	-	1	5	2	3	1	12
	T	4	10	9	22	9	-	-	54
	Total	4	10	10	27	11	3	1	66
Radio e Televisao de Timor-Leste									
Televissão de Timor-Leste	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	-	1	5	23	10	10	-	49
Direcção Nacional Administração e Financas	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	2	11	3	24	3	3	1	47
Radio de Timor-Leste	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	-	-	5	28	7	15	-	55
Total de Radio e Televisao de Timor-Leste	P	-	-	-	-	-	-	-	-

		L 1	L 2	L 3	L 4	L 5	L 6	L7	TOTAL
	T	2	12	13	75	20	28	1	151
	Total	2	12	13	75	20	28	1	151
Comissão Nacional Das Eleicoes									
Comissao Nacional das Eleicoes	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	3	17	6	16	16	3	-	61
Total da Comissao Nacional das Eleicoes	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	3	17	6	16	16	3	-	61
	Total	3	17	6	16	16	3	-	61
Comissão Anti Coroupção									
Comissão Anti Corupção	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	1	2	3	15	7	6	4	38
Total da Comissão Anti Coroupção	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	1	2	3	15	7	6	4	38
	Total	1	2	3	15	7	6	4	38
Total	P	1,135	199	299	2,971	250	5	2	4,861
	T	25	55	45	145	73	59	9	411
	Total	1,160	254	344	3,116	323	64	11	5,272

Funcionários da Agências Autónomas

		L 1	L 2	L 3	L 4	L 5	L 6	L 7	TOTAL
Ministério das Infra-estruturas									
Administração de Aeroportos e Navegação Aérea de Timor Leste	P	10	29	32	7	5	1	-	84
	T	11	17	6	9	5	-	-	48
APORTIL Agencia Auto Financiada	P	4	24	7	8	1	-	-	44
	T	5	7	5	2	1	-	-	20
Instituto Publico de Gestão de Equipamentos	P	1	-	4	3	4	1	-	13
	T	22	85	27	20	6	-	-	160
Electricidade de Timor-Leste (EDTL)	P	13	60	120	52	8	4	1	258
	T	26	74	31	13	8	-	-	152
Total Ministério das Infra-estruturas	**P**	**28**	**113**	**163**	**70**	**18**	**6**	**1**	**399**
	T	**64**	**183**	**69**	**44**	**20**	**-**	**-**	**380**
	Total	**92**	**296**	**232**	**114**	**38**	**6**	**1**	**779**

Nomeações Políticas

	L 1	L 2	L 3	L 4	L 5	L 6	L7	TOTAL
Gab do Presidente da República	-	-	-	-	-	-	-	-
Gab do Presidente do Parlamento Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-
Gab do Primeiro Ministro	-	1	-	1	2	2	1	7
Gab do Vice - Primeiro Ministro	-	1	-	1	2	2	1	7
Gab do Secretario Estado do Conselho de Ministro	-	1	1	1	-	2	1	6
Gab do Secretario Estado da Juventude e do Desporto	-	1	1	1	-	2	1	6
Gab do Secretario de Estado dos Recursos Minerais	-	1	1	1	-	2	1	6
Gab do Secretario de Estado para a politica Energética	-	1	1	1	-	2	1	6
Gab do Secretario de Estado da Formação e Emprego	-	1	1	1	-	2	1	6
Gab do Secretario de Estado para a Promoção da Igualdade	-	1	1	1	-	2	1	6
Gab do Secretario de Estado para Assuntos Parlamentar	-	1	-	1	-	2	1	5
Gab do Ministro da Defesa e Segurança	-	-	-	-	-	-	-	-
Gab do Secretario de Estado da Defesa	-	1	-	1	-	2	1	5
Gab do Secretario de Estado da Segurança	-	1	1	1	-	2	1	6
Gab do Ministro dos Negócios Estrangeiros	-	1	-	1	2	2	1	7
Gab do Secretario de Estado para a Cooperação Internacional	-	1	-	1	-	2	1	5
Gab do Sec. de Estado da Migração e Comunidades no Estrangeiro	-	1	-	1	-	2	1	5
Gab da Ministra das Finanças	-	1	-	1	1	3	1	7
Gab Vice-Ministro das Finanças	-	1	1	1	-	2	1	6
Gab Ministra da Justiça	-	1	-	1	1	3	1	7
Gab do Ministro da Saúde	-	1	-	1	1	3	1	7
Gab da Vice-Ministra da Saúde	-	1	1	1	-	2	1	6
Gab do Ministro da Educação	-	1	-	1	1	3	1	7
Gab do Vice-Ministro da Educação	-	1	1	1	-	2	1	6
Gab do Secretario de Estado da Cultura	-	1	-	1	1	1	1	5
Gab do Ministro da Estatal	-	1	-	1	1	3	1	7

	L 1	L 2	L 3	L 4	L 5	L 6	L7	TOTAL
Gab do Secretario de Estado da Reforma Administrativa	-	1	-	1	-	2	1	5
Gab do Secretario de Estado da Região Especial de Oecusse	-	1	4	4	-	2	1	12
Gab do Ministro da Economia e Desenvolvimento	-	1	-	1	1	3	1	7
Gab do Vice-Ministro da Economia e Desenvolvimento	-	1	1	1	-	2	1	6
Gab do Secretario de Estado do Meio Ambiente	-	1	-	1	-	2	1	5
Gab. do Sec. de Estado do Desenvol. Rural e Cooperativas	-	1	-	1	-	2	1	5
Gab da Ministra da Solidariedade Social	-	1	-	1	1	3	1	7
Gab. do Sec. de Estado para o Assuntos dos Antigos C e LN	-	1	-	1	-	2	1	5
Gab. do Sec. de Estado da Assistência Social e Desastre Naturais	-	1	-	1	-	2	1	5
Gab. do Secret. de Estado da Segurança Social	-	1	-	1	-	2	1	5
Gab do Ministro das Infra-Estrutura	-	1	-	1	1	3	1	7
Gab. do Secret. de Estado dos Transportes e Comunicações	-	1	-	1	-	2	1	5
Gab. do Sec. de Estado para a Elect.,Agua e Saneamento e Urbana	-	1	-	1	-	2	1	5
Gab. do Secret. de Estado das Obras Publicas	-	1	-	1	-	2	1	5
Gab do Ministro do Turismo, Comercio e Industria	-	1	-	1	1	3	1	7
Gab do Secretario do Estado para o Turismo	-	1	-	1	-	2	1	5
Gab do Ministro da Agricultura e Pescas	-	1	-	1	1	3	1	7
Gab Secretario do Estado da Agricultura e Arboricultura	-	1	-	1	-	2	1	5
Gab Secretario do Estado das Pescas	-	1	-	1	-	2	1	5
Gab Secretario do Estado da Pecuária	-	1	-	1	-	2	1	5
Total das nomeações políticas	**-**	**43**	**15**	**46**	**17**	**95**	**43**	**259**

Anexo 6 – Tabelas Salariais

Quadro 1

Remuneração dos Titulares, Deputados do Parlamento Nacional e Membros do Governo (Mensal $)

	Salário	Abono de Representação	Total Mensal
Presidente da República	2,500	2,500	5,000
Presidente do Parlamento Nacional	2,375	2,375	4,750
Primeiro-Ministro	2,250	2,250	4,500
Vice Presidente do Parlamento Nacional	2,125	1,700	3,825
Vice Primeiro Ministro	2,125	1,700	3,825
Ministro	2,000	1,400	3,400
Secretário do Parlamento	2,000	1,400	3,400
Chefe de Comissão	2,000	1,400	3,400
Chefe de Bancada	2,000	1,400	3,400
Vice Ministro	1,625	975	2,600
Vice Secretário do Parlamento	1,625	975	2,600
Vice Chefe de Comissão	1,625	975	2,600
Secretário de Comissão	1,625	975	2,600
Secretário de Estado	1,500	750	2,250
Deputados	1,500	750	2,250

Quadro 2

Remuneração da Função Pública (Mensal $)

Categoria	Nível	Escalões Salariais 1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Técnico Sénior	A	510	527	544	561	578	595	612	629	646	663
	B	374	387	400	412	425	438	451	463	476	489
Técnico Profissional	C	298	310	323	336	349	361	374			
	D	221	230	238	247	255	264	272			
Técnico Administrativo	E	166	174	183	191	200	208	217			
Técnico Assistente	F	136	140	145	149	153	157	162			
	G	115	119	123	128	132	136	140			

Quadro 3

Remuneração da Executivo Sénior da Função Pública (Mensal $)

	Posto	**Salário Mínimo**	**Salário Máximo**
Executivo Sénior	Director-geral	765	850
	Directora Nacional	640	725
	Director Distrito	520	600
Chefes de Departamento	Chefe de Departamento	425	510
	Chefe de Secção	350	400

Quadro 4

Remuneração da PNTL (Mensal $)

Posto	Base	Transporte	Alimentação	Total
Agente Recruta	85.00			85.00
Agente	170.00	15.00	19.50	204.50
1º Agente	187.00	15.00	19.50	221.50
Agente Chefe	206.00	15.00	19.50	240.50
2º Sargento	238.00	15.00	19.50	272.50
1º Sargento	260.00	15.00	19.50	294.50
Sargento Chefe	297.00	15.00	19.50	331.50
Ast. Inspector	339.00	15.00	19.50	373.50
Inspector	367.00	15.00	19.50	401.50
Inspector Chefe	413.00	15.00	19.50	447.50
Ast. Superintendente	465.00	15.00	19.50	499.50
Superintendente	516.00	15.00	19.50	550.50
Superintendente Chefe	572.00	15.00	19.50	606.50
Ast. Comissário	634.00	15.00	19.50	668.50

Quadro 5

Abonos para Postos com Responsabilidade na PNTL (Mensal $)

Comandante Geral PNTL	136
Adjunto Comandante Geral Operações da PNTL	136
Adjunto Comandante Geral Administração da PNTL	136
Chefe da Operações	108
Director Departamento	108
Adjunto Chefe de Operações	89
Adjunto Director Departamento	89
Comandante Unidade	89
Comandante Distrito	89
Adjunto Comandante Unidade	76
Adjunto Comandante Distrito	76
Comandante Estagio	76
Chefe Secção Nacional	27
Chefe Unidade Administração	27
Chefe Administração Distrito	27
Comandante Posto	27

Quadro 6

Remuneração da F-FDTL (Mensal $)

		Abono de Serviço Militar	Escalões de Serviço						
			1	2	3	4	5	6	7
Oficiais Superiores	Coronel	35	572	592	613	634			
	Tenente-coronel	35	516	534	553	572	592		
	Major	35	465	481	498	516	534		
Capitães	Capitão	35	413	430	447	465	483	502	523
Oficiais Subalternos	Tenente	35	367	382	397	413	429	447	464
	Alferes	35	339	353	367				
Sargentos	Sargento-mor	35	315	330	345	361	377		
	Sargento-chefe	35	297	310	324	339	354	370	
	Sargento-ajudante	35	273	286	301	316	332		
	Primeiro-sargento	35	260	272	284	297	310	324	339
	Segundo-sargento	35	238	249	260				
	Furriel	35	210	220	231	242	254	267	
	Cabo	35	187	196	206	216			
	Soldado	35	170	179	187	196			
	Recruta	35	85						

Quadro 7

Suplemento Mensal para Profissionais no Sector de Saúde

Médicos Especialistas	$400
Médicos e Dentistas	$100
Saúde Ocupacional	$60
Assistentes	$25

Quadro 8

Subsídios aos profissionais da Justiça e da Universidade Nacional Timor Lorosae (Mensal $)

PROFESSIONAL CAREER	PAY SUPPLEMENT	LEADERSHIP ALLOWANCE
Juizes	180.5	
Procuradores	133	
Defensoria	133	
Reitor	0	300
Vice Reitor	0	200
Decano	0	150
Vice Decano	0	125
Chefe Departamento UNTL	0	100
Ph.D (Docente)	207.5	
Mestrado (Docente)	133	
Licenciaturas	50	
Baixarelato	25	

Anexo 7 – Lei do Orçamento

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE

PARLAMENTO NACIONAL

Decreto do Parlamento Nacional n.º20/II

Aprova o Orçamento Geral do Estado da
República Democrática de Timor-Leste para 2009

O Orçamento Geral do Estado para 2009, engloba todas as receitas e despesas do Estado de Timor-Leste.

O Anexo I à Lei do Orçamento Geral do Estado para 2009, doravante designado OGE, estabelece o total estimado das receitas do OGE de Janeiro a Dezembro de 2009 derivadas de todas as fontes: petrolíferas, não petrolíferas, verbas dos parceiros de desenvolvimento e outras receitas não fiscais. O total estimado de receitas de todas estas fontes é de 1,344.1 milhões de dólares norte-americanos.

O Anexo II à Lei do Orçamento estabelece as dotações orçamentais para cada Órgão do Estado sistematizadas da seguinte forma:

1. 93.822 milhões de dólares norte-americanos para Salários e Vencimentos;
2. 247.262 milhões de dólares norte-americanos para Bens e Serviços;
3. 38.053 milhões de dólares norte-americanos para Capital Menor;
4. 205.371 milhões de dólares norte-americanos para Capital de Desenvolvimento;
5. 96.365 milhões de dólares norte-americanos para Pagamentos de Transferências Públicas.

O total das dotações orçamentais é assim de 680.873 milhões de dólares norte-americanos.

Excluindo os órgãos autónomos, o total das dotações orçamentais para o OGE é de 661.127 milhões de dólares norte-americanos.

A Conta do Tesouro do Estado inclui todas as receitas e despesas a partir dos Órgãos Autónomos auto-financiados, nomeadamente a Electricidade de Timor-Leste (EDTL), a Administração de Aeroportos e Navegação Aérea de Timor-Leste (ANATL), a Autoridade Portuária de Timor-Leste (APORTIL) e o Instituto de Gestão de Equipamentos (IGE). As receitas dessas categorias estão incluídas sob a rubrica Receitas Próprias dos Órgãos Autónomos no Anexo I, estando o orçamento de despesas propostas inscritas no Anexo III.

O total das estimativas das despesas para os Órgãos Autónomos auto-financiados em 2009, é de 19.746 milhões de dólares norte-americanos, incluindo um valor adicional de 12.824 milhões de dólares norte-americanos transferido a partir do Governo central, a fim de subsidiar despesas que sejam superiores às receitas previstas.

O total estimado de despesas do OGE é de 680.873 milhões de dólares norte-americanos, estando as receitas não petrolíferas estimadas em 84.3 milhões de dólares norte-americanos, não incluindo as receitas das agências autónomas. O défice fiscal é de 589.828 milhões de dólares norte-americanos.

O OGE foi elaborado para o processo de reconstrução da Nação ao nível social e das infra-estruturas.

O Parlamento decreta, nos termos da alínea d) do n.º3 do artigo 95.º e do n.º1 do artigo 145.º da Constituição da República, para valer como lei, o seguinte:

Capítulo I

Definições e aprovação

Artigo 1.º

Definições

Para os efeitos da presente lei, entende-se por:

a) **"Aviso de Autorização de Despesa" -** O aviso emitido pelo Tesouro a um determinado Órgão informando-o de que está autorizado a realizar despesas até ao valor indicado no mesmo;

b) **"Categoria de Despesa" -** O agrupamento das despesas sob as cinco categorias seguintes: Salários e Vencimentos; Bens e Serviços, Capital Menor, Capital de Desenvolvimento e Transferências Públicas, em que:

   i) **"Salários e Vencimentos"** - O montante global que um Órgão pode gastar com Salários e Vencimentos para os titulares dos cargos políticos e os funcionários permanentes, temporários e em tempo parcial;

   ii) **"Bens e Serviços"** - O montante global que um Órgão pode gastar na aquisição de Bens e Serviços;

   iii) **"Capital Menor" -** O montante global que um Órgão pode gastar na aquisição de bens de Capital Menor;

   iv) **"Capital de Desenvolvimento"** - O montante global que um Órgão pode gastar em projectos de capital de desenvolvimento.

   v) **"Transferências Públicas"** - O montante global que um Órgão pode gastar em subvenções públicas e pagamentos consignados;

c) **"Despesas Compensadas pelas Receitas"** - Despesas suportadas pelas *receitas próprias* cobradas pelos Órgãos Autónomos, desde que o montante não exceda o valor total das receitas que deram entrada nas contas relevantes do Tesouro;

d) **"Dotação Orçamental" –** Montante máximo inscrito no OGE a favor de um Órgão com vista à realização de determinada despesa;

e) **"Lei do Orçamento Geral do Estado" -** A lei onde estão previstas as receitas e são estabelecidas as despesas projectadas do Estado e dos Órgãos da Administração Pública para o respectivo ano financeiro, elaborada pelo Governo e aprovada pelo Parlamento Nacional;

f) **"Orçamento Geral do Estado para 2009" -** O instrumento de gestão financeira do Estado que consiste na previsão, devidamente autorizada, do cálculo antecipado das importâncias, monetariamente expressas que, no período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro, atingirão certas receitas e certas despesas, entre si relacionadas;

g) **"Órgão / Órgãos" -** O termo genérico adoptado no Orçamento para indicar o Gabinete do Presidente da República, o Parlamento Nacional, o Governo (Gabinete do Primeiro-Ministro, Presidência do Conselho de Ministros, Ministérios, Secretarias de Estado e Agências), os Tribunais, a Procuradoria da República bem como todos os Departamentos e Serviços do Estado, centrais ou locais, sujeitos à disciplina orçamental;

h) **"Órgão Autónomo" -** O Órgão que opera como entidade dotada por lei de autonomia administrativa, patrimonial e ou financeira, constante do Anexo I do Regulamento da UNTAET n.º 2001/13, nomeadamente a EDTL, a APORTIL, a ANATL e o IGE, entre outros criados por lei;

i) **"Programa"** - Uma realização importante das actividades de um Órgão relativa à prestação de serviços a um objectivo ou um resultado ou um grupo específico, incluindo todas as actividades de um Órgão, caso estas constituam um único conjunto;

j) **"Projecto" -** Representa um conjunto de operações, limitadas no tempo, que descreva de onde deriva um produto que alarga ou que melhora as operações do Governo;

k) **"Receitas Próprias dos Órgãos Autónomos"** - O quantitativo cobrado pelos *Órgãos Autónomos* a partir da alienação onerosa de bens e da prestação de serviços;

l) **"Reserva de Contingência"** - O montante global estabelecido pelo Governo no OGE para fazer face a despesas urgentes, inevitáveis e imprevisíveis que possam surgir durante o ano financeiro;

m) **"Rubricas de Despesa"** – As Rubricas de despesa individuais dentro de cada *Categoria de Despesa*, com base na estrutura de código de contas de despesa mantida pelo Tesouro;

n) **"Transferências de verbas" –** As alterações orçamentais previstas e estatuídas no artigo 7.º da presente lei.

Artigo 2.º

Aprovação

A presente Lei aprova o Orçamento Geral do Estado para o período compreendido entre 1 de Janeiro de 2009 e 31 de Dezembro de 2009, bem como:

a) Total de receitas por agrupamentos, incluindo as receitas próprias dos Órgãos Autónomos, constantes do Anexo I ao presente diploma, dele fazendo parte integrante;

b) Total de despesas por agrupamentos, incluindo as verbas a serem transferidas do OGE para os Órgãos Autónomos, em 2009, constantes do Anexo II ao presente diploma, dele fazendo parte integrante;

c) Total de despesas dos Órgãos Autónomos a serem financiadas a partir das suas receitas próprias e do subsídio do OGE, constantes do Anexo III ao presente diploma, dele fazendo parte integrante.

CAPÍTULO II

Receitas

Artigo 3.º

Receitas

Em 2009, o Governo está autorizado a cobrar impostos bem como outras imposições tributárias estabelecidas na lei.

CAPÍTULO III

Autorização para transferência do Fundo Petrolífero

Artigo 4.º

Limite autorizado para crédito do OGE

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 7.º da Lei n.º 9/2005, de 3 de Agosto, o montante das transferências do Fundo Petrolífero para 2009 não excede 589.0 milhões de dólares norte-americanos e só se efectua após cumprimento do disposto nos artigos 8.º e 9.º da supracitada lei.

CAPÍTULO IV

Execução Orçamental

Artigo 5.º

Pagamento de impostos sobre importações do Governo

O Tesouro fica autorizado a estabelecer e a implementar um mecanismo de contabilidade para o registo e controlo das receitas e despesas, correspondente ao pagamento de impostos sobre importações efectuadas pelos Órgãos ou em seu nome.

Artigo 6.º

Afectações orçamentais

Em 2009 os Órgãos indicados no Anexo II ao presente diploma são financiados a partir do OGE, com verbas que lhes permitam dar resposta às despesas relativas às Categorias de Despesa.

Artigo 7.º

Transferências de verbas

1. A Ministra das Finanças pode a todo o tempo, revogar ou alterar os Avisos de Autorização de Despesa dentro das Categorias de Despesa, quando a acção for considerada desejável nos interesses da gestão financeira prudente, ou quando for apropriado garantir a continuação das despesas, em prol do interesse público.

2. Os Ministros, os Secretários de Estado dependentes do Primeiro-Ministro, bem como outros órgãos, podem a todo o tempo, autorizar a transferência, dentro da sua área de intervenção, de verbas dentro das Categorias de Despesa e entre a Categoria de Despesa de Bens e Serviços e Capital Menor, bem como entre programas, após validação do Ministério das Finanças, desde que não exceda 50,000 (cinquenta mil dólares norte-americanos).

3. Carecem de autorização da Ministra das Finanças as transferências de verbas de valor superior a $50,000 (cinquenta mil dólares norte-americanos).

4. A Ministra das Finanças pode autorizar as transferências de verbas dentro e entre Categorias de Despesa, nos seguintes termos:

    a) As transferências de verbas que não excedam $250,000 (duzentos e cinquenta mil dólares norte-americanos);

    b) Se o montante for superior a $250,000 (duzentos e cinquenta mil dólares norte-americanos), a autorização só pode ser concedida pelo Primeiro-Ministro, com parecer favorável da Ministra das Finanças.

5. Não podem ser feitas quaisquer transferências de verbas, independentemente do seu valor, a partir das Categorias de Salários e Vencimentos, Capital de Desenvolvimento ou Pagamentos de Transferências Públicas para qualquer outra Categoria de Despesa.

6. Não podem ser feitas quaisquer transferências de verbas independentemente do seu valor, entre diferentes Órgãos.

Artigo 8.º

Fundos

De modo a dar resposta às necessidades financeiras do OGE e de acordo com os critérios claros e precisos que foram estabelecidos relativamente às despesas públicas, o Governo inscreve no Orçamento do Ministério das Finanças, os seguintes fundos cuja gestão fica a cargo deste Ministério:

a) Fundo de Contrapartidas;

b) Auditoria Externa;

c) Financiamento Retroactivo;

d) Reserva de Contingência;

e) Fundo para Viagens ao Estrangeiro;

f) Quotas de Membro de Organizações Internacionais;

g) Provisão para Pagamentos de Impostos e Taxas em nome do Governo;

h) Provisão para financiar as actividades da EDTL;

i) Provisão para impostos do Fundo Fiduciário de Timor-Leste;

j) Pagamento de pensões aos ex-titulares e ex-membros dos Órgãos de Soberania;

k) Fundo para renovação de frota de veículos e equipamentos de informática do Governo;

l) Construção de Postos Integrados na Fronteira.

Artigo 9.º

Reserva de Contingência

Compete ao Primeiro-Ministro, sob parecer favorável da Ministra das Finanças, decidir em relação à transferência de recursos a partir da Reserva de Contingência para os diferentes Órgãos.

Artigo 10.º

Transferências Públicas

1. As transferências públicas constituem uma categoria de despesa e revestem duas formas:
   a) Subvenções públicas, que são financiamentos feitos a entidades públicas e não públicas;
   b) Pagamentos previstos no Estatuto dos Antigos Combatentes da Libertação Nacional, Estatuto dos Titulares dos Órgãos de Soberania e Regime Jurídico sobre Subsídio de Apoio a Idosos e Inválidos.
2. As transferências públicas obedecem ao princípio da orçamentação estrita, não podendo ser alterados os respectivos montantes.

Artigo 11.º

Dotações orçamentais não utilizadas até ao final do ano de 2009

Todas as dotações orçamentais que não sejam utilizadas até dia 31 de Dezembro de 2009 caducam.

Capítulo V

Órgãos Autónomos

Artigo 12.º

Receitas Próprias

1. As previsões das receitas a serem cobradas pelos Órgãos Autónomos constam do Anexo I.
2. As despesas resultantes das transferências a partir do OGE para as instituições autónomas, bem como a previsão das respectivas despesas, constam do Anexo II.
3. Os orçamentos por Categoria de Despesa relativos aos Órgãos Autónomos que são financiados por receitas próprias constam do Anexo III.
4. Os Avisos de Autorização de Despesa a favor dos Órgãos Autónomos a partir das receitas próprias só podem ser autorizados após recepção por parte do Estado das respectivas receitas, sendo as referidas autorizações obrigatoriamente de valor igual ou inferior.

Artigo 13.º

Financiamento

O financiamento de Capital de Desenvolvimento dos Órgãos Autónomos constitui investimento público.

Capítulo VI

Disposições Finais

Artigo 14.º

Financiamento através de doadores independentes

1. Cada Órgão só pode estabelecer acordos com doadores independentes para o fornecimento de recursos adicionais ou complementares ao financiamento contido nas afectações orçamentais na presente lei, mediante parecer prévio obrigatório da Ministra das Finanças.
2. A gestão deste financiamento deve ser feita de acordo com os requisitos dos doadores e de acordo com as directivas emitidas pelo Ministério das Finanças.

Artigo 15.º

Relatórios

1. O Governo apresenta ao Parlamento um relatório trimestral pormenorizado da execução das transferências das subvenções públicas, que inclui, designadamente, a identificação dos projectos, respectivos montantes, destinatários e ainda uma avaliação dos resultados obtidos.

2. O Governo apresenta ao Parlamento um relatório trimestral da execução orçamental.

Artigo 16.º

Direito subsidiário

No que não estiver regulado pela presente lei, aplicam-se as disposições contidas no Regulamento n.º 2001/13 da UNTAET, sobre Gestão Financeira e Orçamental.

Artigo 17.º

Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor no dia imediatamente a seguir ao da sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2009.

Aprovado em 30 de Janeiro de 2009.

O Presidente do Parlamento Nacional,

Fernando La Sama de Araújo

Promulgada em

Publique-se,

O Presidente da República,

Dr. José Ramos Horta

Anexo 1

Estimativa das Receitas a Serem Cobradas em Orçamento Geral do Estado da República Democrática de Timor-Leste para 2009 [5]

(US$ milhões)

1.	**Total das Receitas**	**1,344.1**
1.1.	**Receitas Petrolíferas**	**1,253.1**
1.1.1.	Impostos sobre lucros petrolíferos	635.4
1.1.2.	Direitos do Mar de Timor	106.0
1.1.3.	Impostos sobre Rendimento	178.8
1.1.4.	Impostos sobre Lucros Adicionais	217.8
1.1.5.	OutrosImpostos e Taxas Petrolíferas	25.0
1.1.6	Juros do Fundo Petrolífero	90.1
1.2.	**Receitas Não Petrolíferas**	**84.3**
1.2.1.	Impostos Directos	11.1
1.2.2.	Impostos Indirectos	38.2
1.2.3.	Outras Receitas e Taxas	31.5
1.2.4.	Juros da Conta do Tesouro	3.5
1.3	**Doações**	0.0
1.4	**Receitas Próprias dos Órgãos Autónomos**	6.9

[5] Os valores não são arredondados, e por isso, a soma pode não reflectir exactamente os totais apresentados.

Anexo 8 – Subsídios das Agências Autónomas

	Despesas	Receitas Próprias	Subsídio do Governo
Electricidade de Timor-Leste			
Salários e Vencimentos	854		
Bens e Serviços	2,985		
Capital Menor	1,651		
Capital e Desenvolvimento	5,509		
Total	**10,999**	**5,241**	**5,758**
ANATL			
Salários e Vencimentos	355		
Bens e Serviços	427		
Capital Menor	230		
Capital e Desenvolvimento	60		
Total	**1,072**	**679**	**393**
APORTIL (Incluíndo Berlim-Nakrona)			
Salários e Vencimentos	156		
Bens e Serviços	1,980		
Capital Menor	137		
Capital e Desenvolvimento	3,660		
Total	**5,933**	**942**	**4,991**
IGE			
Salários e Vencimentos	344		
Bens e Serviços	1,350		
Capital Menor	48		
Capital e Desenvolvimento	0		
Total	**1,742**	**60**	**1,682**
Total das Agências Auto Financiadas	**19,746**	**6,922**	**12,824**

Anexo 9 – Carta ao Parlamento Sobre a Decisão para Exceder o Rendimento Sustentável

Transferência de Fundos a partir do Fundo Petrolífero

O Orçamento do Governo para 2009 propõe um montante de financiamento a partir do Fundo Petrolífero superior aos Rendimentos Sustentáveis Estimados. Este financiamento adicional é necessário para responder a desafios de desenvolvimento existentes e emergentes que se deparam ao Estado. Assim sendo, e de acordo com o Artigo 9.º da Lei do Fundo Petrolífero, a presente carta justifica as razões pelas quais estes fundos adicionais são necessários para o interesse a longo prazo de Timor-Leste e dos seus cidadãos, apresentando igualmente um relatório detalhado sobre o impacto da transferência acrescida nos cálculos dos RSE em anos futuros (Anexo A).

O Governo aceita que é importante garantir que o valor económico dos activos minerais e petrolíferos da nação seja usado em benefício das gerações actuais e futuras. O Governo reconhece a necessidade de manter a gestão do Fundo Petrolífero responsável e prudente, de forma a garantir que as gerações futuras possam também beneficiar dos recursos não renováveis da nação. Ao mesmo tempo, é evidente que há um nível mínimo de investimento necessário com urgência para aliviar a pobreza e criar oportunidades económicas. Grande parte deste investimento diz respeito a capital humano e infra-estruturas físicas.

Tal como o Governo demonstrou em 2008, é possível concretizar tanto a necessidade de investir agora como a necessidade de pôr de lado receitas provenientes de recursos não renováveis para o futuro. Apesar de ter gasto relativamente muito em 2008, os activos do Fundo Petrolífero passaram de cerca de 2 mil milhões de dólares em Dezembro de 2007 para aproximadamente 4 mil milhões de dólares em Dezembro de 2008.

As nossas metas fundamentais continuam as mesmas, nomeadamente:

Pôr de lado receitas suficientes e investi-las de forma sensata, de modo a garantir que as necessidades orçamentais recorrentes do país podem ser satisfeitas eternamente.

Gastar parte destas receitas, mas de uma forma disciplinada e responsável que sirva o interesse nacional, em investimentos tais como infra-estruturas, saúde, desenvolvimento rural, educação e formação. Estes investimentos abrangem infra-estruturas sociais, físicas e económicas que terão retornos económicos em anos futuros.

Grande parte das infra-estruturas da nação foi gravemente danificada em 1999. Nos anos seguintes, os recursos limitados dos parceiros de desenvolvimento e dos Governos anteriores foram usados basicamente para manter serviços essenciais do Governo. O desenvolvimento de infra-estruturas nacionais vitais foi deixado ao sector privado. Todavia, a instabilidade que se seguiu significou que a nação nunca recebeu esse investimento e que as nossas infra-estruturas se continuaram a deteriorar, sendo actualmente um obstáculo significativo ao crescimento económico e à redução da pobreza.

Para lá destes problemas inerentes deparamo-nos igualmente com novas ameaças globais externas que estão também a prejudicar o desenvolvimento nacional. A recessão económica global que afecta actualmente boa parte do mundo significa que não podemos depender do investimento externo para desenvolver a nossa nação. À semelhança de muitos países, teremos de iniciar uma expansão fiscal, o que significa usar fundos do Governo para realizar os investimentos necessários no nosso país.

Não podemos permitir que a nossa economia se contraia, tal como aconteceu com as economias de vizinhos nossos. Caso contrário arriscamo-nos a assistir à recorrência da instabilidade que se deu em 2002, após a partida da UNTAET, bem como em 2006. Precisamos aumentar o investimento no capital social e físico agora. Precisamos

desenvolver rapidamente as nossas instituições e infra-estruturas fundamentais, e para tal iremos precisar de investimento imediato. Não podemos repetir os erros do passado, ao não reagirmos à vasta gama de necessidades sociais, institucionais e económicas do nosso povo. Precisamos investir as receitas dos recursos que pertencem ao povo para benefício da nação. Precisamos fazer isto já, para que possamos continuar o progresso de construção nacional que iniciámos de forma intermitente após a independência.

Precisamos criar as bases para o Timor-Leste descrito na Visão 2020, um país onde todos os cidadãos participem numa economia moderna, em expansão e equitativa, confiantes da sua segurança e do seu futuro. Para concretizarmos a Visão 2020 teremos de investir nos nossos sectores agrícolas e rurais, desenvolver a base de recursos humanos do nosso país, identificar e remover engarrafamentos que limitem o crescimento, e estabelecer sistemas de funcionamento que encorajem a participação do sector privado.

Com a nossa população a crescer rapidamente, a economia de Timor-Leste precisa crescer e crescer de forma rápida, a fim de poder aumentar os rendimentos das pessoas. O Governo estabeleceu como meta uma taxa de crescimento de 8% ou superior para o país ao longo dos próximos 5 anos. O crescimento provém de investimentos e aumentos na produtividade, sendo que hoje o investimento depende muito dos gastos do sector público, financiados a partir das receitas dos recursos naturais. Somente cerca de um quinto do nosso investimento global provém de fontes não governamentais. Isto precisa mudar. Precisamos preparar-nos para um momento em que Timor-Leste já não possa depender de grandes fluxos de receitas a partir do petróleo e do gás natural. Só é possível conseguirmos melhorias sustentáveis no bem-estar do nosso povo se tivermos uma economia cujo crescimento se dê especialmente em sectores que não os recursos naturais e que não seja impulsionada pelos gastos do sector público.

À medida que o Governo trabalha com o intuito de satisfazer as necessidades imediatas dos nossos cidadãos, precisamos continuar e acelerar os nossos esforços para construir as bases que irão permitir o crescimento futuro do país. Precisamos sobretudo estabelecer os pré-requisitos para o crescimento do sector privado não petrolífero. Para lá de um ambiente macroeconómico estável, os elementos básicos deste crescimento são uma força laboral produtiva, infra-estruturas efectivas e um bom ambiente empresarial, incluindo um sector de serviços financeiros funcional e um ambiente regulador efectivo. Dado que grande parte da nossa população é rural, precisamos prestar especial atenção ao desenvolvimento do nosso sector agrícola.

País algum pode ser competitivo em termos internacionais sem as infra-estruturas necessárias para produzir e ter um bom desempenho. As infra-estruturas de Timor-Leste estão entre as mais pobres do mundo. As necessidades do país incluem telecomunicações, electricidade, aeroportos, portos e estradas. A questão não é que infra-estruturas devemos consertar, mas sim que infra-estruturas devemos consertar primeiro.

Em termos de necessidades de infra-estruturas em grande escala, a qualidade e dimensão do nosso sistema de transportes aéreos e dos nossos portos permanecem bem abaixo do necessário para encorajar investidores e turistas a virem para Timor-Leste, assim como para permitir a empresas importar os fornecimentos e equipamentos de que necessitam e exportar os seus produtos. A nossa rede de telecomunicações é fraca e subdesenvolvida.

O estabelecimento de prioridades relativamente a necessidades de infra-estruturas requer a identificação dos condicionalismos mais graves que possam ser removidos mais prontamente. Timor-Leste é uma economia pequena, distante dos principais mercados. Embora não possamos alterar a nossa geografia, podemos mudar a nossa “distância económica” para fornecedores e mercados. Para tal precisamos melhorar as nossas instalações de telecomunicações e transportes, e fazê-lo rapidamente.

Contudo, todas as infra-estruturas planeadas estão dependentes da existência de um fornecimento de energia eléctrica em quantidades muito superiores às que conseguimos actualmente gerar. A falta de acesso a uma fonte fiável de electricidade não só causa muitos transtornos ao nosso povo, como também está a abrandar o crescimento

potencial da nossa economia. É por isto que faz sentido investir agora na geração de electricidade, de modo a garantir que as pessoas conseguem aceder a esta electricidade e melhorar a qualidade das suas vidas – ao mesmo tempo que abrimos o caminho a maiores investimentos.

O investimento na geração de electricidade tem de ser prioritário, uma vez que o acesso fiável a electricidade é um pré-requisito para todos os outros investimentos essenciais mencionados anteriormente.

É por isto que o Governo pretende gastar $87 milhões do orçamento para 2009 na central eléctrica, bem como comprometer outros $26 milhões para novas dotações relativamente a requisitos de infra-estruturas vitais, conforme identificados no plano nacional de capital.

Todavia o investimento não acontece apenas em estradas e pontes, abrange também as pessoas. No último ano assumimos um compromisso com o nosso povo em como cada pessoa teria acesso a arroz, a um preço que pudesse pagar. Comprometemo-nos igualmente a resolver a questão dos deslocados internos. Temos tido sucesso em ambos os campos, e pretendemos concluir estes programas em 2009 usando o orçamento para 2009. ($45 milhões e $31 milhões, respectivamente).

São estes investimentos essenciais que obrigaram o Governo a exceder o montante dos RSE, tal como determinado pelo Artigo 9.º da Lei do Fundo Petrolífero. Demonstrámos porém que estes levantamentos constituem investimentos no futuro a longo prazo de toda a nossa população. Assim sendo mantemos, reconhecemos e acatamos na totalidade os princípios fundamentais do investimento no futuro a longo prazo de todo o nosso povo. Entendemos também que para concretizarmos isto precisaremos investir fortemente a médio prazo nas nossas infra-estruturas base, e que para tal iremos precisar fazer um investimento na nossa nação superior ao nível dos RSE. Contudo, e conforme demonstrámos, isto de forma alguma nos desvia do princípio fundamental de usar a riqueza mineral da nossa nação para investir no futuro a longo prazo de todos os nossos cidadãos, tanto das gerações actuais como das gerações futuras.

Isto irá requerer que os níveis de despesa em 2009 e no futuro excedam os Rendimentos Sustentáveis Estimados, conforme estabelecido no Anexo 10.

Anexo 10 – Rendimento Sustentável

Deloitte Touche Tohmatsu
A.B.N. 74 490 121 060

Fifth Floor
62 Cavenagh Street
Darwin NT 0800
GPO Box 4296
Darwin NT 0801 Australia

Tel: +61 (0) 8 8980 3000
Fax: +61 (0) 8 8980 3001
www.deloitte.com.au

Ministério das Finanças

República Democrática de Timor-Leste

Edifício No. 5, Rés-do-Chão

Palácio do Governo, Díli, Timor-Leste

À atenção da Exma. Sra. Dra. Emília Pires, Ministra das Finanças

Excelentíssima Sra. Dra.

Relatório de conclusões factuais relativo à redução estimada no Rendimento Sustentável Estimado (Artigo 9º)

Em conformidade com o aditamento #04 ao contrato Nº RDTL 06-08-184-C-0448, datado de 18 de Novembro de 2008, executámos os procedimentos acordados com V. Exas. enumerados no presente relatório somente com o objectivo de providenciar ao Governo da República Democrática de Timor-Leste um relatório em conformidade com o Artigo 9º (c) da Legislação do Fundo de Petróleo (Lei 9/2005). O nosso trabalho foi executado de acordo com a Norma Internacional sobre

Liability limited by a scheme approved under Professional Standards Legislation.

Serviços Relacionados aplicável a trabalhos de procedimentos acordados (ISRS 4400 – *Engagements to Perform Agreed-upon Procedures Regarding Financial Information*). Este relatório deve ser lido conjuntamente com o nosso contrato, o qual define as bases a partir das quais o nosso trabalho foi executado.

Âmbito do trabalho e declaração de responsabilidade

Conforme solicitado e acordado com V. Exas., executámos os procedimentos descritos no quadro abaixo. O âmbito do nosso trabalho limitou-se exclusivamente àqueles procedimentos. V. Exas. são responsáveis por determinar se o âmbito do nosso trabalho é suficiente para os Vossos propósitos e, como tal, não nos pronunciamos sobre a suficiência do nosso trabalho para os Vossos propósitos. No caso de termos executado procedimentos adicionais, outros assuntos poderiam ter chegado ao nosso conhecimento, os quais teriam sido comunicados a V. Exas..

Este relatório não tem por finalidade suplantar quaisquer outros inquéritos e procedimentos que possam ser necessários para satisfazer os requisitos dos destinatários do mesmo.

Os procedimentos que executámos não constituem qualquer tipo de auditoria ou de exame simplificado e nós não expressámos qualquer opinião nem emitimos qualquer conclusão com base nos procedimentos executados. Não submetemos a informação contida no presente relatório ou a informação que nos foi fornecida pelo Ministério das Finanças a procedimentos de validação ou de verificação para além dos expressamente descritos no quadro abaixo. Tal constitui prática normal no âmbito da execução de procedimentos de âmbito limitado, embora contraste significativamente com, por exemplo, uma auditoria. Os procedimentos que executámos não foram desenhados para identificar e, consequentemente, não é suposto que identifiquem fraude ou informações inadequadas prestadas por parte do Ministério das Finanças. Desta forma, não assumimos qualquer responsabilidade quanto à detecção de fraude (quer perpetrada pelos representantes do Ministério das Finanças, quer por terceiros), nem assumimos qualquer responsabilidade por informações inadequadas prestadas pelos representantes do Ministério das Finanças.

Liability limited by a scheme approved under Professional Standards Legislation.

Este relatório destina-se ao uso exclusivo de V. Exas. e tem por finalidade dar resposta aos requisitos do Artigo 9º (c) da Legislação do Fundo de Petróleo (Lei 9/2005). O nosso relatório não se destina a ser usado para qualquer outra finalidade, a ser recitado ou referido em qualquer outro documento, a ser copiado ou disponibilizado (no seu todo ou em parte) a qualquer outra pessoa sem o nosso consentimento prévio dado por escrito. Não aceitamos qualquer dever, responsabilidade ou obrigação para com outra entidade relativamente ao presente relatório ou ao correspondente trabalho.

Procedimentos Executados e Situações Identificadas

Procedimentos Executados	Situações Identificadas
1. Obter os cálculos que suportam o relatório do Governo a ser entregue ao Parlamento em resultado do Artigo 9º (b); 2. Comparar a metodologia de cálculo utilizada com a metodologia de cálculo do Rendimento Sustentável Estimado para o orçamento 2009 do ano fiscal, tal como obtida anteriormente pela Deloitte; 3. Obter o montante da transferência proposta pelo Governo, o qual corresponde ao excesso relativamente ao Rendimento Sustentável Estimado calculado pelo Governo para o Ano Fiscal de 2009, e confirmar a inclusão do mesmo nos cálculos actualizados, os quais já consideram a transferência proposta pelo Governo;	1. Os cálculos que suportam o relatório do Governo a ser entregue ao Parlamento em resultado do Artigo 9º (b) foram fornecidos pela Exma. Sra. Ministra das Finanças em 14 de Novembro de 2008. 2. A metodologia de cálculo utilizada foi comparada com a metodologia de cálculo do Rendimento Sustentável Estimado para o orçamento 2009 do ano fiscal anteriormente obtida pela Deloitte, sendo coincidentes. 3. O Departamento de Macroeconomia do Ministério das Finanças forneceu à Deloitte o montante da transferência proposta pelo Governo, o qual ascende a 589 milhões de dólares dos Estados Unidos da América. Confirmámos que aquele montante excede em 181,2 milhões de dólares dos Estados Unidos da América o Rendimento Sustentável Estimado calculado pelo Governo, o qual ascendia a 407.8 milhões de dólares dos Estados Unidos da América. O montante de 589

Liability limited by a scheme approved under Professional Standards Legislation.

4. Refazer os cálculos da redução estimada no Rendimento Sustentável Estimado para os exercícios iniciados após 1 de Janeiro de 2010, a qual resulta da transferência do Fundo de Petróleo do exercício de 2009 proposta pelo Governo;	milhões de dólares dos Estados Unidos da América foi incorporado nos cálculos actualizados. 4. Refizemos os cálculos da redução estimada no Rendimento Sustentável Estimado para os exercícios iniciados após 1 de Janeiro de 2010, não tendo sido identificada qualquer excepção. A redução estimada no Rendimento Sustentável Estimado em cada um dos anos de 2010 a 2025 varia entre 5,4 e 5,5 milhões de dólares dos Estados Unidos da América, conforme consta no Apêndice A.
Procedimentos Executados	**Situações Identificadas**
5. Emitir um relatório para o Governo de acordo com o Artigo 9º (c) da Legislação do Fundo de Petróleo (Lei 9/2005).	5. Corresponde ao presente relatório.

Atentamente

Deloitte Touche Tohmatsu

Jody Burton

Partner

Chartered Accountant

Data: 21 de Novembro de 2008

Liability limited by a scheme approved under Professional Standards Legislation.

Ano	Rendimento Projectado Sustentado *US $m*	Nova Proposta *US $m*
2009	407.8	589.0
2010	406.3	400.8
2011	406.1	400.6
2012	405.9	400.4
2013	405.7	400.3
2014	405.6	400.1
2015	405.4	399.9
2016	405.2	399.7
2017	405.0	399.6
2018	404.8	399.4
2019	404.7	399.2
2020	404.5	399.0
2021	404.3	398.8
2022	404.1	398.7
2023	403.9	398.5
2024	403.8	398.3
2025	403.6	398.1

Liability limited by a scheme approved under Professional Standards Legislation.

Annexo 11 Requisitos para as transferências do Fundo Petrolífero

O presente relatório é fornecido de acordo com o artigo 8 a) e b) e artigo 9 b) da Lei do Fundo Petrolífero.

Artigo 8 a) e b)

A Estimativa do Rendimento Sustentável é calculada de acordo com as provisões delineadas no anexo 1 da Lei do Fundo Petrolífero.

Estimativa do Rendimento Sustentável para o Ano Fiscal de 2009	**Montante (USD)** $407.8 milhões
Estimativa do Rendimento Sustentável para o ano anterior: 2008	**Montante (USD)** $396.1 milhões

A revisão da metodologia em que o cálculo da Estimativa do Rendimento Sustentável é baseado, é incluída na parte 6 do Orçamento Geral do Estado para 2009.

De acordo com o artigo 8 c) da Lei do Fundo Petrolífero, o Auditor Independente, deverá certificar o montante da Estimativa do Rendimento Sustentável. O relatório de certificação encontra-se em anexo.

Artigo 9 b)

Conforme requisito do Artigo 9 b) a tabela seguinte apresenta a redução da Estimativa do Rendimento Sustentável para os Anos Fiscais após 2009, como resultado da proposta de transferência do Fundo Petrolífero do montante em excesso da Estimativa do Rendimento Sustentável para 2009.

Liability limited by a scheme approved under Professional Standards Legislation.

Ano Fiscal	Estimativa do Rendimento Sustentável levantamentos em 2009 $407.8 milhões	$589 milhões
2010	406.3	400.8
2011	406.1	400.6
2012	405.9	400.4
2013	405.7	400.3
2014	405.6	400.1
2015	405.4	399.9
2016	405.2	399.7
2017	405.0	399.6
2018	404.8	399.4
2019	404.7	399.2
2020	404.5	399.0
2021	404.3	398.8
2022	404.1	398.7
2023	403.9	398.5
2024	403.8	398.3
2025	403.6	398.1

De acordo com o Artigo 9 c) o Auditor Independente deverá certificar a estimativas de redução no Rendimento Sustentável. O relatório de certificação encontra-se em anexo.

Todos os calculos foram efectuados por técnicos especialistas do Ministério das Financas e pela assistência técnica externa.

Liability limited by a scheme approved under Professional Standards Legislation.

Anexo 12 - Relatório Do Auditor o Cálculo do Rendimento Sustentável Estimado para o Fundo de Petróleo de Timor-Leste

RELATÓRIO DO AUDITOR PARA O MINISTÉRIO DAS FINANÇAS DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE

Auditámos o Cálculo do Rendimento Sustentável Estimado para o Fundo de Petróleo de Timor-Leste para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 ("Cálculo"). É da responsabilidade do Governo de Timor-Leste a preparação do Cálculo. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre se o Cálculo foi efectuado em conformidade com o Artigo 8º e com o Mapa 1 da Legislação do Fundo de Petróleo da República Democrática de Timor-Leste ("Legislação").

A auditoria a que procedemos foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria aplicáveis à auditoria de conformidade. Essas normas exigem que planeemos e levemos a efeito a auditoria de forma a obter garantia razoável de fiabilidade sobre se o Cálculo foi efectuado em conformidade com a Legislação. Uma auditoria inclui examinar, numa base de teste, a prova apropriada. Cremos que a nossa auditoria proporciona uma base razoável para a nossa opinião.

Em nossa opinião, o Cálculo do Rendimento Sustentável Estimado para o Fundo de Petróleo de Timor-Leste para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, cujo montante apurado pelo Governo de Timor-Leste ascendeu a $407.8 milhões, foi efectuado, em todos os aspectos materiais, em conformidade com o Artigo 8º e com o Mapa 1 da Legislação do Fundo de Petróleo da República Democrática de Timor-Leste.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Jody Burton

Partner

Chartered Accountants

Darwin, 21 de Novembro de 2008

Liability limited by a scheme approved under Professional Standards Legislation.

Liability limited by a scheme approved under Professional Standards Legislation.

Annexo 13 - Guia do Utilizador

O principal objectivo do Orçamento Geral do Estado para 2009 é em primeiro lugar para informar o Parlamento Nacional e as partes interessadas em relação ao Orçamento planeado pelo Governo por 2009. O documento representa uma revisão da posição fiscal a médio prazo e a estratégia fiscal do Governo.

Os leitores devem também consultar o Programa do IV Governo Constitucional (Setembro de 2007 (para mais detalhes sobre as visões, metas, estratégias e políticas sectoriais de médio a longo prazo. Os leitores também podem consultar o Orçamento Rectificativo 2008 (Augosto 2008) para que estes sirvam de referência em termos de estrutura e dotações.

Estilos e Convenções Usados

Poderão ser usadas as seguintes notas:

-	(nada)
$'000s	(milhares de dólares)
$m	(milhões de dólares)

Todos os valores monetários estão em dólares norte-americanos. Para 2009 o Orçamento de 2009 são usados preços actuais, enquanto que para os anos seguintes são utilizados preços constantes de 2009.

Um ponto decimal é representado por um ponto e o valor dos milhares é representado por uma vírgula.

O ano orçamental vai ser de 01 de Janeiro até 31 de Dezembro de 2009. Os valores ilustrados nos mapas podem estar arredondados. Caso existam discrepâncias entre os totais e a soma dos componentes estas devem-se a arredondamentos. Aplicam-se as convenções gerais de arredondamento.

Classificação do Sector Público em Timor-Leste

Para finalidades orçamentais, Timor-Leste adopta os princípios do FMI para a classificação das actividades do sector público, as Estatísticas Financeiras Governamentais (EFG) de Classificação das actividades do Governo. O sector público Timor-Leste é composto das seguintes categorias: Governo; Empresas Públicas não Financeiras; e Empresas Públicas Financeiras. A cobertura do Orçamento Geral do Estado é das actividades financeiras baseado em Todo o Governo, que inclui o Estado e Empresas Públicas não Financeiras.

Inquéritos

Inquéritos devem dirigidos para:
Sr. António Freitas
Director, Direcção Nacional do Orçamento
Ministério das Finanças
República Democrática de Timor-Leste.
T: +670 333 9518 E: afreitas@mof.gov.tl

Liability limited by a scheme approved under Professional Standards Legislation.